

Alvaro de Souza Carneiro Salles
Gustavo Moraes Loureiro
Kleanne Rocha Sartorio
Luiza de Almeida Carminati (Orgs.)

a Uberaba, Minas Gerais. Costureiro de renome internacional, Markito morreu no último sábado, vítima de uma doença conhecida como o "cânc-

II EPGHIS

ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFES

Simpósios Temáticos

PPGHIS
UFES
PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

APÓIO:
ANPUH UFES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
ESPIRITO SANTO

UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

Alvaro de Souza Carneiro Salles
Gustavo Moraes Loureiro
Kleanne Rocha Sartorio
Luiza de Almeida Carminati (Orgs.)

*II Encontro de Pós-Graduação em
História da UFES*

Simpósios Temáticos



Serra, 2025.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP: 29172-694.

www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sébastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA nº 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E53 II Encontro de Pós-Graduação em História da UFES: Simpósios Temáticos / Alvaro de Souza Carneiro Salles, Gustavo Moraes Loureiro, Kleanne Rocha Sartorio e Luiza de Almeida Carminati. Serra: Identidade Editorial, 2025.

665 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-20-1

1. História. 2. Pós-graduação. 3. Encontro. I. Salles, Alvaro de Souza Carneiro. II. Loureiro, Gustavo Moraes. III. Sartório, Kleanne Rocha. IV. Carminati, Luiza de Almeida. V. Título.

CDU: 94(063)

Sumário

As políticas de memória e reparação histórica nas universidades brasileiras no tempo presente (2012-2025) | 09

Pedro Ernesto Fagundes

A luta parte do povo: uma análise das primeiras manifestações e, defesa do Brasil na Segunda Guerra Mundial na Bahia | 24

Joan Victor de Almeida Albuquerque

Cidadania e usos políticos da maternidade na França republicana revolucionária (1789-1793) | 39

Pamella Turbay Gasparetti

Para além do cuidar: a atuação dasmulheres na guerra e sua (re) inserção na historiografia | 52

Letícia Martins Calheiros

Memoricídio e gênero: feminicídios esquecidos pelo sistema de justiça em Cachoeiro de Itapemirim-ES (2001-2005) | 66

Luan Tófano Elias

Estrutura de sentimento e cultura colatinense: uma abordagem histórico-cultural (1970-1990) | 84

Jamile Bravin Frechiani

Arte experimental, subversão e atuação política nos anos de chumbo (1968-1974): uma análise da mostra “Do Corpo à Terra” | 100

Roney Jesus Ribeiro

Demétrio de Faleros e a Fundação do Museu e da Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.) | 118

Amanda Oliveira Righetti

A democracia negociada: tradição política e estabilidade conciliatória no Brasil da Nova República (1990-2016) | 130

Ariel Cherxes Batista

O Esquadrão da Morte no Espírito Santo: os propósitos políticos de Ewerton Montenegro Guimarães, em "A Chancela do Crime" (1978) | 147

Brenda Soares Bernardes

Universidade na era Vargas e Perón: conexões e diferenças da universidade pública argentina e brasileira, uma primeira aproximação em tempos de outros populismos | 167

Estefanía P. Cuello

Intelectuais, nacionalismo e autoritarismo: uma análise comparada entre Brasil e Argentina no século XIX e XX | 183

Bruno Das Neves Silva

Entre o autoritarismo, o negacionismo e o fascismo tropical: uma análise do bolsonarismo | 203

Gabriel Pietralonga Marion

A memória militar sobre a ditadura: uma análise sobre relatos e fontes de pesquisa | 220

Guilherme Gouvêa Soares Torres

Universidades sob Repressão: reflexões sobre as ditaduras do Brasil e do Chile | 239

Lara Silva Nascimento

A instrumentalização da educação como ferramenta de poder nas instituições de ensino pela extrema direita | 252

Lauane Barbosa Gusson

A Ação Integralista Brasileira: nacionalismo autoritário, propaganda e cooptação no Espírito Santo | 268

Laudineri de Fátima Salve

“O demônio tem um plano para acabar com as crianças”: o homeschooling como retórica da extrema-direita brasileira | 287

Maíssa Fraga de Almeida

Os discursos dos militares e o papel da mídia na cobertura da Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014) | 306

Brunna Carla Santos de Souza

Atuação de José da Silva Lisboa no Desembargo do Paço | 320

Marcela Portela Stinguel

Por trás do livro: o concurso patriótico e o debate sobre a proibição do tráfico negreiro na imprensa do Rio de Janeiro | 331

Pedro Lucas Cuzatis de Oliveira

Catolicismo e anticomunismo no Brasil: a herança ultramontana | 344

Bruno Zottele Loss

A igreja metodista na resistência à Ditadura Militar na cidade do Rio de Janeiro (1979-1985) | 363

Adriany Souza de Oliveira

A Invenção do Outro: Estanislao Zeballos e a Construção do Indígena como Alteridade no Fim do Século XIX | 380

Lucas Tonini Spelta

Reflexões acerca de relatos de viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX | 393

Karina Ribeiro de Oliveira

O encontro com o “outro” no início do período moderno: reflexões acerca do caso japonês | 409

Lígia Kaori Kondo

Pedro, o Grande: Reformas, Identidade e a Construção de uma Nação Moderna | 425

Maria Carolina Stelzer Campos

Uma escola de samba e seu lugar: a Grande Santo Antônio como reduto cultural e artístico | 444

Gustavo Moraes Loureiro

Entre O Caminho do longo estudo e A visão de christine: traços autobiográficos em christine de pizan (séc xv) | 457

Ana Carolina Bazoni dos Santos

Culto funerário e a construção de Identidade em Corinto (séc. II) | 478

Camila Sartorio Sfalsin

Água, poder e cidadania: a gestão dos aquedutos romanos e as estratégias imperiais de legitimação no Principado de Nerva (96-98) | 493

Irlan de Sousa Cotrim

A Cidade Luminosa e o Submundo: O Poder Simbólico e o Conflito Social em Arcane | 510

Ivo Barbosa Neto

Casa de Alvenaria como documento: Carolina Maria de Jesus e a escrita da história por quem a vive | 527

Lucecleia Francisco da Silva

Os fantasmas do Sul na obra de James Baldwin: autobiografia, História e espectralidade | 545

Luiza de Almeida Carminati

Poéticas do Lampião da Esquina: representação e paratopia | 559

Rodrigo dos Santos Dantas da Silva

Tecendo os fios da nação: A construção da identidade nacional inglesa na literatura de J. R. R. Tolkien | 578

Roney Marcos Pavani

Entre o documento e a denúncia: Jorge Amado e a escrita da marginalidade em Capitães da Areia | 594

Viviane Guerrini

Desconstruindo a História nos jogos digitais: Análise de Pentiment pela abordagem desconstrucionista | 608

Igor Giovanni Murta de Sousa

O rio como construto historiográfico: representações e realidades sobre o Carmo e o Gualaxo do Norte na historiografia mineira republicana | 627

Marcone de Souza Guedes

O caso Léo Lins à luz da historicidade atualista: como pode o historiador contribuir para a discussão? | 646

Pedro Carlos de Oliveira Alves

As políticas de memória e reparação histórica nas universidades brasileiras no tempo presente (2012-2025)

Pedro Ernesto Fagundes ¹

Introdução

O ano de 2014 marcou a efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Essa data serviu para uma série de debates, reflexões, publicações e ações institucionais em torno da data. É amplamente reconhecido que a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) representou, na década passada, uma iniciativa significativa frente às demandas por memória sobre a experiência autoritária brasileira.

A CNV atuou entre 2012 e 2014, paralelamente, foram instituídas dezenas de comissões da verdade setoriais, com destaque para as chamadas comissões universitárias da verdade (CUVs). Esse novo cenário, denominado de “momento CNV” (MULLER, 2024), abre espaço para uma série de refle-

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Bolsista de Produtividade em pesquisa da CNPq. Foi bolsista Pesquisador Capixaba FAPES (2023-2025). Essa pesquisa também contou com recursos do Edital Universal da CNPQ (Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023) e do Edital Universal da FAPES (Edital Fapes N° 28/2022).

xões e diálogos sobre a história pública e a história do tempo presente.

No entanto, para além da conjuntura de funcionamento da CNV, entre 2012 e 2014, as comissões universitárias continuaram a ser instituídas. O atual ciclo de ações de reparação, intensificado desde 2024, serviu para adensar esse debate público. Os fatores que motivaram a retomada dessa pauta são múltiplos. Dentro desse amplo arco de discussões podemos apresentar duas possíveis justificativas para essa nova conjuntura memorial, sobretudo, nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Em primeiro lugar, os anos de apagamento e silenciamento iniciados após 2016, no decorrer do mandato de Michel Temer (2016-2018), foram aprofundados durante o governo Bolsonaro. Entre 2019 e 2022, projetos, programas e agendas voltados para o tratamento do passado recente foram deliberadamente negligenciados. Um exemplo emblemático dessa política é a extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), responsável por investigar e reconhecer vítimas da repressão estatal. No mesmo período, o Arquivo Nacional (AN) foi sistematicamente sucateado por meio de iniciativas oficiais que desmontaram políticas arquivísticas consolidadas, especialmente aquelas vinculadas ao Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas. Em certa medida, até mesmo o silêncio oficial promovido pelo governo Lula (2023–2026) em relação às celebrações dos 60 anos do golpe militar contribuiu para ampliar e intensificar os atos e cerimônias observa-

das com maior força em 2024.

Contudo, o evento que reafirmou o compromisso com a democracia, especialmente no âmbito da comunidade universitária brasileira, foram os atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Nessa data, a sociedade brasileira testemunhou a mais grave ameaça à democracia nas últimas décadas. O episódio, juntamente com seus desdobramentos – como o inédito indiciamento de integrantes e ex-integrantes das Forças Armadas por tentativa de golpe de Estado – recolocou em pauta, no debate público, os legados e as permanências do autoritarismo no Brasil.

Na fase atual das atividades das Comissões Universitárias foram observadas um conjunto de iniciativas que pretendiam elaborar iniciativas simbólicas, reparações históricas e a criação de contra monumentos. Se, como destacamos, os anos recentes foram marcados por um recrudescimento dos conflitos políticos sobre o passado ditatorial, em especial durante o governo da extrema-direira, essas novas batalhas de memória tiveram como resultado, no contexto pós-2023, uma notável crescimento nas políticas de memória.

Diante desse cenário, dividimos este texto em dois momentos. Inicialmente, apresentamos alguns dados sobre as ações de reparação histórica realizadas em diversas universidades brasileiras. Em seguida, analisamos como a criação dessas políticas de memória tem colaborado para as discussões sobre nosso passado presente.

Ações de reparação e criação de novas comissões:

No período pós-2014, após o encerramento oficial das atividades da CNV, comissões universitárias continuaram a ser criadas, promovendo ações e implementando as recomendações contidas em seus relatórios finais. A partir de 2024, por exemplo, foram instaladas seis novas comissões da verdade: uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em abril, e outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em dezembro.

A chamada Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação “Luiz Renê Silveira e Silva” (CVMJR), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), foi criada no mesmo ano. No Nordeste, foram instituídas comissões na Universidade de Pernambuco (UPE). Mais recentemente, em março de 2025, foram criadas duas comissões: a Comissão da Verdade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Comissão da Verdade, Memória e Reparação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ainda dentro da efeméride dos 60 anos do golpe de 1964, diversas instituições de ensino superior cassaram *diplomas honoris causa* de ex-dirigentes da época da ditadura. Entre as universidades que adotaram essas iniciativas podemos citar: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

Nesse contexto, em 27 de fevereiro de 2025, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo

(Consuni/UFES) decidiu, por unanimidade, cassar os títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos a dois ex-presidentes da ditadura militar brasileira – Emílio Garrastazu Médici e Humberto de Alencar Castelo Branco – além do ex-ministro da Educação, Rubem Carlos Ludwig. A decisão teve como base as recomendações do Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES (CV-UFES), publicado em 2016 (Fagundes, 2016).

Com o mesmo propósito, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Consuni/UFRN) aprovou, também por unanimidade, em 25 de abril de 2025, a revogação das resoluções que haviam concedido o título de *Doutor Honoris Causa* ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966, e ao general Emílio Garrastazu Médici, em 1971. Essa iniciativa igualmente atendeu às recomendações do Relatório Final da CV-UFRN (2015). No mesmo ano, medidas semelhantes foram adotadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em 1º de abril de 2025, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) realizou uma sessão solene em homenagem aos integrantes da comunidade universitária perseguidos durante a ditadura militar. Na mesma ocasião, foi aprovada a instalação de uma Comissão da Verdade. Ainda em abril de 2025, a Universidade de São Paulo (USP) promoveu uma cerimônia para conceder diplomas honoríficos aos estudantes mortos durante o regime autoritário.

A Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação

“Luiz Renê Silveira e Silva” (CVMJR), da UNIRIO, em agosto de 2025, elaborou um relatório sobre os títulos de *Doutor Honoris Causa* concedidos em 1973 aos ex-ministros da Educação Tarso de Moraes Dutra (1967-1969) e Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974).

TABELA 1:

ANO	NÚMERO DE AÇÕES
2014	3
2015	1
2021	1
2022	1
2023	3
2024	12
2025	4

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Em seu conjunto, essas iniciativas atendem a uma série de demandas históricas relacionadas ao passado recente. O adensamento das ações busca problematizar os locais de memória difícil e suas funções na construção da história pública. Como indica a Tabela 1, entre 2012 e 2022 foram realizadas nove ações de reparação histórica. Contudo, no contexto de 2024 e 2025, esses novos usos dos espaços públicos ganharam impulso, resultando em 16 atividades simbólicas, honríficas e na instalação de novas CUVs. Esses dados reforçam nossos argumentos ao evidenciar que os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 atuaram como catalisadores para a difu-

são e ampliação dos debates públicos sobre a Democracia e das políticas de memória, sobretudo no âmbito das universidades brasileiras.

TABELA 2:

TIPO DE AÇÃO DE REPARAÇÃO	FREQUÊNCIA/UNIVERIDADES
cassação de título de doutor Honoris Causa	11
Diplomação honorífica (<i>post mortem</i>)	10
Criação de comissões universitárias da verdade	6
Substituição de placas/homenagens simbólicas	2
Inauguração de monumentos	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Nos dados apresentados na **Tabela 2**, destacam-se as atividades de memória executadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). É importante frisar que os processos de reparação foram contabilizados por instituição. Ao todo, dez universidades realizaram diplomações honoríficas *post mortem*. Essa explicação é relevante, tendo em vista que a USP, desde 2023, desenvolve o chamado “Projeto Diplomação da Resistência”,² que já conferiu homenagens a 39 estudantes, seis professores e dois ex-funcionários, todos atingidos pela violência política durante a ditadura.

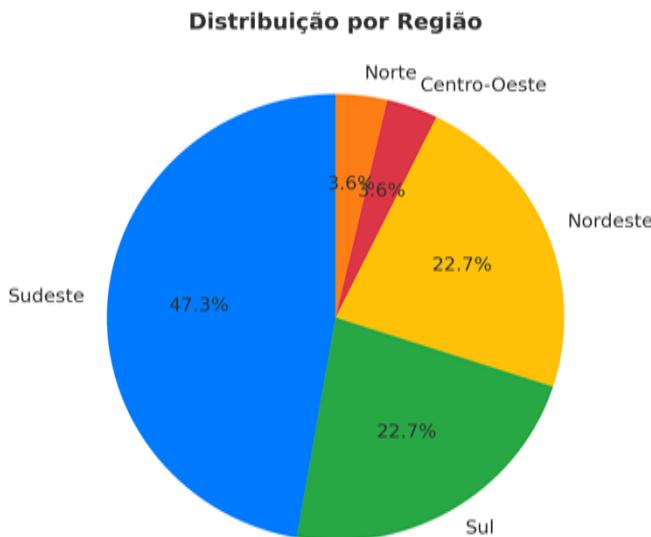
Na mesma **Tabela 2** outro dado se destaca: a criação de seis novas CVUs. Entre 2024 e 2025, foram instaladas CVUs

² Para maiores informações, ver em: <https://prip.usp.br/projetos/diplomacao-da-resistencia/>

na UFPel, UFRGS, UNIRIO, UPE, UFPE e UFAL. A instituição dessas comissões, uma década após o encerramento oficial da CNV, como ressaltamos, evidencia não apenas a longevidade dos esforços de reparação histórica, mas também a fluidez temporal que caracteriza os trabalhos dessas comissões.

Como registra a **Tabela 3**, no que se refere à distribuição regional, a maioria dos atos simbólicos concentrou-se na região Sudeste, que respondeu por 47,3% das iniciativas. As regiões Nordeste e Sul vieram em seguida, com igual participação: cada uma representou 22,7% das ações. As regiões Norte e Centro-Oeste registraram um evento cada: um na Universidade Federal do Acre (UFAC) e outro na Universidade de Brasília (UnB).

TABELA 3:



Fonte: Dados da pesquisa (2025) – elaboração do autor

Lugares de memória e disputas simbólicas

As disputas em torno dos chamados lugares de memória, como aponta Pierre Nora (1993), surgem porque esses espaços não são neutros. Suas definições e permanências refletem relações de poder e projetos políticos. Por isso, diferentes grupos sociais podem disputar o reconhecimento, a interpretação ou até mesmo a existência de certos lugares de memória.

A nomeação de logradouros públicos com nomes de ex-presidentes que chegaram ao poder por meio de golpes pode ser vista como uma forma de legitimar determinadas manifestações das disputas pelo passado. Em contrapartida, a retirada de estátuas ou a cassação de homenagens também são formas de reconfigurar a memória pública, muitas vezes impulsionadas por movimentos sociais que questionam tributos a figuras controversas — ou, como vimos, por recomendações das comissões da verdade.

Refletindo sobre o tema, Andreas Huyssen (2014) observa que as controvérsias sobre a monumentalização do passado ganharam força, especialmente nos debates sobre memória e esquecimento. Inicialmente no contexto europeu pós-1945, essas discussões se expandiram para países que vivenciaram ditaduras militares.

Os regimes autoritários no Cone Sul, durante as décadas de 1970 e 1980, produziram legados que persistem no presente. Como indica Elizabeth Jelin (2010) elaboração desse passado ocorre em diferentes níveis. No plano individual, sobreviventes das ditaduras vivenciam trajetórias de cura ou

mantêm feridas abertas, refletindo o impacto profundo da violência sofrida. Simultaneamente, no campo simbólico e cultural, manifestações artísticas, performances e representações públicas contribuem para manter viva a memória e estimular o debate. Já no âmbito institucional, iniciativas como julgamentos, comissões da verdade, reparações econômicas, monumentos e cerimônias de comemoração buscam formalizar o reconhecimento das injustiças e promover justiça histórica.

Durante a ditadura militar brasileira, tornou-se comum, como forma de demarcar a intervenção autoritária nos ambientes universitários e de expressar adesão ao projeto político-militar, que dezenas de instituições de ensino superior – em todas as regiões do país – concedessem títulos de *Doutor Honoris Causa* a agentes públicos, como ex-presidentes e ex-ministros.

Ao contrário das celebrações relacionadas à mudança de nomes de logradouros públicos – geralmente fruto de uma intervenção direta do poder executivo ou legislativo, sobretudo no âmbito municipal – os títulos honoríficos concedidos durante a ditadura militar refletem a correlação de forças internas e o contexto político das universidades entre as décadas de 1960 e 1980. Essas homenagens não apenas revelam as tensões institucionais da época, como também evidenciam o grau de adesão ou consentimento das comunidades acadêmicas ao regime autoritário.

Um exemplo emblemático é a revogação de títulos concedidos ao general Emílio Garrastazu Médici por sete

universidades que, insisto, ganhou tração apenas nos anos recentes. No entanto, chama atenção o elevado número de homenagens prestadas ao mesmo militar, que governou o Brasil durante os chamados “anos de chumbo”. Esse dado sugere que, apesar da autonomia relativa das instituições de ensino superior para conceder tais honrarias, muitas delas optaram por legitimar o regime, contribuindo para a construção simbólica de sua autoridade.

Assim, os títulos honoríficos outorgados no período não podem ser compreendidos apenas como gestos protocolares, mas como expressões políticas que revelam as disputas políticas e os alinhamentos institucionais diante da repressão e da censura. A análise dessas concessões permite compreender como a memória da ditadura se inscreve nos espaços acadêmicos e como as universidades aderiram ou se acomodaram durante aquele contexto histórico.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), as instituições de ensino superior foram alvos centrais da comunidade de informação durante a ditadura militar, especialmente por meio da criação de dezenas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Em resposta à crescente repressão, diversos setores institucionais adotaram posturas mais pragmáticas como estratégia de sobrevivência. Nesse cenário, tornou-se recorrente, segundo o autor, a adoção de atitudes de acomodação e adesão dentro das universidades, revelando uma dinâmica que se consolidou como uma das principais atitudes sociais durante a ditadura militar brasileira.

Tais homenagens, em seu conjunto, revelam mais so-

bre o caráter interno da repressão nas universidades e suas acomodações do que sobre uma pressão externa voltada à valorização dos feitos positivos de ex-presidentes e ex-ministros. Chama atenção o fato de que, mesmo décadas após o fim da ditadura, essas homenagens ainda persistiam. Foi necessária uma combinação de pressões internas – coletivos de memória, militantes, comissões da verdade – e externas – como a atuação do Ministério Público Federal (MPF) – para que tais tributos aos ex-dirigentes do período ditatorial fossem finalmente contestados e cassados. É importante ressaltar que esse processo ainda é recente, ocorre de forma lenta e, até o momento, foi registrado em apenas uma dezena de instituições.

Considerações finais

A revogação de títulos de *Doutor Honoris Causa* insere-se no movimento contemporâneo das políticas de memória e história pública que, no Brasil e no exterior, questionam homenagens a figuras ligadas a passados opressivos. Esse movimento, fortalecido internacionalmente nos últimos anos, manifesta-se no contexto brasileiro como um desdobramento das atividades das comissões da verdade, em especial das Comissões Universitárias.

Como sublinhamos, uma década após o término das atividades da CNV, a contínua criação de CVUs demonstra a longevidade e a fluidez temporal de seus trabalhos. Esse esforço prolongado nas universidades tem ampliado os estudos sobre a repressão política em todas as regiões do país, desa-

fiando a visão de uma história da ditadura concentrada apenas nos espaços tradicionais – nos grandes estados da região Sudeste – movimento que denomino “ditadura fora do eixo”.

No mesmo sentido, a visibilidade gerada pelas CVUs também tem sido notável: as audiências públicas, reuniões e a divulgação de atos simbólicos ganharam amplo espaço na mídia e nas redes sociais, fomentando o debate sobre repressão, censura e os agentes da violência de Estado no âmbito local. A trajetória das comissões universitárias tem se mostrado uma experiência bem-sucedida, o que pode ser atribuído a fatores como a maior autonomia universitária, o tempo de pesquisa mais prolongado e a análise mais focada em contextos específicos.

Como dito, os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 constituíram um ponto de inflexão na história recente do Brasil, configurando a mais grave ameaça à democracia nas últimas décadas. No âmbito universitário, esse episódio funcionou como um catalisador de iniciativas voltadas à ampliação e ao fortalecimento das políticas de memória, reafirmando o compromisso democrático no interior das universidades.

Como resultado, as universidades brasileiras se destacaram como os principais espaços para a expressão das disputas sobre os “passados sensíveis”, onde práticas de reparação coletiva e atos simbólicos, se disseminaram pelo país. Esses eventos devem ser analisados a partir dos contextos específicos em que se materializam, com especial atenção às instituições de ensino superior, que assumem um papel central na problematização e construção de políticas de memorialização

em torno dos espaços e atos de repressão e resistência.

Referências bibliográficas:

BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*.
Brasília: CNV, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Relatório Final da Comissão da Verdade – Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória: Ufes/Supec, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo e Argumento*, Floripa, v. 5, p. 295-316, 2013.

JELIN, Elizabeth. The Past in the Present: Memories of State Violence in Contemporary Latin America. In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian. *Memory in a Global Age. Discourses, Practices and Trajectories*. London and New York: Palgrave Macmillan, p. 61-78, 2010.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica (2024). Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como turn point da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios. *Revista Tempo e Argumento*,

Florianópolis, v. 16, n. 43, pp. 1-25.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

UFRN. *Comissão da verdade da UFRN*. Relatório Final.

Natal: Ed. da UFRN, 2015.

A luta parte do povo: uma análise das primeiras manifestações e, defesa do Brasil na Segunda Guerra Mundial na Bahia

Joan Victor de Almeida Albuquerque¹

O Imparcial foi fundado em 1918 por Lemos de Britto, mas que ao longo dos anos de 1920 passou por várias complicações financeiras, com sucessivas trocas de proprietários e, em 1928, por um período de hiato, deixando de circular por cerca de um ano, até a direção de Mário Monteiro e Mário Simões em 1929 (Curvelo, apud, Ferreira, 2009, p.42). Até a década seguinte, a situação da instituição encontrava-se deficitária. Em 1933, o jornal passou pelo processo de empastelamento, posteriormente sendo adquirida pela Companhia Editora e Gráfica da Bahia, pertencente ao político Álvaro Martins Catharino (Ferreira, 2009, p. 43).

Com a nova aquisição, *O Imparcial* passou a adotar uma política editorial voltada à defesa da causa autonomista. Tal movimento partiu da chamada Concentração Autonomista, que era um grupo de oposição ao governo federal em âmbito local, organizado por Simões Filho e Otávio Mangabeira,

¹ Mestrando no curso de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Graduação em História pela UNEB; Bolsista de pesquisa pela ProgPesq (UNEB); E-mail: joan_almeida1@hotmail.com.

no ano de 1934, visando uma resistência político-ideológica frente aos processos de intervenção perpetrados pelo presidente Getúlio Vargas (Batista, 2013, p. 1). Entretanto, ainda nesse ano, estabeleceu proximidade com o movimento integralista na Bahia e iniciou um movimento de propagação da política da Ação Integralista Brasileira (AIB) em suas páginas.

A AIB por sua vez cresce na sombra do conservadorismo do governo federal, com fortes associações aos grupos fascistas presentes no Brasil formado por residentes italianos (Peixoto Júnior, 2003, p. 35) e encontra nos movimentos fascistas europeus uma inspiração estilística e ideológica. Porém, apesar de usar simbolismos e vestimentas próximas as nazistas, a AIB diferenciava-se no aspecto racial, entendendo o Brasil como nação miscigenada via daí sua possibilidade de união nacional. A proximidade ao movimento encabeçado por Plínio Salgado surgiu após a contratação de um novo gerente para a redação do periódico. Nesse aspecto, Laís Mônica Ferreira destaca:

Em 1934, Álvaro Martins Catharino entregou a direção do matutino a Victor Hugo Aranha, natural do Rio Grande do Norte também apontado como um dos proprietários do jornal. Vindo do Rio de Janeiro, esse jornalista logo despontou como um dos principais líderes integralistas no estado, assumindo o cargo de chefe provincial do Departamento de Propaganda, também integrou a Câmara dos Quarenta, órgão consultivo da AIB. Em julho de 1937, Victor Hugo Aranha assumiu a chefia provincial, dirigindo-a até a extinção da Ação Integralista Brasileira. (Ferreira, 2009, p. 47)

Com tal influencia, o jornal passa a portar-se como um

porta-voz do integralismo em solo baiano (Sampaio, apud. Peixoto Júnior, 2003, p. 164). Essa posição afastava o noticioso de seus concorrentes *A Tarde* e *Diário de Notícias*, de modo que enquanto o primeiro mantinha-se defendendo a causa autonomista e via a situação integralista com determinada cautela, o segundo, comandado por Altamirano Requião vai se aproximando cada vez mais da propagação de notícias acerca do Terceiro Reich alemão que emergia na Alemanha junto a posição política de Adolf Hitler.

Apesar de influenciada pelo integralismo, destaca-se a influência do movimento extraída de seu correlato alemão, o nazismo. Essa esfera abrangia diferentes pontos da organização partidária da AIB, de vestimentas a simbolismos nacionais, adaptando as noções perpetradas na Europa ao solo brasileiro. Porém, dentre esses preceitos destaca-se, em especial, a técnica comunicativa. Essa técnica consistia em uma comunicação e veiculação voltada para a massa, com a intenção de coagir a opinião pública a corroborar com suas ideias (Domenach, apud Ferreira, 2006, p.60).

O período influenciado pelo integralismo durou de 1933-1937, quando o regime ditatorial do Estado Novo varguista entra em vigor. Nele, a oposição a movimentos e partidos políticos outrora legais, passaram a ser proibidos pelo governo, nessa seara, os integralistas, bem como o outro lado do espectro, o Partido Comunista do Brasil (PCB), tiveram seus direitos revogados. Nesse interim, em nível doméstico, em 1936, o então gerente de *O Imparcial* realizava uma cerimônia do Partido Comunista na capital baiana em

paralelo ao evento que ocorria na capital federal. Todavia, foi detido pela polícia local e obrigado a prestar esclarecimento sobre seus atos (Ferreira, 2009, p.62). Com a dissolução do partido, a AIB ainda tentou aplicar um golpe armado ao governo federal, em 1938. Contudo, após a falha no “putsch”, o integralismo efetivamente caiu em desgraça frente a opinião pública e o governo.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o panorama da imprensa global altera-se e com *O Imparcial*, fatores externos ao conflito corroboram nessa mudança. Em 1941, o jornal é adquirido pelo coronel Franklin Lins de Albuquerque, mudando sua postura política, dessa vez mais colaborativa com o com a tendência jornalística de apoio ao governo e com imenso destaque ao noticiário de guerra (Ferreira, 2006, p. 80) A redação do periódico ficava por parte de Wilson Lins, filho do coronel, que realizava trabalho de correspondência em eventos externos. Uma das motivações que levaram Franklin Lins de Albuquerque a comprar o jornal foi seu desafeto político com o interventor da Bahia durante o Estado Novo, Landulfo Alves.

Para alicerçar a campanha antinazi-fascista empregada nos anos 1940, *O Imparcial* contou com uma figura já conhecida da literatura em sua coluna de opinião. Até a redemocratização, o espaço a indivíduos outrora considerados subversivos eram cedidos como meio de apropriação do discurso contra o Eixo (Silva, 2018, p. 265). Conforme a Guerra tinha cada vez mais apelo nacional, personalidades distintas apresentavam-se expressando opinião e discutindo os rumos que

a beligerância afetava a vida cotidiana da sociedade. Nesse sentido, o escritor baiano Jorge Amado, em 1942, recém retornado de seu auto-exílio na Argentina e no Uruguai, dedicava-se a escrever artigos praticamente diários para as páginas do jornal *O Imparcial*.

Jorge Amado, membro do PCB desde a década de 1930, apresentava-se como um crítico ferrenho às políticas de condução nacional adotadas por Getúlio Vargas a partir do Estado Novo (Fausto apud Amado, 2008, p. 13). Entretanto, a partir de seu retorno, passa a entender o conflito como um momento de definição do futuro não apenas das potências europeias, mas do mundo, em uma luta entre a civilização e a barbárie. Daí, Amado se dedica paralelamente a escritura de seus romances, a tecer análises acerca do panorama do conflito e principalmente os aspectos que o mesmo incide sobre sua terra natal, tornando sua principal arma contra Eixo o que outrora lhe trouxe fama, admiração e repúdio: sua escrita.

Com o início da guerra, a União soviética declara uma postura neutra em relação a ofensiva alemã. Esse movimento é seguido pelos partidos comunistas ao redor do mundo, lastreados na ideia de guerra imperialista (Fausto apud, Amado, 2008, p.17). Entretanto, a agressão à “pátria do socialismo” transforma a “guerra imperialista” em guerra contra o socialismo e a humanidade (*Ibidem*. p.19). Apesar de encarar as páginas do jornal como um campo de combate na guerra contra o nazifascismo, o nascimento da coluna intitulada “Hora da Guerra” surge apenas após a Conferência da Mantiqueira (1943), reunião que consagrou a tese de unida-

de nacional em torno do governo Vargas, apoiado sobretudo por Luís Carlos Prestes, líder do PCB. Tal movimento, por sua vez, ocorre a partir da entrada da União Soviética na guerra, em junho de 1941, após a invasão nazista no leste europeu na “Operação Barba Ruiva” (Evans, 2016, p.217). Ademais, Amado, ao seguir a diretriz do PCB, encontra nas páginas d’O Imparcial um jornal que alegava ser perseguido pelo governo estadual — representado pelo interventor Landulfo Alves — (Silva, 2018, p.94). Porém, vale salientar que O Imparcial se vendia alinhado aos ideais patrióticos que o governo federal tentava construir.

Nascida na antevéspera do Natal de 1942 (23 de dezembro), a coluna “Hora da Guerra” entrega em suas primeiras edições um panorama do que viria a acontecer aos brasileiros que fossem simpatizantes aos ideários nazistas. Na última publicação do ano intitulada “A poesia também é uma arma”, Amado destacava:

“Thomas Mann, o maior escritor vivo da Alemanha, sua maior figura no campo das letras, teve que procurar uma nova pátria nas terras livres da América. Seu crime? É necessário que todos os brasileiros o conheçam: ser filho de mãe brasileira e não ter, por consequência, um puro sangue ariano”. (Amado, 2008, p.31)

Através desse trecho, nota-se o tom alarmista e preocupado levantado acerca do que poderia tornar a ser o destino dos brasileiros que acreditassesem que o conflito em terras longínquas jamais pudesse lhes alcançar. Paralelamente, denota a ideia de vingança pelos atos a indivíduos que tem

qualquer porcentagem de “sangue brasileiro”. Ainda neste artigo, Amado tece duras críticas ao nazismo não apenas no âmbito da guerra, mas moralmente, ao defender que os nazistas “acima de tudo odeiam a inteligência e a cultura” dado o seu caráter libertador. Ao concluir a coluna, ainda encontra espaço para concluir os escritores baianos para a formação de uma “Legião da Cultura para a Vitória” que reunisse várias ordens estéticas e vieses distintos em prol de um único objetivo: derrotar os nazifascistas em todos os campos possíveis.

Durante os festejos e celebrações anuais que ocorrem na capital baiana, Jorge Amado aproveita os ensejos da lavagem do Senhor do Bonfim para, além de realizar interlocução com o público leitor, discutir o meio no qual os simbolismos locais tornam-se relevantes a percepção social do conflito. Na crônica “Senhor do Bonfim, padroeiro das Nações Unidas”, ele estabelece uma relação informativa perante ao cotidiano da cidade. Fugindo do cenário exterior e mostrando certo engajamento dos cidadãos que não enxergam mais o Brasil como uma nação a parte no cenário internacional, Amado inicia a crônica da seguinte forma:

Maravilha de poesia e lirismo transbordando, a lavagem da Igreja do Bonfim sagrou o maior e mais amado dos santos da Bahia como padroeiro das Nações Unidas. Aos pés do santo todo-milagroso, o povo baiano depositou suas esperanças de vitória breve. Uma grande vela com as cores da nossa bandeira, levada aos ombros de mulheres do povo, cortada pelo V da vitória, está, desde hoje, depositada na igreja mais popular da cidade, para ser acendida no dia em que, da face da terra, desapareça o nazifascismo, no dia da paz, quando as Nações Unidas tenham ganho a última batalha. (Amado, 2008, p.34)

Nesse sentido, torna-se perceptível o aspecto religioso empregado ao papel do brasileiro na guerra. A sacralidade comumente atribuída aos exércitos e às nações, foi reivindicado pelo “povo baiano”, para conotar o aspecto de guerra justa e vantagem na razão divina. Aparece aqui o elemento instigador que usa os momentos sacros para evocar o dever e suscitar a vontade de lutar, em uma conjuntura que a pressão para o envio de tropas ao front começava a se formar. A associação entre o sagrado e a guerra ocorre também em outros momentos de festividade, na lavagem do ano seguinte, uma grande vela envolta de uma coroa de flores é ofertada para os exércitos aliados com promessa de ser acesa no dia da vitória (Amado, 1945, p.125).

A ideia destacada em outro trecho indicava uma apreciação não apenas duas potências ocidentais (Reino Unido e Estados Unidos), mas para China e principalmente União Soviética, a qual Amado mantinha admiração. Segundo o colunista, as rezas eram feitas para as armas russas, pelas armas americanas e inglesas na África e pelas armas chinesas também (Amado, 2008, p.35). Além disso, a pauta democrática é evocada junto aos cânticos religiosos (*Ibidem.*) demonstrando o expressivo caráter da unidade nacional, pauta que Amado mostrava-se favorável. Ainda na mesma coluna, ele expressa em um tom ameaçador ao leitor possíveis destinos que o futuro lhes proporcionaria caso a sociedade não agisse:

Pode-se dizer, repetindo a frase de uma baiana, que Hitler e o nazifascismo são inimigos do Senhor do Bonfim. Sob o nazismo, e a festa de ontem, popular e lírica, seria impossível. Sob o nazismo, apenas há lugar para os desfiles das

tropas de assalto, só há voz para os vivas ao Führer, tomando o lugar dos santos. Hitler odeia tudo que lembra povo e mais odiaria, com certeza, uma festa que nasce da mistura de sangue, como a lavagem do Bonfim. Nesta festa, Hitler só veria torpeza e degradação, não enxergaria nunca, com seus olhos incapazes de enxergar a poesia, o lirismo. O pitoresco, a ingenuidade, a beleza esplêndida da procissão e da lavagem. Sob Hitler, jamais as baianas poderiam vestir seus maravilhosos vestidos. Para elas e para nós, estariam os troncos dos escravos. O altar do santo seria substituído pelos bustos torpes de Hitler e dos traidores. Jamais a procissão e a lavagem da igreja se realizariam. Jamais a poesia andaria solta pelas ruas da Bahia, nos dias como hoje. Só o luto encheria a cidade, o luto e a escravidão. (Amado, 2008, p. 35-36.)

Partindo desse aspecto, Amado dá o tom ao que viria escrever em diversas outras crônicas, a ideia de luta pela sobrevivência, sem distinções de cor ou classe, visto a defesa do Brasil como um país miscigenado.

Simultaneamente, o *A Tarde* publica uma matéria acerca das festividades do Senhor do Bonfim. Nela, o jornal vai focar em aspectos mais gerais e impessoais da celebração, ressaltando a grande quantidade de pessoas presentes na celebração e a presença de um “V” iluminado em contraste com as demais decorações (*A Tarde*, 18 de janeiro, 1942, p.2.). Ainda na matéria, menciona as preces dos fiéis solicitando dias melhores para a humanidade, com “a vitória da causa da Liberdade e da Justiça” envoltas na causa democrática. Nota-se com essa matéria a diferença de tom entre os editoriais, enquanto a coluna de Amado apresenta um tom personalista com explicações sobre o “V” da vitória da causa aliada, o *A Tarde* aborda o mesmo tema com afastamento e sem detalhar aspectos vitais para o literato.

No mês seguinte, o noticioso aborda o livro “Agressão”, um texto documental tratando da motivação que levou o Brasil a declarar guerra contra o Eixo (A Tarde, 17 de fevereiro, 1943, p.2.). O principal foco da matéria é dado a uma suposta traição de trabalhadores portuários, que aparentemente teriam partido da Bahia e informado o tráfego de quatro navios que seriam afundados entre as madrugadas dos dias 14 e 16 de agosto de 1942. Esse movimento do Eixo mostra-se vital para a criação de mais um inimigo. Entretanto, a matéria falha em tratar da motivação dos afundamentos, visto que em fevereiro daquele ano, o Brasil já havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália.

No mês seguinte, a crônica “Solidários com a vossa dor?...” Fortalece a ideia de unidade e medo perante ao que podia acontecer com o Brasil em um possível triunfo nazista em solo europeu. Dessa vez, para tal, apresenta uma solidariedade a população judaica subjugada pelo que se intitulavam arianos racialmente superiores. Amado evoca temporalidades históricas para exemplificar e elucidar seu público, fazendo alusões entre Hitler e a “Idade Média”, além de propor que a Alemanha esteja realizando uma “nova Inquisição” com os povos israelitas. Ao traçar esses paralelos e adjetivar os alemães como seres bárbaros e desprezíveis, questões financeiras, sociais e políticas são ressaltadas, conclamando que: “Hoje é vosso dia de luto e todos os brasileiros, de qualquer ascendência racial, se sentem solidários convosco” (O Imparcial, 4 de fevereiro de 1943).

Em contraponto, o antisemitismo do regime nazista é

destacado. Como um dos principais anseios, o de livrar a Europa dos etnicamente inferiores e “racialmente indesejável”, deportando (em um futuro próximo) os eslavos para ambientes subdesenvolvidos como a Sibéria e o Brasil (Evans, 2018, p. 373).

Ponto importante abordado por Amado, a pretendida unidade nacional soma-se a um processo que permeava toda a América. Processo esse assumido e elucidado ao público através do Manifesto dos Estudantes Brasileiros, em que encarava o Eixo como um mal universal que precisava ser combatido indiscriminadamente, deixando de lado os eventuais desacordos e rixas partidárias e ideológicas (Silva, 2018, p. 83). Tal manifesto, publicado originalmente no Rio de Janeiro e reproduzido na Bahia pelo jornal *A Tarde*, expressa o medo perante aos agentes da “quinta-coluna” que estariam as espreitas prontos para desestruturar a democracia (Manifesto dos estudantes brasileiros” *A Tarde*, 15 de janeiro de 1942, p. 2.).

Em meio a isso, Silva (2018) traz a perspectiva de Cassiano Ricardo, poeta e escritor do jornal *Diário de Notícias*. Nela Ricardo disserta acerca do estado de caos social movido por uma “desenfreada luta de classes” e põe o Estado Novo como principal agente de ordem. Atribuindo ao presidente Getúlio Vargas o papel de estabelecer a unidade tão primordial a nação e aos esforços de guerra continental. Amado, por sua vez, estabelece uma relação semelhante no ponto da coesão nacional, mesmo que com ressalvas, vide os ataques com prisões e queima de livros em praça pública que a dita-

dura varguista proporcionava antes das beligerâncias (Fausto, 2008, p.13).

Contrastante ao início da Guerra, as notícias e publicações dos periódicos baianos passaram, a partir de 1942, a exercer um papel muito mais direcionado e opinativo acerca do conflito. No ano de 1939 poucos editoriais e informações que ligassem o Brasil a Europa, eram veiculados e os jornais tampouco davam importância a aspectos locais. Traçando um comparativo, ao voltar aos meses entre maio e junho de 1940, as manchetes do *A Tarde* destacavam os combates pelo domínio da França, capas com os títulos “Prestes a ser travada a batalha decisiva” (*A Tarde*, 14 de maio de 1940, p.1.), “Ditadura virtual na Inglaterra” (*A Tarde*, 23 de maio de 1940, p.1) e “Paris considerada cidade aberta” (*A Tarde*, 13 de junho de 1940, p.1) muito dizem acerca das informações políticas e cotidianas da guerra, mas pouco estabelecem relações com o Brasil. No primeiro momento, a nação mostrava-se uma mera espectadora.

O pouco de Brasil que surge nesse período vem em uma tímida publicação na terceira página do jornal, as chamadas “Cartas do Rio” colunas periódicas escritas por Elói Pontes crítica os usos da invenção de Santos Dumont no conflito, e até informa que “a guerra bate às portas da América” (Pontes in *A Tarde*, maio de 1940, p.2). Porém, a chamada faz alusão aos Estados Unidos, desejando ao Brasil apenas sorte para não se envolver no conflito.

Os jornais *A Tarde*, *O Imparcial* e *Diário de Notícias*, altamente divergentes em opiniões e modelos de negócio,

a partir de 1942, com o rompimento diplomático do Brasil com o Eixo (Santos Silva, Apud. Silva, 2018, p.83) passaram a adotar um tom nacionalista e tratar a beligerância como algo nocivo à integridade nacional. Com isso, palavras como a de Jorge Amado passaram a ecoar em consonância a de outros soteropolitanos que se entendiam acima de tudo, brasileiros.

Apesar da “Hora da Guerra” ser sua principal ocupação nos anos do conflito, segundo Marina Helena Chaves Silva (2007), as obras literárias do autor foram intimamente afetadas por sua atual realidade. Em “Bahia de Todos os Santos”, de 1945, Amado leva, em determinados momentos, características da população vistas durante sua coluna n’O Imparcial. Ao tratar da lavagem do Bonfim na obra, o romancista expõe:

“Aos cânticos religiosos, alguns deles em língua nagô, aos sambas alegres, aos vivas ao santo, misturam-se os vivas às Nações Unidas e aos líderes democráticos. As inúmeras promessas de todos os anos foram substituídas por uma única e grande promessa: a de que, vencedores os Exércitos da liberdade, uma imensa vela, a vela da Vitória, que foi levada aos ombros das baianas, será acessa aos pés do Senhor do Bonfim. O povo sagrou o santo da colina como o “Padroeiro das Nações Unidas” (Amado, 1968, p. 230-231)

Pierre Verger analisa o simbolismo que transcende as classes na tradicional lavagem das escadarias do Bonfim (Verger, apud Silva, 2007, P.81) comprehende-se o escrito de Jorge Amado dialogando com várias camadas sociais. Além de entender a relação mutualística que ao mesmo tempo que alimentava a ânsia do escritor perante a Guerra, saciava a sede criativa de seus romances (Silva, 2007, p. 78-79). Entretanto,

aspectos físicos e morais de Salvador e seus habitantes ainda estarão presentes nas páginas do autor, em seu período n'O Imparcial. Como expressado por Amado (1945), a grande concentração do povo de Salvador estaria na Rua Chile ao fim do expediente, lá era o local onde as notícias se espalhavam e onde as pessoas podiam encontrar umas com as outras, as celebrações, lamúrias e apreensões da população sempre convergiam para aquela rua apertada e pequena.

Referências:

AMADO, Jorge. *Hora da guerra: A segunda Guerra Mundial vista da Bahia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2008. 265 p.

AMADO, Jorge. Bahia de Todos os Santos, In: *Obras Ilustradas de Jorge Amado*, 16. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1968.

BATISTA, Eliana Evangelista, XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII., 2013, Natal RN. *Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia – 1932/1937 [...]*. [S. l.: s. n.], 2013. 18 p.

EVANS, Richard J. *Terceiro Reich em Guerra*. Tradução: Lúcia Brito, Solange Pinheiro. 3. ed. São Paulo- SP: Planeta, 2016. v. 3. ISBN 987-85-422-0871-9.

EVANS, Richard J. *Terceiro Reich na História e na Memória*. Tradução: Renato Marques. São Paulo- SP: Planeta, 2018. ISBN 978-85-422-1338-6.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*. *Revista de História Regional*, [s. l.], ed. 11, p. 53-86, verão 2006.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *INTEGRALISMO NA BAHIA: Gênero, Educação e Assistência Social em O Imparcial 1933-1937*. 22. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 142 p. ISBN 978-85-232-0568-3.

PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *A Ascensão do Nazismo pela Ótica do Diário de Notícias da Bahia – 1935-1941 – Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado em História Social) Salvador-Bahia: UFBA, 2003.

SILVA, Raquel Oliveira. *A IMPRENSA BAIANA E O AMERICANISMO NA GUERRA CONTRA O EIXO (1942 – 1945)*. Tese (Doutorado em História). UFBA: Salvador, 2018.

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: Os Alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. (Doctorate Thesis).

Cidadania e usos políticos da maternidade na França republicana revolucionária (1789-1793)

Pamella Turbay Gasparetti¹

No livro *A História da Revolução Francesa*, o historiador Jules Michelet afirma que “os homens tomaram a Bastilha, e as mulheres tomaram o rei” (Michelet, 2015, p. 170), referindo-se, respectivamente, à Queda da Bastilha e a Marcha para Versalhes. Essa marcha, também conhecida como Jornada de Outubro, foi o movimento iniciado pelas comerciantes parisienses, as *Dames de la Halle*, que, insatisfeitas com a crise contínua e a crescente escassez alimentar, foram para Versalhes a pé, com canhões e armas para tratar do assunto diretamente com o então rei Luís XVI, forçando ele a se mudar para Paris e ficar sob a vigilância do povo, longe dos aristocratas de Versalhes e de sua influência (Morin, 2013). Embora a fala de Michelet atribua grandiosidade ao feito das francesas revolucionárias e ele tenha escrito um livro dedicado a essas

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Representações e Ideias Políticas sob orientação do prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira e bolsista Capes/Cnpq. Graduada em Licenciatura em História (2022) e em Bacharelado em História (2023) pela mesma instituição, pós-graduada em História Social e Contemporânea (2024) pela Faculdade Única de Ipatinga. Contato: pamellaturbay@gmail.com.

mulheres, intitulado *As mulheres da Revolução*,² para ele as francesas tiveram sua participação limitada apenas a protestos contra a escassez de pão, ligados diretamente à esfera privada, o lar. Apesar disso, como o próprio Michelet afirma, “jamais, nem antes, nem depois, elas teriam tanta influência” (Michelet, 2014, p. 50), atestando a participação em massa das mulheres no período revolucionário.

Muito mais do que exigir pão, as francesas estavam presentes nos clubes políticos, nas ruas e assembleias de Paris e das demais províncias, nos jornais que escreviam, no exército pegando em armas. Independente do lado que defendiam, elas estavam lá, seja em defesa da monarquia ou em defesa da tríade “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” que guiou a Revolução (Morin, 2013). Embora a Revolução Francesa tenha sido o período da “invenção dos direitos humanos”, como proposto por Lynn Hunt, as mulheres estavam longe de serem incluídas em termos de equidade. Sua participação foi inédita, sobretudo em tais proporções, e é exatamente isto que proponho para este artigo, que tem por objetivo averiguar se o ideal de maternidade cívica foi um meio bem-sucedido de excluí-las da esfera pública e da vida política revolucionária. Por fim, pretendo responder à pergunta: podemos afirmar que elas eram cidadãs de fato?

1.1 A Revolução e suas francesas

Dos séculos XVI ao XVIII, a França passava pelo período

2 De acordo com Olwen Hufton (1992), este foi o primeiro livro dedicado às mulheres na historiografia da Revolução Francesa, publicado em 1854.

conhecido como Antigo Regime, que consistia em um regime monárquico absolutista, cujo ápice se deu com Luís XIV. No século XVIII, o absolutismo já não possuía a mesma força que tivera anteriormente, o que é atribuído ao Iluminismo, uma vez que, segundo Regina Schöpke e Mauro Baladi, “é preciso, mais que tudo, entender que a luta do Iluminismo francês acabou se convertendo em uma luta contra os poderes instituídos, que levavam os indivíduos a acreditar em uma ordem eterna e imutável do mundo” (Schöpke; Baladi, 2024, p. 16). Assim, o Iluminismo é considerado o catalisador da Revolução.³ A “ordem eterna e imutável do mundo” que Schöpke e Baladi se referem é a este poder político-religioso existente durante o Antigo Regime. A sociedade francesa continuava demarcada por uma hierarquia vertical, onde o rei ocupava a posição mais alta e era o maior representante divino, além disso, era difícil ascender socialmente (Turbay, 2025). O poder do rei se consolidou, dentre outras formas, pelo que Lynn Hunt chama de autoridade paterna [*puissance paternelle*], uma vez que era comum em algumas monarquias europeias (não somente na França) a concepção de que o reino era uma grande família e, em cada lar, o pai e marido fosse

3 É válido ressaltar que o Iluminismo enquanto propulsor da Revolução não deve ser entendido no sentido causa e efeito. Roger Chartier (2009) demonstra que a Revolução fez seus livros e escolheu seus guias e mantras, não o contrário. Outro fato importante é que o Iluminismo não foi um movimento homogêneo, pelo contrário. Os revolucionários, mais especificamente os jacobinos, que escolheram as obras que refletiam seus ideais e motivações, o que *a posteriori* pode levar a leitora ou o leitor a entender o movimento como homogêneo, ou que autores como Jean-Jacques Rousseau tenham sido muito mais relevantes do que foram de fato. Cf. CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2009.

a autoridade máxima assim como o rei. De acordo com Fanny Cosandey, “a monarquia se apoia sobre o modelo familiar para justificar toda a autoridade real [...]; a família é parte integrante da estrutura política. Em outras palavras, fica evidente que ‘cada um é Rei de seus filhos e sua esposa’” (Cosandey, 2006, p. 384-385, tradução própria).

No período revolucionário, houve o rompimento com o modelo anteriormente estabelecido de hierarquização social, o que levou à reorganização social e, com ela, a promulgação de documentos que validavam esse novo quadro na história francesa.⁴ Um mês após a Queda da Bastilha,⁵ foi publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirmava que todos os homens nasciam, eram livres e iguais em direitos. Evidentemente, o termo homem era universal (como ainda o é) e agia como um termo guarda-chuva que abrigava todas as pessoas da França, a exemplo de mulheres e crianças, mas estes eram considerados cidadãos passivos

4 Há um debate historiográfico no que diz respeito ao rompimento social que se deu com a Revolução e o lugar das mulheres nesse novo cenário. Conforme abordado neste mesmo parágrafo, as mulheres reivindicaram seu pertencimento à nação. Não há, todavia, um consenso entre historiadores e historiadoras sobre os “resultados” da Revolução, pois, com a ascensão de Napoleão Bonaparte e ao longo de todo o século XIX e XX, as mulheres tiveram os direitos adquiridos durante a década revolucionária revogados. Há uma vertente mais negativa da Revolução, que considera que as mulheres foram excluídas da esfera pública e que a própria Revolução foi decepcionante; por outro lado, há uma vertente mais positiva que vê a importância desses direitos conquistados, ainda que temporariamente, mas que possibilitaram outras mudanças e brechas nos séculos seguintes na emancipação feminina, embora lenta ou por pequenas brechas, como na Revolução.

5 A Queda da Bastilha ocorreu em 14 de julho de 1789, já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi publicada em 26 de agosto de 1789.

e os homens franceses, cidadãos ativos. Assim, as mulheres eram o oposto dos homens, como uma tentativa de mascarar a desigualdade política (Rose, 1994).

Já 1791, temos a instituição de uma monarquia constitucional na França, que, assim como a Declaração, a sua Constituição não tratou da situação das mulheres. É importante observar aqui que, com a Revolução, séculos de hierarquia social foram abolidos e uma nova sociedade se regenerava, bem como sua política. Então, todos os lugares ocupados por cada pessoa estavam sendo reimaginados e restabelecidos e, ainda assim, as mulheres permaneceram esquecidas pela maioria dos revolucionários. É nesse contexto que Olympe de Gouges publica sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, insatisfeita com a situação e sem ter o estatuto das mulheres sendo discutido. O documento tem um teor sutil mas sarcástico que Gouges encontrou como forma de demonstrar sua decepção com a Constituição, a exemplo do seguinte excerto: “Essa revolução só acontecerá quando todas as mulheres tiverem consciência de seus destinos desploráveis, e dos direitos que elas perderam na sociedade.” (Gouges, 2019, p. 254). Além de afirmar que a mulher nasce livre e igual ao homem em direitos, copiando e debochando do primeiro artigo da constituição, ela diz também que “se a mulher pode subir ao cadafalso, ela deveria ter igualmente o direito de subir à tribuna” (Gouges, 2019, p. 259), e Gouges conclui que “A Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou com a sua redação.” (Gouges, 2019, p. 260) e termina sua Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã com o seguinte trecho: “Mulheres,

quando deixarão de ser cegas? Quais são as vantagens que vocês obtiveram na Revolução? Um desprezo mais marcado, um desdém mais assinalado" (Gouges, 2019, p. 261).

Através da declaração de Gouges, percebe-se que as mulheres foram excluídas dos documentos, mas por que esta exclusão? Desde o período pré-revolucionário, a participação feminina era temida pelos homens, que achavam que aconteceria uma inversão da dita ordem "natural", em que a transgressão dos limites de cada gênero tornaria as mulheres "masculinizadas" e os homens "afeminados" (Hunt, 1992). Com a construção da nova sociedade durante a Revolução, as noções e os limites entre esfera pública e privada foram se delimitando, o que resultou numa divisão binária desses espaços, em que a esfera privada pertencia às mulheres e a esfera pública, aos homens. A intenção era evitar a transgressão dos gêneros e tentar excluir as mulheres da vida política que ocorria com a Revolução (Landes, 2001). Rousseau, por exemplo, dizia que as mulheres eram as responsáveis por corromper os homens quando saíam da esfera doméstica (Rousseau, 1990).

Temendo a participação feminina, foi difundido o ideal de maternidade cívica, criado durante meados do século XVIII. Nele, as mulheres foram colocadas enquanto responsáveis pela criação dos futuros patriotas e cidadãos franceses, pelo sucesso do casamento e da França, pois apenas as mães que estivessem em casa, amamentando seus filhos e cuidando do lar, fariam com que a nova nação que se erguia alcançasse a virtude e as liberdades que pregavam (Smart,

2011). Nesse ideal, a boa mãe, a mãe cívica, é a responsável por educar seus filhos (a primeira educação de acordo com Rousseau);⁶ “Esta primeira educação requer o desenvolvimento do coração, e por conseguinte a habilidade de completar a passagem de homem natural para cidadão” (Smart, 2011, p. 32, tradução própria). Desta forma, o ideal materno foi utilizado como uma justificativa e tentativa de excluir as mulheres da vida pública, além de ser uma maneira de ir contra a vida mundana da aristocracia no Antigo Regime.

O discurso dos revolucionários sobre a maternidade cívica era uma tentativa de manter as mulheres em casa, apesar disso, a maternidade foi amplamente utilizada como um esforço criativo para quando essas mulheres eram questionadas por estarem na esfera pública, a exemplo das assembleias. Elas alegavam precisar estar lá para poderem educar seus filhos, pois assim teriam condições de criar cidadãos para a República francesa. A mesma justificativa era dada para elas poderem se reunir nos clubes políticos. Para participar de exércitos, muitas mulheres se utilizavam de sua posição de cidadã passiva, que eram consideradas cidadãs somente por sua ligação com seu marido, para poderem pegar em armas e lutarem no exército, isso quando não iam sozinhas, se vestindo como homens. Um exemplo é Pauline Léon, fundadora do clube feminino Sociedade das Cidadãs Republicanas Revolucionárias junto com Claire Lacombe. Em um discurso, ela diz

Sim senhores, é de armas que precisamos, não creiam que nosso desígnio seja abandonar os cuidados de nossa família

6 O uso do livro *Emílio, ou da educação* de Rousseau se dá pois, como mencionado anteriormente, o filósofo foi um dos escolhidos pelos revolucionários enquanto “precursor da Revolução” (Chartier, 2009, p. 141).

e nosso lar para correr ao encontro do inimigo. Os senhores não podem nos recusar esse direito que a natureza nos dá, a menos que se pretenda que a Declaração dos Direitos não se aplica às mulheres e que elas têm que se deixar degolar como cordeiros, sem o direito de se defender? Alguém acredita que os tiranos nos pouparão? Não, não, eles se lembrarão dos dias 5 e 6 de outubro de 1789 [A marcha para Versalhes], nós que juramos viver livres ou morrer, não consentiremos jamais em dar luz a escravos, preferimos morrer; manteremos nosso juramento, mostraremos aos tiranos que as mulheres também têm sangue para derramar no serviço da pátria (Léon apud Morin, 2013, p. 132).⁷

Da mesma forma que Olympe de Gouges, Pauline Léon satiriza a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão para reivindicar seu lugar e mostrar aos homens sua hipocrisia por defenderem liberdade e igualdade apenas para eles mesmos, excluindo a fraternidade que estava longe de ser universal.

1.2 Cidadania

O que era a cidadania então? A cidadania, ou *citoyenneté*, francesa do século XVIII era um substantivo essencialmente masculino, no sentido figurado; dizia respeito somente aos homens. Dominique Godineau afirma que no fim do Antigo Regime, a única *citoyenne* (cidadã) encontrada nos dicionários dizia respeito às mulheres que moravam em determinada cidade, sem relação alguma com o sentido político da palavra que conhecemos (Godineau, 2003). Já na Enci-

7 Optei por utilizar a versão do discurso de Pauline Léon existente no livro de Tania Morin por se tratar de um texto já traduzido e publicado em português.

clopédia de Diderot, a palavra só aparecia no masculino: o *citoyen* [cidadão] era aquele que possuía direitos políticos. Para as revolucionárias, a cidadania foi moldada por elas próprias e de suas próprias maneiras.

Parte da historiografia da Revolução, e aqui tratando de historiadoras renomadas e obras bem conhecidas no campo, como Carole Pateman e Joan Landes,⁸ que partem de uma vertente mais negativa, tratam as francesas enquanto indivíduos inativos politicamente, excluídas da esfera pública, mas acredito que defini-las assim é injusto de diversas maneiras. Como visto anteriormente, elas fundaram clubes, estavam presentes nas Assembleias, seja como ouvintes ou discursando, desejavam pegar em armas e participaram das guerras com o exército, lutaram contra eles nas províncias interioranas, forçaram o rei a voltar para a capital. Porém, quando autoras como Pateman e Landes falam de cidadania, estão considerando majoritariamente o direito ao voto que as francesas não tinham e acabam sendo até anacrônicas. Na própria encyclopédia eram considerados cidadãos aqueles que possuíam direitos políticos, nada diz respeito ao voto. A historiadora Dominique Godineau afirma que “Ainda que as mulheres revolucionárias tenham reivindicado abertamente a cidadania muito raramente, elas não foram, contudo, indiferentes à essa questão que elas abordaram diversas indiretamente” (Godineau, 2003, p. 297, tradução própria).

8 Cf. LANDES, Joan. *Feminism, the Public and the Private*. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press, 1998; LANDES, Joan. *Visualizing the Nation: Gender, Representation, and Revolution in eighteenth-century France*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2001; PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Levando em consideração sua presença e participação ativas, é possível afirmar que elas não são cidadãs, não exercem sua cidadania, ou são apolíticas? A resposta é não. Mesmo levando em conta apenas o ideal materno cívico. Conforme mencionado anteriormente, nesse ideal as mulheres foram colocadas enquanto inteiramente responsáveis pela criação dos futuros patriotas e cidadãos franceses, pelo sucesso do casamento e da França, pois apenas as mulheres que fossem mães e estivessem em casa, amamentando seus filhos eram consideradas virtuosas. Elas eram responsáveis por passar para as crianças o sentimento patriótico através de seu leite e depois, educando-os segundo a constituição. Isso pressupõe um conhecimento político e que essas mulheres tenham algum tipo de educação. Mesmo que algumas mulheres tenham se contentado com o pertencimento à esfera doméstica, muitas delas usaram desse ideal para justificar sua presença nas assembleias, para se educarem e então educarem os filhos, para estarem nas ruas e nos clubes políticos em defesa da França.

1.3 Conclusão

É certo que a maioria dos revolucionários tentou impedir a ocupação feminina dos espaços que acreditavam ser exclusivamente deles, não estou negando essa exclusão. Isto é perceptível desde o ideário, falas, até as leis que foram responsáveis por banir as mulheres e seus clubes políticos, por exemplo. Porém, devemos lembrar justamente da ação delas durante toda a Revolução. As mulheres e mães foram

protagonistas da Revolução, foram cidadãs, mesmo que não tivessem os mesmos direitos políticos que os homens. O erro se dá em tomar o ponto de vista contemporâneo do conceito de cidadania e associar somente ao direito de voto. Embora a cidadania seja um substantivo masculino, Dominique Godineau ressalta que a *citoyenne* [cidadã], contudo, era uma palavra polissêmica e “para alguns, significa que elas são esposas de cidadãos, admitidas na cidade por sua relação privada com um homem e não devem participar da coisa pública. Para outros, subentendia ao contrário, que elas pertencem ao [Estado] Soberano e que, enquanto integrantes da cidade, elas têm o dever de cooperar com a coisa pública, até mesmo exercer os direitos do cidadão” (Godineau, 2003, p. 300, tradução própria).

A noção de que as mulheres eram punidas e confinadas na esfera doméstica sem ter direito a agir politicamente de modo ativo, limitando-se a um conceito de cidadania que se restringe apenas ao fato de ter direitos políticos é uma forma de apagar a história das mulheres na Revolução, seja as que marcharam para Versalhes e tomaram o rei, seja as contribuições para o feminismo de Olympe de Gouges, seja as revolucionárias das massas ou as fundadoras e membros ativos de clubes políticos.

Referências

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2009.

COSANDEY, Fanny. “La maîtresse de nos biens” : Pouvoir fé-

minin et puissance dynastique dans la monarchie française d'Ancien Régime. *Historical Reflections/Réflexions Historiques*. [S.I.], v. 32, n. 2, p. 381-401, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41299377>. Acesso em: 21 set. 2025.

GODINEAU, Dominique. Histoire sociale, histoire culturelle, histoire politique : la question du droit de cité des femmes. In: LAPIED, Martine (org.); PEYRARD, Christine (org.). *La révolution française au carrefour des recherches*. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2003, p. 293-302. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.pup.5781>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOUGES, Olympe de. Os direitos da mulher, 1791. In: ROVERE, Maxime (Org.). *Arqueofeminismo. Mulheres filósofas e filósofos feministas, séculos XVII-XVIII*. Trad. Andreia Maria Mello. São Paulo: n. 1, 2019. p. 245-271.

HUFTON, Olwen. *Women and the limits of citizenship in the French Revolution*. Toronto/Buffalo/Londres: University of Toronto Press, 1992.

HUNT, Lynn. *The family romance of the French Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1992.

LANDES, Joan. *Visualizing the Nation: Gender, Representation, and Revolution in eighteenth-century France*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2001.

MICHELET, Jules. *As Mulheres da Revolução*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution Française*. Londres: Forgotten Books, 2015.

MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013.

ROSE, R. B. Symbols, Citizens or Sisterhood: Women and the popular movement in the French Revolution: The beginning of a tradition. *Australian Journal of Politics and History*, Brisbane, n. 40, p. 303-317, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8497.1994.tb00106.x>. Acesso em: 10 out. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da educação*. Trad. Pilar Delvaulx. Lisboa: Publicações Europa América, v. 2, 1990.

SCHÖPKE, Regina (org.); BALADI, Mauro (org.). *Mulheres nas Luzes*. São Paulo: Unesp, 2024.

SMART, Annie. *Citoyennes: Women and the ideal of citizenship in eighteenth-century France*. Newark: University of Delaware Press, 2011.

Para além do cuidar: a atuação das mulheres na guerra e sua (re)inserção na historiografia

Letícia Martins Calheiros¹

Ao longo do século XX, a historiografia tradicional construiu uma narrativa sobre os conflitos bélicos que relegou às mulheres um papel restrito e estereotipado: o de cuidadoras. Enfermeiras, mães e esposas compunham o imaginário dominante, enquanto suas ações como combatentes, espiãs, resistentes e até perpetradoras de horrores eram sistematicamente silenciadas. Tal invisibilização não ocorreu por acaso, mas refletiu estruturas sociais patriarcais que naturalizaram a guerra como um domínio exclusivamente masculino. A produção historiográfica clássica sobre guerras reforçou uma divisão sexual do trabalho que associou homens ao combate e mulheres ao apoio emocional e logístico. Essa exclusão ocorreu porque a guerra foi contada a partir de documentos oficiais, majoritariamente produzidos por homens, enquanto a própria escrita da história fora, por muito tempo, domínio quase exclusivo do sexo masculino. Consequentemente, a disciplina histórica adotou categorias que naturali-

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: leticia.calheiros@hotmail.com.

zaram a exclusão feminina (Rezzutti, p. 16, 2018).

Assim, as mulheres apareceram nos relatos oficiais apenas quando seu papel se alinhava aos estereótipos de gênero vigentes: no cuidado dos feridos, na manutenção do lar ou no luto pelas vidas perdidas. No entanto, pesquisas recentes vêm demonstrando que mulheres desempenharam papéis ativos e multifacetados durante os períodos de guerra. Estudos contemporâneos desconstruíram essa narrativa unilateral, revelando a complexidade da participação feminina nos conflitos. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, cerca de 800 mil mulheres serviram ativamente no Exército Vermelho em funções combatentes; atuaram como espiãs, organizaram redes de sabotagem, protegeram crianças perseguidas, integraram movimentos de resistência e participaram do aparato repressivo nazista como guardas de campos de concentração (Lower, 2014).

Apesar dessas evidências, tais experiências permanecem à margem da historiografia dominante sobre a guerra. A memória coletiva consagrou um imaginário heroico essencialmente masculino, relegando ao esquecimento ou invisibilidade as mulheres que quebraram os papéis tradicionais (Batalion, 2020, p. 20). Este estudo tem como objetivos evidenciar a pluralidade de formas pelas quais mulheres participaram dos conflitos, observar os mecanismos historiográficos que promoveram sua exclusão e demonstrar como os estudos contemporâneos vêm ressignificando essa participação, promovendo uma visão mais justa e ampla da história militar, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial e da *Shoah*.

As mulheres e a guerra

A célebre frase de Virgínia Woolf, “anônimo era uma mulher”, ilustra bem como as contribuições femininas foram historicamente invisibilizadas e relegadas aos papéis familiares de esposa, mãe e filha. Essa ocultação foi facilitada pelo fato de que, até o século XX, a narrativa histórica era predominantemente escrita por homens, viabilizando a perpetuação desses estereótipos (Rezzutti, p. 17, 2018). No contexto de guerras, o protagonismo foi tradicionalmente associado à força física e ao combate direto, enquanto a participação feminina era frequentemente ignorada ou minimizada, reduzida ao cuidado doméstico.

Os períodos de guerra oferecem um cenário crucial para analisar a posição das mulheres na sociedade. Conforme os historiadores Carlos e Ana Dároz (2018, p. 12), a inserção feminina nas duras e transformadoras realidades do cotidiano dos conflitos proporcionou oportunidades inéditas para romperem os papéis tradicionais impostos por sociedades patriarcais. Inicialmente, essa mudança manifestou-se na indústria, avançando para os serviços públicos e, finalmente, alcançando as Forças Armadas. Dessa forma, as mulheres gradualmente passaram da esfera privada para a vida pública. Esse processo foi especialmente acelerado na União Soviética, onde as transformações ocorreram com maior rapidez e intensidade (Dároz; Dároz, 2018, p. 12).

A Segunda Guerra Mundial marcou transformações significativas para as mulheres em todo o mundo, criando novas oportunidades de estudo e trabalho, mas também eviden-

ciando contradições na luta pela igualdade de gênero. Com a mobilização em massa dos homens para os *fronts*, mulheres assumiram cargos historicamente masculinos, tanto no setor militar quanto civil, atuando em indústrias bélicas e agricultura em territórios como Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética. Contudo, apesar de seu trabalho árduo, a contribuição feminina foi sistematicamente subvalorizada, refletida em salários menores e preconceitos persistentes (Quétel, 2009).

Participação ativa das mulheres nos conflitos armados

Ao contrário da imagem tradicional, as mulheres tiveram uma atuação multifacetada nos conflitos do século XX. No cenário da Segunda Guerra Mundial, destaca-se a participação massiva das mulheres no Exército Vermelho, onde cerca de 800 mil atuaram em diferentes funções, incluindo combates diretos, atividades de inteligência e apoio logístico (Lower, 2014). A resistência feminina também foi expressiva nos movimentos antinazistas e de resistência, especialmente na Europa ocupada, em que mulheres desempenharam papel fundamental em redes de espionagem, sabotagem e auxílio a refugiados e perseguidos (Quétel, 2009, p. 5).

Além dos esforços para manter o lar durante a ausência dos familiares nos combates, as mulheres tiveram participação fundamental em diversos setores indispensáveis ao funcionamento da máquina de guerra. No âmbito militar, desempenharam funções como enfermeiras, mensageiras, pilotos, operadoras de radar e combatentes diretas, destacan-

do-se, por exemplo, o esquadrão feminino conhecido como Bruxas da Noite, na União Soviética, especializadas em bombardeios noturnos que abatendo centenas de apoiadores do regime nazista. Essas mulheres faziam parte de regimentos compostos exclusivamente por aviadoras, lideradas por mulheres, incluindo mecânicas e responsáveis pelos armamentos. Entre essas figuras destacam-se Irina Rakobolskaya, uma das últimas sobreviventes desse grupo, e Marina Raskova, a mulher que convenceu Stalin a formar regimentos femininos de aviação, possibilitando a participação oficial das mulheres no combate aéreo (Armeni, 2019, p. 2-3).

Essa participação resistiu à tentativa de dominação patriarcal, que buscava limitar o papel feminino à esfera doméstica, reduzindo sua contribuição à figura de cuidadoras e mantenedoras da moral da nação. A historiografia recente enfatiza que esta invisibilização foi fruto de processos sociais e políticos que buscavam preservar estruturas machistas, que naturalizaram o papel masculino como protagonista da guerra (Quétel, 2009, p. 5). Além disso, a guerra teve impactos profundos na reorganização dos papéis sociais femininos no pós-conflito, onde a experiência adquirida durante o conflito funcionou como catalisadora das demandas por direitos civis e igualdade de gênero. O interesse crescente em estudar essas camadas ocultas da história militar tem ampliado o entendimento sobre o papel das mulheres no mundo contemporâneo.

Mulheres e a *Shoah*: Invisibilidade e Resistência

A atuação das mulheres durante a *Shoah* é um capítulo fundamental para compreender as dinâmicas de gênero no período de perseguição e assassinato em massa dos judeus. Embora a historiografia dominante tenha silenciado, por décadas, suas experiências, pesquisas recentes vêm revelando que elas desempenharam papéis diversos e significativos em meio ao terror nazista. Isso porque, tradicionalmente, a narrativa da *Shoah* destacava sobretudo a brutalidade sofrida pelas vítimas, centrando-se em relatos masculinos e oficiais, o que contribuiu para a marginalização das histórias femininas (Lower, 2014, p. 26). As mulheres foram vistas principalmente como mães, esposas ou vítimas passivas, encapsuladas na figura da do lar, mas tal perspectiva revela-se insuficiente diante dos testemunhos coletados nas últimas décadas.

“O consenso em estudos sobre o Holocausto e o genocídio é de que os sistemas que tornam possível o assassinato em massa não funcionam sem a ampla participação da sociedade” (Lower, 2014, p. 26). Entretanto, “quase todas as histórias sobre o Holocausto deixam de fora metade da população dessa sociedade, como se a história das mulheres acontecesse em algum outro lugar” (Lower, 2014, p. 26). Nas pesquisas realizadas no pós-guerra na Alemanha, em Israel e na Áustria, “sobreviventes judeus identificaram mulheres perpetradores, não só como alegres espectadoras, mas como torturadoras violentas” (Lower, 2014, p. 15). De modo geral “ou os sobreviventes não sabiam o nome dessas mulheres, ou elas se casaram, mudaram de sobrenome depois da guerra”.

ra e não puderam ser encontradas” (Lower, 2014, p. 15).

As situações documentadas em que mulheres atuaram como matadoras, “representavam um fenômeno muito maior, que fora suprimido, negligenciado e pouco pesquisado” (Lower, 2014, p. 16). Mas que na verdade, “eram muitas as mulheres que matavam judeus e outros ‘inimigos’ do Reich, mais do que havia sido documentado durante a guerra ou julgado posteriormente” (Lower, 2014, p. 16). Além disso, estudos mostram que mulheres judias participaramativamente em redes de resistência, organizando a ajuda aos perseguidos, auxiliando na fuga e exercendo papéis estratégicos em campos de concentração, atuando como mediadoras, organizadoras e, em alguns casos, até mesmo como agentes de violência (Lower, 2014).

A análise interseccional é essencial para apreender essas vivências, pois o gênero se cruza com outros marcadores de opressão, como raça e classe, e molda estratégias específicas de resistência dentro e fora dos campos (Scott, 1986). Além disso, a história oral e os relatos femininos têm revelado nuances da vida cotidiana na perseguição, destacando a importância da memória afetiva como ferramenta historiográfica (Thompson, 2000). Portanto, a reintegração das mulheres na história da *Shoah* vai muito além do ato de preencher uma lacuna documental. Ela implica um desafio epistemológico, que exige a desconstrução das narrativas hegemônicas e a valorização de fontes diversas que ampliem a compreensão do fenômeno *Shoah*, incluindo vozes e experiências até então negligenciadas.

Mulheres Judias na Resistência durante a *Shoah*

As mulheres judias desempenharam um papel central e multifacetado na resistência contra o regime nazista durante a *Shoah*, apesar de terem sido tradicionalmente invisibilizadas na historiografia oficial. Pesquisas recentes vêm trazendo à luz as inúmeras formas de resistência feminina, desde a participação em redes clandestinas até o enfrentamento direto das forças de ocupação.

Na Polônia ocupada, muitas mulheres tornaram-se figuras emblemáticas da resistência judaica nos guetos. Essas mulheres participaram não apenas da organização de atos de sabotagem, contrabandeando armas, munições e informações, mas também enfrentaram corajosamente o seu opressor nazista, muitas vezes sacrificando suas vidas em combates diretos (Enciclopédia do Holocausto, s/d). Ainda nos guetos “algumas mulheres lideraram ou integraram organizações de resistência. Entre elas estava Haika Grosman, de Bialystok. Outras se engajaram na resistência dentro dos próprios campos de concentração” (Enciclopédia do Holocausto, s/d), como o caso de Auschwitz

onde cinco judias que haviam sido colocadas para trabalhar na separação de munição na fábrica “Vistula-Union-Metal”---Ala Gertner, Regina Safirsztajn (também conhecida como Safir), Ester Wajcblum, Roza Robota, e uma mulher não identificada, possivelmente Fejga Segal—forneceram a pólvora que foi usada para explodir uma câmara de gás e matar vários homens das SS durante um levante de membros do Sonderkommando (Grupo Especial) judeu naquele campo, em de outubro de 1944 (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

Além disso, “muitas mulheres conseguiram escapar

escondendo-se nas florestas no leste da Polônia e da União Soviética, e servindo nas unidades armadas dos partisans" (Encyclopédia do Holocausto, s/d). Especificamente na "resistência francesa, da qual muitas judias participaram, a atuação das mulheres não foi menos importante" (Encyclopédia do Holocausto, s/d). Uma figura importante foi a estudante da Universidade Munique, "Sophie Scholl, membro do grupo de resistência White Rose, [que] foi presa e executada [...] por divulgar propaganda antinazista" (Encyclopédia do Holocausto, s/d). No contexto dos campos de concentração, testemunhos indicam que mulheres tiveram protagonismo em levantes e iniciativas de sabotagem. Em Auschwitz, cinco judias encarregadas da separação de munição na fábrica conspiraram para fornecer pólvora que resultou na explosão de uma câmara de gás e na morte de oficiais da SS durante um levante do *Sonderkommando* em 1944 (Encyclopédia do Holocausto, s/d). Essas ações evidenciam a resistência ativa e estratégica das mulheres em ambientes de extrema repressão.

Além das ações armadas, outras formas de resistência cultural, moral e espiritual foram fundamentais para a sobrevivência coletiva. Henia Reinhartz, por exemplo, participou da preservação da memória judaica ao resgatar e proteger livros em iídiche contrabandeados para o gueto de Lodz, mantendo viva a identidade cultural mesmo sob condições adversas (Batalion, 2022, p. 20).

Essa resistência multifacetada demonstrou a capacidade das mulheres de atravessar impossibilidades, subvertendo o papel passivo que lhes foi historicamente imposto. Contudo,

a narrativa tradicional da historiografia da *Shoah* ainda carece de reconhecimento amplo dessas contribuições, o que demanda esforços contínuos de resgate e reinterpretação histórica. Durante a *Shoah*, das aproximadamente seis milhões de vítimas judias, cerca de dois milhões eram mulheres. Entre 1941 e 1945, mulheres judias foram aprisionadas em campos de concentração nazistas ou se ocultaram para evitar a captura pelo regime de Adolf Hitler. Nessas prisões, foram vítimas de violência sexual, estupro, abusos verbais, agressões físicas e experimentação médica desumana realizada por médicos nazistas (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

A resistência feminina também se manifestou nesses ambientes de opressão. Muitas mulheres participaram de levantes e da organização clandestina de atividades que visavam a sobrevivência comunitária. Essa dimensão da resistência, porém, demorou a receber atenção na historiografia, permanecendo invisibilizada por décadas (Enciclopédia do Holocausto, s/d).

Pós-guerra e a (re)inserção das mulheres na sociedade e na historiografia

Apesar de a participação feminina ter sido fundamental para o esforço de guerra, o período pós-guerra representou um movimento de retorno às normas patriarcais vigentes. Muitas mulheres foram incentivadas a deixar seus empregos assumidos durante o conflito e regressar às funções domésticas, abrindo espaço para o retorno dos homens aos postos de trabalho. Esse retrocesso nas conquistas temporárias evi-

denciou a persistência do machismo estrutural e os desafios da igualdade de gênero (Dároz; Dároz, 2018, p. 20).

No entanto, as transformações vividas durante o conflito influenciaram significativamente o movimento feminista nas décadas subsequentes. Primeiramente, a guerra demonstrou que as mulheres eram tão competentes quanto os homens em diversas áreas. Em segundo lugar, o descontentamento gerado pelo retorno obrigatório à vida doméstica impulsionou debates que culminaram na segunda onda do feminismo, nas décadas de 1960 e 1970. Por fim, o reconhecimento tardio da contribuição feminina na guerra serviu de inspiração para as lutas por igualdade e valorização da mulher (Almeida; Jesus, 2016, p. 16).

O feminismo da segunda onda desempenhou papel crucial na redefinição dos papéis femininos no âmbito público e privado, introduzindo discussões sobre direitos reprodutivos, sexualidade e combate ao patriarcado. O lema “o privado é político” marcou essa fase, denunciando a construção social das opressões femininas. A crítica à imagem idealizada da dona de casa, propagada pela mídia e normas sociais, abriu caminho para debates sobre a valorização do trabalho doméstico e o equilíbrio entre vida profissional e familiar, temas ainda relevantes na contemporaneidade (Almeida; Jesus, 2016, p.14).

A partir das décadas de 1970 e 1980, a historiografia passou por uma transformação significativa com o advento da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, que questionaram narrativas tradicionais e revisaram as fontes e métodos

históricos, incluindo diários, cartas, relatos orais e documentos pessoais — antes considerados menores ou secundários (Thompson, 2000). Essa abordagem ampliou a compreensão das múltiplas formas de participação feminina, evidenciando papéis diversos como combatentes, espiãs, sabotadoras, líderes de resistência, e até perpetradoras em contextos como o nazismo. O silenciamento das mulheres na historiografia tradicional resultou de escolhas metodológicas e ideológicas que privilegiaram fontes oficiais, produzidas majoritariamente por homens, e uma concepção estreita do heroísmo associada ao combate direto (Scott, 1986). Essa perspectiva limitava a visão da complexidade das guerras, que também aconteciam nos espaços domésticos, nas retaguardas e nas resistências cotidianas, geralmente protagonizadas por mulheres.

Conclusão

A participação das mulheres nas guerras do século XX, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial e a *Shoah*, foi muito além do papel tradicional de cuidadoras e apoio emocional, assumido na historiografia clássica. Este capítulo evidenciou a diversidade e a importância das contribuições femininas, desde o enfrentamento direto, resistência clandestina, às funções médicas e logísticas essenciais à máquina de guerra.

O discurso público e a produção historiográfica tendiam a marginalizar e invisibilizar as mulheres, reforçando estereótipos patriarcais que naturalizavam a guerra como um domínio exclusivamente masculino. Entretanto, estudos contem-

porâneos resgatam narrativas plurais, nas quais as mulheres surgem como combatentes, espiãs, sabotadoras e lideranças, inclusive em contextos extremos como os campos de concentração nazistas. As transformações sociais provocadas pelo envolvimento ativo das mulheres nos esforços bélicos geraram debates importantes que influenciaram o movimento feminista e a gradual desconstrução das barreiras de gênero na pós-guerra.

Ao reconstruir essas histórias, a historiografia precisa incorporar metodologias inclusivas e fontes diversas, como relatos orais, cartas e documentos pessoais. A superação do silenciamento das mulheres permite uma compreensão mais completa e justa da guerra como fenômeno humano, que afeta e envolve a totalidade da sociedade. Nesse sentido, o resgate das vozes femininas não é apenas um preenchimento de lacunas documentais, mas um passo fundamental para um olhar crítico e ampliado sobre o passado, que contribui para a construção de uma história mais democrática, igualitária e representativa, na qual nenhuma voz seja relegada ao silêncio.

Dessa forma, a história das mulheres nos conflitos armados deve ser reconhecida como parte integrante e indispensável para uma narrativa mais verdadeira, justa e inclusiva, capaz de desfazer hegemonias narrativas e contribuir para a equidade no conhecimento histórico.

Referências Bibliográficas

ARMENI, Ritanna. *As bruxas da noite: a história não contada*

do regimento aéreo feminino russo durante a segunda guerra mundial. São Paulo: Seoman, 2019.

AS MULHERES durante o Holocausto. In: *ENCICLOPÉDIA do Holocausto*. Washington: United States Holocaust Memorial Museum, [s.d.]. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/women-during-the-holocaust>>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

BATALION, Judy. *A luz dos dias*: a história não contada da resistência feminina nos guetos de Hitler. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

DARÓZ, Ana; DARÓZ, Carlos. *Bruxas da noite*: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Somos Editora, 2018.

JESUS, Cassiano Celestino de; ALMEIDA, Isis Furtado. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. *Boletim Historiar*, Sergipe, n. 14, p. 9-27, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/5439/4460>. Acesso em: 25 ago 2025.

QUÉTEL, Claude. *As Mulheres na guerra: 1939-1945*. São Paulo: Larousse, 2009. 1 v.

LOWER, Wendy. *As Mulheres no Nazismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil*: a história não contada. São Paulo: Leya, 2018.

SCOTT, Joan W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1986.

THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Memoricídio e gênero: feminicídios esquecidos pelo sistema de justiça em Cachoeiro de Itapemirim-ES (2001-2005)

Luan Tófano Elias¹

Introdução

Entre os anos de 2001 e 2005, de Cachoeiro de Itapemirim (no sul do estado do Espírito Santo) registrou 15 assassinatos de mulheres, conforme dados coletados dos inquéritos policiais localizados na Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV). Desses 15 assassinatos, é possível afirmar que 10 tratam-se de feminicídios, e 4 configuram-se como femicídios, ou seja, não há motivação de gênero aparente para o crime. Em 2 casos se desconhece a autoria e a motivação, por se tratar de encontro de cadáveres.

No entanto, ao ser realizada a busca desses mesmos casos na primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo (sede da comarca de Cachoeiro), a fim de detectar quantos evoluíram para a categoria de processo criminal, foram localizadas 10 as 15 vítimas. Desses casos 10 listados no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), apenas 7 foram localiza-

1 Mestre em História e aluno de Doutorado em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista pela CAPES. E-mail: luantofano@hotmail.com.

dos no arquivo permanente do fórum Horta de Araújo, sendo estes 4 feminicídios (onde são nítidas a presença das relações de gênero como motivação aparente para o crime) e 3 femicídios (cujo assassinato não possui razões de gênero aparentes para a vitimização, configurando-se apenas como assassinato de mulheres).

O objetivo deste ensaio é propor uma análise preliminar sobre os impactos negativos das falhas do sistema de justiça no tratamento dos casos de assassinatos cujas vítimas são mulheres. Dentre os efeitos que tal problema pode acarretar, serão destacados aqui a fabricação de esquecimentos dos casos, a responsabilidade do Estado – na figura do sistema de justiça – pela revitimização das mulheres assassinadas (como uma nova violência), e o apagamento da memória das vítimas da violência de gênero. Como produto desse problema, dois grandes perigos se mostram presentes no horizonte da violência de gênero: o femigenocídio (o feminicídio em massa) e o memoricídio (o apagamento total da memória das mulheres vitimadas), que acabam por contribuir para a manutenção do ciclo de violência de gênero.

Para tal, serão analisados brevemente como foram conduzidos os 7 processos criminais, levando em consideração os discursos e representações patriarcais presentes no modo operante do fazer jurídico no que confere o tratamento dos casos, bem como o interesse (ou desinteresse) da vara criminal competente em dar (ou não) andamento aos processos penais.

Os casos

O primeiro processo analisado neste trabalho se trata de um femicídio. No dia 16 de novembro do ano de 2001 por volta das 19:30 horas, ocorreu uma chacina no bairro Campo Leopoldina. Um homem encapuzado se dirigiu a uma casa e efetuou sucessivos disparos de arma de fogo contra três pessoas: Olinda, José e Marília. As vítimas foram encaminhadas para o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim-ES, e apenas Olinda sobreviveu. José morreu a caminho do hospital e Marília, mulher preta, do lar, de 42 anos, chegou a ser internada, mas não resistiu aos ferimentos e veio a falecer alguns dias depois.

O inquérito ficou esquecido durante muito tempo na delegacia. Somente no ano de 2016 o caso foi reaberto, mas Fred não foi localizado. A investigação concluiu que o crime foi causado por motivo fútil, acreditando que as vítimas mentiram sobre Fabinho. Por não terem encontrado o acusado, o processo foi suspenso até seu prazo prescricional em 2056, aguardando uma possível aparição de Fred para julgamento.

O segundo processo criminal analisado refere-se ao feminicídio cometido contra Simone, mulher branca de 36 anos, do lar, morta em 2001, no bairro Quilômetro 90 no dia de Natal por seu marido, Claudinei, um empresário, que descarregou no peito da esposa todas as balas que tinha no tambor do revólver. Toda a cena foi presenciada pela filha do casal, que tinha apenas cinco anos de idade.

O judiciário tratou a morte de Simone de forma secundária. A vítima foi esquecida em meio a 604 páginas de in-

vestigação pesada – sendo a maior peça jurídica analisada na pesquisa, revelando a maior atenção do sistema em solucionar um caso cujos envolvidos são pessoas brancas e de classe mais abastada, ao contrário do que se observou nos demais – visto que o assassino era um empresário.

Claudinei apresentou-se a justiça por orientação de sua defesa e, dadas as provas materiais, foi preso. No entanto, semanas depois teve o pedido de *habeas corpus* aceito. Interessante observar que, ao contrário dos que serão analisados a seguir, o feminicídio de Sônia causou grande comoção à imprensa local e a comunidade, que pedia justiça pela vítima, visto que o assassino respondeu pelo crime em liberdade, sendo preso 4 anos depois.

O terceiro processo criminal encontrado refere-se ao feminicídio de Fernanda, morta no dia 31 de janeiro de 2002 por disparos de arma de fogo, realizados por um indivíduo encapuzado nas proximidades de sua residência, localizada no bairro Coronel Borges, na área central do município. Fernanda era uma mulher jovem de 17 anos, mãe solo, doméstica, negra, e morava de favor na casa de um homem onde trabalhava.

A identidade do suspeito foi comunicada à polícia por meio de uma ligação anônima ao disque-denúncia, e o acusado confessou o crime, justificando seu ato com a alegação de que a vítima estaria caçoando dele. Apesar da expedição de quatro mandados de busca e apreensão, além de um mandado de prisão preventiva, nenhum deles foi cumprido. O processo foi arquivado em 2016, 14 anos após o ocorrido.

O quarto caso refere-se ao assassinato de Irene, uma mulher negra de 44 anos, do lar, brutalmente morta a pauladas e pedradas no bairro Caiçara, onde residia. Seu corpo foi encontrado próximo a um valão no dia seguinte ao crime, ocorrido em 13 de julho de 2002. De acordo com relatório final do inquérito policial do referido crime, os principais suspeitos seriam dois homens: seu ex-namorado (com o qual, segundo testemunhas, discutiam frequentemente) ou o dono de um bar onde, na noite anterior ao crime, a vítima envolvia-se em uma briga.

O processo focou principalmente nas brigas em que a vítima se envolvia com outras mulheres em um bailão próximo ao local onde seu corpo foi encontrado, desviando a investigação da busca por outros possíveis autores. O caso ficou esquecido por 8 anos e a investigação só foi retomada em 2011, após consecutivas solicitações do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), mas sem avanços significativos. Em 2022, o processo foi finalmente arquivado, sem que houvesse solução alguma.

O quinto processo observado foi o de um duplo homicídio de Sidney e Gisely, ocorrido em 26 de novembro de 2003, no bairro Coramara, investigado como uma disputa relacionada ao tráfico de drogas. Luiz das Caieiras, um dos executores, confessou o crime após se entregar à polícia, revelando que o assassinato havia sido encomendado por Ênio, que lhe oferecera drogas e dinheiro para matar Sidney. No entanto, Gisely, mulher negra, de 18 anos de idade e doméstica, foi morta por engano. Luiz explicou que, ao chegar ao

local com a arma fornecida por Pepê, identificou Sidney por meio de um aperto de mão, que lhe serviu como sinal de que aquele era seu alvo.

Durante a investigação, foram expedidos mandados de prisão contra Luiz, Pepê e Ênio (este identificado como um dos mandantes do crime). Ao ser preso, dez anos depois, Luiz revelou como o crime foi encomendado, revelando que a morte de Sidney e Gisely foi por engano, motivada vingança pessoal ligada ao tráfico de drogas.

O sexto caso analisado refere-se ao feminicídio de Lívia, de uma mulher negra, desocupada e com 34 anos de idade. Lívia vivia em situação de rua. Se abrigava sob uma ponte na localidade de Duas Barras, que liga os distritos de Coutinho e Itaóca na zona rural de Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, a vítima convivia com transtornos mentais. No dia 15 de março de 2005 foi morta com uma facada no peito por um homem que, após o crime, permaneceu no local e aguardou a chegada da polícia para ser preso em flagrante.

O assassino afirmou que a motivação foi o fato de a vítima ter dito à sua esposa que ambos mantinham um relacionamento. No entanto, testemunhas contaram que esse tipo de comportamento de Lívia era comum, em razão de seu quadro psiquiátrico, o que havia levado à sua internação.

O processo teve andamento rápido, visto que o autor foi preso em flagrante, e, um ano depois, foi levado a júri popular. Durante o julgamento, ele alterou sua versão, alegando ter agido sob forte emoção e em legítima defesa, afirmando que havia sido atacado por Lívia. Tal estratégia foi recomen-

dada por sua defesa.

O júri acatou os argumentos e o juiz o sentenciou a quatro anos de prisão em regime semiaberto. Além disso, o julgamento ocorreu de forma errada, visto que dois itens não foram votados pelos membros do júri. A sentença foi proferida mesmo de forma viciada.

Por fim, o último processo criminal encontrado e analisado trata do feminicídio cometido contra Clementina no dia 12 de dezembro de 2005, mulher branca, doméstica, morta aos 35 anos em sua casa pelo namorado, que a matou com uma facada no pescoço. O feminicídio ocorreu dentro do quarto da casa onde moravam, na estrada que liga o bairro Village da Luz ao distrito de São Vicente na zona rural do município, e foi presenciado pela neta de 5 anos de idade.

O acusado alegou que havia cometido o crime porque acreditava que a vítima o traía com seu patrão. Dias antes do crime, Clementina havia pedido ajuda à sua filha, temendo pela própria segurança devido ao comportamento violento do companheiro.

O processo, contudo, acabou por deixar Clementina de lado e concentrou-se mais nas possíveis ameaças de morte que o acusado teria feito a uma terceira pessoa envolvida na história (seu patrão) do que no assassinato em si. Após o crime, o autor mudou-se para o litoral, onde se tornou pescador, e posteriormente para Niterói-RJ e, por fim, para Belo Horizonte-MG, onde foi preso por outro delito. Em 2016, ele foi transferido de volta para Cachoeiro de Itapemirim, onde cumpriu quatro anos de prisão, e solto em 2020.

Femigenocídio: Relações de gênero, violência, femicídio e feminicídio

Para Gerda Lerner, “o patriarcado é um sistema histórico que atribui o poder social e econômico aos homens e subjuga as mulheres” (Lerner, 1986, p. 217). Ela argumenta que essa estrutura patriarcal é responsável por estabelecer e reforçar as normas de gênero, que então se tornam instrumentos de controle e exclusão, perpetuando desigualdades de forma intergeracional.

A violência de gênero, por sua vez, é uma das formas para a manutenção da relação de poder do homem para com a mulher, seja ela utilizada pela sociedade de modo geral, seja ela praticada pelo próprio Estado. A violência se manifesta quando essas normas são transgredidas, reforçando que o patriarcado utiliza o controle social para manter essas performances de gênero, que legitima desigualdades e exclusões. Maria Beatriz Nader (2008, p 95) afirma que a violência, física ou simbólica, é uma forma de mecanismo de perpetuação do controle social, utilizada para reforçar o sistema patriarcal. No entanto, muitas vezes, a violência de gênero culmina no seu ponto máximo: o feminicídio.

Marcela Lagarde (2006), expande a definição de feminicídio para incluir não apenas o ato de matar, mas também o contexto de omissão do Estado, impunidade e normalização da violência, elementos que sustentam a continuidade desses crimes.

Diana Russell enfatiza a responsabilidade do Estado e das instituições na continuidade do feminicídio, destacando

que a ineficiência e a omissão diante desses crimes reforçam a impunidade e legitimam a violência, funcionando como um “ato de terrorismo de gênero, destinado a manter as mulheres em uma posição de submissão” (Russell, 2001, p. 28).

Já para Rita Lauta Segato (2012, p. 45), o feminicídio é um crime de natureza política, pois busca reificar a ordem patriarcal ao transformar o corpo feminino em um campo de dominação e subordinação, reafirmando o poder masculino sobre o corpo social. Desse modo, entendendo o Estado como mantenedor do feminicídio e da violência de gênero como um todo.

Assim, é possível compreender as relações de gênero como estruturas de poder que utilizam a violência para perpetuar a subordinação feminina, por conseguinte, a manutenção do sistema patriarcal. Em outras palavras, patriarcalizado, quanto sistema histórico de poder, utiliza-se da violência como ferramenta de controle. Tal sistema permanece imbuído historicamente por tanto tempo na sociedade, que a desigualdade de gênero acaba por ser naturalizada e a violência, por sua vez, banalizada.

Relacionando a violência de gênero, ao feminicídio e a responsabilização do Estado para com a violência de gênero, o femigenocídio emerge como uma violência sistêmica em que o Estado, ao negligenciar a proteção das mulheres, colabora com sua eliminação física e simbólica, contribuindo para o apagamento da memória da violência de gênero e das mulheres como um todo. Mas, a partir dos casos arrolados anteriormente, como é possível perceber, na prática, tal res-

ponsabilidade estatal? Além disso, quais perigos permeiam o femigenocídio?

Memoricídio: Fabricação de esquecimentos e revitimização

Os casos descritos ao serem localizados e analisados a partir dos estudos de gênero, poder, violência revelam um conjunto de produções de esquecimentos sustentados e perpetrados pelo meio social e pelo, mais especificamente, pelo sistema de justiça -este imbuído de representações e discursos fundamentados num sistema patriarcal.

Maurice Halbwachs, (2004, p. 14) apresenta o conceito de memória coletiva, destacando que a memória não é uma faculdade puramente pessoal, mas uma construção social que se forma em rede, limitada pelas perspectivas e valores dos grupos que a constroem e perpetuam. Nesse sentido, o ato de lembrar é moldado pelas dinâmicas sociais que determinam quais memórias devem ser reforçadas e quais são relegadas ao esquecimento.

Já Michael Pollak (1992, p. 12) amplia esse debate ao introduzir o conceito de “enquadramento da memória”, sublinhando que a lembrança é um processo seletivo e negociado, influenciado pelos interesses e necessidades de coesão interna dos grupos sociais. Argumenta que a memória é moldada pelas disputas simbólicas internas e externas que atravessam o tecido social, legitimando versões específicas do passado e apagando outras. Assim, pode-se afirmar que a memória

deixa de ser um elemento fixo e imutável para se tornar um campo dinâmico de disputas simbólicas e de poder.

A fabricação de esquecimentos e a presença de memórias seletivas em relação a esses casos atribuem ao Estado uma parcela significativa de responsabilidade pelos altos índices de violência de gênero no país, como demonstrado pelos exemplos analisados na amostragem deste estudo.

O desconhecimento e a invisibilização dos feminicídios ocorridos em Cachoeiro de Itapemirim refletem o modo como o sistema judiciário lida com a violência de gênero, contribuindo para a banalização e a naturalização dessa violência. O município, sendo o maior do sul do Espírito Santo, exemplifica de forma clara como a impunidade e o descaso institucional reforçam essas dinâmicas.

Os sete casos analisados revelam que existe uma relação estabelecida entre a violência de gênero a ineficiência do sistema de justiça. Feminicídios e femicídios com características de gênero permeiam todas as narrativas. Em todos os casos, a resposta judicial variou conforme a classe social e a cor das vítimas, por exemplo. Mulheres negras e de baixa renda, como Marília, Fernanda, Irene, Gisely e Lívia, enfrentaram maior negligência e atrasos nas investigações. Em contrapartida, o caso de Simone, assassinada por um empresário, obteve mais atenção e repercussão, embora o réu tenha sido beneficiado com *habeas corpus* e respondido em liberdade.

Além disso, algumas investigações acabaram por focar-se em culpabilizar as vítimas, em detrimento da responsabilização dos agressores. No caso de Fernanda, por exemplo,

testemunhas apontaram falhas em sua conduta materna e comportamento pessoal, culpando a vítima pela sua própria morte.

O esquecimento desses casos, bem como a má conduta do sistema de justiça nos poucos processos criminais que foram a júri, revelam o desinteresse do judiciário, e a culpabilização do Estado, como mantenedor da violência de gênero.

O sistema jurídico, além de falhar em garantir justiça, colabou na fabricação de um esquecimento institucional, revitimizando as vítimas e perpetuando a impunidade. Os casos de Marília, Fernanda, Irene, Gisely e Lívia ilustram como essas vidas foram desvalorizadas. A ausência de prioridade nas investigações, os arquivamentos sem solução e a negligência institucional revelam um processo deliberado de apagamento da memória dessas mulheres e a banalização da violência de gênero.

Em outras palavras, a indiferença institucional transformou essas mortes em eventos banais, visto que a violência de gênero tida como um fenômeno naturalizado. O que contrasta, por exemplo, com o assassinato de Simone mobilizou maior atenção pública e jurídica, evidenciando como o sistema de justiça tem sim o poder de criar memórias. No caso de Simone, uma memória seletiva, onde determinados indivíduos são lembrados, em detrimento de outros que são esquecidos, reforçando hierarquias de classe e raça.

Um dos perigos que pode ser percebido na análise dos casos é o da revitimização, isto é, mesmo já vitimadas (fatalmente), foram novamente violentadas pelo Estado, por meio

da banalização do crime, desinteresse na solução dos casos e, por conseguinte o esquecimento dos mesmos. A revitimização refere-se ao processo pelo qual a vítima, ao buscar reparação ou justiça no sistema jurídico, é submetida a novas formas de sofrimento e violência simbólica, devido a práticas institucionais que reforçam seu trauma inicial.

Da mesma forma, o caso de Gisely foi marcado por disputas pessoais (ligadas ao tráfico de drogas), diminuindo a gravidade da sua morte e banalizando o crime. Nos casos de Marília, Irene e Lívia, a falta de continuidade das investigações e os arquivamentos sem solução prolongaram o sofrimento das famílias, consolidaram a impunidade, geraram o esquecimento da memória das vítimas e do crime, e naturalizaram ainda mais a violência de gênero.

A fabricação do esquecimento das mortes de mulheres, acaba por contribuir para o apagamento total da memória das vítimas e, por conseguinte, do crime. A banalização da violência de gênero, bem como a revitimização causada pelo sistema de justiça, acabam por incentivar que o crime e as vítimas sejam novamente revitimizadas, agora, com o apagamento geral de suas memórias. A este fenômeno, atribui-se a denominação de memoricídio.

Fernando Báez explica que o memoricídio nada mais é do que a “destruição sistemática da memória de um povo, por meio da eliminação de sua cultura, identidade e história coletiva” (Báez, 2006, p. 34). Ele enfatiza que esse processo ocorre intencionalmente em contextos de dominação e conflitos, que visam apagar as referências identitárias de um

grupo e suprimir sua resistência cultural.

No que se refere ao memoricídio das mulheres vítimas de violência, pode-se afirmar que há, dentro do ciclo da violência de gênero, uma espécie de memoricídio de gênero, atrelado ao femigenocídio. Assim como o memoricídio apaga a identidade e a história de um povo, o femigenocídio de Lagarde apaga a vida, as memórias e as contribuições das mulheres, relegando suas histórias ao esquecimento. Tal problemática acaba por revelar um tipo de memoricídio simbólico de gênero, visto que ao confinar as mulheres ao espaço privado, o pacto patriarcal apaga suas experiências e contribuições da memória pública. Ao naturalizar a subordinação feminina, o contrato social patriarcalista efetivamente silencia e invisibiliza as mulheres, apagando sua memória da história.

Este apagamento de gênero é central ao conceito de memoricídio, uma vez que as experiências das mulheres não apenas são marginalizadas no presente, mas também removidas do passado coletivo, consolidando a ideia de que o espaço público e a história pertencem exclusivamente aos homens.

Tomando o femigenocídio como um problema de responsabilidade de Estado e considerando a existência de um memoricídio de gênero, Susan Besse (1999) complementa essa visão ao argumentar que a violência de gênero é sustentada por um esquecimento institucional e cultural que banaliza o sofrimento feminino e trata as vítimas como dispensáveis, deixando claro o papel das instituições no silenciamento dessas experiências.

Em conjunto, essas teorias revelam que o femigenocídio e o memoricídio são processos interligados, nos quais o apagamento da memória das mulheres reforça a continuidade da violência de gênero, mantendo-as em uma posição de subordinação e invisibilidade tanto social quanto histórica.

Conclusão

O processo de apagamento da memória dos casos de feminicídio e femicídio culmina na banalização e naturalização da violência de gênero, reforçando o patriarcado como um sistema de poder dominante. Assim, o Estado não apenas se omite em sua obrigação de combater essa violência, mas também atua como perpetrador das estruturas patriarcais, consolidando-as como parte essencial do tecido social.

A responsabilidade do Estado na perpetuação do assassinato de mulheres – e da violência de gênero de modo geral – é exemplificada no poder judiciário por meio dos silêncios nos arquivos (visto que poucos casos foram encontrados), do não cumprimento de mandados e sentenças, do congelamento e arquivamento de processos sem solução e da desconfiança projetada sobre a vítima, frequentemente culpabilizada por sua própria morte. Além disso, os discursos naturalizados pelos responsáveis pela aplicação da lei reforçam e legitimam a violência, ao invés de punir efetivamente os feminicidas.

Esse comportamento configura um ciclo contínuo de violência de gênero, onde outras violências ocorrem após o

femicídio ou ao feminicídio: a revitimização e o esquecimento. Essas novas violências, promovidas tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado, acabam por trazer à tona o que foi chamado neste trabalho como os dois grandes perigos: o femigenocídio e o memoricídio.

Ao relacionar violência de gênero aos trâmites jurídicos, e vinculando-a à fabricação de esquecimentos e à responsabilidade estatal, é possível lançar luz sobre a origem e os mecanismos que sustentam essas dinâmicas de poder pautadas na violência. Tal análise permite compreender como essas estruturas se formaram, de que forma permanecem operantes e quais mecanismos garantem sua perpetuação na atualidade.

Referências

Fontes Primárias:

BRASIL. Processo Criminal n. 0058922-37.2002.8.08.0011.
Primeira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 0060258-76.2002.8.08.0011.
Primeira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 0066765-53.2002.8.08.0011.
Primeira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 0061019-10.2002.8.08.0011.
Primeira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 0011706-12.2004.8.08.0011.

Primeira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 003100-58.2005.8.08.0011. Pri-
meira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

BRASIL. Processo Criminal n. 002292-9.2006.8.08.0011. Pri-
meira Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim – ES.
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. *Cronologia feminista e direito penal patriarcal. 13º seminário internacional Fazendo Gênero*, 201.

BAÉZ, Fernando. *A destruição do patrimônio mundial na guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Cen-
tauro, 2004.

KLAUSING, Sônia da Silva Oliveira. *O sistema político moder-
no: cultura política patriarcal e interceccionalidade nos
tribunais*. OAB-RJ, 2017

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las
mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*.
México: UNAM, 2006.

LERNER, Gerda. *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford

University Press, 1986.

NADER, Maria Beatriz. *A vida em desunião: violência, gênero e denúncia*. Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2013. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875177_98d6fedaeadea7859072b5f4352931426.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1992.

RUSSELL, Diana. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. New York: Twayne Publishers, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Estrutura de sentimento e cultura colatinense: uma abordagem histórico-cultural (1970–1990)

Jamile Bravin Frechiani¹

Este estudo é um recorte temático de uma tese de doutorado em construção. Com aporte teórico em Raymond Williams, tal recorte tece análises sobre o conceito de estrutura de sentimento e o utiliza como caminho metodológico no exame de aspectos artístico-culturais da cidade de Colatina – um município interiorano do Espírito Santo, que é palco da história e da materialidade cultural tratadas na referida tese.

Para que se compreenda o conceito de estrutura de sentimento, é preciso evidenciar a centralidade que este conceito adquire na obra de Raymond Williams. Desde a primeira utilização que faz dessa conceituação até a fase de maturidade de sua obra, o autor reelabora e reclassifica o termo diversas vezes, de modo a ressignificar estrutura de sentimento à medida que novas elucubrações vão se formando no cerne dos estudos em torno da cultura.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que, para Williams, a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre, jamile-bfrechiani@gmail.com.

cultura tem uma acepção mais ampla, configurando-se como um modo inteiro de vida (GOMES, 2011). Assim, a cultura está no bojo da sociedade, é parte ativa e inerente às relações que nela se constroem, manifestando-se na vida cotidiana dos indivíduos — o que significa dizer que ela não está restrita às manifestações artísticas eruditas, mas ampliada em todo o constructo social que vem das práticas cotidianas e das formas de pensar e se relacionar dos sujeitos.

Desse modo, na visão de Williams (1979, 1983, 2011) — com a qual se corrobora neste estudo —, a cultura é um campo em que tradição e inovação coexistem, disputas simbólicas se instauram, aspectos econômicos e relações sociais se entrelaçam e temporalidades históricas emergem. Assim, estudar a cultura é compreender a totalidade de uma sociedade.

A concepção de totalidade social abarca a cultura em inter-relação com outros aspectos da sociedade – tais como a economia e a política –, e não como um aspecto isolado e/ou mero reflexo das relações de produção que sustentam a base econômica. É a partir desse entendimento que o autor aqui destacado evidencia que a cultura é dotada de certa autonomia na sociedade, sendo capaz de influenciá-la, de modo que não pode ser reduzida ao determinismo econômico estrito.

Decorre dessa crítica ao determinismo econômico o termo materialismo cultural — utilizado por Raymond Williams (1979) para explicitar sua visão de que o marxismo tradicional não consolida a análise da cultura enquanto processo ativo da totalidade social, uma vez que tal marxismo enxerga a cul-

tura como superestrutura decorrente dos aspectos econômicos, portanto, simples reflexo destes. Ao rejeitar esse marxismo reducionista, o autor propõe retratar a cultura enquanto sistema histórico dotado de significados e valores que tem a capacidade de reproduzir ou de transformar as condições sociais. Desse modo, quando, em dado período histórico, ocorrem mudanças culturais, é preciso analisá-las em conjunto com as transformações econômicas e sociais inerentes àquele momento da história, pois é a análise desse contexto completo – e complexo – que permitirá a compreensão dos desdobramentos daquela mudança cultural na sociedade e vice-versa. Isso demonstra, mais uma vez, a interdependência da cultura, da economia e da política na totalidade social.

No materialismo cultural proposto por Williams (1979), estrutura de sentimento assume centralidade, pois mostra-se como um conceito-chave para compreender os modos de experiência e percepção cotidianas vivenciados pelas pessoas e grupos sociais em determinado momento histórico. Assim, estrutura de sentimento busca captar as relações complexas entre a cultura e a vida social, identificando nessa complexidade as tensões socioculturais demonstradas por forças que buscam preservar o passado e forças que incorporam o novo, evidenciando dualismos tais como tradição e inovação, continuidade e ruptura.

Para explicitar esses dualismos, Williams (1979) incorpora ao conceito de estrutura de sentimento a análise do que ele chama de elementos residuais, dominantes e emergentes. Para o autor, a cultura é formada pela interação constan-

te destes três elementos, sendo os residuais² aqueles que, embora remanescentes do passado, ainda se conservam ativos no presente; os dominantes³ são aqueles dotados de hegemonia no contexto atual e os emergentes⁴ denotam novidade e possíveis rupturas, apresentam-se como alternativos tanto às seleções conservadas do passado quanto ao presente hegemônico. Importante salientar que estes três elementos coexistem e interligam-se nos momentos históricos – em todos e quaisquer momentos históricos. Assim, o emergente pode vir a tornar-se dominante, o dominante transformar-se em residual e o residual carrega a capacidade de revelar particularidades do dominante e apontar possibilidades de mudança. A importância destes três elementos temporais para a análise cultural está na possibilidade de compreender a cultura enquanto um processo dinâmico e em constante transformação.

O conjunto complexo e cambiante desses três elementos subsidia o conceito de estrutura de sentimento, que, ao não representar uma estrutura fixa, capta valores e sentidos vividos por uma sociedade em determinado período e reflete o processo histórico e social dela.

Embora de suma importância em toda a obra de

2 Exemplos de elementos residuais: costumes e formas de vida que embora tenham surgido em tempos passados, permanecem atuantes no presente.

3 Exemplos de elementos dominantes: ideias, estilos de vida, práticas de vida aceitos pela sociedade. Normalmente estão associados às instituições, à economia e à política vigente.

4 Exemplos de elementos emergentes: novas expressões culturais, ideias e movimentos sociais que questionam e desafiam a conjuntura dominante.

Williams, o próprio autor faz autocríticas à ideia de estrutura de sentimento e, a partir delas, vai aperfeiçoando a teoria, de modo que, como mencionado anteriormente, ela se torna central em seu trabalho. Assim, ele reflete, por exemplo, sobre a contradição que à primeira vista os termos estrutura e sentimento podem denotar. Estrutura remete a algo fixo, com o poder de enquadrar, enquanto sentimento parece algo mais fluido e ligado às emoções. Como é possível, então, combinar esses dois vocábulos aparentemente contraditórios em um termo conceitual que se pretende útil para tecer hipóteses culturais? Raymond Williams parece encontrar a força de seu conceito justamente neste contraditório, pois ao unir essas duas ideias – o fixo e duradouro de estrutura ao fluido e emocional de sentimento – mostra que os sentimentos coletivos são organizados socialmente de forma real, mesmo sendo experiências emocionais e mutáveis (FILMER, 2009). Sobre esta questão, elucida-se que

A força do conceito se revela pela tensão oximorônica e de sua formulação na justaposição de estrutura com sentimento. Williams o empregou como um instrumento do método de análise crítica para traçar um caminho através das várias dicotomias redutivas que problematizam os discursos sociológicos sobre cultura. Este instrumento possibilitou a Williams falar sobre as oposições sem se enredar nelas: teoria e empirismo, materialismo e idealismo, determinismo e autonomia, estrutura e ação, objetivismo e subjetivismo, estruturalismo e culturalismo, cultura popular e de minorias (FILMER, 2009, p.373).

Como metodologia possível para análises da cultura, estrutura de sentimento funciona como ferramenta capaz de

captar processos de mudança cultural em curso, permitindo que se comprehenda como surgem novos modos de sentir e viver, ao mesmo tempo em que outros modos resistem e se consolidam. Modos passados e modos presentes se articulam a partir da experiência social, da criatividade de cada sujeito e das estruturas sociais historicamente situadas.

É justamente como caminho metodológico que se utiliza estrutura de sentimento para a análise e compreensão da cultura colatinense no recorte temporal que vai das décadas de 1970 a 1990. Notícias dos periódicos locais *Folha do Norte* e *Revista Nossa* forneceram as pistas iniciais para a detecção do circuito artístico-cultural da Cidade nesse período delimitado. Dentre reportagens as mais variadas – desde aquelas que apresentavam o panorama econômico da época, passando por desentendimentos públicos envolvendo políticos e Igreja, até as que descortinaram parte da materialidade cultural do Município – foram selecionadas as que se conectam diretamente à arte e à cultura para então analisá-las, por intermédio do conceito de estrutura de sentimento.

Por entre escritos e imagens, sob a bandeira do progresso e pretendendo-se moderna, a imprensa local exibia um discurso desenvolvimentista, centrado em aspectos econômicos que supostamente tornariam o Município cada vez mais próspero. Tal discurso é perceptível nas mais diversas matérias, tanto naquelas de cunho estritamente econômico quanto nas voltadas às questões culturais.

No rol de exemplos possíveis desse contexto, é possível partir da paisagem construída e de seus símbolos cheios de

significados, adensar-se pelas instituições culturais e percorrer as obras de artistas plásticos, músicos e escritores – ainda que, para isso, seja necessário, com perdão do paradoxo, ouvir o silêncio da imprensa e detectar os significados de suas entrelinhas.

Nas linhas que se seguem, com base no conceito de estrutura de sentimento, destacam-se análises e hipóteses culturais decorrentes das notícias previamente selecionadas.

Saiu na imprensa

Ao iniciar as análises mencionadas acima, é preciso deixar claro que neste trabalho são feitos recortes dos estudos realizados na tese em construção. Desse modo, dado o espaço disponível neste artigo e para manter o ineditismo da pesquisa, as críticas e apreciações aqui empreendidos apresentam informações preliminares do debate mais profundo e detalhado que está sendo construído na tese.

Dito isso, inicia-se pela paisagem.

Em reportagem veiculada no ano de 1985, a *Revista Nossa* estampou a seguinte manchete: “Colatina preserva monumentos”. A notícia reportava a reforma do Cristo Redentor e da Ponte de Ferro — dois símbolos marcantes na paisagem da Cidade. Ao exaltar a necessidade de preservação desses ícones históricos, a matéria enfatizava que tal reforma era necessária para assegurar o processo de modernização de Colatina, uma vez que os investimentos na ponte melhorariam o tráfego cada vez mais intenso na Cidade e a nova e

tecnológica iluminação do Cristo traria ares modernos àquele ponto turístico local. Vê-se nitidamente a política desenvolvimentista guiando o discurso da imprensa. Porém, ao mesmo tempo que se tem a exaltação da reforma e que se fala em preservação, a notícia deixa escapar a falta de investimento nesses símbolos históricos da Cidade, que por anos ficaram expostos à deterioração pela ação do tempo, sem nenhuma intervenção no sentido de preservar as construções. A estrutura de sentimento que paira na reportagem é a da falta de investimento das instâncias públicas nos bens patrimoniais do Município. Assim, há aplausos pela iniciativa de reforma, mas há também o sentimento geral de que essas ações de conservação deveriam ser constantes e não pontuais.

O custeamento por parte do poder público às instituições culturais também é revelado pela imprensa local como escasso. Há duas perspectivas para a análise desse contexto: a primeira gira em torno do parco investimento em locais e equipamentos culturais – teatro, galeria de arte, museu, dentre outros, eram (e ainda são) inexistentes na Cidade; e a segunda remonta ao abandono e ineficiência administrativa diante do pouco que se dispunha: a Biblioteca Pública Municipal e a Casa da Cultura.

Sob os títulos “Biblioteca Municipal de Colatina” e “Biblioteca Pública Municipal: sonho realizado”, as reportagens da edição nº 41 da *Revista Nossa*, no ano de 1989, celebram a inauguração da Biblioteca Pública como marco cultural para a Cidade. Toda uma agenda política foi montada em torno

desta inauguração: o prefeito da época⁵ e seus assessores asseguravam que a eficiência de seus governos tornara possível a construção desta edificação pública que buscava garantir um espaço cultural bem estruturado para a Cidade – destinado à guarda e disponibilização de livros e documentos históricos, mas também funcionando como local para a montagem e exibição de peças teatrais, saraus, entre outros. No discurso da imprensa, observa-se a subordinação da cultura à esfera do desenvolvimento econômico, como se verifica no trecho a seguir:

[...] o Poder Público Municipal de Colatina [assume] a tarefa de dotar a comunidade colatinense dos instrumentos que propiciam alcançar a modernidade e os bens por ela gerados. A vontade expressa do executivo colatinense de dar amparo à educação e cultura [...] pode situar Colatina entre as cidades deslocadas do núcleo urbano da Grande Vitória, mas com riqueza potencial e/ou efetiva, que têm investido concretamente na elementar necessidade de geração de bens culturais (REVISTA NOSSA, 1989, p. 11).

É possível perceber em tal discurso que a cultura é tratada como algo necessário ao processo moderno de urbanização — uma cidade que se queria moderna precisava contar com equipamentos culturais como símbolos de prosperidade e acesso ao conhecimento. Assim, especialmente na ocasião de inauguração desse espaço, vê-se todo um alvoroço político que funcionava como propaganda da eficiência administrativa do governo, mas, na prática, Colatina pouco contava com uma agenda cultural apoiada pelo poder

5 Dilo Binda era o prefeito de Colatina à época.

público e que fosse constante, potente e atuasse de fato para o acesso e democratização da cultura. Nesse contexto, longe do que propõe Williams (1979), a cultura não era entendida como um modo inteiro de vida, mas como acessório subjugado aos processos econômicos.

Essa celebração político-econômica estampada nas notícias já citadas sobre a Biblioteca Pública de Colatina destaca as vozes hegemônicas da Cidade, nesse caso, a elite política que usava o bem cultural como palanque. Porém, em outra matéria, dessa vez publicada no *Folha do Norte*, emergiam críticas que deixavam transparecer uma estrutura de sentimento que mais uma vez apontava para o descaso e a falta de investimentos coesos. Trata-se da reportagem intitulada “Uma Biblioteca além da leitura”, também do ano de 1989.

Ao noticiar a inauguração da Biblioteca, a referida reportagem exaltava a importância desse equipamento cultural para a Cidade, mas sem deixar de apontar, por exemplo, que o acervo – advindo em sua maioria de doações da própria população – era pobre e escasso. Assinalava ainda que esse acervo contava com grande número de revistas velhas, servindo apenas para um possível “setor de recorte” (FOLHA DO NORTE, 1989, n.p.). Note-se o descaso e a falta de investimento real do poder público: a edificação construída tornava-se marco na paisagem e era alardeada como importante espaço cultural para promoção do conhecimento e acesso à cultura, mas o acervo – equipamento primordial de uma biblioteca – não recebeu o investimento adequado. A estrutura

de sentimento que brota desse contexto é a da ineficiência da gestão pública, que, ao se autopromover como investidora de equipamentos culturais, na prática não dava a devida importância à cultura como experiência cotidiana da população, nem como processo material da tessitura social.

Esse mesmo sentimento coletivo de desasco pode ser verificado na reportagem do *Folha do Norte* (1989) que trata da Casa da Cultura de Colatina, cujo título é “Casa da Cultura: um espaço que precisa ser preservado”. De antemão, pelo título, já é possível depreender que se trata de um espaço relegado a segundo plano, como de fato a reportagem revela. A Casa da Cultura, edificação inicialmente destinada a ser um clube recreativo – frequentado pela elite local – fora adquirido pela Prefeitura Municipal para servir de local para a promoção da cultura. No entanto, com o passar dos anos, a falta de preservação da estrutura predial, bem como a falta de recursos para a promoção de ações culturais, transformou o local em espaço para reuniões de entidades, sindicatos, associações, igrejas e até velórios. A matéria jornalística apresenta um tom saudosista da época em que a Casa era um clube “bem frequentado” (FOLHA DO NORTE, 1989, n.p.), referindo-se à elite que promovia bailes, saraus e outras atividades culturais. Assim, embora denuncie o péssimo estado de conservação da Casa da Cultura, a reportagem traz nas entrelinhas a visão de que a cultura estava melhor subsidiada quando delegada às classes abastadas que cuidavam de sua promoção naquele espaço. A preocupação, então, não era tanto com a precariedade das instalações e dos recursos que impediam a população de acessar modalidades culturais,

mas, em grande medida, com a estrutura daquele prédio que evocava memórias de experiências vividas pelas elites.

Apesar de todo o contexto de descaso com a arte e a cultura, sem investimentos ou destinação programada e frequente de recursos públicos para a produção e difusão cultural, artistas plásticos, músicos e escritores buscavam seguir com seus trabalhos – o que representava, nesse caso, uma forma de resistir ao modo de vida, portanto, à cultura dominante. Entendendo os processos culturais como resultados de elementos residuais, emergentes e dominantes, nas obras desses artistas locais é possível observar a manifestação das estruturas de sentimento que evocam. Pois, suas produções, ao teimarem em existir, confrontavam a hegemonia dos poderes municipais, convertida em falta de apoio e recursos voltados à cultura, assim, tais produções emergiam como resistência ao poder dominante, embora muitas vezes também deixassem à mostra traços residuais do passado. Isso pode ser melhor exemplificado quando se debruça sobre as obras plásticas produzidas na localidade ou por artistas locais nas décadas de destaque deste trabalho. O recorte temporal abarcado pela pesquisa é o da segunda metade do século XX, século em que as linguagens artísticas passaram por amplas transformações, inovações e mudanças – muitas delas em decorrência das reconfigurações mundiais ocorridas após as Grandes Guerras e os avanços científicos e tecnológicos, para citar alguns exemplos.

Num panorama geral, a arte experimentava novas possibilidades: o binômio pintura e escultura cediam espaço

a novas experiências e aos mais variados suportes – o corpo, a performance, o *happening*, a instalação, o vídeo, a arte computadorizada, os sentidos em sinestesia, o efêmero – que ofereciam aos artistas caminhos possíveis para experientiar a arte contemporânea, questionando o mundo, a existência e a própria arte.

Embora essa fosse uma tendência mundial, sabe-se que as tendências não eliminam as especificidades locais, de modo que cada contexto articula, à sua maneira, seu percurso e desenvolvimento cultural. Assim, ainda que, num panorama mundial, os meios de expressão artísticos das décadas aqui destacadas incorporassem as novidades contemporâneas, os artistas plásticos que à época produziam em Colatina, conservavam resíduos de uma linguagem artística passadista⁶ – com predominância figurativa e alicerçada nas tradicionais modalidades da pintura e da escultura.

Seguindo os pressupostos do materialismo cultural teorizado por Raymond Williams (1989), as produções artísticas são práticas materiais vinculadas às relações de produção, difusão e recepção. Assim, a arte depende de condições materiais para que possa ser produzida e veiculada, de modo que, numa cidade como Colatina – onde essa materialidade era escassa⁷ –, as formas e os conteúdos da linguagem artística são inevitavelmente influenciados.

A coexistência de linguagens artísticas, as mais diver-

6 Importante ressaltar que o termo passadista não é empregado aqui em sentido pejorativo, mas entendido como linguagem que foi tendência no passado.

7 Sem mercado, instituições e políticas públicas voltadas à arte e à cultura.

sas, no mesmo período histórico revela a heterogeneidade temporal da cultura, ideia relacionada diretamente ao conceito de totalidade social contraditória proposto por Williams. A totalidade social, como afirmado no início deste texto, longe de ser harmônica, refere-se aos vários níveis da vida social – econômico, político e cultural – coexistindo e refletindo um campo de contradições que é palco possível para as transformações culturais, bem como para a disputa pela hegemonia (GOMES, 2011). No exemplo das artes plásticas citado, a nova e a velha linguagem coexistiam na cidade de Colatina e manifestavam-se a partir da tradição que, ao se reinventar, emergia como resposta àquele presente.

Hoje, com os conhecimentos e informações da história transcorrida, pode-se analisar o passado buscando a materialidade cultural inerente à totalidade social da Cidade. Assim, ao captar as estruturas de sentimento que pairavam no modo de vida colatinense, espera-se compreender a interação de elementos residuais, dominantes e emergentes que configuraram o panorama cultural do passado e que, certamente, estão reconfigurados no presente da Cidade, que ainda clama por acesso e investimentos na arte e na cultura.

Considerações finais

Neste texto, ao tratar do conceito de estrutura de sentimento e evocar seus desdobramentos, buscou-se analisar aspectos culturais da cidade de Colatina, no recorte temporal da segunda metade do século XX, como explicitado ao longo do estudo.

Porém, faz-se necessário pontuar que este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, o que significa dizer que as hipóteses culturais aqui empreendidas são preliminares e serão adensadas à medida que os estudos em torno da tese avancem.

Ressalta-se que há inúmeras outras matérias da imprensa local cujas análises comporão a tese – o que tornará o estudo pretendido mais completo e com mais evidências que comprovem os argumentos levantados.

Por fim, espera-se ter elucidado, ao longo deste texto, que a compreensão da cultura como um processo social ativo vincula-se à experiência vivida e às formas de percepção coletiva em transformação. Assim, integrando o escopo teórico-metodológico do materialismo cultural, o conceito de estrutura de sentimento revelou-se ferramenta potente para a leitura e as análises históricas de processos culturais específicos, como os que atravessam o passado colatinense.

Referências

FILMER, Paul. *A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais*: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, n. 27, p. 371-396, 2009. Tradução de Leila Curi Rodrigues Olivi. Artigo originalmente publicado em *The British Journal of Sociology*, London, v. 54, n. 2, p. 199-219, jun. 2003.

GOMES, Itania Maria Mota. *Raymond Williams e a hipótese*

cultural da estrutura de sentimento. In: GOMES, Itania Maria Mota; JANOTTI JUNIOR, Jeder (org.). *Comunicação e estudos culturais.* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 29-48.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo.* São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Reportagens:

Biblioteca Municipal de Colatina. Revista Nossa, n.41, 1989, p. 11-12.

Biblioteca Municipal de Colatina: sonho realizado. Revista Nossa, n.41, 1989, p. 13.

Casa da Cultura – um espaço que precisa ser preservado. Folha do Norte, 1989, n.p.

Uma Biblioteca além da leitura. Folha do Norte, 1989, n.p.

Arte experimental, subversão e atuação política nos anos de chumbo (1968-1974): uma análise da mostra “Do Corpo à Terra”

Roney Jesus Ribeiro¹

Introdução

Nos anos 1970, a arte no Brasil ocupou os espaços públicos e ganhou caráter de resistência, funcionando como instrumento de denúncia contra a violência social e a represão política. Nesse contexto, destacou-se a manifestação *Do Corpo a Terra*, realizada em abril de 1970 em Belo Horizonte, Minas Gerais, que se tornou símbolo de enfrentamento à ditadura militar. O evento integrou duas exposições decisivas para a arte contemporânea brasileira: *Do Corpo a Terra* e *Objeto e Participação*. As mostras ocorreram durante a Semana de Arte de Vanguarda, coincidindo com a inauguração do Palácio das Artes e as comemorações da Semana da Inconfidência. Ao receber a incumbência de planejar as mostras citadas Mari’Stella Tristão, então diretora de Artes Visuais do Palácio, convidou Frederico Moraes para organizar os eventos, patrocinados pela Hidrominas, órgão estatal de promoção cultural

¹ Professor na educação básica nos municípios de Vila Velha e de Guaraí. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: Roney-ribeiro@hotmail.com

e turística.

Na época, ainda não se falava em curadoria, de modo que Morais atuou como crítico, organizador e também artista participante. Ao todo, vinte e cinco artistas integraram as duas mostras, entre eles Artur Barrio, Cildo Meireles, Carlos Vergara, Hélio Oiticica, Lotus Lobo e Ione Saldanha. A participação de Morais como artista, além de crítico, evidenciou sua postura engajada e inovadora. Como observa Marília Andrés Ribeiro, ao transformar a crítica em criação, ele se firmou como uma das figuras mais relevantes na promoção da arte contemporânea brasileira (Ribeiro, 1998, p. 179).

Considerações sobre Objeto e Participação

Realizada no interior do Palácio das Artes, em Belo Horizonte, a mostra *Objeto e Participação* foi inaugurada em 17 de abril de 1970 e permaneceu em cartaz por um mês. A exposição explorava o conceito de “objeto” e “não objeto” como novas categorias artísticas, defendendo a noção de obra aberta e inacabada, que só se completava com a participação ativa do público. Essa proposta retomava discussões já apresentadas em *Nova Objetividade Brasileira* (1967), mas com um tom mais engajado, ainda que menos radical do que as experiências de *Do Corpo à Terra*, revelando um forte viés político (Reis, 2017).

Entre os trabalhos exibidos, destacou-se a série *Carimbos* (1970), de Thereza Simões. Apesar de parecerem simples, suas proposições traziam críticas contundentes ao re-

gime ditatorial, além de questionarem preconceitos ligados a status social, gênero e raça. Dessa forma, a obra da artista ampliava o caráter político e ideológico da mostra, reforçando o diálogo entre arte, sociedade e resistência.

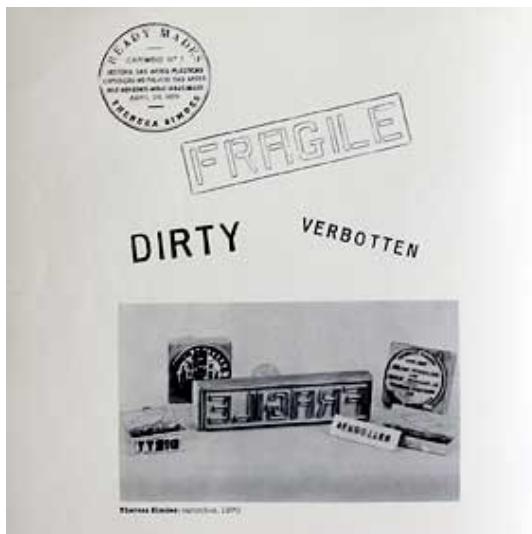


Figura 1 e 2: Thereza Simões. Carimbos, 1970. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>.

Na mostra *Objeto e Participação* (1970), **Thereza Simões** apresentou carimbos com palavras de ordem em inglês e alemão, como *act*, *silently* e *verboten*, que funcionavam como críticas veladas ao contexto ditatorial e ao racismo, dialogando inclusive com o discurso de Malcolm X (Chagas, 2020, p. 141). Manipulados pelo público e aplicados em painéis, vidraças e paredes do Palácio das Artes, os carimbos questionavam a suposta neutralidade do museu e romperam com paradigmas de gênero e passividade ideológica (Reis, 2005, p. 185). Ao conectar repressões vividas no Brasil e nos Estados Unidos, Simões reafirmou a arte como espaço de liberdade e resistência contra o silenciamento político

Em *Objeto e Participação* (1970), Frederico Morais concedeu total liberdade criativa aos artistas, sem impor regras de materiais ou processos. Como resultado, muitas obras exploraram experiências sensoriais a partir da interação com o público. Um exemplo foi a instalação “Camas - Ela me deu bola”, de Teresinha Soares, composta por três camas box sem pés, forradas com tecidos coloridos que remetiam a clubes de futebol, funcionando como espaço de integração entre pessoas de diferentes origens sociais, raciais e culturais.

Outras propostas também refletiram forte engajamento político. George Helt instalou na entrada do Palácio uma faixa de papel com pegadas pintadas, conduzindo o público por um “caminho da liberdade”, metáfora de resistência às armadilhas do poder (Morais, 2001). Franz Weissmann, por sua vez, apresentou sua série *Labirintos Lineares*, que se expandia pelo chão da galeria em diálogo direto com o espaço

e os visitantes. Dilton Araújo exibiu uma caixa de fósforos sobre pedestal acompanhada da inscrição “uma possibilidade”, obra simples, mas carregada de crítica às condições de vida sob o AI-5 (Chagas, 2020, p. 141). Já Umberto Costa Barros apropriou-se de materiais disponíveis no Palácio - como escadas, pedaços de madeira, ferro, tijolos e pedestais - para reorganizá-los em instalação que ressignificava o espaço expositivo.

Em “Caixas Olfativas” (1970), José Ronaldo Lima criou nove recipientes preenchidos com essências domésticas como erva-doce, açafrão, violeta, pimenta-do-reino, coentro e jasmim. O público era convidado a cheirar a essência das caixas, tornando-se coautor da obra e estimulando uma reflexão crítica sobre hierarquias sociais que mantinham o Brasil em posição subalterna. Ao aguçar os sentidos, especialmente o olfato, a instalação rompia com a postura contemplativa tradicional e transformava a experiência estética em ação e participação ativa, incentivando o público a repensar realidade social e política do país (Chagas, 2020, p. 142).

Já o mineiro Dileny Campos apresentou a instalação “Paisagem e Sub Paisagem” (1970), composta por duas placas em formato de seta que simulavam um desvio provisório na entrada do Palácio das Artes. Na mesma calçada, Frederico Morais instalou outra placa, criando um diálogo involuntário entre as obras. Segundo Francesco Napoli (2022, p. 189), essa relação reforçava a ideia de inacabamento do espaço urbano e simbolizava um “gesto de escavar o futuro”. Para além da casualidade, ambos os trabalhos remetiam à condi-

ção de incompletude e fragilidade típica de países em desenvolvimento, como o Brasil, então marcado pela crise econômica e pelo endividamento.



Figura 3: Dileny Campos. Paisagem e Sub Paisagem, 1970. Disponível em: <https://criticadeartebh.wordpress.com/>.

Na instalação de Dileny Campos, a placa com a palavra “Paisagem” apontava para a rua, enquanto a placa “Sub Paisagem” indicava o chão, sugerindo uma possível conexão com os porões do *Palácio das Artes*, onde prisioneiros políticos eram mantidos. O prefixo “sub” confere à expressão um sentido secundário, provocando estranhamento e questionamentos sobre a relação entre arte e vida (Vivas, 2012. p. 366-367). Ao utilizar placas em um espaço em construção e materiais pouco convencionais, Campos desloca o conceito

tradicional de país e instiga o público a refletir sobre a realidade política da época por meio de uma experiência sensorial.

De modo geral, os trabalhos exibidos em *Objeto e Participação* romperam com a arte tradicional e com a concepção formalista de objeto. As obras não se apresentavam prontas, mas dependiam da participação do público para se completarem, abrindo espaço para novas narrativas. A mostra reforçou o papel da arte como instrumento de reflexão crítica sobre o contexto político do período.

Do Corpo à Terra: a radicalização das ações artísticas

A mostra *Do Corpo à Terra* ocorreu entre 17 e 21 de abril e se destacou por ultrapassar os limites internos do museu, envolvendo diretamente o meio ambiente em suas proposições. Apesar de breve, a exposição valorizou a desmaterialização da arte, o *happening* e a efemeridade dos processos artísticos, caracterizando-se pelo experimentalismo, radicalismo e ativismo político (Morais, 1970, p. 5). Os trabalhos foram realizados em locais centrais de Belo Horizonte, como o Ribeirão Arrudas, a Serra do Curral e o Parque Municipal, transformando a cidade em um palco artístico.

A iniciativa de ocupar espaços externos partiu de Frederico Morais, que incentivou os artistas a explorar novas perspectivas e integrar suas obras ao ambiente. Em seu manifesto, Morais ressaltava que o objeto de arte não deveria ser entendido como categoria tradicional de pintura ou escultura, mas como veículo para expressar novas realidades e ideias

pós-modernas. O objeto, segundo ele, passava a representar uma situação existencial renovada do homem e um novo humanismo, alinhando-se ao caráter experimental e poético da mostra.

Para garantir que os artistas pudessem atuar livremente nos espaços públicos, o presidente da Hidrominas autorizou formalmente a realização das propostas artísticas, reconhecendo sua legitimidade e radicalidade. Embora não intencional, essa autorização permitiu transgressões às regras impostas pelo regime militar, gerando atritos entre funcionários do parque, artistas e a polícia. Frederico Morais, organizador de *Do Corpo à Terra*, orientou que os trabalhos fossem executados diretamente no Parque Municipal, em horários distintos, permitindo que o público acompanhasse o processo criativo e evidenciando o caráter coletivo e efêmero das obras, muitas das quais se deterioraram naturalmente com as condições climáticas (Morais, 1975).

O espírito de guerrilha se manifestou em práticas inéditas no cenário artístico, registradas principalmente por fotografias. Um exemplo marcante foi a performance “Na Pupila” (1970), de Luiz Alphonsus, em que uma faixa de plástico de quinze metros foi queimada com uma mistura inflamável sobre o gramado do Parque Municipal. O objetivo era deixar marcas que funcionassem como “rastros de arte no planeta”, estimulando reflexões sobre o passado e o futuro do país (Morais, 1970). A ação simbolizava como as cicatrizes do tempo poderiam orientar novas gerações a compreender melhor os problemas sociopolíticos e culturais do Brasil.

Em *Trilhas de Açúcar* (1970), Hélio Oiticica e Lee Jaffe propuseram uma ação efêmera na Serra do Curral, criando trilhas de açúcar que seriam consumidas por formigas, integrando arte e natureza de forma geopolítica e sensorial. No entanto, a intervenção não ocorreu como planejado: um trator da mineradora removeu rapidamente a terra, quase impossibilitando o registro fotográfico da obra (Chagas, 2020, p. 211-212). Por sua vez, Lotus Lobo realizou uma ação ecológica no Parque Municipal, semeando milho para acompanhar seu ciclo de crescimento e integração à paisagem, enfatizando a relação entre arte e vida (Ribeiro, 1998, p. 222-223). A proposta não se completou devido à falta de experiência agrícola da artista e à intervenção da polícia, que ameaçou prendê-la por suposta desobediência e transgressão à ordem pública. Ambas as obras ilustram o caráter experimental e efêmero das ações artísticas realizadas em *Do Corpo à Terra*.

Uma das ações mais radicais e transgressoras de *Do Corpo à Terra* foi “*Situação T/T1*” (1970), de Artur Barrio, composta por trouxas ensanguentadas que expressavam forte crítica política. Originalmente apresentadas em 1969 no Salão da Bússola, essas obras ganharam ainda maior impacto ao serem exibidas ao ar livre, em contato direto com a paisagem natural, intensificando seu caráter político e provocativo.



Figura 4: Artur Barrio. Situação T/T1, 1970. Disponível em: <https://homelessmonalisa.com/>.

Para evitar a censura, Artur Barrio realizou “Situação T/T1” (1970) em três etapas: a confecção dos objetos-trouxas, sua instalação em locais públicos de Belo Horizonte e uma performance com papel higiênico. Com discrição para garantir o anonimato de sua situação artística, Barrio preparou as trouxas em um galpão afastado, utilizando pó de serra, sangue, carne, ossos e outros materiais precários (Chagas, 2020, p. 145). Durante a madrugada, elas foram instaladas nas margens do Ribeirão Arrudas, área conhecida por ser ponto de

desova de corpos durante a ditadura, o que intensificava o caráter político e denunciativo da obra.

Ao amanhecer, a presença das trouxas causou comoção pública e intervenção policial, com a apreensão e posterior incineração dos objetos. Enquanto isso, Barrio, infiltrado entre os curiosos, observava as reações do público. A investigação chegou a analisar o conteúdo das trouxas para verificar se havia origem humana. Dessa forma, a ação de Barrio expôs e criticou as práticas repressivas e violentas do regime militar, utilizando a arte como instrumento de resistência e denúncia política.

O artista mineiro José Ronaldo Lima, de orientação marxista-leninista, realizou duas propostas artísticas de forte conteúdo conceitual e político (Dellamore, 2014, p. 120). A primeira, intitulada “Gramática Amarela” (1970), consistiu em uma intervenção no Parque Municipal de Belo Horizonte, onde grafitou, com tinta spray, as palavras ‘[verme]lha’ em vermelho e ‘gramatica’ em verde, acompanhadas por uma longa fileira de jornais que noticiavam a Revolução Cultural Chinesa e a Guerra do Vietnã. A manipulação linguística e cromática das palavras instigava o público a “ver” criticamente a realidade política, sugerindo reflexões sobre a violência da ditadura militar, o sangue dos presos políticos e a corrupção das forças repressoras.



Figura 5 e 6: Artur Barrio. Situação T/T1, 1970. Disponível em: <https://criticadeartebh.wordpress.com/2016/11/21/gramatica-amarela-1970/>.

Sua segunda proposta foi um happening em homenagem ao artista José Narciso Soares, no qual Lima e outros participantes realizaram uma procissão silenciosa com velas acesas até o Parque Municipal. Ambas as ações reafirmaram o engajamento político e a crítica social de Lima, que utilizou a arte como meio de reflexão e resistência frente ao autoritarismo da época.

O artista Dilton Araújo, que participou da mostra Objeto e Participação e do evento Do Corpo à Terra (1970), realizou um happening no Parque Municipal de Belo Horizonte com forte teor político e simbólico. Sua ação consistiu em arremessar pedras de cal sobre o gramado, criando blocos brancos que simbolizavam os projéteis das balas que vitimaram estudantes e presos políticos durante a ditadura (Freitas, 2013). Ao levar a arte para fora dos espaços institucionais, Araújo criticou os valores tradicionais e denunciou a repressão e a violência estatal da época.

Segundo Frederico Morais (1975, p. 119), ao delimitar o espaço com cordas, Araújo realizou uma apropriação simbólica do Parque Municipal, incluindo nele o ambiente natural, o público e as demais obras, transformando o local em território de liberdade e resistência. A ação também questionava os limites entre arte e repressão, o que levou a direção do Palácio das Artes, temendo reações policiais, a retirar a obra da mostra, encerrando prematuramente a intervenção.

O artista Luciano Gusmão, aproximando-se dos princípios da *land art*, realizou dois happenings que estabeleceram um diálogo entre arte, natureza e política. Em “Reflexões” (1970), utilizou um espelho posicionado às margens do Ribeirão Arrudas para refletir a água enquanto arremessava pedras no rio, observando a ação por meio dos reflexos. A obra propunha uma reflexão sobre a relação entre o real e o imagético, bem como sobre a percepção e a intervenção humana na natureza (Ribeiro, 1997, p. 231). Já em “Transposição” (1970), Gusmão cobriu parte do gramado do Parque Municipal com plásticos, provocando o abafamento e a transformação da vegetação ao longo do tempo. A ação evidenciava a influência humana sobre o meio ambiente e, simbolicamente, remetia às formas de repressão e tortura da ditadura militar, como o afogamento e a asfixia. Assim, suas intervenções articularam crítica ecológica e política, questionando os limites entre natureza, arte e violência social.

O happening “Tiradentes: Totem - Monumento ao Preso Político” (1970), de Cildo Meireles, foi uma ação impactante e que provocou choque, horror e indignação no público.

A obra configurou uma crítica contundente à violência policial e à repressão contra presos políticos durante a ditadura. Ao mesmo tempo, estabeleceu um paralelo simbólico com o martírio de Tiradentes, figura histórica da Inconfidência Mineira, transformando-o em símbolo da resistência e do sacrifício diante da opressão.

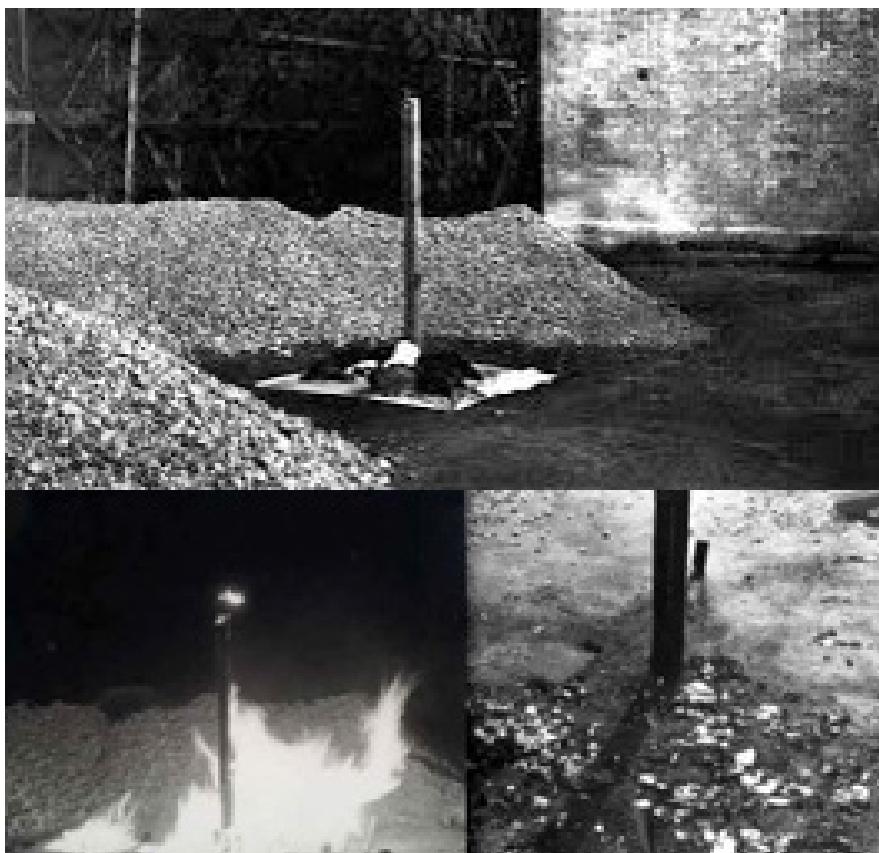


Figura 7: Cildo Meireles. Tiradentes: Totem-Monumento ao Preso Político, 1970. Disponível em: <https://blogspot.com/2017/04/cildo-meireles.html>.

Em “Tiradentes: Totem – Monumento ao Preso Político” (1970), Cildo Meireles utilizou o conceito de totem como símbolo de sacrifício e memória dos que morreram lutando por liberdade e justiça no Brasil, desde a Inconfidência Mineira até a ditadura militar. Durante o *happening*, diante do público, o artista realizou um ritual impactante, amarrando dez galinhas embebidas em gasolina a um mastro e incendiando-as vivas, gesto que provocou choque, horror e repulsa entre os espectadores. A ação configurou uma crítica direta à violência e aos desaparecimentos promovidos pelo regime militar, mas também gerou forte rejeição pública, sendo interpretada como um ato de crueldade. Apesar das críticas, o trabalho se consolidou como um marco de ruptura entre arte e realidade, revelando de forma radical a barbárie e o sofrimento humano presentes no contexto político da época (Chagas, 2020, p. 143).

O happening de Décio Noviello apresentou uma forte crítica ao poder público e à repressão militar, ao simular, por meio da explosão de granadas que liberavam fumaça colorida, os projéteis de gás lacrimogêneo usados pela polícia contra manifestações populares. A ação rompeu com os modelos tradicionais da pintura, propondo novas formas de expressão artística. Apesar de sua ligação com o Exército, onde serviu como tenente, Noviello buscou manter neutralidade política, mas sua obra inevitavelmente refletiu as tensões entre arte e repressão, evocando a violência do regime militar e as mobilizações sociais da época.

De modo semelhante, o artista Eduardo Ângelo realizou

uma performance crítica cobrindo o gramado do Parque Municipal com jornais que exibiam notícias sobre tortura, prisões e desaparecimentos políticos. Sua proposta buscava sensibilizar e conscientizar o público sobre a violência e a impunidade do governo ditatorial, defendendo a necessidade de uma postura política ativa e reflexiva diante das injustiças do período.

Considerações finais

O golpe civil-militar de 1964 impactou profundamente a produção e a circulação da arte no Brasil. Muitos artistas acreditaram inicialmente que, ao recorrer a novas linguagens, materiais e suportes pouco familiares à censura, estariam livres da censura e da repressão. Mas logo ficou evidente a incompatibilidade entre arte e poder político. Assim, ao longo dos anos de 1960 e 1970, a arte engajada passou a tematizar os problemas sociopolíticos do país, reafirmando o papel de denúncia e resistência.

Entre as principais iniciativas desse período destacam-se as mostras *Objeto* e *Participação* e *Do Corpo à Terra*, organizadas por Frederico Morais em 1970. Desafiando a censura, o crítico buscou garantir liberdade criativa aos artistas, que responderam com propostas radicais e inovadoras. Morais denominou essas experiências de “contra-arte” ou “arte de guerrilha”, por sua postura subversiva e de contestação social, que iam além da antiarte ou das vanguardas já institucionalizadas.

Essas ações coletivas, muitas vezes realizadas com meios precários e estratégias inesperadas, aproximavam-se do modo de atuação dos guerrilheiros, assumindo riscos e criando situações-limite. Dessa forma, as proposições apresentadas nas duas mostras constituíram uma resposta direta à repressão da ditadura e um marco de intervenção política e estética na história da arte brasileira.

Referências

CHAGAS, Tamara Silva. *Participação e experiência estética em Do corpo à terra e Objeto e participação. História, histórias*, volume 8, nº15, p. 137-155, jan./ jun. 2020.

DELLAMORE, Carolina. *Do corpo à terra, 1970: arte guerrilha e resistência à ditadura militar*. Revista Cantareira - Edição 20, p. 109-123, Jan-jun, 2014.

FREITAS, Artur. *Arte de guerrilha: vanguarda e conceitualismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013.

MORAIS, Frederico. *Artes plásticas: a crise da hora atual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MORAIS, Frederico. *Do corpo à terra: um marco radical na arte brasileira*. Belo Horizonte, 2001. Catálogo de exposição.

MORAIS, Frederico. *Manifesto Do Corpo à Terra*. In: TRISTÃO, M. *Da Semana de Vanguarda (I)*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 28 abr. 1970.

NAPOLI, Francesco. *O futuro é daqui a um segundo*. Revista da UFMG, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 174–201, 2022.

REIS, Paulo. *Exposições de arte: vanguarda e política entre*

os anos de 1965 e 1970. 368. 2005. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

REIS, Paulo. *Nova Objetividade Brasileira* - posicionamentos da vanguarda. MODOS. Revista de História da Arte. Campinas, v. 1, n.3, p. 98-114, set. 2017.

RIBEIRO, Marília Andrés. Arte e Política no Brasil: a Atuação das neovanguardas nos anos 60. In: FABRIS, A. (org.). *Arte e Política: algumas possibilidades de leitura*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p.165-177.

VIVAS, Rodrigo. *Os Salões Municipais de Belas Artes e o acervo do Museu de Arte da Pampulha*. Anais XXXII Colóquio do CBHA, Brasília. 2012. p. 355-372.

Demétrio de Faleros e a Fundação do Museu e da Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.)

Amanda Oliveira Righetti¹

Introdução

Conhecidos como uma das mais importantes fundações da Antiguidade, o Museu e a Biblioteca de Alexandria integraram o projeto político e cultural da dinastia Lágida no Egito. Iniciado por Ptolomeu I Sóter, durante seu reinado como *basileus* (305–283/82 a.C.), esse projeto visava transformar Alexandria, capital egípcia, em um polo proeminente de trocas econômicas, políticas, intelectuais e culturais, assumindo o lugar de prestígio que um dia fora ocupado por Atenas.

Nesse contexto, características da *pólis* grega foram transplantadas para o território egípcio, contribuindo para a construção de uma nova identidade tanto para a região quanto para o governo de Ptolomeu I Sóter. Um dos facilitadores desse transplante foi Demétrio de Faleros, expatriado ateniense que atuou na corte de Ptolomeu I Sóter. Sua contribuição foi importante para a introdução de traços culturais atenienses em Alexandria, sobretudo na edificação do Museu e Biblioteca de Alexandria. Menções à participação do

¹ Graduada em História e Mestra em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Email: righettimanda@gmail.com

ex-legislador ateniense nos assuntos que tangem o Museu e Biblioteca podem ser encontradas, sobretudo, na obra intitulada *Aristeas to Philocrates*, de Aristeas (séc. III a.C.).

Sendo assim, entendemos que o papel de Demétrio de Faleros na transformação política e cultural da cidade foi mais significativo do que tradicionalmente se reconhece, pois ele não apenas influenciou a formação das instituições locais, como também ajudou a moldar o caráter espacial e simbólico de Alexandria, promovendo a herança grega em solo egípcio. Como instrumental teórico, utilizamos os conceitos de transplante cultural, de Garrett Jones (2023) e poder simbólico, de Pierre Bourdieu (1989).

O projeto Lágida de edificação da capital egípcia

Durante o reinado de Ptolomeu I Sóter (305–283/82 a.C.), foi iniciado um projeto ambicioso para transformar Alexandria em um centro econômico, político, intelectual e cultural. Uma tentativa de tomar o lugar que um dia fora de Atenas, como referência no mundo helenístico. Ptolomeu I Sóter deu continuidade ao projeto de construção da cidade de Alexandria, que foi iniciado por Alexandre e com isso buscava promover um amplo entendimento da cultura grega e egípcia.² Dessa forma, elementos da pólis grega foram sendo aos poucos incorporados à cidade egípcia, contribuindo para a construção de uma nova identidade regional e legitimando

2 Ptolomeu, além de soldado e governante, incentivou a atividade acadêmica e artística, estabelecendo um vínculo político e dinástico com Alexandre e proporcionando aos gregos do Egito uma conexão cultural com seu passado helênico.

o governo ptolomaico entre os gregos que habitavam a região e a população autóctone (Thompson, 2018).

Tendo isso em vista, no reinado de Ptolomeu I Soter, Alexandria estabeleceu-se como a capital cultural do mundo helenístico. Para honrar o ambicioso plano de criar um lugar onde se concentre todo o conhecimento do mundo e suplantar Atenas, Ptolomeu investiu em construções e edifícios para atingir seu objetivo. Dessa forma, um aspecto importante da *basileia* helenística eram os complexos arquitetônicos da cidade. De acordo com Judith McKenzie (2011, p. 40-41), Ptolomeu I Sóter foi o responsável pela construção de edifícios cuja encomenda havia sido solicitada por Alexandre. Trabalhos arqueológicos recentes em Alexandria evidenciam que durante o reinado ptolomaico, sobretudo, do primeiro Ptolomeu, as construções foram incentivadas, mas, geralmente possuíam o estilo grego com pequenos elementos ornamentados que referenciavam a cultura egípcia, presente nas colunas, por exemplo. Desse modo, mais uma vez, percebe-se a ênfase na cultura grega atrelada à apropriação consciente da tradição nativa na política administrativa de Ptolomeu I Sóter (Stephens, 2014, p. 51-54).

Posto isso, as construções nas cidades fundadas pelo governo ptolomaico se dividiam em dois tipos: em palácios e fortificações e em edifícios públicos. Atrelado a construção da residência real estavam os espaços do Museu e da Biblioteca de Alexandria, os quais estavam ligados à cultura e poder na corte Ptolomaica. Erskine (1995) os enxerga, também, como produtos da era helenística e da competição

entre os sucessores de Alexandre. De muitas maneiras, essas duas instituições encapsulam a ideologia e política dos primeiros Ptolomeus, responsáveis pela construção de diversos monumentos no complexo palacial e fora dele.

O termo grego antigo *mouseion* significava um lugar sagrado dedicado às Musas e ao seu protetor, Apolo. Durante o período Helenístico, com as monarquias fundadas pelos generais de Alexandre, o significado desta palavra ganhou novos aspectos. A fim de apoiar instituições culturais que davam continuidade à tradição das escolas filosóficas atenienses, o Museu de Alexandria, portanto, não foi apenas concebido e apresentado como um templo dedicado às Musas, mas, acima de tudo, como um local de trocas intelectuais (Di Pasquale, 2005, p. 1-5).

Junto ao complexo do Museu foi construída a Biblioteca de Alexandria, que funcionava como um acervo para os intelectuais lá presentes. Desse modo, podemos associar a fundação do Museu e da Biblioteca de Alexandria ao modelo aristotélico, já que o Liceu em Atenas também possuía um santuário das Musas e uma biblioteca. Como outras escolas atenienses, esses centros combinavam aprendizado e inspiração filosófica, artística e científica (Cuadrado, 1998, p. 307). O Museu seguiu esse exemplo, reunindo eruditos que desenvolveram suas atividades intelectuais sob o patrocínio e com recursos do tesouro real ptolomaico (Sales, 2011, p. 39-40).

Este Museu gozava de organização e caráter próprios, englobando características de um organismo autônomo, um funcionário específico responsável pelo culto espiritual das

Musas, um diretor responsável pelas finanças e administração geral do espaço. Além disso, seus membros eram protegidos e tinham privilégios não só na alimentação, como também eram isentos da taxação de impostos e eventualmente recebiam importantes remunerações.

Para suprir as necessidades de informação dos membros do Museu, constituiu-se o mais vasto e valioso acervo bibliográfico da Antiguidade. Essa coleção, reunida no âmbito do Museu, certamente foi um dos principais atrativos que levou muitos intelectuais a deixarem suas cidades para se estabelecer em Alexandria. Assim, a Biblioteca surgiu como uma exigência prática para as atividades do Museu, não apenas como um simples repositório de livros. Na realidade, funcionou como uma instituição organizada, dedicada a adquirir obras adequadas a seus propósitos e a mantê-las de forma ordenada, garantindo acesso, localização e consulta facilitados. (Cuadrado, 1998, p. 306-308).

Demétrio de Faleros e sua relação com o Museu e Biblioteca de Alexandria

Parte da estratégia para legitimação do poder de Ptolomeu I Sóter e consolidação do reino consistiu em atrair intelectuais gregos para a corte ptolomaica em Alexandria. Demétrio de Faleros foi um dos intelectuais que passou a residir o Egito à convite do primeiro Lágida. Representado como legislador, filósofo, legislador e orador, foi responsável por governar Atenas por dez anos (317-307 a.C.), colocado à frente da administração da cidade grega por Cassandro, diá-

doco que obtinha o controle de parte da Grécia e Macedônia naquele período. Sua administração tem fim quando Atenas é tomada por Demétrio Poliorcetes e não conseguindo manter-se no poder em Atenas, Demétrio de Faleros se dirige a Tebas, em 307 a.C., e lá permanece até a morte de Alexandre (298 a.C.). Em seguida, se dirige à Alexandria para atuar junto à corte de Ptolomeu I Sóter e ainda assim continuou a exercer certa influência.

Sendo assim, entendemos que a ida do ateniense à cidade egípcia fazia parte do projeto político do primeiro Lágida, que buscava associar-se à herança grega e legitimar-se perante o povo egípcio. Uma parte importante da estratégia de Ptolomeu I Sóter residia no transplante cultural que o *basileus* buscava promover ao receber gregos e, sobretudo, atenienses em sua corte. Isto porque a imigração não é capaz de ofuscar aspectos culturais e políticos que os indivíduos carregam ao deixar sua terra natal em direção a outro território (Jones, 2022, p. 158).

Levando em conta a formação peripatética de Demétrio de Faleros, Ptolomeu I Sóter certamente enxergou virtudes no ateniense que o ajudariam a consolidar seu projeto político-cultural. A relação mais direta que podemos encontrar entre Demétrio de Faleros e a Biblioteca de Alexandria pode ser encontrada na obra *Aristeas to Philocrates* (séc. III a.C.), escrita por Aristeas. Segundo a narrativa de Aristeas, a atuação de Demétrio de Faleros na corte ptolomaica esteve ligada ao projeto monumental de Ptolomeu I, ajudando-o a consolidar seu poder simbólico como fundador da dinastia. Para legiti-

mar-se como rei do Egito, o *basileus* buscava a adesão dos diferentes grupos de Alexandria, construindo uma realidade que naturalizasse esse poder. Assim, por meio de instrumentos de conhecimento e comunicação, formava-se um consenso social que reforçava e reproduzia a ordem estabelecida (Bourdieu, 1989).

A obra mencionada anteriormente traz os primeiros relatos sobre a tradução das leis judaicas para a Biblioteca de Alexandria, atribuindo a iniciativa a Demétrio de Faleros. Teria sido ele quem aconselhou Ptolomeu a organizar uma comissão de tradutores enviados a Jerusalém para realizar a versão grega da Septuaginta. O autor também sugere que a direção da Biblioteca esteve sob responsabilidade do ex-legislador ateniense, bem como a aquisição de livros para a formação de seu acervo.

No entanto, é preciso ressaltar um ponto importante: Aristeas circunscreve a atuação de Demétrio de Faleros como chefe da Biblioteca na corte de Ptolomeu II Filadelfo, no entanto, diferentes fontes antigas como Diógenes Laércio pontuam que Demétrio de Faleros teria sido um desafeto de Ptolomeu II (Diogenes Laertius, *Demetrius*, V, 77-80) então, como isso seria possível? Acreditamos que, embora Demétrio de Faleros não tenha atuado na corte de Ptolomeu II Filadelfo, sua experiência política, filosófica e cultural, bem como sua experiência prévia na organização da biblioteca de Alexandria – na corte de Ptolomeu I Sóter – foram determinantes para a escolha de representá-lo como responsável pela tradução das leis judaicas. Tal representação buscou associar

a figura de Demétrio de Faleros ao governo de Ptolomeu II Filadelfo para conferir credibilidade às ações do segundo governante da dinastia Lágida.

Dessa forma, entendemos que o nome de Demétrio de Faleros associado à Ptolomeu II Filadelfo aparece neste caso devido uma escolha deliberada de Aristeas. Na visão de Aristeas, Filadelfo seria o grande monarca dos ptolomeus, um grande patrono da literatura, que se preocupava em estabelecer os textos corretos, além disso, era um grande amigo dos judeus. Sendo assim, pode se associar a produção de Aristeas como um trabalho geral de propaganda, no qual Demétrio de Faleros seria a figura mais adequada devido à sua bagagem político-cultural. Demétrio de Faleros também era conhecido como filósofo, foi educado em Atenas e esteve presente no Liceu.

Contudo, outras tradições literárias vinculam o trabalho de Demétrio na Biblioteca a Ptolomeu I Sóter, como atestam os escritos de Irineu de Lião preservados por Eusébio de Cesareia

Na verdade, antes que os romanos fizessem seu governo prevalecer e quando os macedônios detinham a Ásia, Ptolomeu, filho de Lago, aspirando adornar a biblioteca por ele organizada em Alexandria, com as obras de todos os homens, mesmo os bons, pediu aos que estavam em Jerusalém que traduzissem suas escrituras para língua grega (Eusebius, *Historia Ecclesiastica*, V 8,12-15).

Fica claro que a opção narrativa de Aristeas não foi casual nem dissociada de seu contexto. Ao aproximar a

administração de Ptolomeu II da tradição judaica, ele recorre à figura de Demétrio de Faleros como fonte de legitimidade para a tarefa descrita, deixando transparecer a influência de elementos helenísticos e contribuindo, assim, para a construção da imagem de Ptolomeu II Filadelfo perante a comunidade judaica em formação no território.

Como um filósofo peripatético, é evidente que não só a experiência de Demétrio de Faleros no Liceu, bem como sua jornada acadêmica tornaram o expatriado uma das melhores opções para o cargo de diretor do Museu e Biblioteca de Alexandria (Collins, 2000, p. 88). Isto indica que Demétrio de Faleros havia sido um membro de confiança de Ptolomeu I Sóter, um conselheiro com um histórico proeminente, que traria assim, confiabilidade à tarefa de tradução na representação feita por Aristeas. Além de chegar em Alexandria após legislar em Atenas por dez anos, Demétrio possuía uma exímia formação intelectual, tinha experiência com questões administrativas e legislativas e era capaz de construir discursos convincentes.

Aristeas ainda menciona como o trabalho de tradução foi concluído e comunicado à comunidade

Quando o trabalho estava concluído, Demétrio de Faleros reuniu a comunidade de Judeus em no espaço onde a tradução foi executada e a leu para todos os presentes, incluindo os tradutores. Estes tradutores foram ovacionados pela comunidade pelo reconhecimento dos grandes serviços que foram responsáveis e Demétrio teve uma recepção parecida (Aristeas, *Aristeas a Philocrates*, 306-311).

Neste trecho, percebe-se que Aristeas elucida as características virtuosas de Demétrio de Faleros, próprias daqueles que exerciam alguma função pública. Além disso, evidencia também seu potencial de ação, de modo que enfatiza a influência pedagógica no expatriado.

Esta influência, no entanto, de modo algum está desassociada da filosofia peripatética-aristotélica de Demétrio de Faleros, que parece reunir as características essenciais de um governante virtuoso, reunindo elementos de justiça e vocação para agir mediante àquilo que é melhor para a comunidade. Tais características atribuídas a Demétrio de Faleros incorporam-se também à figura do rei, o qual foi responsável por colocar tal cargo nas mãos do orador grego. Portanto, a atuação de Demétrio de Faleros contribui para a construção dos símbolos de virtude que seriam associados a dinastia ptolomaica, enaltecendo a qualidade moral e o desenvolvimento de hábitos capazes de transformar e educar os homens que estão sob sua direção.

Conclusão

O Museu e Biblioteca de Alexandria foram um reflexo não só da cultura helenística, como também da rivalidade entre os sucessores de Alexandre. Inspirado no modelo da biblioteca de Aristóteles, o Museu e sua biblioteca contribuíram para o prestígio e a influência da dinastia ptolomaica no mundo helenístico. O desenvolvimento das artes e das ciências em Alexandria funcionou como uma forma de legitimar o domínio macedônio-grego no Egito, representando uma

política cultural deliberada. Como aliado da corte, Demétrio de Faleros trouxe para Alexandria elementos de sua herança ateniense, ajudando a moldar a cidade como centro intelectual helenístico e a reforçar o poder simbólico de Ptolomeu I como fundador da dinastia lágida.

Referências

Documentação primária

ARISTEAS. *Aristeas to Philocrates*. Edited and translated by Moses Hadas. Oregon: Stock Publishers, 1951.

DIOGENES LAERTIUS. *Lives of the Eminent Philosophers*. Book V: "Demetrius". Edited by E. H. WARMINGTON and translated by R. D. HICKS. Cambridge: Harvard University Press, 1972

EUSEBIO DE CESAREA. *Historia Eclesiástica*. Tradução, introdução e notas de Argimiro Delgado-Velazquéz. Madrid: Gredos, 2008

Bibliografia instrumental

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989.

JONES, G. *The culture transplant: how migrants make the economies They move to a lot like the ones They left*. Stanford: Stanford University Press, 2023.

Obras de apoio

COLLINS, N. L. Demetrius of Phalerum, Librarian in the Library of Ptolemy I. In: *The*

Library in Alexandria and the Bible in Greek, 2000, p. 82-114.

CUADRADO, A. G. La institución bibliotecaria en el mundo

helenístico. *Boletín Millares Carlo*, n. 16, p. 303-324, 1998.

DI PASQUALE, G. The Museum of Alexandria: myth and model. In: BERETTA, M. (ed.). *From Private to Public: Natural Collections and Museums*. New York: Science History Publications, 2005, p. 1-12.

ERSKINE, A. *Culture and Power in Ptolemaic Egypt*: the Museum and Library of Alexandria. *Greece and Rome*, 1995, p. 38-48.

MCKENZIE, J. *The architecture of Alexandria and Egypt, 300 b.C. to A.D. 700*. New Haven: Yale University Press, 2011

SALES, José das Candeias. The ptolemies: an unloved and unknown dynasty: contributions to a different perspective and approach. In: SOUSA, R.; FIALHO, M. C.; HAGGAG, M.; RODRIGUES, N. S. (ed.). *Alexandria ad Aegyptum: the legacy of multiculturalism in Antiquity*, 2011, p. 35-47.

STEPHENS, S. *Ptolemaic Alexandria*. In: CLAUSS, J. J.; CUYPERS, M. *A companion to Hellenistic Literature*. Oxford: John Willey, 2014.

THOMPSON, D. J. Ptolemy I in Egypt: Continuity and Change. In: MCKECHNIE, P.;

CROMWELL, J. A. (eds.). *Ptolemy I and the Transformation of Egypt, 404-282 BCE*. Boston: Brill, 2018

A democracia negociada: tradição política e estabilidade conciliatória no Brasil da Nova República (1990-2016)

Ariel Cherxes Batista¹

Os doze anos que se estendem do início do governo de Fernando Collor de Mello em 1990 ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso em 2002, passando pelo período de Itamar Franco à frente do Executivo entre 1992 e 1993, indicam o bom funcionamento da Nova República. Além disso, revelavam no período a constante busca pela construção de uma normalidade democrática no país. Esta estabilidade permaneceu nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014), primeira mulher eleita presidenta da República.

Afirmamos isso, pois a não aceitação do resultado das

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ppghis-Ufes), com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes) e membro do grupo de pesquisa Oniruuru: África, Islã, Diáspora africana e estudos anticoloniais. Atualmente leciona história na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (Sedu/ES) e exerce o cargo de presidente da Associação Nacional de História, seção Espírito Santo (Anpuh-ES) na gestão História em Movimento, biênio (2024-2026).

eleições de 2014, por Aécio Neves, em certo sentido rompeu o pacto conciliatório que servia de sustentáculo às instituições brasileiras e alimentou um cenário de crise política, evidenciado no Brasil desde as Jornadas de junho de 2013, culminando adiante no Golpe de 2016². Tal manobra jurídica arquitetada pelo parlamento brasileiro, provocou a deposição da presidente Dilma Rousseff durante seu segundo mandato, por improbidade administrativa e legou ao país uma nova conjuntura marcada por retrocessos sociopolíticos.

Entretanto, nosso objetivo é primeiramente entender o caminho político percorrido pela Nova República, entre seu advento, marcado pela busca de construção da democracia e sua crise iminente, agravada após o impeachment de 2016.

Podemos dizer que a Constituição Federal de 1988 é a grande responsável pela garantia de direitos fundamentais existentes no Brasil contemporâneo. De acordo com Rosa Maria Cardoso da Cunha (2020, p. 181-182), “a Constituição Federal de 1988, ainda que com algumas disposições equivocadas, lacunas e insuficiências, se propunha a fazer a transição da ditadura de 1964 para uma democracia”. É possível afirmar que a nova Carta foi promulgada sob a égide de uma reparação às avessas. Visto que a nova legislação brasileira foi estabelecida mediante um pacto conciliatório que confluíu em uma transição ocorrida pelo alto.

Concordamos com João Teófilo (2024), quando ao abordar sobre o início da Nova República, indica este perío-

2 O uso do termo “golpe” para se referir ao afastamento da presidente em 2016 está relacionado à utilização dos ritos democráticos para a aniquilação interna da democracia.

do como uma fase histórica em que prevalece a ausência de discussões sobre o passado ditatorial. Todavia, consideramos que estava intrínseco a isso, o reforço de uma memória positiva sobre a transição, evidenciada na existência de discursos oficiais e não-oficiais na sociedade, relacionados à agenda do passado, com caráter não-revanchista e de tom reconciliatório.

Mariana Joffily e Maud Chirio (2025, p. 183), apontam que “a anistia e o centramento do debate público em outros temas nos anos 1990 [...] eclipsaram a memória das violências do Estado, de seus responsáveis e da própria ditadura”. Desse modo, o entendimento sobre o que ficou conhecido como transição democrática nos anos finais da Ditadura e os impactos trazidos por esse processo à Nova República nos serve de auxílio para explicar os mais de 30 anos subsequentes de normalidade democrática no país, assim como o caráter de nossa cultura política.

A cultura política permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder. Em resumo, uma das explicações para o que é chamado de “crise brasileira” na atualidade, liga-se à cultura política e também aos seus impasses, por exemplo a conciliação, fenômeno político amplamente utilizado no país.

Segundo Serge Berstein (1998; 2003), a visão global de mundo e da evolução do lugar que o homem ocupa na sociedade, assim como o partilhar de ideias, nos auxiliam a compreender certas percepções desenvolvidas. Entendemos a cultura política como um “grupo de representações porta-

doras de normas e valores que vão além da noção de partido político" (Berstein, 1998, p. 32).

A cultura política autoritária existente no tempo presente brasileiro contribui na construção de um Brasil moderno, mas de certo modo, preterido. Além disso, as negociações desenvolvidas ao final de tais períodos de certa maneira sensíveis de nossa institucionalidade (abolição da escravidão em 1888; final da ditadura do Estado Novo em 1945; fim da Ditadura Militar em 1985;) nos trazem questionamentos sobre o sentido da conciliação e sua ligação com uma cultura política autoritária no país.

Assim, "o que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem, política; é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênero de um povo" (Remond, p. 450, 2003). A institucionalização da Nova República desempenhada após a redemocratização pactuada e ocorrida pelo alto, nos auxilia a entender o uso desta prática, assim como o fato de nossa transição ter sido falhada, conforme indicam Schurster e Teixeira da Silva (2021).

Ao pensarmos no processo sociopolítico que inaugurou a Nova República, os anos 1990, podem ser considerados como uma década de passagem. Um exemplo disso se evidencia no fato de que, " os crimes do regime foram considerados um problema das vítimas, e não da sociedade em geral" (Joffily e Chirio, 2025, p. 183). Observamos que o advento da redemocratização suscitou o surgimento de novos tempos no país, em que um longo período de violação das

garantias individuais, seria deixado para trás.

Em resumo, a busca pela novidade política seguiu permeada pelo obsoleto, ou seja, a influência militar atuante e presente no pacto não revanchista e conciliatório firmado na transição. A manutenção do silêncio oficial como instrumento político e a contínua reiteração da reconciliação nacional fundamentada no pacto firmado durante a transição pelo alto seguiram como práticas comuns, construindo um novo Brasil.

Neste trabalho nos empenharemos em apresentar ações desempenhadas pelos chefes do Executivo eleitos na Nova República, relacionadas à agenda do passado ditatorial brasileiro. Observamos, que tais contribuições são acompanhadas de um peso conciliatório e não revanchista, o qual manteve vivo na democracia brasileira o compromisso político firmado na transição de manutenção dos silêncios oficiais (Fagundes, 2019) acerca da Ditadura Militar no país.

A justiça de transição no Brasil da Nova República

A tríade conciliação-reconciliação-não-revanchismo pode ser enxergada na Nova República pelo legado conciliatório evidenciado nos governos que aconteceram em suas duas primeiras décadas de existência. Sendo assim, precisamos nos indagar sobre o que foi feito no Brasil redemocratizado em termos de justiça de transição para buscar reparar, em distintos âmbitos, as consequências da política repressiva da Ditadura. Antes de buscar respostas para esta questão tão importante, precisamos recapitular aspectos fundamentais

sobre o conceito de justiça de transição, e qual tem sido o seu desenvolvimento no Brasil.

As interpretações sobre a justiça de transição no Brasil, nos trazem duas conclusões gerais. Habitualmente utilizamos o termo quando nos referimos às políticas de reparação e ao trabalho de memória desenvolvido pelo Estado brasileiro em relação ao passado repressivo da Ditadura. Porém, também podemos utilizá-lo ao mencionar as práticas discursivas em que a retórica desempenhada justifica a ausência de justiça histórica no país, a partir dos limites impostos pela transição pactuada e ocorrida pelo alto.

As pesquisas sobre justiça transicional mostram de forma bastante consistente, que o debate sobre esse tema costuma abordar quatro aspectos principais, são eles:

- Direito à Memória e à Verdade;
- Reparação;
- Responsabilização Penal;
- Reforma das Instituições de Segurança;

Consideramos que das quatro obrigações que o legado de graves violações aos direitos humanos deixado pela Ditadura, gerou ao Estado brasileiro, em relação às vítimas e a própria sociedade, apenas duas foram executadas no país: a oferta de reparações e a investigação e revelação da verdade sobre o período. Em nossa análise, o processo reparatório brasileiro é amplo, mas se restringe a indenização e compen-

sação financeira. Em contrapartida, o resgate histórico e fidedigno dos fatos que visam buscar a veracidade dos acontecimentos ocorridos sob o autoritarismo no país, é limitado em diversos aspectos.

Entende-se que nesse processo existem diversos atores em disputa, estando em jogo as escolhas sobre quais políticas devem ser adotadas ou não para compor o conjunto jurídico e legal. A construção desse processo implica a elaboração de leituras do passado, situação que fica evidenciada pelo conflito entre memórias. Além disso, as dificuldades em se precisar os marcos inicial e final de um processo transicional, limita o desenvolvimento dessa agenda junto à institucionalidade vigente.

Assim, compreender o processo de construção reparatória, bem como os conteúdos de suas políticas, à luz da cultura política, nos auxilia na tentativa de explicar a natureza da justiça de transição no Brasil. A constante renovação do pacto firmado entre a Aliança Democrática e as Forças Armadas por distintos governos civis, assegurou que as pautas consideradas mais radicais desse processo, a exemplo da punição de violadores dos direitos humanos, não fossem adotadas enquanto mote jurídico relevante.

Com isso, acomodou-se às demandas da sociedade, mas também dos militares, e o Estado atuou como ente mediador, construindo uma série de ações cujos conteúdos abrigaram memória e verdade, mas também esquecimento e impunidade.

A reconciliação nacional proposta por diversos setores

durante a transição se confundiu no período posterior com a prática da conciliação política. A utilização dessa prática no decurso da Nova República, promoveu ampla construção social que pode ser observada nas políticas públicas construídas no período. Em contrapartida, a tentativa de superar e de certa maneira apagar os episódios de violação aos direitos humanos ocorridos durante a Ditadura Militar foram, realizados a partir de uma tensão entre as demandas de justiça, por um lado, e os imperativos de estabilidade e da chamada reconciliação nacional, por outro (Teles; Quinalha; 2020, p. 19).

Em outras palavras, a democracia se construiu sob o debate entre as forças oposicionistas ao regime, junto a figuras que utilizaram a estratégia política de migrar para grupos mais moderados como forma de manter sobrevida nas instâncias de poder do Brasil. Este fato, fez com que sob a democracia fossem tomadas algumas medidas de justiça, mas também ocasionou a manutenção de garantias de impunidade dos autores dessas violações. De certo modo, este cenário se constrói sob o firmamento do que alguns autores chamam de memória hegemonic, situação existente na realidade sócio-política do país, que contribuiu na limitação do processo de justiça de transição brasileira, ao privilegiar o Estado em detrimento dos movimentos sociais de familiares de mortos e desaparecidos e dos ex-presos políticos, invisibilizando ou diminuindo a luta das vítimas (Teles; Quinalha, 2020, p. 29).

Os principais estudos sobre memória liberal hegemonic são da autoria de Marcos Napolitano (2015; 2022), segundo o autor este fenômeno se estabeleceu pela confluência

de leituras realizadas durante os anos 1980, entre liberais, comunistas organizados no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Nova Esquerda, a qual estava organizada especialmente em torno do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em estudo recente que visa trazer uma nova interpretação sobre esta temática, Lucas Pedretti (2023), indica que essa narrativa hegemônica privilegia a permanência de um Estado de exceção institucionalizado, ainda que sob o Estado Democrático de Direito. Esta situação é fruto de uma *Gramática da violência política*, produzida pelo consenso social advindo do período ditatorial e não superado com a redemocratização. A *memória liberal hegemônica* evidencia essa construção, que deve ser pensada de maneira ampliada. Para o autor, as forças que promoviam a violência estatal no regime anterior permaneceram ativas, atuantes e sem ressalvas por parte da classe política e também da sociedade civil.

O fato acima fica comprovado em episódios históricos ocorridos num intervalo de 20 anos, pois entre 1995 e 2014, o Brasil adotou uma série de políticas de memória e reparação, construindo uma agenda para o passado que somente teve início passados dez anos do fim da Ditadura, mas que era reivindicada desde 1979, na luta pela Anistia e pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos pela Ditadura Militar.

“[...] é comum certos países com herança autoritária, como é o caso do Brasil, calarem os debates de memória e ocultarem os arquivos públicos sobre o passado recente” (Teles, 2007, p. 24). Isso aconteceu no decurso democrático construído na Nova República, proclamada como um regime

de transparência e sem interditos.

As breves considerações teóricas sobre a justiça de transição no Brasil, que foram feitas aqui, não esgotam o debate acerca deste conceito, o qual é bastante amplo. Entretanto, com base em nossa exposição, nos empenharemos adiante em explanar sobre as medidas estabelecidas voltadas à agenda do passado durante os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Entre a presença do passado e a construção de um “novo” Brasil: a Nova República (1990-2016)

Nesta seção apresentaremos às ações construídas pelos presidentes, as quais de certa maneira são vistas como “limitadas” pela permanente presença da caserna nas instâncias de poder e também pelo pouco empenho da institucionalidade brasileira em contemplar os quatro pilares da justiça de transição no país.

As atuações de cada chefe do Executivo em relação à agenda do passado são bastante distintas e heterogêneas. À sua maneira, cada presidente desempenhou ações que influenciaram direta e indiretamente na memória sobre a repressão, durante a Nova República. Além disso, as medidas que desenvolveram tiveram efeitos diferentes no que tange ao pacto conciliatório.

Fernando Collor de Mello, foi o primeiro civil eleito democraticamente no Brasil, após a Ditadura Militar em 1989.

Em seu governo, ocorrido entre 1990 e 1992, encerrou as atividades do Serviço Nacional de Informações (SNI) em sua cerimônia de posse à presidência da República, em 15 de março de 1990. Promulgou a Lei de arquivos em 08 de janeiro de 1991 e como última medida ligada a agenda do passado, devolveu os arquivos completos das delegacias do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), aos seus estados de origem, em 1992.

Ademais, dois acontecimentos ocorridos no governo Collor, em maio e setembro de 1990, indicam a complexidade da relação entre o presidente e as Forças Armadas.

A primeira situação se deu com o general Newton Cruz (chefe da agência central do SNI entre 1977 e 1983), que sugeriu em entrevista que o chefe do Executivo deveria levar um tiro na cabeça, e por esse motivo ficou preso por 10 dias, a partir de ordem expressa do Planalto. Outro fato interessante, foi o fechamento de uma cratera utilizada pela Aeronáutica para testes nucleares, na Serra do Cachimbo, estado do Pará. O evento de certa maneira simbólico, com o aterrramento feito por duas pás de cal e a instalação de uma pedra sobre o poço de pouco mais de 320 metros de profundidade e 1,20 metro de diâmetro, representou à época uma sinalização de que o país não estaria disposto a desenvolver armamentos químicos.

Conforme a análise do jornalista Fábio Victor (2022), os dois eventos citados irritaram figuras do alto oficialato das Forças Armadas e deu sinais de que a caserna não seria aliada pelo presidente.

Itamar Franco, assumiu o país na emergência da crise do afastamento de Fernando Collor, e governou o país entre o final de 1992 e o ano de 1994. A atuação do governo Itamar Franco acerca do passado da Ditadura pode ser considerada singular e pontual e possui importância devido a seu pioneirismo.

Oito anos após o fim da Ditadura, em 1º de novembro de 1993, o presidente cobrou publicamente às Forças Armadas sobre a morte e desaparecimento de 144 pessoas durante o regime³. Vale mencionar, que Itamar Franco foi o primeiro presidente do período da Nova República a cobrar publicamente informações às Forças Armadas brasileiras sobre o destino dos oposicionistas mortos e desaparecidos em dependências militares ou em confronto com forças da repressão. Esta ação ocorreu, atendendo a pedidos de entidades defensoras dos Direitos Humanos. O levantamento de dados foi solicitado a partir de ordem expressa dada ao Ministro da Justiça, Mauricio Correa.

As Forças Armadas, entretanto, não reconheceram sua participação no processo de tortura, morte e desaparecimento das pessoas listadas pelo Comitê Brasileiro de Anistia e outras entidades de defesa dos direitos humanos. Os militares apresentaram informações incompletas e distorcidas sobre as pessoas, identificadas quase todas como desaparecidas. Mais tarde, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), acusaria

3 Marinha ocultou informações sobre mortes na ditadura. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/marinha-ocultou-informacoes-sobre-mortes-na-ditadura-497/>>. Acessado em 20 de agosto de 2024.

a Marinha de ter omitido informações sobre 11 pessoas, que aparecem como mortas em um relatório de 1972 produzido por seu oficialato⁴. Essa lista utilizada no pedido de esclarecimentos do presidente foi desconsiderada.

Esse episódio é bastante interessante para pensar a formação da Nova República, pois é possível observar o quanto as Forças Armadas brasileiras permaneceram irretocáveis desde o seu início, inclusive negando fatos ligados à Ditadura que contaram com sua ampla participação.

Por mais que tenha sido um fato isolado, a cobrança pública de Itamar Franco, representa um esforço tímido, mas importante no que se relaciona à uma tentativa de estabelecimento da construção de políticas de memória e organização institucional de uma agenda sobre o passado no país.

Podemos dizer que Itamar Franco finalizou o mandato em 1994 deixando um legado na história republicana brasileira, a estabilização da economia do país com o Plano Real. Esse projeto político e econômico, foi organizado por seu ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O sucesso do Plano Real viabilizou a candidatura e vitória de FHC nas eleições, o qual iniciou seu mandato como chefe do Executivo brasileiro em 1995. Sendo o primeiro presidente a ser reeleito na Nova República, concluindo seu período à frente do Executivo brasileiro, no ano de 2002.

Fernando Henrique Cardoso, ainda que tardivamente, foi

4 Informações retiradas de: Governo cobra as Forças Armadas. **Memorial da Democracia**. Disponível em: <<https://memoraldademocracia.com.br/card/governo-cobra-as-forcas-armadas>>. Acessado em 20 de agosto de 2024.

o primeiro presidente que desenvolveu uma política pública ligada ao campo da reparação ligada à Ditadura. Em 1995 sancionou a Lei dos Mortos e Desaparecidos. Todavia, a promulgou exaltando a importância da conciliação e de se evitar os revanchismos na sociedade brasileira, seguindo a larga tradição política já existente no país. Também criou o Ministério da Defesa em 1999, excluindo os Ministérios Militares e sancionou a lei que estruturou a Comissão de Anistia em 2002.

Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, seguiram o caminho da memória conciliadora (Teófilo, 2024) de FHC e ampliam o caminho reparatório ao empreenderem a construção, instalação e funcionamento da Comissão Nacional da Verdade até a entrega de seu relatório final, no ano de 2014. Ambos foram eleitos e reeleitos, mantendo uma hegemonia do Partido dos Trabalhadores, por aproximadamente 13 anos no país, entre 2003 e 2016.

Durante o primeiro mandato (2003–2006), Lula manteve uma postura cautelosa em relação à memória da Ditadura Militar. As prioridades políticas iniciais do governo concentraram-se em assegurar estabilidade institucional e econômica, além de consolidar alianças políticas amplas, inclusive com setores conservadores. Nesse contexto, a questão da responsabilização de agentes do regime e da ampliação das políticas de memória não ocupou lugar central na agenda governamental. Em contrapartida, algumas medidas tiveram impacto significativo, como a ampliação ao acesso nos arquivos oficiais da Ditadura, especialmente em 2005, quando documentos antes classificados como sigilosos foram parcial-

mente abertos ao público, favorecendo o trabalho de pesquisadores e familiares de vítimas.

Destacamos também, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, a qual manteve sua atuação, recebendo apoio institucional, embora sem grandes reformas estruturais. Todavia, o discurso presidencial, seguiu enfatizando a reconciliação nacional, e a busca por se evitar confrontos com as Forças Armadas.

No segundo governo Lula (2007–2010), observa-se um deslocamento importante na política de memória. Em dezembro de 2009, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), que previa, entre outras medidas, a criação de uma Comissão Nacional da Verdade e a reinterpretação da Lei da Anistia no sentido de permitir a responsabilização penal de agentes do Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos (BRASIL, 2009).

Esse período preparou o terreno para ações mais incisivas nos governos de Dilma Rousseff (2011–2016), especialmente a instalação da Comissão Nacional da Verdade (2012–2014) e antes disso a promulgação da Lei de Acesso à informação em 2011.

Em suma, consideramos que os governos da Nova República desempenharam medidas fundamentais para construção de uma memória acerca da Ditadura Militar no Brasil. Essas ações representam uma presença importante no caminho memorial sobre este período e contribuíram para a manutenção de certa estabilidade democrática no país. Entretanto, manteve o legado não-revanchista da transição como

o fenômeno político que baliza e limita a institucionalidade do país, ligada ao passado autoritário, presente e atuante na República.

Referências

Acervo on-line revista *Carta Capital*.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Rioux, Jean Pierre. Sirinelli, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p.29-43.

_____. Os partidos. In: Remond, René (Org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson. QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Anistia: das mobilizações das mulheres na Ditadura militar às recentes disputas sobre o passado*. Vitória: Milfontes, 2019.

JOFFILY, Mariana. CHIRIO, Maud. *Torturadores: perfis e trajetórias de agentes da repressão na ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2025.

PEDRETTI, Lucas. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2024.

REMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

SCHURSTER, K. y TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (2021). *Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada*. *Relaciones Internacionales*, 30(60), 130.

TELES, Edson. Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2007.

TELES, Edson. QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “justiça de transição” no Brasil. In: Teles, Edson. Quinalha, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TEÓFILO, J. O passado reconciliado: a memória do Estado brasileiro sobre a ditadura militar. *Acervo*, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2251>. Acesso em: 8 out. 2025.

VICTOR, Fabio. *Poder camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

O Esquadrão da Morte no Espírito Santo: os propósitos políticos de Ewerton Montenegro Guimarães, em “A Chancela do Crime” (1978)

Brenda Soares Bernardes¹

Introdução

Em 1978, o advogado e jornalista Ewerton Montenegro Guimarães (1949-2002), então com 29 anos, publicou o livro *A Chancela do Crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte*, obra de 441 páginas que apresentou em detalhes a atuação do Esquadrão da Morte no Estado do Espírito Santo, entre 1968 até o momento da instrução criminal, em 1977.

Utilizando-se de extensa documentação, especialmente dos autos do processo do Esquadrão da Morte, da documentação do Inquérito policial, de fontes jornalísticas e de sua própria experiência como assistente do Ministério Público e advogado das famílias das vítimas, o livro de Ewerton é uma das principais referências sobre a história da organização criminosa no Estado do Espírito Santo, no período que com-

1 Brenda Soares Bernardes realiza doutorado (2024-2028) pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: brendabernardez@hotmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

preende o fim dos anos 1960 à primeira metade da década de 1970.²

Trata-se, portanto, de uma obra escrita por uma testemunha ocular dos eventos – de característica não acadêmica, embora se utilize de métodos bem próximos, inclusive ao ofício do historiador, atento à dimensão dos indícios e do acesso a fontes primárias como o Inquérito, o processo, os jornais e às fontes orais.

Um dos pontos centrais da narrativa lançou luz sobre as vítimas e seus familiares. Estes últimos, buscavam a polícia com frequência na busca dos entes desaparecidos. Na obra, Ewerton foi categórico ao apresentar os indícios quanto à participação de membros da Polícia Civil nos quadros do Esquadrão, sinalizando para a atuação do Superintendente da Polícia Civil, José Dias Lopes, e para as intervenções de seu irmão, Christiano Dias Lopes, governador biônico do Espírito Santo entre 1967 e 1971 – em contexto da Ditadura Militar brasileira (1964 - 1985).

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise inicial³ da obra *A Chancela do Crime: a verdadeira história do*

2 Importante registrar a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Matheus Boni Bittencourt (2014), que analisa as políticas de segurança pública e justiça criminal no Estado do Espírito Santo entre 1989 e 2013. Indico ainda a tese de doutorado de Marco Aurélio Borges Costa (2016), que também aborda a história do Esquadrão da Morte, embora apresente em maiores detalhes a atuação da organização Le Cocq, com destaque para o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Por sua vez, a análise de Guimarães (1978) é centrada nas décadas de 1960 e 1970. Costa (2016) utiliza conceito de acumulação social da violência e empreendedorismo violência enquanto chaves de análise para a realidade capixaba.

3 Destaco que se trata de análise inicial, pois um trabalho mais robusto deverá ser realizado no corpo da Tese de Doutorado. Ainda, por questões

Esquadrão da Morte (1978). Destaco o histórico desta publicação e procuro identificar como (e se) o discurso de direitos humanos operado pelo advogado ao longo de sua trajetória esteve presente em seu texto – visto que Ewerton Guimarães foi reconhecido tanto em vida, quando no *post mortem*, como um notório defensor dos direitos humanos (Daniel, 2007). A partir da identificação de seu discurso, busca-se identificar os propósitos políticos personalistas desenvolvidos pelo personagem, a fim de compreender suas intenções públicas ao publicar o livro.

Este capítulo ainda apresenta em linhas gerais a categoria Esquadrão da Morte a partir de estudos recentes realizados em programas de pós-graduação (Mello Neto, 2014; Antônio, 2017), associando-os à obra mais conhecida sobre o Esquadrão – o livro de Helio Pereira Bicudo (1976), *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* e ao próprio livro de Ewerton Guimarães (1978) – objeto e fonte deste capítulo.

Tenho desenvolvido o conceito de propósito político (Bernardes, 2025) para que possa ser útil a meu doutorado em curso e a futuras pesquisas. Lembro que é condição essencial que um conceito pressuponha uma generalização a ponto de incluir uma pluralidade de significações e experiências (Prost, 2008, p. 117), tornando-se aplicável a outros trabalhos.

O propósito político é configurado a partir da dinâmica do interesse (Nader, 2024), dos papéis sociais construídos (Heller, 1985) e das representações (Chartier, 1990) forjadas

de limitações de espaço para este capítulo não é possível avançar nos nomes dos personagens, nos relatos dos familiares, etc.

de forma individual ou coletiva pelos seres humanos.

O propósito remete a uma intenção pensada, objetiva. E é político na medida em que adentra o espaço público, e se reveste de uma intenção de se colocar neste espaço, para ser visto, escutado, lido, referenciado (Bernardes, 2025, p. 71). Portanto, para este conceito, a política vincula-se necessariamente ao espaço público aos moldes de Hannah Arendt (1991). Um espaço público que “não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos” (Arendt, 1991, p. 64). Destaco que existe um *propósito político-personalista* quando há uma dinâmica de interesse individualizada. Ou seja, a pessoa por si só possui uma intenção pública de se projetar e ocupar um espaço público. Há, portanto, uma intenção de criar para si uma imagem pública e registrar sua presença humana para uma sociedade.

Agnes Heller (1985, p. 91) frisa que, em público, o ser humano “representa um papel, dá seu espetáculo, expressa opiniões, estados de espírito, julgamentos, etc., que talvez nada tenham em comum com os que lhe são próprios”. Argumenta que os papéis sociais são formações de reações estereotipadas, clichês. E jamais esgotam o comportamento humano em sua plenitude (1985, p. 106). E é ao desempenhar esses papéis sociais que os indivíduos acabam por fazer escolhas, vinculadas a seus interesses, a suas preferências. Maria Beatriz Nader (2024) observa que os interesses são fenômenos psicossociais complexos e tem origem na experiência humana com o ambiente social. Roger Chartier (1990, p. 17) também nos traz contribuições basilares, ao indicar que as

representações que são construídas acerca do mundo social “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão”, são elas “sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”.

Desta forma, ao investigar sobre a trajetória de Ewerton Guimarães, e neste capítulo, ao investigar seus propósitos políticos ao escrever a obra *A Chancela do crime* se objetiva situar os interesses deste personagem e suas representações de mundo ancorados em um projeto de vida que estava sendo construído entre o final dos anos 1960 e os anos 1970.

Argumento que Ewerton Guimarães pertenceu a uma geração que incluiu a gramática dos direitos humanos em sua vida e carreira profissional, visto o clima favorável dos anos 1970, mesmo em cenário de repressão política, leia-se Ditadura Militar. Maria Paula Araújo (2000) observa essa mudança de clima político nos anos 1970, nos quais, os direitos humanos e a defesa da democracia, ocuparam lugar de destaque.

Identifico que Ewerton Guimarães pertenceu a esta geração dos anos 1970 que utilizou como estratégia política a luta pelas liberdades democráticas – conforme indicativo de Araújo (2006, p. 98), e, em especial, a bandeira dos direitos humanos.

Este trabalho conclui, de forma parcial, que Guimarães utilizou seu ofício (advogado, jornalista/escritor) como forma de resposta ao crime organizado no estado, e, especialmente a José Dias Lopes, agente público responsável por sua prisão quando este ainda era estudante de Direito, em 1968, por ocasião de sua presença em uma manifestação estudantil de

oposição à Ditadura Militar.⁴

Este texto se organiza em duas partes centrais. Primeiro, destaco a criação da categoria “Esquadrão da Morte”. E segundo, realizo a análise do livro *A Chancela do crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte*, de Ewerton Monte negro Guimarães (1978) – embora esta última de forma ainda inicial.

Definindo a categoria Esquadrão da Morte: Uma criação da imprensa?

Em linhas gerais, é preciso delimitar o significado da categoria “Esquadrão da Morte”. Este trabalho já foi realizado por pesquisadores que me antecederam nos estudos do tema, portanto, meu objetivo aqui é apenas situar a categoria para o leitor, e indicar que esta também foi utilizada por Ewerton Guimarães – inclusive, foi subtítulo de seu livro: “A verdadeira história do *Esquadrão da Morte*”.

Francis Kanashiro Meneghetti (2019) interpreta que “Os esquadrões da morte se formam como organizações de promoção do terrorismo de Estado Totalitário, com a finalidade de manter o controle político e social em um país”. De acordo com este autor, os esquadrões atuam na clandestinidade, na marginalidade do sistema policial formal, como “grupos de apoio”, responsáveis pelo “trabalho sujo”, de “acabar” com pessoas que porventura sejam consideradas “politicamente, socialmente ou economicamente inconvenientes” (2019).

4 Destaco o episódio dessa manifestação e da prisão de Ewerton Guimarães em Bernardes (2023, 2024, 2025).

Meneghetti (2019) situa que a maioria dos Esquadrões surgiu nos anos 1960, em um cenário de condições favoráveis para que fosse criada uma organização resultante “das anomalias burocráticas, do contexto político autoritário da época e do apelo irracional por maior segurança social, a qualquer preço” (2019). Observo que o contexto político autoritário indicado pelo autor em escala macro era a própria Ditadura Militar.

David Maciel de Mello Neto (2014) pesquisou o “Esquadrão da Morte” na qualidade de uma categoria analítica, entre 1957 e 1987. Argumenta que esta categoria foi fixada como representação coletiva da violência urbana pela imprensa carioca, e especialmente pelo jornal *Última Hora*,⁵ a partir de 1958. Portanto, segundo Mello Neto (2014) a denominação “Esquadrão da Morte” é uma criação da imprensa que será apropriada pelos grupos que de fato irão existir e praticar ações de violência.

Na imprensa carioca, o ápice da categoria “Esquadrão da Morte” advém nos anos 1960 e 1970. A partir de 1987 o “Esquadrão da Morte” se metamorfoseia para a categoria “grupos de extermínio”; e nos anos 2000, para as “milícias”. Portanto, uma categoria seria a metamorfose da outra. Em linhas gerais, o Esquadrão é descrito pela imprensa das décadas de 1960 e 1970 como um “grupo de policiais que eliminam marginais considerados irrecuperáveis” (Mello Neto, 2014, p. 16).

5 Especialmente sobre as representações do jornal *Última Hora* sobre o Esquadrão da Morte, recomendo a dissertação de mestrado de Mariana Dias Antônio (2017).

A menção explícita à imprensa também aparece em Ewerton Guimarães (1978, p. 3), ao indicar que elementos da cúpula da polícia civil do Espírito Santo “integravam o bando de malfeiteiros que a Imprensa de Vitória denominou de Esquadrão da Morte”. Portanto, em Guimarães, o Esquadrão também se trata de uma denominação da imprensa de Vitória. Mas é preciso destacar que essa criação não teria surgido do nada, e mais, que as ideias, notícias e jornais circulavam entre os estados do Brasil.

Para Helio Bicudo (1976), que escreveu a obra mais divulgada e disponível⁶ no Brasil sobre a temática: *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (1976), que relata sua experiência como promotor do caso paulista, e, portanto, contemporânea ao livro de Ewerton Guimarães (1978), “os principais implicados na execução dos crimes do ‘Esquadrão’ passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação”. Teriam, pois, se transformando em “autênticos heróis nacionais, intocáveis pela Justiça” (Bicudo, 1976, p. 21).

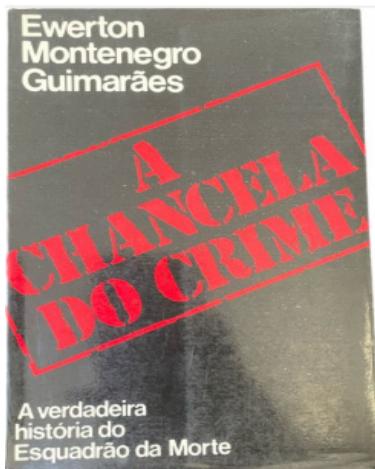
Bicudo sublinha que a administração pública nunca teria se empenhado na apuração das atividades do grupo. E sua obra, assume, para além de um depoimento sobre sua atuação como promotor responsável, mas sobretudo “uma advertência contra o poder extra-legal que conduz, inevitavelmente, às formas mais graves de violência contra a pessoa humana” (Bicudo, 1976, p. 22).

6 Destaco esta disponibilidade da obra ao acessar, por exemplo, o site de compra de livros Estante Virtual, na qual, a obra de Bicudo (1976) é a mais disponível para compra, em diversas livrarias do Brasil.

Em análise elaborada por Meneghetti (2019), que estuda de forma comparativa os esquadrões dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo – utilizando-se para este último caso o livro de Ewerton Montenegro Guimarães (1978), as relações dos esquadrões, nesses diferentes estados entrelaçaram tráfico de entorpecentes, exploração ilícita, roubo de carros e cargos, comércio da proteção policial, prostituição, jogo ilegal / jogo do bicho.

A publicação e as implicações dos discursos

Figura 1 – Capa do livro



Fonte: acervo pessoal da autora.

Ewerton Guimarães nasceu em Vitória, em 1949, e cresceu em uma família com boas condições econômicas. Sendo

o caçula, tinha um irmão e uma irmã. Depois de participar do teatro estudantil na capital capixaba, em meados dos anos 1960, em 1967, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Daniel, 2007). Além de estudar Direito, Ewerton iniciou trabalho como jornalista, no periódico *O Diário*. Foi a partir deste trabalho que desenvolveu interesse na história do Esquadrão da Morte. Vejamos o que diz a matéria produzida pelo jornal *A Tribuna*,⁷ em 1978 – época de lançamento do livro *A Chancela do crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte*:

O interesse de Ewerton Guimarães pelos acontecimentos que envolveram o Esquadrão da Morte começou quando surgiram os primeiros indícios de sua existência. **Como repórter do Jornal O Diário ele fazia a cobertura policial e publicava as marchas e contramarchas do inquérito, com os nomes dos responsáveis e suas tentativas para tumultuar as investigações** (A Tribuna, 22 out. 1978, p. 19). (grifos nossos)⁸

Parte da cobertura realizada pelo jornal *O Diário*, foi aproveitada por Ewerton como fonte primária, ao escrever *A Chancela do crime*. Conforme *A Tribuna*, Ewerton “publicava as marchas e contramarchas do inquérito”.

7 Agradeço ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo por disponibilizar o arquivo para consulta, que se encontra dentro do Dossiê sobre Ewerton Montenegro Guimarães – Fundo DOPS. Menção especial ao Analista do Executivo e historiador Tiago de Matos Alves pelo auxílio.

8 O jornal *A Tribuna*, publicado em Vitória/ES, em 22 de outubro de 1978, trouxe uma matéria de duas páginas sobre o lançamento do livro - intitulada “Esquadrão da Morte no Espírito Santo - uma radiografia histórica. Escrita pelos jornalistas Beatriz Coelho e Jairo de Brito a matéria apresenta em detalhes trechos do livro e o percurso de Ewerton Guimaraes até a publicação.

A *Tribuna* indicou que o lançamento de *A Chancela do Crime* aconteceu na Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, em 1978. Contudo, os primeiros originais já estariam prontos desde 1974. Quando realizou várias investidas para a publicação:

A primeira editôra [sic] procurada foi a Paz e Terra que delicadamente recusou. A segunda tentativa foi feita junto a Civilização Brasileira, em 1976. O editor Enio Silveira também recusou-se a ser o responsável pela edição, alegando que ela seria muito dispendiosa, em virtude dos riscos de apreensão. E recomendou que ele esperasse uma época mais favorável para a publicação.

Ainda em 1976, Ewerton procura a terceira editôra [sic], a Alfa-Ômega que, depois de demorado exame pelo seu conselho editorial, aprovou os originais, com restrições de natureza política. O editor, Fernando Mangariela reservou-se, então, o direito de propor a edição numa época mais favorável e pediu que fosse feita a complementação de alguns dados. Novo capítulo foi escrito, desta vez abordando os roubos de carro pelo Esquadrão.

Desta vez, os originais foram aceitos inteiramente, e a editora compromete-se em assinar o contrato para a publicação. Depois de dois meses de espera (dezembro de 1976 a janeiro de 1977) novamente os originais foram devolvidos. Agora, a editora alegava que havia inconvenientes na publicação da matéria. (A Tribuna, 22 out. 1978)

Ainda de acordo com *A Tribuna*, na época estourou escândalo da simulação de duplicatas pela firma Irmãos Ferreira, e o ex-governador Cristiano Dias Lopes, um dos personagens citados no livro de Ewerton, era acusado de ser o mentor. Os originais mais uma vez foram devolvidos. Desta vez, alegava-se que as gráficas de São Paulo teriam recusado o trabalho por causa do tema abordado no livro.

Nesta época, Ewerton resolveu compor o livro por sua conta e tentar a publicação posteriormente. Os originais foram levados à gráfica Art-Script de Vitória para a composição. Houve então a primeira tentativa direta para impedir a sua publicação. Cristiano Dias Lopes tentou subornar a gráfica que, além de recusar-se a entregar os originais, comunicou a tentativa ao autor. (A Tribuna, 22 out. 1978)

Depois dessas idas e vidas, a publicação enfim saiu em agosto de 1978. De acordo com o jornal, os 900 exemplares destinados à Vitória foram vendidos rapidamente. Ainda, foi feita uma distribuição em todo o país, com “maior absorção pelos livreiros de São Paulo”.

Conforme já mencionado, trata-se de uma obra densa, de mais de 400 páginas, de difícil leitura. A obra mescla uma série de fontes, a citar: publicações dos periódicos *O Diário*, *A Tribuna*, *A Gazeta*, os autos do Inquérito Policial e do volumoso processo do Esquadrão, e a própria experiência de Ewerton como jornalista que cobriu o caso, a partir de 1968, e que também atuou como advogado das famílias das vítimas ao longo dos anos 1970.

Retomo aqui a problemática lançada para o capítulo, ao questionar se o discurso de direitos humanos operado por Ewerton ao longo de sua trajetória profissional, dos anos 1970 até sua morte, está presente no livro; e como se apresenta, ou seja, a partir de quais referenciais. Para conseguirmos identificar esse discurso, foi necessário realizar análise do livro, a partir da análise do discurso. Procurou-se compreender se e como Ewerton buscou afirmar os direitos humanos na obra.

O interesse do personagem pelos direitos humanos – a

partir propósito político personalista – é evidente nas primeiras páginas do livro, na seção “Nota do autor”. Destaca:

O que o autor propõe neste livro é o debate em torno dos Direitos Humanos. O que se discute é **o valor da vida humana em nosso país**, o Brasil. Se a **vida humana** tem valor neste país, os criminosos não podem escapar impunes; caso contrário, teríamos a chancela do crime, oficialmente (Guimarães, 1978). (grifos da autora)

Para além desta afirmação explícita, a obra em si, é composta de maneira a descrever a natureza dos crimes praticados pelo Esquadrão – compreendendo-os como práticas de violação aos direitos humanos. Sublinha-se, por exemplo, os assassinatos que aconteceram, nos quais, os presos eram retirados das prisões pelos próprios policiais civis e eliminados. Dentre os crimes imputados ao Esquadrão no estado, cita:

Latrocínios, assassinatos, com a ocultação de cadáveres, espancamento e torturamento de presos, furto de armas, desvio de carros roubados já apreendidos pela Polícia Civil, adulteração de motores, falsificação de documentos, corrupção no ‘jogo do bicho’ [...] (1978, p. 3)

Segundo Guimarães (1978, p. 3), o Esquadrão “promoveu a execução sumária de muita gente anônima, diversas pessoas ‘identificadas’ e presos da Justiça. Os assassinos enterraram inúmeras vítimas na Barra do Jucu, no mesmo local de fuzilamento”.

O autor destaca que a orla da Barra do Jucu era favorável, o lugar era deserto à noite, o “matagal favorecia a dis-

simulação e a improvisação dos cemitérios clandestinos. O terreno arenoso facilitava a escavação das covas". E havia a garantia de impunidade aos delitos praticados. Menciona que não se instaurava "o inquérito policial indispensável à elucidação do evento, quando a autoria do homicídio cabia ao Esquadrão da Morte". Bom, pelo menos até agosto de 1969.

Em 15 de agosto de 1969, os jornais anunciaram a descoberta de um cemitério clandestino na Barra do Jucu. A princípio foram encontrados 11 corpos. Na véspera, o superintendente da Polícia Civil, José Dias Lopes – irmão do governador Cristiano Dias Lopes – havia concedido entrevista à imprensa, admitindo a existência do cemitério clandestino (1978, p. 8).

Em 11 de agosto de 1969, os policiais civis Hélio Rocha, Ernane Barcelos e Nenir Costa, ameaçados de morte e implicados no inquérito de desaparecimento de carros roubados, pediram refúgio no 3º Batalhão de Caçadores de Vila Velha, ocasião que denunciaram às autoridades militares a existência de um Esquadrão da Morte na Polícia Civil e os sepultamentos clandestinos que ocorriam na Barra do Jucu (1978, p. 9) – confessando, inclusive, que teriam participado de algumas ações, a incluir assassinatos:

Os três declarantes afirmaram que o cemitério clandestino pertencia ao diretor da Polícia Civil, Jair Leão Borges, ao corregedor Jesse Alexander Burns, ao delegado José Ranilson de Souza Senna e ao coronel Domingos de Oliveira Rocha, oficial da Polícia Militar (1978, p. 20).

Os depoimentos também comprometiam José Dias Lopes. Inicialmente, o Superintendente Dias Lopes designou um dos delegados acusados como integrantes do Esquadrão para presidir o inquérito, o senhor Sebastião Gualtemar Soares. Mas devido a uma série de pressões, da imprensa, dos deputados da Assembleia Legislativa (Ales), especialmente da bancada do MDB, e do Ministério Público estadual, foi nomeado um delegado extraordinário para o caso, o senhor Fernando Shwab, que veio do Rio de Janeiro com a função de presidir o inquérito com exclusividade.

Ewerton Guimarães descreve em seu livro uma série de sabotagens de investigação, denúncias de que Fernando Shwab estaria agindo parcialmente a pedido do governador Dias Lopes, e que seu objetivo seria livrar o nome de José Dias Lopes, visto que havia laços de parentesco entre eles (1978, p. 183). Deputados mdbistas também pediam o afastamento de José Dias Lopes da Superintendência (1978, p. 124). “A Ales e a câmara municipal debatiam os crimes do esquadrão” (1978, p. 144). Deputados recebiam ligações com ameaças (1978, p. 170).

O Inquérito foi instaurado ainda em agosto de 1969 e as entrevistas e coleta de provas organizadas até setembro daquele ano. Em seguida, o Inquérito foi encaminhado para a promotoria, que o acolheu e ofereceu denúncia, na 1^a vara criminal de Vila Velha.

Em setembro de 1969, José Dias Lopes foi nomeado pelo seu irmão governador como Secretário de Segurança do Estado do Espírito Santo. Assim, teria foro privilegiado e não

poderia ser julgado pela justiça comum. Seu processo deveria ser acolhido pelo Tribunal de Justiça, que em reunião, em 1977, decidiu pelo arquivamento do processo.

Os demais indiciados foram condenados pela justiça. Ficou comprovado através de diversos depoimentos de presos comuns, de familiares de presos, e de provas balísticas, a atuação de um grupo de policiais e delegados, especialmente da polícia civil capixaba, que assassinou presos comuns, tirando-os dos presídios, adulterando os cadernos de carceragem, enterrando-os em locais clandestinos, dos quais, aquele que atingiu maior repercussão pública, foi o cemitério clandestino da Barra do Jucu, distante 18 km da capital, na cidade de Vila Velha. No caso capixaba, as vítimas do Esquadrão foram, de acordo com Guimarães (1978), homens, negros (em sua maioria), periféricos e que haviam praticado crimes de roubo, furto e tráfico de drogas. Portanto, tratavam-se de crime comuns, e não crime políticos aos moldes da Doutrina de Segurança Nacional da Ditadura. Portanto, não se tratavam de subversivos. Embora, na obra de Ewerton um indivíduo tenha sido preso por coletar assinaturas para o MDB, partido de oposição à Ditadura, este caso é uma exceção. E o indivíduo não foi uma das vítimas fatais do Esquadrão, embora tenha sido preso e torturado.

Considerações finas

A narrativa empreendida por Ewerton Guimarães no livro é moldada para incriminar os indiciados, e por deixar registrado por escrito a história do Esquadrão da Morte no

Espírito Santo – com destaque para a denúncia de impunidade em relação a José Dias Lopes.

Mas para além do inquérito, e da acusação do grupo de policiais, a narrativa de Ewerton dá voz aos familiares das vítimas, e descreve a trajetória de cada uma das vítimas, e de cada um de seus familiares. Trata-se, então, de um livro, que procurou ouvir e narrar as histórias dos múltiplos personagens implicados na história do Esquadrão capixaba. É necessário aprofundar essas vozes e essas histórias.

Portanto, concluo que o propósito político de Ewerton com a publicação do livro pautou-se na denúncia dos crimes praticados no Espírito Santo. Crimes que violavam direitos humanos. Conforme Ewerton destacou na obra, sua intenção era ingressar na luta pró-direitos humanos que atingia seu ápice entre 1978 e 1979, com as mobilizações pela anistia.

Ewerton publicou o livro em agosto de 1978. Em março de 1979, tornava-se presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia – seção Espírito Santo (CBA-ES), o que demonstra, mais uma vez, seu envolvimento com a luta pelos direitos humanos, e, em específico, naquele cenário de 1979, com as mobilizações pela anistia.⁹

Referências

Fontes primárias

ESQUADRÃO DA MORTE no Espírito Santo: uma radiogra-

⁹ Para maiores detalhes sobre as mobilizações pela anistia no Espírito Santo, ver: Bernardes; Fagundes (2020).

fia histórica. *A Tribuna*, Vitória, 22 out. 1978. In: Dossiê Ewerton Guimarães, Fundo DOPS, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. *A chancela do crime: a verdadeira história do Esquadrão da Morte*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda, 1978.

Bibliografia instrumental teórica

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 2 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1985.

NADER, Maria Beatriz. *Recônditos: uma jornada pela História da Família, do Gênero e da Violência*. Serra: Milfontes, 2024.

PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Bibliografia de apoio

ARAÚJO, Ana Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Ana Paula Nascimento. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: Martins Filho, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 93-104.

ANTÔNIO, Mariana Dias. *O sensacionalismo no jornal Última Hora-RJ: sinais e ícones do Esquadrão da Morte (1968-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BERNARDES, Brenda Soares. Propósito Político, Interesse e Papel Social: Ewerton Montenegro Guimarães (1949-2002) e as iniciativas institucionais de enquadramento de uma memória de direitos humanos no Espírito Santo (2002-2010). In: BATISTA, Ariel Cherxes; BERNARDES, Brenda Soares; TORRES, Guilherme Gouvêa Soares. *XV Encontro Regional de História da ANPUH/ES - 70 anos de História no Espírito Santo: da pesquisa ao ensino, formando gerações*; Volume IV: História do Tempo Presente. Serra: Identidade Editorial, 2025. p. 68-83.

BERNARDES, Brenda Soares. A escrita de si em um requerimento de anistia: o caso do anistiado post mortem Ewerton Montenegro Guimarães (1949-2002), no Espírito Santo. In: Arrais, Cristiano Alencar et al. (Org.). *Povos originários e movimentos sociais no século XXI: culturas e memórias em disputa*. Vitória: Antíteses, 2024. p. 451-465.

BERNARDES, Brenda Soares. *Ewerton Montenegro Guimarães (1949-2002): um lugar de memória da luta pelos direitos humanos no Estado do Espírito Santo*. In: PINA, Edjalma Nepomoceno et al. (Org.). *Democracia, vivências políticas e os limites da liberdade*. Vitória: Antíteses, 2023. p. 414-422.

BERNARDES, Brenda Soares; FAGUNDES, Pedro Ernesto. As

mobilizações pela anistia brasileira no Estado do Espírito Santo (1975-1979). *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2020.

BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BITTENCOURT, Matheus Boni. *As políticas da insegurança: da Scuderie Detetive Le Cocq às Masmorras do Novo Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

COSTA, Marco Aurélio Borges. *Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo*. São Paulo: Opção livros, 2016.

DANIEL, Sandra. *Ewerton Guimarães*. Coordenação: Antônio de Pádua Gurgel. Vitória: Contexto, 2007. Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo.

MELLO NETO, David Maciel de. *“Esquadrão da Morte”*: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1987). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. *Organizações Totalitárias: Esquadrão da Morte, Tribunais do Crime e o Hospital Colônia de Barbacena*. Curitiba: Appris, 2019.

Universidade na era Vargas e Perón: conexões e diferenças da universidade pública argentina e brasileira, uma primeira aproximação em tempos de outros populismos

Estefanía P. Cuello^(*)

1. Introdução

Tanto o varguismo quanto o peronismo foram frequentemente analisados com desconfiança, sobretudo por terem incorporado direitos trabalhistas e sociais às agendas jurídicas de seus países no século XX. Ambos enfrentaram forte resistência dos setores econômicos concentrados e críticas de intelectuais alinhados aos Estados Unidos. A reação antivarguista contribuiu para a dissolução do regime, embora parte de sua agenda tenha sido retomada por partidos posteriores, como o PT. No caso argentino, a relação entre os governos kirchneristas (considerados uma nova fase do peronismo) e o governo Lula reforçou a ideia de uma agenda compartilhada de inclusão social.

Embora o foco principal deste ensaio seja o século XX, é pertinente observar o fenômeno contemporâneo: os governos de extrema direita de Jair Bolsonaro e Javier Milei, no primeiro quarto do século XXI, compartilham uma hostilida-

de explícita contra as universidades públicas. Ambos as apresentam como inimigas simbólicas do Estado, acusando-as de serem espaços marxistas em uma suposta guerra ideológica contra o comunismo, um discurso anacrônico e simplificador. Os ataques não se limitaram ao discurso: houve cortes orçamentários, fechamento de instituições, desmonte de políticas de ação afirmativa e perseguição às ciências sociais.

Em contraste, os governos de Lula no Brasil e, em menor grau, os governos kirchneristas na Argentina, promoveram a massificação e a diversificação da intelectualidade universitária, reafirmando a função social da universidade. Para o historiador, compreender essas trajetórias é também participar do debate político contemporâneo.

Tradicionalmente, uma diferença marcante entre os sistemas universitários argentino e brasileiro reside em suas heranças coloniais. Enquanto a Espanha autorizou a criação de universidades em suas colônias já no século XVI —como as de Chuquisaca e Córdoba—, Portugal proibiu formalmente a fundação de universidades no Brasil. A elite intelectual brasileira foi formada na Europa, especialmente em Coimbra. A ausência de universidades no Brasil colonial visava impedir que o ensino superior se tornasse um vetor de ideias independentistas, especialmente após o Iluminismo (Cunha, 2007, p. 152).

No século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, o ensino superior no Brasil passou a ser ministrado em escolas isoladas, com ênfase em cursos profissionalizantes de Direito, Medicina e Enge-

nharia. Nenhuma instituição com status de universidade existiu durante o período colonial ou imperial (Cunha, 2008). Já na América hispânica, após os processos de independência, novos Estados buscaram modernizar seus sistemas educacionais. Em 1821, cinco anos após a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, foi fundada a Universidade de Buenos Aires, por iniciativa de Bernardino Rivadavia e do padre Antonio Sáenz. A UBA foi concebida como pública, laica e aberta, diferentemente de outras universidades coloniais, que exigiam “certificados de pureza de sangue” para admissão (Ortiz-Scotti, 2018, p. 113).

Assim como na América portuguesa, os intelectuais da atual Argentina continuaram sua educação na Europa, geralmente cursando cursos em diversas universidades, como descrito por Juan Bautista Alberdi em sua carta de 1852 a um estudante de San Juan (Alberdi, 1886). Esta carta é considerada o primeiro currículo para um curso completo de Direito em uma universidade argentina (Cuello, 2012). No entanto, como Levaggi menciona, o currículo do curso de Direito da Universidade de Buenos Aires foi diretamente inspirado no da Sorbonne (Levaggi, 2010).

Apesar de serem espaços de formação das elites intelectuais, as universidades públicas passaram a ser disputadas ideologicamente no século XX, especialmente com a entrada de setores médios, populares e de mulheres. Essa “normalidade” elitista foi interrompida, gerando reações de setores que se consideravam donos do espaço intelectual nacional. O historiador Luís Alberto Romero, antiperonista e filho de

José Luis Romero —interventor da UBA após o golpe de 1955—, referiu-se à experiência peronista como uma “anormalidade”, evidenciando a dificuldade de analisar esse período sem conexões com o presente.}

No Brasil, o varguismo tornou-se objeto de estudo histórico, mas partes de sua agenda foram absorvidas por outros atores políticos, notadamente pelo PT. Quanto à universidade, as políticas de inclusão do peronismo aproximam-se mais das do PT do que do próprio varguismo. Ambos os movimentos foram fundamentais na história de seus países, embora com abordagens distintas. Segundo Boris Fausto, é possível identificar semelhanças entre varguismo e peronismo, especialmente em seus traços autoritários, nacionalistas e em sua postura ambígua frente às elites tradicionais¹.

A seguir, elaborou um quadro comparativo (Tableta nº 1) entre o varguismo e o peronismo com base em dois textos de Boris Fausto de minha autoria.

Tableta 1: Cuadro comparativo entre o Varguismo e Peronismo a partir dos textos de Boris Fausto

1 É importante aclarar que são as observações do autor, e que, na minha opinião pessoal, Boris Fausto foi muito influenciado por autores de uma elite antiperonista da universidade de Buenos Aires da década dos anos 60's e 70's, o que é perfeitamente entendível pelo contexto da circulação de ideias dos intelectuais, tanto na esquerda como a direita.

		VARGUISMO	PERONISMO
Semelhanças	Liderança carismática e populista: grande apoio popular, capazes de mobilizar as massas	"primeiro trabalhador"	"Primer trabajador"/ "Conductor"
	Intervenção do Estado na economia: Promoveram políticas nacionalistas e desenvolvimentistas, com forte participação estatal na indústria	Criou empresas estatais como a Petrobras (1953)	Nacionalizou as ferrovias e os serviços públicos, promoveu o IAPI (Instituto Argentino de Promoção do Comércio)
	Políticas trabalhistas e direitos sociais: Ambos implementaram reformas trabalhistas para ganhar apoio dos trabalhadores	Vargas: Criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943), inspirado na Carta del Lavoro italiana	Perón: Instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, o décimo terceiro salário, as férias remuneradas e a sindicalização em massa. A CLT argentina foi projetada no terceiro governo de Perón, na sua volta do exílio em 1973
	Controle da mídia e propaganda estatal: Eles usaram a imprensa, o rádio e o cinema para espalhar sua ideologia	Vargas: Criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	Perón: Utilizou a Rádio Nacional e os jornais oficiais (como o "Democracia")
	Relação ambígua com o fascismo: ambos tinham laços iniciais com regimes fascistas, mas depois declinaram.	Vargas com o "Estado Novo" de inspiração corporativista	Perón -segundo Boris Fausto- com simpatias por Mussolini

Diferenças	Origem política	Varguismo: Surgiu de uma "revolução" (1930) e depois de um "golpe autoritário" (Estado Novo, 1937-1945)	"Peronismo": Nasceu de um "processo eleitoral" (1946) após o golpe de 1943, onde Perón assumiu o poder no Ministério do Trabalho
	Base de apoio social	Vargas: Ele teve apoio dos trabalhadores urbanos, dos militares e dos setores industriais, mas também negociou com oligarquias regionais	Perón: Mobilizou massivamente a classe trabalhadora (os "sem camisa") e enfrentou a oligarquia latifundiária
	Relacionamento com sindicatos	Vargas: Os sindicatos eram controlados pelo Estado, sem autonomia total	Perón: Os sindicatos eram um "pilar do movimento", com líderes como Evita e uma estrutura mais independente (CGT)
	Ideologia e discurso	Varguismo: Mais pragmático e tecnocrático, sem uma doutrina clara; combinava nacionalismo, corporativismo e desenvolvimentismo	Peronismo: Tinha uma ideologia definida (Justicialismo: "Terceira Posição" entre capitalismo e comunismo) e um forte componente emocional (culto a Perón e Evita)
	Fim dos "regimes"	Vargas: Ele renunciou em 1945, retornou democraticamente em 1951 e cometeu suicídio em 1954.	Perón: Deposto em 1955 por um golpe militar, permaneceu no exílio até 1973 e morreu no poder em 1974.

2. A universidade pública argentina: A UBA como território ideológico em disputa do campo popular

As universidades públicas são centros de formação de profissionais, acadêmicos e líderes culturais. A UBA, junto com a USP, é uma das mais prestigiadas da América do Sul. Atualmente, o presidente Javier Milei tem atacado sistematicamente a educação pública, a ciência, a cultura e, em especial, a universidade pública, apresentando-a como um obstáculo ao “progresso” e à “liberdade individual”.

A UBA possui uma singularidade histórica: antecede a própria formação do Estado-nação argentino, tendo sido criada em 1821. Essa antiguidade lhe confere uma transversalidade única na sociedade argentina. Ao contrário de governos que buscam cooptar a universidade, Milei a enfrenta diretamente, uma postura inédita na história do país. Seu discurso parece visar o eleitorado antiperonista e libertário, mas colide com um pilar da identidade nacional: o acesso universal e gratuito ao ensino superior como via de ascensão social.

A fundação da UBA uniu o centralismo portenho à influência católica do vice-reinado, sob autorização de um decreto real de Carlos III. Sua missão era formar a elite intelectual e governamental do novo país. Ao longo de sua história, a UBA abrigou correntes ideológicas diversas —do liberalismo ao nacionalismo, do comunismo ao peronismo— gerando tanto discursos hegemônicos quanto contra-hegemônicos. Essa pluralidade ideológica, embora tensa, é constitutiva da própria identidade da instituição.

Até 1955, todas as universidades argentinas eram públi-

cas. A gratuidade e a expansão do acesso no pós-guerra — impulsionadas pelo peronismo — fizeram com que a universidade fosse percebida como espaço de difusão de ideologias de esquerda ou popularista². A Lei 13.031, promulgada em 1947, foi a segunda lei universitária do país (a primeira foi a Lei Avellaneda, de 1885) e marcou o início da “universidade peronista”. Seus quatro primeiros artigos enfatizavam a função social da universidade, reconheciam professores como trabalhadores em tempo integral e proibiam atividades políticas dentro dos espaços acadêmicos. Representantes estudantis tinham voz, mas não voto, uma limitação que refletia a desconfiança do governo peronista em relação ao movimento estudantil tradicional, visto como antiperonista.

A Reforma Universitária de 1918, originada em Córdoba, teve impacto regional, mas não alterou profundamente a UBA, que já era pública, laica e gratuita. Somente em 1954, com a Lei 14.297, os estudantes obtiveram direito a voto nos conselhos acadêmicos. A proibição de atividades políticas dentro das universidades datava do golpe de 1930 e não foi revertida por nenhum governo subsequente.

O peronismo, embora anticomunista em sua origem, focou-se em apoiar materialmente os novos estudantes — filhos de trabalhadores — e em fortalecer sindicatos universitários alinhados ao governo. A construção do prédio da Faculdade de Direito da UBA, concluída em tempo recorde, simbolizou esse novo projeto universitário.

As universidades privadas só foram autorizadas após o

2 O termo “populista” corresponde ao usado por Ernesto Laclau.

golpe de 1955, por decreto de Pedro Eugenio Aramburu, e regulamentadas durante o governo de Arturo Frondizi, o que gerou a crise política conhecida como “Livre ou Laica”. Instituições como a Universidade Católica Argentina, a Universidade de Belgrano (onde se formou Milei) e o Museu Social Argentino (atual sede da faculdade onde leciona o ministro da Justiça de Milei) surgiram nesse contexto.

Três marcos definem a democratização do ensino superior na Argentina: a Reforma de 1918 (acesso à classe média e filhos de imigrantes); a gratuidade universal em 1949 (acesso aos filhos de trabalhadores); e a criação das “universidades do bicentenário” em 2010 (expansão para áreas metropolitanas). A hostilidade de Milei contra as universidades públicas rompe com essa tradição histórica e representa uma ameaça sem precedentes à cultura e à identidade nacional³.

3. Regime universitário e política do primeiro governo peronista

3.1. A “peronização” da universidade e a lei 13.031

Para os antiperonistas, a universidade foi “peronizada”, termo carregado de conotação negativa após o golpe de 1955. Segundo Maria Helena Capelato, as melhorias na

3 Mesmo durante o bloqueio anglo-francês de 1838, a UBA, apesar da falta de verbas em seu orçamento, nunca fechou suas portas. Nem mesmo os governos militares do século XX alcançaram tamanha aberração. A atual hostilidade do presidente Javier Milei em relação às universidades públicas argentinas é uma situação verdadeiramente inusitada e anômala na história. Inédita, é parte de uma estratégia abrangente e não atomizada, intimamente ligada à destruição da cultura argentina.

infraestrutura (bolsas, gratuidade, novas faculdades, construção de prédios, aumento de verbas) não foram suficientes para neutralizar a percepção de que a autonomia universitária e a qualidade do ensino foram comprometidas (2009).

Após a deposição de Perón, a ditadura da “Revolução Libertadora” publicou o “Livro Negro da Segunda Tirania” (1956), que acusava o governo peronista de totalitarismo e corrupção. O texto, porém, carece de fontes documentais e se baseia em adjetivações negativas. Nele, “peronizar” significava submeter a universidade ao culto da personalidade de Perón e de Eva Perón, impor filiação partidária obrigatória e realizar espionagem ideológica.

3.2. A Universidade Peronista. Lei 13.031 e a Função Social da Universidade

Antes da promulgação da Lei 13.031, Perón afirmou que não desejava uma “cultura oficial”, mas sim uma universidade “com alma argentina”, capaz de transformar o país de mero assimilador em criador de cultura. A lei, promulgada em outubro de 1947, definiu claramente a função social da universidade: formar profissionais, cultivar a ciência, difundir a cultura e promover o progresso nacional. Entre suas funções estavam: desenvolver uma consciência histórica nacional, valorizar as ciências aplicadas, preparar pesquisadores, promover o ensino prático e gratuito, e correlacionar conhecimentos técnicos e humanísticos.

3.3. Decreto sobre a Gratuidade do Ensino Universitário

Em 1949, com base na nova Constituição, foi decretada a gratuidade total do ensino superior (Decreto nº 29.337). Os preâmbulos do decreto destacavam que o progresso de um povo depende do nível cultural de seus membros e que o Estado deve remover obstáculos ao acesso à universidade.

3.4. Lei 14.297

Em 1954, a Lei 14.297 reformou a Lei 13.031, permitindo que representantes estudantis votassem nos conselhos acadêmicos, desde que oriundos de entidades sindicais reconhecidas. Isso fortaleceu organizações pró-peronistas, como o Ateneu Universitário da Faculdade de Direito da UBA, que contava com mais de 3.000 membros, em contraste com o tradicional Centro de Estudantes, com cerca de 500 filiados. A autonomia universitária também foi reforçada, e a gratuidade foi reafirmada.

4. Regime universitário na Era Vargas

Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a liderança de Francisco Campos. Em 1931, foi promulgado o Decreto nº 19.851, conhecido como Estatuto da Universidade Brasileira, que estabeleceu os princípios do ensino superior no Brasil: elevar a cultura geral, estimular a pesquisa científica, habilitar profissionais e contribuir para a grandeza da Nação.

A primeira universidade propriamente dita foi a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934 por decreto estadual, incorporando escolas superiores já existentes. A USP nasceu em um contexto de derrota política das elites paulistas após a Revolução de 1930 e, desde sua origem, assumiu um caráter liberal e oligárquico. Conforme Júlio de Mesquita Filho, a intelligentsia paulista via na ciência e na universidade o caminho para recuperar sua hegemonia (1969).

Embora os estudantes tenham se inspirado na Reforma de Córdoba, sua ação prática foi limitada pela repressão do Estado Novo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Nacional dos Estudantes (UNE) mobilizou-se pelo rompimento com o Eixo e pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, uma forma indireta de contestar o autoritarismo interno (Cunha, 2007).

Há consenso na historiografia liberal de que Vargas e Perón foram regimes autoritários. Contudo, ambos impulsionaram a industrialização, implementaram direitos sociais e promoveram o ensino superior em massa, especialmente para filhos de imigrantes e setores urbanos emergentes.

Uma semelhança notável entre os críticos de ambos os regimes é a autoidentificação como “reformistas”, ou seja, herdeiros da Reforma de 1918. Porém, essa retórica foi mais uma postura antiperonista e pró-ocidental do que um programa efetivo de reforma universitária (Cuello, 2018).

Na Argentina, intelectuais antiperonistas da Faculdade de Direito da UBA tinham forte alinhamento com os Estados Unidos. O embaixador norte-americano Spruille Braden che-

gou a liderar manifestações contra Perón e apoiar a candidatura da União Democrática, composta por professores da UBA. O Departamento de Estado publicou o “Livro Azul”, acusando Perón de fascismo⁴. Em resposta, Perón lançou o “Livro Azul e Branco”, defendendo a soberania nacional e negando as acusações de interferência ideológica nas universidades. Ele argumentou que a agitação universitária foi orquestrada por elites oligárquicas e comunistas, e que a intervenção estatal foi aceita pela maioria dos docentes.

5. Conclusão

Varguismo e peronismo foram fenômenos históricos distintos, moldados por contextos sociais e temporais específicos: o varguismo surgiu antes da Segunda Guerra Mundial, enquanto o peronismo foi um produto do pós-guerra. Ambos, porém, compartilharam um discurso antiliberal e anticomunista, com ênfase na coletividade e no papel social do Estado.

No plano universitário, Perón incluiu explicitamente a “função social da universidade” na Constituição de 1949 (Art. 37), enquanto Vargas institucionalizou o ensino superior por meio do Decreto 19.851/1931. Ambos buscaram alianças com a intelligentsia local, embora o apoio intelectual a Vargas

4 O “Livro Azul” refere-se à publicação do Departamento de Estado dos EUA, “Consulta sobre a Situação Argentina”, que foi usada para criticar o governo de Juan Perón e acusá-lo de fascismo durante as eleições presidenciais americanas de 1946. Esta publicação foi uma parte fundamental da campanha americana contra Perón, liderada pelo diplomata americano Spruille Braden.

tenha sido historicamente considerado mais amplo, percepção que vem sendo revisada no século XXI.

Uma diferença marcante foi o tratamento dado às universidades privadas e à representação estudantil. No Brasil, a participação estudantil foi permitida desde o início do Estado Novo. Na Argentina, as universidades privadas só foram autorizadas após o golpe de 1955 e regulamentadas por Frondizi, gerando o conflito “Livre ou Laica”. Isso fortaleceu instituições católicas e privadas, como a Universidade de Belgrano, onde se formou Javier Milei.

Segundo Boris Fausto, o regime de Vargas era mais institucional e menos ideológico, enquanto o peronismo era mais movimentista e polarizador. Vargas buscou modernizar o Brasil sem romper com as elites; Perón, por sua vez, confrontou diretamente a oligarquia tradicional.

Na “Nova Argentina” peronista, a universidade tinha um propósito claramente social e nacionalista: formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento da consciência histórica nacional e com o engrandecimento coletivo. Já no Brasil, o varguismo, apesar de seu caráter autoritário, lançou as bases do sistema universitário federal moderno.

Em ambos os casos, a universidade foi vista não como um privilégio individual, mas como um instrumento de transformação nacional, ideal que hoje é atacado pelos novos populismos de extrema direita, mas que permanece vivo na luta por uma educação pública, gratuita e inclusiva.

Referências

Alberdi, Juan Bautista. "Carta sobre los estudios convenientes para formar un abogado con arreglo a las necesidades de la sociedad actual en Sud América (escrita por el abogado Alberdi a un joven compatriota suyo, estudiante de Derecho de la Universidad de Turín, en Italia)" en *Obras completas*, Buenos Aires. 1886. Tº III. 343-353.

Argentina. Lei nº 13.031, de 9 de outubro de 1947. *Lei Guarдо*. Buenos Aires, 1947.

Argentina. Decreto nº 29.337, de novembro de 1949. *Gratuidade do Ensino Universitário*. Buenos Aires, 1949.

Argentina. Lei nº 14.297, de 1954. *Reforma Universitária*. Buenos Aires, 1954.

Argentina. Decreto-Lei nº 14.988, de 1956. *Livro Negro da Segunda Tirania*. Buenos Aires, 1956.

Brasil. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. *Estatuto da Universidade Brasileira*. Rio de Janeiro, 1931.

Capelato, María Helena. 1945 - *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2º ed. São Paolo. Editora UNESP. 2009.

Cuello, Estefanía Paola. "La Reforma universitaria y la política universitaria del primer peronismo en la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires", em Túlio Ortiz y Luciana Scotti (coords.), *La reforma universitaria de 1918 y sus antecedentes: visión desde la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires*, Departamento de publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, 2018, pp. 83-110. ISBN 978-987-3810-30-5.

Cunha, Luiz Antônio. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. São Paulo. Autêntica. 2007.

DW. *Milei e Bolsonaro: o desprezo pelas universidades públicas*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/milei-e-bolsonaro-o-desprezo-pelas-universidades-p%C3%BAblicas/a-68977139>. Acessado em: 30 jul. 2025.

Laclau, Ernest. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo. Três estrelas. 2013.

Mesquita Filho, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo. Martins. 1969.

Ortiz-Scotti, Luciana. "A Universidade de Córdoba e os requisitos de admissão no período colonial". Em ORTIZ, Túlio (Coord.). *La Reforma universitaria de 1918 y sus antecedentes*. Buenos Aires. Facultad de Derecho UBA. 2018.

Perón, Juan Domingo. *El libro azul y blanco*. Buenos Aires, s/d.

Perón, Juan Domingo, Perón, *Actualización política y doctrinaria para la toma del poder*, Documentário, Fernando Ezequiel Solanas e Octavio Getino (dirs.), Prod. Cine Liberación. 1971.

Wolter, Roberto Enrique. "O ensino superior na Era Vargas". *Revista Maiêutica*, Indaial, v. 4, n. 1, p. 131–142, 2016.

(*) Estefanía P. Cuello é aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), 2025.1. E-mail: [\[ecuello@derecho.uba.edu.ar\]](mailto:ecuello@derecho.uba.edu.ar) [\[estefania.cuello@edu.ufes.br\]](mailto:estefania.cuello@edu.ufes.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4624848251125910>.

Intelectuais, nacionalismo e autoritarismo: uma análise comparada entre Brasil e Argentina no século XIX e XX

Bruno Das Neves Silva.¹

Introdução

A formação da identidade nacional na América Latina, desde o século XIX, foi impulsionada pelo trabalho de intelectuais dedicados a projetos de modernização e à organização dos Estados. No Brasil e na Argentina, esse papel manifestou-se de maneiras distintas ao longo do tempo. Ressalta-se que todo projeto de construção nacional possui uma intencionalidade específica, inserida no contexto das disputas políticas e culturais dos séculos XIX e XX. Tanto o Brasil quanto a Argentina experienciaram conflitos internos relacionados aos anseios de edificação da nação. Essas disputas no campo intelectual caracterizam-se, conforme Pierre Bourdieu (1992), como lutas que atendem aos interesses da classe dominante.

O objetivo desse artigo consiste em entender as atividades intelectuais voltadas à construção da identidade nacional, procurando compreender o cenário social e político da

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em História pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: brunonevesteen@gmail.com

época. O intuito é traçar um paralelo entre os dois países do cone sul, numa perspectiva transnacional e de uma abordagem comparada da formação cultural de ambos, apontando similaridades e diferenças, uma vez que a composição histórica de cada país é única e marcada por processos ímpares.

1. Intelectuais e identidade nacional: o papel formador

1.1. Argentina

Na América Latina, os intelectuais tiveram um papel marcante na construção da identidade nacional, uma vez que, suas atividades se basearam em contextos de mudanças significativas dentro do processo de modernização e transformação vivenciados por cada nação. Na Argentina, por exemplo, o cenário de modernização e expansão econômica vivido no final do século XIX, trouxe consigo novas preocupações e discussões entre as mentes pensantes do período. Segundo Eduardo Zimmerman (1992) a Argentina vivia um processo acelerado de modernização e urbanização, potencializado pela chegada de imigrantes, que desembocaram em problemas sociais como moradia, saúde e criminalidade. Nesse contexto de mudanças que acompanhavam o processo de urbanização, a organização de operários somou-se como mais um ponto das preocupações para os políticos e intelectuais que enxergavam nessa conjuntura os problemas a serem enfrentados. Zimmerman (1992) denomina os intelectuais que surgem no final do século XIX, como uma geração de reformistas liberais, que:

[...] convivió con otras vertientes reformistas – por ejemplo, la católica, o la socialista -, responsables en gran medida de dichas transformaciones. Esta corriente puede caracterizarse a través de la indetificación de ciertos rasgos distintivos: 1) en cuanto a su base social puede identificárselos como profesionales (principalmente abogados y médicos), con fuerte vocación por la vida intelectual y vinculaciones o activa participación en académico;

2) Ideológicamente fueron liberales de firmes convicciones progressistas, frecuentemente anticlericales, sus posturas frente a la solución de la cuestión social se dirigieron a la búsqueda de un camino intermedio entre el laissez-faire ortodoxo y el socialismo de Estado.

(Zimmerman, 1992, p.545-546)

A postura do grupo de intelectuais, buscava uma solução para as questões sociais, equilibrando o liberalismo clássico com o socialismo de Estado, enquanto o liberalismo impulsionava o processo de modernização em que vivia o país, o socialismo de Estado seria pautado em resolver as mazelas perceptíveis nas ruas. O grupo de intelectuais formado a partir do final do século XIX na Argentina, tinha como objetivo reparar o abismo moral, político e social em que o país se encontrava: “La corrupción administrativa, la especulación financeira, el fraude electoral, el materialismo y la opuléncia em las costumbres sociales aparecieron entoces a los ojos de algunos como sintomas de una declinación moral generalizada.” (Zimmerman, 1992, p.546). Nesse período analisado de crise moral argentina, intelectuais como José Nicolás Matienzo, Estanislao Zeballos, questionavam como a desorganização social e política impactavam diretamente na questão social do país. Nesse cenário, os intelectuais argentinos tinham a missão de levar a cabo os planos de transformação

institucional do país. Assim muitos acadêmicos e intelectuais entendiam fazer parte do seu dever contribuir de maneira direta na criação e direção de várias instituições estatais, Zimermann (1992). Contudo as atividades dos intelectuais argentinos não estavam exclusivamente ligadas ao campo político, mas também cultural, segundo Silvia Sigal (2001), o papel dos intelectuais na década de 1910 e anos posteriores, estava também relacionado à distribuição de capital cultural, uma vez que, as disputas no campo literário se davam desde a vanguarda até escritores do sul, que se opunham à posição de Buenos Aires como o principal campo intelectual. Essas disputas vão envolver por exemplo, os intelectuais socialistas oriundos do chamado “boom de los 60” que se recusaram a publicar no *La Nación*². O que vai ser visto como um sinal de identidade para a geração de escritores.

É nesse contexto que surgem algumas figuras como verdadeiros eixos de ruptura, como Roberto Arlt, escritor, dramaturgo e jornalista. Sua literatura e seus personagens tendiam a ser idealistas relacionados ao filo-marxismo³. O contexto histórico dos intelectuais argentinos teve vários confrontamentos no campo de disputas ideológicas, Na Argentina:

[...] el ‘intelectual’ o la intelligentsia fueron durante mucho tiempo categorías sospechosas. Los grupos nacionalistas de derecha que tuvieron su auge a comienzos de los 30 reivin-

2 Jornal fundado em 4 de janeiro de 1870, pelo então Presidente Bartolomé Mitre.

3 Filo-marxismo, ou marxismo filosófico, refere-se à aplicação da filosofia marxista a diversas áreas, além da economia e política, como a psicologia, a sociologia, a antropologia e a estética.

dicaron, por cierto, el rol privilegiado de uma intelligentsia capaz de dirigir los destinos del país.

(Sigal, 2001, p.28)

No tocante, a intelligentsia:

[...] em efecto, fue popularizado por esos nacionalistas para condenar a los intelectuales, desde Sarmiento hasta el movimiento universitário reformista, passando por Sur y La Nacion, cuyo encadilamiento com las luces de las metrópoles los habrian hecho traicionar friamente la pátria y las massas que se expresaban, ellas, a través de jefes plebiscitados: Rosas, Irigoyen, Perón.

(Sigal 2001, p.28)

As disputas entre grupos intelectualizados tinham como objetivo direcionar a nação, estabelecendo uma identidade propriamente dita, enquanto os grupos considerados de direita eram acusados de traírem a nação e a pátria, os nacionalistas inclinados para as causas sociais tinham a missão de resguardar e construir uma identidade nacional pautada nos valores do homem do interior. A recuperação do passado teve início no século XX, com autores interioranos como Manuel Gálvez, considerado um dos construtores do “primeiro nacionalismo”. Para Gálvez, o cosmopolitismo de Buenos Aires, e províncias litorâneas, extinguira o “espírito nacional”. Ele combatia a ideia de construção nacional a partir da imigração. A presença de jovens imigrantes na Argentina incomodava os escritores interioranos, pois era vista como uma “mezcla de razas”, problemática e impura. A construção da identidade nacional passa pela afirmação segundo Ma-

ria Helena Capelato (2009), do interior “purificante” diante de uma “corrompida” Buenos Aires. O novo lema foi criado: “Governar é argentinizar”.

A partir dos anos 1960, as universidades na Argentina passaram por mudanças profundas. Essas transformações fazem sentido quando pensamos na crescente politização dessas instituições e nas tensões internas que surgiam nelas. Segundo Silvia Sigal (2001), as universidades do país, que tinham suas raízes na classe média e na tradição da reforma de 1918⁴, ficaram cada vez mais vulneráveis diante das instabilidades políticas que se intensificavam. Antes vistas como espaços de autonomia e produção crítica, essas instituições começaram a ser gradualmente controladas pelo Estado, especialmente após os golpes de 1930 e 1943. Essas intervenções marcaram uma ruptura importante na relação entre conhecimento e poder, afetando professores e estudantes que resistiam às imposições autoritárias.

A década de 1940 foi especialmente significativa nesse processo. Nesse período, o ensino religioso passou a fazer parte do currículo das universidades públicas, contrariando a tradição laica do sistema educacional argentino. Além disso, centenas de professores foram demitidos por divergências ideológicas com o governo em que:

[...] estudiantes, profesores y autoridades universitarias se

4 A Reforma Universitária de 1918, iniciada na Argentina, foi um movimento estudantil que buscava a modernização e democratização das universidades, especialmente em Córdoba. O movimento se espalhou pela Argentina e pela América Latina, influenciando a autonomia universitária e a participação estudantil na gestão acadêmica.

alzaron reclamando la restitución de las libertades democráticas em el país, y el retorno a los principios de la Reforma em la universidad. Inaugurando uma suerte de ciclo que se repetirá cada diez años. 240 professores que seria impossível classificar de izquierda o de derecha fueron expulsados por haber firmado um manifiesto antigubernamental.

(Sigal 2001, p.42-43)

Nesse contexto, a universidade deixou de ser apenas um espaço para produzir conhecimento e passou a atuar também como um lugar de resistência política. A criação de instituições alternativas, como o Colégio Livre de Estudos Superiores, foi uma tentativa de preservar a liberdade intelectual em meio à repressão cultural daquele momento.

A queda do peronismo, em 1955, marcou o início de uma nova fase na disputa pelo controle das universidades. A Federação Universitária⁵ passou a lutar por uma instituição mais moderna, progressista e com maior autonomia. No entanto, o paradoxo argentino se aprofundava: quanto mais fragilizado ficava o Estado e o sistema partidário, mais as universidades se fortaleciam como espaços de contestação o que, por sua vez, tornava esses espaços mais vulneráveis às represálias do poder político.

Naquele período, a universidade não produzia apenas conhecimento; ela também ajudou a moldar os rumos do

5 A Federação Universitária Argentina (FUA) é a entidade máxima de representação estudantil em nível nacional na Argentina. Ela reúne as federações de estudantes das universidades nacionais argentinas e surgiu como resultado da Reforma Universitária de 1918, um movimento estudantil que buscou democratizar as universidades e garantir a autonomia universitária, a liberdade de cátedra e a publicidade das atividades acadêmicas.

país. Apesar do papel central dos intelectuais na construção do Estado argentino ao longo do século XX, especialmente com a consolidação das estruturas estatais, muitos acabaram marginalizados politicamente. Sigal (2001) associa esse fenômeno à pouca presença desses atores em partidos e instituições de poder formal.

Dessa forma, a trajetória dos intelectuais argentinos revela uma constante tensão entre engajamento e marginalização, entre o desejo de transformação e os limites impostos pelas estruturas de poder. Mesmo excluídos, em muitos momentos, das instâncias formais de decisão, esses atores seguiram influenciando os rumos do país por meio das universidades, da produção cultural e do debate público. Ao longo do século XX, sua atuação foi fundamental para pensar a nação, suas contradições e possibilidades, reafirmando o papel do pensamento crítico como ferramenta de resistência e construção social.

1.2. Brasil

Ao analisarmos o papel dos intelectuais brasileiros em suas ações culturais, políticas e na construção da identidade nacional, é importante considerar o contexto histórico vivido pelo país entre o final do século XIX e o começo do século XX. Naquela época, o Brasil ainda era regido por uma monarquia, até 1889 ano de sua queda. O regime imperial começava a enfrentar uma grave crise diante das transformações sociais, econômicas e políticas que surgiam. A economia do país era pautada majoritariamente na exportação de café, concentra-

da nas mãos da elite rural, especialmente na região Sudeste. Paralelamente, diferentes setores sociais como os militares, Igreja, imprensa e, sobretudo, a oligarquia cafeeira passaram a disputar influência no cenário político, buscando direcionar os rumos do país de acordo com seus interesses.

Esse período de transição da monarquia para a República oficialmente proclamada em 1889 também foi um momento de redefinições simbólicas e culturais. A ideia de “Brasil” enquanto nação não surgiu de forma espontânea, mas foi construída por meio de disputas e negociações dentro do que Pierre Bourdieu chama de “campo”: um espaço social estruturado por relações de poder e forças concorrentes.

A formação da nação brasileira foi marcada por mitos fundadores, símbolos cuidadosamente escolhidos e uma narrativa histórica que privilegiava certas memórias em detrimento de outras. Como aponta João Paulo Pimenta (2024), a nação não é uma realidade natural, ela é uma construção social e histórica, criada por pessoas que sentem a necessidade de se reconhecerem dentro de um mesmo pertencimento coletivo. Para isso acontecer, foi preciso inventar sentidos compartilhados: selecionar eventos históricos considerados “fundadores”, criar heróis nacionais, instituir datas comemorativas e difundir símbolos como a bandeira, o hino e a língua oficial. Nesse sentido os responsáveis por construir o ideal de nação no Brasil, tinham seus intentos pautados em controlar os espaços de poder e influência, como apontado por Pimenta (2024, p.89) que:

“Os sentidos de uma nação também são inventados. Para sustentar sua criação e viabilizar sua consolidação, alguns membros da nação elaboram mitos de origem, selecionam memórias coletivas e criam e alteram símbolos que, no dia a dia, funcionam como dispositivos de reforço da nação. É na história desses dispositivos que se encontram boa parte das variações, das disputas e das convergências em torno do que foi, é e deve ser uma nação. Uma questão que nem sempre importa igualmente a todos os seus membros, mas que, de alguma forma, diz respeito a todos eles”.

Nesse sentido, percebe-se como os mitos tiveram papel importante na formação da nossa identidade nacional. Eles foram criados para reforçar certas narrativas históricas e dar suporte a projetos políticos de diferentes épocas. Um exemplo bem conhecido é o mito dos bandeirantes, que ganhou força no final do século XIX e início do XX. Essas figuras, que hoje representam a expansão do interior do Brasil, foram resgatadas e exaltadas para apoiar o crescimento político e econômico de São Paulo, impulsionado pelo ciclo do café e pela industrialização. Naquele período, passaram a ser retratadas como desbravadores heroicos, que ajudaram a interiorizar o país e promover seu “progresso”. Essa narrativa contribuiu para projetar os paulistas como os verdadeiros herdeiros do desenvolvimento nacional, consolidando essa ideia especialmente durante a República Oligárquica, entre 1894 e 1930.

Outros mitos também foram usados para fortalecer a sensação de unidade e identidade nacional. Um exemplo é a Batalha dos Guararapes, ocorrida entre 1648 e 1649, considerada por muitos como o marco de origem do Exército Brasileiro após a expulsão dos holandeses. Essa associação deu às Forças Armadas o papel de “protetoras da nação”, uma

legitimidade simbólica que mais tarde foi usada em momentos de ações autoritárias, como os golpes militares.

Outro mito importante é o de Tiradentes, considerado um mártir da Conjuração Mineira de 1789. Com o estabelecimento da República, ele passou a ser visto como um herói nacional. Sua imagem foi reinterpretada de uma forma que o aproximou até de Cristo sacrificado, um símbolo de alguém que se entrega por uma causa maior: a construção da república.

Como aponta Pimenta (2024, p. 96):

“[...] os mitos nacionais se misturam com a própria escrita da História, chamada de historiografia. Isso acontece porque nossos primeiros historiadores escreviam o passado não só para explicá-lo, mas também para exaltá-lo. E deixaram muitas confusões para as gerações seguintes.”

Além da historiografia, a literatura também teve um papel importante na construção simbólica da nossa identidade.

Durante o romantismo, o indígena ganhou destaque simbólico graças ao trabalho de autores como José de Alencar. Ele se tornou uma figura central nesse movimento literário ao retratar indígenas como símbolos da verdadeira bravura e honestidade em obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Embora Machado de Assis também tenha abordado temas indígenas em algumas obras, sua produção seguia por caminhos mais críticos e menos idealizados.

Mas foi na década de 1920 que ocorreu uma mudança significativa na literatura brasileira com o surgimento do mo-

dernismo. A Semana de Arte Moderna de 1922 marcou uma nova postura estética e cultural no país. Autores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Pichia e Plínio Salgado passaram a valorizar as particularidades brasileiras: suas contradições, sua diversidade regional e seu pluralismo étnico e social. Essa geração ajudou a fortalecer uma cultura popular mais autêntica e passou a reconhecer a riqueza das diferentes manifestações culturais do Brasil como elementos essenciais para construir nossa identidade brasileira.

Apesar de o modernismo ter trazido uma renovação importante para a cultura brasileira, é essencial lembrar que ele não foi um movimento totalmente homogêneo. Na verdade, ele acolhia diferentes opiniões sobre o Brasil, a arte e a identidade nacional, o que gerou alguns conflitos internos. A efervescência cultural provocada pela Semana de Arte Moderna de 1922 também abriu espaço para disputas entre os próprios intelectuais envolvidos no movimento, como acrescenta Jardim (2016 apud El-Dine 2019, p.455):

"Apesar da convergência dos modernistas em torno do tema da brasiliidade, ocorrida especialmente a partir de 1924 (Jardim, 2016), cada vez mais as diferenças entre os verde-amarelos, Oswald de Andrade e Mário de Andrade se aprofundaram. Graça Aranha foi isolado por parte do grupo paulista, e Sergio Buarque de Holanda escancarou as divergências entre os diversos grupos do movimento com a publicação de *O lado oposto* e outros lados, em 1926".

Duas principais correntes se destacaram nesse cenário: o Grupo Pau-brasil, liderado por Oswald de Andrade, Mario de Andrade e o Grupo Verde-Amarelo, formado por nomes

como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado. Ambos procuravam formas de criar uma arte verdadeiramente brasileira, mas suas ideias sobre como fazer isso eram bastante diferentes.

Oswald defendia uma estética antropofágica, irreverente e crítica, que “devorasse” a herança europeia para recriá-la com um sabor local. Seu projeto artístico era ousado: via no Brasil uma potência criativa justamente por causa de suas contradições e da mistura cultural. Como explica Silviano Santiago (2002), o modernismo de Oswald acreditava que o país precisava “reter o estrangeiro, mas à sua maneira, criando algo novo e genuinamente brasileiro”. Era uma cultura de apropriação criativa não de submissão.

Por outro lado, o grupo Verde-Amarelo adotava uma postura mais conservadora. Apostava em um nacionalismo mais fechado e às vezes exaltado, buscando nas raízes indígenas e na força do povo um modelo idealizado de brasiliade. Em vez de reinventar o passado, eles preferiam consolidá-lo como base para o futuro do país. Segundo Nicolau Sevcenko (1998), esse grupo refletia a ansiedade de uma classe média em ascensão, querendo se afirmar como a nova protagonista da vida nacional por meio de um nacionalismo simbólico e heróico. Com o passar do tempo, essa visão mais conservadora ganhou contornos políticos cada vez mais evidentes. Plínio Salgado, que havia participado do modernismo nos primeiros anos, partiu para o campo político em um caminho cada vez mais alinhado ao autoritarismo. Em 1932, fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento claramente inspi-

rado no fascismo, que defendia ordem, disciplina, religião e unidade nacional acima de tudo. Como lembra Leandro Konder (1980), o integralismo foi uma resposta conservadora às tensões sociais da época, refletindo o medo das elites diante das mudanças políticas e econômicas que estavam acontecendo no país, como a crise econômica instalada a partir da crise de 1929 e propriamente dito, a descrença no liberalismo político, que na concepção da época não tinha condições de solucionar os problemas nacionais.

A estética modernista deu lugar ao uniforme verde dos integralistas e ao Sigma estampado no peito dos militantes. A cultura passou a ser usada como ferramenta ideológica, e a figura do intelectual antes vista como mediador crítico virou porta-voz de um projeto de nação. Guilherme Casarões (2015) aponta que o integralismo de Salgado buscou construir uma identidade nacional unificada por meio de símbolos fortes, disciplina e um discurso que negava conflitos sociais em nome de uma “harmonia orgânica”.

Esse capítulo da nossa história nos lembra que o campo intelectual está sempre em disputa e que ideias relacionadas à nação, cultura e identidade não são algo dado ou definitivo. Elas são construídas, questionadas e muitas vezes apropriadas por interesses diferentes. A trajetória do modernismo brasileiro mostra bem isso: um movimento que nasceu com a esperança de reinventar o Brasil acabou sendo parcialmente tomado por projetos políticos autoritários.

2. A construção do discurso nacionalista e a colaboração intelectual nos regimes autoritários

Por fim, ao refletirmos sobre o papel dos intelectuais brasileiros na construção da identidade nacional, não podemos deixar de reconhecer sua participação nos períodos de modernização autoritária, especialmente durante o Estado Novo (1937–1945) e a Ditadura Militar (1964–1985). Esses momentos históricos não só aprofundaram as ligações entre cultura, educação e poder político, mas também mostraram um processo consciente de usar a produção intelectual e simbólica para sustentar projetos autoritários.

Durante o Estado Novo, criado por Getúlio Vargas, houve uma mudança importante na relação entre o Estado e os intelectuais. Muitos desses profissionais não apenas apoiamaram a centralização do poder, mas também participaram ativamente da elaboração de políticas públicas e da construção de uma narrativa nacional que buscava homogeneizar e disciplinar a sociedade. A educação foi um dos principais espaços dessa atuação. Sob a orientação de nomes como Francisco Campos e Gustavo Capanema, a reforma do ensino valorizou a educação moral e cívica, a disciplina, a ordem e o espírito nacional. Como enfatiza Reznik:

"O ministro Gustavo Capanema atribuía ao ensino secundário a tarefa de dar à juventude o sentimento de pátria, a compreensão de pátria como um patrimônio telúrico, concreto, humano e espiritual, construído e transmitido pelos antepassados". (1992 apud Capelato, 2009, p.233)

Entretanto, mais do que formar mão de obra ou alfabetizar, o objetivo era moldar mentalidades. Como destaca Boris Fausto (1997), o Estado Novo tentou “aproveitar-se do aparato cultural para projetar uma ideia de nação funcional ao autoritarismo”, usando escolas, jornais e as artes como instrumentos de formação ideológica. Os intelectuais, muitas vezes, acreditavam que poderiam influenciar os rumos do país de dentro, ajudando a direcionar o sistema vigente de forma mais racional.

Essa relação ambígua de servir ao poder enquanto tentam influenciá-lo marcou bastante a atuação dos intelectuais nesse período. Como bem aponta Gildo Marçal Brandão (2007), o autoritarismo no Brasil não se sustentou apenas pela força física, mas também por meio de uma persuasão simbólica apoiada em uma racionalidade tecnocrática e na estética do nacionalismo. Ou seja, muitos desses intelectuais não foram apenas vítimas do regime, mas também seus criadores. Dentre os intelectuais que contribuíram para as duas experiências autoritárias brasileiras se encontra Francisco Campos, que sendo:

[...] ministro da Justiça na fase mais repressiva do Estado Novo (1937-1941). Tornou-se célebre por ter seu nome ligado à instituição dos regimes autoritários no Brasil. Envolvido nas articulações preparatórias do Estado Novo, redigiu a Carta constitucional de 1937. Após um interregno até certo ponto liberal, reassumiu plenamente seu papel de formulador de instituições autoritárias, ao elaborar em 1964, juntamente com Carlos Medeiros Silva, os primeiros decretos básicos de exceção do regime militar: os Atos Institucionais. (Fausto 2001, p.12)

Os meios de comunicação de massa, esse projeto ganhou ainda mais força. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo e o uso estratégico da televisão e do rádio nos anos seguintes mostram como os regimes autoritários entenderam a importância de controlar as informações e os conteúdos culturais. Intelectuais e técnicos foram convidados a produzir materiais educativos, cívicos e artísticos que transmitissem a ideologia do regime de forma acessível. Séries históricas, telenovelas com temáticas patrióticas e programas infantis com forte apelo moral eram parte desse esforço consciente de moldar o imaginário coletivo.

Boris Fausto destaca essa relação delicada entre cultura e autoritarismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que os intelectuais brasileiros não foram apenas observadores das questões políticas; eles tiveram um papel fundamental na construção simbólica do Brasil moderno. Foram formuladores de discursos, arquitetos de sistemas educacionais, produtores de imagens e mitos além de defensores ou críticos da ordem vigente. Sua trajetória revela as ambiguidades e contradições de um país que buscou afirmar sua identidade oscilando entre autoritarismo e esperança de emancipação.

Considerações finais

Neste trabalho, propusemos mostrar que os intelectuais tiveram um papel central embora muitas vezes complexo e

cheio de nuances na construção da identidade nacional e na legitimação (ou contestação) de regimes autoritários no Brasil e na Argentina. É justamente aqui que a abordagem transnacional, defendida por autores como Barbara Weinstein se mostra não só útil, mas essencial.

Weinstein nos alerta para os riscos de interpretar a história apenas sob a perspectiva do Estado-nação. Essa visão tende a reforçar mitos fundadores e narrativas, que muitas vezes escondem conexões e semelhanças regionais. Para Weinstein (2013) “a nação é muitas vezes tratada como um recipiente natural da história”, mas, na prática, as trocas intelectuais, políticas e culturais ultrapassam fronteiras.

Mais do que apenas analisar esses aspectos, este trabalho buscou abrir caminhos para pensar a história dos intelectuais de forma mais ampla levando em conta redes de contato, trocas e tensões que vão além das fronteiras nacionais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhas de força: ensaios sobre cultura e autoritarismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASARÕES, Guilherme. “O passado presente: integralismo e

política nacionalista no Brasil contemporâneo". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e sociedade: além da ideologia*. São Paulo: Cortez, 1991.

EL-DINE, Lorennna Ribeiro Zem. Ensaio e interpretação do Brasil no modernismo verde-amarelo (1926-1929). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 450-468, maio-ago. 2019.

FAUSTO, Boris. *O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PIMENTA, João Paulo G. *Formação da nação brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, 2005.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIGAL, Silvia. *Intelectuales y política en Argentina: la década del sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

WEINSTEIN, Barbara. "Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional". *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, (14). 2013.

ZIMMERMAN, Eduardo. Los intelectuales, las ciencias sociales y el reformismo liberal: Argentina, 1880 - 1916. *Desarrollo Económico*, vol. 31, enero - marzo, 1992.

Entre o autoritarismo, o negacionismo e o fascismo tropical: uma análise do bolsonarismo

Gabriel Pietralonga Marion¹

Introdução

Desde 2013, com as manifestações de rua conhecidas como “Jornadas de Junho” – motivadas inicialmente pelo aumento das tarifas do transporte público, mas posteriormente abordando temas como o combate à corrupção – e, especialmente, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, cresceu no Brasil um cenário de polaridade política.

A partir de então, os grupos políticos que antes conviviam no país passaram a enxergar no outro a condição não mais de adversário, mas de inimigo que deve ser combatido. Não que antes não houvesse rivalidades ou antagonismos, ou problemas relacionados à intolerância política; todavia, o período abordado ilustra uma condição mais grave, de um autoritarismo exacerbado e de uma dinâmica muito próxima ao fascismo, como aborda Pablo Rosa (2019), culminando nos ataques à Praça dos Três Poderes no 8 de janeiro de 2023.

¹ Mestre e doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Endereço eletrônico: gmarion.guio@hotmail.com

É dessa forma que o autoritarismo, seja ele de Estado ou no âmbito das relações sociais, se mostra presente. As pessoas que antes se sentiam tolhidas em praticar sua intolerância e seus preconceitos, agora se sentem livres para exercitá-los de maneira aberta e explícita, em grande parte devido ao fato de se sentirem representadas por um chefe de Estado que faz o mesmo.

A grande ferramenta utilizada para a veiculação e compartilhamento da intolerância, da discriminação, do autoritarismo e das novas ideias políticas são as redes sociais. Palco para todos, a internet propicia a rápida comunicação entre pessoas de diversos cantos do mundo, facilitando a propagação de discursos, narrativas e teorias conspiratórias que fundamentam as práticas negacionistas.

O uso das redes sociais, em vez dos veículos tradicionais de comunicação, também se comporta como elemento que aguça a comunicação bipartida. No vale-tudo da internet, não há tempo para a confirmação dos fatos, documentos e fontes, tampouco para a autoria intelectual, ou para a análise menos passional do que aquela feita no “calor da hora”. Ao contrário, as mensagens tomam a forma de propagandas, que tencionam a formação ainda mais exacerbada de polarizações. O sucesso delas será garantido quanto mais retomarem palavras de ordem conhecidas e disseminadas como medo, ódio, insegurança, ou, melhor, quanto mais se arriscarem a introduzir teorias conspiratórias e assim gerarem esse tipo de sentimento (SCHWARCZ, 2019, p.176).

O negacionismo – entendido aqui como uma prática que cria, fomenta e compartilha conteúdos, teorias e discursos desinformativos que rejeitam fatos históricos e/ou científicos

ficos com o objetivo de fortificar e solidificar um viés político e ideológico – está na moda. Até mesmo chefes de Estado se põem a seu serviço. Jair Bolsonaro, Donald Trump e Boris Johnson, durante a pandemia de COVID-19, ancorados em uma ampla rede de desinformações, se esforçaram ao máximo para negar o impacto destruidor do novo coronavírus e as medidas profiláticas contra ele (AVILA, 2021, p.162).

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise acerca dos comportamentos políticos e sociais durante a era do bolsonarismo no Brasil e suas repercussões na atualidade, partindo dos pressupostos de que as práticas do período foram pautadas no autoritarismo, no negacionismo e também em facetas do fascismo.

O uso político do passado

Os setores mais conservadores da nossa sociedade possuem, como uma de suas características principais, o apego ao passado como um lugar ideal que deve ser resgatado e restaurado no presente. Visto como símbolo daquilo que era bom e perdeu sua essência, do que possuía valor e foi corrompido por novas ideias, o passado idílico e edênico embasa as ambições e objetivos das novíssimas direitas brasileiras.

Esse grupo, situados à direita do espectro político nacional, passaram a atribuir aos setores da esquerda e, especialmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT), a culpa pela perda desse passado idealizado e utópico, pela destruição dos valores historicamente conquistados, pela corrupção –

como prática exclusiva da esquerda e/ou de grupos supostamente progressistas, principalmente a partir da operação lava-jato – e também por quaisquer males ocorridos na sociedade brasileira (ROSA, 2019, p.22).

Um dos grandes veículos de transmissão dessas ideias é a empresa Brasil Paralelo. O grupo, que iniciou suas atividades no ano de 2016, no contexto em que movimentos de extrema-direita ganhavam destaque no país, é um dos principais responsáveis pela disseminação do ideário político e ideológico que deu sustentação para a ascensão do bolsonarismo no Brasil (NICOLAZZI, 2023, p.2). Sendo as redes sociais um dos grandes pilares de veiculação de informações e ideias, a Brasil Paralelo, por ser uma produtora de conteúdo de fácil acesso, cujos vídeos são disponibilizados no YouTube, possui milhões de visualizações e compartilhamentos.

Fica bem claro nos conteúdos produzidos pela empresa que o negacionismo é um dos alicerces da sua atuação, pautada também no autoritarismo e nas práticas relacionadas ao fascismo, como a produção de inimigos e a política do “nós” e “eles”. A partir da produção do grupo, é criada uma ideia de que a identidade do Brasil é fundamentada por valores “cristãos” e de “liberdade”, que está sempre açodada por inimigos vários, que precisam ser combatidos e derrotados pelos cidadãos de bem, sob o risco de perecer (AVILA, 2021, p.166).

Assim, é enfatizado desde cedo quem são os adversários a serem derrotados: os professores de história. De acordo com as narrativas criadas pela Brasil Paralelo, seriam esses os

responsáveis por um suposto “roubo da história”, de forma a transparecer que os professores veiculam uma história tomada e guiada por uma vertente ideológica – vertente essa vista como de esquerda, comunista, marxista –, longe de abordar a “história verdadeira”. Os vídeos da empresa buscam “desmentir” e “desbancar” os profissionais que atuam nas instituições formais de ensino, como as escolas e as universidades (NICOLAZZI, 2023, p.4).

Dessa forma, a Brasil Paralelo produz um tipo diferente de negacionismo. Suas operações buscam falsear a história sem, contudo, negar os acontecimentos históricos. É uma produção de um discurso próprio, usado para legitimar um viés político e ideológico, que sirva de contraponto à história supostamente também fabricada pelos historiadores e professores. Ou seja, é a construção de uma narrativa pautada em um viés político para se contrapor a uma outra narrativa que, segundo a Brasil Paralelo, foi também construída, porém a partir do viés ideológico rival. A história em seus fatos não é sumariamente negada – embora haja indícios de tal prática em vários vídeos –, mas sim a historiografia, a produção intelectual (NICOLAZZI, 2023, p.7).

Assim, a tentativa da Brasil Paralelo é de deslegitimar e tornar duvidosa a produção historiográfica abordada nas escolas e nas universidades, e por isso essas são o principal alvo de ataque. Foi alicerçada uma ideia de que ocorre, nesses espaços formais de ensino, uma suposta “doutrinação” por uma matriz ideológica, a dos ditos “esquerdistas”, que buscam destruir os valores tradicionais e romper com o passado

afetivo dos conservadores, incutindo nos alunos – abordados como “seus filhos” nos vídeos e nos discursos – toda essa carga política de esquerda.

O revisionismo historiográfico feito pela Brasil Paralelo, além de buscar deslegitimar a atuação dos professores de história, cria também narrativas explicitamente negacionistas. A história da escravidão no Brasil, por exemplo, é vista como se a cor da pele ou a origem africana não tenham sido condicionantes para a escravização de um indivíduo, assim negando as desigualdades raciais e sociais decorrentes de séculos de práticas escravocratas (AVILA, 2021, p.167).

No que concerne à ditadura civil-militar, a produtora é mais explicitamente negacionista, fornecendo a normalização do “injustificável”. O sentido histórico atribuído à derrubada de João Goulart é o de salvação da nação das garras do bolchevismo. Pela ótica da empresa, a democracia seria uma ditadura mascarada, controlada pelos comunistas, e a ditadura seria uma democracia, porque teria libertado o país de seus inimigos e controlado a ameaça vermelha. O golpe de 1964 passa a ser um acontecimento redentor e providencial. Quem se opôs à derrubada de João Goulart é reduzido à categoria de “corrupto”. Toda a máquina de torturas e mortes instaurada pelo regime desaparece de vista, com uma ou outra exceção (AVILA, 2021, p.169).

A mensagem por trás dessas duas construções é a de que, primeiro, não existem desigualdades raciais e, portanto, não são necessárias cotas raciais para universidades e demais instituições – uma pauta sempre defendida pela extre-

ma-direita – e, segundo, não houve ditadura militar, mas sim apenas um regime político comandado pelos militares que “salvaram” o Brasil de um futuro sombrio sob as garras do comunismo, negando toda a máquina de torturas e mortes empreendida pelo governo do período.

Nessa perspectiva, para se reprimir, silenciar, falsear ou esquecer é preciso contestar a realidade do que se passou durante a Ditadura Militar brasileira não necessariamente pela mentira, mas pela negação e também pelo revisionismo, que distorcem e justificam os crimes e o estado de exceção. Em grande medida, são, portanto, discursos e narrativas que justificam práticas, lógicas e ideologias que permanecem e/ou aceitam o inaceitável (PEREIRA, 2015, p.877).

Fica claro como o bolsonarismo faz um uso político do passado, recortando-o, manipulando-o, moldando-o conforme os interesses do grupo, e utilizando em larga escala o negacionismo para encobrir tudo aquilo que não se quer lembrar, que não é útil para edificar uma narrativa que corresponda às suas intenções.

O passado edênico é utilizado também para criar uma narrativa dicotômica acerca da política e da sociedade, estabelecendo dois campos principais de disputa: o campo da virtude e do vício, os bons de um lado e os maus de outro, algo que é uma característica muito marcante do fascismo. A empresa oferece uma narrativa moralista da história pensada sob a ótica daqueles que teriam sido vencidos pelos inimigos, mas que guardariam uma indiscutível legitimidade moral capaz de fundamentar as lutas políticas contemporâneas a partir de uma suposta reescrita da história (NICOLAZZI, 2023,

p.7).

A mobilização dos afetos em relação ao passado, no seio do bolsonarismo, edifica uma ideia de restauração, de resgate de um passado ideal: restauração dos valores, da identidade nacional, da dignidade do povo, do amor pela terra, da cultura e até mesmo da monarquia (NICOLAZZI, 2023, p.7). Todos esses aspectos teriam sido tolhidos pelos “esquerdistas”, que, através da corrupção de seus governos e da ideologia “maligna” que seus adeptos representam e transmitem – elementos, por exemplo, como a suposta “ideologia de gênero” –, deturparam todos os bons valores e costumes tradicionais da sociedade brasileira.

Assim, seria necessário também resgatar a verdadeira história, uma história que, na constelação mitológica da empresa e no imaginário criado pelos públicos, havia sido ocultada, escondida, negada e, inclusive, roubada por parte dos professores nas escolas, dos historiadores nas universidades e dos jornalistas na grande mídia (NICOLAZZI, 2023, p.8).

Autoritarismo, intolerância e violência

Desde que a sociedade brasileira enrijeceu sua polaridade, a partir do impeachment de Dilma Rousseff e atingindo seu pico durante os processos eleitorais para presidente da república de 2018, cresceu paralelamente os sentimentos e práticas de autoritarismo e intolerância, seja em termos políticos, seja em cunho social, cultural, religioso, de gênero, sexual, etc.

No país que é mundialmente conhecido pela sua suposta cordialidade, com base no conceito formulado por Sérgio Buarque de Holanda, pratica-se o oposto: uma escala da na violência pode ser observada no período trabalhado por este artigo. Inúmeros casos de violência decorrentes de opiniões e posicionamentos políticos diversos ganharam as manchetes dos telejornais, da mesma forma em que casos de feminicídio e assassinato de pessoas da comunidade LGBT-QIAPN+ são constantes no Brasil.

Esse aumento nos casos de violência e intolerância podem ser enquadrados no espectro do bolsonarismo, um movimento que prega o autoritarismo e a supremacia de alguns grupos em detrimento de outros. É criada uma divisão na sociedade, que transforma grupos heterogêneos em inimigos, em rivais, como se a simples existência de uns ameaçasse a superioridade daqueles que se consideram mais dignos.

É o caso de movimentos de cunho social, que defendem a inclusão de grupos minoritários historicamente marginalizados, como a população negra. O exemplo das cotas raciais é explícito. Os grupos bolsonaristas deslegitimam essa política pública sob o argumento de que não existem problemas raciais no Brasil, de que há uma suposta democracia racial e que, ainda, as cotas raciais supostamente reforçariam uma desigualdade.

Da mesma forma, os grupos LGBTQIAPN+ têm tido cada vez mais visibilidade e atingem lugares que antes não conseguiam. Isso provoca o ódio, a intolerância e a violência por parte dos dominantes, em especial em setores ligados

à extrema-direita, que defendem o padrão da heteronormatividade e configurações sociais específicas, criadas a partir da moral judaico-cristã – defendidas como a única correta, o “jeito certo de viver” que deve ser aceito e imposto a todos os demais –, nas quais as pessoas em questão não se encaixam e, por isso, são alvos de preconceito e autoritarismo. O bolsonarismo corrobora com essa visão.

O fato é que sempre que grupos excluídos ascendem socialmente e passam a ocupar os locais historicamente preenchidos por setores sociais dominantes, estes se sentem ameaçados, tolhidos em sua preponderância e superioridade, e passam a atacar aqueles que, de acordo com a sua visão, não deveriam estar ali e não podem ter acesso às mesmas oportunidades, chances e direitos.

É nessa esteira que entra a ideia de que certos grupos são melhores do que outros, e merecem ter tudo, enquanto os outros devem permanecer na margem da sociedade. Os movimentos autoritários que emergem na atualidade apoiam-se na criação dessas mitologias, pautadas na lógica do “eles” e do “nós”, ou, melhor, do “eles contra nós” e do “nós contra eles”. Nessa narrativa, “eles”, o grupo oposto que deve ser combatido, vencido e eliminado, seriam preguiçosos, corruptos, ladrões, ideólogos, pessoas sem escrúpulos, parasitas, enquanto “nós”, o grupo ideal, é formado por pessoas de boa índole, em oposição a tudo de ruim que o “outro” representa e defende (SCHWARCZ, 2019, p.175-176).

É a lógica do bem versus o mal, que propicia o sur-

gimento de uma razão binária que, por sua vez, produz um sentimento beligerante de contraposição, que gera desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade, do “nós”: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações governamentais, as minorias e os novos agentes políticos (SCHWARCZ, 2019, p.176). São criadas verdadeiras teorias da conspiração, pautadas no puro e simples negacionismo, que dizem que o bem-estar do “nós” está sendo ameaçado por “eles”, que buscam destruir tudo de bom que o “nós” construiu ao longo dos anos.

Nesses discursos imaginários, cuja origem ou ideia principal não precisa ser comprovada, é explorado o preconceito, que canaliza todo tipo de intolerância e a direciona a um alvo específico, o “outro”, essa figura composta por toda uma série de invenções e construções. O bolsonarismo utiliza o potencial de preconceito, ódio e intolerância que os indivíduos carregam dentro de si contra tudo aquilo que não “nos” representa, não “nos” diz respeito, inflando-os, nutrindo-os, e permite que sejam declarados abertamente, sem vergonha ou constrangimento.

Se é possível dizer que a intolerância não é um sentimento ou uma postura existencial que nasce do dia para a noite, e que, como tentamos mostrar, encontra raízes no nosso passado – de longo, médio e curto curso –, apesar de nossa contínua denegação do conflito, é também forçoso reconhecer que deixamos de esconder tal sentimento, para muitas vezes exaltá-lo publicamente. E essa talvez seja a maior novidade: o que eram antes manifestações recônditas e apenas furtivas, agora viraram ocasiões para o orgulho e a autocelebração (SCHWARCZ, 2019, p.178).

É essa “novidade”, citada pela autora Lilia Schwarcz, que o bolsonarismo trouxe consigo: o orgulho de ser preconceituoso, intolerante, violento e autoritário. Os grupos bolsonaristas celebram a ideia de que, como o próprio Jair Bolsonaro disse, as minorias devem se curvar às maiorias e, portanto, todo tipo de política pública voltada à inclusão social deve ser extinto. Defender as minorias, na visão dos bolsonaristas, passou a ser algo vexatório, é sinônimo de ser “frouxo”, alvo de zombarias, quando não de violência física.

O fascismo tropical

Os usos políticos e ideológicos do passado, o autoritarismo, a violência, os preconceitos – e o orgulho de professá-los –, o negacionismo; todas essas práticas, atitudes, sentimentalidades e ideias se condensam no fascismo tropical, conceito desenvolvido por Pablo Rosa (2019), que aborda os aspectos do bolsonarismo e daquilo que o autor chama de novíssimas direitas, que se assemelham ao fascismo italiano e que desenvolve ainda algumas características próprias.

O fascismo tropical opera principalmente a partir da fabricação de inimigos, da construção de narrativas que situam o “outro” como aquele que deve ser combatido, derrotado e eliminado. O bolsonarismo edificou uma narrativa que situa o PT e todos aqueles que se posicionam mais à esquerda do espectro político como inimigos da sociedade, que passaram a ser alvos de perseguições (ROSA, 2019, p.9). A esquerda seria a grande causa de todos os males do país, com a ideia – de nenhuma forma fundada ou comprovada, como sempre

se dá no caso do fascismo – de que onde quer que esteja a esquerda no poder, está também a destruição da economia, dos valores morais, em suma, de tudo que foi conquistado até então.

Passou a haver uma radicalização contra tudo aquilo que é entendido como esquerda ou progressismo. O bolsonarismo parece ter como único projeto a perseguição a esses elementos, assim como narrativas revisionistas – e negacionistas – do passado. É a execução de uma guerra contra o “outro”, o dissidente político, tratado como a figura do “esquerdista”, a partir daquilo que Foucault chamou de “racismo de Estado” e Stanley tratou como a política do “nós” e “eles”, que seria a principal característica do tipo de fascismo que emerge no século XXI (ROSA, 2019, p.11).

Stanley, em sua obra “Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles” (2018), estabelece as características principais desse fenômeno político. Dentre elas, destacam-se a defesa por um passado mítico, a propaganda ativa de veiculação em massa, o anti-intelectualismo, a irrealidade, uma hierarquia rígida, a vitimização, ideias de lei e ordem e, como já dito, a produção de inimigos.

Pode-se identificar todas essas características no bolsonarismo. A defesa por um passado mítico, idealizado, edênnico, idílico é a base do conservadorismo, a ideia que o tempo bom era o passado – em especial aquele da ditadura militar – e que o presente está repleto de degradação moral, perversão dos bons costumes, corrupção, uma decadência infinita que levará o país à ruína se algo não for feito de maneira

urgente.

A propaganda, uma das principais ferramentas para se fazer a mente e o coração dos indivíduos, é sobretudo marcante no bolsonarismo. Contando com verdadeiras empresas, como a já citada Brasil Paralelo, e obras pretensamente intelectuais, como aquelas criadas pelo chamado “guru do presidente”, Olavo de Carvalho, busca-se transmitir as principais ideias das novíssimas direitas brasileiras, que são acolhidas, visualizadas e compartilhadas por milhões de pessoas através das redes sociais.

O que é importante frisar nessa enorme e eficaz rede de propaganda e veiculação de ideias é que ela conta com outro princípio fascista, a irrealdade. Uma ampla gama de fakenews foi utilizada pelo bolsonarismo durante o período eleitoral de 2018, criando falácia das mais absurdas, que vão desde a suposta existência de um *kit gay* nas escolas, que ensinariam as crianças brasileiras a “serem homossexuais”, até a simples e pura invenção de ideias sobre os “esquerdistas”, que tentariam acabar com o cristianismo no Brasil, implantar o comunismo no país, acabar com a tão falada “família tradicional brasileira”, dentre várias outras.

O anti-intelectualismo se expressa nos constantes ataques às universidades e aos professores, que buscariam, na constelação mitológica do bolsonarismo, doutrinar as crianças e demais estudantes na “ideologia esquerdistas”. A universidade se tornou alvo de zombarias, mentiras e ataques, como a própria fala do Jair Bolsonaro de que a universidade pública é lugar de “baderna”. Além disso, o anti-intelectualis-

mo é visto no intenso negacionismo, que rejeita fatos científicos, como a seriedade do coronavírus e a eficácia da vacina, e também incentivando a população a tomar medicamentos e precauções sem nenhuma comprovação científica, como o caso da cloroquina, durante a pandemia da covid-19 nos anos de 2020 a 2022.

Os aspectos fascistas da hierarquia rígida e de lei e ordem no bolsonarismo se condensam na atitude de seguir cegamente a autoridade de um líder, no caso Jair Bolsonaro, chamado inclusive de “capitão” por parte de seus seguidores. O fascismo tropical, de acordo com Pablo Rosa (2019, p.71), é uma racionalidade orientada principalmente pela obediência cega e inquestionável à uma autoridade, respeitando absolutamente às hierarquias, independente de seres inconstitucionais.

Os elementos da produção de inimigos e da vitimização, nas narrativas criadas pelo bolsonarismo, verificam-se desde a fala do próprio Jair Bolsonaro, minimizando e menosprezando grupos sociais historicamente marginalizados, até as produções discursivas da empresa Brasil Paralelo, por exemplo. O “outro”, representado pela figura dos “esquerdistas”, são a causa de tudo de ruim que ocorre no Brasil, seja a corrupção do governo, seja a depravação dos costumes e da moralidade social. Desse modo, o “nós”, os famigerados “cidadãos de bem”, estariam do lado do bem, da moral, do pudor, enquanto o “outro” faria de tudo para destruir esses aspectos positivos, representando o mal, a imoralidade, a corrupção.

Assim, de um lado estaria o “nós”, (cristãos, conservadores, militares, olavistas, cisheteronormativos) e do outro lado, “eles” (ateus ou membros de quaisquer outras religiões que não sejam cristãs, progressistas, esquerdistas, gramscistas, comunistas, comunidade LGBTQIAPN+). É a transformação daquele que é diferente de “nós” em inimigo (ROSA, 2019, p.27).

Com o governo eleito em 2018, assistimos ao declínio deliberado da democracia representativa brasileira, concomitantemente à ascensão do fascismo tropical, em referência a toda a perseguição contra os grupos subalternos (esquerdistas, progressistas, comunistas, anarquistas, religiões de tradição africana, defensores da legalização das drogas, feministas, grupos LGBTQIAPN+, divergentes políticos no geral) que, nos últimos anos, tornaram-se os inimigos políticos da ordem, que devem ser estigmatizados, patologizados, criminalizados e, no limite, eliminados, tudo no intuito de fortalecer a “raça” dos “cidadãos de bem” (ROSA, 2019, p.66).

Considerações finais

Presenciamos no Brasil, desde as Jornadas de Junho em 2013, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2018 e até 2022, uma escalada nos ânimos políticos dos cidadãos, propiciada pelo movimento bolsonarista, que buscou, o máximo que pôde, transformar o país em uma guerra simbólica – senão física –, sob a alegação de que o “outro” quer destruir o Brasil e os valores nacionais.

A declaração de inelegibilidade de Jair Bolsonaro por oito anos, decretada pelo TSE em junho de 2023, não significa a derrota do bolsonarismo e do fascismo tropical. O movimento ainda continua forte e a polarização política do país permanece grande. Os critérios de seleção e produção de inimigos ainda são os mesmos. Os preconceitos, ódios e intolerâncias continuam sendo explorados, inflando os ânimos e permitindo que sejam declarados abertamente.

Referências

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Rev Bras Hist* [Internet]. 2021, Aug;41(87):161–84.

NICOLAZZI, Fernando. Negacionismo e usos afetivos do passado no Brasil contemporâneo. *Passés futurs*, v. 13, p. 1, 2023.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte , v. 31, n. 57, p. 863-902, dez. 2015.

ROSA, Pablo Ornelas. *Fascismo tropical*: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória: Milfontes, 2019. 335 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2019. 219 p.

STANLEY, Jason. *Como funciona o Fascismo*: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018, 208p.

A memória militar sobre a ditadura: uma análise sobre relatos e fontes de pesquisa

Guilherme Gouvêa Soares Torres (UFES)¹

Introdução

O modo como a ditadura é tratada no presente brasileiro se dá de forma ativa e descontínua. Entendemos que diferentes leituras a este respeito emergiram, a depender das circunstâncias e dos atores políticos envolvidos (Jelín, 2002), sobretudo os embates entre segmentos. A esse respeito, historiadores mobilizaram alguns conceitos com o intuito de entender estas abordagens.

Os objetivos deste trabalho são compreender os usos do passado e relacionar ao modo como o período da ditadura foi analisado posteriormente e identificar elementos característicos de elaborações do passado autoritário nas obras destacadas, que Daniel Aarão Reis chama de “deslocamentos de sentido” (2000), “verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos *objetivos*” (Aarão Reis, 2000, pp. 69-70, grifo nosso)². Analisaremos fontes sobre a memória militar a

¹ Graduado (2017) e mestre (2020) em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atualmente cursa doutorado em História pela mesma instituição, com bolsa FAPES. É professor efetivo da rede estadual de ensino do Espírito Santo. E-mail: guilhermegstorres@gmail.com

² O primeiro deslocamento de sentido diz respeito às esquerdas e à no-

respeito do período da ditadura (1964-1985): a trilogia organizada pelos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Celso Castro, Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araújo e composta pelos livros "Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe de 1964" (1994), "Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão" (1994) e "A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura" (1995). Temos também as obras "Militares: confissões" (1998), de Hélio Contreiras e "Memória viva do regime militar - Brasil: 1964-1985" (1999), de Ronaldo Costa Couto.

Visões do golpe: 12 depoimentos de generais que articularam o golpe de 1964

O livro *Visões do golpe: 12 depoimentos de generais que articularam o golpe de 1964* é o primeiro da trilogia produzida por pesquisadores da FGV. Em sua escrita, os autores entendem a questão como uma tarefa não somente intelectual, mas também cidadã: "Este constante rever não é

ção de que os segmentos revolucionários seriam parte da chamada resistência democrática, termo guarda-chuva empregado para fazer referência a setores diferentes que, de alguma forma, se engajaram na luta contra o regime. Sob esse aspecto, a luta pelo socialismo é obliterada e substituída por um discurso pró-democracia, criado a posteriori.

A segunda reconfiguração está relacionada aos apoiadores da ditadura, que levaram adiante a ideia de que houve uma "guerra revolucionária" ao representar as ações da luta armada. Nesse sentido, o intuito é justificar os efeitos de uma anistia recíproca que beneficiasse não somente os prisioneiros do regime, mas também as forças de segurança.

Por fim, a terceira reconstrução é sobre a sociedade civil e o apagamento das ações de apoio ao golpe civil-militar de 1964 e à consolidação da ditadura, vista como espécie de corpo estranho, estabelecido e mantido unicamente pela força.

só atividade intelectual: é exercício de cidadania" (D'Araújo, Soares, Castro, 1994, p. 8). Além disso, os autores fazem uma reflexão importante acerca da importância deste livro de memórias: "Este livro não condena, não julga. Traz ao leitor uma série de pontos de vista de *militares*, que o ajudarão a fazer sua leitura particular sobre os idos de 1964 e a instauração do regime militar" (*Ibid*). Esse ponto é interessante na análise, ao tratar o passado de uma perspectiva pretendidamente *isenta*, deixando a interpretação a cargo do leitor e sua *leitura particular*.

Há um ponto levantado pelos autores no que diz respeito ao reexame do papel da sociedade brasileira no golpe de 1964 e na ditadura. Esse ponto dialoga com uma questão levantada por Leônidas Pires Gonçalves:

O golpe não foi desejado apenas pelos militares: para muitos depoentes, ele foi também pedido e apoiado por setores da sociedade civil, assustados com a possibilidade de a esquerda tomar o poder no país. Igreja, empresários e classe média teriam sido cúmplices do golpe. Nas palavras de Leônidas Pires Gonçalves, "a Revolução saiu sob pressão da sociedade civil. Não podemos esquecer isso. Tenho o hábito de repetir, e se não ouviram de alguém, vão ouvir pela primeira vez: acho que as Forças Armadas até hoje são ressentidas com a sociedade brasileira. Porque a sociedade brasileira nos levou, foi uma das responsáveis pela Revolução de 64, e hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos torturadores, que somos matadores, que somos isso, somos aquilo, esquecendo que todos esses movimentos são feitos por criaturas humanas e que os descaminhos ocorrem. Acho que há muita injustiça" (D'Araújo, Soares, Castro, 1994, pp. 14-15)

A citação acima traz o ponto de vista de um dos milita-

res quanto ao papel civil na deposição de João Goulart e afirma esse ponto de vista com um longo excerto da entrevista do general Leônidas sobre a questão. Essa temática é aludida pelo oficial em diversos relatos e, a nosso ver, é um ponto importante da sua leitura acerca do período. Além disso, fica evidente o ressentimento quanto à sociedade civil e o repúdio de alguns segmentos à ditadura.

Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão

O segundo volume da trilogia versa sobre o período considerado de auge das ações repressivas durante a ditadura, a saber, entre 1967 e 1974. Os autores explicam essa opção visto que, nesses anos, ocorreram os maiores números de punições e que morreram mais pessoas, de acordo com os números dispostos pelo grupo *Tortura Nunca Mais*³.

Os autores apontam mais uma vez a necessidade de entender o período e, principalmente, o que "...pensam os militares sobre o que viveram, e revelar seu pensamento é um dos objetivos primordiais deste trabalho", pois, deste tema, "Pouco se sabe". (D'Araújo, Soares e Castro, 1994, p. 8) Mais uma vez os estudiosos apontam sua isenção sobre o tema: "É preciso deixar claro, desde logo, que os organizadores não endossam ou respaldam as declarações dos depoentes. Seu objetivo é tão-somente apresentar as visões dos militares a respeito de tema tão delicado" (D'Araújo, Soares, Castro, 1994, p. 8. Grifo dos autores). Indicam a importância do trabalho como registro de fonte histórica. Todavia, a nosso ver,

³ Essas informações foram abordadas na página 28 da introdução.

o texto assume um caráter diferente comparado ao volume anterior, colocando em questão alguns tópicos trazidos nas entrevistas. Por exemplo, o questionamento a um dos consensos trazidos nos livros no que diz respeito ao desencadeamento da violência política: “Houve repressão violenta, houve a *guerra suja*, porque essa foi uma escolha, e não uma inevitabilidade histórica” (D’Araújo, Soares, Castro, 1994, p. 21. Grifo dos autores). Vemos na passagem a crítica à ideia de que a repressão foi desencadeada de forma reativa e sim porque se buscou essa ação, sendo um aspecto fundamental da consolidação da ordem política consolidada após 1964.

Chama também a atenção o ponto levantado pelos autores quanto à consideração feita pelos entrevistados quanto ao tema da memória:

Implícito nesse ponto está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. É importante observar que muitos militares se “queixam” justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso - a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono da história” (D’Araújo, Soares, Castro, 1994, p. 13).

Considerando esse tipo e a ausência de uma versão oficial das Forças Armadas, como propalado pelos autores, entendemos que essas publicações, assim como as outras trabalhadas nesta tese, foram aproveitadas como espaço de

veiculação de narrativas em defesa das corporações por parte dos militares consultados.

Essa defesa é calcada na justificativa de ações de militares durante a ditadura. A análise histórica feita - que, como foi dito, não é nosso objeto de análise - visa explicar a lógica da ação repressiva durante a ditadura e indicar as atribuições de responsabilidades pela tortura e outras ações de violência política.

Nesse aspecto, despontam os usos de algumas expressões que marcam as intencionalidades dos militares. A primeira é *excessos* e aparece em diversos relatos, buscando caracterizar a tortura como espécie de descontrole por parte das forças policiais e/ou militares. A segunda é *revolução*, sob cuja legitimidade se busca estabelecer outro meio de justificar as ações do período.

A partir dessas questões levantadas, entendemos que, nas entrevistas desse volume - cujo objeto é considerado polêmico - , se faz presente não apenas uma defesa das ações do período, como também uma defesa da corporação. A entrevista do general Leônidas é marcante nesse ponto, considerando o posto ocupado no período - chefe do Estado Maior do I Exército e, por isso, responsável pelo DOI-CODI - e após a ditadura, como ministro do Exército.

A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura

O terceiro volume da trilogia versa sobre o período entre 1974 e 1985. Destacamos a utilização do termo *abertura*

em referência à transição e à redemocratização. A esse respeito, Fagundes (2018) aponta seus usos em textos que trouxeram uma visão elogiosa do papel desempenhado por militares e, em especial, o general-ditador Ernesto Geisel diante desta conjuntura, enfatizando o controle militar que, por sua vez, teria viabilizado o êxito do processo, de acordo com tais narrativas.

A tônica deste tópico está na explicação acerca de algumas escolhas feitas pelos autores na condução do projeto, como, por exemplo, na elaboração das perguntas e na seleção para a produção do livro:

Em cada entrevista, um conjunto de questões similares foi apresentado ao depoente para que ao fim pudéssemos ter um painel de respostas envolvendo os temas que nos pareciam prioritários. Dessa forma, se as interpretações variam, elas são no entanto produto de um mesmo questionamento e de uma mesma demanda por parte dos organizadores. Isto é, perguntas objetivas e mais ou menos padronizadas ajudaram a produzir interpretações variadas para que chegássemos a este conjunto de visões (...).

Ao encerrar esta trilogia vale mais uma vez lembrar que todos os depoimentos publicados foram revistos pelos entrevistados, que tiveram total liberdade para fazer alterações envolvendo mudanças de estilo, acréscimos de informações ou até mesmo supressões.² Após esta revisão e a incorporação das modificações solicitadas, todos assinaram termos de doação de seus depoimentos para a Fundação Getulio Vargas, autorizando sua edição para publicação. O material doado foi aproveitado em grande parte nos livros que publicamos nesta série, embora não tenhamos necessariamente publicado a íntegra de cada entrevista. De acordo com o que foi convencionado no termo de doação, utilizamos as partes dos depoimentos que estavam diretamente relacionadas aos tópicos de cada livro (D'Araújo, Soares, Castro, 1995, p. 9).

A longa citação busca indicar as informações apontadas acima e tratar das questões que dizem respeito aos métodos próprios da história oral e, a partir disso, da elaboração dos livros, de modo que o registro feito pelos autores vai além do que foi publicado. Desta forma, observamos dois tipos de escolhas: 1) os questionamentos, que refletem temáticas consideradas importantes para a compreensão do assunto; 2) a escolha das partes dos depoimentos que foram para os livros. Esse procedimento, devidamente explicado pelos autores, traz uma seleção daquilo que foi organizado para ser lido e debatido em sociedade. É importante não somente para entender a metodologia da pesquisa, como também para indicar o modo como a fonte foi construída, possibilitando melhor compreensão por parte do leitor, seja acadêmico ou não.

Outro ponto relevante trazido na seção diz respeito às informações acerca de episódios ocorridos em meio a esse contexto. Nesse sentido, os autores apontam a importância de informações trazidas sobre fatos que, de acordo com os autores, haviam sido pouco ou nada explicados até então. Desta feita, a importância da obra é estabelecer esse registro, com base no que foi demarcado pelas escolhas dos autores.

Militares - Confissões

Essa obra foi escrita por Hélio Contreiras (1949-2006) e publicada no ano de 1998 pela Editora Mauad. Este jornalista carioca atuou como repórter da revista Istoé, bem como em O Globo, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e Manchete, com temas voltados à política e aos militares. Dentre seus

trabalhos, destacam-se a reportagem *O SNI sem segredos*; a notícia da renúncia do presidente Fernando Collor em 1992 e a matéria sobre conspirações contra Tancredo Neves, dentre outros.⁴

Sobre os pontos destacados da obra, indicamos a ampla gama de oficiais entrevistados, ao todo 37, das três forças armadas, com patentes de coronel (tanto do Exército quanto da Aeronáutica), general, brigadeiro e almirante. Além disso, é perceptível a presença de militares de segmentos distintos de ativismo castrense. Sobre esse ponto, desenvolveremos no segundo capítulo.

O livro é composto por um prefácio assinado por José de Castro Ferreira, uma apresentação feita por Cláudio Camargo, um documento reservado, uma introdução e, a partir da página 59, os depoimentos. Em cada um destes há, após a identificação do depoente, um pequeno trecho biográfico, de autoria do próprio militar ou não. Ao final, há um caderno de documentos elencados pelo autor e uma reflexão assinada pelo mesmo.

Dentre as questões elencadas no prefácio, chamamos a atenção para a abordagem acerca do Ato Institucional nº5:

No que diga respeito ao malsinado AI-5 não observei nem uma única opinião em seu abono; mereceu reprovação unânime, seja por desnecessária (havia já abundante até excessiva legislação repressiva ao tempo de sua edição), seja por sua dureza inédita, seja, finalmente, por prolongada duração no tempo. São excelentes razões e todavia não parecem ser completa, como mais adiante procurarei demonstrar,

4 As informações acima constam no livro "Militares - Confissões".

enfatizando, porém desde logo, "tout court", que esse foi o mais brutal e o mais violento édito político, de quanto já emitidos em nossa infeliz história republicana (In Contreiras, 1998, p. 15.)

O autor, ao abordar o tema do Ato Institucional, traz uma visão elogiosa aos relatos, concordando com os pontos levantados pelos oficiais. Há uma leitura crítica à adoção da medida ("...mais brutal e o mais violento édito político"), mas convergente com a de militares que participaram do estabelecimento e consolidação do regime. Para ficarmos em dois exemplos, temos duas citações. A primeira é do relato do general Ivan de Souza Mendes, que diz: "Com a radicalização do processo político, a partir do final de 1967 e principalmente em 1968, haveria a decretação do AI-5, que foi um retrocesso e talvez pudesse ter sido evitado. O presidente Castello dizia que um ato institucional só deveria ser adotado por prazo determinado e o AI-5 só surgiria em uma situação complicada" (In Contreiras, 1998, p. 67). Já a segunda é do almirante Maximiano da Fonseca: "Cometemos muitos erros. O AI-5, um deles, foi um excesso" (In Contreiras, 1998, p. 83).

Mais adiante o autor segue refletindo sobre o tema, porém tendo em vista o papel exercido pelas Forças Armadas:

Há, entretanto, nesses importantes depoimentos (...) um ponto de conciliação (...) colocado pelo experiente general Leônidas Pires Gonçalves, que, entre outras coisas em sua brilhante carreira, foi, digamos assim, o *fiador militar da transição democrática*, como ministro do Exército do presidente José Sarney, primeiro civil a governar o Brasil de 64 (...).

Esse líder militar deixa bem nítido o *posicionamento oficial das Forças Armadas relativamente à tortura* e, com isto, de

algum modo, se alinha ao raciocínio de que, na escuridão da lei, o cidadão nada pode ver, enquanto o espírito policialesco tem óculos especiais para tudo enxergar e, principalmente, para ver e para executar o mal e as maldades (In Contreiras, 1998, p. 20, grifo nosso).

Mais uma vez recorremos à uma longa citação devido aos pontos importantes que grifamos para a nossa análise. O primeiro diz respeito à adjetivação acerca de Leônidas Pires Gonçalves, objeto deste trabalho. O autor define o general como “fiador militar da transição democrática”. O comentário atribui uma centralidade ao papel exercido ao papel exercido pelo oficial e pelas Forças Armadas no contexto da redemocratização. Em outras fontes, o próprio general faz esse mesmo tipo de reivindicação quanto ao próprio protagonismo e da caserna no controle do processo político.

Nesse sentido, o autor inclusive relaciona o relato do ex-ministro do Exército ao “posicionamento oficial das Forças Armadas relativamente à tortura”. Não há uma reflexão mais aprofundada ou crítica acerca desta fala. Isso inclusive fica evidente no próximo trecho:

Leônidas repele a tortura que, afortunadamente, não permitiu existir sob seu Comando:

“(...) Pela minha formação, não posso aceitar a tortura que um preso, um homem desarmado, sofra qualquer tipo de agressão. Ninguém poderá afirmar que sofreu tortura durante aquele período em que eu estava naquela função (...)”

O General Pires Gonçalves admite que houve tortura, retirando-a, sem embargo, da órbita da estrita legalidade dos regulamentos militares e das determinações concretas dos comandos:

“(...) Admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares e nem na orientação adotada pelos Altos-Comandos e, portanto, não poderia ser aplicada legalmente, ao arrepio da lei e das normas militares (...) (In Contreiras, 1998, p. 20, grifo do autor)“

Nesse ponto, o autor traz citações diretas do relato do general e demonstra sua aceitação sem um aprofundamento crítico a esse respeito. Inclusive quanto à afirmação sobre a não-aceitação da tortura, inclusive com o uso da expressão “afortunadamente”, expressando uma visão positiva quanto ao exposto. Isso fica patente no trecho a seguir, em que diz:

À luz do depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, não vejo qualquer conflito entre seus pontos de vista e aqueles que defendo, como advogado, prestes a completar 40 anos de exercício vigoroso e sofrido dessa honrada profissão. O que há de mais belo e judicioso nas declarações do general Leônidas é a proclamação de que a tortura é ato marginal à lei, com o que se faz um talentoso hífen entre as várias correntes de pensamento que gravitam em torno do assunto (In Contreiras, 1998, p. 21).

O excerto acima é o penúltimo parágrafo do prefácio e demonstra, de fato, a convergência de pensamento entre o autor e o general, de modo a garantir uma visão positiva não somente acerca do relato, mas, de modo geral, das perspectivas militares oferecidas no livro. Isso fica marcado, sobretudo, na consideração da visão do general Leônidas como o “posicionamento oficial das Forças Armadas relativamente à tortura”. Pode-se considerar o prefácio como um texto em que há uma visão positiva quanto sobre o papel das Forças

Armadas quanto à transição e um espaço de veiculação de narrativas em defesa desta.

A censura e o envolvimento ideológico são postos como problemas que envolvem a caserna e que constituem um legado negativo da ditadura, levando à um quadro de divisão interna, como se pode depreender da análise de setores em disputa e com diferenças de ação quanto a assuntos como a repressão. Nesse sentido, entendemos que a ênfase no ativismo de militares que se opuseram aos “excessos” do regime reflete essa divisão e sinaliza o efeito deletério da participação castrense na política partidária. Esse fenômeno, de acordo com o autor, parece ter ficado para trás a partir de uma lei do governo de Castello Branco:

Graças a um plano do primeiro presidente do regime de 1964, marechal Castello Branco, foi adotada uma legislação que impede que um militar saia do quartel, seja candidato a um cargo eletivo, exerça o cargo e volte ao quartel. O major-aviador Rubem Florentino Vaz foi segurança de Carlos Lacerda, e morreria no atentado da rua Tonelero, dia 5 de agosto de 1954. O marechal Cordeiro de Farias exerceu cargo político e voltou ao quartel. A *liberdade para o militar se envolver com a política-partidária contribuiu para que ocorressem conspirações e para que militares e as Forças Armadas fossem usados por políticos malsucedidos nas urnas.* (Contreiras, 1998, p. 48, grifo nosso)

Chama a atenção como o autor entende a participação militar na política (“usados por políticos malsucedidos”). Essa compreensão não traz em seu bojo a ideia de um ativismo militar a partir dos próprios interesses do castro, algo que já foi abordado pela literatura (Chirio, 2012; Martins Filho, 2020).

Em meio a tais divisões, há aqueles que aderiram à uma conduta “radical” e “linha dura” e os que foram contrários e são tratados de forma positiva, ressaltando sua importância sem questionar, contudo, os fundamentos da política autoritária.

Memória viva do regime militar. Brasil: 1964-1985

O livro *Memória viva do regime militar. Brasil: 1964-1985* (1999) é obra da pesquisa de Ronaldo Costa Couto e reuniu 26 entrevistas de figuras ligadas à ditadura militar, seja na sustentação, seja na oposição. Nesse sentido, há uma distinção importante em relação aos outros livros citados, visto que neste o autor traz entrevistas com figuras civis, que são maioria. Dentre os militares, contamos apenas os generais Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo, Leônidas Pires Gonçalves, Roberto França Domingues e Newton Cruz, além do almirante Faria Lima.

Destacamos também um elemento importante na dedicatória do livro: “À memória dos ilustres brasileiros Ernesto Geisel, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, a quem o país deve mais do que sabe” (Couto, 1999, s/n). Esta citação, a nosso ver, traz uma visão positiva acerca do papel desempenhado por essas figuras no contexto da transição política.

A seguir, após o sumário da obra, outro trecho chama a atenção:

Não há unanimidade quanto à expressão “regime militar” para designar politicamente o período autoritário brasileiro. Questão principal: apesar de lastreado e controlado pela

força militar, ele teve, desde a origem, significativa adesão, apoio e participação da sociedade civil. Políticos, empresários, tecnocratas, segmentos da imprensa, da Igreja etc. Mais: manteve formalmente as principais instituições democráticas, inclusive o Congresso Nacional, eleições - ainda que parcialmente indiretas - e outros ritos democráticos, como o rodízio de presidentes da República - no caso, controlado e exclusivo de generais-de-exército -, arremedando as democracias. O termo “regime militar” consagrou-se pelo uso. Tanto quanto “ditadura” - preferida para denotar a ausência de democracia política - ou “regime autoritário”. (Couto, 1999, s/n)

Consideramos o excerto como uma explicação para o emprego do termo *regime* na obra, inclusive no título. Entendemos que o autor aponta para elementos característicos de sua dinâmica, como o apoio e a participação de civis como a manutenção do calendário eleitoral e o funcionamento ainda que parcial das instituições.

Na sequência deste período, o autor analisa o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), apontado como membro do grupo da Sorbonne. A leitura proposta sobre o contexto enfatiza as questões políticas e econômicas que levaram ao desgaste do regime e que, a nosso ver, traz uma visão positiva sobre o papel desempenhado pelo general-ditador naquele contexto. O autor indica bons resultados da economia: “Aumenta a estatização da economia, quintuplica a dívida externa, mas o país viabiliza alto nível de investimentos. A economia cresce em média 6% reais no quinquênio 1974-1978” (Couto, 1999, p. 22). Além disso, há um destaque à dinâmica de “abertura” conduzida pelo governo:

Internamente, a prioridade é a promoção de abertura política gradual e segura, cuidadosamente monitorada, inclusive sobre o látego do AI-5, que permanece em vigor e é frequentemente aplicado até 1977. Pouco a pouco a ditadura vai sendo desmontada. Especialmente pelo progressivo renascimento político da sociedade civil organizada. Instala-se ciclo de concessão-conquista-concessão de liberdades e direitos. A censura à imprensa murcha rapidamente (*Ibid*)

O reflexo desta iniciativa seguida pelo governo é o “controle da área militar” (*Ibid*) e as informações trazidas sobre o ciclo explicado acima são pensadas dentro de uma sequência linear cuja culminância seria a redemocratização.

Esta sequência é abalada no governo de João Figueiredo (1979-1985), que, de acordo com o autor, começa de forma positiva com a aprovação da anistia em 1979, fruto de “Um pacto complexo, melindroso e sofrido, mas fundamental para a trajetória da abertura” (Couto, 1999, p. 23). Esse cenário, contudo, se altera com os maus resultados na economia e o atentado frustrado no Riocentro, no dia 01 de maio de 1981: “Mas quis o destino que um dos petardos explodisse antes, acidentalmente, dentro do carro particular de um capitão do Exército, no pátio do estacionamento, matando um sargento e ferindo gravemente o capitão, ambos ligados ao DOI-CODI” (*Ibid*). Nesse cenário, a adesão à oposição cresce, implicando no fortalecimento de figuras como Tancredo Neves.

No cenário entre 1983-1985, até a eleição que marcaria a sucessão de João Figueiredo, o autor menciona as campanhas de reivindicação pelo voto direto para presidente. “O povo participa, reivindica, pressiona (...). Mas o sonho morre

na votação do Congresso" (Couto, 1999, p. 24). A eleição do primeiro presidente civil se dá de modo indireto: "Após superar riscos e ameaças, atravessando campo minado por manobras golpistas e continuistas, Tancredo Neves é eleito em 15 de janeiro de 1985: 480 votos contra 180. Completa-se a longa e lenta travessia política da ditadura para a democracia" (*Ibid*).

No entanto, o político não chega a tomar posse e falece. Na leitura do autor, a passagem do poder a José Sarney marca o fim da ditadura e a emergência de desafios à redemocratização: "Governar democraticamente, remover a legislação autoritária, institucionalizar o estado de direito, eleger assembleia nacional livre e soberana para elaborar nova carta política" (Couto, 1999, p. 25). Este entendimento traz uma visão positiva do processo, marcado pela linearidade, e de alguns personagens, em que pesem alguns contratemplos que foram assinalados.

O autor traz um tópico denominado "Avaliação", em que coloca em questão as interpretações sobre o regime. A nosso ver, sua proposta é marcada também pela pretensão de ser isento na análise:

Sem dúvida, o período foi de aceleração da história, com riqueza superior de acontecimentos de extraordinária diversidade, intensidade, repercussão e transcendência. Positivos ou não, como sempre acontece na vida das pessoas e na história das nações. Alguns inadmissíveis, como a limitação de liberdades e direitos democráticos. Outros excelentes para o país, como a diversificação e a disparada da economia, a abertura política competente, suave e eficaz, ou o comportamento irrepreensível dos militares na democratização de 1985 (Couto, 1999, p. 26)

O autor coloca no mesmo plano aspectos positivos e negativos do regime. A nosso ver, essa compreensão faz sentido se considerarmos o ponto de vista positivo acerca do processo de transição política, acerca do qual alguns atores são tratados de forma elogiosa, como os militares e, em especial, o general Ernesto Geisel.

Conclusão

A partir desta leitura, entendemos que as publicações trabalhadas foram espaços de narrativas militares sobre a ditadura militar e trouxeram um enquadramento do passado marcado pela conciliação e a tentativa de evitar conflitos no tempo presente, ou até mesmo de memória positiva, como se buscou demonstrar através da análise das fontes.

Referências

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 263p.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2020 [formato ebook].

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (orgs). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 256p.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. CAS-

TRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 336p.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (orgs). *A volta aos quarteis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, 328p

CONTREIRAS, Hélio. *Militares: Confissões. Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 140p.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, 391p.

Universidades sob Repressão: reflexões sobre as ditaduras do Brasil e do Chile

Lara Silva Nascimento¹

O presente texto faz parte de um levantamento preliminar a respeito da repressão política nas universidades brasileiras e chilenas, durante o período de exceção vivenciados por esses países latino-americanos, no contexto da guerra fria interamericana. Para a análise e reflexão faz-se uso de pesquisa bibliográfica somada à perspectiva da história comparada para destacar como essas instituições foram afetadas de maneira semelhante pela dinâmica autoritária e pelos mecanismos de controle político, principalmente impulsionados pela conjuntura específica da segunda metade do século XX.

O fim da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para difundir, internacionalmente, a percepção da necessidade da coleta de informações. Essa noção desenvolveu-se com maior primor no decurso da Guerra Fria, principalmente pela realocação de interesses vivenciada nesse momento, que passou a se relacionar com a necessidade da vigilância permanente contra os ideários da União Soviética. Ademais, constata-se que o acirramento entre as potências na década de 50 leva

1 Mestranda pela Universidade Federal do Espírito Santo; bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e-mail: laarasnasc@gmail.com

a regulamentação dos órgãos de informação nas Américas, principalmente observado o aumento da influência socialista no continente, sobretudo após a Revolução Cubana. Observa-se que os Estados Unidos, principal potência ocidental, portanto

“não permitiriam que nenhum tipo de socialismo democrático tivesse sucesso na região, e que os golpes militares, o terror de Estado e os regimes autoritários eram o antídoto para a mobilização popular.” (WINN, 2010, p. 28),

A virada propiciada em 1959, dessa forma, transformou o caráter combativo dos Estados Unidos, que até então mantinham a hegemonia na região. O episódio desencadeou uma campanha de caça aos comunistas como forma de frear seu avanço na América Latina. Nesse contexto, observa-se o caráter ofensivo de programas como a *Aliança para o Progresso*, que destinava financiamentos a países adeptos da nova doutrina contrarrevolucionária proveniente do norte. Ademais, o processo inaugura toda a noção da “ameaça vermelha” pairando sobre o continente, retórica e implicações que contribuíram para o enfraquecimento das democracias nos países do Cone Sul.

Verifica-se então, que uma vez derrotados os projetos inaugurados por João Goulart, no Brasil, e Salvador Allende, no Chile, inicia-se nos respectivos países a montagem da máquina autoritária legal. Sob a perspectiva da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN)², que deu todo o con-

2 A DSN aboliu dois dos princípios fundamentais do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no

texto para a produção dos órgãos de informações brasileiro e chileno, observa-se as atas de criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), bem como da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA)

“Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordinar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. (BRASIL, 1964)“

“Artículo 1º.- Créase la Dirección de Inteligencia Nacional, organismo militar de carácter técnico profesional, dependiente directamente de la Junta de Gobierno y cuya misión será la de reunir toda la información a nivel nacional, proveniente de los diferentes campos de acción, con el propósito de producir la inteligencia que se requiera para la formulación de políticas, planificación y para la adopción de medidas que procuren el resguardo de la seguridad nacional y el desarrollo del país.” (CHILE, 1974)

Assim, aplicar a DSN visou criar estruturas defensivas com aliança militar e de assistência mútua para a segurança, dentre elas o aparato repressivo e a rede de informação que serve para identificar o inimigo interno. Os órgãos se estabelecem, portanto, como frente de contrainteligência em auxílio ao governo ditatorial para a manutenção da ordem. Dessa forma, a vigilância aos cidadãos passa a ser forma de controle político constante, e a organização informacional uma verdadeira comunidade atenta a sociedade.

processo político. A partir desse momento, pode-se compreender que o âmbito de atuação dos militares brasileiros, bem como chilenos, adquiriu a noção de uma “guerra justa” contra os determinados agentes subversivos, colocando-se como salvadores da pátria degradada pela doutrina comunista.

Pontua-se que, retratar a institucionalização da burocracia repressiva desde sua concepção nesses países, não é objeto do presente estudo. Contudo, cabe analisar que em sua gênese, ainda no decurso do século XX, o órgão de informação visava o trabalho com o conhecimento, constatando-se que o agente que atua nela “não tem poder de polícia. A perseguição, a violência e a violação dos Direitos Humanos não condizem com o seu trabalho” (ARAÚJO, 2004, p.14). No entanto, nos contextos ditoriais aqui citados, se convertem em poder subvertido pelo Estado, onde confundem-se com a própria segurança nacional, resultando em verdadeiros “[...] estados paralelos com alto grau de autonomia, enorme poder e capacidade operacional.” (ANTUNES, 2002, p.22)

As experiências pós-golpe, dessa maneira, perpetuaram-se intensamente. Ao conceituar-se a comparação nos ensinamentos de Marc Bloch, observa-se a necessidade de comparar o comparável, ou seja, sociedades sincrônicas no tempo e espaço, dentre as quais pode-se analisar recorrências e demonstrar singularidades. Observando, portanto, Brasil e Chile, dois países com matrizes fundamentadas na tríade catolicismo-nacionalismo-liberalismo, notam-se semelhanças na forma de condução do regime autoritário. Dentre elas, a maneira como observaram os agentes subversivos, visto que

“Na visão dos vitoriosos de 1964, [e 1973] as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil [e o Chile] deveria ser salvo [...]” (MOTTA, 2014, p.23)

Sendo assim, no imediato pós golpe, as universidades sofreram o impacto da atuação das forças repressoras. O primeiro foco foi a *Operação Limpeza*, através do primeiro ciclo repressivo, visando o expurgo de qualquer ente da comunidade universitária que tivesse ligação, ou suspeita de envolvimento com atividades de esquerda. Em ambos os casos aqui estudados professores foram afastados de seus cargos, demitidos ou aposentados, alunos desligados dos quadros das instituições de ensino e reitores substituídos. No caso chileno, o decreto nº 50, de 1º de outubro de 1973, estabeleceu reitores-delegados com amplos poderes de expulsar alunos e professores, sem explicações prévias, retirando a autonomia universitária.

Luan Fernandes (2016) observa que houveram conflitos em ambos os países, no imediato pós golpe. No Brasil, A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ) foram invadidas por agentes do Estado; a Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, foi depredada através de invasões. E mesmo com grupos tentando resistir, a força coercitiva do estado os engoliu.

Evidencia-se que no Chile, a experiência do Terror de Estado perpetrado pelo Regime Pinochetista, pode ser compreendida com mais intensidade do que no caso Brasileiro. Essa diferença é atenuada principalmente pela intensidade dos movimentos de esquerda chilenos, visto que o governo

Allende, assumidamente marxista, potencializou a criação de frentes de origem esquerdista, como o caso do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), presente de forma aguda nas universidades chilenas.

Além do mais, a sociedade chilena era mais polarizada. Os anos da Unidade Popular haviam resgatado a questão social, reforçando a percepção das necessidades chilenas, cujo espaço universitário era ascendente de ideais de transformação. Assim, universidades como a Universidad de Concepción (UdeC), a Universidad de Chile (UCh) e a Universidad Técnica del Estado (UTE) foram intensamente reprimidas no imediato pós golpe, com foco principalmente nos membros de partidos políticos. Muitos deles foram mortos ou tornaram-se desaparecidos políticos.

Ainda no Chile, a Operação Limpeza se utilizou também da prática do degredo, que possui entre sua principal característica

“o isolamento do militante opositor ao regime, que era enviado a diversas localidades inóspitas do Chile, em geral no extremo sul ou no extremo norte do país. [...] A aplicação desta medida autoritária teve como intuito afastar fisicamente o militante ou ativista de seu local de trabalho, estudo ou de seu bairro, para assim desmantelar as atividades políticas, sindicais ou estudantis.” (MOTA, 2020, p. 46-47)

Ao compreender-se, portanto, os dois regimes, nota-se que “[...] o principal motivo para os expurgos era o caracterizado como ideológico, ou seja, qualquer pessoa de esquerda tinha que ser expulsa da universidade.” (FERNANDES, 2016,

p.72). Além disso, entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes e as Federacíons de Estudiantes de diversas universidades chilenas foram postas na ilegalidade.

Ainda, cabe destacar que a repressão política, também estendeu-se na institucionalização dentro das comunidades acadêmicas. Ainda não foi possível identificar se houve a presença de órgãos próprios dentro dos campi no Chile. O que se sabe é que a Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) centralizou todo o aparato repressivo em si, e foi responsável pelos arbítrios cometidos em relação aos direitos humanos no país andino. Contudo, no Brasil, pode-se notar a presença de uma hierarquização no aparato repressivo, que contou, a partir de 1971, com as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI).

Ao recrudescer o regime, através do Ato Institucional de nº 5, os militares brasileiros estabeleceram um novo ciclo repressivo no país. O estabelecimento das AESI nas universidades era a proposta para a vigilância dos quadros universitários, de maneira contínua. O historiador Rodrigo Patto delimita a ação desse órgão constatando que

“Na maior parte do tempo as AESI funcionaram como correia de transmissão entre a DSI/MEC – bem como outros órgãos de informação e/ou segurança – e as Reitorias e as comunidades universitárias. [...] ecoaram censura e controle provenientes dos escalões superiores, fazendo chegar ordens para proibir eventos, vigiar publicações, censurar (sutilmente às vezes) a circulação de livros, chegando a ponto de vigiar até cerimônias de colação de grau. Em seu papel de posto avançado do sistema de vigilância e repressão, as AESI atuaram também na filtragem de pessoal a ser contratado ou escolhido para cargos de direção, bem como no acompanhamento

da situação dos estudantes expurgados por meio da legislação de exceção. Além disso, as AESI eram canais adequados para fazer chegar às Universidades o trabalho de contrapropaganda ou contra-informação. (MOTTA, 2008, p.41)

Além da AESI, os militares instauraram Inquéritos Policiais Militares (IPMs) como estratégia para investigar opositores do regime, além de projetos de enquadramento de estudantes como a Lei Suplicy (Lei nº 4.464/1964)³ e o Projeto Rondon⁴. No Chile, a ditadura militar também instituiu projetos como o Rondon. No país, a Secretaría General de Gobierno organizou as chamadas Campañas de Invierno e os Trabajos de Verano que “levavam os jovens universitários a lugares remotos ou que necessitavam de ajuda, em uma tentativa de conectá-los com “ações verdadeiramente patrióticas” [...]” (FERNANDES, 2016, p. 74). O objetivo desses mecanismos de cooptação, portanto, era afastar a juventude dos ideais inóspitos do marxismo, e assim como no Brasil, inseri-los no pensamento do regime autoritário.

Dando continuidade a análise e reflexão a respeito do ciclo repressivo vivenciado, ainda verifica-se um ciclo de reformas universitárias em ambos os países. Nota-se que, no

3 A Lei Suplicy dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e outras providências. De forma geral, proibia ações e manifestações de caráter político-partidário, levou a UNE à ilegalidade e restringiu a atuação de entidades estudantis. Foi revogada pelo Decreto Aragão (decreto-lei 228), que aumentou as restrições e intensificou punições para aqueles que não obedecessem às normas estabelecidas.

4 Instituído em 1968, no contexto das reformas universitárias, o projeto teve como base a integração de áreas remotas do Brasil. Universitários foram enviados de forma experimental para Rondônia, ainda em 1967, a fim de ter contato com áreas remotas do país. A estratégia do regime era cooptá-los ao projeto militar sob o lema “Integrar para não entregar”.

Brasil e no Chile, mesmo com uma significativa distância no espaço temporal de seus regimes, possuem disputas de poder dentro do próprio regime militar. Contudo, “[...] o único ponto consensual era o propósito de expurgar as esquerdas, particularmente os comunistas, embora a definição sobre comunismo fosse elástica e imprecisa.” (MOTTA, p.30). Dessa forma, estabelecem-se a Lei de Reforma Universitária (1968) e a Ley General de Universidades (1981).

Depreende-se, portanto, que as “universidades ocupam lugar fundamental no planejamento estratégico dos militares” (MOTTA, 2008, p. 33), visto que a ideia da modernização perpassa também pela intelectualidade. Carlos Fico (2001) observa que há uma intolerância cultural voltada às questões intelectuais. Compreendia-se, como já citado anteriormente, que havia uma influência político-ideológica comunista através de livros, colunas em revistas, e até mesmo no intercâmbio de alunos advindos dos países comunistas nas universidades. Dessa maneira, obter o controle desse espaço é primordial.

Por fim, observam-se tentativas falhas de resistência ao aparato repressivo estatal. O Terror de Estado perpetrado pelos regimes autoritários causaram certa paralisia na comunidade acadêmica. O medo da perseguição, dos assassinatos, torturas, demissões, dentre outros, cria também um ambiente de delação. Isso demonstra que a repressão é um alicerce para hegemonia dos militares, servindo como uma servindo, conforme aponta Fagundes (2018) como uma “barreira político-ideológica” no campus.

Inferindo-se, dessa forma que o conflito ideológico per-

manente é motor pelo qual a hegemonia perpetrada pela DSN se move, nota-se que a desmoralização dos opositores políticos através da perseguição, tortura, morte e desaparecimentos foi esteio sobre o qual as ditaduras militares brasileira e chilena construíram suas bases. Em ambos os países, o estabelecimento dos órgãos mistos como o SNI e a DINA, além da hierarquização dentro deles, foram a forma encontrada para o estabelecimento legal dos pilares básicos da repressão: espionagem, polícia política e censura (FICO, 2001).

Ainda, ao compreender-se a conexão entre a história recente dos dois países, pode-se notar que vai muito além da Operação Condor. Esta, pode compreender, acredita-se, o ponto máximo da cooperação entre as ditaduras do Cone Sul, em relação à repressão política de seus opositores. No entanto, ainda antes de haver um regime pinochetista, os militares brasileiros já vigiam o país andino, isso principalmente porque o Chile era o principal destino do exílio de brasileiros perseguidos no pós-64. A vigilância ao governo Allende ganhou novos contornos, quando em 11 de Setembro de 1973 se instaurou o regime de exceção.

Contudo, a cooperação com a Junta Militar Chilena, foi imediata após o golpe. A ajuda externa brasileira, somada ao financiamento dos Estados Unidos, fez com que o Chile se sustentasse durante os 17 anos em que Augusto Pinochet esteve no poder. O combate aos cidadãos subversivos se fez efetivo com a ajuda brasileira na formação da máquina repressiva chilena. O jornalista Roberto Simon em seu livro “O Brasil contra a democracia” (2021) faz um levantamento de

como os militares chilenos se inspiraram no modelo brasileiro para montar sua dinâmica de governo.

Por fim, através dessa constatação, poderia-se indagar, para análises futuras, se a montagem repressiva e a cooperação mútua entre brasileiros e chilenos estabeleceu algum tipo de relação na montagem repressiva dentro das universidades, de forma especial, aos brasileiros exilados e estudantes que viviam naquele país. Por hora, o que pode-se reconhecer, é que todo o cenário que se construiu ao longo desses regimes legou ao presente uma série de desafios a serem superados.

Referências

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 220p. ISBN: 85-225-0378-8.

ARAÚJO, Raimundo Teixeira de. *História Secreta dos Serviços de Inteligência: origens, evolução e institucionalização*. São Luís: Ed. do autor, 2004. 204p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ISBN: 978-85-200-0625-2

BRASIL. Lei n.º 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov>.

br/ccivil_3/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 20 de out. 2025
CHILE. Decreto Ley n.º 521, de 14 de junio de 1974. Crea la Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). Santiago: Gobierno de Chile, 1974. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=6158>. Acesso em: 20 de out. 2025

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Comissão da Verdade na Universidade: um relato sobre o caso da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CV UFES). *Revista Ágora*, Vitória, n. 27, 2018, p. 121-131. ISSN: 1980-0096.

FERNANDES, Luan Auiá Vasconcelos. *Professores universitários na mira das ditaduras: A repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981)* no contexto das reformas do ensino superior. Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016, 241 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/ab0eb677-8d54-49b5-a6b-1-3bc6cf253062>. Acesso em: 20 de out. 2025.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. ISBN: 85-01-05984-6

MOTA, Adir de Almeida. *Neoliberalismo e repressão no Chile: os degradados na ditadura militar (1973-1990)*. São Paulo, 2020, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 117p. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-08072020-173228>. Acesso

em: 20 de out. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ISBN: 978-85-378-1187-0

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 210p. [Online]. ISBN: 978-85-7139-995-2

A instrumentalização da educação como ferramenta de poder nas instituições de ensino pela extrema direita

Lauane Barbosa Gusson¹

Introdução

Nas últimas décadas o debate sobre a educação brasileira tem sido marcado por tensões entre projetos políticos distintos. De um lado temos a defesa da escola pública, democrática e voltada para a formação crítica dos cidadãos, já do outro lado se encontra a consolidação de políticas educacionais alinhadas às demandas do mercado e à lógica neoliberal. Para compreender o cenário atual, é necessário revisitar o percurso histórico que se seguiu ao fim da Ditadura Militar e à promulgação da Constituição de 1988, momento em que havia uma grande expectativa de que o Brasil consolidasse uma democracia forte e comprometida com os direitos sociais. Mas, na década de 1990, essa expectativa foi atravessada pela ascensão do neoliberalismo, que mudou bastante o cenário. O avanço de concepções neoliberais e gerencialistas

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPE) e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO). Contato: lauanebgusson2@gmail.com

marcou o processo de definição de políticas educacionais a partir dos anos 90, com o Brasil retrocedendo à década de 1940 em matéria de educação com reformas como a do Ensino Médio.

Nesse contexto, o setor privado ganhou força justamente em um momento em que o Estado deveria intensificar os esforços para reduzir as desigualdades sociais. “A história revela brigas e disputas pelo financiamento das escolas públicas do país” (BRANDÃO, 2022), e a ampliação da influência de grupos empresariais expressa o avanço de um projeto de privatização que ameaça a lógica do Estado de bem-estar social e enfraquece o contrato entre Estado e cidadão.

O neoliberalismo, ao defender a ideia de um Estado mínimo, abriu espaço para a ascensão de grupos ultradireitistas e para a consolidação de uma concepção de educação voltada mais à produtividade e à gestão da pobreza do que à formação emancipatória. Nesse sentido, “as lutas pela consagração da educação como um direito revelaram-se historicamente importantes, ainda quando tenderam a concentrar-se nas questões do acesso, nem sempre incluindo as matérias relacionadas com a permanência e o sucesso educativos” (LIMA, 2024), evidenciando que o desafio não se limita à ampliação do acesso, mas também à garantia de condições reais de permanência e de qualidade no ensino público.

É neste cenário de crise da democracia e de intensa polarização política que se observa “o avanço sistemático da ultradireita e do reacionarismo em escala mundial como mecanismos de dominação para sustentar o poder de classe

burguês" (BRANDÃO, 2022). Essa ofensiva se materializa em propostas que atacam a escola pública de gestão pública, buscando a coação da liberdade de ensino e a criminalização do trabalho docente.

Assim, a militarização das escolas, materializada no Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), surge como estratégia de dominação política e econômica. Tais movimentos reacionários afastam a pluralidade e os direitos humanos, atacando a vitalidade dos sistemas democráticos. A defesa da educação pública, portanto, exige o combate aos determinantes da desigualdade econômico-social, do racismo e do ódio.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a instrumentalização da educação como mecanismo de poder pela extrema direita, compreendendo como grupo político reforça seus ideais por meio de reformas dentro do campo educacional, disseminando para dentro de toda a sociedade seus princípios conservadores e autoritários. Para esse estudo foi utilizado uma metodologia de natureza qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Objetivos

O objetivo geral é analisar a instrumentalização da educação como mecanismo de poder pela extrema direita.

De forma específica, pretende-se:

1. Identificar estratégias de censura e controle ideológico nas propostas reacionárias voltadas à educação.

2. Investigar a militarização das escolas como mecanismo de disciplinamento e de formação de subjetividades conformistas.
3. Relacionar tais práticas às continuidades históricas com o Regime Militar, especialmente no que se refere ao ataque às Ciências Humanas.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Segundo Creswell (2007) a pesquisa qualitativa se baseia em perspectivas construtivistas, buscando compreender os múltiplos significados das experiências individuais ou em abordagens participatórias orientadas para questões políticas e colaborativas. Utiliza estratégias como narrativas e etnografias, com dados emergentes, visando desenvolver temas e teorias a partir da interpretação desses dados.

Já o método do materialismo histórico-dialético, de matriz marxista, busca apreender a realidade em sua totalidade. Essa abordagem permite compreender a educação como parte de uma totalidade social em disputa, na qual os fenômenos educacionais refletem as contradições das relações sociais e econômicas. Assim, o processo de investigação exige a reprodução ideal (da ordem do pensamento) dos objetos e fenômenos em seu movimento real (MARX; ENGELS, 2007).

As técnicas empregadas envolvem o levantamento bi-

bliográfico e a análise documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador conhecer o estado da arte de um tema, permitindo identificar lacunas e novas perspectivas. Nesse sentido, o levantamento bibliográfico apoia-se em autores que discutem as relações entre neoliberalismo, educação e democracia, a fim de identificar as bases teóricas que sustentam as políticas educacionais contemporâneas e suas implicações sociais.

A pesquisa documental, conforme destaca Gil (2008), diferencia-se por trabalhar com fontes primárias, ainda não exploradas ou passíveis de revisão à luz dos objetivos da investigação. Assim, concentra-se na análise das origens, fundamentos ideológicos e marcos legais de ações como o Movimento Escola sem Partido (MEsP) e o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM). Foram examinados documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, bem como textos jornalísticos, resoluções e pareceres judiciais, buscando compreender as disputas discursivas e a difusão ideológica que envolvem tais políticas.

Revisão de literatura

A educação brasileira contemporânea tem se tornado um terreno de disputa ideológica, evidenciando tensões entre a função emancipatória da escola e tentativas de instrumentalização da educação por setores da extrema direita. Segundo Silveira (2019), nos anos de 1970 já se manifestavam ondas conservadoras que influenciam diretamente nas disputas ideológicas.

A onda conservadora que se manifesta na temporalidade neoliberal tem como especificidade o movimento político-econômico que busca manter a ordem social vigente sob a ética burguesa do “bem estar”, baseada no princípio de liberdade individual e na existência de uma moral infinita e transcendental na qual se apoia a religião de doutrina cristã. Defende a organização hierárquica-paternalista de sociedade, bem como certos padrões de comportamento e valores de modo a manter a ordem societária, cujas desigualdades sociais são tidas como naturais. (SILVEIRA, 2019, p. 20)

Essas características da onda conservadora, apontadas por Silveira (2019), ajudam a compreender o cenário atual da educação brasileira, no qual ideias de controle moral e político sobre o ensino voltam a ganhar força. É nesse ambiente que se consolida, por exemplo, o Movimento Escola sem Partido, representando a materialização dessas concepções dentro das políticas e práticas educacionais.

O Movimento Escola sem Partido (MEsP) é um grande exemplo de materialização da doutrina da extrema direita para dentro da educação, que estabelece como uma estratégia de dominação política e econômica. O objetivo central do MEsp “é combater a suposta doutrinação ideológica e política de alunos, no ambiente escolar, por professores esquerdistas ou simpatizantes da esquerda. Segundo o procurador, os professores estariam se aproveitando da audiência cativa de seus alunos em sala de aula para propagar seus ideais político-partidários.” (BRANDÃO, 2021, p. 21)

Sob esse pretexto de combater uma suposta doutrinação ideológica de professores de esquerda, o MEsP propaga a ideia de neutralidade política, que na prática se revela como

instrumento de manutenção dos ideais ultraliberais. Segundo Brandão (2021) o MEsp alega independência ideológica e ausência de vínculos partidários, contudo seus representantes possuem ligações com partidos de direita, think tanks e interesses econômicos do setor educacional, evidenciando a instrumentalização política e econômica por trás do discurso de neutralidade.

Para impor seus objetivos, tanto o Movimento Escola sem Partido quanto o fundamentalismo religioso valem-se do falsoamento de conceitos e manipulação da boa-fé. Ao acusar o Movimento Escola sem Partido, busca-se confundir os pais e a sociedade, definindo os professores como defensores de partidos de esquerda e doutrinadores. Mas os proponentes do movimento sabem muito bem que a maior parte dos professores sequer é filiada a partido político e, os que o são, pertencem a vários. O que eles pretendem é que o professor se constitua um tipo de robô ou máquina neutra e que ensine o que está programado e prescrito sob a orientação de institutos privados. (FRIGOTTO, 2019, p. 8)

Com isso, Frigotto (2019) revela que o MEsp não pretende defender uma educação neutra, mas sim impor uma visão única de mundo, alinhada a valores conservadores e interesses econômicos privados. Trata-se de uma estratégia de controle ideológico que, sob o disfarce da neutralidade, busca silenciar o debate político e restringir a pluralidade de ideias no ambiente escolar.

O movimento busca despoliticizar a ação educativa, promovendo uma educação tecnicista, apolítica e passiva, em que o aluno é concebido como uma “tábula rasa”. “Essa percepção de uma educação de cunho tecnicista entende a efi-

ciência como formação humana assentada em pressupostos tecnológicos validadores, quando na realidade não vão além das fronteiras da alienação e estranhamento do trabalho.” (LUCENA et al, 2019, p. 240).

Para tanto, adota mecanismos de censura e controle ideológico, incluindo o desmonte de políticas educacionais, reformas curriculares empresariais, criminalização do trabalho docente e processos judiciais contra professores que se recusam a autocensurar-se. Entre os alvos prioritários de censura destacam-se a discussão sobre gênero, feminismo e sexualidade, frequentemente transformada em bandeira eleitoral e geradora de “pânico moral”, e o combate ao chamado “marxismo cultural”, que identifica erroneamente autores como Paulo Freire e Karl Marx como agentes de doutrinação política.

Em paralelo a militarização das escolas públicas, por meio do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), representa outra expressão da estratégia reacionária e convergente com o MEsP. Conforme analisa Saito (2024), o PECIM foi a principal política educacional da direita radical desde 2019, marcada pelo processo de militarização das escolas públicas. O programa propõe uma gestão compartilhada em que os militares assumem funções educativas voltadas ao disciplinamento e à formação de subjetividades conformistas, enquanto o professor se limita à transmissão de conteúdos.

Dentre as políticas surgidas na última década no Brasil para área da Educação, o Programa Escola sem Partido (PEsP) e

o Programa de Escolas Cívico-militares (Pecim) tiveram maior afinidade ideológica com a extrema direita ou direita radical, foram mais usados em propagandas por partidos e movimentos dessas vertentes e tornaram-se política governamental escolar de grupos políticos, quando estes se elegeram em cargos executivos e legislativos, entre vereadores e prefeitos, governadores e deputados, senadores e até ministros e presidente. É sabido que desde 2016, a direita radical tem tido um número crescente de representantes eleitos ou nomeados nos Poderes legislativos e executivos no Brasil. (SAITO, 2024, p. 1)

A análise de Saito evidencia que o avanço dessas pautas educacionais de caráter autoritário não ocorre de forma isolada, mas está diretamente relacionado à ampliação da presença institucional da extrema direita nos espaços de poder. A ocupação desses cargos por agentes comprometidos com ideais ultraconservadores e moralizantes favoreceu a legitimação de políticas voltadas ao controle ideológico e à restrição da autonomia docente, transformando a educação em campo estratégico de disputa política e cultural.

O modelo do PECIM promove vigilância intensiva, imposição de hierarquia e repetição de ritos, doutrinas e valores militares. Essa militarização concentra-se em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, ainda que o conceito de vulnerabilidade seja muitas vezes indeterminado e estigmatizante, funcionando como justificativa ideológica para a imposição de práticas de controle sobre comunidades populares.

O alinhamento entre MEsP e PECIM evidencia um projeto de educação tecnicista e autoritária que reforça a exclusão social e a reprodução das desigualdades. A lógica da mi-

litarização e da censura escolar remete a práticas históricas de caráter contrarrevolucionário, com ecos claros do regime militar (1964-1985).

a educação naquela época sofreu profundas transformações, tornando-se um instrumento de poder do regime a partir da disseminação das visões de mundo dos militares acerca de democracia, moral, civismo, além de terem sido enxugadas as disciplinas de humanidades a fim de impossibilitar o senso crítico tanto dos alunos quanto dos professores (Medeiros, 2019).

Durante a ditadura, políticas como a Lei 5.692/71 implementaram a profissionalização compulsória do ensino médio e introduziram disciplinas de Educação Moral e Cívica, despolitizando conteúdos e promovendo disciplina, ordem e patriotismo. A censura a currículos, textos e práticas docentes, bem como a vigilância da comunidade universitária, configuravam mecanismos de controle ideológico que buscavam consolidar a dominação do Estado sobre a educação. Para Costa, Hammel e Meznek (2011) às leis criadas durante a ditadura militar, que incluía a de 1971, foram formuladas através da concepção tecnocrática voltada para uma educação elitista e autoritária que pudesse atender as necessidades dos militares e das altas camadas da sociedade.

A lei de 1971 é um claro exemplo de instrumentalização de poder, pois ela serviu para legitimar os interesses do regime instaurado após o Golpe. Conforme destacam Battistus, Castanha e Limerber (2006), a implementação da reforma foi acompanhada por intensas campanhas de caráter nacionalis-

ta, nas quais o discurso oficial evocava ideais de democracia e liberdade. Contudo, tais narrativas mascaravam a repressão e o autoritarismo vigentes, enquanto o suposto compromisso com a erradicação do analfabetismo se mostrava contraditório, visto que os recursos destinados a essa finalidade eram extremamente limitados.

Outra mudança significativa promovida pelo regime militar foi o impacto nas disciplinas de História e Geografia, que foram suprimidas e substituídas pela disciplina de Estudos Sociais. Essa alteração, instituída pela Lei nº 5.692/1971, tinha como propósito reduzir o potencial crítico dessas áreas do conhecimento, esvaziando seus conteúdos e direcionando o ensino para uma formação voltada à obediência e à valorização da ordem. Tal medida revela que os militares reconheciam o papel formador e questionador dessas disciplinas, motivo pelo qual buscaram controlar a construção de uma consciência crítica entre os estudantes. Conforme destaca Viana (2014), essa configuração curricular vigorou durante boa parte do período autoritário, perdendo força apenas na década de 1980, quando o Conselho Federal de Educação aprovou, em 1986, a separação definitiva entre História e Geografia, restabelecendo parcialmente a autonomia dessas áreas no currículo escolar.

A continuidade histórica entre esses processos e as políticas atuais evidencia o ataque às Ciências Humanas e à formação crítica dos estudantes. A perseguição às áreas de Filosofia, Sociologia e História, associada à promoção de uma educação tecnicista e apolítica, tem como objetivo impedir

a reflexão sobre relações de poder, exploração econômica e desigualdade social. Esse conjunto de práticas revela uma tentativa deliberada de limitar a formação de sujeitos críticos e conscientes, enquanto reafirma uma pedagogia da conformidade e da obediência, orientada à manutenção do status quo social, político e econômico.

Tanto o MEsP quanto o PECIM configuram instrumentos de instrumentalização da educação, alinhados a uma agenda política ultraconservadora que restringe a liberdade de ensino, criminaliza práticas docentes e busca consolidar uma educação voltada para a reprodução das desigualdades. Compreender essas estratégias implica reconhecer a importância da resistência pedagógica e da preservação de uma educação crítica, democrática e voltada à emancipação, capaz de enfrentar continuidades históricas de dominação e promover a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Discussão e conclusão

A análise dos dados e das referências teóricas evidencia que as políticas educacionais recentes no Brasil expressam uma continuidade histórica com práticas autoritárias do período da ditadura civil-militar (1964–1985). Tanto o Movimento Escola sem Partido (MEsP) quanto o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) demonstram que a educação segue sendo um campo estratégico de disputa ideológica, no qual se busca moldar subjetividades e controlar os sentidos da formação cidadã. Essas iniciativas, sob o discurso de neutralidade e moralização, reatualizam mecanismos de

repressão e controle que, no passado, estiveram a serviço da consolidação do regime militar.

Os resultados obtidos indicam que as estratégias de censura, despolitização e disciplinamento, antes implementadas por meio de reformas como a Lei nº 5.692/71, reaparecem hoje sob novas roupagens, mas com propósitos semelhantes: restringir o pensamento crítico, silenciar a pluralidade e alinhar a escola a valores conservadores e interesses do mercado. A substituição de conteúdos humanísticos por uma formação técnica e comportamentalista, a militarização de escolas e a perseguição a professores críticos são evidências de um projeto educacional voltado à obediência e à conformidade social. Assim como durante o regime militar, a educação volta a ser utilizada como ferramenta de legitimação do poder, reafirmando hierarquias e desigualdades estruturais.

A presença crescente de representantes da extrema direita em espaços legislativos e executivos, conforme observa Saito (2024), tem sido determinante para a institucionalização dessas políticas, transformando pautas ideológicas em diretrizes de governo. Essa relação entre poder político e controle educacional reforça a noção marxista de que a escola atua como aparelho ideológico do Estado, reproduzindo valores e práticas que sustentam o sistema capitalista e suas formas de dominação simbólica e material. Ao mesmo tempo, evidencia-se que tais políticas não surgem de forma isolada, mas são parte de um movimento global de avanço do ultraconservadorismo, que utiliza a educação como instrumento de disputa cultural.

Dessa forma, a comparação entre o contexto ditatorial e o cenário contemporâneo revela que, embora os discursos e estratégias se atualizem, as intenções permanecem similares, que é de enfraquecer a autonomia docente, limitar o desenvolvimento do pensamento crítico e reduzir a educação a uma função instrumental voltada à manutenção da ordem social vigente. Essa instrumentalização da educação, articulada ao neoliberalismo e ao moralismo religioso, configura um projeto político que ameaça os fundamentos democráticos e os direitos conquistados no campo educacional.

Conclui-se, portanto, que compreender a educação como espaço de resistência é fundamental para enfrentar o avanço de políticas autoritárias e tecnicistas. A defesa de uma escola pública, crítica e emancipadora passa pelo reconhecimento do papel histórico da docência e das ciências humanas na formação de sujeitos autônomos e conscientes de sua realidade social. É preciso, como aponta Frigotto (2019), fortalecer as práticas pedagógicas comprometidas com a democracia, a justiça social e a transformação da realidade. Sómente uma educação crítica e democrática pode romper com as continuidades autoritárias que atravessam a história brasileira e reafirmar a escola como espaço de liberdade, pluralidade e emancipação humana.

Referências

BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André Paulo. Estado militar e as reformas educacionais. *Educere et Educare*, v. 1, n. 1, p. 227–232, 2006.

BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. *Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação.* 2021.

COSTA, Gelson Kruk da; HAMMEL, Ana Cristina; MEZNEK, Ivone. A Ditadura Militar Brasileira e a Política Educacional: Leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71. In: *Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais*. Cascavel: Unioeste, v. 9, 2011.

DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder / Brazilian Military dictatorship: The Education as an instrument of Power. ID on line. *Revista de Psicologia*, v. 13, n. 48, p. 208–229, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordaça e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 1–10.

LIMA, Licínio C. A educação como direito num mundo desigual. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e290145, 2024.

LUCENA, Carlos; BERNARDES, Elizabeth Lannes; LUCENA, Lurdes; FRANÇA, Robson Luiz de. Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador – a escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordaça e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 227–244.

O ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À DEMOCRACIA PE-

LAS CONTRARREFORMAS E O FUNDAMENTALISMO. Aula magna proferida no Curso de Pedagogia – Niterói, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em agosto de 2019. *RevistAleph*, v. 33, p. 13–32, 2019. <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i33.40172>

SAITO, Gabriel Katsumi. *Militarização da educação: ideologia e utopia do radicalismo de direita*. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento Escola sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (orgs.). *Escola sem partido ou a escola da mordaça e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 17–48.

VIANA, I. O ensino de história na ditadura civil-militar com a institucionalização dos estudos sociais. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 9–30, 2014.

A Ação Integralista Brasileira: nacionalismo autoritário, propaganda e cooptação no Espírito Santo

Laudinéri de Fátima Salve

1. Introdução



Figura 1 – Criança integralista: Vida Capichaba, 30 de setembro de 1935, número 395, p.12. Disponível em: file:///C:/Users/laudi/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Mestrado%20em%20Hist%C3%B3ria/PESQUISA/Revistas%20Vida%20Capichaba/RVC-A. 1935-NR.395%20(1).pdf Acesso em: 11 jun. 2025.

Na edição de número 395, de 1935, na intitulada página infantil, a revista Vida Capichaba apresenta fotografias de crianças, entre elas, a menina Alzira, com a legenda “filhinha do casal Raymundo Mello Junior, secretário de Finanças do Núcleo Integralista de Siqueira Campos”. A criança vestia o uniforme da Ação Integralista Brasileira (AIB), a “camisa verde” com o sigma na manga, e posicionava-se fazendo o gesto de saudação integralista com o braço direito levantado.

Aparentemente, uma fotografia comum em uma página infantil de uma revista que cobria fatos da alta sociedade capixaba na década de 1930 e que não se assumia publicamente como um periódico de caráter político. No entanto, podemos afirmar que não se trata de uma publicação despretensiosa. A imagem cumpre seu papel de fazer conhecer os símbolos da AIB, tanto os nítidos, como o sigma, a camisa verde e a saudação, quanto os sutis, como a educação de crianças na base conservadora e nos ideais de sociedade integralista.

Com o lema “Deus, Pátria e família”, o Integralismo caracterizava-se pelo nacionalismo, anticomunismo, religiosidade e militarismo (Trindade, 1979; Bertonha, 2004). Pedro Ernesto Fagundes (2009) descreve a AIB como o primeiro partido de massas do Brasil. A partir de sua fundação na cidade de São Paulo, tornou-se um partido de cunho nacional com milhares de filiados em quase todos os estados do país.

As condições para a criação da AIB surgiram nas décadas de 1920 e 1930, período de grande agitação política nacional e mundial. No Brasil, ocorreram o Modernismo, os levantes do movimento Tenentista, em 1922 e 1924, e a

chamada “Revolução de 1930”, eventos que em conjunto fizaram sucumbir a ordem da Primeira República (1889-1930), dominada até então pela elite agrária. No cenário externo, o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Crise econômica de 1929 influenciaram os movimentos de extrema direita de caráter nacionalista, o Nazismo e o Fascismo, na Europa, e em outras partes do mundo. Assim, a AIB foi criada por Plínio Salgado, um participante do movimento Modernista na década de 1920 e dos desdobramentos políticos no país neste contexto.

Estudar o Integralismo é importante para a compreensão do cenário político no país na década de 1930. E para entender o alcance do movimento, especialmente no Espírito Santo, é preciso analisar as formas de propaganda, priorizadas neste trabalho as veiculadas através da imprensa, em periódicos integralistas ou simpatizantes, como é o caso da Revista Vida Capichaba.

2. O nacionalismo autoritário no Brasil e o surgimento da AIB

O Integralismo existiu legalmente entre 1932 e 1937, baseado em características do Fascismo italiano, como aponta Trindade (1979). O idealizador e maior líder da organização foi Plínio Salgado, paulista, nascido em 1895, era escritor e jornalista, militava no antigo Partido Republicano Paulista (PRP). Salgado se pautava por seu catolicismo e nacionalismo exacerbados. Havia participado da Semana de Arte Moderna

de 1922¹ e se tornado um dos expoentes do chamado grupo verde-amarelo, uma das dissidências do Modernismo brasileiro.

A AIB surgiu a partir da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), sociedade organizada por Plínio Salgado em São Paulo, em 1932, e da união de diversas organizações e partidos (Fagundes, 2009). O principal objetivo do movimento seria a implantação do Estado Integral.²

Para Trindade (1979), o Integralismo não foi apenas uma cópia do Fascismo italiano, pois o aparecimento de um movimento autoritário e antiliberal no Brasil foi favorecido pelas condições políticas internas do país, em outras palavras, o Brasil já possuía uma tradição de pensamento político autoritário, contribuindo para a formação do movimento integralista.

Corroborando com a tese de Trindade acerca da existência do pensamento autoritário no Brasil, Boris Fausto (2001) defende que o surgimento de ideias autoritárias no país ocorreu nos anos 1920, sob um regime oligárquico-liberal, que se delineou com a Proclamação da República (1889). Neste contexto, o liberalismo foi associado às práticas das oligarquias, marcadas por fraudes eleitorais, falta de participação política,

1 De acordo com TRINDADE (1979), a Semana de Arte Moderna se insere no movimento artístico e literário do Brasil nas décadas de 1920 e 1930, que buscava uma renovação das artes e da literatura com base no nacionalismo. A geração de 1922 rompe com o passado e demonstra um maior interesse pela política, em detrimento das preocupações exclusivamente estéticas. Assim, os modernistas acabaram se distribuindo tanto na direita quanto na esquerda.

2 Para mais informações sobre o Estado Integral, ver em Trindade, 1979, p. 162.

social e domínio político do país por grandes estados, o que enfraquecia o poder da União.

É possível identificar, a partir das primeiras décadas do século XX, alguns princípios comuns que, por suas orientações, compõem o espectro político da direita. Dentre as principais ideias, figuram a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo, o apego às tradições e o papel proeminente do Estado na organização da sociedade (Fausto, 2001).

Apesar da diferenciação que Fausto (2001) faz entre os nacionalistas autoritários, grupo orientado por intelectuais como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos, a corrente católica e os integralistas, todos inserem-se na moldura geral das intensas décadas de 1920 e 1930, com o esgotamento da Primeira República no Brasil, bem como o contexto externo da Grande Depressão mundial. Tal momento suscitou nos intelectuais a necessidade de interpretar o passado para entender o Brasil e buscar novos caminhos. Movidos pelo mesmo anseio de propor novos caminhos, Plínio Salgado e Miguel Reale, os líderes mais expressivos do movimento integralista, fizeram suas interpretações sobre a realidade brasileira e delinearam as propostas de um Estado Integral.

Apesar das diferenças interpretativas de Amaral, Viana e Francisco Campos, havia similitudes nas avaliações e propostas, isto porque todos ponderavam que no Brasil havia um povo, mas não uma identidade nacional. Portanto, o regime autoritário seria o caminho privilegiado para criar tal identidade. Também concebiam uma modernização do Brasil pelo

Estado autoritário, nas palavras de Fausto, “de cima para baixo”. Francisco Campos vai além e, em seu projeto, insiste numa integração das massas, “passando pela relação vertical entre estas e as elites” (Fausto, 2001).

É possível afirmar que Plínio Salgado e Miguel Reale, guardadas as devidas proporções, faziam avaliações semelhantes às dos intelectuais autoritários e viam no Estado integral a possibilidade de manter a ordem. Também concebiam a integração das massas, tanto é que o Integralismo se tornou o primeiro movimento de massas do Brasil. Tal relação com as massas seria vertical. Segundo José Luís Bendicho Beired (1999), Salgado enfatizava uma minoria dirigente, um movimento de redenção nacional, cujo chefe, dotado de virtudes, seria capaz de guiar o povo brasileiro messiânico.

Explorado o contexto nacionalista autoritário brasileiro, crescente a partir das primeiras décadas do século XX, é preciso analisar como a AIB construiu seus ideais e símbolos neste contexto.

3. A construção e divulgação das bases e símbolos da AIB

Como dito, os intelectuais autoritários do início do século XX apontavam a inexistência de uma nação no Brasil. João Paulo Pimenta (2024) explica que uma nação não é algo natural. Nações são criadas, em contextos e lugares específicos, para atender aos anseios de pessoas e/ou grupos que, por diversos motivos, sentem a necessidade de viver como nação. Também os sentidos de uma nação são idealizados, a partir

da seleção de memórias coletivas e criação de símbolos. Tais símbolos são importantes, porque permitem o funcionamento constante dos mitos e das memórias, pois é através deles que os indivíduos veem e sentem a nação a qual pertencem.

Partindo da ideia de nação como algo pensado e da importância dos símbolos, mitos e heróis para a manutenção da nação, pela perspectiva de Pimenta (2024), podemos analisar o projeto integralista de nação. No Manifesto Integralista, Plínio Salgado afirma o valor do Brasil e pretende a união dos brasileiros “em um só espírito”, seria esta uma nação indivisível, forte, poderosa, rica e feliz. Por este documento, também fica evidente que “o integralismo se propõe a criar ‘uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro.’” (Trindade, 1979, p. 210).

Com base nos ideais nacionalistas autoritários, a AIB foi criada e suas características e símbolos delineados de modo que seus membros pudessem se reconhecer e se sentir pertencentes. Assim, o integralismo abarcava em seu discurso propostas para atrair a classe média e os trabalhadores.

O militarismo foi outra característica da AIB. Destarte, seus membros eram organizados de maneira hierarquizada em milícias, focalizando sempre o respeito ao seu líder máximo, Plínio Salgado, e a uniformização através da camisa verde, que todos os integralistas usavam e, por isso, recebiam também a designação de “camisas verdes” (Trindade, 1979; Bertonha, 2004).

Um ponto que chama a atenção é a participação de mulheres no movimento. Segundo Caldeira (2004), apesar da

característica patriarcal da sociedade brasileira deste período e do próprio integralismo, mesmo não assumindo cargos de lideranças, as mulheres também participavam do movimento e tinham um papel relevante. As mulheres difundiam, por meio de seus trabalhos dentro do movimento, a doutrina integralista, principalmente as que atuavam como professoras primárias, pois contribuíam para a formação de quadro eleitoral, haja vista que, segundo o Código Eleitoral de 1932, os analfabetos não possuíam direito ao voto.

Dentre os símbolos integralistas o sigma se constituía como o principal, uma letra grega com a proposta de simbolizar a ideia do movimento como um somatório, a integração de todas as forças sociais do país na expressão de nacionalidade. Este símbolo encontrava-se gravado, além da camisa verde, em outras alegorias, como na bandeira e nos emblemas integralistas.

Também a saudação entre os militantes integralistas, com o braço direito levantado, acompanhada por uma palavra de origem indígena, “Anauê!, significando “você é meu parente”, se constitui como símbolo ou rito do movimento. “Protocolos regulavam minuciosamente os tipos de saudação conforme as circunstâncias e a posição na hierarquia do movimento” (Trindade, 1979, p. 189).

O culto ao chefe integralista é notório pela presença de sua fotografia nas sedes da AIB e em cerimônias, por juramentos expressados a ele em diversos rituais. “Os rituais ocupam papel central na socialização ideológica dos militantes e têm início já no batismo cristão” (Trindade, 1979, p. 190).

Ritos eram realizados na iniciação à militância, que começava aos quatro anos de idade e continuava até os 15. O ingresso dos adultos seguia também certos ritos. Os protocolos integralistas não esqueciam nenhuma cerimônia importante, havia normas para os casamentos, rituais fúnebres e para certas datas históricas do movimento.

Fagundes (2009) demonstra que, em diversos eventos, os integralistas uniformizados e portando bandeiras com o sigma, cantavam hinos próprios do movimento e líderes locais, bem como o próprio Plínio Salgado, discursavam.

Compreendida a base do pensamento integralista e identificados alguns de seus símbolos, nos questionamos como as ideias e símbolos foram divulgados e membros cooptados a ponto de tonar o integralismo o primeiro movimento de massas do Brasil. Em resposta a tal indagação, muitos autores consideram a propaganda, especialmente através da imprensa, um ponto-chave para o crescimento da AIB.

A propaganda política foi ferramenta de difusão das ações do Governo no Brasil com Getúlio Vargas através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em outros lugares, como ocorria na Itália fascista e na Alemanha nazista, a publicidade era realizada por meio de jornais, revistas, rádio, cinema, paradas, entre outros (Lenharo, 1986). Seguindo a tendência, a AIB se desenvolveu ancorada em diversas formas de divulgação, utilizando desde jornais e revistas até moedas, medalhas, rádio, cinema, fotografia e cartazes (Fagundes, 2009). Entre as distintas formas de propaganda, destacamos a estratégia de utilização de periódicos impressos,

especialmente os jornais e as revistas.

A inovação dos integralistas no uso político da imprensa, como destaca Rodrigo Santos de Oliveira (2011), seria o aprimoramento deste recurso, visando atingir um grande público leitor/eleitor. Segundo o autor, foi no jornal *Correio Paulista* no que Plínio Salgado teve contato com as ideias nacionalistas do movimento Modernista e percebeu como a imprensa poderia se constituir em um poderoso instrumento político, isto é, a imprensa teria um duplo papel, teorizar a ideologia e doutrinar a população.

Havia dois tipos de periódicos da imprensa integralista, os jornais e as revistas, com público-alvo e objetivos distintos. No período legal de existência do partido foram editados, aproximadamente, cento e trinta e oito jornais. Destes, dois de circulação nacional e os demais locais ou nucleares, tendo sido “*O Integralista*” o primeiro jornal da AIB. As revistas, como ferramentas de dupla função, doutrinação e propaganda política, atingiam grande número de militantes, sendo algumas voltadas às mulheres e à família e outras para abordagens teóricas. (Oliveira, 2011).

Além das revistas da imprensa integralista, como a “*Anauê!*”, a principal delas, impressos simpatizantes contribuíram para a divulgação da AIB, como é o caso da revista “*Vida Capichaba*”. Este periódico que circulava no Espírito Santo, apesar de não assumir publicamente caráter político, abriu grande espaço aos “camisas verdes” ao estampar em suas páginas em preto e branco diversas fotografias retratando o cotidiano político dos militantes da AIB, contribuindo,

certamente, para a divulgação do movimento neste Estado.

4. A Revista Vida Capichaba e a divulgação do Integralismo no Espírito Santo

O Integralismo teve grande alcance no Espírito Santo. Os primeiros núcleos surgiram na “Província Integralista do Espírito Santo” no segundo semestre de 1933. A capital, Vitoria, foi a primeira cidade a receber uma reunião pública visando formar um núcleo, quando da passagem da “bandeira integralista”. Também foi na capital capixaba que ocorreu o I Congresso Nacional da AIB, evento importante que configura a AIB a partir da aprovação de seus estatutos.

Fagundes (2011) analisou os resultados das eleições municipais que ocorreram entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936, em que os integralistas elegeram 26 vereadores e dois prefeitos, Henrique Hildebrando, em Santa Tereza, e Otaviano Santos, em Domingos Martins. Na capital, para o Legislativo Municipal, foram eleitos Jair Etienne Dessaune e o padre Ponciano Stenzel dos Santos. No município de Castelo, no interior do Espírito Santo, num universo de 1.977 eleitores, a apuração da votação para prefeito indicou Manoel Pires Martins (PSD) com 992 votos e João Rangel (AIB) com 766 votos. Apesar de não vencerem a disputa pela prefeitura, os integralistas conseguiram eleger o maior número de parlamentares integralistas entre os municípios do sul capixaba, com uma bancada de quatro vereadores.

Os eventos integralistas no Espírito Santo, os núcleos

fundados neste estado e os resultados das eleições de 1935 e 1936 demonstram a força do movimento neste local. A militância integralista no estado era formada por funcionários públicos, profissionais liberais e agricultores. Fagundes (2011) avalia que as “bandeiras verdes” contribuíram para a ampliação do número de filiados em todas as regiões do Brasil. No entanto, o mesmo autor, assim como Diego Stanger (2014), observou outras formas de divulgação e cooptação, especialmente através da revista “Vida Capichaba”.

A revista “Vida Capichaba” foi, segundo Rostoldo (apud Stanger, 2011), o periódico mais importante da sociedade capixaba entre as décadas de 1920 e 1960. Seu surgimento remonta ao contexto do Modernismo e começou a ser publicada em 1923. Suas capas eram coloridas e o interior em preto e branco. Entre suas publicações figuravam propagandas de remédios, conselhos sobre assuntos familiares, fotografias e matérias cobrindo fatos da alta sociedade de Vitória e do Estado.

Com tal relevância e ditando comportamentos, a revista seria um meio de comunicação ideal para a divulgação do Integralismo. Mesmo não assumindo abertamente caráter político, entre os anos de 1933 e 1937, retratou o cotidiano político dos militantes da AIB. Uma suposição de Fagundes (2009) é que as fotografias eram enviadas pelos próprios integralistas.

[...] A quantidade de fotografias das atividades dos integralistas nas páginas da revista pode ser explicada pelo fato de um dos seus editores ter sido Jair Dessaune - um dos mais

importantes dirigentes da AIB do estado. Esse dirigente integralista chegou a eleger-se vereador pela legenda na capital do estado, nas eleições de 1935. (Fagundes, 2009, p. 97).

O que se pode inferir a partir da exposição do autor é que a visibilidade do dirigente integralista através da revista seria um dos fatores para sua eleição, bem como o espaço de divulgação em um periódico com milhares de leitores tenha contribuído para atrair diversos militantes.

A primeira publicação referente à AIB ocorreu no número 347, de 30 de agosto de 1933. Toda a página exibia fotos de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Madeira de Freitas (apresentadas nas figuras 2, 3 e 4), além de um pequeno texto descrevendo as primeiras reuniões em Vitória, assim como a recepção a Plínio Salgado no Teatro Carlos Gomes.



Figuras 2, 3 e 4 – Movimento Integralista no Espírito Santo. Vida Capichaba, 30 de agosto de 1933, número 347, p.12. Disponível em: <https://midiateca.es.gov.br/bibliotecaestadual/wp-content/uploads/tainacan-items/2301/7731/RVC-A.1933-NR.347.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

A revista também descreveu o I Congresso Integralista, ocorrido entre os dias 28 de fevereiro e 4 de março, em Vitória, na edição número 361, de 30 de março de 1934. Além da descrição, a página também estampou as imagens de Plínio Salgado, Chefe Nacional Integralista, e Arnaldo Magalhães, Chefe Provincial do Espírito Santo, conforme apresentadas nas figuras 5 e 6.



Plínio Salgado, Chefe Nacional, perpétuo e insubstituível, do grande movimento integralista do Brasil.

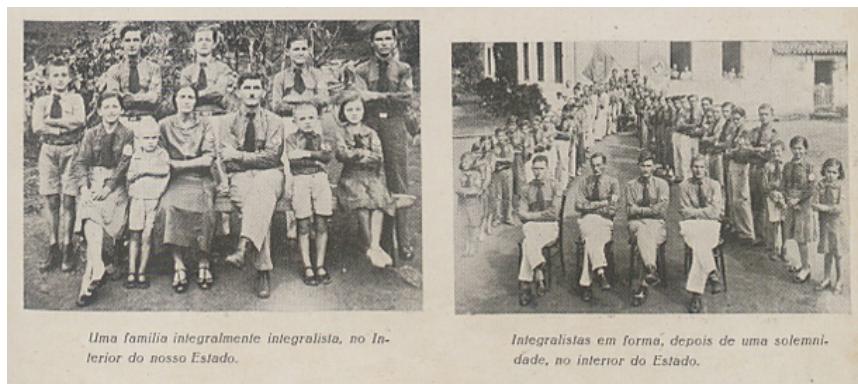


Arnaldo Magalhães, Chefe da Ação Integralista no Espírito Santo.

Figuras 5 e 6 – Movimento Integralista E. Santo. Vida Capichaba, 30 de março de 1934, número 361, p.19. Disponível em: <https://midiateca.es.gov.br/bibliotecaestadual/wp-content/uploads/tainacan-items/2301/7738/RVC-A.1934-NR.361.pdf> Acesso em: 11 jun. 2025.

Fagundes (2009) analisou uma série de imagens e textos publicados na revista, entre tais publicações, as fotografias retratando atividades da AIB no distrito de Burarama, na região sul do estado. As imagens estampadas na edição n.º 392, de 15 de agosto de 1935, (figuras 7 e 8) mostram a famí-

lia de um dos chefes integralistas de Cachoeiro de Itapemirim, João Gava. Nota-se na figura 7 a presença de mulheres e crianças, todos uniformizados e posicionados de maneira solene, com destaque para o chefe integralista local ao centro e em primeiro plano.



Figuras 7 e 8 – Integralismo. *Vida Capichaba*, 15 de agosto de 1935, número 392, p.18. Disponível em: <https://midiateca.es.gov.br/bibliotecaestadual/wp-content/uploads/tainacan-items/2301/7765/RVC-A.1935-NR.392.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Os exemplos citados anteriormente, bem como a imagem da introdução deste artigo, permitem conceber a revista “*Vida Capichaba*” como um verdadeiro lugar de memória do movimento integralista, de acordo com a interpretação de Fagundes (2009). E para nós, historiadores, o conjunto de fotografias do cotidiano dos militantes da AIB neste periódico torna-se importante fonte histórica, que, conforme orientam Ciro Flamarión Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), deve ser interpretado a partir da realidade em que foi produzido. As fotografias devem ser tomadas como um sistema sígnico **não**

verbal, compreendidas por meio de um duplo ponto de vista: “enquanto artefato produzido pelo homem, que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança etc.; enquanto mensagem que transmite significados relativos à própria composição da mensagem fotográfica. ” (Cardoso, Mauad, 1997, p. 577).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacamos, o Integralismo foi o primeiro partido político de massas no Brasil, ideológica e hierarquicamente bem estruturado, contou com milhares de adeptos e núcleos em todos os estados. Inspirado em movimentos externos e concebido em condições internas favoráveis a ideias nacionalistas e autoritárias, tinha como líder máximo Plínio Salgado.

A organização utilizava variadas formas para se divulgar e atrair militantes. Como aponta Fagundes (2009), diversos elementos permitiram tipificar a AIB como um novo tipo no campo político brasileiro da época. Nesse sentido, a utilização da propaganda política foi o ponto de maior destaque. A publicidade política era veiculada por rádio, materiais impressos, paradas, desfiles, entre outros. No entanto, nosso foco foi observar a utilização de jornais e revistas para a propaganda do Integralismo, especialmente a revista Vida Capichaba, no Espírito Santo.

O próprio partido teria sido concebido por meio de um jornal e, sendo seu principal líder, Plínio Salgado, um jornalista, assim como muitos outros membros integralistas. A AIB

soube aprimorar as formas de propaganda política por meio da imprensa, seja por meio de jornais e revistas próprios ou em espaços de periódicos simpatizantes. No Espírito Santo, a revista *Vida Capichaba*, uma publicação simpatizante, foi um dos principais vetores da propaganda política e cooptação integralista. Portanto, seu conjunto de publicações constitui-se em espaço de memória da AIB e importante fonte histórica para o estudo do Integralismo no estado.

6. REFERÊNCIAS

BERTONHA, J. F. *Fascismo, nazismo e integralismo*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

BEIRED, J. L. B. Representações e fundamentos teóricos do fenômeno político. In: *Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Loyola, 1999. p. 157-214.

CALDEIRA, J. R. C. A Ação Feminina Integralista no Estado do Maranhão. In: CAVALARI, R. M. F.; DOTTA, R. A. e POS-SAS, L. M. V. (Org.). *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. 1ª ed. Rio Claro: Arquivo do Município, 2002.

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: Os exemplos da Fotografia e do Cinema. In: Cardoso, C.F.; Vainfas, R. (Org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p.401-418. 1997.

FAGUNDES, P. E. Revista *Vida Capichaba* (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado

do Espírito Santo. *Em Tempo de Histórias*, n. 15, 2009.

_____, P. E. Os integralistas do estado do Espírito Santo (1933-1938). *Revista Ágora*, n. 13, 2011.

FAUSTO, B. *O pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIORUCCI, Rodolfo. *Estratégias fascistas em revista: Anauê! (1935-37) como inovação jornalística da Ação Integralista Brasileira*. Editora Appris, 2021.

OLIVEIRA, R. S. de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (Orgs). *Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, 2011. p. 19-46.

PIMENTA, J. P. G. A nação brasileira como uma comunidade imaginada. In: *Formação da nação brasileira*. São Paulo: Contexto, 2024.

STANGER, D. *O sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao integralismo no Espírito Santo (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2^a ed. São Paulo: Difel, 1979.

FONTES:

MOVIMENTO Integralista no Espírito Santo. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 347, p. 12, 30 ago. 1933. Disponível em: <https://midiateca.es.gov.br/bibliotecaestadual/wp-content/uploads/tainacan-items/2301/7731/RVC-A.1933-NR.347.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MOVIMENTO Integralista no E. Santo. *Vida Capichaba*. Vitória, n. 361, p. 19, 30 mar. 1934. Disponível em: <https://midiateca.es.gov.br/bibliotecaestadual/wp-content/uploads/tainacan-items/2301/7738/RVC-A.1934-NR.361.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

INTEGRALISMO. *Vida Capichaba*. Vitória, n.395, p.12, 30 set. 1935. Disponível em: file:///C:/Users/laudi/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Mestrado%20em%20Hist%C3%B3ria/PESQUISA/Revistas%20Vida%20Capichaba/RVC-A.1935-NR.395%20(1).pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

MOVIMENTO Provincial do Espírito Santo da Ação I. Brasileira. *Vida Capichaba*. Vitória, p.16, 30 mai. 1935. Disponível em: file:///C:/Users/laudi/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Mestrado%20em%20Hist%C3%B3ria/PESQUISA/Revistas%20Vida%20Capichaba/RVC-A.1935-NR.387.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

INTEGRALISMO. *Vida Capichaba*. Vitória, n.392, p.19, 15 ago. 1935. Disponível em: file:///C:/Users/laudi/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Mestrado%20em%20Hist%C3%B3ria/PESQUISA/Revistas%20Vida%20Capichaba/RVC-A.1935-NR.392.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

“O demônio tem um plano para acabar com as crianças”: o homeschooling como retórica da extrema-direita brasileira.

Maíssa Fraga de Almeida¹

Caso um leigo em educação se depare, em uma postagem de rede social, com o termo *homeschooling* e desconheça seu significado, é provável que, ao recorrer a um buscador, encontre entre os primeiros resultados a página da *Encyclopedia Britannica*. Nela, o conceito é apresentado de forma didática, descrevendo-o como

Método educacional situado no lar e não em uma instituição projetada para esse fim. Representa um amplo movimento social de famílias, principalmente em sociedades ocidentais, que acreditam que a educação dos filhos é, em última análise, um direito dos pais e não do governo. A partir do final do século XX, o movimento de educação domiciliar cresceu em grande parte como uma reação contra os currículos das escolas públicas entre alguns grupos. (FARENGA, 2012, tradução nossa)

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas, sob orientação do Prof. Dr. Everton de Oliveira Moraes. Bolsista CAPES/CNPq. Graduada em Licenciatura em História (2024) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: maisamfa@gmail.com

A educação domiciliar é tema recorrente no debate educacional e político brasileiro. Embora Jair Bolsonaro tenha prometido regulamentá-la em seus primeiros 100 dias de governo, a proposta não avançou e, apesar do reconhecimento de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal em 2018, a prática segue sem validade jurídica por falta de legislação específica. Pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é dever do Estado e da família, cabendo aos pais matricular os filhos a partir dos quatro anos, sob pena de crime de abandono intelectual².

Por que, no Brasil e em outros países do Ocidente, uma parcela minoritária de famílias decide subverter o modelo de escolarização formal consolidado há quase seis séculos com a instituição da educação compulsória³? Para responder a essa questão, é necessário retomar o século XX, especialmente as décadas de 1960 e 1970, quando emergem dois marcos centrais para o debate sobre educação alternativa: o movimento

2 "Art. 246. Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa" (BRASIL, 1940)

3 A Reforma Protestante do século XVI, liderada por Martinho Lutero, defendeu a necessidade

de que todos os fiéis tivessem acesso direto às Escrituras, sem a mediação exclusiva do clero.

Para isso, o letramento universal tornou-se central, pois somente por meio da leitura da Bíblia

cada indivíduo poderia compreender a Palavra de Deus. Essa perspectiva inaugurou a defesa

da escolarização ampla, que mais tarde foi incorporada e expandida pelos Estados modernos

como instrumento de unificação cultural, disciplinamento social e legitimação política. (DUTRA, 2023)

da contracultura e as reflexões críticas de educadores como John Holt e John Taylor Gatto.

O cenário pós-Segunda Guerra Mundial e o *boom* do rock nos anos 1950 constituem o ponto de partida para o início do movimento de contracultura, conforme analisado por Napolitano (2023): o medo, os anseios e a insatisfação existencial gerados pelo *American way of life*, combinados com questionamentos sobre os valores e as restrições impostas pelo sistema capitalista e tecnocrático, foram catalisadores de um novo padrão de pensamento. Segundo Camargo (2023), os *hippies* americanos viam a escola como um espaço que restringia a liberdade dos estudantes e, em comunidades alternativas, buscavam subverter padrões familiares e sociais, praticando educação domiciliar como forma de resistência contra-hegemônica⁴

Quanto à educação, “muitas comunas eram contrárias aos modelos de educação aplicados pelas escolas, pois transformam as crianças em robôs.” Por isso, optavam por adotar o *homeschooling*, considerando que as pessoas que compunham as comunas eram contrárias às regras da sociedade e também se opunham às escolas e aos seus métodos de ensino (CAMARGO, 2023, p. 51)

Nas décadas de 1960 e 1970, John Holt⁵ criticou a es-

4 O conceito de hegemonia, segundo Gramsci (2023), refere-se à capacidade de uma classe dominante de impor suas ideias e valores como norma, sendo a educação tradicional um instrumento de reprodução dessa hegemonia, enquanto a educação alternativa atua como prática contra-hegemônica, promovendo autonomia, criatividade e crítica.

5 John Holt foi professor, escritor e ativista norte-americano, considerado um dos mais influentes críticos da escola tradicional no século XX. Iniciou sua carreira docente nos anos 1950 e, a partir da observação de seus alu-

cola tradicional, expondo suas falhas em *How Children Fail* (1964) e *How Children Learn* (1967), e passou a defender a desescolarização e o ensino doméstico, cunhando o termo unschooling e lançando o boletim *Growing Without Schooling* (1977–2001). Contemporâneo de Holt, John Taylor Gatto⁶, argumentava que a escola ensina obediência e passividade, funcionando como aparelho de reprodução da ordem hegemônica e bloqueando a autonomia intelectual. Para Gatto, a escola é um “assombroso pesadelo” e propõe o resgate do princípio congregacionalista, fortalecendo famílias e comunidades como espaços de aprendizagem mais autênticos e emancipadores. (GATTO, 2019, p. 120-121)

A educação alternativa, desde as experiências das comunidades *hippies* até as críticas de Holt e Gatto, configura-se como prática de resistência à escola tradicional. Mais do que propor métodos diferentes, assume caráter contra-hegemônico⁷ ao desafiar a padronização e os mecanismos de controle social, promovendo autonomia, pensamento crítico e emancipação individual.

Quando o progressismo sai de cena: a ascensão do “mar-

nos, passou a questionar os métodos de ensino vigentes.

6 John Taylor Gatto foi professor e escritor norte-americano, reconhecido por suas críticas ao sistema educacional dos Estados Unidos. Lecionou por quase trinta anos em escolas públicas e privadas e, após abandonar a docência, publicou obras nas quais denunciava a escola como aparelho de conformismo social e defendia a aprendizagem comunitária e familiar.

7 Em diálogo com Gramsci, pode-se compreender a crítica de Gatto como uma denúncia da função hegemônica da escola, que, ao invés de possibilitar a emancipação, atua como aparelho de reprodução da ideologia dominante, naturalizando valores e relações de poder.

xismo cultural” e das teorias conspiratórias à brasileira

Até aqui, debruçamo-nos sobre o ensino doméstico enquanto prática libertadora⁸; contudo, é necessário compreender também sua ressignificação no Brasil contemporâneo. A compreensão do *homeschooling* no Brasil contemporâneo exige reconhecer a influência de Olavo de Carvalho, considerado o principal ideólogo da nova direita brasileira⁹. Sob sua orientação discursiva, a educação domiciliar é ressignificada: deixa de representar uma prática emancipatória para assumir um papel de resistência conservadora, associada à defesa da família, dos valores religiosos e à crítica à escola como espaço de suposta doutrinação.

Olavo Luiz Pimentel de Carvalho foi um escritor, filósofo e polemista brasileiro cuja trajetória incluiu fases diversas — de professor de astrologia nas décadas de 1970 e 1980 à conversão ao catolicismo nos anos 1990. Estabelecido nos Estados Unidos, ganhou notoriedade ao lançar o site *Mídia sem Máscara* e difundir teorias conspiratórias como “marxismo cultural”¹⁰. Em 2005, criou o Curso Online de Filosofia

8 O termo “prática libertadora” remete à concepção de Paulo Freire sobre educação dialógica, crítica e emancipatória. Para Freire (2019), educar é um ato de liberdade, em que o processo pedagógico deve possibilitar ao educando compreender sua realidade, desenvolver consciência crítica e atuar transformando-a, rompendo com relações de opressão e alienação impostas pelo sistema educacional tradicional.

9 “Para o filósofo Pablo Ortellado, professor de políticas públicas da USP, o escritor é uma espécie de “pai espiritual da nova direita” brasileira. “Num momento em que ninguém se reivindicava como direita, ele foi um cavaleiro solitário, e essa pregação no deserto rendeu grandes frutos”, afirma.” (FELLET, 2016)

10 “Esse setor apresenta o “marxismo cultural” como uma perspectiva assumida pela esquerda ao deixar de buscar o poder pelas armas, e passar a fazer sua disputa política no âmbito da cultura. O uso dessa ex-

(COF) e o programa de rádio *True Outspiek*, ampliando sua influência nas redes sociais e consolidando-se como referência para grupos conservadores e reacionários que viam nele uma referência intelectual sem a necessidade de aprofundamento em estudos literários. Em 2013, Olavo de Carvalho ganhou notoriedade com sua coletânea de artigos *O Mínimo Que Você Precisa Saber Para Não Ser Um Idiota*, influencian- do figuras como Steve Bannon e Jair Bolsonaro. (STRUCK, 2022) Suas ideias passaram a marcar debates sobre conser- vadorismo, religião, filosofia e política, apesar dele nunca ter concluído o ensino fundamental. (REDAÇÃO BRASIL PARA- LELO, 2023)

Em *O Mínimo*, Olavo de Carvalho dedica um capítulo à educação, no qual critica o direito à educação, denuncia supostos “professores doutrinadores”, rejeita métodos e autores socioconstrutivistas e ridiculariza a educação norte- americana. No capítulo “Estudo”, oferece conselhos a “es- tudantes sérios” que teriam encontrado nas universidades apenas “propaganda comunista rasteira, porca, subgínasiana” (CARVALHO, 2013, p. 572), propondo métodos próprios de aprendizagem para sustentar sua autoridade intelectual em oposição às instituições acadêmicas, e no artigo “Educação ao Contrário”, afirma não haver motivos relevantes para

pressão data do início da década de 1990. Seus primeiros usuários são cristãos fundamentalistas, ultraconservadores, supremacistas –enfim, a extrema-direita estadunidense. Os defensores do “marxismo cultural” iriam pouco a pouco tomando o controle de instituições como escolas, universidades, editoras e a imprensa, além de influenciar as artes e o entretenimento. Segundo eles, seriam expressões do “marxismo cultural” o petismo, a Rede Globo, o Partido Democrata dos Estados Unidos, a ONU e até mesmo a cinematografia de Hollywood” (SILVA, 2020, p. 2-3)

enviar crianças à escola, acusando o Ministério da Educação de formar educadores militantes e de estimular comportamentos imorais¹¹. Como alternativa, no vídeo *Olavo de Carvalho – Como salvar a educação no Brasil*, apresenta instruções para um possível governo Bolsonaro:

O erro essencial é a ideia de que o Governo Federal tem que educar a nação. Essa é uma ideia comunofascista que entrou na cabeça do brasileiro no tempo do Getúlio Vargas e não saiu até agora. O governo não tem que educar ninguém, minha gente. É que tem que se educar a si mesmo. O Brasil tem duzentos milhões de habitantes. (...) Nós temos é que desregulamentar a educação e resumir o papel do governo ao papel de selecionador, é o que faz os testes e aprova ou não aprova. (...) Mas nós temos que parar de apostar no governo, parar de apostar nas fórmulas mágicas e deixar que a nação cuide de si mesma. (OLAVO DE CARVALHO, 2018)

Ao promover esse conjunto de ideias que desconsidera o papel do Estado brasileiro e das universidades federais, incorporando elementos de discurso de ódio — como quando afirma, ao final do vídeo, que “por mim todos os ministros da educação dos últimos sessenta anos deveriam ser enforcados” (OLAVO DE CARVALHO, 2018) — Olavo de Carvalho influenciava seus seguidores a desacreditar de autores renomados, como Paulo Freire, Vygotsky e Piaget, e a depositar

11 Segundo ele, o Ministério da Educação teria formado educadores militantes — descritos como “adestradores de papagaios” — que são apologistas da liberação das drogas e estariam formando uma geração de militantes cuja recompensa futura seria “cafungadas e picos de graça, sob os auspícios do governo, e liberdade para transar nas vias públicas, sob a proteção da polícia, ante um público tão indiferente quanto à visão banal de uma orgia de cães em torno de um poste” (CARVALHO, 2013, p. 348-349).

confiança em suas próprias obras e cursos, muitas vezes sem fundamentos críticos claros para tal aceitação. Assim, o *homeschooling* seria um meio de proteger crianças e adolescentes de influências “esquerdistas”, permitindo que as famílias escolham conteúdos e métodos pedagógicos alinhados a valores conservadores e à visão do autor.

Redes sociais e resistência educacional: mães influenciadoras como guardiãs do *homeschooling*

A circulação das obras de Olavo de Carvalho por meio de sites e redes sociais potencializou significativamente seu alcance no Brasil, convertendo o público de receptores passivos em atores ativos na disseminação de ideias. Nesse cenário, destaca-se a figura do ciberativista, definido como indivíduo que emprega recursos digitais para promover mudanças sociais, políticas ou culturais, conscientizar e mobilizar a opinião pública, influenciar narrativas predominantes e defender causas, ampliando o alcance e o impacto de suas ações em escalas local, nacional e global. (ROSA, 2019)

A influenciadora e deputada estadual catarinense Ana Caroline Campagnolo, conhecida por seu posicionamento antifeminista, afirma não pretender enviar suas filhas à escola, baseando-se em sua experiência como professora: “Eu cheguei num ponto do radicalismo depois dos anos que eu tenho de experiência que a minha filha simplesmente não vai pra escola” (POSITIVAMENTE PODCAST, 2022). Em suas redes sociais, além de conteúdos políticos e familiares, denuncia casos de suposta “doutrinação” em escolas, com destaque

que para o feminismo e a chamada “doutrinação gayzista”¹², que associa à “ideologia de gênero”¹³.

Em uma publicação de junho de 2023 (Figura 1), Campagnolo compartilhou a imagem de um homem segurando duas crianças no colo e bloqueando, com um escudo, um arco-íris — em clara alusão ao símbolo da comunidade LGB-TQIA +.

Figura 1 - Postagem de Ana Campagnolo



12 Para Olavo de Carvalho, o termo “doutrinação gayzista” refere-se à suposta tentativa, orquestrada por ativistas (os “gayzistas”), de impor a aceitação e a promoção da homossexualidade e da “ideologia de gênero” como norma social, especialmente em instituições como a mídia, o sistema de ensino e o poder judiciário. (DE CARVALHO, 2007)

13 O termo “ideologia de gênero” não possui reconhecimento científico, sendo construído e difundido por grupos conservadores e religiosos a partir da década de 1990, sobretudo em oposição a debates sobre igualdade de gênero, diversidade sexual e direitos das mulheres. No Brasil, ganhou centralidade nas disputas políticas a partir da tramitação do Plano Nacional de Educação (2014), quando passou a ser utilizado como estratégia discursiva para rejeitar discussões sobre gênero e sexualidade no espaço escolar. (DIP, 2018, p. 101-114)

Fonte: Instagram da autora. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CtUnsZVuGLk/>>. Acesso em: 22 set. 2025.

Na legenda, a deputada afirmou possuir o dever de proteger seus filhos daquilo que considera “ideologia de gênero”, reforçando sua narrativa de enfrentamento a pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero:

ORGULHO de ser a maior influência dentro da minha casa. Eu escolho os livros, eu escolho os assuntos, eu conto as histórias, eu ensino os poemas, eu faço a leitura em voz alta, eu desligo a televisão, eu faço as coisas boas parecem ainda mais interessantes e divertidas. Ainda assim, não consigo prever o futuro, mas **sou responsável pelo presente**, pelo exemplo, por mostrar a beleza da **nossa família e da nossa religião**. Ser pai e mãe é bom demais, **não deixe seu lugar vago** (CAMPAGNOLO, 2023, grifo nosso).

A partir dessa declaração enfática, observa-se que Campagnolo exerce, ou pretende exercer, controle sobre os conteúdos que suas filhas irão aprender em casa, no âmbito da educação domiciliar, ao mesmo tempo em que convoca seus seguidores, pais e mães, a assumirem o protagonismo na formação intelectual de seus próprios filhos. O pensamento de Campagnolo remete a concepções tradicionalistas de gênero, segundo as quais a mãe seria a principal responsável pela educação dos filhos e deveria permanecer no âmbito doméstico. Ao assumir o controle sobre a educação domiciliar de suas filhas e incentivar outras famílias a fazerem o mesmo, Campagnolo articula uma narrativa que valoriza a autoridade materna como única fonte legítima de orientação intelectual

e moral, reafirmando padrões conservadores de divisão sexual do trabalho e de hierarquias familiares que remetem a concepções retrógradas historicamente presentes em sociedades cristãs ocidentais¹⁴.

Karen Mortean, conforme seu relato, é enfermeira formada pela USC-SP e pós-graduada em Pedagogia e Saúde pela UFPR. Mãe de cinco filhos, possui 11 anos de experiência em educação domiciliar. É escritora e autora de diversos livros sobre o tema, além de manter o perfil *Diário Desescolar*¹⁵, que reúne cerca de 800 postagens relacionadas à educação domiciliar e conta com aproximadamente 350 mil seguidores. Em uma de suas postagens (Figura 2) Karen recorreu a uma inteligência artificial para responder a um questionamento inusitado: “Se você fosse o demônio, qual seria seu plano para destruir as novas gerações?”

14 Refere-se, sobretudo, à naturalização da autoridade masculina no espaço público e da submissão feminina no âmbito doméstico, bem como à crença de que o papel da mulher se restringe à maternidade, à obediência e ao cuidado com o lar. Tais concepções, profundamente influenciadas pela moral cristã tradicional, foram reforçadas por doutrinas teológicas e instituições religiosas que associaram a mulher à figura de Maria — símbolo de pureza e sacrifício —, em contraposição à imagem de Eva, marcada pelo pecado e pela tentação (BEAUVOIR, 1991; BADINGTER, 1985; DELUMEAU, 1989).

15 Seu perfil no Instagram é [@diariodesescolar](https://www.instagram.com/diariodesescolar)

Figura 2 - Postagem de Karen Mortean



Fonte: Instagram da autora. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DE96j3vJhbT/>>. Acesso em: 23 set. 2025.

A resposta, proposital ou coincidentemente, sintetiza parte das ideias propagadas pela extrema-direita nos últimos anos. Segundo o texto gerado, o demônio

Centraria todo o ensino nas mãos do Estado, proibindo ou desincentivando as famílias de educarem seus filhos com autonomia familiar, enfraqueceria os laços familiares e promoveria a ideia de que o Estado e instituições externas sabem melhor como criar e educar as crianças (MORTEAN, 2025)

A narrativa de Karen Mortean, ao associar o “demônio”

ao controle estatal da educação e ao enfraquecimento da família, aproxima-se do pensamento milenarista, que prevê o colapso de uma era corrupta e a necessidade de renovação. Nesse enquadramento, o *homeschooling* surge como estratégia redentora e civilizacional diante da suposta decadência promovida pelas instituições externas (DA SILVA, 2023). Tal recurso retórico pode ser compreendido à luz do conceito de medo coletivo, desenvolvido por Delumeau (1989), que analisa como sociedades constroem inimigos simbólicos e imaginários para canalizar angústias difusas. Ao pautar o Estado e a escola como agentes de corrupção moral e espiritual, cria-se um imaginário de ameaça permanente contra a infância, a família e a ordem social. Esse pânico coletivo fortalece a adesão a alternativas como a educação domiciliar, apresentada não apenas como escolha pedagógica, mas como ato de resistência frente a um inimigo difuso e onipresente. Deste modo, o discurso não opera apenas no campo racional, mas mobiliza afetos e medos sociais, atualizando antigas dinâmicas de construção de bodes expiatórios em torno da preservação da ordem familiar e da pureza cultural.

Considerações finais

O percurso apresentado demonstra que a educação domiciliar assume significados distintos conforme o contexto histórico, cultural e político em que é mobilizada. Enquanto, nas décadas de 1960 e 1970, o *homeschooling* esteve associado a experiências contra-hegemônicas inspiradas pela contracultura e por educadores que viam na desescolarização

uma possibilidade de emancipação intelectual e crítica, no Brasil contemporâneo o fenômeno é apropriado por setores conservadores como instrumento de reafirmação de valores religiosos, morais e ideológicos. Nesse processo, discursos de influenciadores como Olavo de Carvalho, Ana Caroline Campagnolo e Karen Moretean ressignificam o *homeschooling*, deslocando-o de uma perspectiva libertária para uma narrativa de combate ao “marxismo cultural”, à “ideologia de gênero” e à suposta ameaça estatal à infância e à família. O que outrora foi prática de resistência progressista converte-se, assim, em estratégia de resistência ultraconservadora, alimentada por teorias conspiratórias e pela mobilização de medos coletivos.

Esses medos articulam-se à longa duração de pânicos morais e anticomunistas que marcaram o imaginário social brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, quando a retórica do “perigo vermelho” justificou a repressão política e moral e mobilizou apoio civil ao golpe de 1964. De modo análogo, o discurso atual sobre “doutrinação ideológica” e “decadência moral” reatualiza essas narrativas, conferindo nova roupagem a antigas ansiedades sociais. À luz do conceito de “passado que não passa”, de Conan e Rousso (2013), comprehende-se que certos imaginários políticos resistem à superação e retornam sob novas formas. No caso brasileiro, o *homeschooling* opera como veículo de reencenação desses passados autoritários — recuperando valores de ordem, disciplina e controle moral, agora travestidos de defesa da família e da liberdade de ensino.

Compreender o *homeschooling* no Brasil contemporâneo exige, portanto, ultrapassar sua dimensão jurídica e pedagógica e reconhecer sua inserção em um campo simbólico de disputas políticas e culturais. Mais do que uma escolha educacional, trata-se de um fenômeno que evidencia tensões entre projetos de sociedade, de família e de escola — tensões que, ao reativarem passados autoritários sob novas formas, desafiam a própria noção de educação como espaço de pluralidade e emancipação democrática.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 8. ed. -. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

CAMARGO, Edivan Cesar Gomes de. *A transformação do homoschooling, da contracultura à extrema-direita*. 2024. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *ORGULHO de ser a maior influência dentro da minha casa. Eu escolho os livros, eu escolho os assuntos, eu conto [...]*. 10 jun. 2023. Instagram: @anacampagnolo. Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/>

instagram.com/p/CtUnsZVuGLk/. Acesso em: 22 set. 2025.

CONAN, Eric; ROUSSO, Henry. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Fayard/Pluriel, 2013.

DE CARVALHO, Olavo. Karl Marx na fonte da juventude. In: *SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA*. 30 jul. 2007. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/2007/07/>. Acesso em: 20 out. 2025.

DE CARVALHO, Olavo. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Editora Record, 2013.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300–1800)*: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIP, Andrea. *Em Nome de Quem?*: a bancada evangélica e seu projeto de poder. Editora José Olympio, 2018.

DIVERSIDADE, Museu Educação. *John Holt e o ensino doméstico*. Disponível em: <https://globaleducation767229770.wordpress.com/galeria-educadores/movimento-escola-livre-eua-1960-1970/jonh-holt-e-o-ensino-domestico/>. Acesso em: 03 set. 2025.

DUTRA, Ana Flávia de Souza Teixeira; DOS SANTOS, Darlan Roberto. AS CONTRIBUIÇÕES DA REFORMA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO. *Humanidades & Inovação*, v. 10, n. 22, p. 386-397, 2023.

FARENZA, Patrick. Homeschooling | education, socialization & flexibility | britannica. In: FARENZA, Patrick. *Encyclopedia britannica*. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/homeschooling>. Acesso em: 02 set. 2025.

FELLET, João. *Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias* - BBC News Brasil. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em: 10 out. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 69. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2019.

GATTO, John Taylor. *Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória*. Campinas: Kírion, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (Vol. 2): Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Civilização brasileira, 2023.

KELLEY, Vincent. *John Taylor Gatto Challenged the Ideas Inherent in US Mass Schooling*. 2019. Disponível em: <https://truthout.org/articles/john-taylor-gatto-challenged-the-ideas-inherent-in-us-mass-schooling/>. Acesso em: 03 set. 2025.

MORTEAN, Karen. *Se o demônio tem um plano para acabar com as crianças, no Brasil ele está sendo executado direitinho. Até quando [...]*. 18 jan. 2025. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DE96j3v-JhbT/>. Acesso em: 23 set. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e contracultura*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

OLAVO de Carvalho - Como salvar a educação no Brasil. 20 ago. 2018. 1 vídeo (8 min 1 s). Publicado pelo canal Olavo de Carvalho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-ztc_j1VwQ0. Acesso em: 23 set. 2025.

POSITIVAMENTE PODCAST. ANA CAMPAGNOLO EXPLICA

ESCOLHA POR EDUCAÇÃO DOMICILIAR. YouTube, 14 de abril de 2022. 13min14s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CTJBwdgXiHU>>. Acesso em: 22 de set. de 2025

QUEM é a Karen? — Diário Desescolar. Disponível em: <https://www.diariodesescolar.com/quemeakaren#:~:text=Karen%20Mortean&text=%C3%89%C2%80escritora%20e%20autora%20de%20diversos%20livros%20voltados%20ao%20tema%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 set. 2025.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Quem é Olavo de Carvalho?. *Brasil Paralelo*, [S. I.], 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/quem-e-olavo-de-carvalho>.

REGULAMENTAR a educação domiciliar é uma das metas prioritárias dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro. 23 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/01/23/regulamentar-a-educacao-domiciliar-e-uma-das-metas-prioritarias-dos-100-primeiros-dias-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2025.

ROSA, Pablo Ornelas. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Editora Milfontes, 2019.

DA SILVA, J. R. A motivação religiosa da proposta pela educação domiciliar (homeschooling) no Brasil. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. I.], v. 16, n. 8, p. 11942–1955, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.8-171. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/>

ojs/index.php/clcs/article/view/1657. Acesso em: 23 set. 2025.

SILVA, M. G. da . REFLEXÕES SOBRE O “MARXISMO CULTURAL”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 77–82, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3900667. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 22 set. 2025.

STF mantém inconstitucionalidade de lei do DF que criava ensino domiciliar. In: SUPREMO Tribunal Federal. 4 abr. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/posts-noticias/stf-mantem-inconstitucionalidade-de-lei-do-df-que-criava-ensino-domiciliar/>. Acesso em: 23 set. 2025.

STRUCK, Jean-Philip. *Olavo de Carvalho, pioneiro das modernas fake news no Brasil – DW – 25/01/2022*. 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/analise-olavo-de-carvalho-o-pioneiro-das-modernas-fake-news-no-Brasil/a-60552270>. Acesso em: 19 set. 2025.

Os discursos dos militares e o papel da mídia na cobertura da Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014)

Brunna Carla Santos de Souza*¹

1. Introdução

A Comissão Nacional da Verdade (2012 -2014) é considerado um marco na luta por justiça, memória e verdade no Brasil. A atuação dessa comissão foi essencial para as discussões sobre os direitos humanos no Brasil e as graves violências perpetradas pelo Estado brasileiro durante a ditadura. Uma comissão da verdade não se estabelece sem disputas políticas com os diversos setores da sociedade. Existe um campo de disputas pela memória e pelo passado e uma comissão tem a intenção de criar uma narrativa nacional sobre o período repressivo (Mezarobba, 2009).

Nesse sentido, a CNV, será duramente criticada pelos setores das Forças Armadas. Militares – da ativa e da reserva – irão demonstrar reações bastante adversas às investigações da Comissão. Suas manifestações se deram por meio de jornais, panfletos, manifestos e livros. Nos interessa, portanto,

1 Brinna Carla Santos de Souza, mestrandra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES). Integrante do LabTempo – Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente. Email: brunnacarlarquelme2014@gmail.com

nessa pesquisa, compreender os discursos desses militares sobre a CNV em jornais de grande circulação nacional. Os jornais escolhidos foram a *Folha de São Paulo* e *O Globo*.

A escolha dessas fontes jornalísticas ocorreu porque esses jornais foram o principal palco onde essas narrativas se materializaram. Esses discursos, de setores das Forças Armadas, tinham a intencionalidade de demarcar e cristalizar uma visão ideológica positiva sobre a ditadura militar. Havia uma tentativa deliberada por parte das Forças Armadas em reescrever o passado e legitimar suas ações autoritárias do passado e do presente (Ribeiro & Bertol, 2021).

O descontentamento dos militares se mostrará mais enfático a partir da eleição da presidente Dilma Rousseff em 2011, e a instauração, em seu governo, da Comissão Nacional da Verdade, que tinha como objetivo investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1946 a 1988. A CNV teve um papel muito importante para a sociedade brasileira e principalmente para os familiares das vítimas da ditadura. Cassio Augusto Guilherme (2021) indica que é ainda em 2011 que se torna claro o mal-estar dos militares que temiam a revisão da Lei da Anistia (1979)². Existia uma insatisfação no meio das Forças Armadas com a eleição de Dilma, e a criação da CNV teve um papel determinante para a rearticulação dos militares. Com o crescimento das direitas radicais no cenário global, a extrema direita brasileira se aglutinou em torno desse passado antidemocrático e uti-

2 Essa Lei estabeleceu que crimes políticos ou conexos cometidos no período entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 não deveriam ser punidos (BRASIL, 1979).

lizou das redes sociais para se aproximar de civis e propagar versões distorcidas do passado (Fagundes, 2023).

Renan Quinalha (2016) aponta que apesar dos seus limites, a Comissão avançou nos debates públicos sobre as violações dos direitos humanos e teve um papel fundamental na retificação de atestados de óbitos falsos de presos políticos e no reconhecimento de crimes contra povos indígenas e camponeses. A CNV também foi fundamental para a recuperação da memória da ditadura, ao publicizar os crimes e convocar a sociedade para esse debate, inclusive rediscutindo a Lei da Anistia.

Análise dos discursos dos militares no jornal *Folha de São Paulo* e *O Globo*:

Para além da análise do discurso dos militares é importante analisar os meios de comunicação que divulgavam esses discursos. Os jornais não apenas reproduzem o que foi dito, mas também escolhem o que publicar e como apresentar essas falas ao público. (Luca, 2005)

Fernando Perlatto (2019) aponta que a mídia exerceu um papel fundamental no enquadramento de determinadas memórias sobre a ditadura militar brasileira durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ao analisar os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, o autor observou que os três veículos mantiveram uma postura semelhante em relação à Lei da Anistia. A partir da análise dos editoriais, Perlatto identificou que, embora não

fossem idênticas, as posições assumidas pelos jornais compartilhavam o mesmo tom diante da recomendação da CNV que defendia a revisão da anistia.

Durante o período de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (2012–2014), a imprensa teve papel relevante na forma como o debate sobre a ditadura militar foi colocado em circulação. Por conta da extensão do tema, e do espaço disponível neste trabalho, foram escolhidos dois jornais de grande circulação nacional: *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Esses veículos publicaram muitas matérias sobre a CNV e deram espaço para manifestações de militares, sendo, por isso, fontes importantes para entender como essas vozes foram representadas e como ajudaram a moldar sentidos sobre o passado.

Folha de São Paulo

O jornal *Folha de São Paulo* publicou diversas matérias sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o seu período de funcionamento, de 2012 a 2014. Com base nessas publicações foi feito um levantamento para verificar quanto espaço era dado às narrativas dos militares. Observou-se que os militares tinham uma presença bastante ativa no jornal, especialmente em matérias que acusavam a esquerda armada de também ter cometido crimes durante o período ditatorial. Essa abordagem aponta para a chamada “teoria dos dois demônios”, que coloca a esquerda e a ditadura militar como igualmente responsáveis pela violência do período, como se os dois lados estivessem em pé de igualdade pela violência

ocorrida no período ditatorial.

Essa teoria foi criticada por Hugo Vezzetti (2003) ao estudar o caso argentino. Para o autor, essa comparação entre Estado e grupos armados esconde a responsabilidade maior do próprio Estado, que tinha o controle das instituições e usou a repressão de forma sistemática para reprimir a própria população. Segundo o autor, essa teoria dificultou o reconhecimento das vítimas e dificultou o processo de justiça após a ditadura militar argentina (1976-1983).

Em Matéria publicada pela *Folha de São Paulo* em 30 de novembro de 2011 intitulada “*TRF livra militares de ação por tortura*” mostra que o Tribunal Regional Federal (TRF) decidiu que militares acusados de tortura na Operação Oban não poderiam ser condenados devido à prescrição dos crimes durante a ditadura. Na reportagem, a comemoração do tenente coronel reformado Mauricio Lopes Lima destaca o terror anticomunista como elemento constitutivo do discurso militar:

“Está começando a se fazer justiça. A acusação é inverídica, mas jornalista só entende palavra de terrorista. A direita falou, é mentira. Quem faz isso é o partido comunista. Eles combinavam os depoimentos na cadeia. A Dilma exerceu o direito de não criar provas contra si mesma para se livrar do processo. Esse pessoal estava contra o Brasil. Quando você fala em comunista, não pode admitir que seja brasileiro.” (*Folha de São Paulo*, 30/11/2011, p. 22)

O militar utiliza retórica própria do período da Guerra Fria e faz um contraponto do outro como inimigo a ser

combatido, forma essa utilizada para descredibilizar os depoimentos ao afirmar que as vítimas combinavam na cadeia as suas falas. É possível perceber que o anticomunismo é instrumentalizado para desqualificar as denúncias de tortura. A fala do militar demonstra uma retórica que se cristalizou no período anterior ao golpe de 1964 e que ainda se reconfigura no presente como um “passado que não passa”. Como afirma Motta (2002), a retórica anticomunista é, portanto, parte fundamental da identidade militar. Essa narrativa será amplamente utilizada na tentativa de deslegitimar a Comissão e reescrever a história para preservar a imagem institucional das Forças Armadas.

Nesse sentido, ao analisarmos as matérias da *Folha de São Paulo* podemos observar um padrão comum nesse espaço dado aos militares. O jornal publicou 21 matérias que citam ou que dão voz direta aos militares durante o período de funcionamento da CNV. Em várias dessas matérias os militares são ouvidos em entrevistas ou têm suas falas reproduzidas com destaque. Com destaque para os depoimentos do general Álvaro Pinheiro e do coronel Paulo Malhães.-

O jornal *Folha de São Paulo*, em matéria publicada em 26 de abril de 2014, intitulada “Militar temia represálias contra seus familiares”, nessa matéria foi reproduzido o depoimento do ex-militar Paulo Malhães, onde ele afirma ter orgulho de sua atuação na repressão, e só temia por represálias aos seus familiares. Malhães ainda chamou as vítimas da ditadura de “terroristas” e disse não sentir arrependimento pelos crimes que cometeu. Dentre os argumentos utilizados pelos milita-

res para justificar os atos de repressão, tortura e assassinatos políticos é a “defesa da ordem”. Percebe-se, nesse sentido, a utilização da retórica da culpabilização das vítimas e da equi-paração da violência estatal e a dos chamados “subversivos” (Folha de São Paulo, 26/04/2014).

No editorial “Página Virada”, de 12 de dezembro de 2014, o jornal *Folha de São Paulo* reconhece os crimes cometidos durante o período da ditadura, mas acusa a CNV de silenciar sobre os crimes das organizações armadas. O editorial reafirma ainda a importância da manutenção da Lei da Anistia, reforçando a ideia de que o passado deve ser deixado para trás e que a “página deve ser virada”. O texto mais uma vez reforça a ideia de reconciliação sem responsabilização para os perpetradores das graves violações de direitos humanos. (Folha de São Paulo, 12/12/2014)

Ainda em matéria do dia 14 de dezembro 2014 intitulada “Guerra Fria constitui o pano de fundo dos confrontos na América Latina” – publicada 4 dias após a entrega do Relatório Final -, é possível observar uma referência ao contexto da Guerra Fria para justificar os golpes na América Latina e a violência estatal contra a resistência à ditadura. Na matéria de opinião, o jornalista Ricardo Bonalume Neto critica a CNV por só apontar os crimes cometidos pelo Estado e ignorar os crimes cometidos pelos opositores do regime. O jornalista argumenta que a CNV foi parcial e que a violência estatal ocorreu devido ao contexto da Guerra Fria. A *Folha de São Paulo* mais uma vez deu espaço para a deslegitimização da comissão e para o desrespeito às vítimas e aos seus familiares. (Folha

de São Paulo, 14/12/2014)

O Globo:

Entre os anos de 2012 e 2014, o jornal *O Globo* também publicou diversas sobre matérias que mencionaram os militares de forma direta ou indireta em relação à atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Essa cobertura incluiu tanto reportagens, quanto editoriais e artigos de opinião. Apesar de ter cedido mais espaço para falar sobre a CNV e ter produzido mais matérias sobre o tema, é possível observar que *O Globo* apresentou uma postura mais cautelosa em relação à defesa explícita desses militares. Apesar disso, ainda é possível observar uma retórica da equivalência entre a violência cometida pelo Estado e a resistência armada, além de grande espaço para os militares se posicionarem.

Ainda assim, mesmo com essa postura menos explícita, é possível observar tensões evidentes no modo como os militares são ouvidos e representados. Os militares aparecem em duas posições principais ao longo da cobertura: primeiro como alvos das investigações da CNV, especialmente nos casos de sequestros, torturas e desaparecimentos. O jornal deu grande espaço para os casos do ex-deputado Rubens Paiva, Stuart Angel, filho da estilista Zuzu Angel, e do ex-militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) Hélcio Pereira Fortes.

Essas matérias revelam o papel ativo da CNV nas investigações sobre as graves violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura. Em uma segunda posição, os

militares aparecem como fonte e resistência à CNV, seja por meio de depoimentos, notas oficiais ou articulações para deslegitimar a comissão. Um exemplo importante é a matéria publicada em 16 de dezembro de 2014 intitulada “Relatório da Comissão da Verdade é injusto e equivocado” que dá voz a posição do Superior Tribunal Militar (STM) que reagiu duramente às críticas aos militares no relatório final da CNV. Em nota, O STM afirmou que os conceitos utilizados no Relatório são “inverídicos, injustos e equivocados” (O Globo, 16/12/2014). O Jornal abriu, assim, espaço para os discursos negacionistas e para a reprodução de uma inverdade histórica.

Ainda que *O Globo* tenha dado espaço para a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, também há sinais claros da presença da “teoria dos dois demônios”, especialmente em artigos de opinião e em matérias que destacam a fala de militares ou de seus defensores. Outro exemplo é a matéria de 12 de dezembro de 2014 intitulada “Filho de vítima da luta armada cobra investigações sobre o caso” que reproduz críticas à CNV, sob a alegação de que os crimes cometidos por militantes da esquerda teriam sido ignorados pela comissão (O Globo, 12/12/2014).

No editorial de 25 de setembro de 2014 intitulado “Os Limites da Comissão Nacional da Verdade”, o jornal questiona a “verdade” buscada pela CNV, relativizando a responsabilidade estatal e militar. O Jornal apresenta uma defesa das Forças Armadas quando afirma que “não cabe pedido de desculpas dos militares, pois já é evidente o reconhecimento

de erros pelo Estado. O passado tem de ser conhecido, mas sem revanchismos" (*O Globo*, 25/09/2014).

Aqui, observa-se o mesmo fenômeno descrito por Hugo Vezzetti (2002) ao analisar o caso argentino: a "teoria dos dois demônios" atua como uma forma de cercear e deslegitimar os debates sobre a justiça e as graves violações dos direitos humanos e a Lei da Anistia (1979) é mais uma vez acionada para limitar o debate. Bauer (2014) aponta que a Lei da Anistia impediu o alicerçamento dos direitos humanos em nossa sociedade. A lógica da reconciliação e do esquecimento a lógica da reconciliação instaurada no Brasil após a ditadura buscava interditar o passado, impedindo o acesso à verdade e a justiça dificultando o conhecimento dos fatos relacionados às graves violações cometidas durante o regime militar.

Perlatto (2019) observa que tanto a *Folha de São Paulo* quanto *O Globo* adotaram uma posição semelhante em relação à Lei da Anistia. A cobertura da CNV por parte desses jornais esteve ligada à defesa da manutenção dessa lei, considerada parte fundamental do processo de transição política no Brasil. Com isso, a responsabilização dos agentes da ditadura acabou ficando em segundo plano, enquanto se reforçava a ideia de que a Anistia era necessária para garantir a estabilidade democrática.

Em 2014, no último ano da CNV e já próximo da entrega do Relatório Final, houve uma maior profusão de publicações sobre a CNV no jornal *O Globo*. O ministro da Defesa, Celso Amorim, havia enviado um ofício para a CNV onde as Forças Armadas reconheciam as graves violações de direitos

humanos ocorridas no período da ditadura. Segundo a matéria do jornal *O Globo* veiculada em 23 de setembro de 2014 intitulada “General contesta ministro e diz que não haverá pedido de desculpas”, essa seria a primeira vez que as Forças Armadas reconheceriam a prática de tortura. No entanto, essa afirmação do ministro causou um profundo mal-estar entre os militares da ativa e da reserva que reagiram. É possível perceber essa reação adversa na fala do general Augusto Heleno Pereira:

“Esta história de querer que as Forças Armadas peçam desculpa... é lógico que ninguém vai aceitar isso aí. Não tem sentido essa orquestração. Eles vão pedir desculpas pelos inocentes que eles mataram? Anistia é esquecimento. A partir dali, começa vida nova. Não adianta resolver o passado só com um lado da história. Tudo isso é esquecido para transformar as Forças Armadas em vilã.” (*O Globo*, 23/09/2014, p. 14)

O jornal mais uma vez deu espaço para os militares negarem as graves violações de direitos humanos que ocorreram no período da ditadura, o general Heleno evoca os usos políticos do passado e a Lei da Anistia. Ao mesmo tempo em que ele nega os crimes da ditadura, também mobiliza a questão da anistia para perpetuar o pacto de esquecimentos e silenciamentos estabelecidos por essa lei. Ao afirmar que anistia é esquecimento, o general mobiliza a impunidade e promove a ideia de que o passado deve ser esquecido, uma vez que a ideia de vida nova e página virada está ligada a não punição.

Em dezembro de 2014, após a entrega do Relatório Fi-

nal da CNV, os militares reagiram de maneira contundente. O relatório trazia os nomes de acusados de cometerem violações dos direitos humanos no período da ditadura e concluiu que os militares tiveram papel fundamental na execução e perseguição de presos políticos. Em matéria do jornal *O Globo* do dia 15 de dezembro de 2014 intitulada “Relatório da Comissão da Verdade é injusto e equivocado, diz STM”. Em nota, o Superior Tribunal Militar se manifestou e disse que considerava o relatório injusto, já que as Forças Armadas sempre contribuíram com a nação e o Estado democrático. O aumento das manifestações dos militares em 2014 pode ser visto como parte de um processo mais amplo de rearticulação política. Em um contexto de crescente polarização e instabilidade política, as Forças Armadas começaram a se posicionar mais ativamente na esfera pública, refletindo preocupações com a sua imagem e influência política (*O Globo*, 15/12/2014)

É fato que houve momentos de crítica à violência cometida no período da ditadura, como no artigo de opinião intitulado “Garantia da ordem” de 27 de dezembro de 2014, em que a jornalista e ex-militante de esquerda Miriam Leitão contesta o discurso do STM de que a Justiça Militar teria garantido os direitos humanos, mas o jornal não adota uma abordagem mais incisiva em relação a esse tema e essas críticas são diluídas no grande espaço cedido para os militares rebaterem e desqualificarem a CNV. (*O Globo*, 27/12/2014)

Nessa breve análise dos discursos de parte das forças militares em dois dos grandes jornais de circulação nacional

(*O Globo* e *Folha de São Paulo*), foi possível compreender o papel desses jornais na difusão das narrativas oriunda da caserna, também foi possível observar que os discursos dos militares, bem como dos próprios meios de comunicação se ancoraram em três pilares fundamentais: a teoria dos dois demônios, o anticomunismo e a utilização da Lei da Anistia (1979) como um entrave discursivo à própria CNV. Os jornais analisados ajudaram a disseminar esses discursos e agiram como legitimadores e porta-vozes dessas narrativas. Ao mobilizar esses conceitos, os militares buscam desautorizar as ações da CNV, reforçar a narrativa do negacionismo histórico e reconfigurar a memória da ditadura militar.

Fontes historiográficas:

FOLHA DE SÃO PAULO. Matérias publicadas entre 2012 e 2014 relacionadas à Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Grupo Folha, 2012–2014.

O GLOBO. Matérias publicadas entre 2012 e 2014 sobre a Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro: Infoglobo, 2012–2014.

Referências bibliográficas:

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, n. 32, p. 148-169, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema direita brasileira e as disputas pelo passado no contexto das Comissões da

Verdade (2011-2021). *Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises*, v. 21, n. XXI (2), 2022.

LUCA, Tania Regina de. Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193-205, 2024.

MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz "justiça de transição"? *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (67), 111–122. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/328>

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78 - 100, maio/ago. 2019.

QUINALHA, Renan. Reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 15, n. 105, p. 181-204, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BERTOL, Rachel. Mídia e memória da ditadura brasileira: a história e os usos políticos do passado. *RuMoRes*, [S. I.], v. 15, n. 29, p. 16–37, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2021.181756. Disponível em: <https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/181756..> Acesso em: 8 jul. 2025.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2003.

Atuação de José da Silva Lisboa no Desembargo do Paço

Marcela Portela Stinguel¹

José Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu (título conferido àquele em 1826), nasceu em Salvador em 1756 e se formou em uma Universidade de Coimbra reformada (1779) e a partir daí juntamente com seus pares, estudantes que também se formaram na universidade portuguesa, conduziram no processo de formação e consolidação do Estado brasileiro, uma vez que havia semelhança de aplicação de conhecimentos no fazer político entre esses indivíduos e a elite letrada. Esses indivíduos avalizaram o suporte centralizador e autoritário para benefício da ordem política sob uma roupagem liberal.

Ainda na Bahia, a formação de Silva Lisboa associada à sua competência intelectual e fidelidade incontestável à Coroa, além de contar com uma rede de sociabilidades influente, conferiram-lhe cargos régios insignes como, por exemplo, Ouvidor da Comarca de Ilhéus, professor de Filosofia Racional e Moral, professor substituto de língua grega e Deputado

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: portela.s.marcela@gmail.com

e Secretário da Inspeção da Agricultura e do Comércio da Bahia e outros. Quando se mudou para o Rio de Janeiro a convite do príncipe regente foi contemplado com a recém-criada cadeira de Economia Política e nessa conjuntura tornou-se um importante intelectual do Dezenove² e, inclusive, formulou a “Abertura dos Portos às Nações Amigas”, de 1808³ corroborando com um viés liberal econômico e, por outro lado, uma perspectiva conservadora no campo político.

Para que ocorresse a centralização política viabilizando ao Rio de Janeiro comportar a nova capital imperial portuguesa, instituições tiveram que ser criadas tais como, por exemplo, o Banco do Brasil, a Real Academia da Marinha, Escola Médico Cirúrgica, Real Biblioteca e a Real Academia Militar. Além disso, a criação da Impressão Régia em 1808 possibilitou o desenvolvimento do mercado editorial e da atividade mercantil livreira. O cargo de censor régio, nesse cenário, fiscalizava e proibia, quando necessário, os escritos que contestassem o Antigo Regime e seus princípios delimitando, destarte, a trajetória das informações entre 1808 e 1821. Silva Lisboa e os demais censores, nesse cenário, regulavam a propriedade e o intuito de determinada obra. No Antigo Regime a censura luso-brasileira se fez necessária, pois os movimentos contrários ao poder monárquico eram frequentes nos séculos XVIII e XIX e os abomináveis princípios franceses, por sua vez, não deveriam ser difundidos. Para tanto, a Coroa portuguesa utilizou-se de critérios potentes de forma a evitar

2 Após sua mudança para o Rio de Janeiro, o baiano publicou 29 obras. Antes desse evento, já havia publicado 3 livros.

3 Conforme Antonio Penalves Rocha em seu livro *Visconde de Cairu*.

a propaganda e infiltração de ideias que fossem ilustradas em seus territórios intervindo o poder público, dessa forma, diretamente na vida cultural (Neves, 1999, p. 670).

A Impressão Régia foi estabelecida em 13 de maio de 1808 e em 24 de julho do mesmo ano foi criada uma junta inicialmente composta por três indivíduos intelectuais para organizar toda a papelada a ser impressa de forma que essa não fosse discordante das pautas religiosas e políticas do governo. Foram eles: José da Silva Lisboa, José Bernardes de Castro e Mariano Fonseca. O decreto de 27 de setembro de 1808 nomeou os censores régios pertencentes ao quadro de elite letrada: José da Silva Lisboa, Padre Mestre Frei Antônio de Arrabida, Padre Mestre João Manzoni e Luiz José de Carvalho e Mello e o controle censório operou até 1821 sendo nomeados um total de 13 censores durante o período de vigência. Esses funcionários régios que se propuseram na tentativa de controlar a cultura escrita no período joanino de fato eram homens conservadores, mas letrados com uma bagagem de leitura significativa e, portanto, esclarecidos. Eles sustentavam a adesão de conhecimentos ilustrados para que a sociedade fosse reestruturada, porém sem o conceito revolucionário (Cf. Costa, 1987, p. 119; Cf. Guimarães, 2011, p. 170 - 171; Cf. Neves, 1999, p. 675; Cf. Silva, 1999, p. 49).

A Mesa do Desembargo do Paço foi o órgão responsável para o gerenciamento de todo material a ser impresso bem como o recebimento de livros na alfândega o que pressupõe que o trabalho dos censores régios era bastante minucioso e sobrecarregado, pois seus pareceres deveriam

se nortear na legislação em vigor e na consciência (Correa, 2016, p. 4) tendo em vista que o período de atuação desses censores situava-se em um ambiente onde ocorria a politização das ruas acrescida pela formação de uma opinião pública proporcionada em grande parte pela criação da Impressão Régia (Basile, apud Salles; Grinberg, 2011, p. 62).

Sobre a censura, Darnton (2016, p. 8) expôs que através dos censores tencionavam-se as formulações de políticas e a ponderação do Estado concernente ao monopólio de seu poder e constatações de ameaças. Dessa forma, eram demasiadas as desaprovações da sociedade para com o controle censório especialmente em um contexto em que os ideais das “luzes” irradiavam em todo lugar. No entanto, para tais funcionários régios seus trabalhos eram de relevante importância para o Estado e o bem comum e a liberdade ilimitada, por sua vez, não era viável em nenhuma situação (Faria Júnior, 2008, p. 165).

O presente trabalho se propôs a analisar somente alguns pareceres emitidos por Visconde de Cairu. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro constam as requisições enviadas à Mesa do Desembargo do Paço no período de controle e os manuscritos presentes nas pastas pesquisadas são requisições de escritos para serem impressos e retirada de livros na Alfândega e estão dispostos por requisitante e não estão em ordem cronológica. No mencionado fundo constam as caixas com os referentes requerimentos somando em sua totalidade 1167 páginas e entre essas se localizam os pareceres do brasileiro. Os manuscritos pesquisados para este trabalho são

aqueles presentes nas caixas 168 (pacote 2) e 169 (pacote 1). Os requisitantes junto à Mesa do Desembargo do Paço nas pastas examinadas são:

CAIXA 168 - PACOTE 2: Achille d'Alix de Pons Deymou-thedon, Alexandre José Curvado de Figueiredo Albuquerque, Ambrosio Boudon, D. Anna Thereza Gomes de Carvalho, Antonio da Costa Pinto Forte, Antonio José de Lima Leitão, Antônio de Nunes de Vasconcelos de Drummond, Antonio Nicolau de Moraes Stockler, Tenente Antonio Paes de Barros, Bento José da Silva Servo e Bento Swenhbergh (Brazil, 1808-1821).

CAIXA 169 – PACOTE 1: Caetano José Ribeiro Louzada, Carlos Durand, Carlos Moke, Carlos Robillard, Daniel Pedro Muller, Diogo Doarte Silva, Diogo José Galhard, Felisberto Ignacio Januário Cordeiro e Marechal Francisco de Borja Garção Stockler (Brazil, 1808-1821).

Os censores no que diz respeito a sua laboração não se concentravam apenas a proibir as solicitações ou liberá-las, mas razoar os motivos, sobretudo quando eram desfavoráveis à liberação. Dessas requisições receberam observações negativas as seguintes obras:

Eneida de Virgílio - Requisitante Antônio José da Lima Leitão (físico moçambicano) - 23/03/1819 - Trata-se de uma solicitação para retirada da obra mencionada da alfândega, mas Silva Lisboa questiona algumas discussões impróprias como, por exemplo, uma citação do filósofo Sêneca e que quando versadas em obras escritas na língua portuguesa são ridículas.

*Conservador*⁴ de Neufchâteau - Requisitante Tenente Antônio Paes de Barros - 06/04/1818 - Silva Lisboa em seu parecer informou que apesar de não conhecer a obra, em uma leitura breve percebeu palavras libidinosas e julgou necessária a retenção.

Des Colonies et de la révolution actuelle de l'Amérique de Mister de Pradt - Requisitante Bento Swenborgh - 08/05/1818 – informações contrárias à escravidão e oposição acerca da acomodação da Família real presentes na mencionada obra fizeram Silva Lisboa impugnar sua circulação⁵.

Requisitante Carlos Durand - Entre 1818 e 1820 - Durand foi um notável comerciante de livros e artigos de luxo e foram frequentes suas requisições para retirada de livros na alfândega. Eis os títulos que Silva Lisboa decidiu pela retenção em seus pareceres: *Lettres physiques et morales de la femme*, *Histoire de Russie* e *Rapports du physique et du moral de l'homme*. Nesse último título do francês médico, filósofo e defensor da Revolução Francesa, Pierre-Jean-Georges Cabanis, o censor brasileiro embora o tenha liberado posteriormente, de início julgou prudente sua suspensão para uma leitura minuciosa.

Requisitante Carlos Robillard - Requisições apresentadas

4 Há casos de nos pareceres as obras não estarem escritas corretamente ou na sua totalidade. A obra em questão do francês Nicolas-Louis François de Neufchâteau tem como título *Le conservateur ou recueil de morceaux inédits d'histoire, de politique, de littérature et de philosophie*.

5 José da Silva Lisboa em 1825 publicou pela Typographia Imperial e Nacional a obra *Contestação da história e censura de Mr. de Pradt sobre os sucessos do Brasil* onde se opõe aos questionamentos de Dominique-Georges-Frédéric Dufour de Pradt (Abade de Pradt) em *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823* (1824).

em abril e novembro de 1820 - Na primeira solicitação Silva Lisboa elencou os seguintes livros devido a não leitura de sua parte e julgou imprudente a circulação: *Cours de littérature*, *Œuvres morales et historiques de Cigot*, *Divers journaux*, *Lettres de Lablé*, *Editeur à ses amis*, *Le Caravansérail*, *Anecdotes*, *La Religion*, *Livre de musique*, *La Chute de Carthage* e *Mémoires de l'abbé Georgel*. A segunda solicitação, por sua vez, eis os livros que o censor discorreu sobre a sua decisão pela não circulação: *La Conservateur* por conter citações do francês Voltaire e o censor as considerou prescindíveis na literatura luso-brasileira; Obras do francês Pierre Beaumarchais, conforme Silva Lisboa não deveriam ser liberadas por seus escritos serem imorais; *Histoire du Commerce des Européens* de autoria do francês Mr. Raynal pelo fato de ser uma leitura banida em terras luso-brasileiras; *Lettres à Émilie sur la mythologie* escrita pelo francês Charles-Albert Demoustier, pois se tratava de uma leitura indecorosa, embora na mencionada obra pudessem conter preceitos profícuos; Escritos da francesa Ninon de Lenclos não deveriam ser permitidos devido à obscenidade e à blasfêmia.⁶

L'Histoire universelle e *De l'esprit* - Requisitante Daniel Pedro Muller - 04/05/1818 - Esses títulos, respectivamente dos franceses Voltaire e Claude-Adrien Helvétius, em nenhum momento foi proibida a circulação por Silva Lisboa. No entanto, o censor argumentou em seu parecer que enquanto o primeiro continha opiniões insultantes do autor, o segundo,

6 As obras censuradas por Silva Lisboa dos autores Pierre Beaumarchais e Ninon de Lenclos não foram listadas. Nas requisições são mencionados somente o nome dos autores.

por sua vez, era um escritor materialista.

É observada que a atuação de Silva Lisboa enquanto censor régio que a maioria das ocorrências nos pareceres são indagações em relação ao conteúdo das obras de escritores franceses. A condição política desse país é uma explicação para esse fato, pois após a Revolução Francesa, suas obras foram vistas pelo Antigo Regime como ameaçadoras inclusive aquelas que não versassem política propriamente dita. Além disso, a França se configurava como um importante centro intelectual e cultural europeu e, naturalmente, os leitores ambicionavam a exploração de seus textos econômicos, filosóficos, literários entre outros. Dessa forma, o governo luso-brasileiro temia que os ideais franceses fossem propagados.

Outras duas requisições que Silva Lisboa se opôs foram dos solicitantes Diogo Doarte Silva (05/11/1817) e Marechal Francisco de Borja Garção Stockler (29/01/1813). Ambos solicitaram impressão para escritos de sua autoria: *Ode à Insurreição Pernambucana* e *Cartas ao autor da história geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste reino*, respectivamente. O censor não questionava o conteúdo dessas obras, porém as dedicatórias eram deficientes de celebração para com o governo. O ato de dedicar um livro nas monarquias era relevante, pois oportunizava legitimar a obra em questão através da demonstração de fidelidade à estrutura política vigente.

Logo, a dedicatória pode ser compreendida como um gesto baseado na teoria da reciprocidade, pois responde a uma necessidade social e cultural tanto daquele que homenageia

como do homenageado. A dedicatória pode ser caracterizada, dessa forma, como uma relação de interdependência que tenta combinar amizade, admiração, respeito e interesses, pois por intermédio dela o autor pode constituir, reforçar ou forjar laços e relações de sociabilidade com o rei – o que poderia representar um aumento de prestígio e, por conseguinte, de status pessoal, social e profissional para o dedicador (Freire, 2022, p. 717).

Há ainda o caso do espanhol Diogo José Galhard, que escreveu *Memória Inclusa sobre o melhoramento do Brasil*, onde Silva Lisboa no parecer de 25 de junho de 1817 fez algumas objeções, uma vez que o requisitante era estrangeiro e, segundo o censor, matérias alusivas à estruturação do Estado como, por exemplo, assuntos atinentes à área militar, deviam ser tratadas exclusivamente pelo governo. Embora na obra em questão nada houvesse contra os princípios políticos da Coroa, foram suprimidas as páginas que continham sobre assuntos próprios do Estado para então liberar a impressão.

Os escritos que atestavam o Antigo Regime não eram o alvo da atividade censória, mas aqueles antagônicos aos preceitos religiosos, à moral e à autoridade da Coroa e os pareceres dos censores régios além de discorrer sobre as reunições configuravam-se, portanto, em um adequado recurso para promoção e preservação da ordem no Oitocentos. O aparelho censório no panorama brasileiro do Dezenove não agiu de forma apenas a tolher o livre pensamento, mas inseriu-se num contexto político que possibilitou o domínio monárquico estruturando, por conseguinte, os alicerces imperiais.

Referências

Fontes

BRAZIL. *Pareceres manuscritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro, [1808 - 1821]. Fundo Desembargo do Paço, caixas 168, pacote 2. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

BRAZIL. *Pareceres manuscritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro, [1808 - 1821]. Fundo Desembargo do Paço, caixas 169, pacote 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Obras gerais

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial: (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (orgs.). *O Brasil Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

CORREA, C. M. Com Licença do Desembargo do Paço: mecanismos de funcionamento da censura no início do século XIX. In: Encontro de História da ANPUH-Rio: entre o local e o global, 17., 2016, Nova Iguaçu - RJ. Anais [...] ANPUH-Rio. Disponível em: [1464659347_ARQUIVO_ComLicencadoDesembargodoPaco.pdf](https://repositorio.anpuh.org.br/1464659347_ARQUIVO_ComLicencadoDesembargodoPaco.pdf). Acesso em 1 abr. 2025.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DARNTON, Robert. *Censores em Ação: como os estados influenciaram a literatura*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. *O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú*. 2008. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação

em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREIRE, Stefanie Cavalcanti. Dedicatórias manuscritas: marcas de proveniência, fonte e objetos de pesquisa. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 711-729, dez. 2022.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Org.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Editora Revan - UERJ, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Censura, circulação de ideias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 2, tomo XXXIII, p. 665 - 697, 1999.

SILVA, Ana Rosa Clolet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783 – 1823*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999.

Por trás do livro: o concurso patriótico e o debate sobre a proibição do tráfico negreiro na imprensa do Rio de Janeiro

Pedro Lucas Cuzatis de Oliveira¹

Introdução:

Em 1837, o número de escravizados ilegais que chegavam ao Brasil através do tráfico transatlântico de escravos atingia o pico inédito da história do contrabando negreiro, estima-se que mais de 60 mil africanos desembarcaram nos portos ilegais espalhados pelo Império nesse ano.² Coincidemente ou não, o ano também marcou a publicação da *Memoria Analytica a' cerca do commercio d' escravos e a' cerca dos malles da escravidão doméstica* na imprensa do Rio de Janeiro. Escrito pelo intelectual militar Frederico Leopoldo Cesár Burlamaqui, o livro na verdade era inspirado em uma propaganda liberal contra o tráfico de escravos e a permanência da escravidão. Cunhada pelos membros da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, a propaganda previa um concurso de

1 Mestrando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Email: pcuzatis@gmail.com.

2 Conferir banco de dados coordenado por David Eltis e Martin Halbert em www.slavevoyages.org.

Memorias, onde o autor que cumprisse todas as normas do edital e apresentasse a melhor Memoria contra o tráfico de escravos, iria levar para casa o prêmio de 400\$000 réis.

Embora o concurso de teses chame atenção, como foi registrado por Burlamaqui em seu livro, ele não ocorreu. Divulgado em diferentes jornais do Império ele se inseriu em um contexto de iniciativas que a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional estimulou para auxiliar o governo imperial a coibir o contrabando de escravizados. Assim, o edital do concurso divulgado se inseriu em uma reorganização das pautas das reuniões da Defensora. Incumbida de contribuir para a manutenção da ordem e da instrução pública, o tema do contrabando se fez presente em sua tribuna, no seu jornal e de seus membros, já que após a promulgação da lei 7 de novembro de 1831 a atividade do tráfico se constituía como uma atividade criminosa, portanto necessária uma intervenção de ordem.

O livro de Burlamaqui por si só de fato se constitui como um documento valioso para revisitarmos o debate político e público sobre o tema no período. Ao longo de sua obra Burlamaqui aborda temas como família escrava, religião, ordem política, projetos de abolição gradual, de substituição de trabalho, entre diversos outros. No entanto, a partir de uma análise do livro compreendemos que ele esteve inserido em uma teia de imbricações que inspiraram o autor a idealizá-lo. Podemos considerar sua formação, os autores e temas estrangeiros que atravessavam o Atlântico das ideias, mas destaca-se principalmente a atuação da Defensora em levan-

tar iniciativas e publicizar tal debate. Assim, uma investigação das instâncias que originaram sua produção e publicação nos leva a compreender parte da complexidade da formação da opinião pública sobre o tema na cidade corte.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho visa evidenciar e considerar as instâncias que originaram a escrita e a publicação da obra de Burlamaqui. Assim, através de fontes da imprensa iremos compreender como indivíduos da corte imperial se articularam para debater o tema do tráfico ilegal de escravizados e levantar diferentes propostas para somar os esforços do governo em coibir tal atividade nos primeiros anos de promulgação da primeira lei de proibição do tráfico negreiro. A partir disso, procuramos demonstrar que a publicação do livro mais extenso de propaganda antiescravista do século XIX não foi uma publicação isolada, mas sim construída através de diferentes instâncias.

Por trás do livro: política, sociabilidade e debate público

Adentrando brevemente a Memória analítica acerca do comércio de escravos nos deparamos com uma introdução e uma nota de advertência. Nela, o autor Frederico Burlamaqui explicita que a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional não tomou conhecimento de sua obra, já que sua dissolução se deu antes de sua publicação. Assim, Burlamaqui expõe que a obra deve ser recepcionada como a simples opinião de quem a escreveu e não como obra autorizada pela Sociedade e pelo seu conselho ainda que nela “se desenvolva o Programma publicado por sua or-

dem" (Burlamaqui, 1837, p.4). Afirmava ainda que "A Sociedade Defensora faria hum serviço relevante ao Brasil, e que serviria como de complemento a tantos outros prestados a nossa Patria" (Burlamaqui, 1837, p.4).

No cuidado do autor observamos de início que seu livro se tratava de uma inspiração a atuação da Defensora, resta então compreender como desenvovlia-se sua ação. A entidade surgiu no Rio de Janeiro em 1831 em resultado da sensação de descontrole na capital imperial que entre os anos de 1831 e 1833 vivenciou grandes manifestações dos mais diversos sujeitos que não se cessaram com a abdicação de D.Pedro I. Dessa forma, a formação da associação se respaldou em assegurar a ordem, a tranquilidade e o zelo pela opinião pública (Basile, 2004, p.90). As adesões à associação foram as mais diversas: membros das Regências, oficiais militares, e integrantes de grupos políticos divergentes se juntaram ali.

Sendo a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional um órgão administrativo que visava promover a ordem e funcionasse como uma espécie de instrumento público é natural que o tráfico ilegal de africanos tenha sido assunto em sua tribuna já que a atividade se constituía como crime desde a aprovação da lei 7 de novembro de 1831 que o abolia. Dessa forma, em uma sessão no dia 19 de janeiro de 1832, o cumprimento da lei foi debatido pela primeira vez na associação. Durante a reunião, foi proposto por Evaristo da Veiga, importante deputado e publicista do período, a nomeação de uma comissão encarregada de de-

nunciar as infrações cometidas (Aurora Fluminense, 27 jan. 1832).

A decisão foi adiada duas vezes, entretanto foi aprovada e o conselho foi composto por Saturnino de Sousa e Oliveira, José Ribeiro da Silva, José Rodrigues Monteiro e Leopoldo Augusto da Camara Lima. A reunião também estipulou que a comissão deveria ficar encarregada de indicar à associação as melhores formas de melhorar a vida dos Africanos Livres no Brasil (O Homem e a América, 11 fev. 1832). Devido a dificuldades de registros ainda não encontramos como se deu os trabalhos da comissão, entretanto em uma reunião no ano seguinte foi solicitado que a comissão deveria redigir com urgência um projeto de representação e denúncia ao governo, indicativo de que a comissão exercia atividades de alguma forma (Aurora Fluminense, 02 dez. 1833).

Em 2 de dezembro de 1833, o assunto reapareceu através de um requerimento do integrante Roza Salgado; “Sendo plenamente reconhecido, que o tráfico de negros da Costa d’África não só é ilegal, como o mais revoltante, que apoquenta a espécie humana”, expressando sua opinião Roza Salgado solicitou que o conselho exigisse ao governo através de um requerimento a formação de comissões de cidadãos para policiar o contrabando e aplicar a lei com ajuda da autoridade que fosse necessária (Aurora Fluminense, 02 dez. 1833). A ideia foi aprovada, mas não foi a única que ocupou a tribuna. Camara Lima solicitou que se pedisse ao governo o cumprimento da lei a imposição de multas mais severas aos navios ilegais e seus comandantes, enquanto Evaristo da

Veiga propôs que a associação promovesse um concurso que remunerasse a melhor “memoria” contrária ao tráfico de africanos. Pensando em alternativas que também envolvessem a imprensa, o conselheiro Parahiba inovou ao propor que a Defensora estabelecesse um gabinete de leitura de periódicos e livros de política no meio da cidade corte. A sessão durou quase três horas e, ao final, a proposta de Roza Salgado e Parahiba foi negada, enquanto as demais foram aprovadas (Aurora Fluminense, 02 dez. 1833).

Embora a proposta de Roza Salgado tenha sido negada inicialmente, no ano seguinte, em 1834 o requerimento proposto pelo membro era enviado à corte e publicado no jornal, indicativo que a articulação da sociedade em coibir o tráfico seguia na agenda de discussões.

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, no Rio de Janeiro, sollicita em procurar, quanto nella cabe, remover os obstaculos que se oppoe á nossa prosperidade, aumento de civilização, melhoramento de costumes e liberdade, não podia olhar sem horror o abuso com que o desleixo ou a imoralidade, e corrupção de Authoridades e Agentes subalternos do Governo, tem deixado que continúe o vergonhoso trafico de carne humana [...] (Aurora Fluminense, 24 fev. 1834)

A única das outras sugestões que encontrei referência estava na proposta realizada por Evaristo da Veiga, a formulação de um concurso de teses que iria premiar com 400\$000 réis o melhor livro contra o tráfico de escravos. Acreditavam que a melhor maneira de coibir a atividade ilegal era investir na promoção do debate através do uso da persuasão, com

isso o edital do concurso divulgado nos jornais do Rio de Janeiro e em Pernambuco estabelecia 4 normas do que deveriam compor a tese, sendo elas:

1º Mostrar a odiosidade toda de semelhante comércio, refutando os sofismas com que usam defendê-los os seus apologistas.

2º Expender os meios por os quais a introdução de escravos Africanos pode ser suprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admitindo máquinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indiretamente removê-los das cidades para os campos.

3º Notar detalhadamente as vantagens que têm o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos, forçados ao trabalho.

4º Finalmente, fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos Africanos exerce em nossos costumes, civilização e liberdade (Aurora Fluminense, 24 fev. 1834).

De volta para dentro do livro de Burlamaqui é interessante observar que seus 4 capítulos foram intitulados justamente com as normas expostas pelo edital. Assim, com essa reconstrução contextual conseguimos visualizar e afirmar que Frederico Burlamaqui baseou-se no edital do concurso para redigir seu livro. Essa observação é importante pois demonstra que o livro não foi uma idealização puramente das ideias do autor, ele se ancorou exatamente neste programa para redigir sua obra que nos dias de hoje se constitui como a “memória mais extensa sobre o tema da escravidão” (Rodrigues, 2000, p.84).

Por trás do livro novamente, uma leitura atenta aos periódicos que publicizavam as ações e as reuniões da Defensora observamos que a causa do contrabando foi transformada como tema nas reuniões quase sempre pelo integrante Evaristo da Veiga. Em um cruzamento de fontes, a partir do jornal de Evaristo é possível observar que ao longo de sua história como publicista, militou firmemente contra o tráfico de escravos. Para o deputado, a permanência e a possível continuidade do tráfico de escravos representavam um grande obstáculo para o desenvolvimento da civilização brasileira com isso, desde 1826, assinatura do primeiro tratado que previa a abolição do comercio de escravos, o tema foi abordado em suas publicações na capital.

Entre suas publicações destaca-se a denúncia explícita de portos ilegais de contrabando no Rio de Janeiro e de membros representantes dos órgãos institucionais que mediaram e encobriram a atividade criminosa. Chama atenção que Veiga dedicou uma sessão de seu jornal para eventuais denúncias anônimas de crimes como esses desde março de 1830. Dentro desse espaço chegou a narrar um caso emblemático de 33 africanos que foram captados e transportados para o Brasil de forma ilegal, entretanto o que abalou a notícia foi o fato de que dentre os 33 africanos dois deles eram príncipes no continente africano, notícia que abalou não só a imprensa, mas o governo do Império do Brasil (Aurora Fluminense, 14 abr. 1830). O que procuro demonstrar com esses fatos é que, para além da causa do contrabando ilegal ter composto uma das bandeiras políticas de Evaristo, essas ações desempenhadas por ele na imprensa nos mostram que

o debate sobre a proibição do tráfico negreiro já estava em cena na corte, assim o livro de Frederico Burlamaqui não é um registro isolado, mas sim a repercussão e a permanência de uma discussão pública que já estava em pauta.

Entretanto, para além das ações da Defensora que sem dúvida foram fundamentais para a formulação de sua obra, destacamos que sua formação como cidadão no império também influenciou sua vida e a possibilidade de servir ao serviço intelectual. Frederico César Leopoldo Burlamaqui foi descendente de uma família portuguesa que migrou para as terras lusas em 1806 quando seu pai, Carlos Burlamaqui, então capitão do Exército português foi nomeado capitão-mor da capitania de São José do Piauí chegando ao posto de governador (Penteado, 2025, p. 5-7). Entretanto, Frederico ao deixar sua “meninice” se mudou para o Rio de Janeiro e herdando a cultura do pai aderiu a carreira militar, cujo início coincidiu com a eclosão da Revolução Pernambucana em 1817 quando partiu com os fuzileiros da corte para sufocar a revolta (Penteado, 2025, p. 5-7).

Retornando ao Rio de Janeiro aos 19 anos foi promovido a alferes e na década seguinte já graduado tenente, matriculou-se na Escola Militar onde formou-se como engenheiro conquistando prêmios e o reconhecimento de aluno prodígio. Tornou-se doutor, tenente e ocupou o cargo de professor na Academia Militar, posteriormente no Governo de Pedro II conquistou ainda o cargo de diretor do Museu Nacional e do Jardim Botânico (Penteado, 2025, p. 5-7). Além de sua carreira acadêmica e militar Burlamaqui

teve uma ampla atividade societária, sendo filiado a cerca de 13 associações dentre elas entidades científicas e políticas, como a Associação Defensora (Penteado, 2025, p. 5-7). Entretanto, por mais que Burlamaqui tenha integrado a associação não se visualiza sua inserção nos debates sobre o tráfico que percorreram de 1832 a 1834, isso pois sua filiação se deu em 1835, ano em que a associação enfrentava crises chegando a fechar as portas.

O que busco demonstrar com parte de sua trajetória é parte das teias de imbricações que nos levam a sua obra, a sua formação. Frederico Burlamaqui foi herdeiro de uma família que vivia uma condição de vida abastada na qual foi possível atribuir a melhor educação aos seus filhos, fato que lhe rendeu títulos e posições privilegiadas na corte. Seu pai, Carlos César Burlamaqui, embora tenha sido militar, atuou na categoria de militar “administrativo”, se atrelando a serviços como a governança de Piauí e Sergipe. Não sabemos ao certo, mas tudo indica que a atuação de Burlamaqui no serviço militar tenha ido para o mesmo sentido. Quando seu pai aceitou governar em Sergipe, Frederico foi nomeado e enviado como adido do Estado-Maior do Exército, função militar para exercer funções de representação ou cooperação geralmente em ambientes diplomático (Penteado, 2025, p. 5-7). Isso nos mostra que Frederico Burlamaqui pode ter sido um militar das armas em algum momento, mas sem dúvidas era também um mestre das letras, do serviço estratégico e diplomático. É justamente esse contexto de vida que possibilitou com que Frederico pudesse ter acesso a livros de autores como Charles Comte, Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau,

ambos sendo referenciais fundamentais para a construção de sua maior obra.

Ao longo desta investigação, procuramos demonstrar que a trajetória de Frederico Burlamaqui, sua inserção em espaços de prestígio intelectual e militar, bem como sua proximidade com a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional entre outras, foram determinantes para a formulação da Memória Analítica. As diretrizes do concurso de teses promovido pela entidade não apenas forneceram a estrutura de sua obra, mas também a situaram dentro de um programa político mais amplo, voltado à persuasão da opinião pública e ao combate ao tráfico ilegal de escravizados. Assim, ao articular experiências pessoais, referências teóricas e práticas coletivas de mobilização, Burlamaqui produziu um texto que dialogava com as preocupações de seu tempo e participava ativamente das disputas de sentido que permeavam a corte imperial.

Considerações finais:

A análise do contexto de produção da Memória Analítica de Frederico Burlamaqui nos permite afirmar que a obra não se constituiu de forma isolada, mas esteve profundamente vinculada às práticas políticas, intelectuais e culturais do Rio de Janeiro oitocentista. Sua elaboração resultou de um ambiente de debates públicos estimulados pela imprensa, por associações cívicas e por redes de sociabilidade que buscavam incidir sobre o poder imperial. Nesse sentido, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, ain-

da que dissolvida antes da publicação, configurou-se como espaço privilegiado de formulação de propostas, circulação de ideias e consolidação de um vocabulário político contrário ao tráfico negreiro. Ao apropriar-se das diretrizes do concurso de teses promovido pela entidade, Burlamaqui transformou-as em um tratado que reverberava e amplificava demandas antiescravistas já presentes na corte.

Compreender a obra de Burlamaqui implica, portanto, ultrapassar sua materialidade e seu conteúdo, reconhecendo-a como parte de uma teia de relações que articulava indivíduos, instituições e correntes de pensamento. Ao reconstruir esse cenário, percebemos que o livro operou como instrumento político e cultural, inserido em disputas ideológicas mais amplas e sustentado por uma trajetória pessoal que conjugava formação intelectual, trânsito em espaços estratégicos e engajamento com questões centrais do período. Mais do que um registro escrito, a sua obra se apresenta como testemunho das formas pelas quais a cultura política se manifestava no Brasil do século XIX, evidenciando as interações entre linguagem, cultura e sociedade.

Fontes:

Aurora Fluminense

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. Memória analítica acerca do comércio de escravos e da escravidão doméstica. Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837.

O Homem e a América

Referências Bibliográficas:

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2004.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

PENTEADO, David Francisco de Moura. Um cultivador das ciências: biografia e bibliografia de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 20, n. 1, e20240071, 2025.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

Catolicismo e anticomunismo no Brasil: a herança ultramontana

Bruno Zottele Loss¹

1 INTRODUÇÃO

O anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo (Motta, 2020, p. 14)². Ao longo do século XX, o conflito que opôs comunismo e anticomunismo ocupou posição central, tornando-se elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais. Em tempos recentes, a tradição anticomunista foi reapropriada no contexto da polarização política e do surgimento de uma nova onda direitista (Motta, 2020, p. 309). Ocorre o aproveitamento de uma tradição enraizada, mobilizando-se antigos temores e obsessões para lutar contra o inimigo atual. A expansão da influência direitista mostrou-se de maneira clara na disputa eleitoral de 2014. O anticomunismo, entre outros fatores, contribuiu para o golpe parlamentar contra o governo Rousseff em 2016, bem como para a vitória

1 Mestre (2023) em História pela universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é vinculado ao Laboratório de Estudos sobre o Temo Presente (LABTEMPO) na mesma instituição. E-mail: brunozloss@yahoo.com.br.

2 Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo. Aqui, consoante Motta (2020, p. 13), comunismo é entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.

da candidatura de extrema-direita em 2018.

Os últimos acontecimentos confirmaram, assim, a tese central do monumental trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2020), segundo a qual existe no Brasil uma tradição anticomunista arraigada, disponível para novas apropriações, nos momentos em que se faz necessário (Motta, 2020, p. 310). Segundo o mesmo autor, as bases para o estabelecimento dessa sólida tradição anticomunista foram criadas a partir dos acontecimentos da década de 1930, notadamente a partir do Levante Comunista de 1935. Na análise que fez sobre os elementos doutrinários do anticomunismo, Motta (2020, p. 39) conferiu destaque às denominadas “fontes matriciais” de sua elaboração, aduzindo que, no Brasil, onde o anticomunismo foi representado majoritariamente pelo pensamento conservador e reacionário, as representações anticomunistas provieram de três matrizes básicas: catolicismo, nacionalismo e liberalismo (Motta, 2020, p. 42). Dentre essas três, notabilizou-se a Igreja Católica, que se constituiu, provavelmente, a instituição mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX.

O presente artigo busca refletir sobre as origens do anticomunismo católico brasileiro, buscando o substrato de sua constituição a partir do assim denominado movimento ultramontano, ou seja, a corrente do pensamento antimoderno católico que, com origens no início do século XIX, se espalhou também pelo século XX, na esteira do processo de centralização levado a cabo pelas autoridades eclesiásticas romanas, o qual repercutiu em países periféricos, como o Brasil.

As representações anticomunistas presentes na sociedade brasileira não surgiram de forma repentina, mas remeteram a um processo iniciado com os embates entre a instituição eclesiástica e a ascensão da modernidade. Nota-se nessas representações uma forte tendência à regularidade, ou seja, à permanência ao longo do tempo de imagens, ideias, mitos etc. (Motta, 2020, p. 20). Neste momento revela-se útil o conceito de longa duração, chave na terceira geração da Escola dos *Annales*, desenvolvido pelo historiador francês Fernand Braudel (1902-1985). Para Braudel, existem três ritmos na história, ou três durações: o estrutural (fenômenos geográficos, econômicos, políticos e culturais que permanecem constantes durante muito tempo ou que evolvem de forma quase imperceptível), o conjuntural (flutuações de amplitudes diversas e que se manifestam nesse quadro estrutural), e o do evento/acontecimento (seria o caso da Revolução, ou seja, a desestruturação de uma estrutura e a criação de outra). Todo trabalho histórico, a seu ver, decompõe o tempo decorrido, segundo preferências e opções que permanecem mais ou menos conscientes. Assim,

Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo, de longuíssima duração. A fórmula, boa ou má, tornou-se-me familiar para designar o inverso do que François Simiand, um dos primeiros após Paul Lacombe, terá batizado história ocorencial (*événentielle*) [...] (Braudel, 2014, p. 44).

A Igreja, como uma instituição religiosa ligada à cama- da estrutural-cultural do mundo ocidental e à sua constitui-

ção, desenvolveu-se no tempo lento, em uma longa duração, transformando-se e reconstruindo-se de maneira quase imperceptível (Caldeira, 2011, p. 64).

No que diz respeito ao aporte teórico, situa-se este trabalho no âmbito da Nova História Política. A revivescência da história política integra-se em um movimento de retorno ao sujeito agente, em ruptura com o determinismo socioeconômico. Impôs-se a ideia de que as escolhas políticas não são o mero decalque das relações de força entre categorias profissionais (Rémond, 2003a, p. 24). Uma das maiores preocupações dessa “nova história política” é operar uma re legitimação do objeto político, ao defini-lo como o “lugar de gestão da sociedade global” (Rémond, 2003, p. 447), que recapitula os outros níveis da realidade. Essa concepção do político como o nível mais englobante das sociedades funda a reivindicação da história política como história total (Delacroix; Dosse; Garcia, 2012, p. 348).

No presente trabalho será igualmente utilizado o conceito de “representações”. As representações, segundo Roger Chartier, seriam constituídas pelas

[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (Chartier, 1987, p. 17).

Considerando a importância do fenômeno anticomunista, revela-se extremamente necessária a pesquisa sobre os grupos conservadores, tendo em vista a necessidade de aquilatar corretamente sua influência na história política. Recentemente, o estudo das direitas encontrou mais espaço nos meios acadêmicos, tanto na historiografia como nas ciências sociais.

O presente artigo será estruturado em quatro partes: esta introdução, duas seções e as considerações finais. Na primeira seção, será apresentado o desenvolvimento do movimento socialista. Na segunda seção, vai-se tratar da reação católica, no contexto da sensibilidade ultramontana, no século XIX, e da matriz católica do anticomunismo brasileiro, proveniente, em grande parte, daquele pensamento oposicionista da modernidade. Nas considerações finais, serão feitas considerações sobre novos desdobramentos da atitude anticomunista nos tempos atuais.

2 MOVIMENTO SOCIALISTA

2.1 Igreja e modernidade

No decorrer do século XIX, esboçaram-se os fundamentos de um pensamento católico profundamente oposicionista à modernidade, que irá marcar o catolicismo em todo o século seguinte. O processo histórico que levou o nome de modernidade substituiu a cosmologia aristotélica e cristã, oferecendo elementos para a configuração de um novo paradigma. O eixo de percepção do mundo passou a se deslocar de um

mundo hierarquicamente constituído para uma nova forma de organização social, na qual a subjetividade surgiu como valor e o indivíduo se encontrou imbuído de seu próprio destino. Vaz (2002, p. 13) caracteriza a modernidade como

o terreno da urdidura das idéias que vão, de alguma maneira, anunciar, manifestando ou justificando a emergência de novos padrões e paradigmas da vida vivida [...] e só se constituiu como estrutura de um universo simbólico quando a Razão, no seu uso teórico explícito ou formalizado (*logos demonstrativo*), emerge definitivamente como instância reguladora do sistema simbólico da sociedade [...].

Para os propósitos deste trabalho, mostra-se útil uma breve delimitação dos movimentos ocorridos no Ocidente europeu que deram origem a essa nova realidade, a que se denominou modernidade. Esses movimentos entraram em conflito com o discurso religioso totalizante da Igreja Católica Romana, e podem ser assim enumerados: Reforma Protestante, Iluminismo, Revolução Francesa, Socialismo. A Revolução Francesa pode ser considerada um movimento de grande centralidade para se perceber o embate do catolicismo com as forças advindas do processo histórico moderno. Diversas correntes, oriundas da Revolução Francesa, inspiraram os movimentos revolucionários do século XIX, como a democracia, o nacionalismo e o liberalismo.

Foi no século XIX que a instituição eclesiástica passou a reagir de forma dura e sistematizada àqueles pensamentos, levando a cabo profundas mudanças institucionais a fim de conter as ameaças oferecidas pelos valores modernos. Esse

gradativo fechar-se delineou um dos aspectos mais amplos do que se poderia chamar do pensamento e da prática ultramontana. Pode-se concluir com uma relação das concepções que caracterizariam esse pensamento, de acordo com Caldeira (2011, p. 46), como: visão unicamente negativa da sociedade moderna; nostalgia em relação à cristandade e ao *Ancien Régime*; preconização do poder do papa e da Igreja acima do poder do Estado; negação da razão humana como único caminho para apreender o verdadeiro e o falso, o bem e o mal; reafirmação do método escolástico para os estudos teológicos; organização de sociedades especiais a fim de defender suas ideias e utilização clara do tom polêmico no intuito de chamar a atenção para seus propósitos. Outras características desse pensamento também podem ser vislumbradas, como convicção em defender a autoridade, olhar desconfiado sobre quem não compartilha de suas ideias, percepção de que a Igreja seja uma instituição que recebe total e passivamente as diretrizes de Deus e, convencimento de que tudo depende da causa última que é Deus. Não obstante, o ideal mais marcante e que permeava todas essas ideias era o desejo da restauração do cristianismo como amálgama da sustentabilidade social e a situação política que se apresentava na Idade Média (e no seu prolongamento no *Ancien Régime*). Os católicos ultramontanos não imaginavam a possibilidade de outra forma de sociedade cristã. Na verdade, sociedade cristã propriamente dita era aquela antes de 1789. Destarte, fazer parte da contrarrevolução era o papel a que todo católico digno do nome deveria impor-se. Um dos últimos frutos do pensamento moderno, que lançava novos desafios à Igre-

ja Romana, foi o socialismo. O socialismo foi compreendido pela cúpula da Igreja como uma força moderna com a qual os católicos não deveriam compactuar.

2.2 O socialismo

2.2.1 Origens

As origens do socialismo devem ser buscadas na Revolução Industrial. Com efeito, o projeto socialista foi a tentativa de resposta aos problemas estruturais nascidos da Revolução Industrial. A indústria se desenvolveu em torno das fontes de energia ou das matérias-primas, perto das cidades, porque necessitava de uma mão-de-obra numerosa. A concentração geográfica e humana precipitou a conjunção entre o fenômeno urbano e a atividade propriamente industrial (Rémond, 1976, p. 104). A massa assalariada dos operários não tinha como garantir sua subsistência senão pela venda de sua força de trabalho. As condições de trabalho eram as mais duras possíveis, pois não existia qualquer limitação de tempo, nem mesmo limite de idade, o que estava de acordo com as máximas do liberalismo, segundo o qual a liberdade da oferta e da procura não poderia ser entravada por nenhuma regra obrigatória. O surgimento do movimento operário implicou uma tomada de consciência dessa condição operária e num esforço de organização. O movimento operário apresentou dois ramos paralelos, um dos quais foi o sindicalismo, movimento propriamente profissional; o outro foi político, com o aparecimento dos partidos operários, geralmente de inspiração socialista (Rémond, 1976, p. 111).

2.2.2 Escolas socialistas

A reflexão dos fundadores de escolas socialistas foi suscitada por duas consequências essenciais da Revolução Industrial, principalmente pela miséria dos trabalhadores e pela dureza da condição operária. Os pensadores socialistas criticavam os postulados do regime liberal, segundo o qual seria preciso dar toda a liberdade à iniciativa privada. A partir daí, o socialismo passou à construção de um sistema positivo e propôs uma doutrina de organização social, não política. Toda a história da evolução do socialismo seria o itinerário de uma escola de organização social que se transforma em partido político para a conquista do poder (Rémond, 1976, p. 117).

2.2.1.1 *O marxismo*

Houve um grande número de escolas socialistas. Pode-se enumerar, no caso da França, Saint-Simon, Fourier, Cabet, e outros. Essa riqueza ideológica caracterizou os meados do século XIX. Todas essas escolas tinham como base a crítica ao liberalismo e como programa a substituição da propriedade privada pela propriedade socializada. Elas, no entanto, divergiam no que dizia respeito às modalidades práticas, como também na filosofia geral. Com o tempo, uma escola tomou a dianteira das outras e veio a excluí-las: o marxismo. Em parte, foi porque o marxismo prevaleceu que o socialismo se politizou. O marxismo impôs-se pela força do sistema, por sua coerência interna, pelo gênio de seus fundadores (Rémond, 1976, p. 117-118). De fato, Marx e Engels delinearam uma

história da humanidade segundo o esquema da luta de classes, levando fatalmente à supressão da propriedade privada, à socialização do capital, à abolição da família, das párias, das nacionalidades. A contribuição essencial de Marx, segundo Martina (2014, p. 34), foi a criação de uma consciência de classe no mundo operário em bases econômicas, a internacionalização do movimento, a escolha deliberada da revolução.

A influência de Marx revelou-se, sobretudo, no nascimento dos partidos socialistas dos diversos países europeus, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX (Martina, 2014, p. 34). Os partidos socialistas constituíram os primeiros partidos cujo grupo parlamentar era considerado o instrumento de uma ação concebida fora do parlamento, como o prolongamento de um organismo exterior à vida parlamentar (Rémond, 1976, p. 119). A despeito das dificuldades e das proibições legais, que às vezes tinham que enfrentar, os partidos socialistas tomaram força, a partir de 1900, na maioria dos países da Europa Ocidental, Central e até mesmo Oriental, pelo efetivo de seus adeptos e pelo número de seus eleitos. O marxismo exerceu uma crítica global a todos os valores reconhecidos, rejeitando em bloco as instituições políticas, o regime econômico, o sistema de relações sociais, a moral burguesa, a filosofia e a religião que prevalecem na sociedade. O socialismo tomou posição contra a religião, contra o fato religioso em si, e não apenas contra as Igrejas, como certos liberais ou certos democratas (Rémond, 1976, p. 121). O socialismo pareceu encarnar, para grande número de pessoas, tanto uma esperança de solidariedade, uma as-

piração à paz, quanto o sonho de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

3 REAÇÃO CATÓLICA

Para alguns intelectuais católicos, o comunismo seria o último desdobramento das transformações da modernidade, atualizando, para o século XX, os “erros” iniciados no período do Renascimento. Segundo essa versão, inspirada em parte no pensamento de Joseph de Maistre³, haveria uma cadeia de causalidade ligando a Reforma Protestante à Revolução. A ação dos revolucionários comunistas significaria a continuação da obra destruidora da Reforma, movida pelo mesmo desejo de aniquilar a Igreja e a ordem social inspirada em seus ensinamentos (Motta, 2020, p. 42-43). A partir da segunda metade do século XIX, o papado vinha se preocupando com o assunto. Nesse período, as Encíclicas, documentos dirigidos pelo Papa aos bispos contendo orientação doutrinária, começaram a abordar a temática comunista. A primeira encíclica dedicada a condenar de maneira mais peremptória os revolucionários foi a *Quod Apostolici Muneris* (Denzinger, 3130, 3133), editada por Leão XIII em 1878. A questão central, na ótica da hierarquia católica, era que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo se constituía numa filosofia, um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer

³ Joseph de Maistre (1753-1821), expoente da corrente intransigente francesa. Sua obra *Du Pape*, publicada em 1819, exaltou a infalibilidade do Papa e seu papel benéfico no desenvolvimento da civilização, contribuindo para a forte afirmação do ultramontanismo em 1870.

uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. Não se pode deixar de concluir, conforme Motta:

[...] O despertar da hierarquia católica para o problema social e a consequente proposição de programas visando à “justiça social” decorreram fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que socialistas e comunistas ameaçavam a cidadela católica (Motta, 2020, p. 44).

As políticas adotadas pelo governo soviético confirmaram algumas das piores expectativas da Igreja em relação aos revolucionários. Mas o ápice do anticomunismo católico ocorreu na década de 1930, no contexto da Guerra Civil Espanhola. A partir do início da guerra, em meados de 1936, as instituições católicas se empenharam numa campanha mundial de denúncia das “atrocidades comunistas” cometidas na Espanha⁴. No Brasil, tal ofensiva coincidiu com a onda anticomunista provocada pelo levante de 1935. Estabeleceu-se uma percepção esquemática da realidade, segundo a qual o mundo estaria vivendo uma luta irreconciliável entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo *versus* Anticristo, Roma *versus* Moscou (Motta, 2020, p. 46). Nos anos 1930, a campanha anticomunista da Igreja Católica no Brasil se inseriu em uma estratégia maior, que vinha desde a década anterior, no sentido de recuperar posições perdidas com a implantação da República. O clero católico brasileiro, sob a liderança do car-

4 Na verdade, como assinala Motta (2020, p. 45), a responsabilidade sobre os atos antirreligiosos cometidos na Espanha ainda é objeto de debate. Alguns autores argumentam que os militantes comunistas não foram os mais implicados nas violências cometidas.

deal Dom Sebastião Leme⁵, empenhou-se em um esforço de “rechristianizar” a população do país, que, no seu entender, estaria se afastando cada vez mais do caminho traçado pela religião. Tal movimento convergiu com a organização da intelectualidade católica, sob a liderança de Jackson de Figueiredo⁶ e do grupo da revista *A Ordem*. Na medida em que a Igreja assestou baterias contra o comunismo, as entidades leigas também foram mobilizadas na batalha⁷.

Por conseguinte, na história do anticomunismo brasileiro, a religião e os religiosos desempenharam o principal papel, notadamente no que diz respeito à elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação (Motta, 2020, p. 70). Ressalte-se ainda o posicionamento ambíguo da Igreja Católica em relação ao liberalismo, entendido como fundamento do sistema capitalista. A existência desse “substrato crítico” permitiu o desenvolvimento de tendências anticapitalistas em determinados meios religiosos, que consideravam comunismo e capitalismo igualmente ameaçadores para a religião (Motta, 2020, p. 71)⁸. Em suma, valores e ideais vincula-

5 Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), coadjutor no Rio de Janeiro (1921-1930), e cardeal arcebispo no Rio até 1942, sobressaiu-se como a figura decisiva que determinou a direção da Igreja nesse período.

6 Jackson de Figueiredo (1891-1928) nasceu em Aracaju (SE). Estudou em sua cidade e pouco depois em Maceió. Em 1909 passou para Salvador, a fim de cursar a Faculdade de Direito. Concluído o curso, viajou em 1915 para o Rio de Janeiro, onde viveu com dificuldades nos primeiros anos, até projetar-se na imprensa como jornalista.

7 Uma das realizações mais importantes da Igreja no período foram os Congressos Eucarísticos, manifestações de líderes e fiéis católicos que tinham por objetivo mostrar à sociedade e ao Estado a força mobilizadora da instituição (Motta, 2020, p. 50-51).

8 Observe-se a trajetória da Ação Católica, que, a partir dos anos 1940

dos ao catolicismo forneceram matéria para a construção das representações anticomunistas no Brasil.

3.1 Representações anticomunistas

O comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal quais as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte. A maioria das representações a respeito do comunismo envolveu temas que denotaram as características maléficas atribuídas aos comunistas. Elas trouxeram à tona temores arcaicos, mas também despertaram ansiedades do mundo moderno. No limite, chegou-se a operar a identificação do comunismo com o demônio (Motta, 2020, p. 74). No Brasil, os religiosos lançaram mão, com frequência, do recurso da demonização dos comunistas. Não surpreende a presença do demônio no discurso católico, uma vez que se trata de um personagem do universo das preocupações religiosas. A Igreja sistematizou o arquétipo e colocou o demônio em posição de destaque como fonte originária do mal. No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja, ele também começou a ser anatematizado como “criação de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco no passado. Essa ideia apareceu nas palavras do Papa Pio XI:

Depois da miserável queda de Adão, como consequência
começou a ser influenciada por ideias “progressistas”. Sua inflexão ideológica transformou-a na matriz da esquerda católica brasileira (Motta, 2020, p. 51).

dessa mácula hereditária, começou a travar-se o duro combate da virtude contra os estímulos dos vícios; e jamais cessou aquele antigo e astuto tentador de enganar a sociedade com promessas falazes. É por isso que, pelos séculos afora, as perturbações se têm sucedido umas às outras até à revolução dos nossos dias [...] (Igreja Católica, 2004, p. 554).

Nos anos 1930, a demonização do comunismo foi frequente, tanto no discurso católico como no leigo. Uma forma correlata de representação foi mostrar os comunistas como criaturas assustadoras e com características que os tornavam virtualmente não humanos, como as representações que associavam os comunistas a animais, em um processo que se poderia chamar de zoomorfização (Motta, 2020, p. 77). No universo “zoológico” do imaginário anticomunista, as criaturas de presença mais frequente que simbolizavam características atribuídas ao comunismo eram o abutre, a hiena, o polvo, a tarântula e a serpente. A influência do discurso religioso foi marcante igualmente no que se relacionou às representações atinentes à temática moral, uma vez que os comunistas foram apresentados como adversários irreconciliáveis da moralidade cristã tradicional (Mottta, 2020, p. 88). Para minar as forças do catolicismo, seria necessário corromper os costumes e afastar o povo dos ensinamentos da moralidade cristã. Sobretudo, os revolucionários desejariam destruir o pilar central do edifício cristão, a família, que constituiria a base da instituição religiosa e da própria sociedade. Segundo Motta:

Boa parte das preocupações dos anticomunistas voltava-se para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, que a pregação subversiva estaria colocando em risco. Nes-

se caso, o foco das atenções apontava para a União Soviética, que, além de ser a fonte de inspiração do comunismo mundial, passara por uma revolução comportamental simultânea às transformações na estrutura social e econômica [...] (Motta, 2020, p. 90).

Outro golpe desferido na família tradicional seria o questionamento da hierarquia “natural”, questionando o poder paterno dentro do núcleo familiar e o papel do homem na sociedade. Os anticomunistas brasileiros ficaram igualmente enfurecidos com as informações de que os soviéticos haviam introduzido a educação sexual nas escolas. A permissão do aborto na União Soviética, estabelecida pelos códigos legais, gerou escândalo semelhante. Divórcio, libertação da mulher, educação sexual e aborto serviram para conferir verossimilhança às afirmações de que o comunismo visava a destruir a família e solapar a moral. Daí derivaram as acusações de que os comunistas seriam sedutores, devassos e inimigos da família, em uma palavra, imorais. Essas representações pertinentes aos riscos morais implicados no perigo revolucionário sofreram poucas alterações ao longo do tempo (Motta, 2020, p. 93).

Embora não esteja no escopo do presente trabalho a análise da iconografia anticomunista produzida no Brasil, não se pode deixar de assinalar que o recurso da demonização foi muito comum nos registros gráficos relacionados ao comunismo. A maior parte das representações relativas aos militantes comunistas aludiu ao caráter anticlerical e iconoclasta a eles atribuído. Buscou-se fixar a ideia de que os comunistas eram ateus e profanadores da religião, adeptos à violência e à

destruição. Nesse particular, as representações da Virgem de Fátima desempenharam um papel importante nas campanhas anticomunistas da Igreja. O fato de a aparição ter-se dado em 1917 proporcionou uma interpretação que a vinculava aos acontecimentos da Rússia. Tratar-se-ia de um sinal de que a divindade reprovava o experimento revolucionário russo (Motta, 2020, p. 124-125).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anticomunismo foi presença marcante durante um longo período da história brasileira. Tornou-se uma tradição, configurando-se como um fenômeno estrutural (Motta, 2020, p. 305). No decorrer do tempo, diversos aspectos da tradição anticomunista foram mantidos e reproduzidos, ao mesmo tempo em que novas configurações externas vieram à tona, acompanhando a dinâmica da História. As grandes campanhas inspiradas pelo anticomunismo no Brasil durante o século XX resultaram de uma mistura complexa. No entanto, estiveram sempre presentes as representações religiosas, formuladas pelo catolicismo romano. Os comunistas foram apresentados como personagens nefastos: ateus, imorais, associados ao próprio demônio. Desde o princípio do século XX, a tradição anticomunista católica associava o perigo vermelho a ameaças contra a família e o matrimônio cristão. Tais representações maniqueístas cumpriram o papel de dificultar o proselitismo da proposta comunista.

As representações anticomunistas a que se fez referência no decorrer deste trabalho não surgiram de forma es-

pontânea. Ao contrário, foram o resultado de uma tradição sedimentada ao longo de um processo de longa duração, correspondente àquilo que se denominou genericamente de “reação católica”, ou seja, o pensamento que se constituiu como uma reação da instituição eclesiástica contra a modernidade e a secularização.

Na revivescência do fenômeno anticomunista ocorrida nas recentes mobilizações direitistas não deixaram de estar presentes as representações atinentes à tradição anticomunista católica. Deve-se destacar o fato de que, no contexto atual, tais representações passaram a ser veiculadas pela direita evangélica. Com efeito, há diferenças do discurso atual em relação a um anticomunismo mais antigo, embora a sensibilidade conservadora ainda esteja marcada pelo tema das mudanças comportamentais. Um futuro trabalho poderá ter como tema tais diferenciações, buscando as especificidades das representações religiosas anticomunistas atualmente veiculadas.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2.Ed. Lisboa: Difel, 2002.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007.

IGREJA CATÓLICA. *Documentos de Pio XI*. São Paulo: Paulus, 2004.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias. A era contemporânea*. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 441-450.

_____. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003a. P. 13-36.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Raízes da modernidade*. São Paulo: Loyola, 2002.

A igreja metodista na resistência à Ditadura Militar na cidade do Rio de Janeiro (1979-1985)

Adriany Souza de Oliveira¹

Introdução

A historiografia sobre a redemocratização brasileira, embora ampla, quando se trata de abordar a religião no período, concentra-se sobretudo no ativismo da Igreja Católica progressista, negligenciando o papel de outros grupos religiosos — especialmente o protestantismo histórico —, comumente associado a certa adesão ao regime militar. O engajamento de denominações como a Igreja Metodista na resistência à Ditadura Militar permanece subexplorado, sendo precisamente essa lacuna que este trabalho busca preencher, investigando a atuação desta igreja evangélica na capital fluminense entre 1979 e 1985. Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, o presente artigo apresenta resultados e reflexões parciais, frutos da análise de documentos de órgãos repressivos e de entrevistas com lideranças metodistas do período. Tal recorte se insere em um momento histórico que, embora popularmente estigmatizado como a “década perdida” em

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes. E-mail: adriany.s.oliveira@gmail.com

termos econômicos (Santagada, 1990; Sallum e Kugelmas, 1991), foi repleto de avanços políticos e sociais no cenário nacional. Conforme destaca Rostoldo (2003), os fatores extra-econômicos, como as relações sociais, políticas e culturais, são essenciais para se compreender o sujeito histórico e o desenvolvimento de um país, o que torna o período de 1980 uma década de lutas e invenções sociais onde as práticas religiosas assumiram relevância política (Burity, 1994).

Além disso, o momento histórico presenciou o surgimento do novo sindicalismo, a formação do Partido dos Trabalhadores, a mobilização de grupos estudantis e muito mais (Barbosa, 2002; Pinheiro Jr. 2007; Santana, 2014). Joanildo Burity (1994) destaca que as comunidades religiosas foram agentes ativos na construção da esfera pública e na defesa de repertórios democráticos, revelando que a chamada “década perdida” também pode ser compreendida como uma década de lutas e invenções sociais, onde práticas religiosas assumiram relevância política e cultural.

A questão central que orienta este estudo pode ser formulada da seguinte maneira: como a Igreja Metodista atuou na resistência ao regime militar no município do Rio de Janeiro entre 1979 e 1985? O recorte temporal justifica-se por dois marcos: de um lado, a promulgação da Lei da Anistia em 1979, que reconfigurou os espaços de militância social e religiosa, permitindo maior visibilidade das práticas de contestação, o fim do exílio de importantes nomes no movimento ecumênico; de outro, a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, símbolo da transição democrática e do fim insti-

tucional do regime militar. O recorte espacial, por sua vez, privilegia a capital fluminense, em razão da concentração de mobilizações políticas e religiosas, bem como da relevância das instituições metodistas no contexto urbano e cultural.

Sendo assim, a principal hipótese é que a Igreja Metodista, conciliando a defesa dos Direitos Humanos com a manutenção da ordem social, sob a influência de missionários norte-americanos progressistas, da Teologia da Libertação e do movimento ecumênico, participou da resistência à ditadura militar enfrentando tensões internas entre diferentes visões sobre o papel social da igreja. Logo, o objetivo é investigar sobre a atuação dos metodistas no município do Rio de Janeiro durante o período final da ditadura militar no Brasil.

Metodologia e fundamentação teórica

Para atender as perguntas feitas pelo tema, a pesquisa se fundamenta no levantamento de duas fontes: análise de documentos dos órgãos de repressão, como DOPS/SNI e a história oral, através de entrevistas com lideranças metodistas do período. Tais metodologias estão diretamente relacionadas à terceira geração da Escola dos *Annales*, uma vez que, conforme afirma a historiadora Daniela Weber (2012), possibilita o uso de fontes e temas variados, pois a história política e cultural de uma sociedade é considerada.

Um ponto importante será sempre considerar a subjetividade de todas as fontes que serão utilizadas, inclusive os documentos dos órgãos de repressão do período, conforme

apontado por Carlos Bacellar (2008), atentando-se para o contexto histórico. Os historiadores Fernanda Arno e Rafael Maschio (2015) fazem a mesma observação no momento de usar esses documentos como fonte, mantendo um cuidado metodológico na transcrição desse tipo de fonte, além de compreender a dinâmica de intermediação de quem a produziu. É uma fonte desafiadora, haja vista que o trabalho do pesquisador precisa ser entender de que forma se deu a representação do objeto analisado, compreendendo de que forma as falas e atitudes foram operacionalizadas e aplicadas em um vocabulário técnico. Mas são possíveis de trabalhar e a partir delas obter um *insight* precioso sobre as relações sociais, possíveis formas que os metodistas apresentaram resistência.

Além disso, sobre a história oral, existem questões como a memória dos entrevistados, mesmo se tratando de um período recente, é importante considerar que a memória é seletiva, conforme exposto por Michael Pollak (1992), portanto, subjetiva. Além disso, o período da ditadura militar é um assunto sensível mesmo para militantes, porém, conforme muito bem esclarecido por Marieta de Moraes Ferreira (2002), existe um potencial de pesquisa, o que não deve se tornar um impedimento. A historiadora (2002, p. 327) aponta que “esses depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, mas também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social”. Ferreira destaca que a história oral, como um método de pesquisa, é objeto de poucos estudos metodológicos, porém é uma ferramenta pertinente, uma vez que permite um melhor en-

tendimento da construção das representações de grupos.

Para esta pesquisa, farei uso do conceito de *Ditadura Militar*. Embora a participação dos civis e dos empresários tenha sido significativa e sejam perspectivas válidas, tendo em vista o patrocínio e até mesmo concordância com o que estava acontecendo, o historiador Eder Alexandre Martins (2013), fundamentando-se em Carlos Fico e Pedro Pomar, que sinalizam para o controle exclusivo que os militares tinham da presidência da República, por exemplo. Além disso, Martins (2013, p. 3) destaca que os oficiais das Forças Armadas se infiltraram nas camadas da estrutura social ao ponto de engessar qualquer possibilidade de interferência civil nas decisões que poderiam envolver o destino do país. Martins destaca que os militares não controlaram somente a economia e a política, propriamente, mas também determinaram durante vinte e um anos de que forma o mundo seria visto, delimitando de que forma a arte, os costumes e a educação se dariam durante todo o tempo que estiveram no poder. Sendo assim, aponta que os civis apoiaram o regime e aceitaram o golpe militar de 1964, com uma baixa resistência, analisando de maneira geral, todavia a participação de setores civis no exercício do poder foi muito mais limitada.

Tendo esclarecido o posicionamento historiográfico sobre a definição do regime militar brasileiro, torna-se fundamental entender de que maneira as dinâmicas internas de um campo social específico – o religioso – interagiram com o macro-contexto autoritário. Para isso, este estudo se apoia no conceito de campo religioso, proposto por Pierre Bourdieu.

Segundo o sociólogo francês, campo religioso é um espaço estruturado pelas relações de força entre os diferentes agentes e pelas lutas por hegemonia. O sociólogo brasileiro Vitor Hugo Guidotti (2015) complementa essa análise ao destacar o papel da religião na manutenção de desigualdades sociais. Erwan Dianteill (2018, p. 31), em um estudo sobre o Bourdieu, aponta que tal campo se apresenta como um sistema completo das relações objetivas de concorrência ou de transação entre as posições dos agentes religiosos.

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política. (Bourdieu, 1974, p. 69 apud Silva, 2009, p. 32)

Com a afirmação acima, o intelectual francês argumenta que a religião não é um campo isolado, na verdade, uma vez que é um campo, logo, não é uma estrutura fixa, conforme declara Thiry-Cherques (2006). O que define a existência de um e o que delimita seus limites são os interesses específicos. Os pesquisadores, Luiz Eduardo de Souza e Heuza Lucas da Cruz (2025, p.8), em um estudo sobre o campo religioso, afirmam que:

Deve-se levar em consideração que o ser social é historicamente condicionado e, de forma concomitante, as estruturas sociais são historicamente reproduzidas por meio das condutas individuais. É como um círculo de interações no qual agência e estrutura mutuamente se constroem e reconstroem.

Assim posto, a dinâmica entre a religião e o poder, de acordo com Aline Coutrot (2003), pode variar conforme o contexto histórico e social. Isso significa que, embora a religião possa servir como instrumento para legitimar a ordem estabelecida e o poder político, também constitui-se uma arena de disputas em que diferentes agentes podem contestar e resistir. No contexto da ditadura militar, a análise da Igreja Metodista sob a ótica do campo religioso permitirá compreender como, mesmo diante da repressão estatal, foi possível estabelecer espaços de crítica e atuação em favor da democracia, tornando evidente as tensões internas e as estratégias de enfrentamento a um regime autoritário.

A ameaça metodista a partir do SNI

Sendo assim, a primeira metade do decênio, embora marcada pela abertura política, não significou o fim da repressão. O regime militar deu continuidade no monitoramento e perseguição de quem considerasse uma ameaça. E nesse contexto, os metodistas se tornaram um dos alvos da vigilância do Estado. Em documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações, datado de 20 de julho de 1981, é relatado, à fls. 2, **“profunda infiltração esquerdistas existente entre os pastores metodistas”**.² No referido documento também foi apontado que os presbiterianos e batistas eram “merecedores de maior confiança dentro do clero protestante”. No mesmo ano, em outro documento³, datado de 30 de

2 Assunto: Capelães militares - metodistas. ACE: 017754/81 [grifo meu]. Disponível no Arquivo Nacional.

3 Nos documentos dos órgãos de repressão (como o SNI), a expressão

outubro, mencionou-se, à fl. 1, que os protestantes estavam cada vez mais se posicionando em prol de problemas políticos, sociais e econômicos, assim como os católicos progressistas.⁴ Já na fl. 2, o I Encontro Nacional de Educadores Metodistas foi mencionado, tendo tido como tema que as instituições metodistas devem operar com postura libertadora e não repetir a filosofia educacional vigente.

Além disso, um documento produzido pelo SNI, data- do de 3 de setembro de 1982⁵, constatou-se uma relação de protestantes considerados da ala “progressista”, nos quais os metodistas são mencionados como esquerdistas.⁶ No mesmo registro são apresentadas mais informações em que foi sinalizado que o Conselho Latino-Americano de Igrejas seria institucionalizado em novembro daquele mesmo ano, como órgão do Conselho Mundial de Igrejas, o que provocaria um agravamento das discordâncias entre os protestantes “fundamentalistas”⁷ e “progressistas”. O documento estimou que havia no Brasil 8 milhões de protestantes,⁸ independentemente da denominação, e o grupo progressista não ultrapassava 1 milhão e 300 mil, o que justificaria a urgência de uma

⁴ ‘protestantes’ é mais recorrente. Para manter a fidelidade aos documentos e evitar a repetição excessiva do termo ‘evangélicos’, optei por alternar o uso de ambos. A definição histórica de protestantismo, que remonta ao século XVI, é baseada na obra de João Oliveira Ramos Neto (2019).

⁵ Assunto: Atividades de grupos religiosos. Informe nº 2727/119/ASP/81. Disponível no Arquivo Nacional.

⁶ Assunto: Cisão entre Protestantes no Brasil. Informe nº 187/19/AC/82. Disponível no Arquivo Nacional.

⁷ Às fls. 1 e 2, juntamente com os luteranos, anglicanos e parte dos presbiterianos independentes.

⁸ Que são conservadores, segundo o próprio documento aponta. Neste grupo estão os pentecostais, batistas e outra parte dos presbiterianos.

⁸ Sendo 60 mil metodistas.

aliança com católicos progressistas para a criação de uma Igreja Popular no Brasil.

Diante dos exemplos apresentados, é possível observar um caráter militante por parte dos metodistas, na perspectiva dos documentos dos órgãos de repressão do regime militar e do quanto foram alvos de vigilância do Estado. E, nesse contexto, ocorreram significativas transformações sociais e políticas. O município do Rio de Janeiro, em particular, foi palco de significativas mobilizações. O Instituto Metodista Bennett, por exemplo, foi alvo de investigações, conforme apontam os documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por sediar eventos como a Jornada Estudantil pela Paz.⁹ Ademais, o bispo Paulo Ayres Mattos, importante militante contra o regime autoritário, era presidente do Conselho das Igrejas Evangélicas Metodistas da América Latina e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, professor no Instituto Bennett e ligado ao Conselho Mundial das Igrejas.¹⁰

Sobre o bispo Paulo Ayres, destaca-se que ele era declaradamente de esquerda. “Metodista por opção, ecumônico por convicção e pentecostal por vocação”: era assim que se identificava; sua trajetória foi importantíssima na liderança metodista no Rio de Janeiro. Segundo as entrevistas com militantes da igreja, todos contam como ele articulou a fé, o engajamento social e a resistência política em um contexto de

9 Assunto: Jornada Estudantil pela Paz – Instituto Metodista Bennett. Informe nº 1146/82-SI/01/SR/DPF/RJ. Disponível no Arquivo Nacional.

10 Protocolo ACE nº 3715. Assunto: Conselho das Igrejas Evangélicas Metodistas da América Latina (CIEMAL). Disponível no Arquivo Nacional.

repressão e autoritarismo. A sua atuação pastoral extrapolou os limites da Igreja, tornando-se referência para movimentos ecumênicos e de defesa dos direitos humanos.

Ainda sobre o Instituto Metodista Bennett, destaca-se que a Igreja Metodista era diretamente relacionada com a instituição educacional. Citando alguns exemplos, durante o início da abertura política em 1979, o Bennett consolidou-se como um local de encontro e debate para a sociedade civil organizada, ativistas e setores da oposição, atuando como um importante espaço ecumônico para a resistência democrática, apesar de permanecer sob a vigilância contínua dos órgãos de repressão. O campus sediava eventos de grupos que se opunham diretamente ao regime militar. Um documento do SNI¹¹ relata que uma reunião do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) ocorreu no Bennett em 17 de junho de 1979. Foi feita anotação de 13 veículos que participaram do evento, demonstrando o envolvimento direto e reconhecimento da instituição como um espaço seguro para o debate da causa da Anistia, fundamental para o processo de transição.¹²

A primeira metade da década foi marcada por eventos com engajamento ecumônico e forte oposição à ditadura, contando com participações de figuras diretamente relaciona-

11 Assunto “Comitê Brasileiro Pela Anistia - CBA”. Protocolo ACE nº 873. Disponível no Arquivo Nacional.

12 O documento contém informações detalhadas, como o nome do proprietário, tipo do veículo e o bairro de residência, apesar de não justificar o motivo de tais anotações. A existência e a minúcia desses registros evidenciam que, mesmo em um contexto de medidas relativamente mais brandas, o local ainda era intensamente visado pelos militares.

das ao ativismo social e político. Em outubro de 1981, sediou o I Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (SIDDA).¹³ Contando com aproximadamente 350 participantes, foi palco de críticas ao regime, como a proferida pelo presidente Orlando Valverde, que mencionou abertamente as perseguições sofridas durante a ditadura, chamando de “anos negros da ditadura que se seguiram à publicação do AI-5”. O reverendo Uriel Teixeira representou a reitoria do Bennett na mesa de honra, o que indicava um importante apoio institucional.

Além disso, o Instituto se tornou um espaço central para a articulação de grupos de esquerda e movimentos de base. Em abril de 1982, sediou sessões noturnas de um Encontro Nacional de Municípios, organizado pelo Centro Brasil Democrático (CEBRADE), uma organização de frente do Partido Comunista Brasileiro.¹⁴ O pastor Paulo Pena Schutz, coordenador da Pastoral Universitária do Bennett, foi nominalmente relacionado em um documento do Ministério do Exército, datado de abril de 1982, a Antonio Houaiss, militante do PCB e diretor do CEBRADE. Tal conexão pode ser uma demonstração de que o Instituto, através da Pastoral Universitária, pode ter, de fato, estabelecido laços com uma oposição mais organizada.

De acordo com Israel Valentim (2008), o início dos

13 Assunto: “I Simpósio Internacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - 1º SIDDA”. Protocolo ACE nº 5476. Disponível no Arquivo Nacional.

14 Assunto: “Atividades do Centro Brasil Democrático (CEBRADE) - Encontro nacional de municípios”. Protocolo ACE nº 6020. Disponível no Arquivo Nacional.

anos 1980 marcou um certo desgaste entre a Igreja e suas escolas. O motivo do conflito era de ordem estratégica: de um lado, a Igreja priorizava que as escolas fossem um meio direto de evangelização e captação de novos membros; por outro lado, as escolas, como o Bennett, priorizavam atender às necessidades da sociedade, o que causava tão grande descompasso. Porém, conforme apresentado por Roseli de Oliveira (2019, p. 36), a aprovação de dois documentos em 1982 foi crucial para a história da Igreja Metodista: o “Plano para a Vida e Missão” (PVM) e as “Diretrizes para a Educação” (DEIM). Esses textos representaram a tentativa mais significativa e polêmica da Igreja de conciliar os objetivos de educar e evangelizar, traçando, assim, um novo caminho para a atuação do Bennett. Oliveira explica que a Igreja define sua ação em três campos – educação cristã, teológica e secular. Nesse sentido, o PVM e o DEIM viabilizaram uma educação capaz de se inserir na cultura e no ambiente social brasileiro, ao mesmo tempo em que promovem a formação de indivíduos aptos a atuar e transformar a realidade.

À luz do que foi discutido, fica evidente que, embora a década de 1980 seja popularmente estigmatizada como um período de crise econômica, uma análise mais aprofundada revela um cenário de intensa efervescência política e social, impulsionada por diversos atores, incluindo as comunidades religiosas. Em particular, a Igreja Metodista teve um papel protagonista na defesa dos direitos humanos e da democratização, tornando-se alvo de vigilância e repressão por parte do regime autoritário. Nesse contexto de significativas transformações e perseguições, surge a necessidade de compreensão

der como essa atuação militante dos metodistas cariocas, em meio à abertura política e à persistência da repressão, impactou a comunidade e a luta pela democracia.

Considerações finais

A análise da atuação da Igreja Metodista no Rio de Janeiro entre 1979 e 1985 evidencia que a instituição religiosa desempenhou um papel significativo na resistência ao regime militar, mesmo diante de pressões externas e tensões internas entre vertentes conservadoras e progressistas. Os documentos do SNI e do DOPS revelam que os metodistas foram considerados uma ameaça à segurança nacional, o que evidencia a dimensão política de suas ações e a atenção que despertavam junto aos órgãos de repressão. Ao mesmo tempo, a trajetória do Instituto Metodista Bennett demonstra como espaços educativos e ecumênicos foram fundamentais para a articulação de debates públicos, acolhendo movimentos estudantis, sindicais e organizações de base.

Sob a ótica do conceito de campo religioso, é possível perceber que a atuação metodista constituiu uma arena de disputas simbólicas, na qual diferentes agentes reivindicaram legitimidade e poder. As práticas de engajamento social e político, articuladas à fé e à ética religiosa, mostram como a religião pode atuar tanto como instrumento de contestação quanto de transformação social. Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os resultados apresentados constituem reflexões parciais, mas já permitem afirmar que a Igreja Metodista foi um ator histórico relevante

na resistência à ditadura militar. Espera-se que a continuidade da investigação, incluindo novas entrevistas e fontes documentais, possa aprofundar a compreensão sobre as estratégias, dilemas internos e impactos sociais dessa atuação, contribuindo para o resgate de memórias até então silenciadas e para o debate historiográfico sobre o papel da religião na política brasileira.

Referências

ALMEIDA, V. de. Os metodistas e o golpe militar de 1964. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 23, n. 37, p. 54-68, jul./dez. 2009.

ARNO, F.; MASCHIO, R. Gênero e violência: O uso de arquivos policiais na análise histórica. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2015.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARBOSA, A. A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90). *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 10, n. 18, jan./jun. 2002; n. 19, jul./dez. 2002. p. 5-14.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório – Volume II: Textos Temáticos*. Brasília: CNV, 2014.

BURITY, J. A. Religião e democratização no Brasil: reflexões sobre os anos 80. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 10, n. 2, p. 167-192, jul./dez. 1994.

DIANTEILL, E. Pierre Bourdieu e a religião: síntese crítica de

uma síntese crítica. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 34, n. 2, p. 30–42, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33923>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, M. de M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 169-186.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004.

GUIDOTTI, V. H. R. Campo religioso em Pierre Bourdieu: explorando a dinâmica das instituições burocráticas. *Intra-ciência. Revista Científica*, [S. l.], ed. 10, dez. 2015.

MACHADO, M. das D. C.; BURITY, J. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, jul./set. 2014.

MARTINS, E. A. Ditadura de quem? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. p. 1-10. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874916_926f9d719eea3ec1d7d4681bc6880193.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

NETO, J. O. R. O conceito de reforma protestante na historiografia brasileira. *História da Revista*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 206-217, jan./abr. 2019.

OLIVEIRA, R. A. de. *PVMI e DEIM: contexto e contribuições para a educação confessional universitária*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

OLIVEIRA, M.-A. de. *Teologia social do metodismo brasileiro: análise dos pressupostos históricos e teológicos do documento Credo Social*. 2011. Tese (Doutorado em Teologia) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OMETTO, A.-M. H.; FURTUOSO, M.-C. O.; SILVA, M. V. da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública*, [S. l.], v. 29, n. 5, p. 403–414, out. 1995.

PINTO, L. E. de S.; BRAGA, H. L. da C. O campo religioso: uma análise a partir de Pierre Bourdieu. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 18, n. 2, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/15739>. Acesso em: 20 ago. 2025.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROSTOLDO, J. P. *Brasil, 1979-1989: Uma década perdida?* 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

SALLUM JR., B.; KUGELMAS, E. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 5, n. 13, p. 145–159, set. 1991.

SANTAGADA, S. A situação social do Brasil nos anos 80. *Indicadores Econômicos FEE*, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SANTANA, M. A. Para onde foi o “novo” sindicalismo? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS FLH, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 128-141.

SILVA, E. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, G. C. (org.); IVO, A. S. et al. (org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1, p. 31-51.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, [S. I.], v. 40, n. 1, p. 27–53, jan. 2006.

VALENTIM, I. F. *A educação metodista sob a égide do educar e evangelizar*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

WEBER, D. M. Metodologia para pesquisa em imprensa: experiência através d’O Paladino. *Signos*, [S. I.], ano 33, n. 1, p. 9-21, 2012.

A Invenção do Outro: Estanislao Zeballos e a Construção do Indígena como Alteridade no Fim do Século XIX

Lucas Tonini Spelta¹

Introdução

O presente trabalho propõe-se a apresentar um recorte de uma pesquisa mais ampla. Neste momento, o foco recai sobre uma síntese biográfica de Estanislao Severo Zeballos, autor da obra *La Conquista de Quince Mil Leguas*, analisando-o como figura central na construção do discurso ideológico que deu sustentação à campanha militar contra os povos indígenas das regiões pampeana e patagônica, liderada por Julio Argentino Roca no final do século XIX.

O trabalho parte de uma leitura crítica de sua obra “*La Conquista de Quince Mil Leguas. Estudio sobre la translación de la frontera sur de la República al río Negro*”, tratando-a simultaneamente como fonte histórica e como objeto de análise. Essa abordagem busca compreender não apenas o

¹ Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e integrante do Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI). Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: spelta.ufes@gmail.com

conteúdo da obra, mas também seus pressupostos ideológicos e o contexto de produção no qual foi concebida. Assim, a análise ultrapassa o nível descritivo, problematizando as dimensões simbólicas, políticas e discursivas que estruturam o texto.

A obra como fonte histórica e objeto de análise

Quando se afirma que o trabalho parte de uma leitura crítica da obra *La Conquista de Quince Mil Leguas*, isso significa que não se trata de um simples resumo ou retomada do que Zeballos escreveu, mas sim de uma análise que procura compreender tanto o conteúdo explícito da obra quanto os seus pressupostos ideológicos e o contexto de produção. Nesse sentido, a obra é tratada simultaneamente como fonte histórica e como objeto de análise.

Como fonte histórica, o texto permite acessar elementos do final do século XIX, especialmente no que diz respeito às formas pelas quais as elites argentinas concebiam o território, pensavam os povos indígenas e legitimavam a expansão militar em direção às regiões pampeana e patagônica. Já como objeto de análise, o livro é examinado em sua lógica própria: as estratégias retóricas utilizadas, os objetivos ideológicos que o orientam e a função que desempenhou na formulação de uma narrativa nacional excludente.

O objetivo é compreender que esse texto não é neutro e, portanto, situar sua produção no contexto histórico, político, econômico e social em que foi concebido. Ele não apenas

registra um acontecimento, mas atua como um instrumento político e simbólico que ajudou a produzir e difundir uma visão de mundo marcada pela desumanização dos povos originários e pela naturalização da violência que acompanhou a expansão territorial argentina.

Essa abordagem permite examinar tanto os objetivos ideológicos e estratégicos da obra quanto a sua recepção entre os setores letrados e as elites dirigentes, evidenciando como o pensamento de Zeballos contribuiu para a naturalização da violência contra os povos indígenas e para a consolidação de uma narrativa nacional excludente.

Metodologia e referencial teórico

A metodologia utilizada fundamenta-se na perspectiva proposta por Pierre Rosanvallon (1996), na medida em que ele enfatiza o desenvolvimento da história conceitual do político como instrumento para compreender a formação e a evolução das rationalidades políticas ao longo do tempo. Essa proposta metodológica possibilita investigar os sistemas de representações que moldam a maneira como diferentes épocas, nações ou grupos sociais conduzem suas ações e projetam o futuro.

A partir dessa compreensão, é possível analisar de forma mais profunda como esses sistemas de pensamento influenciam a política e a sociedade. Rosanvallon oferece um caminho para entender como a história, por meio da construção dessas rationalidades, se torna intrinsecamente ligada à

política. Ao definir o político como o espaço de articulação do social e de sua representação, ele conduz à reflexão sobre as dinâmicas de poder e sobre as formas pelas quais as sociedades se auto-representam e constroem suas visões de futuro.

Esse processo, conforme argumenta o autor, é essencial para compreender o funcionamento das esferas políticas, não apenas como instâncias de poder, mas também como locais de criação e desenvolvimento de representações que orientam a vida coletiva. Portanto, para entender o político em uma perspectiva histórica, é necessário investigar como essas representações são construídas, negociadas e transformadas ao longo do tempo, moldando tanto a política institucional quanto os movimentos sociais e as ações cotidianas.

Dessa forma, a história revela-se um campo indispensável para desvendar as múltiplas camadas das rationalidades políticas, pois é por meio delas que grupos sociais, países e épocas se posicionam diante de desafios e oportunidades, construindo suas trajetórias de ação e de futuro. No caso de *La Conquista de Quince Mil Leguas*, Zeballos não apenas narra a expansão da fronteira sul da Argentina, mas formula e difunde uma representação específica dos povos indígenas que se converte em parte da rationalidade política do período. Essa rationalidade foi fundamental para sustentar e naturalizar a Campanha do Deserto e, de modo mais amplo, o projeto de construção do Estado-nação argentino. O texto ajudou a articular um modo de pensar o território, o indígena e o progresso que orientou tanto a política oficial

quanto a forma como a sociedade argentina passou a se auto-representar.

Estanislao Severo Zeballos: trajetória intelectual e política

Para iniciar esta exposição, propõe-se uma breve síntese da trajetória de Estanislao Severo Zeballos, ainda que, até o momento, não exista uma obra inteiramente dedicada à reconstrução sistemática de sua vida pessoal e intelectual. A figura de Zeballos, como aponta a museóloga e assessora histórica do Complexo Museográfico “Enrique Udaondo” em Luján, onde se encontra parte de sua documentação, é marcada por uma curiosa contradição.

Segundo Mariana Isabel Luchetti, esse personagem é desconhecido para a maioria dos argentinos. Além disso, sua importante e controvertida vida pública é amplamente ignorada pela maior parte dos investigadores, com exceção de uma minoria dedicada ao estudo de sua obra diplomática. Esse dado é revelador, pois mostra como Zeballos, apesar de ter sido um intelectual, político, jornalista e ideólogo de enorme influência no século XIX argentino, acabou relegado a uma posição secundária na memória coletiva e na historiografia tradicional.

Conforme apresenta a autora Martha Guillaumin (2008, p. 128-129), Zeballos nasceu em julho de 1854, na cidade de Rosário, província de Santa Fé, e era oriundo de uma família tradicional. Iniciou seus estudos no Colegio de Artes y Oficios e, posteriormente, transferiu-se para Buenos Aires, onde con-

cluiu o ensino secundário como bolsista no prestigiado Colegio Nacional, fundado por Bartolomé Mitre. Ainda segundo a autora, antes de completar vinte anos Zeballos já se destacava por três feitos notáveis: sua retórica impetuosa e carismática, evidenciada na fundação, aos 16 anos, de um clube político em San Lorenzo; seu engajamento cívico durante a epidemia de febre amarela em 1870, quando atuou como voluntário; e sua iniciativa, em 1872, de fundar a Sociedad Científica Argentina, com o objetivo de promover a ciência como fundamento da modernização nacional.

Em sua formação universitária, cursou simultaneamente Direito e Ciências Exatas, Físicas e Naturais, concluindo em 1874 o bacharelado em Direito e abandonando o curso de Engenharia. Apesar disso, manteve-se vinculado ao universo das ciências naturais, com especial interesse por geografia, etnografia e linguística, áreas que sustentariam parte significativa de sua produção intelectual (Guillaumin, 2008, p. 130).

Desde muito jovem, demonstrou também interesse pelo jornalismo. Em sua cidade natal, atuou como redator em periódicos escolares como *El Colegial* e *El Mensajero*. Já em sua fase adulta, consolidou-se como jornalista profissional, atuando como repórter, editor e, posteriormente, como diretor do influente diário *La Prensa*. Foi a partir desse espaço que Zeballos passou a intervirativamente nos debates sobre a política de fronteira, destacando-se por suas críticas à estratégia defensiva do então ministro da Guerra, Adolfo Alsina, que havia ordenado a construção da *Zanja de Alsina*, uma extensa trincheira que pretendia conter os ataques indíge-

nas, os chamados *malones*, conforme aponta Gabriel Passetti (2010, p. 325). Para Zeballos, tal política era ineficaz diante daquilo que ele percebia como uma ameaça à integridade nacional.

Em oposição, Zeballos propunha uma estratégia ofensiva, baseada na expansão da fronteira até o rio Negro, com o objetivo de consolidar a ocupação militar dos territórios indígenas. Essa proposta, sustentada por argumentos científicos, geográficos e raciais, forneceu a base teórica e simbólica da campanha militar liderada por Julio Argentino Roca, posteriormente consagrada como a “Conquista do Deserto”.

Em 1879, Zeballos impulsionou a fundação do Instituto Geográfico Argentino, iniciativa que evidencia sua conexão com os projetos geopolíticos e científicos do Estado em expansão. No campo da produção literária vinculada à guerra contra os povos indígenas, destacam-se as obras: *La Conquista de Quince Mil Leguas* (1878), *Viaje al país de los araucanos* (1881), *Callvucurá y la dinastía de los Piedra* (1890), *Painé y la dinastía de los Zorros* (1900) e *Reina de los Pinares* (1887).

Em 1898, Zeballos fundou a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, da qual foi diretor até sua morte, e que alcançou 76 volumes publicados. Tal iniciativa o consolidou como uma figura notória da elite intelectual argentina, situando-o entre os chamados *gentlemen escritores*, conforme formula David Viñas (apud Guillaumin, 2008, p. 135), uma geração para a qual a escrita operava como extensão da posição de classe e da inserção institucional.

Como observa Mandrini (2008, p. 26), a construção da

imagem do indígena em sua obra articula-se a partir de duas perspectivas: de um lado, Zeballos como ideólogo do projeto nacional; de outro, como viajante-cientista. Essa dualidade é particularmente evidente em *La Conquista de Quince Mil Leguas*, onde a campanha militar é legitimada por uma narrativa que contrapõe civilização e barbárie. O indígena, nesse enquadramento, é retratado como um entrave à ordem, à produtividade e à soberania do Estado.

Zeballos defendia a ocupação militar até o rio Negro, seguida da colonização por imigrantes europeus, identificados com os ideais de progresso e civilização. Essa visão, marcada por um imaginário racialista e evolucionista, integrava-se a um projeto estatal excludente, que associava a construção da nação à eliminação simbólica e física dos povos indígenas, considerados incompatíveis com a modernidade.

Os pampas não eram um vazio, mas sim um território densamente habitado por sociedades indígenas com suas próprias formas de organização social e política. A obra de Zeballos, nesse sentido, atuava como instrumento de apagamento, oferecendo uma ficção fundadora que transformava a violência do Estado em epopeia civilizatória.

Recuando à década de 1870, os territórios ao sul de Buenos Aires, herança do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, permaneciam sob a ocupação de diversas comunidades indígenas, como ranqueles, salineiros, pehuenches e tehuelches. Esses espaços eram frequentemente descritos pelas elites como “vazios de civilização”, em conformidade com os argumentos intelectuais que deslegitimavam as formas de

organização indígena.

Segundo Alessandra Seixlack (2013), tanto a região chiquenha ao norte quanto a pampeana e a patagônica ao sul se mantinham sob controle indígena, além de constituírem focos de disputas fronteiriças com outros Estados hispano-americanos. O processo de territorialização argentino cumpriu, assim, duas funções: delimitar fronteiras internas e consolidar fronteiras externas, demarcando jurisdições e projetos de identidade nacional.

Foi nesse contexto que o Estado argentino buscou incorporar essas zonas, utilizando campanhas militares violentas contra a natureza e contra os povos originários. Como aponta Félix Luna (2005), em 1878, uma série de fatores convergentes possibilitou a ofensiva de Julio Argentino Roca: a estabilidade política nacional após as batalhas de Caseros e Pavón, a *Conciliación de Avellaneda* em vista das eleições de 1880, a intensificação das políticas migratórias de europeus e a resolução das disputas fronteiriças com o Chile, especialmente sobre a Patagônia e a Terra do Fogo.

A lógica da “civilização compulsória” se sintetizou na frase atribuída a Roca: “pão em uma mão e o cacete na outra”. Ou seja, os indígenas deveriam se submeter ou enfrentar o extermínio.

Dentro desse quadro, em 1878, Zeballos publica *La Conquista de Quince Mil Leguas*, obra que desempenhou um papel central. O livro funcionou como instrumento retórico, buscando sensibilizar a opinião pública e influenciar o Congresso para aprovar os fundos necessários à campanha

militar. Como observa Seixlack (2008, p. 102), a obra funcionava quase como um manual de execução da campanha.

Zeballos dedica o livro “aos chefes e oficiais do exército expedicionário” e inicia com a seção “Origem desta obra. Documentos oficiais”, na qual inclui o decreto de 5 de setembro de 1878 e uma carta de Roca de 17 de setembro. Nesta carta, Roca elogia o livro como um trabalho “interessantíssimo e útil sob muitos aspectos” e encoraja Zeballos a continuar: “Seus trabalhos patrióticos e desinteressados não deveriam ser interrompidos, mas sim completados”.

Dessa forma, *La Conquista de Quince Mil Leguas* foi incorporada ao esforço oficial de legitimação da Conquista do Deserto, atuando como uma peça ideológica central no processo que transformou a violência da campanha militar em um ato fundacional da nação argentina.

Em 1850, três grandes agrupações indígenas dominavam a região, desde as fronteiras de Buenos Aires até os limites com o Chile. No norte, habitavam os ranqueles, que poderiam mobilizar entre 700 e 1.000 guerreiros e, ao mesmo tempo, proteger um grupo de criollos hostis a Rosas, posteriormente envolvidos no projeto nacional.

No centro, situavam-se os chilenos ou salineiros, a agregação mais rica e estrategicamente posicionada em relação à pampa úmida. Eram liderados por Calfucurá (Piedra Azul), um cordillerano do sul, que consolidou seu poder após derrotar os boroganos, outra nação araucana, em 1834, com acordos com o governador Juan Manuel de Rosas. O grupo de Calfucurá contava com o apoio logístico de parentes das faldas an-

dinas, permitindo mobilizar cerca de 2.000 guerreiros, além de manter comércio de animais para o mercado chileno.

No sul, correspondendo ao norte patagônico, o território era dominado pelos tehuelches do norte, em contato pacífico com as cidades de Carmen de Patagones e Bahía Blanca. Na região oeste do norte patagônico, em Neuquén, existia o *País de las Manzanas*, habitado por cordilleranos, índios de Valdivia e tehuelches, governados pelos membros da família caciquil Chocorí-Chequeta, que também administram o restante do norte patagônico.

Desse modo, o discurso de Zeballos não apenas reforça a exclusão das populações indígenas da comunidade nacional imaginada, mas também amplia a noção de inimigo interno, incluindo todos aqueles que habitavam o “deserto” simbólico. Sua obra ocupa, portanto, um papel chave na legitimação de um modelo de expansão estatal que associava o avanço territorial ao apagamento de alteridades, um projeto de construção nacional baseado não na pluralidade, mas na eliminação das diferenças.

Referências:

Fonte: ZEBALLOS, Estanislao Severo. *La conquista de quince mil leguas*. Versión digital, Editado por el Aleph, 2000.

DONGHI, Túlio Halperin. *Uma nação para o deserto argentino*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

GUILLAUMIN, Martha Eugenia Delfin. *La invisibilización contemporánea del indígena argentino*. Editorial Académica

ca Española, 2023.

_____. *¿Salvajes o marginados? La justificación ideológica de la Campaña del Desierto del general Julio A. Roca de 1879 en la obra de Estanislao S. Zeballos*. 2008. Tesis (Doctorado en História) – Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2008.

LUNA, Félix. *Soy Roca*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

MANDRINI, Raúl. Las fronteras y la sociedad indígena en el ámbito pampeano. *Anuario del IEHS*, Tandil, n o 12, março de 2004.

OPERÉ, Frederico. *História das ideias na América Latina: das utopias pré-colombianas ao século XX*. Bauru: EDUSC, 2000.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. *A construção da Patagônia argentina*. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. História (Universidade Estadual Paulista), 1996.

SARMIENTO, Domingo F. Facundo. *Civilización y barbárie*. (1845) 1^a ed. Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2009.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. *O juízo final dos índios: guerra e política na conquista do deserto austral argentino (1867-1879)*. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2013.

SABETÉ, María Lydia Polotto. *La visión del otro en una excursión*.

sión a los indios ranqueles, de Lucio V. Mansilla. Misce-
lánea Comillas, 2011.

VIÑAS, David. *Indios, ejército y frontera*. Santiago Arcos Edi-
tor. Buenos Aires, 2003.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a
historiografia da América Latina e o viés transnacional.
Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, p. 10–31, 2013.

Reflexões acerca de relatos de viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX

Karina Ribeiro de Oliveira^{1*}

Embora relatos de viajantes estrangeiros, que aqui estiveram no século XIX, tenham sido frequentemente referenciados em obras bibliográficas que compõem a nossa historiografia, tais escritos, pela amplitude de temas sobre os quais discorrem (podendo abranger nossa fauna, flora, geografia, História, assim como observações sobre questões socioculturais no Oitocentos), e pela diversidade de tipos de abordagens e interpretações que possibilitam, ainda estão longe de terem se esgotado enquanto fontes de interesse aos estudos relativos à vida cotidiana, e à arquitetura no contexto da América portuguesa. Buscando contribuir, ainda que de forma concisa, à ampliação do campo de possíveis visões sobre tais relatos, o presente artigo, procura refletir sobre as perspectivas apresentadas em textos produzidos por alguns destes viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais, que se referem aos habitantes daquela região, suas formas de so-

1 Doutoranda na área de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

E-mail: karina.ribeiro@usp.br

ciabilidades, costumes e práticas no âmbito da vida doméstica e cotidiana, procurando observar determinados referenciais dos quais estes autores teriam se servido para os seus escritos, e considerar possíveis dificuldades interpretativas em suas tentativas de descrições do “outro” e de suas maneiras de viver.

Alguns entre os textos aqui citados se encontram entre os diversos tipos de fontes de estudo elencados para o trabalho de pesquisa de doutorado intitulado: “A arquitetura residencial em Minas Gerais no século XVIII e primeira metade do XIX: suas funções e sentidos públicos”, que presentemente se desenvolve no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob o financiamento da CAPES. A referida pesquisa, que tem por objetivo primeiro aprofundar os conhecimentos acerca das moradias naquela região, e seus usos, entre o início do Setecentos e meados do Oitocentos, tem possibilitado uma melhor compreensão acerca da sociedade mineira e das concepções sobre a vida doméstica e o habitar no período em tela, e também propiciado reflexões acerca das narrativas produzidas por visitantes estrangeiros que se referem ao contexto mineiro.

Nestas narrativas, é possível observar que, ao mesmo tempo em que, por vezes, seus autores identificaram a existência de características de seu próprio mundo (o europeu) no ambiente mineiro – consequentes de um esforço de trasladação da cultura europeia à América no contexto da colonização portuguesa –, com grande frequência também se

fizeram perceptíveis as suas dificuldades interpretativas e estranhamentos em relação a particularidades observadas nos territórios aqui visitados. Neste sentido, cabe sublinhar que, conforme ajuíza Novais (2018, p. 27), embora as colônias fossem vistas como um prolongamento das metrópoles, distinguindo-se o “Novo Mundo” do “Velho Mundo” apenas por sua “recentideade” (segundo a ótica europeia), a realidade da colonização na verdade viria a configurar “formas sociais muito diferentes e em certos sentidos negadoras da Europa moderna”. Tais formas encontrariam reflexos mesmo em épocas posteriores ao período da colonização portuguesa na América.

Com relação ao contexto da chegada de tais cronistas, após a transferência da Corte portuguesa para a América no ano de 1808, e a abertura dos portos, a quantidade de viajantes estrangeiros que aqui aportaram aumentaria. Entre estes se encontraria um relevante número de naturalistas, organizados, na maioria dos casos, em expedições científicas, bem como artistas, comerciantes e engenheiros. A Metrópole teria procurado evitar que outras nações europeias se aproximassem da Colônia e conhecessem suas riquezas até o fim do Setecentos, no entanto, a partir dessa época, os ingleses parecem ter sido favorecidos neste sentido. “É o que faz supor a presença de Thomas Lindley no Brasil [...], em 1802 [...]. Também o inglês John Mawe, que chega em 1807”, e que teria recebido permissão para viajar à região das minas de diamante e prata – “o que o engenheiro e mineralogista alemão barão Von Eschwege só faria em 1810, a serviço de Portugal” – assim como a presença de Waterton, em 1804 e

Luccock, em 1808 (Belluzzo, 1994, p. 92).

A partir da segunda década do século XIX outros viajantes chegariam às terras que viriam a ser o Brasil, entre eles os naturalistas alemães Georg Wilhelm Freireyss, em 1813, Carl Friedrich Philipp von Martius, e Johann Baptiste von Spix, em 1817, e os franceses Augustin de Saint-Hilaire, no ano de 1816 (Belluzzo, 1994), e Alcide d'Orbigny, que partiria da França em 1826 (Ferri, 1976). E na década de 1830, George Gardner, botânico e geólogo inglês, também se dirigiria à América (Belluzzo, 1994).

Os relatos produzidos por tais viajantes oscilam entre uma tentativa de descrição dos lugares visitados e das situações testemunhadas, comparações entre as características notadas nos ambientes americanos e os europeus, muitas vezes impregnadas por visões etnocêntricas, e impressões acerca de estranhamentos relativos a práticas sociais, culturais, religiosas, entre outras, observadas na América. Neste sentido, cabe inicialmente citar alguns trechos escritos por Saint-Hilaire e Alcide D'Orbigny, que embora se refiram aos espaços construídos de povoados mineiros, também suscitam reflexões acerca das formas de sociabilidade aqui existentes à época. Saint-Hilaire, sobre sua passagem por Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) relataria:

Não há em sua cidade um único passeio público, nenhum café passável, nenhuma biblioteca, nenhum gabinete literário, nenhum centro de reunião, e os estrangeiros nem sequer tem o recurso de aí encontrar uma hospedaria suportável. (Saint-Hilaire, 2000, p. 73)

Observação semelhante seria feita pelo autor a respeito de Vila do Príncipe (atual região do Serro), onde a seu ver também haveria uma ausência de estabelecimentos para “distrações honestas”:

Não existe, na capital do Serro do Frio, nenhum desses estabelecimentos em que os habitantes das cidades européias [sic] vão procurar distrações honestas. Não se encontram aqui sociedades literárias, nem cafés, nem bibliotecas, nem passeios públicos. (Saint-Hilaire, 2000, p. 147)

Anos mais tarde, na década de 1830, sobre este mesmo povoado, o viajante e naturalista Alcide D'Orbigny reiteraria o comentário de seu conterrâneo francês, quando ainda relatando a inexistência de museus, cafés, salões de leitura, bibliotecas públicas e passeios, anotaria: “não se conhece em Vila do Príncipe nenhum dos requintes europeus” (D'Orbigny, 1976, p. 144).

É interessante destacar, na ótica de ambos os visitantes, a comparação entre os ambientes da Europa e da América na primeira metade do século XIX. A este respeito, convém sublinhar uma observação de Marins (2001, p. 29) acerca das descrições de nossos antigos povoados, em especial aquelas escritas por visitantes estrangeiros ao longo do Oitocentos, de que estas se tratavam de depoimentos produzidos “mediante olhares comprometidos com a gramática comportamental burguesa que se constituiria na Europa ao longo do século XIX”.

Dias (2001, p. 12) observa que em meados do século

XVIII, a construção de jardins e passeios públicos em Paris e Londres definiriam “o início das sociabilidades burguesas que se tornariam predominantes no Oitocentos”. E com a emergência de uma participação de mulheres das classes média e alta no espaço público, a visibilidade das mulheres “de elite” passaria a ser tida como um dos critérios burgueses para se avaliar o “progresso” ou “atraso” dos costumes nos ambientes urbanos europeus. Neste sentido, além das citadas menções à inexistência de passeios públicos em povoados de Minas Gerais, como Vila Rica e Vila do Príncipe, também se encontram relatos de visitantes estrangeiros que de forma recorrente se referem a uma invisibilidade das mulheres nos ambientes mineiros, permitindo constatar a significância de tais fatores no conjunto dos parâmetros sociais dos quais tais autores se valiam ao tecer suas interpretações sobre a América. Dias (2001, p. 12-13) avalia que ocorreria a criação de um mito “por autoridades da Coroa e por viajantes europeus no Brasil, acerca da clausura, em que viveriam as mulheres nas cidades brasileiras.” Para a autora, a invisibilidade das mulheres não significaria necessariamente o seu enclausuramento.

O mito da reclusão projetava sobre a sociedade colonial questões anacrônicas suscitadas pela ascensão da burguesia nos países da Europa. Onde estariam as vitrines, os calçamentos, as ruas apropriadas para a vida social das elites? Estas surgiram na Corte do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Entretanto, em São Paulo, pelo menos até a década de 1870 as ruas eram espaço de escravos fugidos, de pequeno comércio clandestino de alimentos, de improvisação de atividades de sobrevivência dos alforriados [...]. Nas vilas coloniais onde o processo de formação das classes sociais foi diferente da experiência dos outros países, os forros enfrentaram o preconceito arraigado na sociedade escravista.

ta contra quaisquer formas de trabalho manual. Imagine-se como este preconceito dificultou a modernização de serviços de todo tipo, que o viver urbano pressupunha nos diferentes meios europeus. (Dias, 2001, p. 12-13)

Em Portugal, com a ordenação para a construção do passeio público de Lisboa em 1764, enquanto as mulheres de “negociantes de grosso trato”, recém nobilitados por Pombal, acatariam de bom grado o novo costume de frequentar este espaço, as mulheres da Corte e da aristocracia agrária ofereceriam resistência ao novo ritmo de “civilização urbana”. Do mesmo modo, “as senhoras das elites urbanas de Salvador e do Rio de Janeiro têm uma historicidade própria de inserção no espaço urbano”, cujos estereótipos dos viajantes e dos vice-reis viriam a obscurecer (Dias, 2001, p. 13).

Um trecho no qual Saint-Hilaire discorre sobre as moradias rurais na região de Minas Gerais evidencia a sua concepção de um suposto “enclausuramento” das mulheres:

Nas casas dos pobres, assim como nas dos ricos, existe sempre uma peça denominada sala, que dá para o exterior. É aí que se recebem os estranhos, e se fazem as refeições [...]. O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra [...]. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros. (Saint-Hilaire, 2000, p. 96)

Tais relatos abordam a reclusão das mulheres e a ociosidade das pessoas ditas brancas (de ambos os sexos) em Minas Gerais como algo generalizado, de modo a enfatizar

os casos que se consideravam exceções (Oliveira, 2017). Por ocasião de um jantar na casa de um Capitão, no povoado de Borda do Campo, visitado por John Mawe, o autor traçaria algumas observações:

[...] apresentou-nos à mulher e à filha, e a uma senhora, que veiovê-las. Era a primeira prova de polidez desse gênero que nos davam em nossa viagem. As poucas senhoras que tínhamos antes encontrado, por acaso, se encerravam à nossa chegada e durante a nossa estada, quando, por ventura, nos viam, em geral fugiam [...]. Estas estavam elegantemente vestidas com tecidos de manufaturas inglesas [...]. Depois do jantar, cobriram a mesa de doces saborosos; quando, desejando erguer um brinde à dona da casa, elogiei suas habilidades e disse-lhe que, sem dúvida, as compotas tinham sido preparadas sob sua orientação imediata, ela assegurou-me o contrário, acrescentando que sua negra era encarregada de todas as espécies de trabalhos domésticos. Percebi, ou imaginei que se melindrara com a minha observação, e tentei justificar-me, dizendo que as senhoras inglesas se ocupavam pessoalmente de todos os afazeres domésticos. (Mawe, 1978, p. 115)

Como se sabe, na América portuguesa a escravidão imprimiria marcas profundas na sociedade, de modo que “a atitude em face do trabalho [...] fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação” (Novais, 2018, p. 23). Enquanto o preconceito em relação aos trabalhos manuais acarretaria que estes se reservassem aos negros, os homens “brancos” honrariam a ociosidade, os postos de direção e o comando, e se dedicariam a atividades comerciais quando não fosse possível serem proprietários ou fazendeiros (Vasconcellos, 2011).

Sobre a condição feminina, é importante ressaltar que

embora os relatos de visitantes estrangeiros possam levar a crer que o papel social feminino no contexto da América portuguesa tenha sido bastante limitado, estudos especializados e fontes primárias contrariam tal imagem por eles difundida, revelando, em certos contextos, um significativo número de moradias chefiadas por mulheres. A exemplo disto, de acordo com Silva (1998), em Vila Rica, no ano de 1804, os fogos chefiados por mulheres de cor ou “brancas”, representariam expressivos 43,9%. Para Praxedes (2008, p. 102) “a significativa presença feminina encabeçando os lares escapou ou foi escamoteada do olhar dos viajantes [...] sendo considerada como desvio da norma”. Utilizando listas nominativas da população mineira, dos anos 1831 e 1832, a autora observa que mulheres chefes de domicílios viviam de diferentes ofícios, como o setor têxtil, a lavoura, a pecuária, o comércio, e outras atividades. “Muitas mulheres também viviam de suas agências da mineração, às vezes conciliando duas atividades, como mineração e lavoura” (Praxedes, 2008, p. 114).

Em um escrito de Saint-Hilaire, que se refere a um baile ocorrido em Vila Rica, cabe destacar a percepção de uma visibilidade das mulheres reservada a ocasiões específicas, e também a impressão causada ao viajante ao testemunhar a apresentação de uma dança no sarau:

No dia seguinte ao da nossa chegada, houve um baile em palácio e fomos convidados. A maneira de vestir e de apresentar-se das senhoras podia oferecer matéria à crítica de um francês recentemente chegado de Paris; ficamos todavia, admirados por não vermos, a tão grande distância do litoral, diferença mais sensível ainda entre as maneiras dessas senhoras e as das européias [sic]. Dançaram-se várias con-

tradanças bastante prolongadas. Entre duas contradanças fazia-se música; algumas das senhoras cantaram bastante agradavelmente, e um soldado veio recitar um pequeno discurso de sua autoria. Para pagar, sem dúvida, um tributo aos costumes do país, fez-se com que uma mulata dançasse uma espécie de fandango, e essas mesmas damas, as quais mal nos era permitido a palavra, mantiveram-se calmas espectadoras dessa dança extremamente livre, sem que ninguém pensasse em se admirar disso.

Não conhecendo ainda então os hábitos da região, imaginava que, durante nossa estada em Vila Rica, teríamos ocasião de tornar a ver as senhoras com quem passáramos o sarau em casa do governador. Fizemos frequentes visitas a seus maridos, que eram os principais personagens da cidade; mas não avistamos uma única mulher. (Saint-Hilaire, 2000, p. 74-75)

Embora se saiba que na América portuguesa haveria uma grande diversidade de culturas africanas e indígenas, Freireyss, discorrendo sobre as festas aqui praticadas, evidenciaria que os espaços urbanos teriam possivelmente potencializado, mais do que o campo, um maior apagamento de práticas culturais não ligadas à cultura europeia:

Entre as festas merece menção a dança brasileira a *Batuca* o (*batuque*). Os dansadores formam roda e ao compasso de uma guitarra (*viola*) move-se o dansador no centro, avança e bate com barriga a [sic] na barriga de outro na roda, de ordinario pessoa de outro sexo. No começo o compasso da musica é lento, porém, pouco a pouco aumenta e o dansador do centro é substituido cada vez que dá uma embigada; e assim passam noites inteiras. [...] Raro é ver outra dança no campo, porém, nas cidades as dansas inglezas quasi que substituiram o *batuque*. (Freireyss, 1907, p. 214, grifo do autor)²

2 A grafia e a acentuação das palavras foram mantidas, nesta citação, conforme se encontram na obra de referência.

Ainda com relação às formas de sociabilidade no ambiente mineiro, embora visitantes estrangeiros tenham alegado uma carência de certos tipos de ambientes de convivência como sociedades literárias, bibliotecas e passeios públicos, existiram em povoados mineiros, espaços destinados ao passeio e ao lazer. A exemplo disto, em Vila Rica, “curros” e outros “espetáculos públicos” teriam lugar na chamada “praia do Ouro Preto”. Mariana também contava com uma praça para “espetáculos” e outras festas profanas, que era “objeto de cuidados da câmara: o ‘Largo da Cavalhada’, depois chamada ‘Praça do Rossio’” (Fonseca, 2011, p. 515-516). E em Vila do Príncipe, no século XVIII, os oficiais também tomariam providências para dotar a povoação de uma praça pública. Uma deliberação da câmara, de 1738, evidencia uma concepção da importância de tais lugares “de recreio e passeio” para os moradores:

(...) e logo na mesma vereação requereu o Procurador deste Senado, que como em todas as cidades, vilas e lugares é útil e conveniente ao bem público haver rossios ou praças que sirvam de recreio e passeio aos moradores, exercício dos soldados ou paisanos, e de festejos, como são de touros e cavalhadas, e nesta vila já haja conveniente para o dito efeito, o lugar chamado da Carreira, no princípio da vila referida, que (...) desde muitos anos tem a dita serventia, [...] requereu ele dito Procurador por parte deste Senado, em atenção ao bem público, e estilo em todas as partes observado, que este Senado determinasse o dito lugar por rossio e praça desta vila [...] (Termo [...], 1738, p. 374-375 *apud* Fonseca, 2011, p. 515).

As celebrações públicas e as festas religiosas também constituiriam importantes momentos de convívio da popula-

ção. Novais (2018) observa que as festividades se tratariam de momentos de aproximação e espaços de encontro entre os diferentes extratos sociais, embora a clivagem entre as gentes permanecesse intransponível em uma sociedade marcada pela escravidão.

Os relatos de viajantes com certa frequência descrevem o uso das moradias também enquanto espaços de entretenimento. Sobre sua passagem por São João del-Rei, Luccock escreveria:

Ao anoitecer, ambos os sexos se encontram, nalguma casa amiga, e juntam-se nas ativas dansas [sic] ou em jogos de cartas que pouco esforço [sic] exigem quer da inteligência quer da memória. No decurso da minha estada, houve uma série de reuniões dessa espécie [...]. (Luccock, 1975, p. 312-313)

E sobre a sua estadia no Tijuco (atual Diamantina), John Mawe também se referiria a tais reuniões:

As noites transcorriam agradáveis, em companhia das pessoas que se reuniam, com regularidade, na casa do intendente. Nessas reuniões, os homens jogam o "whist" e as senhoras tomam chá, distraem-se com pequenos divertimentos ou comentam os acontecimentos do dia. (Mawe, 1978, p. 159)

Tais relatos oitocentistas se encontram frequentemente permeados pelas complexidades sociais existentes na América portuguesa, pelos confrontos culturais e tensões emergentes do "convívio entre pessoas que, embora se encontrassem em um mesmo espaço físico, não compartilhavam o mesmo

'lugar social'" (Oliveira, 2017, p. 86), questão que não passaria despercebida por Saint-Hilaire ao se referir aos costumes à mesa dos mineiros:

O escravo que serve à mesa está sempre de pés no chão, por mais bem vestido que se apresente, e leva ao ombro uma toalha de algodão arrematada por uma bainha larga. Os mineiros não costumam conversar quando comem. [...] Depois da refeição, os comensais se levantam, juntam as mãos, inclinam-se, rendem graças, fazem o sinal da cruz, e, em seguida, saudam-se [sic] reciprocamente. Esse costume é, sem dúvida, respeitável; mas fica-se surpreso de ver o escravo que serviu a mesa juntar-se aos convivas, e agradecer a Deus um repasto em que não tomou parte. (Saint-Hilaire, 2000, p. 97)

Este último relato se mostra bastante emblemático da sociedade que se forjou em Minas Gerais, em decorrência do tipo de colonização adotada por Portugal na América e de seus desenvolvimentos.

É possível se concluir, a partir da leitura de tais textos coevos, que estes constituem um rico acervo atinente a variados aspectos históricos, cuja relevância para os estudos acerca de nossa sociedade é indubitável, embora se compreenda a importância de analisá-los à luz de um olhar crítico, e de estabelecer-se um confronto com outros tipos de fontes de pesquisa, uma vez que estes frequentemente se percebem imbuídos de referenciais pautados em sociedades e ambientes europeus existentes à época, com os quais seus autores estavam mais bem familiarizados. A exemplo disto, conforme buscou-se demonstrar, enquanto autores como D'Orbigny (1976) e Saint-Hilaire (2000) apontariam a inexistência,

em Minas Gerais, de estabelecimentos de lazer e convívio semelhantes àqueles existentes na Europa à mesma época, e este último, junto a Mawe (1978), descrevia uma reclusão das mulheres nos ambiente mineiros, de modo a encorajar uma crença de que seu papel social na América portuguesa teria sido bastante limitado, o confronto de tais informações com aquelas encontradas em outros tipos de fontes, revela tanto a existência de locais destinados à convivência em povoados mineiros, quanto de um protagonismo feminino, através da direção de domicílios e de negócios. Tais questões permitem observar anacronismos projetados por tais autores sobre a sociedade mineira, em suas comparações entre as realidades observadas na América e na Europa. Em outra via, as perspectivas “estrangeiras” de tais cronistas, também revelariam um olhar um tanto sensível em relação às tensões e violências sociais consequentes da colonização implementada por Portugal na América, que acarretaria mazelas tais como um apagamento de práticas culturais de origens não europeias, assim como o uso de mão de obra escravizada, que resultaria em preconceitos em relação aos trabalhos manuais e em uma clivagem intransponível das populações. Tais obras citadas no presente artigo, assim como textos que se referem a viagens empreendidas por outros territórios americanos aqui não abordados, permanecem ainda suscetíveis a muitas outras possibilidades de análise, que podem contribuir a diversos campos de estudos e ampliar o campo de interpretações possíveis sobre estes.

Referências:

BELLUZZO, Ana M. de M. *O Brasil dos viajantes: um lugar no universo*. São Paulo: Metalivros, 1994.

DIAS, Maria O. L. da S. Prefácio. In: MARINS, Paulo C. G. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 9-19.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1976.

FERRI, Mário G.. Apresentação. In: D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1976. p. 9-12.

FONSECA, Cláudia D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREIREYSS, Georg W. Viagem ao interior do Brazil nos annos de 1814-1815. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. 11, p. 158-228, 1907.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MARINS, Paulo C. G. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo:

Companhia de Bolso, 2018. v. 1. cap. 1, p. 12-31.

OLIVEIRA, Karina R. *O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX*. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PRAXEDES, Vanda L. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SILVA, Maria B. M. N. da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

O encontro com o “outro” no início do período moderno: reflexões acerca do caso japonês

Lígia Kaori Kondo¹

Os séculos XVI e XVII são marcados por um novo senso de fronteiras do mundo habitado, visto que este é um período de viagens e descobrimentos, com inúmeras redefinições geográficas. O século XVI foi intensamente marcado pelo processo de movimentação marítima europeia — em especial das Coroas Ibéricas — iniciado por Portugal no século XV, seguido pela Espanha. Tal processo foi motivado por diversos fatores econômicos, religiosos, estratégicos e políticos.

Serge Gruzinski fala desse período como uma época chancelada pela circulação de pessoas, objetos e ideias em nível global. Muito mais do que a expansão europeia, o autor advoga pela ideia de mobilização em escala planetária, a fim de evitar uma visão eurocêntrica dos deslocamentos realizados no início do período moderno (GRUZINSKI, 2010, p.52).

Um exemplo desse fluxo em escala mundial pode ser observado no diário de Domingo Francisco de San Anton

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ligiakaori@gmail.com

Muñón Chimalpahin Quauhtlehuanitzin. Chimalpahin foi um cronista indígena residente da Cidade do México, capital da Nova Espanha. O cronista registrou em seu diário uma série de acontecimentos que vão além das notícias locais. Desse modo, a morte do rei da França, Henrique IV, o martírio de 26 cristãos em Nagasaki e a beatificação de Inácio de Loyola, entre muitos outros acontecimentos, chegaram ao conhecimento do indígena (GRUZINSKI, 2010, p.25-35). Fato que demonstra esta movimentação em escala planetária.

As inúmeras viagens produziram diversos relatos sobre o mundo desconhecido pelos europeus. Os viajantes circularam por diferentes regiões do globo e narraram suas experiências e impressões acerca do não europeu. Relatos sobre o Japão e os japoneses já circulavam muito antes da chegada dos europeus ao arquipélago. Histórias sobre o fantástico e o inimaginável alcançaram a Europa, como é o caso das narrativas de Marco Polo sobre uma terra distante chamada Zipangu. Embora Marco Polo nunca tenha visitado o Japão, sua descrição de Zipangu influenciou fortemente o imaginário europeu sobre a ilha. Seus relatos, baseados em informações indiretas e misturados com mitos, ajudaram a criar a visão do Japão como uma terra de riquezas imensas e de guerreiros destemidos, motivando as futuras expedições marítimas.

Desse modo, as narrativas de viagens ligavam fantasia e realidade, tornando fluidas as fronteiras entre o real e o imaginário. Segundo Laura de Mello e Souza (1986, p.23), já no século XII,

o maravilhoso ganhou força nova e passou a se mesclar a descrições geográficas do mundo desconhecido ou pouco conhecido dos europeus: a lenda de Alexandre, por exemplo, popularizou as maravilhas indianas, as mulheres flores e outros seres insólitos que as Cruzadas haviam tornado mais próximos para o homem feudal. Nessa mesma época, difundia-se largamente a lenda do Preste João, soberano cristão do Oriente [...].

Nesses relatos, que misturavam realidade e fantasia, criaram-se imagens das terras distantes desconhecidas pela população europeia. Então, o contato com o “outro” produziu uma imagem da Ásia e daquelas populações com as quais os europeus tiveram contato:

[...] A Ásia encarnou, com seus interiores ignotos, confins imaginários e impérios formidáveis, o reino dos prodígios para os europeus da Baixa Idade Média. O maravilhoso medieval construiu-se de anomalias, desde monstros pavorosos, como arimaspos e blêmios, até paraísos. Não obstante, do conjunto de elementos que o formou destacaram-se os metais preciosos, em particular o ouro e a prata... implicavam um deslocamento do impreciso ao identificável. Inserida num cenário de ilusões, esta transição do desconhecido ao desejado desembocou, numa primeira etapa da conquista, no horizonte do extraordinário [...] (GIUCCI, 1992, p.13).

O Oriente, portanto, tornou-se o lugar do maravilhoso por excelência. Tais relatos serviram de inspiração para muitos escritores, historiadores e filósofos que produziram obras literárias, filosóficas e científicas a respeito do Leste do globo. É interessante notarmos que a visão europeia sobre a Ásia foi sendo modificada ao passar dos séculos e à medida que os contatos com os europeus aumentavam.

Para Wang Hui, a imagem da Ásia construída pela Europa durante os séculos XVI ao XIX era baseada em uma autoimagem: impérios multinacionais contrapostos aos estados europeus modernos ou monárquicos; o despotismo político em oposição aos sistemas jurídicos e políticos europeus modernos; e os modos de produção nômades e agrários julgados completamente em desacordo com a vida urbana e comercial da Europa. Por conseguinte,

Since the European nation-state and the expansion of the capitalist market system were considered at once the most advanced stage and the *telos* of world history, Asia and its characteristics were relegated to a lower historical stage. In this context, Asia was not only a geographic category, but also a civilization, representing both a political type defined as the antithesis to the European nation-state as well as a social type defined as the antithesis to European capitalism, or as occupying a transitional space between prehistory and history proper (WANG, 2011, p.15).

Em que pese a justeza da análise de Wang Hui, é preciso salientar para o bem do rigor histórico que o período analisado pelo autor é extenso e que um oceano separa os séculos XVI e XIX. Dessa forma, para evitar anacronismos e generalizações, precisamos reforçar a circunscrição cronológica da presente pesquisa: nos atemos ao início do período moderno, com suas especificidades e idiossincrasias.

Cumpre salientar que com a dispersão europeia em nível global, os europeus entraram cada vez mais em contato com populações de regiões — sobretudo da Ásia — que passaram a ser consideradas como “civilizações avançadas”.

Tais localidades incluíam a China, a Índia, a Pérsia, o Império Otomano, entre outros. Segundo Immanuel Wallerstein,

Todos eram regiões onde grandes estruturas burocráticas do tipo que costumamos chamar de impérios, haviam sido construídas em alguma época. Esses impérios mundiais tinham cada um sua língua franca, com escrita e literatura própria. Todos professavam uma religião única, que parecia predominar em toda a região e gozavam de considerável riqueza. Como no século XVIII as potências europeias, em sua maioria, ainda não tinham condições de se impor militarmente nessas regiões, não sabiam ao certo o que pensar delas. A postura inicial era de curiosidade e respeito limitado, como se tivessem alguma coisa a aprender. Assim, essas regiões entraram para a consciência europeia como pares distantes, possíveis parceiros e inimigos potenciais (em termos metafísicos e militares) (2007, p.63-64).

É claro que a visão europeia sobre o continente asiático não pode ser homogeneizada. No entanto, um fator comum de todas as imagens criadas sobre a Ásia — nome que designa uma área extremamente extensa e heterogênea no globo — é a sua construção feita a partir de observações e comparações nem sempre positivas. A partir do cotejo, a Ásia deixa de ser um mero local geográfico e passa a designar também uma imagem, mesmo que difusa. É um local, mas é também uma ideia.

Ashley J. Bohrer argumenta que a Europa surge como uma unidade a partir da colonização do Mundo Atlântico, pois é nesse momento que ela se enxerga como uma entidade unificada capaz de ser coroada. Para Bohrer, "The image of Europe crowned is hence significant because the crown, so often a symbol of individual state sovereignty, as that which

differentiated European powers *from one another*, here for the first time acts as a mechanism of cohering Europe into one whole" (2017, p.217).

Tal ideia, com as devidas negociações contextuais, excluindo-se, por exemplo, a questão do colonialismo — domínio experimentado de forma diferente pela Ásia — pode ser aplicada para o caso asiático, uma vez que o europeu também se reconheceu e delimitou suas fronteiras por meio do contato com os asiáticos. Portanto, Ásia e Europa podem corresponder a delimitações geográficas no globo, mas também constituem ideias construídas a partir da interação com o outro. Afinal, como nos lembram Walter D. Mignolo e Madina V. Tlstanova, “‘Borders’ are not only geographic but also political, subjective (e.g. cultural) and epistemic” (2006, p.208). Parafraseando o filósofo Martin Buber (2001), a identidade nunca é essência, antes é constituída de forma relacional. É por meio da diferença com “o outro” que “o mesmo” se afirma. Dessa forma, a Europa se constrói enquanto elabora outras imagens.

A fim de melhor explicar a heterogeneidade de visões sobre a Ásia e sobre os asiáticos, cito como exemplo o caso dos jesuítas em seus primeiros contatos com japoneses no século XVI. Francisco Xavier, o primeiro líder da missão católica no Japão, concebia uma imagem positiva dos japoneses. Embora criticasse a religião e a moralidade nipônicas, ele expressava uma grande admiração pelo povo japonês como um todo, declarando entusiasticamente que eles eram “la mejor que hasta aguora esta descubierta” (XAVIER apud

SCHURHAMMER; WICKI, 1944, p.186). O jesuíta acreditava que os japoneses superavam todos os não europeus por sua bondade, honra e polidez; e também porque são uma “gente bramqua” e, consequentemente, seriam naturalmente predispostos à conversão cristã (ELLIS, 2003, p.156). No entanto, tal visão não era comum a todos os missionários.

Apesar de possuírem certas características positivas — aos olhos de alguns europeus — como serem brancos e corteses, para alguns missionários, como Balthasar Gago, não seria um espantovê-los cair na miséria, pois não tinham a religião verdadeira: o catolicismo (GAGO, 1598, p.38-42).

Há também quem pensasse de forma completamente diferente de Xavier, como é o caso de Francisco Cabral. O Superior da missão católica japonesa durante os anos de 1570 e 1581 via os japoneses de uma forma muito negativa:

Na maneira de seu regimento são barbaríssimos, porque cada hum em Japão tem mero e misto imperio sobre os que são seus criados, e por qualquer que lhe fazem lhes cortão a cabeça sen mais nada, e des ho maior Rei até o mais baixo lavrador tem poder pera matar seus criados, sen darem diso conta ne[m] rezão a ninguem. Prezão-se muito de lhes não entender ninguem o coração e de fazerem enganos. E uns aos outros são de muitos comprimentos e de sempre rirem e serem muitos dissimulados (CABRAL apud SCHÜTTE, 1958, p.463).

Portanto, às vezes positiva e às vezes negativa, a imagem dos japoneses permanecia sempre variável a depender do observador. O olhar instável que retratava a forma como os japoneses eram vistos se estendia também para outras re-

giões da Ásia. Andrea Corsali, navegador italiano à serviço da Coroa portuguesa, dirá em 1515, por exemplo, que os chineses eram sujeitos da mesma qualidade que os europeus. Tal como acontecia com a contraparte nipônica, a opinião de Corsali estava longe de ser consensual. A título de exemplo, o jesuíta Diego de Pantoja dirá no século seguinte que os chineses podem até ser brancos, mas não exatamente pelos critérios de civilização e educação europeus (DEMEL, 2016, p.32). Desse modo, observamos um esforço na construção de uma imagem da Ásia e, consequentemente, do asiático, ainda que esse empenho não seja homogêneo e que as opiniões não sejam necessariamente unívocas nesse período histórico.

É notável que, mesmo quando positiva, a imagem do povo japonês não se equiparava totalmente a dos europeus. Esses últimos com frequência utilizavam a si mesmos como parâmetro de comparação e estavam acima de qualquer outra população. A Europa funciona nesse contexto como métrica civilizacional, fato que corrobora a hipótese levantada de formação gradual de uma cosmovisão eurocêntrica. Mediamos historicamente, portanto, argumentações generalistas como a de Wang Hui exposta anteriormente.

No início do período moderno, as imagens do “outro” oscilavam dentro da Europa entre extremos de barbarismo e de nobreza selvagem. Tal como os asiáticos, também os indígenas das Américas foram imaginados pelos europeus sendo ora “retratados como modelos livres de todo egoísmo, inocentes, corteses, hospitalários, honestos, sem cobiça, ou ambição e até mesmo pacíficos” (HEMMING, 2007, p.63) e

ora vistos como portadores de uma “crueldade monstruosa e bestial” (BETHENCOURT, 2018, p.153). Quanto à visão da África, esta oscilou entre uma “imagem hobbesiana de uma África pré-europeia, onde não existe noção de Tempo; nem de Artes; nem de Escrita; uma África sem sociedade; e, pior ainda, marcada pela perpetuação do medo e pelo perigo de uma morte violenta” (MUDIMBE, 2013, p.15) e uma “imagem rousseana de uma era africana dourada, plena de liberdade, igualdade e fraternidade” (MUDIMBE, 2013, p.15).

Não obstante, a Ásia — e o Japão, em particular, — possuía uma especificidade central cara a este trabalho. Em alguns momentos, os japoneses possuíram características que permitiram o europeu se reconhecer no “outro”.

Podemos citar como exemplo o caso da Missão Tenshō — a primeira embaixada japonesa a ir à Europa. A delegação de quatro jovens japoneses foi recebida por diversas cidades em Portugal, Espanha e Itália. Os embaixadores possuíam características que os aproximavam dos europeus: “For the most part they wore European clothes, they spoke passable Portuguese, they studied Latin, they played European musical instruments, they appear to have been educated and well-mannered, [...]” (COOPER, 2005, p.166). Dentre essas, destacamos o provável domínio do latim e do português. Recuperando um raciocínio de Tzvetan Todorov do início da década de 1980, a desenvoltura com o idioma é sintomática da integração ao seio da nova comunidade na qual os rapazes estavam se inserindo (o mundo cristão europeu) e a destreza na manipulação do veículo comunicacional de outrem: “a lín-

gua sempre foi companheira do império” (TODOROV, 2014, p.179).

Por conseguinte, no caso específico de muitos dos europeus que os observaram na Europa, houve a minimização das diferenças entre aqueles asiáticos e os europeus. Da mesma forma, também minimizaram as diferenças entre os próprios japoneses (BROWN, 1994, p.879). Tais propensões podem ser constatadas nos retratos europeus existentes dos quatro jovens. Citamos como exemplo os retratos produzidos por Urbano Monti² (Figuras 1 a 5).



Figura 1 - Miguel Chijiwa



Figura 2 - Julião Nakamura

² Urbano Monti foi um cartógrafo italiano.



Figura 3 - Mancio Itō



Figura 4 - Martin Hara



Figura 5 – Padre Diogo de Mesquita

Fonte figuras 1 a 5: BROWN, Judith C. Courtiers and Christians: the first Japanese emissaries to Europe. **Renaissance Quarterly**, [S.l.], v. 47, n. 4, p. 872–906, dez. 1994. p. 880-884.

Nestas imagens podemos notar que os jovens japoneses são apresentados sem muitas diferenças entre si — de modo a apresentarem ser “todos iguais” —, além de serem também retratados como versões minimamente alteradas dos europeus. Todos vestem roupas à moda europeia e, embora seus olhos sejam menos arredondados do que os de seus anfitriões, o resto de suas características — o formato do rosto, o nariz, os lábios e o penteado — são praticamente europeias. Por fim, podemos comparar a imagem dos embaixadores com a imagem do Padre Diogo de Mesquita e é possível constatar que suas fisionomias são apresentadas de forma muito semelhante entre si. Tal visão fica ainda mais evidente no quadro pintado por Domenico Tintoretto³ (Figura 6):



Figura 6 – Mancio Itō

3 Domenico Robusti, também conhecido como Domenico de Tintoretto, foi um pintor italiano de Veneza.

Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portrait_of_Itô_Mancio_by_Domenico_Tintoretto_1585.png acesso em 10/10/2025.

A obra encomendada durante a passagens dos jovens embaixadores por Veneza retrata Mancio Itô de uma forma europeizada, enquanto as características que o diferenciavam dos europeus são basicamente apagadas. Apesar de não haver exatamente um consenso em relação ao espectro humano no qual os japoneses deveriam estar encaixados, havia, nesse caso específico, ao menos uma tendência de associá-los à brancura e à civilização. Avento a hipótese de que existia uma certa margem a qual o europeu estava disposto a negociar com esse “outro”. Dessa forma, podemos dizer que o europeu pôde, de certo modo, se enxergar nesses seres diferentes: os japoneses.

Greg Dening, em um estudo sobre as Ilhas Marquesas publicado sob o título *Islands and Beaches. Discourse on a Silent Land: Marquesas* (1980), apresenta a metáfora das ilhas e praias como uma forma de compreender os encontros culturais. Segundo o autor, cada forma cultural seria entendida como uma ilha que deveria ser abordada a partir de uma praia. Esta separaria as ilhas umas das outras:

Beaches are beginnings and endings. They are frontiers and boundaries of islands. For some life forms the division between land and sea is not abrupt, but for human beings beaches divide the world between here and there, us and them, good and bad, familiar and strange [...] Crossing beaches is always dramatic. From land to sea and from sea to land is a long journey and either way the voyager is left a foreigner and an outsider. Look across the beach from the sea, the-

re is what the mind's eye sees, romantic, classic, savage but always uncontrollable. The gestures, the signals, the codes which make the voyager's own world ordered no longer work (DENING, 1980, p.32).

Nesse sentido, entrar em contato com o “outro” é adentrar o desconhecido, identificar-se a partir do contato e modificar-se com as interações decorrentes do encontro. Reforçando um aspecto fundamental a esse trabalho: ao criar uma ideia da Ásia, o europeu também estava, simultaneamente, criando uma ideia de si.

BIBLIOGRAFIA:

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOHRER, Ashley J. The Abject Atlantic: the coloniality of the concept of. *Philosophia*, [S. I.], v. 7, n. 2, p. 215–240, 2017. Project MUSE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1353/phi.2017.0022>.

BROWN, Judith C. Courtiers and Christians: the first Japanese emissaries to Europe. *Renaissance Quarterly*, [S.I.], v. 47, n. 4, p. 872–906, dez. 1994.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

COOPER, Michael. *The Japanese mission to Europe, 1582-1590: The journey of four samurai boys through Portugal, Spain and Italy*. 1 ed. [S.I.]: Brill, 2005.

DEMEL, Walter. How the Chinese Became Yellow: a contribution to the early history of race theories. In: JENKINS, Jennifer L. (org.). *China in the German Enlightenment*.

Toronto: University Of Toronto Press, 2016. p. 20–59.

DENING, Greg. *Islands and Beaches: discourse on a silent land*, Marquesas. Honolulu: University Press of Hawaii, 1980.

ELLIS, Robert Richmond. "The Best Thus Far Discovered": the Japanese in the letters of Francisco Xavier. *Hispanic Review*, [S. I.], v. 71, n. 2, p. 155, 2003. JSTOR. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/3247185>.

GAGO, Balthazar. Carta do Padre Baltesar Gago de Iapão, para os Irmãos da Companhia de Iesu da India, & Portugal, a 23 de setembro de 1555 anos. In: LIRA, Manuel de (ed.). *Cartas que os padres e irmãos de Companhia de Jesus escreverão dos reynos de Japão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des do anno de 1549 atè o de 1580*: v. 2. Évora, 1598.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRUZINSKI, Serge. *Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización*. [S. I.]: Fondo de Cultura Económica, 2010.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina V. Theorizing from the Borders. *European Journal of Social Theory*, [S. I.], v. 9, n. 2, p. 205-221, maio 2006. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1368431006063333>. p. 208.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. [S. I.]: Edições Pedagógicas, 2002.

go, 2013.

SCHURHAMMER, Georg; WICKI, Josef (ed.). *Epistolae S. Francisci Xaverii Aliaque Eius Scripta*: v. 2. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1944.

SCHÜTTE, Josef Franz (ed.). *Valignanos Missionsgrundsätze für Japan*. Roma: Di Storia e Letteratura, 1958.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WANG, Hui. *The Politics of Imagining Asia*. [S. l.]: Harvard University Press, 2011.

Pedro, o Grande: Reformas, Identidade e a Construção de uma Nação Moderna

Maria Carolina Stelzer Campos¹

O reinado de Pedro, o Grande, é reconhecido como um dos momentos mais marcantes da história russa, um período de transformações que redefiniram as estruturas do Estado e projetaram a Rússia em um novo papel no cenário europeu. No entanto, para compreender o impacto e os limites dessas reformas, é essencial examinar as bases históricas sobre as quais Pedro construiu seu governo. As mudanças que ele implementou não surgiram de um vazio, mas se desenvolveram em resposta a processos políticos, sociais e econômicos já em andamento há séculos.

A Rússia que Pedro I herdou era resultado de uma trajetória de longa duração, marcada por diferentes configurações políticas e territoriais. Desde a formação dos primeiros principados eslavos, passando pela ascensão da Rus' de Kiev, pelo período de dominação mongol e pelo fortalecimento do Grão-Ducado de Moscou, o Estado russo passou por diversas transformações que moldaram sua estrutura política e social.

Para compreender o impacto de Pedro, o Grande, na

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

história russa, é essencial considerar as variadas interpretações historiográficas sobre seu reinado. “Pedro não queria ser lembrado na história como um conquistador ou guerreiro; ele se via como um reformador.” (Massie, 2016. p. 1021).

Desde sempre, Pedro foi um czar interessado por assuntos militares e por suas tecnologias, principalmente em relação à marinha (Segrillo, 2022), sendo inclusive o responsável por instituí-la na Rússia. Em função da disputa com os turcos², que tinham uma força naval importante, Pedro acaba sendo estimulado a criar sua própria marinha, para assim poder levar a diante seus planos de enfrentamento dos turcos, e então ele inicia um processo para tornar a Rússia uma das maiores potências militares daquele período, como será visto em breve.

Com o intuito de buscar novas tecnologias e aprendizados, Pedro viajou à Europa. Na primeira viagem, o czar foi até a Europa Ocidental, onde permaneceu por quase dois anos, aproximadamente por 535 dias, de março de 1697 até setembro de 1698. Pedro mantém-se disfarçado, para tentar não ser reconhecido como czar (Krul; Brutti, 2022).

Durante essa estadia o czar junto com sua comitiva, chamada de Grande Embaixada, buscaram assimilar conhecimentos novos para a Rússia, como aprender na prática técnicas de construção de navios. De acordo com Hughes, a visita

2 De 1686 até 1700 ocorreu a guerra russo-turca, onde a Rússia inseriu-se no contexto de um esforço conjunto das potências europeias para confrontar o Império Otomano. O conflito teve início quando a Rússia se integrou à coalizão europeia composta por Áustria, Polônia e Veneza em 1686. Durante o período da guerra, o exército russo conduziu diversas campanhas.

com a Grande Embaixada

produziu muitos resultados práticos, nomeadamente a contratação de construtores navais, marinheiros, boticários, arquitetos e outros especialistas, bem como como modalidades de formação de russos no estrangeiro. (Hughes, 2002. p. 52.)

Pedro retornou antes do planejado para lidar com a revolta. Após conter o levante, ele conduziu uma repressão, para garantir que nenhuma outra rebelião semelhante ocorresse. O czar não desejava mais deixar que os boiardos ocupassem um local de tanta importância em seu governo, pois os consideravam indignos de confiança (Bushkovith, 2014). Então, também deu início a promoção de algumas mudanças, buscando principalmente centralizar a Rússia o mais rápido possível, modernizando-a juntamente com esse processo.

Sendo assim, o czar inicia com uma das suas primeiras mudanças governamentais, que demonstra sua desconfiança para com os boiardos: logo após retornar da Grande Embaixada, em 1698, Pedro reorganizou a máquina estatal, com figuras como Golovin e Menshikov em papéis centrais.

A indiferença de Pedro relativamente às antigas hierarquias e propriedades também foi demonstrada na sua escolha de companheiros, não apenas estrangeiros, mas também russos, dos quais o mais próximo era Alexander Danilovich Menshikov (1673-1729). (Hughes, 2002. p. 35.)

Pedro escolhe dois amigos pessoais para ocuparem uma grande posição de poder em seu governo, iniciando o

processo de uma ruptura com os boiardos, que ao longo de seu governo será ainda mais evidenciado.

Dando continuidade a essas primeiras reformas, Pedro realizou a implantação do “imposto da barba” para todos os homens de alta classe, que não pertenciam ao clero e nem à classe camponesa, então todos que desejassesem deixar a barba crescer deveriam pagar por tal (Segrillo, 2016).

Do ponto de vista concreto, pode parecer uma reforma de conteúdo insignificante, mas do ponto de vista cultural e simbólico, não. O uso da barba era algo considerado tradicional da sociedade russa, mas para Pedro I, era visto como um sinal de atraso, já que no Ocidente esse era o significado da mesma. Conforme aponta Massie, “Pedro via as barbas como desnecessárias, bárbaras e ridículas. Elas tornavam seu país motivo de zombaria e chacota no Ocidente. Eram um símbolo visível de tudo o que ele queria mudar” (Massie, 2016, p.315). É possível então ver uma característica que marcou grande parte das reformas de Pedro, a busca pela ocidentalização russa.

Seguindo nessa mesma direção – ocidentalizante – o czar muda as roupas da aristocracia. Todos da classe mais alta deveriam usar roupas mais ocidentais, incluindo roupas que não cobrissem os cabelos das mulheres (Bushkovith, 2014) – as quais, por causa da tradição ortodoxa, os cobriam. Isso gerou uma grande insatisfação e uma dificuldade muito grande da utilização de roupas como meia calça e salto alto, para as mulheres, provocando em muitos casos, a utilização desse vestuário somente fora de casa, e no ambiente privado, mantinham o uso de roupas tradicionais.

Até aqui vimos mudanças de caráter simbólico. Por volta do ano de 1700, Pedro I inicia as suas mudanças políticas, como a reorganização do Estado. Ele muda a arrecadação de impostos dos cidadãos, que anteriormente eram recolhidos pelos governadores provinciais e passa a ficar na mão das elites urbanas, buscando assim enfraquecer o poder dos governadores provinciais e fortalecer a elite urbana, tornando-a mais dependente e leal ao Estado. Implementou o “imposto do selo” para documentos oficiais.

E uma das principais mudanças foi a diminuição da convocação da Duma Boiarda (Bushkovith, 2014), isso marcou uma ruptura definitiva com a influência tradicional da aristocracia russa sobre o poder central. Essa assembleia, que por séculos havia sido composta por nobres boiardos que aconselhavam o czar em questões políticas e administrativas, perdeu gradualmente sua relevância sob o governo de Pedro. Ele via os boiardos como obstáculos para a centralização e modernização que ele pretendia implementar.

Mais uma grande reforma acontece nesse período, Pedro institui a Tabela de Patentes (Segrillo, 2016) em 1722. Essa tabela seria responsável por impor a importância por mérito e serviços prestados, ou seja, os nobres não teriam mais a sua importância e valor de acordo com a hereditariedade. Com essa tabela, o czar definia que, independentemente da posição do nobre em seu nascimento, eles teriam que trabalhar em diversas posições dos serviços governamentais para assim subir nos 14 estágios da escala proposta (Segrillo, 2022). A tabela

Previa a separação do serviço civil do militar, e prometia enobrecimento a qualquer plebeu que atingisse um nível suficientemente alto de patente. Uma escada promocional de quatorze degraus foi estabelecida, o oitavo degrau do topo sendo designado como aquele que conferiria a seus afortunados possuidores o status de nobreza (*dvorianskoe zvanie*)-isto é, se eles já não gozavam de tal distinção através do nascimento ou favor real. Este sistema, mantido com modificações até a queda do Império Russo, foi oficialmente intitulado a Tabela de Fileiras³ (*Tabel' o rangakh*). (Hassel, 1970, p. 283.).

Hughes (2002) afirma que, a Tabela de Patentes institui a progressão por mérito ao invés das formas tradicionais de promoção, e deveria ganhar experiência e certificados para conquistar o cargo. Além disso, nem o grau e nem o cargo, poderiam ser herdados ou comprados. A Tabela de Patentes queria encorajar a elite militar a possuir um desempenho maior e mais competente.

Através dessa Tabela (Segrillo, 2016) os boiardos vão perdendo força durante o governo de Pedro e consequentemente nos seguintes também, já que ela promove a queda da hereditariedade da nobreza, que é basicamente como os boiardos se mantém no poder. Além disso, Pedro gera uma grande insatisfação entre a classe, que perdeu a sua exclusividade do poderio e os altos cargos.

Com isso, a nobreza passou a depender do Estado para obter títulos e patentes, o que a tornava mais subserviente à autoridade do czar. O status social da nobreza agora estava diretamente ligado ao seu serviço ao governo. Além disso, a

3 Outra tradução para Tabela de Patentes, que também pode ser vista como Tabela de Cargos ou Tabela de Postos.

tabela regulamentava o acesso a cargos e títulos, limitando o poder da nobreza tradicional. A nova aristocracia precisava demonstrar lealdade e eficiência para obter e manter suas posições. O sistema permitia recompensas por serviços prestados ao Estado, mas também punia a deslealdade ou a falta de eficiência. Isso criou um ambiente onde a nobreza era incentivada a agir em prol do Estado para garantir sua posição. Dessa forma a Tabela de Patentes tinha como objetivo, estabelecer o mérito em vez do nascimento.

Com isso, a Tabela de Patentes, representou uma reforma de grande impacto na estrutura social e administrativa do Império Russo. Ao estabelecer um sistema de progressão hierárquica baseado no mérito e nos serviços prestados ao Estado, Pedro rompeu com as tradicionais hierarquias fundamentadas na hereditariedade, que até então dominavam a nobreza russa, em especial os boiardos. Essa transformação teve implicações profundas tanto para a organização do Estado quanto para a dinâmica de poder dentro dos boiardos, redefinindo os critérios de ascensão social e política.

A reforma, no entanto, gerou significativa insatisfação entre os boiardos, cujo poder e exclusividade foram diretamente ameaçados. Os boiardos, que antes detinham privilégios hereditários e controlavam cargos de destaque, viram-se obrigados a competir por posições com indivíduos de origens menos nobres. Essa transformação enfraqueceu a base de poder da nobreza hereditária e a tornou mais dependente do Estado para manter seu status social e político. A perda de exclusividade nos altos cargos e a necessidade de demons-

trar lealdade e eficiência ao czar representaram uma ruptura com o antigo sistema, que privilegiava o nascimento e as conexões familiares.

Ao vincular o status social e os privilégios da nobreza ao serviço prestado ao Estado, a Tabela de Patentes reforçou a autoridade do czar e consolidou o caráter centralizador do regime. A nobreza passou a depender do Estado para obter títulos e cargos, o que a tornou mais subserviente e alinhada aos interesses do governo central. Esse mecanismo permitiu ao czar controlar a elite e garantir que suas ações fossem direcionadas ao fortalecimento do Estado. Além disso, a tabela regulamentava o acesso a cargos e títulos, limitando o poder da nobreza tradicional e criando uma nova aristocracia, cuja posição estava diretamente ligada à sua utilidade para o Estado.

A Tabela de Patentes também promoveu a profissionalização e a eficiência tanto no serviço civil quanto no militar. Ao exigir experiência e certificados para a progressão na carreira, o sistema incentivou uma cultura de meritocracia e competência. Essa mudança foi crucial para a modernização do Estado russo, que necessitava de uma burocracia capacitada e de um exército eficiente para sustentar suas ambições expansionistas e reformistas.

O legado da Tabela de Patentes foi duradouro, permanecendo em vigor, com algumas modificações, até o fim do Império Russo em 1917. Sua implementação estabeleceu um precedente para a valorização do mérito e do serviço ao Estado na administração pública russa, contribuindo para a con-

solidação de um Estado centralizado. No entanto, a reforma também gerou tensões internas, especialmente entre a nobreza tradicional, que via seu poder e privilégios ameaçados.

Pedro também queria ocidentalizar hábitos sociais, então incentivou a tradução de vários livros, de diversas áreas, para dessa forma impulsionar a entrada do pensamento político e social do Ocidente. Ele também impulsiona a mudança de alguns hábitos sociais da nobreza russa, incluindo a adoção da presença feminina durante os encontros feitos por essa camada da sociedade.

E nessa série de grandes mudanças e rupturas, Pedro I submeteu a Igreja a uma nova instituição, através dos “Regulamentos Espirituais”: o Santo Sínodo, um comitê de clérigos e laicos, que eram chefiados por um procurador-chefe laico. Essa mudança de estrutura foi proposta por Feofan Prokopovich⁴, e sua atuação foi fundamental para a reforma da Igreja Ortodoxa Russa, seguindo um modelo influenciado pela legislação sueca da Igreja para a doutrina luterana (Bushkovith, 2014), estabelecendo uma integração política entre a Igreja e o Estado que perdurou por dois séculos.

Essa estrutura transformava a Igreja em um braço do governo e limitava a autonomia religiosa, garantindo que Pedro exerceria o controle não apenas sobre o poder secular, mas

4 Feofan Prokopovich, nasceu em 18 de junho de 1681, em Kiev, no contexto do Império Russo, e faleceu em 19 de setembro de 1736 em São Petersburgo, é reconhecido como um destacado teólogo ortodoxo russo. C.f. ENCICLOPÉDIA BRITANNICA. **Feofan Prokopovich**: Russian -Ukrainian theologian and writer. Encyclopedia Britannica. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Feofan-Prokopovich#ref99997>. Acesso em: 7 nov. 2023.

também sobre a esfera espiritual. Com isso, o czar eliminou a independência do clero, consolidando-se como a autoridade suprema em todos os aspectos da vida russa (Bushkovith, 2014).

Pedro também iniciou uma série de reformas destinadas a transformar um exército tradicionalmente atrasado, em uma força militar moderna, capaz de competir com as potências europeias de sua época. Entre as suas primeiras ações, ele enviou nobres e oficiais para a Europa Ocidental a fim de estudarem as técnicas militares avançadas e, posteriormente, aplicarem esse conhecimento na formação de novos regimentos na Rússia.

Um dos pilares centrais da reforma militar de Pedro foi a introdução do recrutamento obrigatório. Em 1699, ele estabeleceu um sistema de conscrição que exigia que cada vinte famílias camponesas fornecessem um soldado ao exército, aumentando significativamente o número de soldados disponíveis (Hughes, 2002). Além disso, Pedro reorganizou a estrutura do exército, adotando táticas, formações e armas modernas, inspiradas principalmente pelos exércitos da Suécia e da Prússia. Essa reorganização incluía a criação de regimentos permanentes, treinamento rigoroso e a introdução de uniformes padronizados.

Pedro também investiu pesadamente na construção e modernização de fortificações e na criação de uma marinha poderosa. Entendendo a importância estratégica do controle naval, ele ordenou a construção de uma frota moderna, com o estaleiro de Voronezh como um dos principais centros de

construção naval. A criação da Marinha Russa foi um componente essencial de sua estratégia militar, permitindo à Rússia projetar-se militarmente no Mar Báltico e no Mar Negro.

Essas reformas não se limitaram apenas à estrutura e ao tamanho das forças armadas, mas também incluíram mudanças no comando e na disciplina. Pedro implementou um sistema meritocrático para a promoção de oficiais, baseado no desempenho e nas habilidades, em vez de apenas na nobreza e no nascimento.

Após a morte de Pedro I, em 1725, seu legado mostrou-se tão grandioso quanto o seu período de poder, consolidando-o como uma figura central na história russa. Hughes (2002) salienta que Prokopovich, em 1726, sintetizou essa percepção ao afirmar que “Toda a Rússia é a sua estátua” (Hughes, 2002, p. 210.), evidenciando como as transformações implementadas por Pedro transcendiam seu tempo de vida e definiram um curso novo para a Rússia. Pedro mostra a sua força em vários aspectos, como na capital que ergueu, São Petersburgo, nas instituições que reformou e no destino imperial que iniciou.

A afirmação de Prokopovich em 1726 vai além de uma metáfora, é um projeto político de imortalização. Para ele, a Rússia pós-1725 não era apenas herdeira das reformas, mas uma materialização do próprio corpo do czar, esculpida em instituições, cidades e até memória coletiva.

Essa percepção de Pedro I como um líder transformador não se limitou ao âmbito político; ela também se consolidou na cultura e na literatura russa, onde sua figura foi elevada

a símbolo de progresso e iluminação. Um exemplo marcante dessa representação é a ode escrita em 1776 pelo poeta Gabriel Derzhavin, um dos expoentes do classicismo russo. Cinco décadas após a morte do czar, Derzhavin compôs um poema em sua homenagem que não apenas glorificava suas realizações, mas também reforçava a narrativa de Pedro como o grande modernizador da Rússia. Nele, o poeta escreve:

[...] Ele, conquistando nossas antigas trevas,
Estabeleceu as ciências na terra da meia-noite;
Acendendo uma tocha na escuridão,
Ele também derramou em nós bons costumes e boas maneiras.
Leve as vozes ao céu, ó vento: Você é
imortal, grande Pedro! [...]

(Derzhavin, 1776, apud Riasanovsky, 2005, p. 90)

Nessa ode, Pedro é retratado como um herói civilizador que venceu as “trevas” do passado russo, estabelecendo as ciências e difundindo “bons costumes” na “terra da meia-noite”. A imagem da tocha que ilumina a escuridão não apenas glorifica o governante, mas também reforça a narrativa de que a modernização da Rússia dependeu de sua ação visonária. Derzhavin, ao descrevê-lo como “imortal”, transcende a figura histórica e a transforma em um símbolo atemporal do progresso nacional.

A glorificação de Pedro, o Grande, como portador de uma certa luz civilizatória está profundamente alinhada com os ideais do Iluminismo, que entendiam o progresso como

uma vitória da razão sobre a obscuridade da tradição irrefletida. A metáfora da tocha que dissipa as trevas liga diretamente ao imaginário filosófico do século XVIII, no qual monarcas esclarecidos eram vistos como agentes necessários para conduzir suas sociedades rumo à modernidade — seja através da ciência, da educação ou de reformas administrativas.

Derzhavin, ao retratar Pedro como aquele que “estabeleceu as ciências” e impôs “bons costumes”, não apenas legitima seu governo como também reforça a noção iluminista de que o despotismo poderia ser justificado se orientado pela racionalidade e pelo bem público.

Dessa forma, a ode de Derzhavin não apenas consolida o mito de Pedro como arquiteto da Rússia moderna, mas também ilustra como a linguagem do Iluminismo foi instrumentalizada para legitimar o poder imperial. A dicotomia luz/trevas, longe de ser meramente retórica, servia para enquadrar a história russa como uma narrativa de superação, na qual o passado era associado à estagnação e o futuro, à ação deliberada do soberano.

Essa construção simbólica perduraria além do século XVIII, influenciando tanto a autoimagem da elite russa quanto seus projetos políticos subsequentes, desde as reformas de Catarina até o debate intelectual do século XIX entre ocidentalistas e eslavófilos.

É inegável que Pedro I, ao realizar suas reformas, gerou uma série de discussões acerca do caminho que a Rússia deveria seguir. Angelo Segrillo (2016), aponta que,

A partir dali um mal-estar se instalaria entre os defensores e detratores das reformas de Pedro; entre aqueles que achavam que a Rússia deveria seguir o caminho da modernização ocidental para elevar seu nível econômico, cultural e político e aqueles que pregavam a continuação de um modo de vida próprio, não guiado pelos “moralmente decadentes” valores ocidentais. (Segrillo, 2016. p. 7)

Pedro I não apenas implementou reformas significativas, mas também inaugurou um debate que se tornaria central no pensamento político e cultural russo nos séculos seguintes: a tensão entre tradição e modernidade (Segrillo, 2016). Esse embate, que no século XIX se cristalizaria na oposição entre eslavófilos e ocidentalistas, já dava sinais durante seu reinado, à medida que sua política de modernização forçava a Rússia a se redefinir em relação ao Ocidente.

Os ocidentalistas, em sua origem, defendiam que a Rússia deveria seguir os modelos europeus de organização política, econômica e cultural para alcançar um desenvolvimento equivalente ao das grandes potências da época. Para eles, as reformas de Pedro I representaram um passo necessário para modernizar o país e inseri-lo no circuito das nações consideradas desenvolvidas e modernas da época (Segrillo, 2016). Esse grupo valorizava as inovações tecnológicas, a burocracia eficiente e a adoção de práticas iluministas, além de um sistema jurídico e educacional inspirado nas experiências europeias.

Em contrapartida, os eslavófilos enxergavam essas mudanças como uma ameaça à essência russa. Para eles, o verdadeiro espírito do país estava enraizado em sua reli-

giosidade ortodoxa, em suas tradições comunais e em um modelo de sociedade que se diferenciava dos valores individualistas e materialistas do Ocidente (Segrillo, 2016). Desse modo, as reformas de Pedro representavam, para este grupo, não apenas uma reestruturação administrativa, mas um afastamento perigoso do que significava ser russo.

O impacto desse processo reverberou por todo o século XVIII, cristalizando-se, no século XIX, como um problema central para o pensamento russo. A tensão entre uma elite ocidentalizada e um povo enraizado em sua tradição tornou-se o pano de fundo do embate entre eslavófilos e ocidentalistas. Ambos os grupos, embora radicalmente opostos em suas propostas, partilhavam o diagnóstico de que a Rússia vivia uma divisão ideológica e quase civilizatória, inaugurada no reinado de Pedro.

Esse debate teve seu estopim no século XIX, quando um filósofo russo, Petr Chaadaev publica uma série de “cartas filosóficas”, essas cartas traziam percepções acerca da história e da sociedade russa. Quando Chaadaev publica sua primeira Carta, provoca um grande choque (Segrillo, 2010), principalmente pela série de comentários que o mesmo afirma acerca da falta de intelectualidade russa. Entretanto, neste trabalho, o foco estará em alguns pontos específicos da carta⁵, já que

5 As Cartas Filosóficas de Chaadaev, estão em língua russa, idioma no qual a autora possui apenas conhecimentos linguísticos iniciais, desta forma aqui utilizaremos a tradução elaborada pelo historiador especialista em Rússia, Angelo Segrillo, disponibilizada em:

SEGRILLO, Angelo. A “Carta Filosófica” de Chaadaev: o “tiro no escuro” que detonou o debate entre ocidentalistas e eslavófilos na Rússia. **Revista Caminhos da História**, Montes Claros/MG, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria>

o filósofo traz alguns pontos interessantes acerca da visão da Rússia para com o mundo.

Quando Chaadaev afirma “Não somos nem Ocidente nem Oriente e não temos as tradições de nenhum deles” (Chaadaev, 2009 apud Segrillo, 2010, p. 115), ele aponta para a complexidade da delimitação da identidade russa, que frequentemente é posicionada em um limiar entre influências culturais e políticas diversas, sem uma adesão clara a um dos grandes polos civilizacionais. A dificuldade em definir a Rússia dentro desses marcos reforça a noção de uma identidade híbrida e em constante tensão.

Sob a perspectiva de Silva (2014), a construção de uma identidade exige a delimitação de uma alteridade, ou seja, a identificação de um “outro” que sirva de referência para a definição do “nós”. Nesse sentido, a indefinição mencionada por Chaadaev evidencia um dilema identitário mais amplo, no qual a Rússia se percebe como distinta tanto do Ocidente quanto do Oriente, mas sem um referencial consolidado que lhe permita estabelecer uma identidade plenamente coesa.

Em síntese, o projeto reformista de Pedro, o Grande, transcendeu a mera modernização do Estado russo para se tornar um ato fundacional de sua identidade nacional moderna. Ao criar uma nova elite através da Tabela de Patentes, uma capital europeia no lodo dos pântanos e os códigos de conduta social, Pedro não apenas modernizou instituições, mas criou os próprios termos de um dilema que passaria a definir a Rússia: a tensão permanente entre uma Rússia euro-

peia e uma Rússia eslava.

Dessa forma, o legado de Pedro não se mede apenas em aquilo que ele criou ou nas batalhas que venceu, mas na profunda mudança cultural e no debate intelectual que suas ações desencadearam. A Rússia que emergiu de seu reinado era uma nação consciente de si mesma, porém dividida diante, entre o modelo ocidentalista e a tradição eslavófila. Pedro, assim, não respondeu à pergunta “o que é ser russo?”, mas foi o grande arquiteto do palco onde este drama fundamental continua a ser encenado.

Referências

EGOROV, Oleg. *A única vez em que dois tsares governaram a Rússia ao mesmo tempo*. Moscou: Russia Beyond (Governo russo), 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/84175-única-vez-dois-tsares>. Acesso em: 9 out. 2025.

ELEY, Geoff; SUNY, Ronald G. *Becoming National: a reader*. Oxford: Universidade de Oxford, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Feofan Prokopovich: Russian -Ukrainian theologian and writer*. Encyclopedia Britannica. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Feofan-Prokopovich#ref99997>. Acesso em: 7 out. 2025.

HUGHES, Lindsey. *Peter the great: a biography*. New Haven;

London: Yale University Press, 2002.

KRUL, Jaime José; BRUTTI, Tiago Anderson. A influência da cultura europeia do século XVIII nas reformas liberalizantes do Czar Pedro I, o grande. *Missioneira*, Santo Angelo, v. 24, n. 2, p. 47-54, 2022. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/misioneira/article/view/1005>. Acesso em: 15 out. 2025.

MASSIE, Robert K. *Pedro, o grande: sua vida e seu mundo*. São Paulo. Amarilys, 2016.

RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian identites: a historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SEGRILLO, Angelo. A “Carta Filosófica” de Chaadaev: o “tiro no escuro” que detonou o debate entre ocidentalistas e eslavófilos na Rússia. *Revista Caminhos da História*, Montes Claros/MG, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3459/3314>. Acesso em: 15 out. 2025.

SEGRILLO, Angelo. *A first complete translation into english of Peter the great's original table of ranks: observations on the occurrence of a black hole in the translation of Russian historical documents*. Translated de Angelo Segrillo. São Paulo: Laboratório de Estudos da Ásia (USP), 2016.

SEGRILLO, Angelo de Oliveira. *Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas (elementos dos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e uma aplicação à análise da Rússia atual)*. Tese (Livre Docente). 2016. 276

f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/8/tde-14092018-162101/pt-br.php>. Acesso em: 13 out. 2025.

SEGRILLO, Angelo. *Os Russos*. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeus da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

Uma escola de samba e seu lugar: a Grande Santo Antônio como reduto cultural e artístico

Gustavo Moraes Loureiro¹

A escola de samba é, de modo geral, um espaço aberto de construção de sociabilidades, no que tange a formação de um sentido de identidades e comunidade. Por tal razão, reverbera em seus espaços sociais, desde os terreiro aos barracões e quadras, práticas culturais que trazem em si a ancestralidade, sendo isso responsável pelo desenvolvimento de um sentido de identidade a ser desenvolvido em nosso trabalho.

Essa identidade pode se formar a partir de dispositivos sociais que inserem um indivíduo em um meio, oferecendo particularidades que o colocam como singular e, ao mesmo tempo, genérico em sua comunidade. Tudo isso se forma a partir do que Bourdieu (1980) desenvolve ao procurar compreender o lugar das dinâmicas sociais e culturais e sua construção de significados.

Fazendo-o, nos oferece também uma distinção entre Espaço e Lugar, que será essencial em nosso texto para com-

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. gustavomoraes21@gmail.com.

preender processos sociais e urbanos que colocam nosso bairro como um reduto cultural, revestido de práticas em particular que dão corpo à configuração delimitada de um lugar como responsável pela produção de identidades locais. Esse lugar é o bairro, enquanto configuração geográfica delimitada.

Esse espaço aberto comprehende, além de tudo, religiosidades que, junto com o próprio festejo carnavalesco, proporcionam combustível vital para a manifestação cultural em todos os seus momentos. Assim, somos levados a entender a formação de um cotidiano que ultrapassa o simples desfilar enquanto rito, mas também seus períodos de produção artística, que comprehendem os intervalos entre carnavais.

Nesses intervalos, seja de pré ou pós carnaval, a escola de samba oferece lugares de interação que chancelam a formação de símbolos, pertencimento local e, acima de tudo, identidades que disputam a memória, seja da festividade como um todo, ou de uma agremiação em particular.

Devemos considerar com total cuidado semântico os termos colocados no texto, como por exemplo o próprio conceito de lugar, colocado anteriormente. É a distinção entre lugar e espaço que nos permite comprehender o desenvolvimento das dinâmicas e processos urbanos que permeiam a vida dos cidadãos de um bairro. Nesse sentido, Michel de Certeau traz reflexões importantes, sobre o cotidiano no lugar:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos

passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (Certeau, 1998, p. 189)

O reduto de uma escola de samba é esse espaço de influência, que empilha histórias e trajetórias que se remontam dentro de um lugar em particular, que em nosso caso, é a região da Grande Santo Antônio, e a partir das práticas estruturadas conforme a vida social do bairro, podemos refletir sobre ele como sendo um espaço de resistência cultural, artística, que nega visões hierarquizantes, que concebem esses reduto como reproduutor de dinâmicas urbanas padronizadas.

O autor também enfatiza a capacidade criativa dos indivíduos que, ao manipular a cultura, produzem sentido em no espaço do bairro Santo Antônio, que se configura como reduto, ou seja, espaço de influência da G.R.E.S. Novo Império, escola de samba do carnaval capixaba.

Outra obra importante para nossa análise é *O cotidiano e a história*, de Agnes Heller. Nele, a autora busca entender estruturalmente a vida cotidiana e o papel do indivíduo nela. Também sustenta, em seus argumentos, sobre a completude do indivíduo em participar da vida social em todos os aspectos, e advoga pela importância do espaço em que se introduz socialmente para a individualidade do sujeito:

O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, 'socializa' sua

particularidade. (Heller, 2008, p. 108)

Essa relação entre indivíduo e comunidade é exposta em todos os momentos na relação de torcedor e escola de samba, dado que sempre evoca em si a discussão da existência de uma contraposição discutida no texto da autora, principalmente ao se considerar que as particularidades de grupo e comunidade se entrelaçam nas interações dentro daquele espaço. Essa troca enxerga hierarquias demarcadas em diversos momentos, e não em outros, o que nos leva novamente às discussões de Certeau sobre as negociações de normas dentro do espaço cotidiano do bairro. Nesse contexto, o indivíduo e suas ações diárias subvertem normas sociais e culturais, algo que nos leva a entender a composição dessa comunidade e seu contexto de formação.

Lugar também é um conceito amplamente utilizado na Geografia, e dialoga muito com o que foi até então levantado em nosso texto. A possibilidade de um lugar absorver em si sentidos particulares de um espaço, enquanto bairro, é também abordada por Park:

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo

de vida e interesses mais amplos ao seu redor. (Park, 1967, p. 29)

O bairro se coloca como espaço vivo para a produção de resistência e criatividade para construir práticas cotidianas únicas naquela localidade, dialogando diretamente com uma das principais ideias de Certeau em seu trabalho, que é justamente a construção de táticas do cotidiano como forma de resistência e adaptação ao que é normativo.

Essa agência do indivíduo sobre o mundo é parte da dinâmica que o autor confere à relação entre o cidadão e seu espaço. No nosso exemplo, temos um bairro surgido a partir de disputas do movimento higienista pela urbanização da capital. Primeiro, o bairro surge como opção segura para a construção de cemitérios públicos, o que evidencia a capacidade de sua população em subverter a pouca mobilidade social oferecida pela dinâmica da cidade como um todo.

O bairro nasce em um contexto de modernização da capital, se colocando como um bairro tradicional de camadas populares, abrigando desde sempre populações empobrecidas, desde aquelas em movimento migratório até portuários, estivadores, dentre outros. Um dos aspectos que conecta o bairro com essa modernização observada a partir do centro da cidade é o cais do hidroavião.

Além de aspectos modernizadores, Santo Antônio também se coloca como um espaço receptivo para as diversas religiosidades que permeiam o cotidiano das pessoas que ali vivem. Durante os anos 1920, o bairro recebeu frades pavo-

nianos, responsáveis por projetar o que viria a ser o Santuário, atual basílica, de Santo Antônio.

Além de mais um aspecto da formação da identidade local, a igreja em si oferece novas possibilidades de espaços a serem apropriados na prática social dessa população, que também passaria a ser composta por pequenos agricultores da região serrana, com a crise do café durante a Primeira Guerra Mundial.

Assim como a Basílica, a escola é, também, importante na cristalização de uma resistência às dinâmicas urbanas, que impõe às regiões historicamente periféricas rotinas sociais engessadas, o que é importante no entendimento do bairro como seu lugar de influência. Por isso, define-se o conceito de Identidade, construído em nosso exemplo a partir da subversão de uma ordem social urbana muito bem estabelecida, além de adotar princípios básicos do que é visto como inversão ritualística. É nesse movimento dialético de oposições que Kathryn Woodward insere a construção do conceito de identidade:

Ao analisar como as identidades são construídas, sugeri que elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao “forasteiro” ou ao “outro”, isto é, relativamente ao que não é. Essa construção aparece, mais comumente, sob a forma de oposições binárias. (Woodward, 2017, p. 50)

A autora nos permite entender o conceito como construção temporal, partindo de outras tantas noções de Identidade. Faz ainda mais sentido ao se considerar que a iden-

tidade do torcedor se faz no entendimento da diferença, da diversidade, muito comum ao ambiente carnavalesco e que permite uma direta associação ao sentimento de pertencimento, que evidencia qualidades que são muito particulares de uma determinada escola de samba. Isso permite a construção de oposições binárias que mantém a ordem social, dado que “uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra” (Woodward, 2017, p. 47), ou seja, temos identidade e diferença caminhando juntos ao entender o sentimento do torcedor imperiano, que adota práticas simbólicas ao defender o caráter afetivo de sua torcida.

O torcedor e componente da escola aparece de forma constante, bem como a identidade, e se faz essencial pro desenvolvimento metodológico deste trabalho, principalmente em se tratando de como este vive a experiência de memória.

Os grupos que compõem o bairro oferecem colocações importantes para a construção de um sentimento de pertencimento, evocando a função social da memória, tanto em suas dimensões coletivas e nostálgicas, experienciadas individualmente, mas construídas de forma coletiva, como nos oferece Maurice Halbwachs em seu livro *A memória coletiva*.

A compreensão dessas memórias passa pela necessidade de elencar as identidades em debate no nosso texto. Tudo isso pode ser feito sem abrir mão de metodologia de pesquisa centrada na história. Entretanto, é essencial considerar as particularidades desses grupos. Em grande parte, são racializados e historicamente marginalizados, advindo de movimentos urbanos que, como observado ao se analisar o

processo de ocupação da região, são empurrados para setores menos favorecidos na dinâmica modernizadora da cidade.

O carnaval, nesse contexto, oferece segurança para exercitar essas identidades, o que o torna convidativo para diversos grupos, como também os LGBTQIAPN+, que compõem muitas fileiras produtivas e criativas do espetáculo como um todo. Dessa forma, conseguimos conceber os “modos plurais de estar no mundo” (Chakrabarty, 2005, p. 215), e uma escrita que alcance epistemologicamente os passados dos grupos de forma coesa.

Para isso, nos atentamos aos estudos acerca de passados subalternos, ou seja, aqueles que não são plenamente revisitados pelo método do historiador, relegando a estes lugares de menor importância no processo produtivo de um texto acadêmico. Tais estudos são taxativos ao diferenciar o que seria um simples exercício de estudo de minorias, ou seja, que tendem a fazer classificações binárias das histórias, tratando-as como “boas” ou “más”, como bem elucida Chakrabarty (2005, p. 215).

Ainda que se faça este esforço, ele nunca é suficiente em se ater ao objetivo de protagonizar quem possui a legitimidade ao tratar desse passado, que são seus donos. Essa barreira é bastante delicada, haja vista o cuidado que se deve ter para não dar maior ou menor importância aos discursos acerca do passado da instituição e do bairro. Desta forma, o cuidado se traduz em limite ético ao lidar com memórias ainda vivas, a serem colhidas entre componentes da agremiação.

Por isso, é uma escolha nossa percorrer caminhos de

História Oral e Memória. Isso também se dá por uma dificuldade latente em compor uma fonte documental escrita, visto que muitas partem de acervos familiares. Isso corrobora, também, com a ideia de que histórias pessoais são importantes na compreensão da vida social e suas interações, haja vista que o próprio cotidiano é um espaço de negociar as normas sociais.

Assim, lançamos mão de um aporte metodológico amplo, como da obra *Memórias e narrativas: história oral aplicada*, de José Carlos Sebe B. Meihy e Leandro Seawright, lançado em 2020 e detentor de diversas reflexões úteis no processo investigativo, como a utilização de um aporte documental prévio como parte da materialidade do método, o que nos aproxima do objetivo a ser alcançado ao longo das entrevistas. Sabemos que, com essa metodologia, o conhecimento prévio do assunto é crucial, o que dialoga com outras obras, como o *Manual de História Oral*, de Verena Alberti, com segunda edição lançada em 2004.

A experiência trazida é diferente e aborda o acervo de entrevistas do CPDOC da FGV, mas o processo de entrevista nos ajuda, e sobre isso a professora cita:

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial [...]. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documento é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (Alberti, 2004, p. 81)

É esse o percurso que pretendemos com a pesquisa, montar um acervo documental expressivo que nos auxilie em entender as singularidades que montam o bairro Santo Antônio. Mas produzir o trabalho somente a partir dos relatos não será suficiente, o que nos obriga a lançar mão de outros recursos metodológicos, como o que se encontra na obra *Jogo de escalas: a experiência da microanálise*, de Jacques Revel, de primeira edição lançada em 1998.

Nela, o autor oferece uma perspectiva de pesquisa que ofereça diálogos entre áreas de conhecimento que dividem o espaço neste trabalho, a história e a antropologia. Esta precisa ser aproveitada de uma perspectiva histórica, como apontado por Revel ao longo do texto. Tanto pelo método a ser desenvolvido, quanto pelos critérios utilizados na pesquisa e critério na compreensão das fontes, o texto oferece um aporte firme, que se orienta pela redefinição de um modo de pensar história, como o próprio autor define:

O recurso a sistemas classificatórios baseados em critérios explícitos (gerais ou locais) é substituído na microanálise pela decisão de levar em consideração os comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se constituem e se deformam. Isso não implica que se ignore e nem que se despreze as propriedades objetivas da população estudada, e sim que as trate com recursos diferenciais cuja importância e cuja significação devem ser avaliadas nos usos sociais de que são objeto – ou seja, em sua atualização. (Revel, 1998, p. 26)

Pensar essas novas maneiras de considerar a identidade de um coletivo e do indivíduo permite aprofundar sem

abrir mão do método histórico, observando fontes que representam narrativas perenes sobre o passado. A identidade do grupo pode delimitar fontes a serem construídas ao longo da pesquisa, mas como já vimos, a própria percepção de lugar se fragmenta em diversas experiências.

Além da fonte documental proposta pela história oral e discutida do ponto de vista da análise sócio-histórica por Revel, também lançamos mão de obras que se convertem em fontes escritas sobre a região, como Morro dos Alagoanos sim, senhor!, lançado em 2001 com organização de Raimundo de Oliveira, e Bairro Santo Antônio, lançada pela coleção Elmo Elton, em 1998, e organizada por Adilson Villaça e com textos de Adriana Bravin e fotos de Sérgio Cardoso.

Além dos livros citados acima, a pesquisa também tem como a possibilidade de fonte o acesso ao acervo do departamento cultural da agremiação, e acervos particulares de famílias que integraram e integram o cotidiano da escola, como parte do resgate da memória do bairro.

Esses acervos oferecem recursos em diversos tipos de mídia, e são importantes inclusive no processo de entrevistas, dado que possuem papel catalisador da recordação de momentos da escola de samba e do bairro, além de permitir reviver momentos de efervescência social e até mesmo política interna. É essencial no esforço de recuperar memórias marginalizadas, tanto por conta de seus detentores, quanto pelo universo de sentidos em que se constrói.

Isso se dá pela necessidade contínua da escola em se reafirmar como um espaço que forma e fomenta intelectuali-

dades subalternas, que não afloram de forma semelhante ao padrão consagrado pela fela formação intelectual tradicional. Essas são intelectualidades que buscaremos agregar como fontes documentais para nosso texto.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. 1. ed. São Paulo: Lazuli Editora, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Histórias minoritárias, passados subalternos. Deslocalizar a “Europa”: Antropologia, Arte, Literatura e História na pós-colonialidade*. Edições Cotovia, Lisboa, 2005, p. 209-230.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MEIHY, José Carlos S. B.; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.

OLIVEIRA, Raimundo de. *Morro dos Alagoanos, sim senhor!* Vitória: Sodré, 2001.

PARK, Robert E. *A cidade: sugestões para a investigação do*

comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro, 1967. p. 25-66.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social.* In: ______. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.15-38.

VILLAÇA, Adilson (Org.); BRAVIN, Adriana; CARDOSO, Sérgio. *Bairro Santo Antônio.* Coleção Elmo Elton, 1. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.* 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Entre O Caminho do longo estudo e A visão de christine: traços autobiográficos em christine de pizan (séc xv)

Ana Carolina Bazoni dos Santos¹

Introdução

O presente texto é oriundo da comunicação, de mesmo título, realizada no âmbito do ST 11, do II EPGHIS (UFES) “Transpor a “falésia”: a História Cultural entre práticas e discursos”, cujo o intuito foi discutir os aspectos autobiográficos presentes nas obras *O Caminho do Longo Estudo* (1403) e *A Visão de Christine* (1405), ambas escritas por Christine de Pizan, que viveu entre os anos de 1363 – ca. 1430, na França. Reconhecida como uma das primeiras mulheres na Europa medieval a viver da própria escrita, Christine construiu um repertório literário relevante, que aborda, entre outros temas, o papel da mulher na sociedade e as estruturas de poder de sua época.

Descrita e lembrada por Eustache Deschamps,² como

1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da mesma universidade. Membro do *Repertorium: Laboratório de Estudos Medievais* (UFES). Email: santosanacarolb@gmail.com.

2 Este que foi um poeta francês medieval, a qual Christine de Pizan teve contato e acesso a obras. Ressalta-se a possibilidade de ele ter, em alguma medida, instruído Christine intelectualmente.

“uma musa eloquente entre as nove” (Balade 3, p. 251), Christine de Pizan viveu entre os séculos XIV e XV, período marcado por instabilidades políticas e sociais, no qual as mulheres raramente ocupavam posições de autoridade intelectual. Não obstante, sua obra evidencia não apenas domínio como intelectual, mas também uma consciência de seu tempo e lugar no mundo. As duas obras aqui retartadas, embora repletas de simbolismo, carregam elementos que remetem diretamente à sua trajetória pessoal.

O Caminho do Longo Estudo e *A Visão de Christine* contêm elementos que podem ser lidos como manifestações de uma escrita de si, ainda que envoltos em linguagem alegórica e poética. Ambas as obras relatam, de maneira sutil, e alegoricamente, os desafios enfrentados por Christine após a morte de seu pai, Thomas de Pizan, e de seu marido, Etienne du Castel, ocorridas na década de 1380.

Eventos estes que acabaram por a deixar em uma posição vulnerável, como a mesma descreve, encontrando-se em situação de viuvez, e com filhos para sustentar. Dessa forma, aponta que houve a urgência de assumir o sustento da família, isto em um contexto no qual o espaço público e a produção intelectual eram majoritariamente masculinos.

Entendemos que ao recorrer à escrita como forma de reconstrução pessoal e intelectual, Christine teve como objetivo superar as adversidades, bem como a construção de um espaço de autoridade para si. Nesse ínterim, Christine de Pizan, buscou fazer-se ouvida; lutando contra a marginalização; atuando em um campo que embora não seja completamente

masculino, são os homens que detêm amplo poder de atuação: a escrita (Pisani, 2023, p. 17).

De Veneza a Paris: Contexto e Trajetória Pessoal de Christine de Pizan antes da escrita.

Nascida em Veneza em 1363, mudou-se ainda na infância para Paris, passando a viver na corte francesa, em função do trabalho de seu pai, Thomas de Pizan, que era astrônomo de Carlos V,³ rei da França. Esta mudança está relatada na obra “A visão de Christine”, como será apresentado adiante.

Vivendo na corte, teve a oportunidade de entrar em contato com obras tanto contemporâneas quanto antigas, tal detalhe é comprovado em diversos de seus livros, que contêm explicações e são marcadas por citações a estes autores. Neste período Carlos V, investiu em um o programa de tradução, que voltava-se à tradução de obras antigas do latim e grego para o francês vernáculo (Schmidt, 2021), com o propósito de tornar a biblioteca real um grande centro de estudos. Nesse período a biblioteca do palácio real, que hoje conhecemos como o Louvre, era a terceira maior do Ocidente (Calado, 2006).

Porém após a morte de Carlos V o reino encontrava-se em crise, haja vista a falta de saúde de Carlos VI, o que culminou na cisão entre os membros da nobreza, que almejavam influência e poder na corte, sendo os principais protagonistas os Armanhaques e os Borguinhões. Este conflito,

³ Na obra “A cidade das damas”, a própria autora aponta tal informação.

segundo Flores (2016, p. 16) se estendeu entre 1407-1435, e teve impacto não apenas internamente, mas também interferiu nas relações externas da França. Tal conflito também é referenciado por Christine, em suas obras. Coadunando com a postura a grosso modo adotada pela população francesa da época, e que não estava apática e isolada do conflito, pelo contrário, estava envolvida e era sobretudo, prejudicada por este (Flores, 2016, p. 24).

Ademais, ressaltamos outros contratemplos que assolavam o reino francês no período em que Christine viveu, para situarmos a autora em seu lugar de produção. Destaca-se que entre o final do século XIV e início do século XV, o reino francês é marcado, assim como o ocidente europeu, pela Peste Negra, e por conflitos provenientes da Guerra dos Cem anos, entre França e Inglaterra. Estes fatores, juntamente à guerra civil, proveniente da já mencionada disputa entre Armáhaques e Borguinhões, tornam o começo do século XV um período de inquietação e contestações.

No tocante aos infortúnios pessoais de Christine, estes tiveram início na década de 1380, a partir da morte de Carlos V, e poucos anos depois, também vem a perder o pai e o marido, este último, que a torna responsável pelo sustento de si, bem como de seus três filhos e sobrinhos. Nesse contexto, Christine de Pizan aprimorou seus estudos objetivando começar sua carreira como escritora. O período que comprehende a viuvez de Christine até o início efetivo de sua carreira é caracterizado por batalhas judiciais, para garantir seus direitos perante a morte do pai e do marido, como a

mesma relata.

Apresentamos a seguir os excertos das obras: *O caminho do longo estudo* e *A visão de Christine*, e analisaremos os aspectos autobiográficos que nos permitem traçar a trajetória de vida e escrita de Christine de Pizan.

A escrita de si em *O caminho do longo estudo*

Iniciado a obra *O caminho do longo estudo*, Christine de Pizan, nas primeiras páginas apresenta como suas adversidades começaram, dizendo: “A Fortuna, perversa, tem sido frequentemente adversa comigo, mesmo agora ela não se cansa de me ferir incessantemente” (Pizan, [1403] 2018, p. 5)⁴. Neste trecho a autora refere-se a perda de seu pai e marido.

Prosseguindo, além de relatar a morte do amado, Christine, descreve em tom melancólico, devido ao luto, o relacionamento entre eles:

“Eu vivi alegremente, e de modo muito maravilhoso, quando a morte aconteceu a aquele que, para mim, não tinha igual, pois eu, certamente, não consigo desejar por alguém mais, sábio, prudente, belo e bom do que ele, ele me amava como era o justo, pois fui-lhe dada ainda jovem. Assim, havíamos harmonizado por completo, nosso amor e nossos corações. (...) Eu o amei tão ternamente (...) Mas a fortuna agiu e tirou sua vida.” Pizan, [1403] 2018, p. 6-7).

Dessa forma, por meio deste, relato inferimos que Christine casou-se ainda jovem, seguindo a tradição e os costu-

4 Tradução nossa.

mes do período medieval cujo as mulheres casavam-se muito jovens, ainda na adolescência⁵. Bem como permite a interpretação de que seu casamento com Etienne du Castel foi harmonioso e, em alguma medida, havia amor entre os dois.

Continuando a narrativa, Christine dialoga sobre os treze anos que sucedem a morte de Etienne e o início de sua carreira como escritora, e as consequências de se encontrar em situação de viuvez. Dessa forma, afirma:

“Tornei-me reclusa, aflita, triste, sozinha e cansada. Em meu luto mortal chorava. Então veio a mim o descortino do duro confisco (dos bens), desde então ele de forma alguma, me deixou por um único dia. Embora já tenham se passado cerca de treze anos, não há nada de novo” (Pizan, [1403] 2018, p. 8).

Neste excerto nota-se a adição de um significativo fator, em sua trajetória de vida, ou seja, o confisco dos bens familiares a que foi submetida. Haja vista a essa adversidade, Christine aponta, de maneira alegórica, o ponto de virada em sua trajetória:

“Em um dia de alegria atenuada, eu fui sozinha para um pequeno gabinete, onde frequentemente me deleitava, ao olhar histórias de diversas aventuras. E eu folheei um livro ou dois (...) Não encontrei nada mais que pudesse me trazer conforto do problema que eu tinha, cujo caminho eu buscava ansiosamente, remover do meu pensamento, eu estava muito determinada. O dia dessa desonra foi o Quinto de Outubro, no ano de 1402” (Pizan, [1403] 2018, p. 10).

5 Substantivo adotado para referenciar uma faixa etária contemporânea. Ressalta-se que na Idade Média, não havia a noção do que hoje compreende-se como adolescência.

A partir deste relato, também é possível delimitar o dia e o ano em que a mudança de sua trajetória teve início, dessa forma, de acordo com a mesma, deu-se no dia cinco de outubro de 1402. Depois deste excerto Christine aponta que refletiu a partir da leitura de Boécio:

"E então chegou em minhas mãos, um livro que eu gostei imensamente, pois ele removeu meu desanimo e minha desolação, este era "Sobre a consolação" de Boécio, o proveitoso." (Pizano, [1403] 2018, p. 11).

É após a leitura e reflexão de parte deste livro, que Christine se prepara para dormir. É a partir deste momento que se inicia a alegoria em sua obra, em seu sono, a autora recebe a visita de Sybil, sua mestra, que a mostrará o caminho do conhecimento. Nesse âmbito, de modo alegórico ela apresenta a seus leitores como obteve conhecimento com sua mestra, argumentando que esta a levou aos mais diversos países, quando na verdade, ela não necessariamente foi a estes, e sim aprendeu a história destes, a partir das aulas com Sybil.

No tocante à conversa com Sybil dois aspectos são relevantes, são eles: a mestra convidando Christine a ser sua aprendiz, e a resposta dada pela autora:

"(...) Mas se você seguir meu estandarte, eu me arriscarei a guiá-la com seu consentimento em outro mundo mais perfeito, onde você poderá aprender muito mais, do que pode neste, sobre coisas mais notáveis e mais proveitosas. E onde não há vileza nem aflição. E se você me fizer sua mestra, eu irei te mostrar de onde vem todo o mal que acontece no

mundo." (Pizan, [1403] 2018, p. 29).

Respondendo a proposta de Sybil, Christine diz:

"Ah, bem amada e excelente amante do conhecimento, do colégio do grande saber, (...) de onde veio sua humildade que a mim, com tanta benignidade, manifesta seu prazer? (...) Já que você consegue me guiar em uma terra menos tumultuada e mais agradável, agradeço-lhe por esta honra (...) Eu quero seguir você por este caminho (...) Em outubro, com o sol brilhante, meu vestido eu rapidamente ajustei com um cinto, para que não me impedisse de caminhar, o caminho que segui me agradou, não é entediante, nem dolorosa, mesmo com vento ou chuva. (Pizan, [1403] 2018, p. 29).

Nota-se que a resposta de Christine reafirma seu desejo pelo saber, e dessa forma, depreendemos, que o mundo ao qual Sybil se refere é o do conhecimento,⁶ e que é através deste que aquele que estiver disposto a aprender, conseguirá viver melhor. Haja vista que é detentor do conhecimento, cujo, na Idade Média não era comum a todos, por isso a referência a um mundo melhor, sem dor, onde todos podem adquirir o conhecimento.⁷

Avançando, a autora juntamente com a sua mestra seguem por diversos países, os quais Christine aprende sobre eles respectivamente. Ou seja, representa alegoricamente

6 A origem do nome da obra "O caminho do longo estudo"

7 Esta não é a única obra a qual Christine, de alguma forma, defende a possibilidade das mulheres acessarem os estudos, de modo semelhante aos homens. Em "A cidade das damas", a autora argumenta que se as mulheres possuíssem o acesso ao conhecimento, tal como os homens, elas estariam em pé de igualdade intelectual, de modo que não haveria como chamá-las de incapazes.

como, e o que sua mestra lhe ensinou, durante o seu retorno às práticas intelectuais.

Nesse sentido narra a ida às cidades de autores como Aristóteles, Platão, Sêneca, Ovídio, Dante e entre outros, por meio desta narrativa, infere-se que ela leu as obras dos referidos autores. Fato que se comprova em todas as suas obras, pois há sempre referências e citações a estes, seja na sua obra mais conhecida *A cidade das damas* e nas demais como o *O livro do corpo político*.

Ademais, aponta que visitou cidades como, Constanti-nopla: onde visitou a Igreja de Santa Sofia; Jerusalém: onde viu o Santo Sepulcro; Etiópia, Egito: navegando pelo Níllo; Babilônia, a cidade de Cairo, Visitou o Monte Sinai, o Tártaro, a Síria, Índia, Pérsia, Armênia, e Macedônia. De modo semelhante para com os autores, a visita de Christine a estas cidades, é uma metáfora para o fato de ela ter aprendido sobre a história das referidas cidades. Finalizando a exposição do trajeto percorrido, a autora afirma:

“No caminho que eu vi e segui sem cansaço, neste caminho agradável, para aprender e compreender, pois Sybil me fez entender a natureza de todas plantas. Enquanto caminhávamos entre elas, ela me dava lições sobre a natureza de todas as criaturas mortais (...) ela explicou as propriedades de tudo o que ela descrevia” (Pizan, [1403] 2018, p. 64).

Finalizando o livro, após narrar a trajetória percorrida com Sybil, e cujo terminou no encontro das duas com as damas alegóricas “Cavalaria”, “Justiça”, “Sabedoria” e “Nobreza”, aos quais por meio dos diálogos estabelecem, em

alguma medida, uma crítica ao reino francês que se encontrava em guerra com a Inglaterra.⁸ Concluindo, Christine finaliza dando a entender que foi uma trajetória muito proveitosa, a qual apreendeu muito, dizendo:

“(...) Então eu respondi que havia escrito tudo o que havia visto, apreendido e encontrado neste caminho, não tendo inventado nada. Não deixei de colocar escrito palavra por palavra, de todo este debate, cujos os acontecimentos não me aborrece nenhum pouco” (Pizan, [1403] 2018, p.X)

Entre sombras e luz: Reflexos da vida de Christine de Pizan em *A visão de Christine*

Na obra “A visão de Christine”, Christine de Pizan, também deixa relatos de sua trajetória, porém de maneira mais específica e com mais detalhes. Inicia com a infância e origem de sua família dizendo:

“(...) nasci de pais nobres, na Itália, na cidade de Veneza, onde meu pai — natural de Bolonha-la-Grassa (onde mais tarde fui criada) — foi casar-se com minha mãe, que ali nasceu, em virtude da antiga amizade que meu dito pai mantinha com meu avô materno. Por essa relação, também meu pai foi reconhecido e mantido como conselheiro assalariado da dita cidade de Veneza, onde residiu por algum tempo com grande honra, riqueza e proveito” (Pizan, [1405] 2012, p.266).

Posto este excerto, inferimos que Christine vem de uma família significativamente poderosa, bem como é possível concluir que o relacionamento entre a família paterna e ma-

⁸ A já citada Guerra dos Cem Anos”

terna da autora era harmonioso. Ainda sobre a infância e família, diz:

“Chegaram a ele (o pai) inesperadas notícias e mensagens de dois excelentes reis ao mesmo tempo, que, por causa do grande prestígio de sua autoridade como erudito, o convocavam, suplicando e prometendo-lhe generosas recompensas, cada um para a sua corte, a fim de que ele viesse de boa vontade até eles; um deles era o soberano dos reis cristãos, o rei da França, Carlos, o Sábio, o quinto com esse nome, e o outro era o rei da Hungria.” (Pizan, [1405] 2012, p. 91)

Neste relato a autora aponta como o seu pai, Thomas de Pizan, foi em virtude de seu intelecto, convidado a trabalhar para dois importantes reis, o da Hungria e o rei da França, Carlos V, fato que posteriormente culminou em sua mudança para Paris. Prosseguindo a narrativa, Christine apresenta ao leitor a postura de seu pai diante a estas propostas:

“(...) Por respeito à honra dos referidos príncipes, meu pai decidiu obedecer a um deles, isto é, ao mais digno — e também pelo desejo de conhecer os colégios de Paris e a nobreza da corte francesa — dirigiu-se ao rei da França” (Pizan, [1405] 2012, p.92).

E continua a narrativa de modo a apresentar como a mudança de Thomas, de Veneza para Paris, se deu, no seguinte excerto:

“(...) Neste lugar, foi recebido com a maior graça e honra pelo referido rei Carlos, o Sábio. E pouco depois, ao reconhecer sua erudição e saber, o rei o nomeou seu conselheiro especial, privado e muito estimado (...) o dito rei quis generosa-

mente que, às suas próprias custas e despesas, chamasse sua esposa, filhos e família, para que vivessem sempre perto dele na França, prometendo-lhes propriedades, rendas e pensões a fim de que mantivessem seu estatuto de modo honroso." (Pizan, [1045] 2012, p. 92)

Por este trecho percebemos que a mudança de Christine sua família, para Paris não foi de imediato como a do pai, foi apenas após um período, que Carlos V, concedeu a Thomas de Pizan que trouxesse sua família para perto de si, ou seja, na corte. No que se refere a chegada e recepção a corte francesa, Christine escreve;

"(...) Quando chegaram, ainda trajando suas ricamente ornamentadas vestes lombardas, a mencionada família foi apresentada a ele, com toda a pompa, no palácio do Louvre, em Paris, no mês de dezembro, quando a honrada companhia de parentes — esposa e filhos — foi por ele recebida com grande alegria e promessas (Pizan, [1045] 2012, p. 92).

Nesse ínterim, concluímos que de certa forma, Christine de Pizan, beneficiava-se de um privilégio em detrimento de outras mulheres que tornaram-se escritoras no medievo, haja vista que habitou no ambiente de corte. Em outras palavras, Christine de Pizan, tornou-se escritora enquanto adulta e em situação de viuvez, porém, desde sua infância, esta encontrava-se em um lugar privilegiado, seja em uma família com posses significativas, ou pela oportunidade de viver na corte, a qual hoje sabemos, teve contato com as obras que a instruíram como erudita, como também com intelectuais da época.

Ao seguir com a narração, de modo semelhante ao Ca-

minho do longo estudo, nesta obra, a autora apresenta o como foi o desenvolver de seu relacionamento com Etienne du Castel:

"Chegando, pois, ao ponto de minha fortuna, veio o tempo em que eu me aproximava da idade em que as jovens costumam ser destinadas a maridos, ainda que eu fosse bastante nova. Não obstante, vários homens — cavaleiros, outros fidalgos e ricos eruditos — pediram-me em casamento, e esta verdade não deve ser interpretada como vaidade, pois a autoridade da honra e do afeto que o rei demonstrava a meu pai foi a causa disso, e não o meu próprio mérito. Como meu pai considerava o mais digno aquele que possuísse maior saber e bom caráter, voltou-se para um jovem erudito e graduado, bem-nascido, de nobre família picarda, cujas virtudes superavam suas riquezas; a ele fui dada em casamento, sendo considerado por meu pai como um verdadeiro filho" (Pizan, [1405] 2012, p.94).

Novamente, há menções a sua juventude no momento do matrimônio. Todavia, neste excerto narra com mais detalhes aspectos que em alguma medida, marcaram sua trajetória, como o fato de ter sido cortejada por outros, porém seu pai preferiu entregá-la em matrimônio para aquele considerado mais digno. Para além da autora, apresenta aspectos aos quais em diversas obras salienta, o valor da virtude e da honra, cujo a autora acredita ser um das maiores riquezas que o ser humano pode possuir⁹. Ressalta-se que o tom elogioso pode ter sido empregado com intuito de manter a narrativa de um casamento harmonioso, mesmo tendo tenha sido arrumado por seu pai, Christine tece elogios ao marido:

9 Em *O livro do corpo político*, Christine repetidamente enfatiza que a riqueza do homem tem origem em suas virtudes, e não no poder aquisitivo.

“(...) Nisso, não tenho queixa alguma contra a Fortuna, pois, de fato, quanto à escolha de todas as graças convenientes — como já disse em outro lugar — eu mesma não poderia desejar melhor por meus próprios desejos. Por causa de sua capacidade, logo depois, o nosso já mencionado bom príncipe, que muito o estimava, concedeu-lhe o ofício de secretário” (Pizan, [1405] 2012, p.94).

Além de demonstrar satisfação com o arranjo feito pelo pai, a autora também nos deixa informações sobre o trabalho que seu esposo veio a assumir na corte francesa. Avançando a narrativa, Christine apresenta a maneira que seus infortúnios começam com a morte de Carlos V:

“Assim, essa felicidade durou por vários anos. Mas, como a Fortuna evidentemente invejava nossas honras, quis obstruir a fonte de onde provinham. E não foi verdadeiramente por meio dela, minha senhora, que neste reino se causou o grave mal que a casa do Mestre Tomás amargamente sofreu? Foi então que o bom e sábio príncipe, não envelhecido pelo curso natural da vida, mas ainda com a idade relativamente jovem de quarenta e quatro anos, caiu em uma breve enfermidade da qual faleceu.” (Pizan, [1405] 2012, p.95).

Nota-se a quantidade de adjetivos atribuídos ao rei, por Christine, isso ocorre pois ela tem grande apreço pelo rei, e de maneira geral pela monarquia francesa. Sobre a pessoa de Carlos V, diversas de suas obras o tratam como um excelente rei, que deve ser visto como exemplo, bem como a mesma escreveu uma biografia dele.¹⁰

Outrossim, a obra também apresenta as dificuldades financeiras que começam a acometer sua família, como conse-

10 *Le Livre des faits et bonnes mœurs du sage roi Charles V.*

quência da morte do rei. Descrevendo da seguinte maneira:

"Assim, as grandes pensões, rendas e dádivas de meu pai diminuíram, como ele bem soube. E quanto à esperança que o bom rei lhe dera de lhe conceder, a ele e a seus herdeiros, quinhentas libras de terras e outros benefícios diversos, a falta de memória do rei — e sua morte prematura — impediram a realização dessa promessa" (Pizan, [1405] 2012, p.95).

Seguindo, a autora relata a morte de seu pai, bem como apresenta indícios da crença religiosa a qual sua família era adepta, autora registra: "Com o entendimento permanecendo lúcido até o fim, reconhecendo seu Criador como verdadeiro católico, meu pai morreu exatamente na hora que havia previsto de antemão" (Pizan, [1405] 2012, p.95). Nesse trecho, assim como em outras obras, Christine de Pizan, deixa explícito sua fé, tendo em vista que a maioria de suas obras contêm elogios e graças a Deus e Cristo, bem como referência às Sagradas Escrituras.

Após a morte de Tomás de Pizan, o já citado marido de Christine de Pizan, Etienne du Castel, torna-se o chefe da família, sendo responsável por mantê-la. Prosseguindo a narrativa, Christine descreve ao leitor como se deu a morte de seu marido, então provedor da família, assim como as consequências destas. Para além de apresentar costumes típicos da sociedade em que viveu, no tocante ao destino das viúvas:

"Pois, estando presente na morte de meu dito marido — que foi surpreendido por uma epidemia repentina na cidade de Beauvais, para onde fora em escolta com o rei —, pela graça de Deus, ele morreu como um bom católico, ainda que

acompanhado apenas de alguns de seus criados e de reforço suplementar. Mas eu não pude conhecer precisamente o estado de suas finanças, já que, como é costume geral entre os homens casados, não costumam relatar ou declarar todos os seus negócios às esposas" (Pizan, [1405] 2012, p.95).

Como supracitado, ao encontrar-se nesta situação, Christine precisou encontrar alguma forma de sustentar-se, e também, a sua família. Dessa forma escreve:

"Então, tive de lançar-me ao trabalho — coisa que, criada em fartura e indulgência, eu não havia aprendido a fazer — e tornar-me a piloto do navio que era meu lar, agora desolado, deslocado e em terra estrangeira. Então me vi no mar em meio à tormenta, sem mestre, ou seja, cercada por problemas de toda espécie, como é o destino das viúvas. Processos e ações judiciais me cercavam de todos os lados. E aqueles que me deviam atacavam-me para que eu não ousasse reclamar deles coisa alguma" (Pizan, [1405] 2012, p.96).

Neste relato, além de mostrar como iniciou a tentativa de sustentar-se, Christine, novamente, da mesma forma que em *O caminho do longo estudo*, aponta para os embrulhos jurídicos e confiscos aos quais passou. A autora também salienta, a solidão que a acompanhou por muito tempo. Ademais, demonstra como as normas tradicionais da sociedade francesa medieval da Baixa Idade Média, no que diz respeito às mulheres casadas e com filhos, impactavam a vida destas mulheres, escrevendo:

"Então, por causa dessa solidão, voltaram a mim, dos dias passados, passagens memorizadas em latim, bem como das línguas das nobres ciências, além de diversos ditos eruditos e trechos refinados de retórica que eu ouvira outrora — ain-

da que, por minha insensatez, pouco houvesse retido deles. Pois, embora desde o nascimento eu fosse naturalmente inclinada a isso, e apesar de meu querido e falecido marido e meu pai terem ainda em vida me favorecido, minhas ocupações com as tarefas próprias das mulheres casadas e o fardo das frequentes maternidades haviam-me privado disso" (Pizan, [1405] 2012, p.102).

Este trecho, sobretudo no tocante às questões como o seu aprendizado intelectual foi influenciado pelo pai e pelo marido, coaduna com a historiografia sobre Christine, cujo fundamenta-se na concepção de que sua formação intelectual, foi incentivada e facilitada, em virtude dos cargos do pai e do marido na corte, e enquanto intelectuais. Reforçando tal conclusão, a narrativa de Christine dirige-se de modo a expor como foi voltar aos estudos, assim como fazia na infância incentivada pelo pai:

"Fechei, portanto, minhas portas — isto é, meus sentidos — que já não se desviavam para as coisas exteriores, e recolhi de vós, ó livros e volumes belos, dizendo a mim mesma que cobraria algo de minhas perdas passadas. (...) Pelo contrário, como a criança a quem primeiro se apresentam as letras do alfabeto, comecei pelas antigas histórias, desde o princípio do mundo: a história dos Hebreus, dos Assírios e dos primeiros reinos, prosseguindo de uns a outros, descendo dos Romanos aos Franceses, aos Bretões e a várias outras histórias; e, em seguida, às deduções das ciências, conforme podia compreender no tempo em que as estudei, Depois passei aos livros dos poetas; e, à medida que se ampliava o bem do meu entendimento, agradava-me haver encontrado um estilo natural a mim mesma, deleitando-me na linguagem velada e na beleza do conteúdo oculto sob contos morais e agradáveis, bem como no belo estilo de seus metros e prosas, aprazíveis por sua retórica polida e engenhosa, ornada de graça" (Pizan, [1405] 2012, p.104).

O “perdas passadas” refere-se a quando deixou de dedicar-se quase exclusivamente aos estudos, enquanto esposa e mãe. Outrossim, este trecho mostra o passo a passo segundo por Christine, para começar a escrever profissionalmente. Em meio a este empreendimento a autora descreve o começo de sua prática de distribuição dos seus escritos para pessoas da corte:

“É verdade que, à medida que a notícia da ordem e do modo da minha vida — de seu caráter estudioso — já se havia espalhado, até mesmo entre os príncipes, ainda que eu preferisse mantê-la oculta, ela lhes foi revelada. Apresentei-lhes, então, como novidades, minhas obras — pequenas e frágeis embora fossem — sobre diversos assuntos; e, pela sua graça, os príncipes, gentis e bondosos, dignaram-se a lê-las de bom grado e a recebê-las com alegria. Creio que mais pela novidade de ser uma mulher capaz de escrever (coisa que não acontecia já havia bastante tempo) do que por qualquer mérito que nelas houvesse. Dessa forma, meus ditos livros foram, em pouco tempo, comentados e levados a vários lugares e países diferentes” (Pizan, [1405] 2012, p.106).

Neste excerto, além de expor o contato que ainda havia com a corte, demonstra como suas obras foram difundindo-se pela sociedade francesa e para além dela. O que se comprova, por registro de suas obras nos reinos da Inglaterra e Portugal ainda no século XV. No caso de Portugal, Anna Beatriz E. dos Santos (2018) em sua tese, intitulada “A construção das ideias de moral e normativa feminina em Christine de Pizan e sua leitura na dinastia de Avis: uma análise em perspectiva comparada”, trabalha a maneira que a obra “Livro das três virtudes” de Christine foi usada ainda no século XV na corte de Avis, e traduzida no século XVI, a mando da rainha

D. Leonor, para utilização na educação das mulheres na corte.

Outrossim, o trecho acima é permeado por uma característica comum nas obras de Christine: a humildade, quase excluindo seu mérito. Esta utilização de uma suposta humildade, é um *tropo* literário, ou seja, trata-se de uma forma de escrita que foi amplamente utilizada por escritores medievais.

Concluindo, a partir da leitura destes excertos, infere-se que Christine de Pizan, nos legou informações importantes para que seja possível realizar, em alguma medida, uma reconstrução de sua trajetória, tanto quanto mulher, como escritora na sociedade medieval. Para além, de deixar de modo significativo, alguns costumes da sociedade da Baixa Idade Média francesa.

Considerações finais

Buscou-se por meio deste artigo, apresentar de maneira ainda incipiente, como as duas obras de caráter autobiográfico da escritora medieval Christine de Pizan, dão importantes informações para auxiliar os estudos sobre a autora e suas obras. Bem como a maneira a qual os excertos apresentados no decurso do texto nos permite traçar sua trajetória, como filha, esposa, mãe e escritora.

Portanto, conclui-se que tanto *O caminho do longo estudo* como *A visão de Christine*, são mais do que apenas textos produzidos no intuito de comercializá-los e consequentemente garantir uma fonte de renda, evidência de alguma forma, a experiência de Christine, as perdas e dificuldades

que marcam sua trajetória. De modo semelhante, mostra o caminho percorrido por ela para afirmar-se como autoridade intelectual, em uma situação delicada de sua vida, e em um contexto social de crise e reconstrução.

REFERÊNCIAS

Fontes escritas:

PIZAN CHRISTINE. *The book of the Path of Long Learning*.

Translated by LARDIN, K. R. E-book Kindle, 2018. ISBN-10: 198418579.

PIZAN, CHRISTINE. *The vision of Christine de Pizan*. Translated by MCLEOD, G. and. WILLARD, C. C. Brewer, Cambridge, 2012.

Obras de apoio

CALADO, L. E. F. *A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DESCHAMPS, E. *Eustache Deschamps: selected poems*. New York: Routledge, 2003.

FLORES, P. S. *Armanhaques e Borguinhões: Um estudo sobre guerra, política e propaganda na Idade Média*. (Dissertação em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre,

2016.

PISANI, A. L. *As tramas do silêncio: um estudo sobre a voz e a autoridade feminina na obra 'O Livro do Corpo Político' (1404-1407), de Christine de Pizan*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Université de São Paulo, São Paulo, 2023.

SANTOS, A. B. E. *A construção das ideias de moral e normativa feminina em Christine de Pizan e sua leitura na dinastia de Avis: uma análise em perspectiva comparada*. Tese doutorado. Centro De Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2018.

SCHMIDT, Ana Rieger. Christine de Pizan e o humanismo francês: elementos para contextualização histórica. *DoisPontos*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2023. DOI: 10.5380/dp.v18i1.71979

Culto funerário e a construção de Identidade em Corinto (séc. II)

Camila Sartorio Sfalsin¹

Sobre os estudos da cultura e da memória no mundo greco-romano, as práticas funerárias constituem um campo de análise privilegiado para compreender a relação entre religião, política e identidade. Em especial, o caso de Corinto no século II, que oferece uma conjuntura de disputa política e religiosa ideal para examinar como os cultos funerários e os monumentos associados a eles funcionaram como instrumentos de afirmação social e política das elites locais sob o domínio romano. A cidade, refundada como *colonia* por Júlio César em 44 a.C., tornou-se um importante centro urbano do Mediterrâneo, caracterizado por sua complexa interação entre tradição helênica e administração imperial. Nesse contexto, os túmulos e memoriais ultrapassavam o domínio religioso, assumindo papel ativo na construção e manutenção do prestígio aristocrático.

A proposta deste artigo é analisar como, em Corinto, a paisagem funerária se configurou como um espaço de disputa simbólica e de afirmação identitária entre a elite grega

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Mestra em História pela mesma universidade. Email: csartorios-falsin@gmail.com.

e romana. Para tanto, mediante a análise da obra *Descrição da Grécia (Periegesis Hellados)*, de Pausânias, busca-se compreender de que maneira as elites locais se apropriaram da memória dos antepassados para legitimar sua posição social e política no espaço citadino.

Isto posto, a narrativa de Pausânias, escrita aproximadamente entre 160 e 180, no contexto do Principado, não se limita a um simples relato de viagem ou um guia itinerário da Grécia. Ao reunir observações geográficas, descrições arquitetônicas e digressões históricas, o autor constrói um repertório que seleciona, organiza e hierarquiza o passado. Tal seleção é, em si, um gesto político, isto é, ao privilegiar figuras heroicas e aristocráticas, Pausânias evidencia a centralidade dessas memórias para a legitimação das elites já em um contexto de dominação imperial. A *Descrição da Grécia* torna-se, assim, um testemunho sobre como a memória era materializada na paisagem e instrumentalizada por grupos locais em busca de prestígio e autoridade.

Procura-se, através deste trabalho, examinar a dimensão social e religiosa dos monumentos funerários, seus cultos, bem como as manifestações da morte no Principado, entendendo-os como manifestações de uma memória propósitamente preservada pela elite e inscrita na malha urbana. Objetiva-se, portanto, demonstrar de que modo a narrativa de Pausânias relativa à arqueologia funerária das cidades helenicas evidencia uma aristocracia empenhada em assegurar suas credenciais e a relevância de sua linhagem (*genos*), mantendo viva, no espaço público, a recordação de antepassados

notáveis por intermédio da conservação e da monumentalização desses locais.

Para tanto, faz-se necessário discorrer sobre a função das elites locais da Grécia Continental enquanto agentes dinâmicos da memória social, atuando como fomentadores do evergetismo funerário e dos cultos heroicos. Sua finalidade primordial consistia em acumular prestígio, influência política e capital social, consolidando as credenciais de seu *genos* mediante a preservação, restauração e monumentalização de túmulos de heróis e de predecessores aristocráticos (Goldhill, 2001). Em consequência direta dessa prática, essas camadas dirigentes engajaram-se num processo proposital de “invenção da tradição”, estabelecendo assim, vínculos com um passado glorioso.

Utilizaremos, assim, para esta análise, a *Descrição da Grécia*, de Pausânias, escrita aproximadamente entre 160 e 180, com destaque para as passagens nas quais o autor relata monumentos funerários, *heroa*, estelas e sepulturas de personagens heroicos e aristocráticos, tanto masculinos quanto femininos, dispostos nas *póleis* e territórios da Grécia Continental. Tomando por base essa documentação, estimamos ser possível compreender, ao menos em partes, as estratégias de autorrepresentação e de afirmação de posição social apropriadas pelas elites locais sob o Principado, observando de que maneira a manipulação da memória, a vinculação a um passado heroico e a monumentalização tumular eram mobilizadas para negociar poder, prestígio e legitimidade na esfera cívica.

Pausânias, autor da obra analisada, percorreu a totalidade do Peloponeso, iniciando sua narrativa pela região da Ática e, em seguida, pelo Istmo de Corinto, avançando pela planície de Argos, onde descreve centros como Corinto, Sícion, Argos, Micenas, Epidauro e outros. Seu relato articula observações geográficas detalhadas com digressões históricas e míticas, orientando o leitor por meio de marcos espaciais e referências a monumentos, santuários e tradições locais. Podemos inferir que tal procedimento evidencia não só seu método descritivo, mas também seu interesse em documentar a materialidade do passado e suas camadas de sentido, possibilitando análises mais minuciosas sobre a Antiguidade.

Pausânias opera, desse modo, como um agente ativo de construção da memória, selecionando e transmitindo à posteridade uma narrativa definida acerca das *póleis* helênicas. Nessa narrativa, as figuras masculinas heroicas e aristocráticas funcionam como selo de legitimidade crucial para a elite municipal de seu tempo, que se apresenta como a “zeladora” legítima da recordação e dos cultos desses antepassados. É crucial ressaltar que, para Pausânias, essas figuras não eram entidades míticas intangíveis, mas personagens históricos concretos, cuja existência se encontrava atestada pela materialidade de seus túmulos e monumentos funerários integrados à paisagem urbana.

Nesse horizonte, a promoção e a conservação desses monumentos por parte das elites municipais forjavam uma conexão direta com um passado homérico enobrecedor para

validar seu estatuto e autoridade no presente. Esse processo de ligação ao passado encontra-se intrinsecamente conectado à valorização da linhagem familiar. No contexto ateniense, por exemplo, a conservação dos sepulcros e a perpetuação dos cultos funerários constituíam uma função central do *oikos*, funcionando como mecanismo essencial para a transmissão de honra e prestígio entre gerações (Parker, 1996).

Todavia, a narrativa de Pausânias não se revela exclusivamente centrada no masculino. Sua inserção de monumentos sepulcrais destinados a mulheres é sobretudo significativa, tendo em vista o seu critério declarado de registrar apenas o que era “digno de memória” (Paus., I, 35, 5-7). A presença dessas figuras em sua obra, portanto, comprova que elas detinham uma importância cívica e social reconhecida. Portanto, a análise de como Pausânias descreve e contextualiza essas mulheres evidencia camadas complexas de negociação da memória social no mundo grego imperial, indicando que suas trajetórias, ainda que secundárias na ordem patriarcal, também eram reputadas merecedoras de monumentalização e rememoração (Eckerman, 2020).

As evidências arqueológicas e textuais apontam que o sepultamento feminino na Grécia Antiga não consistia em um ato meramente passivo, mas em uma prática ritualizada que refletia e consolidava estruturas sociais, papéis de gênero e a identidade do *oikos* (lar/unidade familiar). Ao contrário dos monumentos heroicos masculinos, frequentemente situados em espaços cívicos de destaque, os túmulos de mulheres aristocráticas, ainda que por vezes monumentalizados, loca-

lizavam-se majoritariamente em necrópoles familiares ou em contextos domésticos, ressaltando seu papel central na esfera privada e na preservação da linhagem (Pomeroy, 2022; Lewis, 2020). A presença de coroas, ornamentos, espelhos e instrumentos de fiação como oferendas tumulares, atestada em escavações de cemitérios como os de Tanagra, associava simbolicamente a falecida a ideais de fecundidade, beleza e virtude doméstica (*kupía oikoupós*) esperados das elites femininas. Não obstante, a descoberta de estelas funerárias com inscrições que celebravam virtudes públicas específicas de certas mulheres, ou mesmo a existência de cultos cívicos a heroínas fundadoras (como ocorria em Atenas com Pandora), indica que, em casos excepcionais, a memória feminina podia ultrapassar o âmbito doméstico e assumir significado político mais amplo, servindo aos interesses de afirmação familiar perante sua coletividade (Parker, 2021).

Sob a ótica da reflexão antropológica que situa a consciência da morte como fundamento da cultura (Rodrigues, 2006, p. 33), os cultos fúnebres na Antiguidade greco-romana representavam sistemas complexos de significação social, política e religiosa. As práticas funerárias, tais como a monumentalização de túmulos heroicos na Grécia (Eckerman, 2020; Parker, 1996) e os funerais aristocráticos romanos, funcionavam como mecanismos de distinção social, perpetuação da memória e negociação do poder, materializando a conexão entre morte, identidade cívica e autoridade das elites, inclusive por meio da localização intramuros de memoriais (Goldhill, 2001). Esse “estilo particular de morrer” caracterizava-se pela ritualização pública do luto, pela integração do falecimento

ao tecido urbano e pelo emprego de túmulos e *heroa* como suportes para a transmissão de valores e a manutenção de privilégios (Morris, 1992; Valdés, 2021), reafirmando hierarquias sociais e legitimando linhagens aristocráticas no âmbito do Principado.

Sabe-se, portanto, que alguns cultos fúnebres a antepassados nas cidades helênicas persistiram durante a fase romana da *pólis*. Tais celebrações eram encaradas pelos gregos como um dever familiar, sendo os rituais fúnebres expressão de respeito e civilidade com o objetivo de honrar os mortos e garantir que sua influência preservasse a harmonia social e a integridade moral da comunidade (Macedo, 2009, p. 163). Diante da relevância cívica desses cultos, verifica-se que Pausânias frequentemente descreve cerimônias dedicadas a indivíduos falecidos que desempenharam papel relevante na história da cidade. Em termos gerais, a recorrência de alusões a tumbas e memoriais fúnebres na obra de Pausânias demonstra como a memória coletiva era articulada no espaço urbano da *pólis*. A presença desses monumentos remete à estreita relação entre identidade cívica e práticas religiosas (Mendes; Otero, 2005, p. 199), uma vez que honrar os mortos, sobretudo aqueles de importância política, militar ou cultural para a cidade, integrava um conjunto de obrigações comunitárias.

O culto a heróis remonta ao período Homérico, cujas figuras como Aquiles e Heitor foram celebradas como modelos de excelência bélica e virtude cívica, constituindo um padrão de glorificação *pós-mortem*. Cumpre observar que Homero permaneceu como inspiração cultural por toda a An-

tiguidade, fornecendo um repertório comum de valores, mitos e léxicos heroicos que legitimaram as elites e unificaram o mundo grego sob o Império Romano. Sua obra não apenas preservou a memória heroica, mas também proporcionou um quadro de referência permanente para a construção identitária e para a justificação do poder ao longo dos tempos.

O *genos*, portanto, configurava-se como uma linhagem aristocrática na Grécia Antiga que alicerçava seu status na descendência de um antepassado heróico ou divino, articulando poder, identidade e prática ritual (Jones, 2017). Essa ligação com o passado homérico era central, pois as epopeias propiciavam um repertório de heróis fundadores cujos feitos legitimavam privilégios políticos e religiosos nas eras arcaica e clássica (Graziosi, 2021). O culto aos ascendentes, celebrado em *heróons* ou túmulos familiares, reforçava a coesão do grupo e sua projeção social, materializando a conexão entre o âmbito mítico e o contexto cívico (Ismayer, 2019).

Nessa linha, o culto heroico na Grécia Antiga compreendia, de modo geral, práticas ritualísticas destinadas a homenagear figuras lendárias ou indivíduos excepcionais, entendidos como mediadores entre humanos e divindades. Esses cultos centralizavam-se em sepulcros (*τιμένη* ou *ἡρῷα*), que funcionavam como polos de rituais que incluíam libações, sacrifícios de animais (*θυσίαι*) e banquetes coletivos (*έναγισμός*), visando assegurar a proteção e o favor do herói para a comunidade (Ekroth, 2007; Antonaccio, 1995). Um traço digno de nota era o translado de ossos (*όστεοφανία*), ato político-religioso que reclamava legitimidade simbólica e territorial

por meio da posse das relíquias heroicas (McCauley, 1999). Tais práticas reforçavam a coesão social e a autoridade das elites, que se apresentavam como herdeiras diretas dessas tradições.

De qualquer modo, é imperioso sublinhar que o protagonista central dos cultos fúnebres na Antiguidade consistia no próprio defunto. Sua presença, materializada pela corporeidade, seja mediante restos osteológicos, o monumento tumular ou representações iconográficas, transcendeu a mera lembrança passiva. Esse corpo, manipulável física e simbolicamente, operou como ator social *pós-mortem*, desempenhando papéis ativos e plurais na comunidade dos vivos. Mediante práticas rituais como cremação, sepultamento, oferendas periódicas e a própria localização do túmulo, o falecido continuava a interagir com o âmbito social, reforçando laços de parentesco, legitimando hierarquias, demarcando territórios e perpetuando memórias coletivas. Deste modo, distante de ser mero objeto ritual, o corpo morto constituía um potente artefato cultural que articulava identidades individuais e coletivas, conformando-se e conformando as estruturas sociais de sua época (Funari; Omena, 2017, p. 53).

Assim, esses antepassados ilustres recebiam cultos no interior do perímetro urbano, uma prática que, embora relativamente rara na Antiguidade, era legitimada pelo reconhecimento de seus feitos e pelas beneficências por eles realizadas em favor da *pólis*, uma vez que a maioria dos cemitérios se situava fora das muralhas e a presença de sepulturas intramuros constituía exceção vinculada ao culto heroico (Garland,

2001, p. 77–104).

Diante disso, entende-se que a noção de sagrado permeava o espaço urbano de diversas maneiras. O caráter religioso da existência não se restringia apenas aos templos, santuários, altares, ou rituais dedicados a potências divinas, mas também se manifestava em elementos arquitetônicos, símbolos culturais e práticas cotidianas que reforçavam a relação entre os habitantes e o divino. Assim, ao investigarmos as múltiplas expressões do sagrado em *Descrição da Grécia* por meio da obra de Pausânias, ampliamos nossa compreensão sobre a maneira com a qual a religiosidade estava profundamente integrada à organização espacial e social da cidade.²

Sabemos, portanto, que alguns dos cultos fúnebres a ancestrais, se mantiveram na fase romana da cidade. Essas celebrações eram tomadas pelos gregos como uma obrigação familiar, sendo os rituais fúnebres uma expressão de respeito e civilidade com o propósito de honrar os mortos e assegurar que sua influência mantivesse a harmonia social e a integridade moral da cidade (Macedo, 2009, p. 163). Considerando assim a relevância cívica desses cultos, observamos que Pausânias frequentemente descreve rituais dedicados a

2 A obra de Pausânias, que se caracteriza por sua considerável extensão, e sua riqueza de detalhes contribui ainda mais para amplitude de acesso à informações. Dessa forma, visando manter a objetividade da análise, não é possível abranger exaustivamente todos os elementos mencionados pelo autor. Em particular, observa-se que, no Livro II de *Descrição da Grécia*, os túmulos e as atividades votivas dedicadas aos mortos, sejam eles figuras de destaque ou não, aparecem com certa frequência. No entanto, sua relevância para nossa investigação não justifica uma incorporação extensa desses aspectos ao corpo da dissertação. Por essa razão, optamos por tratar essa questão de maneira pontual, por meio de um estudo de caso introdutório no início do capítulo.

figuras falecidas que tiveram um papel significativo na história das cidades gregas. Essas menções reafirmam a importância dessas personagens na memória da cidade e reforçam o propósito do autor de enfatizar seu passado grego.

No Livro II, por exemplo, Pausânias faz mais de 60 menções apenas à tumbas.³ Em grande parte, suas referências estão ligadas à valorização de heróis e figuras notáveis do passado grego de Corinto, reforçando a continuidade de sua memória e sua importância simbólica. Outras referências se limitam à descrição de tumbas pertencentes a figuras relevantes para determinada narrativa ou sobre personagens que Pausânias desejava destacar em seu relato.

De todo modo, essas menções, evidenciam como a configuração da cidade era profundamente influenciada não apenas pelas divindades do panteão grego, mas também por outros elementos fundamentais a preservação da identidade grega nos espaços urbanos. Assim, esses ancestrais ilustres recebiam culto dentro do perímetro da cidade, uma prática que, embora pouco usual na Antiguidade, era legitimada pelo reconhecimento de seus feitos e benfeitorias para a *pólis*, uma vez que a maioria dos cemitérios ficava fora das muralhas da cidade e a presença de túmulos dentro do perímetro urbano era uma exceção ligada ao culto heroico (Garland, 2001, p. 77-104). A análise da fonte evidencia que as conceções de ritos religiosos não apenas se inseriam no ambiente

3 Essa informação foi obtida por meio de análises quantitativas realizadas a partir de nossa fonte, mas não está incorporada ao nosso complexo categorial, uma vez que os espaços funerários, apesar das inúmeras menções de Pausânias e de sua relevância para nossa análise, não constituem o foco principal de nossa investigação.

urbano, mas também moldavam seus usos e significados.

O sagrado assim, permeava o espaço público de diversas maneiras, e no caso do culto aos mortos, as homenagens familiares podiam se elevar à esfera pública, transformando indivíduos notáveis, que haviam prestado serviços à comunidade, em heróis ou figuras dignas de veneração. No trecho a seguir, nota-se como Pausânias faz referências recorrentes a túmulos e sepulturas, sempre estabelecendo uma conexão com a tradição grega de alguma maneira ou enaltecendo a beleza do local e o considerando como digno de ser descrito.

Após o túmulo de Lico, mas do outro lado do rio Asopo, encontra-se, à direita, o Olímpion. Um pouco mais adiante, à esquerda da estrada, está o túmulo de Éupolis, o poeta cômico ateniense. Seguindo adiante, ao virar na direção da cidade, pode-se ver o túmulo de Xenodice, que faleceu durante o parto. Esse túmulo não foi construído segundo a tradição local, mas de forma a se harmonizar com a pintura, que é extremamente digna de ser vista.⁴ Mais adiante, encontra-se o túmulo dos sicionios que foram mortos em Pellene, em Dime, entre os aqueus, em Megalópolis e em Selásia (Paus., II, 7, 2).

Essa passagem permite afirmar que a recorrência de menções a túmulos e monumentos funerários na obra de Pausânias evidencia como a memória coletiva era articulada no espaço urbano da *pólis*. A presença desses memoriais remete à forte relação entre identidade cívica e práticas religio-

4 Em diversos momentos de sua narrativa, Pausânias nos indica acerca do que ele considerava digno de ser mencionado ou não. Na maioria das vezes o elemento corroborava o objetivo de sua obra. Todavia em outros, ele menciona que um lugar era digno de ser mencionado puramente por sua beleza ou monumentalidade exuberante.

sas (Mendes; Otero, 2005, p. 199), já que honrar os mortos, especialmente aqueles de relevância política, militar ou cultural para a cidade, era parte fundamental das obrigações comuns. Além disso, ao destacar certos túmulos e ignorar outros, Pausânias não apenas descreve, mas também constrói um discurso seletivo sobre o passado de Corinto. Portanto, suas escolhas narrativas enfatizam elementos que reforçam a continuidade da tradição helênica na cidade, delimitando, por contraste, quais aspectos da herança local ele não considerava genuinamente gregos. Dessa forma, sua obra não apenas registra, mas também contribui para a definição simbólica da identidade grega.

Referências:

Documentação textual

PAUSANIAS. *Description of Greece: Books I-II*. Translated by W. H. S. Jones and H. A. Ormerod. London: W. Heinemann, 1918. v. 1.

Obras de apoio

GOLDHILL, Simon (ed.). *Being Greek under Rome: cultural identity, the Second Sophistic and the development of Empire*. Cambridge: Cambridge University, 2001.

PARKER, R. *Athenian Religion: a history*. Oxford: Clarendon, 1996.

PINTO, A. P. No limiar da morte. In: FUNARI, P. P. A.; OMENA, L. M. de. *As experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 23-52.

ECKERMAN, C. (ed.). *Pausanias: travel and memory in Roman Greece*. Oxford: Oxford University, 2020.

POMEROY, S. B. *Goddesses, whores, wives, and slaves: women in classical antiquity*. New York: Schocken Books, 1975.

RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MORRIS, I. *Death-Ritual and social structure in Classical Antiquity*. New York: Cambridge University, 1992.

MACEDO, K. A. Os gregos e a morte: instituições funerárias e práticas sociais na pólis ateniense. In: CERQUEIRA, F. V.; SELVATICI, M. (org.). *Religião e poder do mundo antigo ao moderno: ensaios acadêmicos*. Pelotas: LEPAARQ/ UFPel, p. 161-180, 2009.

MENDES, N. M.; Otero, U. B. Religiões e as questões de cultura, identidade e poder no Império romano. *Phoînix*, n. 11, p. 196-220, 2005.

JONES, C. P. *Ancestry and identity in the Roman Empire*. In: WHITMARSH, T. (ed.). *Local knowledge and microidentities in the Imperial Greek world*. Cambridge: Cambridge University, 2010. p. 111-124.

GRAZIOSI, B. *Homer: a very short introduction*. Oxford: Oxford University, 2021.

ISMAYER, M. *Ancestor worship and elite legitimacy in classical Athens*. Leiden: Brill, 2019.

EKROTH, G. *The sacrificial rituals of greek hero-cults*. Liège: Presses universitaires de Liège, 2007.

MCCAULEY, B. Heroes and power: the politics of bone transferral. In: HÄGG, R. (ed.). *Ancient greek hero cult*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1999, p. 85-98.

FUNARI, P. P. A.; OMENA, L. M. De. O ridículo de um funeral:

a simbologia da morte na sátira 'Apocoloocytosis' de Sêneca. In: FUNARI, P. P. A.; OMENA, L. M. de. *As experiências sociais da morte: diálogos interdisciplinares*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 23-52.

GARLAND, R. *The greek way of death*. Ithaca: Cornell University, 2001.

Água, poder e cidadania: a gestão dos aquedutos romanos e as estratégias imperiais de legitimação no Principado de Nerva (96-98)

Irlan de Sousa Cotrim¹

Nas últimas décadas, a Europa tem enfrentado uma crise hídrica crescente, que compromete não apenas o cotidiano das populações, mas também setores estratégicos da economia e a estabilidade ambiental. A escassez de água, intensificada pelas mudanças climáticas, pela má gestão dos recursos e pela urbanização acelerada, ressalta a importância das infraestruturas hidráulicas e das políticas públicas para a manutenção da vida urbana. Esse panorama contemporâneo convida a uma reflexão sobre as raízes históricas da relação entre água, poder e organização social, tema que remonta à Roma Antiga. Entre os anos de 96 e 98, o imperador Marco Coceio Nerva lançou mão de uma intensa campanha de propaganda voltada à reestruturação do sistema hídrico da capital imperial, promovendo reparos nos aquedutos e reorganizando sua administração. Esses esforços não apenas res-

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/Ufes), sob a orientação de Leni Ribeiro Leite e financiamento da Fapes. É membro do Limes – Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas representações, seção Espírito Santo (Limes/Ufes). irlancotrim@gmail.com

tauraram a salubridade urbana, mas também funcionaram como instrumentos de legitimação política, sobretudo em contraste com o governo considerado pela aristocracia senatorial como sendo autoritário de seu antecessor, Domiciano (81-96), segundo a ótica aristocrática que moldou as fontes do período.²

Em 97, Sexto Júlio Frontino (40-103) foi convocado e nomeado *curator aquarum*, o responsável pela administração dos aquedutos da cidade de Roma, por ordem de Nerva. A trajetória de Frontino, contudo, não se iniciou no final da década de 90. Nas décadas de 50 e 60, ele teria atuado como oficial equestre, prestado serviço militar e exercido funções de procurador na Hispânia e na África. Durante a era flaviana, na condição de pretor urbano, convocou o Senado no

2 Em termos de documentação disponível para o estudo da era flaviana do Império Romano, é possível dividi-la em dois grandes grupos: as fontes escritas, que incluem textos em prosa e verso, registros epigráficos e inscrições monetárias, e as fontes materiais, como iconografia, construções, ruínas e objetos arqueológicos. Entre as fontes literárias, destacam-se as *Histórias* de Tácito, as *Vidas dos Césares* de Suetônio, o *Panegírico a Trajano* de Plínio, o Jovem, as *Sátiras* de Juvenal e as *Histórias de Roma* de Dião Cássio, além dos *Epigramas* de Marcial, das *Punica* de Sílio Itálico, das *Silvas*, da *Tebaída* e da *Aquileida* de Estácio e da *Argonáutica* de Valério Flaco (HURLET, 2016, p. 30; LEITE, 2016, p. 68-72). Entre os textos em prosa que vituperam Domiciano figuram o *Panegírico a Trajano*, o *Agrícola* e as *Histórias* de Tácito, as *Sátiras* de Juvenal, as *Vidas* de Suetônio, as *Histórias* de Dião Cássio, o *Epítome de Caesaribus* de Aurélio Vitor e as *Histórias Eclesiásticas* de Eusébio, ao passo que Quintiliano, na *Institutio Oratoria*, e Flávio Josefo, nas *Antiguidades Judaicas* e na *Guerra Judaica*, apresentaram uma visão elogiosa do imperador. Marcial, que o exaltou em vida, passou a criticá-lo após sua morte, e Frontino, que celebrara sua habilidade militar no *Strategemata* (escrito em 84), produziu sob Nerva o *De Aquaeductu Urbis Romae* (a partir de 97), no qual o elogio se desloca ao novo *princeps*. Outros poetas, como Estácio, nas *Silvas*, na *Tebaída*, na *Aquileida* e no *De Bello Germanico*, e Sílio Itálico, na *Punica*, também o homenagearam (HURLET, 2016, p. 30).

início de 70 e, em seguida, cedeu o posto a Domiciano (Tac. *Hist.* 4.39.1–2). Após a sucessão de Petílio Cerial, em 74, foi nomeado *legatus Augusti pro praetore* e desempenhou funções na Britânia, permanecendo nesse comando até a chegada de Júlio Agrícola, entre 77 e 78 (Tac. *Agr.* 17.2).

De acordo com Grewe (2019, p. 18), a existência de um diploma militar em forma de pequena placa de bronze indicaria que Frontino exerceu a função de comandante militar do exército romano situado no Reno Inferior, de 81 a 84. Durante o Principado de Domiciano (81-96), portanto, Frontino teria participado pessoalmente das campanhas militares conduzidas pelo imperador contra os povos germânicos, em 83 (Front. *Str.* 1.1.8; 3.10; 2.11). Apesar do prestígio acumulado, não parece ter ocupado cargos públicos nos últimos seis anos do governo daquele imperador. A partir da década de 90, entretanto, teria se retirado para uma vida dedicada à escrita, vindo a aceitar sob Nerva o posto de *curator aquarum*, em 97, no contexto da reestruturação econômica e social promovida por Nerva (Front. *Aq.* 1; 102.7; RODGERS, 2004, p. 3). É plausível supor que, sendo Nerva e Trajano fundadores de uma nova dinastia, o recurso às letras e a outras práticas culturais tenham desempenhado papel essencial na edificação de suas imagens imperiais e, em contrapartida, na transformação de Domiciano na antítese dessa legitimidade — o tirano.³

3 Após a formação do complô e o assassinato de Domiciano, em 18 de setembro de 96, seguidos pela ascensão de Nerva ao trono no dia seguinte, os senadores que haviam se confrontado nos julgamentos e acusações contra membros da própria ordem viram-se compelidos a reconstruir uma narrativa que justificasse o mal-estar político e moral então instalado. As-

Apesar de as traduções do *De Aquaeductu Urbis Romae* remontarem ao final do século XIX, a historiografia dedicada ao governo de Nerva raramente considerou o tratado de Frontino como um documento pertinente e, sobretudo, contemporâneo à história daquele *princeps*. Tal desinteresse, de certo modo, decorre da própria natureza do texto: por muito tempo classificado como mera prosa técnica ou como um compêndio administrativo, o *De Aquaeductu Urbis Romae* foi relegado a um lugar marginal dentro do *corpus* literário romano, sendo lido apenas como um relatório funcional sobre a gestão das águas de Roma. No entanto, como preconizou Trevizam (2014, p. 31–32) acerca da prosa técnica e como defendeu Peachin (2004, p. 3) ao examinar as características estilísticas e discursivas da obra de Frontino, é possível compreender esse texto para além de seu aspecto util-

sim, textos como o *Agrícola*, de Tácito, e o *Panegírico a Trajano*, de Plínio, o Jovem, materializaram essa nova elaboração discursiva que, ao mesmo tempo, fabricou uma persona específica para Domiciano — a do tirano responsável pela corrupção e pela decadência do Senado — e buscou dialogar com os novos governantes, sobretudo com Trajano, em tom de reconciliação. Dessa operação resultou a consolidação de uma memória seletiva na qual Domiciano emergiu como o único culpado tanto por sua própria queda quanto pela degeneração da ordem senatorial, servindo, assim, de contraponto moral e político à legitimidade do novo Principado representado por Nerva (COTRIM, 2022, p. 46-49). A respeito da construção da figura do tirano na historiografia romana, recomendamos a leitura de Dunkle (1971, p. 12-20). Sobre a fabricação retórica do tirano em termos de representação sobre Domiciano, recomendamos a leitura de Leite (2018, p. 85-101) e Cotrim (2022, p. 25-52). Em nossa tese de doutorado, cujo objetivo é compreender a mobilização das forças sociais de apoio e de oposição a Nerva, o primeiro capítulo é dedicado a compreender a desconstrução da imagem de Domiciano como diretamente proporcional à construção da imagem de Nerva como *princeps primus inter pares* (para com a aristocracia senatorial), como soberano dotado de *liberalitas* (para com a plebe urbana romana) e como *imperator* (direcionada aos cidadãos-armados).

litário. Consideramos, assim, o *De Aquaeductu Urbis Romae* como uma prosa técnica na qual se entrelaçam elementos administrativos e retóricos: um relatório de atividades públicas que, ao mesmo tempo, transmite conhecimentos sobre engenharia e hidráulica, mas o faz por meio de uma narrativa imbuída de práticas letradas, de recursos retóricos e de uma cuidadosa construção discursiva voltada à celebração do poder, por meio da propaganda. Gonçalves (2013, p. 7) define a propaganda como “um conjunto de símbolos, ideias e imagens que era divulgado no território imperial, mediante a utilização de vários suportes, formando em seu conjunto a imágética imperial”. Essa definição nos permite compreender a propaganda não apenas como um instrumento de difusão de mensagens políticas, mas como um sistema integrado de representações que articulava poder, legitimidade e identidade imperial, valendo-se de múltiplos meios – práticas letradas, visualidades e monumentalidade – para consolidar uma imagem coesa do imperador e de seu governo.

Sob essa perspectiva, o tratado não deve ser lido apenas como um documento técnico, mas como um texto de natureza política, no qual se delineia uma forma específica de enunciação do poder imperial. Argumentamos, desse modo, que o *De Aquaeductu Urbis Romae* funcionou também como veículo de propaganda do Principado de Nerva, operando na esfera simbólica a legitimação de um novo regime após o governo de Domiciano. Nesse sentido, Frontino não se limitou a descrever as obras públicas e as técnicas de abastecimento de água, mas criou, por meio da forma e da linguagem, um discurso de ordem e racionalidade que refletia e reforçava

a imagem de um imperador moderado, reformador e justo – qualidades atribuídas a Nerva e, posteriormente, a seu herdeiro e filho adotivo, Trajano (98-117).

O conteúdo e as ideias presentes no *De Aquaeductu Urbis Romae* continuam a suscitar debates acalorados na crítica especializada. Peachin (2004, p. 4-5), por exemplo, sustenta que o historiador interessado nesse tratado deve reconhecer os elementos encomiásticos e os aspectos retóricos empregados por Frontino em sua composição, o que significa admitir que o texto ultrapassa a esfera da pura tecnicidade. O *De Aquaeductu Urbis Romae* articula, portanto, uma retórica da eficiência, o elogio à cidade romana e à sua capacidade organizacional que se manifestaria por meio das suas grandiosas estruturas práticas e utilitárias, notadamente os aquedutos, que são também monumentos simbólicos da ordem romana.

A exaltação da cidade e de suas obras hidráulicas deve, assim, ser entendida em conexão com o projeto político do Principado. O texto de Frontino legitima a *urbs* como centro do império e como expressão material da harmonia que um governante é capaz de restabelecer após um período de tensão e arbitrariedade, segundo os preceitos da aristocracia. Ao transformar a administração das águas em uma manifestação da administração do próprio corpo político, Frontino inscreve-se em uma tradição romana que faz da técnica um instrumento de poder e da *res publica* uma forma de ordenamento moral. Lido dessa maneira, o *De Aquaeductu Urbis Romae* não é apenas um tratado sobre engenharia, mas é uma prática letrada politicamente engajada que participa ati-

vamente da fabricação simbólica da autoridade imperial no início do governo de Nerva.

Com este capítulo traçamos um panorama da infraestrutura hídrica de Roma Antiga a partir das evidências textuais e arqueológicas relacionadas aos aquedutos. Com base no tratado *De Aquaeductu Urbis Romae* de Frontino, em fontes arqueológicas e em autores modernos, discutimos como o sistema de captação, distribuição e regulação das águas esteve profundamente entrelaçado com as noções romanas de *utilitas*, cidadania, distinção social e legitimidade imperial.⁴ A análise se concentra no período do governo do imperador Nerva, destacando-se os usos públicos e privados da água, o papel do *curator aquarum* e as práticas de corrupção e moralidade vinculadas à administração da água.

Ao adotarmos uma perspectiva inspirada na história ambiental, propomos compreender os aquedutos romanos não apenas como expressões de engenhosidade técnica ou instrumentos de política urbana, mas como pontos de articulação entre sistemas naturais e sistemas sociais. A história ambiental, enquanto campo historiográfico, permite analisar como a água – recurso vital e disputado – era mobilizada pelo poder imperial romano para produzir salubridade urbana, distinção social e legitimação política (PÁDUA, 2010, p. 95-96).

4 *Utilitas publica* designava, no contexto romano, o princípio segundo o qual obras e ações deveriam servir ao bem comum, e não a interesses individuais. No campo da arquitetura e da engenharia, especialmente na construção de aquedutos e outras infraestruturas, esse conceito tornou-se um dos fundamentos da urbanização romana. Conforme Vitrúvio (*De arch.* 1.2.3), *utilitas* era uma das três qualidades essenciais da arquitetura, ao lado de *firmitas* (solidez) e *venustas* (beleza), refletindo a funcionalidade e a finalidade pública das edificações.

Nesse sentido, os aquedutos são compreendidos como infraestruturas ecológicas e simbólicas, que reorganizavam o espaço urbano ao mesmo tempo em que espelhavam a ordem imperial sobre a natureza e sobre a vida cotidiana dos cidadãos.

A água foi um dos elementos centrais para o desenvolvimento da urbe romana e, sobretudo, para a representação de um império civilizado, funcional e benevolente. A partir do século IV a.C., com a construção do *Aqua Appia*, Roma passou a desenvolver um sistema hídrico sofisticado, que culminaria, no período imperial, em uma rede de aquedutos responsáveis pelo abastecimento doméstico, pela manutenção da higiene urbana e pelo funcionamento de espaços públicos como fontes e termas. Na tabela a seguir, observamos o quadro com os aquedutos romanos construídos de fins da República até o final do Principado:

Tabela 1: Lista de aquedutos imperiais

Aqueduto	Data Aproximada	Imperador	Observações
Aqua Iulia	33 a.C.	Marco Agripa (sob Augusto)	Parte da reorganização hídrica de Roma; fontes em Túsculo.
Aqua Virgo	19 a.C.	Marco Agripa (sob Augusto)	Ainda em uso na Roma moderna; traz água potável.
Aqua Alsietina	c. 2 a.C.	Augusto	Água não potável; usada para naumaquias e jardins.
Aqua Claudia	38-52 d.C.	Calígula (início), Cláudio (conclusão)	Longa e elevada; fonte em Subiaco.
Anio Novus	38-52 d.C.	Calígula (início), Cláudio (conclusão)	Maior capacidade de fluxo; usa águas do rio Anio.
Arcus Neroniani*	c. 54-68 d.C.	Nero	Ramificação da Aqua Claudia para o monte Célio e Aventino.
Aqua Trajana	109 d.C.	Trajano	Supria o Janículo; alimentava termas e moinhos.
Aqua Alexandrina	226 d.C.	Alexandre Severo	Construída para abastecer as Termas de Alexandre.

Fonte: De Kleijn (2001). Os chamados Arcos de Nero não eram estruturas como os aquedutos, mas foram uma extensão do aqueduto *Aqua Claudia*, de acordo com De Kleijn (2001, p. 17).

Autores como Leveau (2010, p. 1-2) e Hodge (2013, p. 287) enfatizam que os aquedutos romanos estavam associados a dois princípios fundamentais: *salubritas* (saúde pública) e *amoenitas* (qualidade de vida). O abastecimento de água promovia a limpeza das ruas, diluía os dejetos humanos e favorecia a organização urbana. Para além disso, o domínio da água e sua distribuição também refletiam o domínio do imperador sobre a cidade. A construção dos aquedutos sob o império deixava de ser uma atribuição apenas republicana para tornar-se um sinal de *liberalitas* imperial, ou seja, um favor pessoal do imperador à população. Como lembra Frontino, os aquedutos eram também uma demonstração de *utilitas* pública pretensamente considerados superiores a obras como as pirâmides egípcias, porque eles serviam aos vivos, embora as estruturas egípcias sejam mais antigas e duradouras que os dutos romanos. Assim, os aquedutos tornaram-se monumentos da generosidade imperial, mas também instrumentos de controle, distinção social e centralização do poder. Dessa forma, passamos à análise de alguns trechos do *De Aquaeductu Urbis Romae*, de Frontino:

E, para não dar a impressão de ter omitido qualquer detalhe relativo ao conhecimento do assunto como um todo, apresentarei primeiro os nomes dos canais de água que desembocam na cidade. Depois, por iniciativa de quem, sob quais cônsules e em que ano a partir da fundação de Roma cada

um deles foi construído; em seguida, de quais lugares e a que distância a água é captada (quantas milhas tem o trajeto de cada canal e, desse total,) quanto corresponde à condução subterrânea, quanto a canais sustentados, e quanto a aquedutos sobre arcadas. A seguir, exporei a altura de cada um dos canais e (o calibre) dos tubos, (a vazão que parece ter cada canal e qual volume de água distribui, bem como quais) distribuições efetivas foram realizadas; quanto cada canal fornece conforme sua vazão fora dos muros e quanto (dentro) da cidade para cada distrito; quantas cisternas públicas e privadas existem, e, delas, quanta água se destina às infraestruturas públicas, quanta às fontes ornamentais – pois assim se chamam as mais decoradas –, quanto às fontes comuns, quanto em nome de Júlio César, e quanto para uso de particulares por concessão do imperador. E por fim, exporei a normativa de condução e manutenção das canalizações, e as penas previstas pela lei, pelos *senatus consulta* e pelas ordens imperiais que garantem sua inviolabilidade⁵ (Front. Aq. 3).

No texto de Frontino, observamos um esforço sistemático de catalogação e padronização dos usos, trajetos, origens e vazões dos aquedutos de Roma. O autor enumera os nomes dos canais, as fontes de captação, os consulares responsáveis por sua construção, e o volume de água distribuído, além de estabelecer critérios para as conexões legais

5 Tradução de David Paniagua (2016). *Ac ne quid ad totius rei pertinens notitiam praetermisisse videar, nomina primum aquarum, quae in urbem Romam influunt, ponam; tum per quos quaeque earum et quibus consilibus, quanto post urbem conditam anno perducta sit; dein quibus ex locis et a quanto miliario capta sit ac quantum subterraneo rivo, quantum subtractione, quantum opere arcuato; post altitudinem cuiusque modulorumque erogationes ab illis factae sint, quantum extra urbem, quantum intra urbem unicuique regioni pro suo modo unaquaeque aquarum serviat; quot castella publica sint, et ex eis quantum publicis operibus, quantum muneribus (ita enim cultiores appellant) quantum lacibus, quantum nomine Caesaris, quantum privatorum usibus beneficio principis detur; quod ius ducendarum tuendarumque sit earum, quae id sanciant poenae lege, senatus consultis, mandatis principum inrogatae.*

e as punições para desvios ilegais. No mapa a seguir, podemos compreender o complexo de aquedutos que abasteciam Roma e adjacências:

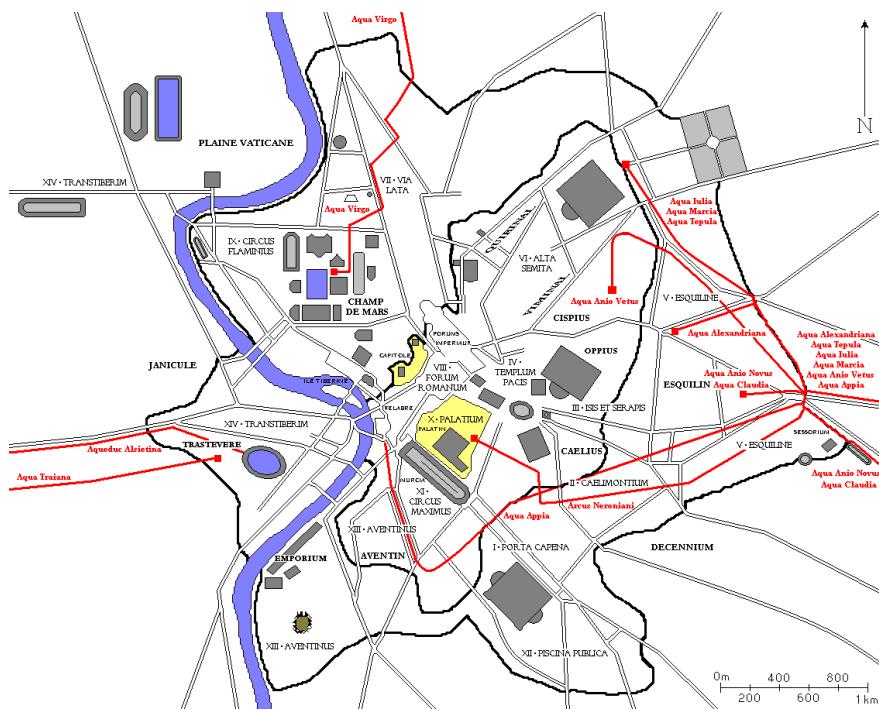


Figura 1: Mapa dos aquedutos de Roma. Fonte: *Romaq. The Atlas Project of Roman Aqueducts*. Disponível em: <https://www.romaq.org/the-project/map.html>. Acesso em 13 Out. 2025.

O ofício do *curator aquarum* – ocupado por Frontino durante o governo de Nerva – era, desse modo, estratégico. Cabia a ele supervisionar a legalidade das concessões, impedir abusos e garantir que os *beneficia imperiais* fossem respeitados.

Passando pela nascente de Júlia corre o riacho chamado Crabra. Agripa deixou essa água intocada, seja porque a havia condenado por sua má qualidade, seja porque acreditava que deveria ser deixada para os proprietários de terras de Túsculo (pois é a água de Crabra que todas as vilas daquela vizinhança recebem por sua vez, sendo a distribuição feita em dias programados e em quantidades fixas). Membros de nossa equipe de água, no entanto, não demonstraram a mesma contenção. Em vez disso, reivindicaram regularmente uma parte de Crabra para suplementar Júlia – não para aumentar o suprimento oficial de Júlia, mas para compensar o que estavam desviando com entregas não autorizadas para lucro pessoal. Crabra foi, portanto, separada e, por ordem do imperador, devolvida inteiramente aos túsculos. Eles a extraem agora, talvez não sem espanto e sem saber das circunstâncias às quais devem a abundância incomum. Júlia, por outro lado, agora que as torneiras clandestinas foram removidas, manteve seu suprimento apesar de uma seca notável⁶ (Front. Aq. 1.9.5-7).

A fiscalização incluía a repressão à corrupção de funcionários que desviavam águas para venda clandestina, como no caso do riacho Crabra, desviado por agentes públicos para enriquecimento próprio. Assim, a moralidade pública emergia como um valor associado à administração da água, especialmente quando se denunciava o uso inadequado da

6 Praeter caput Iuliae transfluit aqua quae vocatur Crabra. Hanc Agrippa omisit, seu quia improbaverat, sive quia Tusculanis possessoribus relinquentiam credebat; ea namque est quam omnes villaे tractus eius per vicem in dies modulosque certos dispensatam accipiunt. Sed non eadem moderatione aquarii nostri partem eius semper in supplementum Iuliae vindicaverunt, nec ut Iuliam augerent, quam hauriebant largiendo compendi sui gratia. Exclusi ergo Crabram et totam iussu imperatoris reddidi Tusculanis, qui nunc, forsitan non sine admiratione, eam sumunt ignari cui causae insolitam abundantiam debeant. Iulia autem revocatis derivationibus, per quas surripiebatur, modum suum quamvis notabili siccitate servavit. Eodem anno Agrippa ductus Appiae, Anionis, Marciae paene dilapsos restituit et singulari cura compluribus salientibus instruxit urbem.

água potável em prostíbulos ou em atividades consideradas indignas. O zelo de Frontino pela salubridade e pela justiça na distribuição de um recurso público indica que a água, além de necessidade vital, era também um elemento de ética cívica e responsabilidade política.

Roma contava com variadas fontes de água: rios, cisternas, poços, nascentes e os aquedutos. Estes últimos, contudo, tornaram-se os mais prestigiosos — e controlados. Três eram os usos principais: fontes públicas, banhos e abastecimento doméstico. O uso residencial, em especial, era um componente de status social. Para ter acesso à água diretamente em casa, o cidadão precisava de autorização do imperador e do pagamento de um tributo, o que o tornava um *beneficium*, isto é, uma graça imperial. Os mais abastados utilizavam *calices* e tubulações de chumbo ou cerâmica conectadas aos *castella divisoria* — os tanques de distribuição. Enquanto isso, os menos afortunados dependiam de chafarizes e fontes públicas, o que revela como o sistema hídrico romano também estabelecia barreiras simbólicas e materiais entre as ordens sociais. Frontino nos revela ainda que proprietários de terras, gente abastada, se apropriavam das águas trazidas pelos aquedutos de maneira ilegal:

Outra divergência consiste nisto: uma medida é usada na captação, outra — consideravelmente menor — no reservatório de decantação, e a menor de todas no ponto de distribuição. A causa disso é a desonestade dos operários da água, que flagramos desviando água dos canais públicos para uso privado. Mas também um grande número de proprietários de terras, cujos campos são atravessados pelos aquedutos, perfuram os condutos; daí resulta que os cursos d'água pú-

blicos chegam a ser completamente interrompidos por cidadãos privados, apenas para irrigarem seus jardins⁷ (Front. Aq. 2.75).

Durante o curto governo de Nerva (96–98), Frontino enalteceu o retorno à legalidade e à salubridade urbana. Ele afirma que o imperador multiplicou as concessões legais, regularizou o uso da *aqua caduca* (o excedente que escorria pelos dutos) e tornou o ar mais puro ao multiplicar reservatórios, bacias e fontes. Essas ações não eram neutras: constituíam propaganda política, reposicionando Nerva como um governante justo, zeloso e reformador. A regularização dos usos da água — por vezes desviada ilegalmente pelos próprios funcionários públicos — permitia a reintegração de grupos anteriormente marginalizados ao sistema urbano legal, promovendo uma imagem de reconciliação social sob o novo Principado. Tais grupos ou forças sociais de apoio ganhavam das mãos do imperador o benefício de obtenção de água potável diretamente dos aquedutos, o que os outorgava prestígio. A água, mais uma vez, operava como metáfora do poder: fluía com justiça quando o governo era legítimo — a partir da perspectiva imperial e aristocrática.

O sistema hídrico romano, amplamente desenvolvido, não se restringia à engenharia e à técnica. Era, antes de

7 *Sequens diversitas est quod alius modus concipitur ad capita, alius nec exiguo minor in piscinis, minimus deinde distributione continetur. Cuius rei causa est fraus aquariorum, quos aquas ex ductibus publicis in privatorum usus derivare deprehendimus. Sed et plerique possessorum, e quorum agris aqua circumducitur, formas rivorum perforant, unde fit ut ductus publici hominibus privatis vel ad hortorum usus itinera suspendant.*

tudo, um projeto político e social de manutenção do poder imperial. Cada aqueduto inaugurado, cada concessão imperial, cada denúncia de desvio apontava para uma concepção de cidadania e poder na Roma imperial. A água tornava-se, portanto, símbolo de distinção, ferramenta de propaganda e elemento estruturante da ordem urbana. Ao analisar os aquedutos não apenas como infraestrutura, mas como discurso e prática política, podemos compreender melhor a lógica da manutenção do poder no Império Romano e os modos pelos quais o cotidiano da urbe expressava relações mais amplas de dominação, privilégio e moralidade.

Referências

Documentação escrita

SEXTO JULIO FRONTINO. *Las canalizaciones de agua de la ciudad de Roma*. Estudio introductorio, traducción y notas de David Paniagua. Libros Pórtico: Zaragoza, 2016.

Fontes da Antiguidade

FRONTINUS. *Stratagems and Aqueducts of Rome*. Translated by Charles Bennett. London: Loeb Classical Library, 1925.

TÁCITO. *Agrícola, Germania y Diálogo de los oradores*. Traducción de José María Requejo. Madrid: Gredos, 1981.

TÁCITO. *Historiarum Libri*. In: SILVA, Frederico de Sousa. *Historiarum Libri*: estudo e tradução. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Obras gerais

COTRIM, I. de S. A fabricação retórica do tirano em Tácito, Plínio e Suetônio: o caso de Domiciano (81-96). In: PINA, E. N.; FURLANI, J. C. *Retórica e cotidiano no Mundo Antigo*. Vitória: Antíteses, 2022c.

DE KLEIJN, G. *The Water Supply of Ancient Rome: City Area, Water, and Population*. Amsterdam: J. C. Gieben, 2001.

DUNKLE, R. The Rhetorical tyrant in Roman historiography: Sallust, Livy and Tacitus. *The Classical World*, n. 1, v. 65, p. 12-20, 1971.

GONÇALVES, A. T. M. *A noção de propaganda e sua aplicação nos estudos clássicos. O caso dos imperadores romanos Septímio Severo e Caracala*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GREWE, K. *Aquädukte: Wasser für Roms Städte*. Braunschweig: Regionalia, 2019.

HODGE, T. Aqueducts and water supply. In: EVANS, J. (ed.) *A companion to the Archaeology of the Roman Republic*. London: Brill, 2013.

HURLET, F. Sources and Evidence. In: ZISSOS, A. (ed). *A companion to the Flavian Age of Imperial Rome*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.

LEITE, L. R. Imperadores flavianos, poética e retórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 31, p. 85-101, 2018.

LEVEAU, P. Les aqueducs romains, le territoire et la gouvernance de l'eau. In: LAGÓSTENA BARRIOS, L., CAÑIZAR J.L., PONS, L. (eds). *Aqvam perdvcentam cvravit*. Cap-

tación, usos y administración del agua en las ciudades de la Bética y el occidente romano. Cádiz, 2001.

PÁDUA, J. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 24, v. 68, 2010.

PEACHIN, M. *Frontinus and the curae of the curator aquarum*. London: Steiner, 2004.

RODGERS, R. H. Introduction. In: FRONTINUS. *De Aqueductu urbis Romae*. Edited by R. H. Rodgers. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TREVIZAM, M. *Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitrúvio e Columela*. Campinas: Unicamp, 2014.

A Cidade Luminosa e o Submundo: O Poder Simbólico e o Conflito Social em Arcane

Ivo Barbosa Neto¹

Introdução

A presente análise tem como objeto o universo narrativo de *Arcane* (2021), série de animação produzida pela *Riot Games* em parceria com a *Netflix*, ambientada no mesmo cenário ficcional de *League of Legends*. A escolha por esse corpus se justifica pela riqueza simbólica e social que atravessa sua narrativa, marcada pela cisão entre as cidades de *Piltover* e *Zaun*, polos que materializam visualmente uma estrutura de dominação e desigualdade. O enredo de *Arcane*, bem como os contos e HQs que integram o universo expandido do jogo, apresentam uma complexa rede de relações políticas, econômicas e culturais, nas quais se evidenciam disputas por legitimidade, prestígio e reconhecimento. O estudo parte de duas fontes complementares: os contos e histórias em quadrinhos oficiais de *League of Legends* e o enredo audiovisual de *Arcane*. O conto “A Penetra”, escrito por Graham McNeill, e

¹ Bolsista Capes, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social e Política da Universidade Federal do Espírito Santo, ivo.barbosa@edu.ufes.br

a “HQ Ziggs & Jinx: Pintando o Sete”, produzida pela Riot Games. Ambas as obras integram o cânone expandido que contextualiza os personagens e os espaços ficcionais explorados na série *Arcane*, oferecendo elementos narrativos e simbólicos que ajudam a compreender a formação de *Jinx* e sua relação com o ambiente social de *Zaun*. Esses materiais foram utilizados como suporte para ampliar a interpretação da personagem e das dinâmicas de poder presentes na trama, permitindo articular os conceitos bourdieusianos à construção narrativa e estética do universo analisado. A proposta é demonstrar como concepções de campo, habitus e capitais, formulados por Pierre Bourdieu, permitem compreender as relações de poder, desigualdade e disputa que estruturam as interações entre *Piltover* e *Zaun*. Tais categorias teóricas, ao explicarem a maneira pela qual os agentes internalizam e reproduzem estruturas sociais, revelam a pertinência de aplicar a teoria bourdieusiana à leitura de produtos culturais contemporâneos. A pesquisa busca, portanto, articular o referencial teórico de Bourdieu à construção simbólica da narrativa. Para isso, serão apresentados brevemente os conceitos centrais de seu pensamento, seguidos da aplicação de eixos analíticos a personagens e cenários representativos, como *Jinx*, *Silco*, *Ví e o Conselho* de *Piltover*, de modo a evidenciar como o campo narrativo da série reflete tensões entre dominantes e dominados. Por fim, pretende-se discutir as implicações dessa leitura para a compreensão das representações contemporâneas de estratificação social e poder simbólico, ressaltando o potencial crítico de *Arcane* enquanto obra que traduz, em linguagem estética e ficcional, conflitos estruturais do mundo

real.

A narrativa de *Arcane* organiza-se a partir de uma estrutura dual, marcada pela oposição entre as cidades de *Piltover* e *Zaun*. Embora compartilhem o mesmo território físico, constituem mundos sociais profundamente distintos, regidos por lógicas próprias e sustentados por relações desiguais de poder. Essa divisão espacial, política e simbólica funciona como o eixo estruturante da obra, expressando de forma alegórica as dinâmicas de dominação, exclusão e resistência que caracterizam sociedades hierarquizadas.

"A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções." (BOURDIEU, 1989, p. 10-11)

Piltover é representada como o centro do poder, uma cidade luminosa e ordenada, símbolo do progresso e da racionalidade técnica. É o espaço da elite científica e política, onde se concentram os detentores de capital econômico, cultural e simbólico, categorias bourdieusianas que expressam as diversas formas de poder e prestígio. Nessa cidade, a posse do conhecimento científico e da capacidade de inovação tecnológica se converte em legitimidade social, reforçando a posição dos grupos dominantes e naturalizando a desigualdade. O Conselho de *Piltover*, formado por figuras influentes

e corruptíveis, atua como instância que regula o campo político, assegurando que as hierarquias permaneçam estáveis sob a aparência de ordem e mérito. Em contrapartida, *Zaun* representa o reverso dessa estrutura. Localizada no subterrâneo de *Piltover*, a cidade simboliza a marginalização geográfica e social. A metáfora espacial é potente: quanto mais se desce às profundezas, mais se adentra em camadas de pobreza, exclusão e degradação. *Zaun* é o território do campo subalterno, habitado por sujeitos desprovidos dos capitais valorizados pela cidade alta, mas que desenvolvem seus próprios modos de sobrevivência e resistência. Nesse espaço, o capital econômico é escasso, o capital cultural é deslegitimado, e o capital simbólico é reconfigurado a partir de códigos alternativos de reconhecimento e pertencimento. Essa configuração espacial evidencia que o campo social em *Arcane* não é neutro, mas atravessado por disputas constantes. *Piltover* define os critérios de valor e impõe sua visão de mundo, sobre *Zaun*, enquanto os habitantes da cidade subterrânea tentam afirmar suas próprias formas de existência frente à dominação. O contraste entre as duas cidades, portanto, não se restringe ao cenário, mas traduz a lógica estrutural de um sistema que reproduz e legitima desigualdades através do poder simbólico. A cidade de *Zaun* não apenas ocupa uma posição subalterna em relação a *Piltover*, como também interioriza o discurso produzido pela cidade dominante. Através de um processo de violência simbólica, *Piltover* impõe sua visão de mundo como legítima e natural, levando os habitantes de *Zaun* a aceitarem como inevitável a condição de marginalidade e abandono. A narrativa evidencia que a dominação

não se sustenta apenas pela força material, mas pelo poder simbólico de determinar o que é considerado civilizado, produtivo ou digno de reconhecimento. Assim, os zaunitas passam a reproduzir, ainda que inconscientemente, a lógica que os inferioriza, incorporando o sentimento de fracasso e desordem como parte de sua identidade coletiva. O resultado é a construção de uma subjetividade marcada pela autopercepção de impotência e dependência, em que a desigualdade é vivida não como imposição, mas como destino.

“O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

A imposição do poder simbólico de *Piltover* sobre Zaun exerce influência direta na formação do habitus dos personagens. Dentro dessa estrutura de oposição, os sujeitos não se constituem como indivíduos autônomos ou isolados, mas como produtos e portadores das condições sociais em que se desenvolvem. É nesse contexto que o conceito de *habitus*, conforme formulado por Pierre Bourdieu (1989), se torna fundamental: trata-se de um sistema de disposições duráveis e transponíveis, incorporadas pela experiência e responsáveis por orientar modos de pensar, agir e perceber o mundo.

“Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.” (BOURDIEU, 2009, p.87)

Em *Arcane*, o habitus dos personagens é moldado pelo espaço social que ocupam, em *Piltover*, predomina a confiança na racionalidade técnica, na hierarquia e na meritocracia; em *Zaun*, prevalecem a resistência, a desconfiança e a adaptação à precariedade. Essas disposições não são naturais, mas o resultado da internalização das estruturas sociais, o que faz com que cada personagem carregue, em sua forma de ser e de agir, os reflexos do campo ao qual pertence. Assim, a desigualdade entre as cidades não apenas organiza o espaço físico, mas se inscreve nos corpos, nas percepções e nas práticas dos agentes, revelando como a dominação simbólica se traduz em habitus diferenciados e desiguais. O encontro entre *Vi* e *Caitlyn* representa um dos momentos mais reveladores da tensão entre *Piltover* e *Zaun*, pois expõe o choque entre habitus formados em contextos sociais opostos. *Vi*, oriunda de *Zaun*, é marcada por um habitus moldado pela precariedade, pela luta constante e pela desconfiança em relação às instituições. Sua percepção do mundo é prática, imediata e atravessada por experiências de exclusão e sobrevivência. Já *Caitlyn*, criada em *Piltover*, carrega um habitus estruturado pela estabilidade, pelo privilégio e pela crença nas normas institucionais. Para ela, a ordem e o mérito são princípios naturais, internalizados a partir de uma socialização no campo dominante. Esse encontro, contudo, não se resume à oposição. O contato entre as duas personagens abre espaço para a reconfiguração de disposições incorporadas, demonstrando que o habitus, embora durável, é também passível de transformação diante de novas experiências sociais. À medida que *Vi* e *Caitlyn* compartilham vivências, percebem

que as fronteiras entre suas cidades, e entre suas formas de perceber o mundo, são mais permeáveis do que parecem. *Vi* aprende a reconhecer que nem todos de *Piltover* reproduzem cegamente a lógica da dominação, enquanto *Caitlyn* passa a questionar os privilégios e as estruturas de poder que sustentam sua cidade. Assim, o vínculo entre ambas ilustra o potencial de reflexividade e mudança do habitus, revelando como o contato entre campos distintos pode gerar deslocamentos simbólicos e novas formas de percepção social.

Silco e a arquitetura do poder no submundo de Zaun

Silco emerge como a figura central na organização do poder simbólico e político em *Zaun*. Seu domínio não se sustenta apenas pela força ou pelo controle dos recursos, mas pela capacidade de articular uma narrativa legitimadora que transforma a marginalização em fonte de identidade e coesão coletiva. Ele comprehende profundamente as dinâmicas do campo social em que atua e manipula as regras implícitas que o estruturam, redefinindo valores, invertendo significados e convertendo a condição de exclusão em orgulho e pertencimento. Por meio de sua retórica e carisma, *Silco* reorganiza o submundo de *Zaun* em torno de sua visão política, consolidando sua autoridade como um líder reconhecido e temido. Ele opera pela conversão de capitais simbólicos, transformando reconhecimento e lealdade em poder efetivo. Sua influência repousa na interiorização, pelos outros, de sua posição como legítima, um traço essencial do poder simbólico em Bourdieu. Ao transformar ressentimento em discurso

político, *Silco* institui uma nova ordem no campo subterrâneo, criando um sistema em que o medo e a devoção coexistem e onde sua palavra define o horizonte das possibilidades. Assim, ele se torna não apenas um líder, mas o mediador simbólico entre a opressão de *Zaun* e seu desejo de emancipação.

"As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais." (BOURDIEU, 1989, p.11)

Bourdieu destaca que as classes sociais não disputam apenas recursos materiais, mas também o poder de definir o que é legítimo, verdadeiro e valioso dentro do mundo social. Essa "luta simbólica" consiste em impor uma visão de mundo, uma narrativa, que favoreça seus interesses e mantenha (ou transforme) as hierarquias existentes. Em outras palavras, quem controla o discurso e o sentido das coisas, controla também o campo social. No contexto de *Arcane*, *Silco* encarna exatamente essa categoria de disputa simbólica. Ele comprehende que o domínio de *Piltover* sobre *Zaun* não é sustentado apenas pela tecnologia ou pelas armas, mas sobretudo pela imposição de um discurso: *Piltover* representa o progresso, a ordem e o mérito, enquanto *Zaun* seria o caos, a sujeira e a criminalidade. Esse discurso é uma forma de poder simbólico, mantém os dominados em seu lugar porque os faz acreditar nessa hierarquia como natural. *Silco* rompe com essa lógica ao reverter a narrativa imposta. Ele transforma

a marginalização em motivo de orgulho, dizendo que os cidadãos de Zaun são mais autênticos, mais livres, mais fortes por sobreviverem à exclusão. Assim, ele disputa com *Piltover* a definição legítima do mundo social, cria uma “transfiguração simbólica” da desigualdade. A sujeira vira resistência; a ruína vira identidade. Portanto, à luz da citação, podemos dizer que *Silco* atua dentro da luta simbólica entre classes e campos, tentando redefinir as fronteiras de poder através da linguagem, do mito e da legitimação de seu discurso. Ele não apenas desafia o domínio de *Piltover*; ele reconfigura o imaginário coletivo de *Zaun*, e é justamente nisso que reside sua força política e simbólica.

Silco exerce seu poder simbólico de forma estratégica no submundo de *Zaun*, manipulando a percepção e as ações de seus subordinados para consolidar autoridade e lealdade. Ele não se apoia apenas na força física ou no controle de recursos, mas atua principalmente através do discurso, da retórica e da legitimação simbólica. Ao construir narrativas que transformam a marginalização em orgulho e resistência, *Silco* consegue direcionar comportamentos e reforçar vínculos de dependência, garantindo que sua liderança seja reconhecida como legítima. Esse processo é um exemplo clássico do que Bourdieu define como violência simbólica.

“A dominação que se exerce quando o dominado aceita e internaliza o poder do dominador como legítimo, muitas vezes sem perceber que está sendo subordinado.” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

A personagem *Jinx* exemplifica como essa violência

simbólica se manifesta no plano individual. Desde a infância, ela é estigmatizada e marginalizada, vista como perigosa ou instável tanto pelos dominantes quanto por seus pares. Ao se aproximar de *Silco*, *Jinx* encontra uma figura que reconhece seu valor, mas que também explora suas vulnerabilidades. Ele transforma seu trauma e insegurança em motivação para lealdade, reforçando a dependência emocional e controle sobre suas escolhas. A internalização desse processo molda o *habitus* de *Jinx*, orientando sua forma de agir, perceber o mundo e interagir com os demais. Dessa forma, a relação entre *Silco* e *Jinx* demonstra como a violência simbólica funciona dentro de um campo social, atravessando relações de confiança, afeto e reconhecimento. *Silco* consolida seu poder ao redefinir sentidos e valores no submundo de *Zaun*, enquanto *Jinx*, embora pareça empoderada em suas ações, atua em grande medida guiada pelo discurso e legitimidade simbólica que ele impõe. A personagem, portanto, torna-se um exemplo paradigmático de como a dominação simbólica se inscreve na subjetividade, moldando identidades e comportamentos mesmo em contextos de aparente liberdade ou resistência.

A trajetória de *Jinx* revela como as marcas da dominação simbólica se perpetuam, mesmo quando o indivíduo acredita ter se libertado de suas amarras. Após romper com o mundo de *Piltover* e se unir a *Silco*, *Jinx* parece conquistar autonomia e poder, mas continua agindo sob o peso das estruturas simbólicas que a formaram. Ela incorpora a narrativa imposta, de ser instável, perigosa, incontrolável, e a transforma em identidade. O discurso que antes era instrumento de exclusão passa a ser reivindicado por ela como forma de

expressão e liberdade, embora continue a reproduzir as categorias e hierarquias que a oprimiam.

“Os diferentes níveis de realidade social não se transformam, necessariamente, no mesmo ritmo”, e “as formas de agir e de pensar podem sobreviver a uma mudança nas condições de existência”. O camponês pode ser libertado do colono, sem se libertar das contradições que a colonização incutiu nele” (BOURDIEU & SAYAD, 2004 [1964], p. 471-472).

Assim como o camponês libertado que carrega as contradições da colonização, *Jinx* não se liberta das contradições que a dominação de *Piltover* incutiu em seu habitus. Mesmo sob a tutela de *Silco*, ela permanece presa à lógica simbólica que a definiu, a de ser “louca”, “dissimulada” e “incontrolável”, categorias que internaliza e passa a performar como se fossem expressão de liberdade. Nesse sentido, sua suposta emancipação é, paradoxalmente, a perpetuação da violência simbólica: ela age sob um poder invisível, reproduzindo inconscientemente o discurso que a marginaliza.

O campo político em *Arcane*: o Conselho de *piltover* e as dinâmicas de poder

O Conselho de *Piltover* representa o núcleo do campo político dentro da narrativa de *Arcane*, configurando-se como o espaço institucional onde o poder é formalmente exercido e legitimado. A composição do Conselho é marcada pela concentração de capitais econômicos, culturais e simbólicos, o que reforça a dominação de uma elite que dita as regras e

define os rumos da cidade. Suas decisões não emergem de um debate democrático, mas de alianças estratégicas e interesses privados, frequentemente sustentados por corrupção e compra de votos. Esse arranjo político assegura que o campo permaneça controlado pelos mesmos agentes, que reproduzem seus privilégios e excluem qualquer possibilidade de participação real das camadas subalternas.

“O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele [...] O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher.” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

A narrativa construída por *Piltovar* reforça constantemente a legitimidade desse poder, sustentando a ideia de que a cidade representa a ordem, o progresso e a civilização, em contraste com *Zaun*, apresentada como o caos, a desordem e a ameaça. Essa oposição simbólica cria uma justificativa moral e política para a exclusão de *Zaun* das instâncias decisórias, já que a ausência de representantes no Conselho é tratada como algo natural, consequência da suposta “incapacidade” da cidade subterrânea de governar-se. Assim, o discurso político de *Piltovar* não apenas mantém a hierarquia entre as duas cidades, mas também define o campo das possibilidades de ação de *Zaun*, limitando sua agência e perpetuando uma es-

trutura de dominação que se sustenta tanto na força quanto na narrativa. A hipocrisia do campo político se revela na sua relação ambígua com o submundo. Enquanto publicamente o Conselho de *Piltover* se posiciona como guardião da lei e do progresso, seus membros mantêm negociações clandestinas com *Silco* e suas redes criminosas, garantindo estabilidade econômica e política em troca de silêncio e cooperação. Esse pacto velado demonstra que a elite de *Piltover* atua em benefício próprio, instrumentalizando tanto o crime quanto a moralidade conforme as conveniências do campo. A corrupção, portanto, não é um desvio isolado, mas um elemento estrutural do sistema político, que se legitima por meio de um discurso de virtude pública, ao mesmo tempo em que opera nas sombras para conservar o poder e evitar rupturas na ordem social que a sustenta. Em *Piltover*, o discurso político é construído como instrumento de violência simbólica, na medida em que apresenta a desigualdade como natural e o poder como fruto de mérito e racionalidade. O Conselho se autolegitima por meio da retórica do progresso e da ciência, enquanto oculta a corrupção estrutural que garante sua estabilidade interna, compra de votos, troca de favores e a conversão constante de capital econômico em capital político. O resultado é um sistema onde o poder circula entre os mesmos agentes, reproduzindo uma elite tecnocrática que controla os rumos da cidade sob a aparência de consenso. Essa dinâmica se evidencia na exclusão institucional de Zaun, cidade que não possui qualquer representação formal no Conselho e, portanto, é destituída de voz política. A ausência de representantes zaunitas não é um acaso narrativo, mas a

expressão simbólica da estrutura de dominação que organiza o campo político de *Piltover*. A elite dominante define o que é legítimo, quem pode falar e o que é considerado “problema político”, mantendo Zaun relegada à posição de espaço social sem direito à palavra. Desse modo, o Conselho opera como instância de monopolização simbólica, determinando os limites do campo e silenciando as vozes subalternas. Apesar do discurso oficial de ordem e moralidade, o Conselho mantém acordos velados com os mesmos agentes que declara combater, evidenciando uma dependência funcional entre os dois espaços sociais. Essa ambiguidade ilustra o que Bourdieu (1989, p. 17) denomina “relações de força simbólicas”, nas quais “as relações de comunicação são também relações de poder, onde se joga a conservação ou a transformação das estruturas”. Assim, o Conselho de *Piltover* sustenta sua hegemonia pela combinação entre a coerção econômica e a legitimação simbólica: um poder que se perpetua não apenas pela força, mas pela capacidade de definir o real, o legítimo e o possível dentro do mundo social.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu compreender *Arcane* como uma narrativa que, embora situada em um universo ficcional, reflete com notável precisão as estruturas sociais e simbólicas que organizam o mundo real. A partir dos conceitos formulados por Pierre Bourdieu, campo, habitus, capitais, poder simbólico e violência simbólica, foi possível identificar, nos conflitos entre *Piltover*

e Zaun, a reprodução de dinâmicas de dominação, exclusão e resistência que caracterizam os processos de estratificação social. *Piltover*, com seu Conselho político e sua elite tecnocrática, foi interpretada como o campo dominante, onde se concentram os diferentes capitais e se produz o discurso de legitimidade que sustenta a hierarquia entre as cidades. A ausência de representação de Zaun nesse campo e a retórica de progresso que justifica sua subalternização evidenciam a dimensão simbólica da dominação, que opera não apenas pela coerção, mas pela imposição de uma visão de mundo tida como natural. Zaun, por sua vez, encarna o campo subalterno, o espaço marginalizado que internaliza o discurso dominante e, em certos momentos, o ressignifica como forma de resistência, processo visível na ascensão de *Silco* e na reorganização do submundo. A trajetória de *Silco* revelou a dinâmica do poder simbólico em ação: sua liderança não se constrói pela força bruta, mas pela capacidade de articular uma narrativa de pertencimento e orgulho que mobiliza subjetividades e redefine significados. Em contrapartida, a personagem *Jinx* ilustra a violência simbólica e suas implicações psicológicas e sociais, a internalização da dominação que a leva a agir de acordo com o discurso que a oprime, mesmo acreditando estar livre dele. Seu comportamento traduz, em termos ficcionais, o modo como a desigualdade e o estigma se inscrevem no habitus, perpetuando as marcas da exclusão mesmo nas tentativas de emancipação. Dessa forma, *Arcane* se apresenta como uma obra de potencial crítico, capaz de traduzir, em linguagem estética e narrativa, conflitos estruturais do mundo contemporâneo: a concentração de poder, a

corrupção política, a exclusão social e a manipulação simbólica que sustentam as hierarquias. Ao transpor para o campo da ficção as lógicas invisíveis que Bourdieu descreve em suas análises sociológicas, a série oferece ao espectador não apenas entretenimento, mas também uma reflexão sobre as formas contemporâneas de dominação e resistência. Assim, compreender *Arcane* à luz da teoria bourdieusiana permite reconhecer como a arte pode revelar o invisível, expondo as engrenagens simbólicas que estruturam o poder e a desigualdade. A série, ao representar a tensão entre *Piltovar* e *Zaun*, *Silco* e o Conselho, *Jinx* e sua própria subjetividade fragmentada, espelha as contradições de uma sociedade que naturaliza a hierarquia e transforma a dominação em discurso legítimo. Nesse sentido, *Arcane* não apenas dramatiza o conflito entre dois mundos, mas convida à reflexão sobre o nosso próprio, aquele em que o poder continua sendo exercido, sobretudo, pela capacidade de definir o que é real, legítimo e possível.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Conceitos fundamentais*. Edição organizada por Michael Grenfell; tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, P. & SAYAD, A. *Le déracinement La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris : Minuit, 1964.

MCNEILL, Graham. A penetra. In: *Universo League of Leg-*

ends. Riot Games, 2019. Disponível em: <https://universe.leagueoflegends.com/pt_BR/story/jinx-the-loose-cannon/> . Acesso em: 20 out. 2025.

RIOT GAMES. Arcane [série de TV]. Produção de Christian Linke e Alex Yee. Netflix, 2021.

RIOT GAMES. *Ziggs & Jinx: Pintando o Sete*. Riot Games Comics, 2013. Disponível em: <https://universe.leagueoflegends.com/pt_BR/comic/jinx-ziggs-paint-the-town/> . Acesso em: 10 out. 2025.

Casa de Alvenaria como documento: Carolina Maria de Jesus e a escrita da história por quem a vive

Lucecleia Francisco da Silva¹

1. Casa de Alvenaria como testemunho: literatura como intervenção histórica

Casa de Alvenaria (2021a, 2021b), de Carolina Maria de Jesus, é uma obra que resiste à categorização: é diário que testemunha, memória que se faz literatura e romance de si que desloca as convenções da autobiografia. A dificuldade em classificá-la evidencia o quanto sua escrita opera uma fissura no cânone.

Como nos lembra Robert Darnton (1998), “a história literária é um artifício criado ao longo de muitas gerações [...] pouco tem a ver com a verdadeira experiência da Literatura no passado” (Darnton, 1998, p. 9). A obra de Carolina se coloca justamente como essa “verdadeira experiência” que a história literária convencional ignora: uma experiência material e corpórea da literatura, forjada na favela e na luta pela sobrevivência.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestra em Educação pelo mesmo programa. E-mail: franciscolucy@gmail.com

Diferentemente de um relato marcado pelo distanciamento, o diário apresenta o tempo do acontecimento como simultâneo ao tempo da escrita, capturando a imediatez da vida à margem. Ao registrar o cotidiano de uma mulher negra, pobre, mãe solo e escritora na periferia de São Paulo, Carolina compõe um registro que funciona como documento da experiência, pensando o ato de narrar como transmissão da vivência, mediada pela linguagem e pelo gesto coletivo da partilha.

Nesse contexto, *Casa de Alvenaria* (2021a, 2021b) adquire o estatuto de um testemunho que opera precisamente na tensão descrita por Márcio Seligmann-Silva. Para o autor,

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o 'real') com o verbal (Seligmann-Silva, 2003, p. 46-47).

O diário de Carolina é a materialização dessa busca: a necessidade de registrar a realidade da favela esbarra na dificuldade de traduzir toda a sua complexidade em palavras. No entanto, é “com a própria imaginação” e com a “arte” que ela enfrenta essa “intraduzibilidade”, transformando o vivido em material político e literário, sem nunca pretender esgotá-lo.

Essa abordagem dialoga com a articulação entre literatura e história tal como pensada por Antonio Cândido (2004), Roger Chartier (1990) e Robert Darnton (1990), que

compreendem o texto literário como prática social e espaço de disputa por sentidos e memórias. Para Chartier (1990), a história cultural tem “por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (Chartier, 1990, p. 16-17).

O projeto literário de Carolina Maria de Jesus é, assim, um ato de construção de realidade. Ela não apenas relata a exclusão, mas a constrói como objeto legível e interpretável, dando a ler à sociedade brasileira uma face de si mesma que teima em ignorar.

A noção de escrevivência, desenvolvida por Conceição Evaristo (2020), evidencia a força e a originalidade da obra de Carolina. Escrever a própria vida não é apenas narrá-la, mas “dar a ver o vivido transformado em palavra”, como afirma Evaristo.

Essa transformação do vivido em palavra literária dialoga com a concepção de Corrêa et al. (2019). Para os autores:

[...] os elementos da vida social são inseridos no texto literário pelo trabalho do escritor, que reduz as contradições sociais à estrutura do romance, do conto ou do poema, para, assim, ampliar e tornar visível o que está diluído na vida social (Corrêa et al, 2019, p. 23).

A escrevivência de Carolina é exatamente esse trabalho de redução e amplificação. Ela condensa as contradições da desigualdade brasileira à estrutura íntima do diário. Ao fazê-lo, amplia e torna visível a dor, a fome e a resistência que

estão diluídas no cotidiano de milhões.

Nesse contexto, seus diários funcionam como documentos que reconfiguram o lugar dos sujeitos subalternizados na historiografia cultural. É nesse lugar que a escrita de Carolina se instala: como uma acusação de um trauma histórico coletivo, a exclusão da população negra, especialmente das mulheres, no Brasil pós-abolição. A fome, o desemprego, o preconceito racial, a violência doméstica, a solidão, o desejo de ser reconhecida, todos esses elementos estão presentes em sua escrita, que os transfigura em matéria estética.

Ao escrever, Carolina reconfigura a história oficial da cidade e do país, propondo outra forma de pensar a história, aquela que parte dos escombros, dos becos, dos quintais, das cozinhas, das calçadas e das janelas de cortiço. A autora expõe as contradições da ascensão social e demonstra as marcas da desigualdade racial e de classe no Brasil. Além disso, ela protesta contra a ideia de que o sucesso individual seria a solução para a exclusão social.

O teor documental da obra não está apenas nos acontecimentos descritos, mas na perspectiva de quem escreve. Sua escrita assume uma dimensão ética da memória, que, como define Gagnebin (2006), consiste em um “cuidado” que se torna “uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (Gagnebin, 2006, p. 97). No caso de Carolina, essa tarefa se soma ao gesto literário de estilização do cotidiano. A autora transforma o trivial em matéria poética e política: a ida ao mercado,

a relação com os vizinhos, o tratamento recebido nas redações de jornal, os comentários sobre a política nacional, os sentimentos de abandono e a observação dos filhos. Tudo isso compõe um painel do Brasil urbano marginalizado, sob o olhar de uma narradora que se recusa a ser vítima da história.

Trata-se de um texto que não apenas documenta, mas interpreta, questiona, ironiza, metaforiza. Em *Casa de Alvenaria* (2021a, 2021b), o cotidiano é estilhaçado em fragmentos que revelam as fissuras da modernidade brasileira, suas promessas de progresso construídas sobre a exclusão sistemática de corpos racializados e feminizados.

2. A linguagem como território de invenção e resistência

A construção do estilo literário de Carolina Maria de Jesus é analisada em seu contexto de origem por quem lhe é próximo. Em prefácio ao segundo volume de *Casa de Alvenaria*, Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus, sua filha, argumentam que a autora concebeu sua escrita a partir de um material linguístico variado, indo dos registros formais dos compêndios gramaticais e da leitura de poetas parnasianos, o que a levava a adotar termos raros e arcaicos, até a incorporação de marcas orais de sua realidade. Segundo as estudiosas, seu estilo era marcado pelo sotaque mineiro e pelo que se pode chamar de “pretuguês”, caracterizado, por exemplo, pela troca do “l” pelo “r”, uma influência de línguas africanas, além da criação de neologismos. É nesse contexto que elas recorrem à própria Carolina para afirmar: “Há lugares que os verbos são insuficientes!” (Jesus, 2021a, p. 204 apud Evaristo; Jesus, 2021, p. 14).

Essa prática intensa e diversificada de leitura, que alimentava seu projeto estético, ilustra a observação de Darnton (1992). O historiador nota que:

[...] homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir (Darnton, 1992, p. 212).

No caso de Carolina, lia-se também para sobreviver e para inventar uma voz própria no mundo. A leitura era, para ela, uma ferramenta de sobrevivência intelectual e de construção de um *self* literário.

Apesar de escrever em português, a “língua da pátria”, ela mostra como a própria linguagem pode ser instrumento de exclusão. Sua obra confirma uma identidade nacional racializada, construída com base na marginalização da população negra e pobre. Ao escrever, ela reivindica o direito de pertencer à nação e de reescrevê-la pela margem. A língua, mesmo compartilhada, pode excluir, mas Carolina a transforma em ferramenta de inclusão de sua subjetividade e de seu mundo.

Esse projeto estético a consolida como precursora da escrevivência. Seu diário rompe com as normas da escrita letrada ao dar corpo à sua voz popular e marginalizada. O conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, articula “escrever” com “vivência”. Conforme analisam Oliveira, Sampaio e Silva (2021), a gênese desse conceito é anterior

à sua própria nomenclatura. Os autores recuperaram a fala da escritora, na qual ela explica que, desde 1995, se dedicava a trocadilhos que mais tarde cristalizariam no termo:

Eu tenho trabalhado com isso desde 1995, com a minha dissertação de mestrado, em que eu faço um jogo com as palavras: escrever, viver, se ver, escrever vivendo, escrever se vendo. Depois surge o termo 'escrevivência'" (Evaristo, 2018 *apud* Oliveira; Sampaio; Silva, 2021).

É uma prática literária que nasce da experiência concreta de mulheres negras, criando uma estética própria enraizada na oralidade, na ancestralidade e na luta por visibilidade. Como define Evaristo (2020), "a escrevivência não é ficção. É a nossa vida escrita, nossas histórias reais" (Evaristo, 2020, p. 35). Carolina é, portanto, uma das suas mais fundamentais representantes.

3. As disputas em torno da legitimação: autoria, mediação e mercado editorial

A trajetória editorial de Carolina Maria de Jesus é marcada por conflitos que tornam visíveis os critérios de exclusão que estruturam o campo literário brasileiro. Como define Regina Dalcastagnè (2012), a literatura brasileira é um "território contestado", onde "o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele" (Dalcastagnè, 2012, p. 13). Este território, no entanto, permanece homogêneo. A **pesquisadora** demonstra que, no período de 1990 a 2004, 93,9% dos autores publicados pelas

principais editoras eram brancos e 72,7% eram homens (Dalcastagnè, 2012, p. 14). Neste cenário, a figura de Carolina, mulher, negra, pobre e favelada, era uma dissonância.

Nascida 26 anos após a assinatura da Lei Áurea, mulher negra, multiartista, escritora autodidata, sua ascensão se deu quando, em 1958, o repórter Audálio Dantas a descobriu na favela do Canindé, o que levou ao reconhecimento com *Quarto de Despejo* (1960). No entanto, a forma como sua escrita foi recepcionada e enquadrada pela crítica, pela imprensa e pelo mercado editorial confirma os limites impostos às vozes subalternas no campo da cultura letrada.

A mediação exercida por Audálio Dantas cumpriu um papel ambíguo nesse processo. Embora fundamental para que sua voz ganhasse espaço, sua intervenção restringiu Carolina à escrita diarística. **Dalcastagnè (2012) capta o desconforto que a presença de vozes como a de Carolina provoca:**

Pensem no senhor que conserta sua geladeira, no rapaz que corte seu cabelo, na sua empregada doméstica [...]. Agora colem o retrato deles na orelha de um livro [...] A imagem não combina (Dalcastagnè, 2012, p. 14).

Esta “imagem que não combina” revela os critérios de hierarquização no campo literário, que definem “quem escreve literatura, quem deve se contentar em fazer testemunho” (Dalcastagnè, 2012, p. 14).

Esse enquadramento retirou de Carolina parte de sua força como autora. Dalcastagnè (2012) observa que não é raro alunos se referirem a Carolina Maria de Jesus como “escritora semianalfabeto”,

um paradoxo que revela o preconceito de quem não consegue dissociar domínio da norma culta de valor literário (Dalcastagnè, 2012, p. 14-15). A pesquisadora aponta ainda que as obras de autores marginalizados são marcadas por uma “tensão” permanente, entre a necessidade de contrapor representações hegemônicas e a de reafirmar sua própria legitimidade (Dalcastagnè, 2012, p. 15).

Esta tensão se reflete também no trabalho do pesquisador. Ao estudar um autor consagrado, “é o objeto de análise que nos confere importância como pesquisadores”, mas ao acolher um autor “dissonante”, somos nós que precisamos “transferir para sua obra nossa própria legitimidade como estudiosos” (Dalcastagnè, 2012, p. 15).

A estratégia de apresentar Carolina como um caso exótico foi uma forma de impor a autoridade do campo literário sobre sua produção. Domesticou sua força e justificou o interesse por ela como gesto de condescendência esclarecida.

A imposição dessa hierarquia de leitura está ligada ao racismo que organiza o campo literário brasileiro. A escrita de Carolina foi marcada pela tensão constante entre a autenticidade de sua voz e a exigência de “adequação” ao gosto da elite letrada.

A mudança de cenário não significa o fim da exclusão. A casa de alvenaria representa um espaço de sonhos, um símbolo da busca por dignidade. Porém, a realidade se mostra diferente:

Estou cansada. Tenho a impressão que lutei numa guerra. Tudo está confuso para mim. Eu pensava que a vida na casa

de alvenaria ia ser aveludada. Enganei. É arduá cheia de contrastes e confrontos. O confrontos com as desilusões e aborrecimentos (Jesus, 2021b, p. 45).

Essa desilusão, vivida mesmo no espaço que simbolizava a ascensão, evidencia a “divisão rígida na história da produção da literatura entre literatura erudita e não erudita” (Corrêa et al., 2019, p. 33). Uma divisão do campo literário que se mantém, independentemente da mudança de endereço do autor.

Nesse ponto, é importante retomar o conceito de subalternidade discutido por Gayatri Chakravorty Spivak (2018). A subalterna, para Spivak, é aquela cuja fala é excluída dos espaços de representação. Ainda que Carolina tenha publicado livros e participado do debate público, sua voz foi freqüentemente distorcida, silenciada ou enquadrada de forma a não ameaçar a ordem discursiva vigente.

A tentativa de publicar outros gêneros foi sistematicamente frustrada, e sua imagem permaneceu atrelada à função de “cronista da miséria”, desconsiderando sua pluralidade estética e intelectual. A autora estava sob vigilância constante, em qualquer espaço: da favela à “casa de alvenaria”.

A leitura de *Casa de Alvenaria* apresenta momentos de forte consciência sobre o lugar que lhe é destinado: “Quero escrever peças teatrais, contos, romances. Não sou apenas diarista. Sou escritora.” A autora, no entanto, desejava ampliar sua produção, queria escrever peças, poemas, letras de música, e se rebelou contra a categorização limitante que a colocava como objeto de consumo.

Com afirmações que reivindicam a centralidade de sua agência, Carolina recusa o papel de personagem e ocupa o campo da produção cultural. Sua obra é espaço de disputa: contra o silenciamento, contra a estetização da dor, contra a apropriação editorial e contra os limites do cânone.

4. Escrevivência e a reescrita da história a partir da margem

Ao transpor sua vivência para a escrita, Carolina Maria de Jesus não apenas registra os acontecimentos, mas elabora uma interpretação do mundo. Sua prática literária exemplifica a concepção de Chartier (1990) para quem as práticas “constroem o mundo como representação” (Chartier, 1990, p. 27-28).

Carolina não recebe passivamente um mundo já significado; pelo contrário, engaja-se na construção de uma representação alternativa do Brasil, que tem como centro epistemológico a favela, o corpo negro e a experiência feminina da pobreza.

Essa escrita não pretende mimetizar o discurso histórico oficial. Busca reconfigurá-lo, preenchendo seus silêncios e deslocando os centros de enunciação. Carolina escreve contra o esquecimento e contra a distorção.

Seus diários funcionam como arquivos vivos de si e do mundo ao redor. Repletos de nomes, datas, lugares e eventos miúdos, formam um mosaico da vida urbana brasileira sob a ótica de quem sobrevive à margem do projeto de nação.

Essa construção arquivística dialoga com a perspectiva

de Darnton (1992, p. 203). Os historiadores “podem responder muitas perguntas de ‘quem’, ‘o que’, ‘onde’ e ‘quando’, o que pode ser de grande ajuda na abordagem dos mais difíceis ‘porquês’ e ‘comos’”.

Os diários de Carolina são um tesouro para essa história externa e social da leitura e da escrita. Fornecem as respostas concretas para o “quem” (uma mulher negra e pobre), o “o que” (a luta pela existência), o “onde” (a periferia de São Paulo) e o “quando”.

Sua escrita, no entanto, vai além do registro. Ela se configura como um testemunho que opera na esteira do que a teoria psicanalítica define como trauma. Como assinala Seligmann-Silva (2003a, p. 48-49), discutindo Freud,

A experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. (...) o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à compreensão dos mesmos. A linguagem tenta cercar e dar limites àquilo que não foi submetido a uma forma no ato da sua recepção (apud Salgueiro, 2021, p. 67).

O diário de Carolina é justamente esse ato de cercar com palavras a ferida (*trauma*, em grego) da exclusão. Ele não apenas narra o trauma da pobreza e do abandono, mas reinterpreta essa experiência, tornando-a parte integrante da história coletiva do Brasil, explorando os limites entre documento e ficção, entre literatura e historiografia.

Ao narrar a experiência concreta da fome e da desilusão, Carolina expõe o caráter violento do projeto de moder-

nização brasileiro. A identidade nacional, que se forma pela exclusão sistemática dos corpos racializados e periféricos, é apresentada em sua dimensão mais contraditória.

Não importa o que Carolina escreve ou conquista, ela é tratada como corpo racializado. Fanon (2020) nos ajuda a entender a dor psíquica de não ser reconhecida como sujeito universal. Carolina é lida como “a negra que escreve”, e não como “uma escritora”.

Sua obra acusa esse apagamento constante. Mostra como o racismo precede e determina todas as suas experiências, inclusive as aparentes conquistas. Como afirma Stuart Hall “raça é a forma como a classe é vivida” (Hall, 2018, p. 309). A cor da pele define acesso, oportunidades e até quem pode ou não sonhar.

A autora explicita a impossibilidade de pertencimento pleno a uma sociedade que insiste em racializar a pobreza. Sua obra dialoga com Stuart Hall (2003), para quem a identidade é constituída nas e pelas diferenças.

Ao contrário do apagamento promovido pela historiografia tradicional, que tende a excluir as vozes das mulheres negras, Carolina reinscreve sua experiência como parte da história nacional. Sua escrita propõe um deslocamento epistêmico: é possível escrever a história a partir das bordas, das fendas, dos corpos que resistem. Essa intervenção não se dá apenas no conteúdo, mas na forma: seus diários combinam oralidade, observação crítica, fabulação, aforismo e ironia, instaurando uma estética própria, irreproduzível por moldes normativos.

Ao se afirmar como autora, e não apenas como “personagem”, Carolina recusa a passividade a que foi relegada. Ela escreve para registrar, mas também para revidar, para interpelar a sociedade que a marginaliza. Sua literatura é espaço de resistência, memória e criação de sentido. Ela escreve com palavras afiadas, com a secura da fome e a lucidez da indignação. “Escrevo o que eu vejo”, afirmava ela, sintetizando o compromisso de sua escrevivência com a verdade de sua experiência.

5. Considerações finais: a escrita como combate

Carolina Maria de Jesus não escreve para se encaixar nos cânones: ela escreve para desestabilizá-los.

Sua palavra incomoda porque traz consigo a materialidade da fome, do preconceito, do trabalho exaustivo e do não pertencimento. Mais do que representar a realidade, Carolina a confronta e a interpela.

As consequências históricas de seus testemunhos são imensas e ainda em processo de digestão pela crítica. Sua recepção ilustra a afirmação de Corrêa et al. (2019, p. 34). Segundo os autores,

[...] as classes dominantes frequentemente demonstram-se desprovidas de sensibilidade e verdadeiro interesse pelo que a literatura tem a revelar: as contradições humanas resultantes da dominação histórica (Corrêa et al., 2019, p. 34).

Casa de Alvenaria (2021a, 2021b) mostrou, nesta análise,

que as vozes periféricas são indispensáveis para mostrar como a exclusão funciona na sociedade brasileira.

A escrita de Carolina exige que repensem as categorias de documento, testemunho, autoria e memória. Sua trajetória é a materialização do “território contestado” que é o campo literário brasileiro. Sua obra, longe de ser um caso isolado, reconfigura “nossa entendimento do que é (ou deve ser) o literário” (Dalcastagnè, 2012, p. 17), forçando-nos a questionar critérios de valoração que são, em si mesmos, “reflexo de exclusões históricas” (Dalcastagnè, 2012, p. 16). *Casa de Alvenaria* cumpre essa função ao nos fazer experimentar as contradições da exclusão. Trata-se de uma escrita que abre novas possibilidades de existência e, nesse sentido, constitui-se como prática de resistência que é, ao mesmo tempo, estética e política.

Sua eficácia estética, nos termos de Corrêa et al. (2019), manifesta-se plenamente. É “a capacidade da obra literária de envolver o leitor a ponto de levá-lo a experimentar dialeticamente os problemas e as contradições da vida” (Corrêa et al., 2019, p. 31-32).

Ao unir história e literatura, *Casa de Alvenaria* (2021a, 2021b) reafirma o valor político da palavra como espaço de memória. Este gesto repercute a reflexão de Gagnebin (2006, p. 11) sobre o paradoxo da escrita: se, por um lado, ela só pode salvar o vivo ao codificá-lo e fixá-lo, transformando sua plasticidade em rigidez, por outro, é justamente esse gesto de perpetuação que luta contra o esquecimento e afirma uma presença contra a ausência. A obra revela com lucidez o abismo entre o discurso da modernidade e a vida concreta dos que foram por ela excluídos. Com isso, desloca o eixo da

produção do saber histórico para os sujeitos que viveram, e seguem vivendo, nos limites de uma cidadania nunca plena.

Carolina Maria de Jesus nos oferece não apenas o retrato de uma época, mas um projeto ético de memória coletiva. Um projeto que insiste em existir, e em resistir, no presente mais urgente.

Referências

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos.* 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manoela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis et al. Literatura e vida social. *In: CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Hermam; ROSA, Daniele dos Santos (Org.). Caderno de literatura: um percurso de formação em literatura na educação do campo.* São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 13-38.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. *Iberic@l*, n. 2, p. 13-17, 2012. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/405005/mod_resource/content/1/DALCASTAGN%C3%88%20un%20territ%C3%B3rio%20contestado.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

DARNTON, Robert. História da Leitura. *In: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas Perspectivas.* Tradução de Magda Lopes. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

DARNTON, Robert. *Os Best-sellers Proibidos da França Pré-revolucionária.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Race, articulation and societies structured in dominance. In: HALL, Stuart. *Essential Essays*. v. 1: Foundations of Cultural Studies. Durham: Duke University Press, 2018. p. 309.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria, volume 1*: Osasco. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria, volume 2*: Santana. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo; SILVA, Olívia Aparecida. Entre e para além da literatura: um estudo da noção 'escrevivência', de Conceição Evaristo. *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 166-194, 2021. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>. Acesso em: 20 out. 2024.

SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. [recurso eletrônico]. Vitória: EDUFES, 2021. Disponível em: <https://edufes.ufes.br/items/show/592>.

Acesso em: 20 out. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão. In: *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.45-58.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Os fantasmas do Sul na obra de James Baldwin: autobiografia, História e espectralidade

Luiza de Almeida Carminati¹

Em 1953, James Baldwin consolida sua carreira como efetivo escritor, através da publicação de seu primeiro romance, *Go Tell It on the Mountain*². Escrito e reescrito por mais de dez anos, o livro recebeu seu formato final na ocasião do autoexílio de Baldwin na Europa. Na narrativa, acompanhamos a trajetória de John Grimes, um jovem negro do Harlem, que, na ocasião de seu décimo quarto aniversário, reflete sobre o conflito entre as expectativas de sua comunidade para a sua vida e seus próprios desejos interiores. A obra, de maneira geral, discute diversos temas que se relacionam a um contexto histórico mais amplo, que diz respeito à realidade dos Estados Unidos à época de sua escrita, como questões de raça, gênero e classe. Em consonância, diversos críticos constatam a presença de muitos componentes autobiográficos no

1 Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. carminatiluiza@gmail.com.

2 Recentemente, a obra ganhou uma tradução para o português brasileiro. Publicada pela Companhia das Letras, em 2025, recebeu o título de *Proclamem nas Montanhas*. No entanto, como a versão utilizada pela autora como referência é a versão em inglês, seguiremos com o uso do título original e, por vezes, do título abreviado *Go Tell It*, como é frequentemente encontrado em sua fortuna crítica.

romance. No entanto, o objetivo aqui não é tomar a obra como um “produto” ou “reflexo” da vida de Baldwin e do seu tempo, nos moldes de uma já superada crítica biográfica tradicional.

Este ensaio nasce de uma revisitação da temática da minha dissertação (Carminati, 2024), agora sob um olhar historiográfico. Sendo assim, proponho a reflexão sobre dois aspectos. Em primeiro lugar, discutiremos sobre quais parâmetros a historiografia pode se aproximar da biografia, da autobiografia e das escritas de si. Em segundo, partiremos dessa base teórica para analisar um aspecto específico do romance: as representações acerca do Sul dos Estados Unidos contidas no texto. Seguindo na esteira das proposições colocadas por Ávila (2020) sobre capitalismo racial e acumulação temporal, bem como abarcando a ideia de uma história espectral, discutiremos de que forma o romance autobiográfico de Baldwin reelabora e ficcionaliza representações de um passado que constantemente assombra o presente.

Antes, contudo, perpassaremos por uma breve apresentação do autor e da obra. James Baldwin foi um romancista, ensaísta, dramaturgo e ativista político, nascido em Nova York, em 1924. Faleceu na França, em 1987, país no qual passou uma boa parte de sua vida. Sua vasta produção transita entre ficção e não ficção e sua escrita foi muitas vezes descrita como ousada, por quebrar paradigmas de sua contemporaneidade, a exemplo da abordagem de temáticas como afetividades não-heteronormativas em meados do século XX.

No que diz respeito à sua fortuna crítica e à recepção

de seu trabalho, percebemos um movimento oscilatório ao longo de sua carreira. Há um imediato sucesso no início dela, tendo Baldwin assumido o papel de uma espécie de “porta-voz” da comunidade negra e ocupado papel central na cena pública. A partir do final dos anos 1960, surge uma onda de críticas e uma diminuição de seu prestígio, seguida de um verdadeira desprezo ao final de sua vida. Após um relativo esquecimento durante um curto período, entre as décadas de 1980 e 1990, há, enfim, um reavivamento de seu renome na virada para o século XXI. De acordo com Kaplan e Schwarz (2011), as críticas predominantes giravam em torno do abandono da arte pelo aprofundamento de sua agenda política, isto é, seus detratores acusavam-no de deixar a forma de lado e abrir demasiado espaço para a militância política em suas obras mais tardias. Há, sem dúvidas, também o pânico moral causado pelos tópicos trabalhados em seus escritos. Para Spurlin (1999), a homofobia na recepção de Baldwin pode ser identificada mesmo no início da década de 1960, quando ele ainda gozava do prestígio do público.

No Brasil, o autor ainda possui uma certa obscuridade, tanto para o público comum quanto na esfera acadêmica, o que causa um estranhamento, tendo em vista que se trata de uma personalidade que marcou o cenário intelectual e artístico não apenas de sua terra de origem, mas em um alcance de proporções globais. Tal obscuridade pode ser parcialmente explicada pela baixa quantidade de traduções de suas obras. Porém, sustentamos que o problema reside em um apagamento resultante de uma tradição literária e acadêmica que pretere artistas que escapam ao padrão eurocêntrico, branco

e heteronormativo. Apesar disso, a realidade tem mudado nos últimos anos, e vemos o crescente interesse pela figura de Baldwin – assim como por outros artistas racializados e minorias sociais – materializado nas novas traduções e no surgimento de dissertações e teses que integram os estudos baldwinianos.

No que diz respeito ao livro, *Go Tell It*, como dito anteriormente, foi o primeiro romance publicado por Baldwin. A ideia inicial da narrativa foi concebida quando o autor tinha cerca de dezessete anos e posteriormente reescrita diversas vezes ao longo de dez anos, até chegar em sua versão publicada (Harris, 1996). Os contornos de seu conteúdo foram visitados por Baldwin em outras produções, como contos e a peça *The Amen Corner*. A história se passa no período de um dia, mas é contada em uma estrutura não-linear, por meio de recuos temporais que permitem explorar as vidas das personagens que integram a vida de John, sobretudo seu pai, Gabriel, sua mãe, Elizabeth, e sua tia, Florence. A obra é dividida em três seções, “*The Seventh Day*”, “*The prayer of the saints*” e “*The threshing floor*”, e narrada em terceira pessoa, mas de forma a revelar os pensamentos mais íntimos das personagens, que se alternam em protagonismo a depender do momento. Nossa foco aqui é especialmente a segunda seção, na qual os recuos temporais são inseridos como devaneios dos personagens, que refletem sobre sua trajetória. Não obstante, o conflito central da obra é a relação conturbada entre John e seu pai.

A qualidade autobiográfica do romance é inegável e

uma parcela considerável da crítica que o tomou como objeto procurou operar uma “investigação de provas”, isto é, uma análise que buscava comparar os fatos da trama aos vivenciados por Baldwin em sua vida pessoal. Tal movimento faz parte de uma corrente analítica hoje já ultrapassada, mas que se desenvolveu no século XIX e se perpetuou por muito tempo: o biografismo. O que pretendemos, portanto, não é retomar esse parâmetro, mas antes pensar os estatutos de ficcionalidade/referencialidade e de que maneira a História pode se aproximar dessa discussão.

Em primeiro lugar, devemos estabelecer que a ficção se constitui no local em que o imaginário penetra a realidade e, através de mecanismos próprios – os que Iser (2002) chama de “atos de fingir” –, produz algo que não corresponde diretamente ao campo referencial. Para Lejeune (2008), a autobiografia se constitui em um pacto firmado entre autor e leitor, no qual o primeiro assumiria diante do segundo um compromisso de veracidade. Esse pacto é marcado pela identificação entre autor, narrador e personagem – os três possuem o mesmo nome. Já o pacto romanesco seria definido pela prática da não-identidade entre autor, narrador e personagem, o que corresponderia ao atestado de ficcionalidade do texto. Deixando de lado as problemáticas contidas na própria concepção do pacto autobiográfico, o que fazer em casos de obras em que não há a presença dele, mas há razões para que o leitor acredite em uma identificação entre o autor e narrativa?

A crítica propõe algumas possibilidades analíticas. Klin-

ger (2012) sugere a ideia de um romance autobiográfico, categoria conceitual que se volta justamente para narrativas que se propõem como ficção, mas que carregam elementos que as identificam ao campo do referencial, do biográfico. Temos também a escrita de si, campo constituído por “formas modernas que compõem uma certa ‘constelação autobiográfica’: memórias, diários, autobiografias e ficções sobre o eu” (Klinger, 2012, p. 39), e o conceito de autoficção, cunhado por Doubrovsky em 1977, para sinalizar uma narrativa na qual “a matéria é estritamente autobiográfica e a maneira, estritamente ficcional” (Noronha, 2014, p. 13), e que foi desde então desenvolvido por diversos teóricos. Pensando no caso brasileiro, vemos ainda a elaboração do conceito de escrevivência, por Conceição Evaristo (2020).

Para Arfuch (2010), diante das imprecisões e problemas de definição conceitual dessas categorias, poderíamos pensar em termos de um *espaço biográfico*, determinado por seu valor biográfico. Assim, surge um conceito mais geral para se tratar de narrativas situadas entre o real e o ficcional, abarcando diversos gêneros e configurações: um termo “guarda-chuva” que é utilizado para descrever uma tendência dos escritos contemporâneos, que representam uma volta ao sujeito. Neste texto, optamos por seguir as indicações de Klinger (2012) e Arfuch (2010) para discutir a obra.

Mas, colocada esta questão, surge-nos outra: como a História tem se aproximado do biográfico? De acordo com Avelar (2010), presenciamos uma virada epistemológica em direção ao indivíduo. A partir de 1960, as críticas ao projeto

da História totalizante pretenderam dar voz à uma visão mais humana dos processos históricos. Inicialmente incorporada às perspectivas totalizantes dos *Annales*, o estudo das biografias ficavam limitados a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso, ou seja, o indivíduo tomado como síntese de várias outras vidas, como meio de acessar o universal, ou de ilustrar uma condição mais ampla que si mesmo.

Desde então, a relação entre História e biografia se transformou muito. Proposições como as de Sabina Loriga (2011) e François Dosse (2009), ou, pensando no caso brasileiro, de Benito Schmidt e Alexandre Avelar (2012), alteraram significativamente a forma como o campo enxerga o biográfico. Devemos estar atentos, sobretudo, aos perigos de uma ideia de individualidade fixa, coerente, linear – a ilusão biográfica, de acordo com Bourdieu (1996): a ideia de que a vida seria um todo coerente e orientado, a expressão de um projeto ou uma intencionalidade.

Dito isso, não estamos tratando de construir uma biografia enquanto exercício historiográfico, mas de tomar a complicada categoria do romance autobiográfico ou do espaço biográfico como ponto de partida para a reflexão. Assim, tentamos compreender um aspecto específico deste texto: como Baldwin, enquanto indivíduo, representa e reconstrói as imagens acerca do Sul estadunidense, levando em consideração sua trajetória.

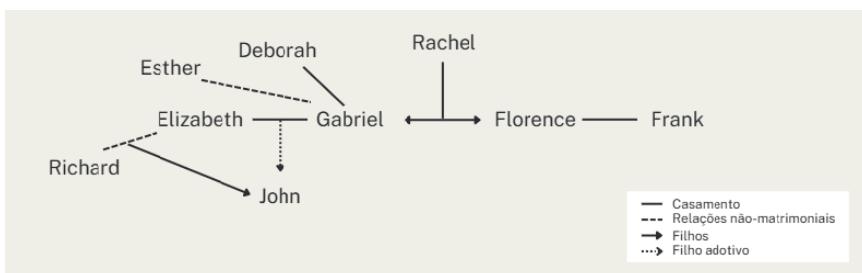
Para Porter (1996, p. 62), a imagem do Sul como um local detentor de um “passado emasculador, assassino e sanguento” era um tópico recorrente no trabalho de Baldwin,

tendo ele construído uma espécie de “mitologia do Sul”, na qual esse território era tratado como “lento, atrasado e brutal, perpetuamente preso no pesadelo de sua história racial”³ (*ibid.*, p. 61).

Du Bois (1999), ao expor a existência de movimentos por parte da população negra do Sul para o aprimoramento de sua própria comunidade, como a criação de escolas, por exemplo, elucida de que forma a visão que Baldwin possuía do Sul pode ser reducionista. Vale lembrar que, à época da elaboração do romance, o autor não havia ainda conhecido o território, baseando-se apenas em pesquisas e relatos de outros para compor o cenário sulista. Isso não significa que a realidade dos afro-americanos nesta localidade não fosse essencialmente e institucionalmente violenta. O que nos interessa, contudo, não é discutir a verificabilidade do retrato que Baldwin pinta do Sul estadunidense, mas antes entender de quais representações ele utiliza e com que propósito esse aspecto é inserido na narrativa da obra. Acessamos essas representações especialmente na segunda seção da obra, *The prayer of the saints*, na qual somos expostos à trajetória da família de John, de sua vivência no Sul à migração em busca de melhores condições no Norte.

3 Tradução livre. No original: “emasculating, murderous, and bloody past” e “slow, backward, and brutal land, trapped perpetually in the nightmare of its racial history”.

Imagen 1 – Quadro de personagens.



Fonte: elaborado pela autora.

Não temos espaço, no escopo deste ensaio, para explorar exaustivamente a narrativa. Ficaremos, então, com alguns exemplos. Rachel é mãe de Gabriel e Florence, e, portanto, avó de John. Sua figura se insere como um retrato do impacto da escravidão nas famílias negras (M'Baye, 2006, p. 169), sendo ela introduzida da seguinte forma:

Para Florence, ela sempre pareceu ser a mulher mais velha do mundo, pois sempre falava de Florence e Gabriel como filhos de sua velhice, e ela havia nascido, há muitos anos, durante a escravidão, em uma plantação em outro estado. Naquela plantação, ela havia crescido como uma das trabalhadoras do campo, pois era muito alta e forte; aos poucos, casou-se e teve filhos, que foram todos tirados dela, um por doença e dois por leilão; e um, que ela não tinha permissão para chamar de seu, havia sido criado na casa do senhor (Baldwin, 2013, p. 74)⁴.

4 Tradução livre. No original: "She had always seemed to Florence the oldest woman in the world, for she often spoke of Florence and Gabriel as the children of her old age, and she had been born, innumerable years ago, during slavery, on an plantation in another state. On this plantation she had grown up as one of the field workers, for she was very tall and strong; and by and by she had married and raised children, all of whom

A obra é permeada de outros trechos que representam o Sul como este local marcado pela violência e pela tragédia, como a descrição do abuso sexual sofrido por Deborah em sua adolescência, perpetrado por homens brancos, e de um motim racial, no qual a população branca incendeia e deprende casas da população negra. Principalmente na figura de Gabriel, vemos os efeitos de sua socialização em um ambiente tão cruel e como a raiva que ele nutre por esse sangrento passado incide de forma destrutiva em sua vida. Voltando à Porter (1996, p. 65),

Dois temas intrinsecamente ligados em *Go Tell It on the Mountain* envolvem a existência perpétua da raiva negra e a maneira pela qual essa raiva pode ser autodestrutiva ou transformadora. Esses dois temas estão ligados à imagem do Sul em *Go Tell It on the Mountain* porque, na visão de Baldwin, a incipiente raiva negra é, em parte, o legado do Sul que se manifesta na vida individual e coletiva dos negros do Norte.⁵

Assim, a superação da dimensão autodestrutiva da “raiva negra”, que tem sua origem legitimada na reação aos mecanismos de opressão e ao tratamento desumano da população negra, é constituinte da jornada de John Grimes. Sua

had been taken from her, one by sickness and two by auction; and one, whom she had not been allowed to call her own, had been raised in the master's house".

5 Tradução livre. No original: "Two themes inextricably linked in *Go Tell It on the Mountain* involve the perpetual existence of black rage and the manner in which such rage can either be self-destructive or transformative. These two themes are connected to the image of the South in *Go Tell It on the Mountain* because, as Baldwin sees it, the incipient black rage is partly the legacy of the South playing itself out in the individual as well as collective lives of blacks in the North".

capacidade de se libertar do “pesadelo da história representado pela casa de seu pai, o pesadelo da história que inclui a ameaça sulista e o horror da castração e da morte”⁶ é a chave para que ele se torne o “mestre do seu destino” (*ibid.*, p. 73).

Linhos interpretativas sugerem que esse elemento da narrativa pode ser visto como consequência da maneira que Baldwin enxergava a relação que ele próprio mantinha com a herança de seu pai, David Baldwin, um homem que, como Gabriel Grimes, era também dominado pelo ressentimento autodestrutivo da sua experiência como sujeito racializado. No entanto, sustentamos que isso constitui uma figuração metonímica de algo maior: a ideia de que os Estados Unidos, enquanto nação, precisa superar o trauma da escravidão e da segregação racial, e que a população negra deve encarar a dimensão transformadora de sua raiva, a fim de que o país não caia em autodestruição. Baldwin elabora essa perspectiva em diversos trabalhos subsequentes, sobretudo em seus ensaios.

Dessa forma, há uma espécie de fantasmagoria ou espectralidade do passado sobre o presente. Para Baldwin, o presente estadunidense é “assombrado” por esse passado que se estende, que insiste em não passar. Tomamos, portanto, as proposições de Avila (2020) sobre o capitalismo racial, isto é, a ideia de que

[...] nem sempre pretérito e atualidade são facilmente sepa-

⁶ Tradução livre. No original: “*the nightmare of history represented by his father’s house, the nightmare of history that includes the Southern threat and horror of emasculation and death*”.

ráveis e/ou distanciáveis, especialmente naquelas situações em que a violência foi central e fundacional para a constituição de dados grupos e/ou sociedades (*ibid.*, p. 248).

É claro que esse é o caso ao qual nos referimos, tendo em vista o passado escravocrata que fundou a sociedade desigual e racialmente excludente dos Estados Unidos. Como os acontecimentos recentes – a exemplo do assassinato de indivíduos racializados e o surgimento do movimento *Black Lives Matter* – sugerem, ainda é possível ver o alongamento deste passado sobre o presente. Assim, vimos brevemente como Baldwin representa essa complicada relação com o passado e de que maneira ele ficcionaliza esse aspecto, re-laborando-o em seu romance autobiográfico, a fim de discutir uma questão que ele considerava de importância ímpar para a realidade estadunidense.

Referências

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, p. 157-172, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafiás da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra & Voz, 2012.

BALDWIN, James. *Go Tell It on the Mountain*. Nova York: Vintage Books, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões*

práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra.* Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

CARMINATI, Luiza. “*Ele não seria como seu pai*”: raça, gênero, classe e sexualidade na ficção autobiográfica de James Baldwin. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância. NUNES, Isabella (org.). *Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.* Rio de Janeiro: Mina Comunicação & Arte, 2020.

HARRIS, Trudier. Introduction. In: _____ (org.). *New essays on Go Tell It on the Mountain.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luís Costa. *Teoria da literatura em suas fontes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KAPLAN, Cora. SCHWARZ, Bill. *James Baldwin: America and Beyond.* Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2011.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: Da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LORIGA, Sabina. *Biografia e história: a singularidade de cada indivíduo*. Bauru: Edusc, 2016.

M'BAYE, Babacar. Resistance against racial, sexual, and social oppression in *Go Tell It on the Mountain* and *Beloved*. In: KING, Lovalerie; SCOTT, Lynn (orgs.). *James Baldwin and Toni Morrison: comparative critical and theoretical essays*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.

PORTER, Horace. The South in *Go Tell It on the Mountain*: Baldwin's Personal Confrontation. In: HARRIS, Trudier (org.). *New essays on Go Tell It on the Mountain*. Cambridge: Cambridge Univeristy Press, 1996.

SPURLIN, William. Culture, rhetoric, and queer identity: James Baldwin and the identity politics of race and sexuality. In: MCBRIDE, Dwight (org.). *James Baldwin Now*. Nova York: New York University Press, 1999.

Poéticas do Lampião da Esquina: representação e paratopia

Rodrigo dos Santos Dantas da Silva¹

Primeiras palavras

Este ensaio traz discussões de pesquisa de minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento e provisoriamente intitulada *Entre práticas e representações: memória e identidade LGBTQIAPN+ na poesia presente no período Lampião da Esquina*, pelo Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a qual tem como objetivo principal analisar a poesia do segmento “Literatura” do periódico alternativo *Lampião da Esquina* (1978-1981).

Compreendo o texto literário, para além de sua dimensão estética, como um ato político capaz de problematizar a ideologia dominante em um dado recorte histórico. Nesse sentido, proponho a realização de uma exposição dedicada à seção de literatura do periódico alternativo carioca *Lampião da Esquina*, que circulou nacionalmente entre 1978 e 1981, período marcado pelo processo de “abertura política” da ditadura militar brasileira. Esse jornal, de caráter nânico e contra-hegemônico, desempenhou um papel central ao oferecer

¹ Doutorando em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: dyghusoueu@gmail.com

notícias e representatividade à comunidade LGBTQIA+.

A seção de literatura, à primeira vista passível de ser interpretada como o espaço mais sensível do periódico, pode, contudo, ser entendida como um locus de enfrentamento. Autores e autoras ali presentes (em grande parte, nomes até então considerados marginais, como Leila Míccolis, Glauco Mattoso e Ulisses Tavares) transformaram seus corpos, afetos e sexualidades em instrumentos de resistência contra a necropolítica instaurada durante os chamados anos de chumbo. Nesse contexto, em que o Estado detinha “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5), esses escritores e escritoras escreviam como estratégia de sobrevivência simbólica, “para não desaparecer” (Foucault, 1969), dando visibilidade a uma comunidade sistematicamente silenciada e excluída das narrativas hegemônicas.

O *Lampião da Esquina* contou com trinta e sete edições ordinárias, além de três edições extraordinárias de entrevistas e uma primeira edição especial, a de número zero. Reconheço nesse periódico um verdadeiro instrumento de resistência que não se restringia às questões relacionadas à sexualidade ou às experiências de homens gays (grafados na revista como “gueis”), mas que se abria a uma multiplicidade de temas e problemáticas sociais que atingiam sujeitos excluídos pela ditadura militar no Brasil. Entre tais pautas, destaco o feminismo, a ecologia, o racismo, as vivências amorosas de pessoas gays com deficiência, bem como a valorização das expressões de alegria da comunidade LGBTQIA+, materializadas

em práticas culturais como a música, a arte, o cinema e os espaços de sociabilidade e desejo. A equipe editorial, formada por homens gays atuantes em diferentes áreas (dramaturgos, escritores, jornalistas e críticos de arte e cinema), conferia ao periódico pluralidade intelectual e densidade crítica.

Compreendo o *Lampião da Esquina* como um arquivo da ditadura “cis-militar-brasileira” (Afonso-Rocha, 2021), que ultrapassa a condição de simples suporte discursivo para afirmar-se como instrumento histórico, político e ideológico. Trata-se de um veículo que materializou experiências de sujeitos marginalizados em razão de suas sexualidades não hegemônicas, sujeitos estes que, do ponto de vista político, não encontravam representação nem nos partidos de esquerda, tampouco nos de direita. Ressalto ainda que esse material, atualmente disponível para download gratuito no site do Grupo Dignidade, contribuiu de forma significativa para a formação de uma identidade LGBTQIA+ brasileira, na medida em que surgiu paralelamente ao aparecimento dos primeiros grupos gays nacionais, como o SOMOS, além de se constituir em um relevante aparato de preservação da memória LGBTQIAPN+ no país.

Meu objetivo com esta exposição é refletir, de forma introdutória, sobre a autoria dessa literatura ctônica, entendendo-a como um lugar de paratopia, no qual a seção literária do *Lampião* se apresenta como um (não) lugar paratópico.

Marco teórico-metodológico

A partir de Maingueneau (2006), detengo-me na compreensão da emergência do discurso, que amplia as contribuições do Círculo de Bakhtin no que se refere à noção linguística de enunciado. Segundo essa perspectiva, a análise do enunciado literário exige uma interpretação que considere suas dimensões sociais, históricas e ideológicas. Compreendo, assim, que uma obra literária não se encerra em si mesma; ao contrário, por ser um enunciado, implica necessariamente a presença de enunciadores e de suas relações com o dito, o dizer e o outro. Em tal abordagem, o sentido do texto literário é produzido na separação entre as posições de autor e de receptor.

Tomando como objeto de reflexão a seção “Literatura” do periódico *Lampião da Esquina*, observo, à luz dos estudos de Maingueneau sobre o discurso literário, que os enunciados ali presentes constituíram, em pleno período de necropolítica, uma possibilidade efetiva de dizer. Desse modo, proponho analisar os textos literários publicados no *Lampião* não apenas em função de seu contexto de produção, mas também a partir das condições concretas de enunciação de seus autores. É fundamental reconhecer que esses escritores estavam inseridos em um dispositivo nânico e alternativo que, embora tenha alcançado uma circulação de aproximadamente 10 a 20 mil exemplares (Afonso-Rocha, 2021), permaneceu no espaço do *underground*, no lugar de marginalidade social e periférica que o caracterizava.

Maingueneau (2006) evidencia que o discurso literário

não pode ser concebido como fruto exclusivo da interioridade do autor, mas sim como prática discursiva atravessada por condições históricas, sociais e institucionais. Assim, o texto literário não é uma expressão isolada de intenção subjetiva, mas um vetor de posicionamento que atua na consolidação de identidades e na disputa de sentidos. Através do intertexto, cada obra constrói progressivamente uma identidade enunciativa que se afirma na relação com a tradição, com outros autores e com o contexto ideológico em que circula. Essa perspectiva desloca o foco da análise do “gênio individual” para o funcionamento discursivo, no qual o sentido emerge das condições de enunciação. Desse modo, a literatura torna-se lugar de confronto, de inscrição de vozes e de resistência simbólica. Assim, compreender a obra literária implica analisá-la como discurso que performa, legitima e tensiona práticas sociais.

Nesse movimento de legitimação e de abertura de um espaço de enunciação, reconheço no *Lampião da Esquina* não apenas um veículo literário, mas um dispositivo de resistência que conferia voz àqueles e àquelas relegados ao silenciamento em meio a um cenário de barbárie política e social. Constatou, ademais, a topografia da interdição que incidia sobre autores e autoras submetidos ao crivo implacável da censura, como exemplifica Cassandra Rios, cuja trajetória foi marcada pela supressão de 36 de suas 50 obras pelo regime ditatorial, sendo, por isso, tema de matérias no periódico supracitado.

À luz de Foucault (2015), o autor se constitui como prin-

cípio de rarefação do discurso, figura que “[...] dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (Foucault, 2015, p. 91). Nesse horizonte, ao debruçar-me sobre os enunciados literários veiculados no *Lampião da Esquina*, periódico o qual estava voltado para corporalidades destituídas de sua plena condição de cidadania (Afonso-Rocha, 2021), percebo que tais sujeitos-autores, embora alocados em uma posição marginal, inscreviam suas vozes como gestos de resistência.

Afonso-Rocha (2021) observa que a ditadura cis-hétero-militar operava sistematicamente a invisibilização das sexualidades, das corporalidades e das enunciabilidades de gays, lésbicas, transexuais e de todos os sujeitos que escapavam ao padrão normativo imposto por aquela política de morte. Ao refletir sobre os autores e autoras que escreviam para não sucumbir ao esquecimento, assumo a hipótese de que estes ocupavam um espaço de paratopia, entendido como um lugar impossível, conforme a formulação de Maingueneau em *Discurso Literário* (2006), quando este menciona “[...] uma insuportável condição de homem de talento andarilho que a ordem aristocrática condena à obscuridade” (Maingueneau, 2006, p. 94).

Trata-se, portanto, de um (não) lugar paradoxal e indefinido, no qual a figura autoral, enquanto produtora de sua obra, se situa entre o que é socialmente produzido e aquilo que ainda pode vir a ser produzido, em um espaço onde as condições discursivas vigentes ao mesmo tempo autorizam e tensionam sua enunciação literária. Compreendo, as-

sim, que a legitimação desses discursos emerge, de maneira igualmente paradoxal, no próprio seio da ilegitimação a que estavam submetidos pela censura, encontrando, contudo, na materialidade do escrito, uma forma de perpetuação de suas vozes e de inscrição de suas subjetividades em um arquivo que resiste ao apagamento e se abre à releitura crítica do presente.

Em minha análise do *Lampião da Esquina*, comprehendo que é a ditadura cis-hétero-militar quem, paradoxalmente, autoriza e ao mesmo tempo desautoriza a enunciação de sujeitos contra-hegemônicos, instaurando, assim, uma espécie de “ordem do discurso”:

A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio de uma enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia. Esta é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou outro gênero discurso (Maingueneau, 2015, p. 123).

Nesse sentido, comprehendo a literatura oriunda desse período como portadora de um pertencimento paratópico, na medida em que seus autores, imersos no paradoxo constitutivo de sua condição, buscavam afirmar-se enquanto produtores de discurso sob a égide de um regime de censura. É nesse horizonte que inscrevo a seção “Literatura” do *Lampião da Esquina* como espaço privilegiado de paratopia: um

(não) lugar no qual se situavam escritores e escritoras que, diante do contexto ditatorial que circunscrevia e interditava suas vozes, raramente conseguiam publicar fora desse ambiente alternativo. Reconheço, ademais, que tal seção configurava-se como um locus de arte-ação, onde subjetividades, sexualidades e corporalidades consideradas desviantes encontravam possibilidade de inscrição.

É precisamente nesse espaço de tensão que reside a sua força: ao mesmo tempo ilegítimo e legitimador, o paratópico escrito tornava-se o dispositivo pelo qual esses sujeitos-autores podiam lançar seus enunciados literários, ainda que sob a impossibilidade de enunciá-los plenamente na esfera pública hegemônica. Para a constituição do *corpus* de análise desta comunicação, assim como em minha tese, utilizo procedimentos metodológicos de viés qualitativo: em primeiro lugar, empreenderei uma pesquisa bibliográfica, a fim de compreender como a função de “autor” se manifesta na seção “Literatura” do *nanico Lampião da Esquina* e de que modo essas subjetividades, atualmente, se configuram como instrumentos de resgate e de representação de uma memória LGBTQIAPN+ nacional.

Parto da premissa de que um discurso constituinte (neste trabalho, o texto literário), independentemente do gênero discursivo que o enquadre, em sua posição paratópica, confere sentidos às ações coletivas e funda, na própria enunciação, enunciadores legitimados que colaboram para a elaboração de uma memória (Maingueneau, 2006; 2015). Tenho também realizado uma revisão documental, centrada na análise da se-

ção “Literatura” do *Lampião da Esquina*, material atualmente acessível para download no site do Grupo Dignidade. Por fim, conduzirei análises críticas dos enunciados literários.

Poéticas lampiônicas

Ao longo de minhas análises da seção “Literatura” do *Lampião da Esquina*, constatei que esta apareceu em 23 das 41 edições publicadas, configurando-se como um espaço editorial significativo de enunciação literária. A organização dessa seção estava a cargo de Glauco Mattoso ou Gasparino Damata, ambos escritores, que selecionavam autores cujas vozes, muitas vezes, não integravam a tradição textual hegemônica (Foucault, 1969).

Quadro 1 – Edições e Poetas publicados no lampião da Esquina

Edição	Autores publicados
Edição especial nº 0	Leila Míccolis, Franklin Jorge
Edição nº 01	Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Sosígenes Costa
Edição nº 03	Jean Genet, Políbio Alves, Tony Pereira
Edição nº 04	Constantino Cavali
Edição nº 13	Fernando Pessoa (duas poesias)
Edição nº 14	Mário de Andrade (dois poemas)
Edição nº 15	Renata Pallottini, Ulisses Tavares, Fernando Wide
Edição nº 16	Antônio Botto
Edição nº 17	Valério Perellechin, José Renato Pimentel
Edição nº 18	Mário Faustino

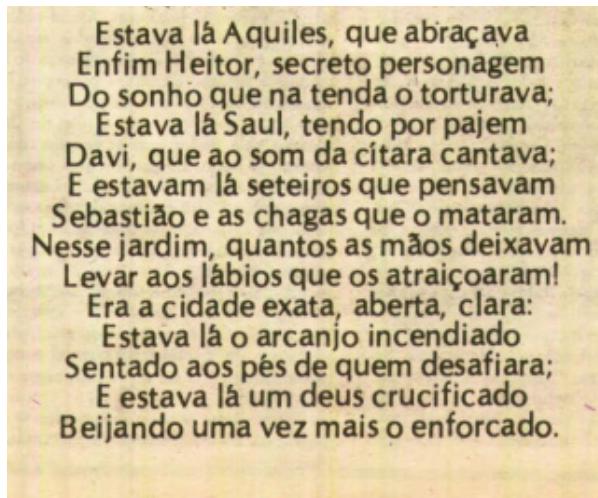
Produzido pelo autor.

Verifico, ainda, que, mesmo enquanto periódico nânico inserido no contexto da ditadura militar brasileira, a poesia veiculada no *Lampião da Esquina* não se circunscrevia a uma temática explícita de resistência política ou crítica direta ao regime. Ao contrário, concentrou-se em expressar subjetividades, experiências de marginalidade e modos de existência de sujeitos cujas vidas e sexualidades eram sistematicamente relegadas às margens da sociedade da época. Sendo assim a seção literária consolidava-se como um espaço de escrevivência, permitindo que vozes até então silenciadas produzissem sentidos e articulassem uma memória coletiva que escapava à normatividade hegemônica.

Para esta breve comunicação, trago três poemas, os quais coloco a partir daqui em análise: “Balatetta”, de Mário Faustino; “Poema para um modelo”, de José Renato Pimentel e “Os travestis do Hilton”, de Renata Pallotini. O poema de Faustino estava na edição 18 do *Lampião*, de 1979, sendo um soneto², o qual foi publicado no referido periódico em uma estrofe só, como pode se ver na Figura 1, acredito que isso ocorreu a fim de aproveitamento da página do jornal.

2 Poema de origem italiana, composto por 14 versos, geralmente decassílabos, distribuídos em dois quartetos (estrofes de quatro versos) e dois tercetos (estrofes de três versos).

Figura 1 – “Balatetta”, de Mário Faustino



Estava lá Aquiles, que abraçava
Enfim Heitor, secreto personagem
Do sonho que na tenda o torturava;
Estava lá Saul, tendo por pajem
Davi, que ao som da cítara cantava;
E estavam lá seteiros que pensavam
Sebastião e as chagas que o mataram.
Nesse jardim, quantos as mãos deixavam
Levar aos lábios que os atraíçoaram!
Era a cidade exata, aberta, clara:
Estava lá o arcanjo incendiado
Sentado aos pés de quem desafiara;
E estava lá um deus crucificado
Beijando uma vez mais o enforcado.

Fonte: *Lampião da Esquina*, setembro de 1979, ano 2, nº 18, p. 12

Este poema traz em seus versos figuras bíblicas e da mitologia grega, expondo, possivelmente, uma paradoxal compaixão entre personagens inimigas desses dois contextos. Para Bender (2008), o eu lírico ao recriar essas narrativas nesse texto poético, promove uma reconciliação entre gregos e troianos, a partir do abraço entre Aquiles e Heitor. Ainda nesse sentido de compaixão entre figuras inimigas, o eu-lírico aproxima Judas a Jesus Cristo: “E estava lá um deus crucificado/ Beijando uma vez mais o enforcado”; além disso a voz poética também consolida o perdão entre Davi e Saul, como também são postas em tela as chagas de São Sebastião, que pelos estudos de Marconi (2022, p. 244) seria um ícone gay e/ou queer em função de seu páthos homoerótico, porque é representado, geralmente, com as mãos desmunhecadas. Pelas observações de Bender (2008), esse resgate de símbo-

los míticos e religiosos dá relevo a um sentimento antagônico de solidão desse eu-lírico (e até do próprio Mario Faustino). É válido ressaltar ainda que todas as figuras/personagens colocadas no poema são masculinas, além de inimigas – inclusive o anjo “incendiado”, provavelmente, Lúcifer.

“Poema para um modelo”, de José Renato Pimentel, é o próximo o qual irei tecer comentários:

Poema para o modelo

Tenho-te em mim espada e túnel
modelo e forma
carne-cor

Vejo te em ti ave e peixe
espelho e sol
e os pelos do teu sexo

Guardar ainda
nossos braços entrelaçados
sobre esteira e renda
e ressurgimos do sonho
erectos, erectos (Pimentel, 1979, p. 14).

O “modelo” a que o título se refere pode ser tanto o corpo amado quanto a figura inspiradora da arte, o que amplia o campo semântico do texto. O texto em questão explora a fusão entre corpo, desejo e criação poética. Logo nos primeiros versos “Tenho-te em mim espada e túnel / modelo / forma / carne-cor”, tem-se um eu-lírico que expressa uma

intensa corporeidade e uma relação simbiótica com o outro, em que o corpo amado se torna matéria e inspiração artística. A linguagem é sensorial e ambígua, mesclando imagens de força (“espada”) e de profundidade (“túnel”), sugerindo tanto a relação sexual-fetivo-amorosa, quanto o processo criador.

As figuras de “ave” e “peixe”, na segunda estrofe, evocam a liberdade do ar e a fluidez da água, sugerindo um amor que transita entre opostos e elementos distintos da natureza. Os símbolos do “espelho” e do “sol” trazem a ideia de reflexo e luminosidade: o amado é tanto o reflexo do eu quanto a luz que o revela. O verso final, “e os pelos do teu sexo”, rompe a abstração e traz o erotismo à tona, ancorando o poema na materialidade do corpo. A justaposição entre o espiritual e o carnal cria uma tensão poética que une transcendência e desejo, mostrando que o amor e o erotismo se completam como formas de conhecimento e reconhecimento

Na terceira estrofe do poema, há uma evocação da memória e da continuidade do desejo, como podemos ver em: “Guardar ainda / nossos braços entrelaçados / sobre esteira e renda”. A união física se transforma em símbolo da persistência do afeto e da recriação constante do amor, que “ressurge do sonho / erectos erectos”. O verso final, com sua duplicação enfática, reafirma o vigor erótico e vital da experiência humana. Vê-se que o poema une erotismo e transcendência, fazendo do corpo e da lembrança do encontro carnal um espaço de permanência e renascimento poético.

Em “Os travestis do Hilton”, temos uma produção que traz uma voz poética empática e que se solidariza à vida da-

queles sujeitos que usam seu corpo como sobrevivência e instrumento de desejo, as travestis (Salgueiro, 2024):

Os travestis do Hilton

São os travestis do Hilton
são tão alegres rapazes
Ah, confessa! Alguma vez
Já correste de salto alto?
Podes rir, em ti não dói.
Sabes lá o que é ser dois?
Quem faz a barba de manhã
Joãozinho ou Vivian?
Quem vai ao enterro da mãe?
Podes rir, não te faz rugas
Quem é que empreende a fuga
guardando a dignidade?
De quem é a identidade,
quem apanha dos milicos
e quem paga o silicone?
Quem atende o telefone?
E quem tem os faniquitos
aquela esquizofrenia '
Quem se autodefiniria
antes que um outro o defina?
São tão bonitas meninas!
Sim podemos ser felizes
Ou: não façamos o gueto.
Queremos ser objeto?
Onde estão nossas raízes?

Que o cílio não se desfaça,
que o dente não apareça,
que a barba espessa não cresça!
Há mil porradas na praça,
há mil gringos de avidez.
Quem sou eu? Quem são vocês?
Somos travestis do Hilton,
tão alegres contumazes,
tão loucos e tão felizes
(ou quase)
(Pallotini, 1979, p. 08).

As travestis, no título do poema, são tratadas no masculino “Os travestis do Hilton”, mas como pontua Salgueiro (2024), no corpo do poema esse modo que na época era hegemônico, se configura com uma hesitação mais fluida, eu diria, porque a voz poética que observa essas travestis no início do poema as chama de “alegres rapazes” e mais à frente de “bonitas meninas”. Pallotini, uma mulher cis se solidariza com essas meninas que eram foco de operações de perseguição a travestis que sobreviviam às custas da prostituição em meio à ditadura. O Hotel Hilton era um hotel de luxo em que essas travestis atendiam (Ocanha, 2016) e essa voz poética observadora nos mostra, historicamente uma vivência concreta desses corpos dissidentes perseguida pela polícia. Além dessa demarcação histórica, o poema de Pallotini traz uma complexa reflexão sobre questões de identidade pessoas trans/travestis que são “tão loucos e tão felizes/ (ou quase)” – já naquele contexto atenta aos processos de disforia que esses

sujeitos passam.

A ideia de ser uma travesti do Hilton também aponta para a compreensão de ser uma garota de programa de luxo, tanto que nas perseguições policiais, o que era álibi para prisões a comprovação de renda (Ocanha, 2016), não eram, concebo, meninas quaisquer: tinham silicone, se relacionavam com gringos – ser uma travesti no hotel Hilton também dá uma ideia de exclusividade do “objeto” e de quem o usa. O eu-lírico desse poema faz alguns questionamentos reflexivos: 1) Já correste de salto alto?; 2) Sabes lá o que é ser dois? 3) Quem faz a barba de manhã / Joãozinho ou Vivian? 4) Onde estão nossas raízes? – como se para aquela sociedade a mulher transexual fosse um sujeito que se dividisse, quase um substantivo comum de dois, que era o olhar que a sociedade tinha naquele contexto.

Ainda a pensar nesses questionamentos, trago o verso “Quem é que empreende a fuga guardando dignidade?”, percebe-se que desde sempre a pessoa transexual entra em um processo de fuga (da família, do trabalho, do dia) para buscar meios de sobrevivência que não são tidos como dignos para a hegemonia social, que ignora as condições objetivas, materiais, de oportunidade e de espaço que essas meninas e mulheres têm.

Por meio das análises dos poemas aqui postos, percebo que a função do autor/autoria é uma especificidade a qual aponta para a existência social e também para o funcionamento de discursos que poucos são lidos/vistos/ouvidos em uma sociedade (Foucault, 1969).

Notas para discussão

O segmento “Literatura” do *Lampião da Esquina*, espaço constituído por sujeitos que produzem um tecido textual literário, mas que, em grande medida, não puderam ocupar plenamente esse lugar devido à vigência da ditadura. Tais autores tinham suas condições de enunciação cerceadas, visto que suas obras frequentemente não podiam circular livremente, sendo censuradas ou marginalizadas. Diante desse cenário, compreendo a seção “Literatura” como um lugar de paratopia, na medida em que, mesmo estando publicando, a garantia de que seus textos fossem lidos permanecia precária e condicionada pelas limitações impostas pelos anos de chumbo.

O desenvolvimento da pesquisa ainda em andamento tem me permitido refletir sobre a função do autor a partir da obra dos literatos e literatas do *Lampião*, não apenas no plano da análise textual, mas também considerando essas literaturas enquanto práticas de resistência que contribuem para a constituição da memória LGBTQIAPN+ brasileira.

A categoria “autor”, na seção “Literatura” do *Lampião da Esquina*, evidencia como as subjetividades LGBTQIAPN+ podem, atualmente, ser compreendidas como instrumentos de resgate e representação de uma memória nacional. O texto literário, nesse contexto, confere sentidos às ações coletivas e funda, na própria enunciação, enunciadores legitimados que contribuem para a construção e preservação dessa memória (Maingueneau, 2006; 2015).

Nesse sentido, o *Lampião da Esquina*, enquanto arqui-

vo, oferece registros de homossociabilidades de sujeitos que viviam uma dupla exclusão, pertencendo a essa sociedade apenas na medida em que se situavam fora dela, reafirmando a função do periódico como espaço de visibilidade e resistência de identidades marginalizadas.

Referências

AFONSO-ROCHA, Rick. *O perigo cor-de-rosa: Ensaios sobre a deimopolítica*. 1. ed. - Salvador, BA: Devires, 2021.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Edições (1978-1981). Disponível em: < https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal=-lampiao-da-esquina1978-1981-/?perpage=12&view_mode=cards&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2C-creation_date%2Ctitle%2Cdescription >. Acesso em 06 out de 2025.

Bender, Mires Batista *O homem e seu tempo na poesia de Mário Faustino*. Dissertação (Mestrado em Literaturas Brasileira, Portuguesa e Lusoafricanas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, BR-RS, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. In: Gênesis e Estrutura da Antropologia de Kant / A Ordem do Discurso; tradução: Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail e Laura Fraga de Almeida Sampaio - São Paulo: Folha de São Paulo, 2015 - Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento, v: 6), p. 81 -110.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Ed. Forense Universitária, 1969.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*; tradutor Adail Sobral. - São Paulo: Contexto, 2006.

MAINIGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*; tradutor Sírio Possenti. - São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCONI, D. A sobrevivência do santo que “desmunheca”: Montagem e identificação de um páthos queer na iconologia de São Sebastião. *Revista Eco-Pós*, 25(3), 240–265, 2022. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27908> Acesso em 21/11/2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

OCANHA, Rafael Freitas. *Travestis paulistanas na mira da Polícia Civil*: a prática da contravenção penal de vadiagem (1976-1977). a prática da Contravenção Penal de Vadiagem (1976-1977). Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1475255809_ARQUIVO_RafaelOcanha-TextoCompleto.pdf> Acesso em: 22/11/2024.

W. Salgueiro. Os travestis do Hilton, de Renata Pallottini. *Rascunho*, 2024. Disponível em: <<https://rascunho.com.br/colunistas/sob-a-pele-das-palavras/os-travestis-do-hilton-de-renata-pallottini/>>. Acesso em 06 out 2025.

Tecendo os fios da nação: A construção da identidade nacional inglesa na literatura de J. R. R. Tolkien

Roney Marcos Pavani¹

J. R. R. Tolkien (1892-1973), escritor mundialmente conhecido pela publicação dos *best-sellers* *O Hobbit* [1937] e *O Senhor dos Anéis* [1954-55], além de vários contos menores, é considerado um dos fundadores da ficção fantástica moderna. Isso se deve ao grau inigualável de detalhismo, minuciosidade e complexidade com o qual ele formulou o seu *Mundo Secundário*, a chamada *Terra-média*. Para preencher este universo ficcional, Tolkien se utilizou, em grande parte, de seu conhecimento enquanto filólogo e catedrático de anglo-saxão na Universidade de Oxford, e tomou como referência, especialmente, duas matrizes histórico-mitológico-literárias de criação (Day, 2004; Klautau, 2019): a germânica (ou nórdica) e a céltica. Por meio de textos medievais, a exemplo de *Beowulf* [séc. VIII], dos *Eddas* islandeses [séc. IX] e do poema *Sir Gawain and the Green Knight* [séc. XIV], ele se valeu delas para, ao longo de cerca de 60 anos de escrita, conceber

1 Professor licenciado do IFES – Nova Venécia. Mestre e doutorando em História pela UFES. Membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e Historiografia (LETHIS/UFES) e do Grupo de Estudos em História e Literatura (Gehislit/PUC-MG). E-mail: roney.pavani@gmail.com

personagens, enredos, paisagens, tramas e temas.

Neste trabalho, tento demonstrar como a escolha do escritor por esses dois conjuntos de culturas não se deu de maneira fortuita. Ao contrário, ela deve ser entendida e analisada dentro de um contexto histórico bem específico. Assentado sobre as premissas de Antônio Cândido (2006) e Antônio Celso Ferreira (2009), é sabido que um texto literário não pode ser considerado *por si mesmo*, sendo necessário, em suas próprias palavras, “fundir texto e contexto” (Cândido, 2006, p. 12). Os elementos externos à obra, embora não devam ser encarados como *causas*, em uma relação de determinação, não podem ser desprezados. Eles são constituintes da sua feitura. É por isso que o “historiador deve estar atento às diversas formas literárias e às *circunstâncias* em que se constituíram” (Ferreira, 2009, p. 73. Grifo próprio).

Nesse sentido, entre o momento do nascimento de Tolkien (1892) e os primeiros rudimentos de sua mitologia (1914-1915), o Império Britânico – enquanto uma “potência consolidada” (Bertonha, 2025), com territórios em todos os continentes e que exercia um poder hegemônico em boa parte do globo – passava por mudanças profundas de configuração. Emergindo do caos gerado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), essas mudanças envolviam, em primeiro lugar, desde problemas de governança nos territórios sob seu comando (Irlanda, Índia, Egito, África do Sul), até o próprio questionamento à ideia de império e a uma nova postura do governo de Londres com relação a ele. Segundo Bertonha,

[...] o Império Britânico foi o que mais avançou em termos de projetos para modificar o império a fim de que ele pudesse sobreviver. Reforçou-se a convicção de que a única alternativa para a sobrevivência do Império Britânico era transformá-lo em um “Estado-nação ampliado” (Bertonha, 2025, p. 137).

Por outro lado, as disputas contra antigos rivais (caso do Império Francês), a ascensão de novas potências a partir de finais do século XIX (em especial o Império Alemão, surgido em 1871), e as imigrações em massa de pessoas oriundas das colônias, protetorados e demais zonas de influência (indianos, chineses, caribenhos, sul-africanos, etc.) tanto para a capital quanto para os demais polos industriais da Inglaterra, a exemplo de intelectuais notáveis, como Joseph Conrad (1857-1924), Rudyard Kipling (1865-1936), Eric Hobsbawm (1917-2012), além do próprio Tolkien, provocaria acalorados debates acerca da identidade nacional inglesa. Em meio a obras literárias, periódicos e políticas oficiais de propaganda, buscava-se desvendar o que era ser inglês, bem como a sua verdadeira origem.

Dentro dessa perspectiva, a “visão hegemônica” (Williams, 1979), construída a partir da segunda metade do século XIX, entendia a *nação inglesa* como herdeira presumida de três conjuntos de povos: anglo-saxões, escandinavos e celtas. Nos trechos finais de seu obra-prima *The age of fable* [1855] (publicada no Brasil sob o título de *O livro de ouro da mitologia*), o escritor estadunidense Thomas Bulfinch (1796-1867) destaca a importância de se conhecer os mitos e len-

das escandinavos, mais até do que as histórias da mitologia greco-romana. Se estas, por um lado, constituiriam uma herança em termos gerais, que mostraria à chamada civilização europeia a sua origem, aquelas formariam um conteúdo de legados mais estrito, circunscrito ao *ethos* inglês:

[...] As histórias que atraíram até agora nossa atenção relacionam-se com a mitologia dos países meridionais. Há, contudo, outro ramo de antigas superstições que não pode ser ignorado (...), especialmente porque pertence a nações às quais está ligada nossa origem, através de nossos antepassados ingleses: é a mitologia dos povos nórdicos, chamados escandinavos (Bulfinch, 2006, p. 311. Grifos próprios).

Mais de meio século depois, o mitólogo inglês Charles Squire (1871-1945) também faria um diagnóstico semelhante:

[...] A mitologia é de necessidade tão vital à literatura que, despojados do repertório de lenda nativa para a Europa meridional, escritores imaginativos procuraram por um impulso novo (...). A inspiração era buscada não do Olimpo, mas de Asgard. Acreditava-se que a fonte da poesia primeva procedente do mito escandinavo e teutônico éramos nós mesmos, e que éramos seus herdeiros legítimos devido ao anglo-saxão em nosso sangue. E, portanto somos, de fato (Squire, 2003, p. 16. Grifos próprios).

De maneira a destacar a origem híbrida e dual dos ingleses, bem como buscar no passado uma explicação para características encontradas no presente, em uma verdadeira relação de causa e efeito, são ainda mais reveladoras as palavras do crítico vitoriano Matthew Arnold (1822-1888):

[...] Enquanto devemos ao anglo-saxão as qualidades mais práticas que construíram o Império Britânico, herdamos do lado celta aquela visão poética que fez da literatura inglesa a mais brilhante desde os gregos. (...) A mitologia celta tem muito pouco da pesada crueza repulsiva na história teutônica e escandinava. Ela é tão linda e graciosa como a grega; e, ao contrário da grega, que reflete um clima e um solo que poucos de nós algum dia veremos, ela é autenticamente nossa (Arnold apud Squire, 2003, p. 16. Grifos próprios).

Ao nos determos na primeira parte da citação, é curioso como a declaração de Arnold e o vínculo que ele estabelece entre os ingleses e seus supostos ancestrais se dão de maneira inversa. Não é somente o passado (anglo-saxões e celtas) que explica o presente (ingleses), mas o presente (o Império Britânico em todo o seu poder, bem como o propalado brilhantismo da literatura inglesa), que necessita de uma justificativa (mítica) construída no passado. Ambas realidades, portanto, não são frutos do acaso.

Marcel Detienne (2013, p. 10) percebeu as consequências desse pensamento e, por isso, definiu *nacionalidade* não como algo racional, lógico, mas sim como um anseio, um desejo de se sentir “inseparável de uma cultura, de uma história, de uma missão ou destino”. Assim, tal qual o fruto nascido da árvore, e que um dia foi semente, essa perspectiva faz com que tanto a expansão imperialista quanto a qualidade da literatura inglesa pareçam inevitáveis, teleológicas e, até mesmo, naturais. A propaganda imperialista, que justificava a dominação britânica por meio de uma *missão civilizadora*, um *fardo do homem branco* ou ainda, que retratava o Reino Unido em uma relação de *pai para filho* para com seus

Domínios (e não de pura e simples subordinação colonial) é inseparável da ideia de nacionalidade.

Mais do que isso, tem-se a impressão de que enxergar a própria nação como sucessora de celtas e nórdicos é um empreendimento antigo e imemorial, *que sempre foi assim*, o que é historicamente falso. De fato, trata-se de um fenômeno muito recente, uma vez que o nacionalismo moderno também é relativamente recente, tendo algo em torno de 200 anos. Essas construções, verdadeiras “tradições inventadas” (Hobsbawm & Ranger, 2022), para usar uma expressão já consagrada na historiografia, não são, evidentemente, uma análise científica sobre o passado (embora, com certa frequência, tenham tido essa pretensão). O passado o qual aqueles intelectuais almejavam alcançar era uma convenção, uma conveniência que justificava projetos políticos. Tome-se, por exemplo, a figura do druida celta: até meados do século XIX, ele era retratado como um mistificador, um charlatão, responsável por espalhar a ignorância em sua comunidade; conforme a nacionalidade inglesa foi sendo tecida, esse personagem passou a ser visto como um sábio, um guardião dos costumes ancestrais e guia confiável de seu povo. Em uma perspectiva ainda mais ampla, os povos celtas da Bretanha como um todo, passaram da condição de bárbaros e raivosos, para a de sensíveis, espiritualizados e amantes da natureza.

Portanto, afirmar que a Inglaterra é céltica ou é anglo-saxônica, ou uma mistura perfeita de ambas as raízes, diz mais sobre a Inglaterra mesma (e sobre seus idealizadores) do

que sobre essas civilizações. Em que pese todos os esforços dispendidos por eruditos no uso de manuscritos e traduções antigas, ainda assim, tratam-se de escolhas, de seleções feitas sob medida.

Em seus primeiros escritos, datados entre 1917 e 1930, e que comporiam em suas próprias palavras *O Livro dos Contos Perdidos*², J. R. R. Tolkien replicou esse desejo de compreender as origens nação inglesa por meio da literatura de fantasia. Sua meta era confeccionar toda uma mitologia e dedicá-la ao seu país:

[...] Desde cedo, eu era afligido pela pobreza de meu próprio amado país: ele não possuía histórias próprias (relacionadas à sua língua e solo), não da qualidade que eu buscava e encontrei (como um ingrediente) nas lendas de outras terras. (...). Certa vez (...), eu tinha em mente criar um corpo de lendas (...), que abrangesse o amplo e o cosmogônico até o nível do conto de fadas romântico (...) que eu poderia dedicar simplesmente à Inglaterra. Deveria possuir o tom e a qualidade que eu desejava, um tanto sereno e claro, com a fragrância de nosso "ar" (o clima e solo do noroeste, tendo em vista a Grã-Bretanha e as partes de cá da Europa: não a Itália ou o Egeu, muito meno o Oriente) (*Carta para Milton Waldman* (1951). In: Tolkien, 2006, p. 141).

Em vista disso, era preciso inserir o tempo de suas narrativas na linha cronológica universal. Mais especificamente,

2 As histórias escritas por Tolkien para *O Livro dos Contos Perdidos* foram publicadas, em sua quase totalidade, somente após a sua morte (1973). Elas podem ser encontradas de forma compilada em *O Silmarillion* [1977], nos *Contos Inacabados de Númenor* e da *Terra-média* [1980], e nos doze volumes que compõem a *História da Terra-média* [1983-1994]. Neste século, três dos contos mais elaborados ganharam publicações próprias: *Os Filhos de Húrin* [2007], *Beren & Lúthien* [2017] e *A Queda de Gondolin* [2018].

e seguindo em essência os passos do movimento romântico, recorrendo ao Medievo:

[...] Era central para *O Livro dos Contos Perdidos* a história de um marinheiro inglês do período “anglo-saxão” [séculos V-X] chamado Eriol, ou Ælfwine, que, navegando muito longe rumo ao Oeste pelo oceano, chegou por fim a Tol Eressëa, a Ilha Solitária, onde viviam os Elfos que haviam partido das “Grandes Terras”, mais tarde “Terra-média” (...). Durante sua estada em Tol Eressëa ele aprendeu com eles a verdadeira e antiga história da Criação, dos Deuses, dos Elfos e da Inglaterra (Tolkien, 2018, p. 28).

O projeto tolkieniano, longe de ser marginal (muito embora o gênero da fantasia assim o fosse), encontrava-se em plena sintonia com as convenções literárias e acadêmicas do período e seu interesse por mitologias do Noroeste da Europa. Entendia-se na maior parte desses círculos, que o mito e a língua de uma nação (*folk*) eram aspectos fundamentais, definitórios. Isso explica o trabalho de nomes como os Irmãos Iacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859) (Alemanha), Nikolai e Sven Gruntuig (Dinamarca), Elias Lönnrot (1802-1884) (Finlândia).

No caso inglês, como já se afirmou, os mitos do *anglo-saxonismo* e do *celtismo* estava em voga. É quando Tolkien, começou a escrever. E sua meta era fazer como aqueles de-mais folcloristas europeus. Seus poemas *A Song of Aryador* [1915] – uma ode aos pais fundadores da Antiga Mércia (um dos sete reinos saxões na Inglaterra medieval), e *The Lonely Isle* [1916] – uma carta de despedida à sua terra natal antes de partir para a frente de batalha na França, são paradigmá-

ticos. O *Livro dos Contos Perdidos*, redigido anos depois em meio aos destroços da Primeira Guerra, almejava retratar esse passado imaculado, anglo-saxão, dos autênticos ingleses, antes das invasões normandas de finais do século XI (o que, na visão de Tolkien, havia algo de francês), e muito menos dos cenários homogêneos e cosmopolitas do mundo moderno.

Décadas mais tarde, no momento em que finalmente concluirá e publicara suas duas obras mais conhecidas, Tolkien havia abandonado esse certo ufanismo nacionalista e se propunha a outras tarefas. Se antes seu modo era mitológico, narrando explicitamente as origens do cosmos e da Inglaterra, agora passava ao romance e ao cotidiano. Se, até então, seus protagonistas eram os solenes *elfos* e as deidades conhecidas como *Valar*, agora o foco se voltava para os pacatos e ordinários *hobbits*. Daqui para a frente, serão eles os heróis a modificarem os destinos do mundo. No entanto, e é isso que quero destacar, alguns materiais para a composição desses personagens permaneceram ligados a antigas marcas identitárias.

Em primeiro lugar, ao se analisar o personagem Bilbo Bolseiro (protagonista em *O Hobbit* e personagem constantemente citado em *O Senhor dos Anéis*), vê-se que se trata de “um indivíduo de meia-idade, nada aventureiro, que veste roupas sensatas, gosta de cores vivas e comida simples” (Carpenter, 2018, p. 114). Da mesma forma, sua residência lembra o lar de um indivíduo da classe alta vitoriana (1837-1901): paredes com painéis e assoalhos azulejados e acarpetados, com cadeiras enceradas [...], quartos, banheiros, ade-

gas, despensas (muitas dessas), armários (ele tinha cômodos inteiros dedicados a roupas), cozinhas, salas de jantar (Tolkien, 2021, p. 45). Por fim, como apontado por Shippey (2002, p. 5), Bilbo Bolseiro está rodeado de utensílios (cachimbo, fósforos, relógio, lenço de bolso) e maneirismos (fuma tabaco, come bacon com ovos, lê as cartas trazidas pelo correio, faz barulho “como um apito de trem”, convida pessoas para o chá, conhece códigos de polidez) próprios da sociedade inglesa do século XIX. Nada distante pois, de uma pessoa moderna, inglesa.

Para além dessas correspondências relativamente óbvias, os hobbits de Tolkien possuem uma característica fundamental, muito bem trabalhada por Rateliff (2011) e Olsen (2012): sua *ambivalência*. São caseiros e provincianos por um lado, curiosos e destemidos por outro. Gostam do conforto e da tranquilidade, mas também têm apreço pela leitura e por aventuras, quando elas se apresentam. Em *O Hobbit*, Bilbo Bolseiro deixa seu lar ao ser arrebatado pelo visita do mago Gandalf e de mais treze anões que tem a missão de reaver um tesouro perdido. Em *O Senhor dos Anéis*, Frodo, Samwise, Merriadoc e Peregrin desempenham, cada qual à sua maneira, um papel fundamental na guerra contra Sauron, o Senhor da Escuridão. Esse papel, por vezes, complementa, ou mesmo, suplanta o de figuras de destaque, como Legolas, Gimli e Aragorn. No mais, a diligência e a bravura apresentadas por eles não se manifestam de modo brutal, mas estão sempre plasmadas com docura, gentileza e sensibilidade.

De fato, a ambivalência desses personagens – os

protagonistas das histórias – repousa na crença de seu criador de que os *ingleses* assim o sejam. Trata-se, com vários anos de distância, de uma estrutura de personalidade que obedece aos mesmos padrões presentes na formação da identidade nacional inglesa, isto é, a de herdeiros de germânicos (ferozes e implacáveis) e celtas (delicados e emotivos). São as duas matrizes culturais agindo em perfeita harmonia em um único personagem – *Bilbo*, e, tempos mais tarde, em uma única *raça* – os hobbits. Aliás, um exemplo dessa junção foi desenvolvido imediatamente após a Primeira Guerra (Garth, 2022): o inglês típico é um indivíduo isolado em sua ilha, que não guarda muito interesse pelos assuntos do continente, mas, quando a necessidade se apresenta, sabe responder ao chamado para enfrentar os problemas do mundo. Assim como no caso de Matthew Arnold, está-se buscando em um passado idealizado as origens e as raízes (no caso, étnicas) de um comportamento presente.

Em outras palavras, nenhuma dessas ideias foi inventada por Tolkien. Ele se apropriou de estereótipos já existentes, uns mais próximos a ele, outros mais remotos, quase de modo automático. Por isso, a criação dos hobbits, em que pese todo o encanto produzido pelos fãs, não foi assim tão fortuita, fruto de um lampejo ou *estalo*, um momento mágico de inspiração. Ainda que inconscientemente, e ainda que tenha dito: “Sobre uma folha em branco rabisquei ‘Numa toca no chão vivia um hobbit’. Eu não sabia e não sei por quê” (Carpenter, 2018, p. 241), Tolkien estava embebido de certos entendimentos e de certas categorias: literárias, históricas, e, sobretudo, *identitárias*.

Uma dessas categorias nos é apresentada por Eric Hobsbawm, ao discutir as transformações ocorridas no interior do nacionalismo europeu, sobretudo a partir da década de 1870:

[...] No século XIX, os ingleses foram bastante excepcionais em exagerar suas origens híbridas (bretões, anglo-saxões, escandinavos, normandos, escoceses, irlandeses etc.) e orgulhar-se da mistura filológica de sua língua (Hobsbawm, 2023, p. 151).

O hibridismo citado pelo autor, e do qual Tolkien se utilizou para conceber a sua Terra-média, igualmente se manifesta em termos de: a) cenário: montanhas de fogo e gelo (nórdicas), por um lado; florestas e cursos d'água (célticos), por outro; b) temas narrativos: violência e tragédia (nórdicas), por um lado; encanto e crepúsculo (célticos), por outro; c) populações: anões e humanos (nórdicos), por um lado; elfos e ents (célticos), por outro (os hobbits, como citado, é uma mistura de ambos); d) personagens: as inspirações podem ser encontradas tanto em nomes como *Beowulf*, *Sigurd* e *Odin* (nórdicos), quanto *Cú Chulainn*, *Morgana* e *Merlin* (célticos). O célebre Gandalf, segundo David Day (2004), é, por exemplo, um misto entre a antiga divindade nórdica e o sábio mago do círculo arturiano.

Percebe-se, por conseguinte, que J. R. R. Tolkien seguiu por esse caminho ao longo de toda a sua carreira, e ratificou a ideia hegemônica de que celtas e anglo-saxões, os pais fundadores do seu país, estiveram em plena consôncia. Ele abraçou, mesmo que sutilmente, a certeza de que

essas civilizações misturaram seu sangue, suas línguas e suas narrativas. O resultado dessa mescla não poderia ser outro que não o melhor possível, porque os ingleses, seus herdeiros, são a melhor nação possível, dentro dessa lógica.

Essa marca identitária ganha um toque ainda mais claro a partir do contraste que o autor estabelece entre os protagonistas de suas histórias e aqueles aos quais eles se opõem durante o desenrolar das tramas. Em outras palavras, para conceber os antagonistas, as hostes que marcham ao lado do Inimigo, Tolkien localizou-os em regiões equivalentes ao norte da África (os “morenos” ou “tisnados”³) e a Ásia (os “orientais” ou “lestenses”), e, em uma perspectiva marcadamente eurocêntrica e orientalista, típica da literatura aventuresca encontrada tanto em autores de finais do XIX, como Bram Stoker (1847-1912), Joseph Conrad, Arthur Conan Doyle (1859-1930) e Rudyard Kipling, quanto das primeiras décadas do XX, como Edgar Rice Burroughs (1875-1950), Hal Foster (1892-1982), Prosper Remi, o Hergé (1907-1983) e Lee Falk (1911-1999). Seja no caso de Tolkien, seja nos demais autores citados, tratou-se sempre de rotular os africanos (ou o seu equivalente na Terra-média) como ingênuos, supersticiosos e propensos à submissão; já os asiáticos (bem como sua contraparte no mesmo universo) são, via de regra, perversos, crueis e traiçoeiros. Que Tolkien tenha armado seus exércitos de grotescos orcs especificamente com *cimitarras* (Tolkien, 2021), e que eles sejam descritos como “de olhos puxados”

3 “Swarthy Men” e “Swertings”, no original. Termos que, no inglês do início do século passado, identificavam indivíduos cuja cor da pele é levemente escura, ou negra.

(Tolkien, 2019) – dois estereótipos comuns para o indivíduo oriental – diz muito a esse respeito.

Percebe-se, então, como a literatura tolkieniana foi, em maior ou menor grau, atravessada por convenções preponderantes de sua época, as quais ele nunca se preocupou em avaliar. Essas convenções, por sua vez, estavam atreladas a elementos que serviam à construção da nacionalidade inglesa, tanto da perspectiva da identidade – os ingleses são herdeiros perfeitos de celtas e anglo-saxões –, quanto da diferença – asiáticos e africanos são repulsivos e devem ser mantidos à distância, ou sob vigilância. Ao olhos do leitor comum, mais do que um fruto desses preconceitos, a obra de Tolkien pode servir como uma chancela aos mesmos.

Quer dizer, se, por um lado, Tolkien pessoalmente em suas cartas (Tolkien, 2006) se colocava como adversário do Império Britânico e, por conseguinte, de suas políticas nacionalistas, por outro lado, galvanizava de modo sutil essas mesmas políticas por meio de seus textos ficcionais. Se, por um lado, defendia a tolerância entre os povos, por outro lado, não deixava de preencher o seu *Mundo Secundário* com convenções e lugares comuns que punham a Inglaterra no centro de tudo. Se, por um lado, seus objetivos como escritor claramente deixaram de ser o ufanismo patriótico, por outro lado, esse passado continuou a persegui-lo.

Mesmo detentor de uma genialidade criativa ímpar, Tolkien se deixou seduzir pelos próprios mitos de origem que cultivava. Uma das implicações dessa sedução era aceitar, entre outras coisas, que em uma Inglaterra cada vez mais urba-

na e diversa, não haveria espaço para lembrar – ao menos, literariamente falando – de elementos alienígenas. Se o havia, tais elementos deveriam ser integrados em uma cultura central, superior, da qual ele mesmo se via como artífice e representante.

Referências

BERTONHA, João Fábio. *Imperialismo*. São Paulo: Contexto, 2025.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução de David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARPENTER, Humphrey. *J. R. R. Tolkien: uma biografia*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.

DAY, David. *O mundo de Tolkien: Fontes Mitológicas de O Senhor dos Anéis*. São Paulo: Arxovem, 2004.

DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FERREIRA, Antônio Celso. *A fonte fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GARTH, J. *Tolkien e a Grande Guerra: o limiar da Terra-média*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2022.

HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

2023.

KLAUTAU, Diego Genu. Tolkien e suas referências. In: KLAUTAU, Diego Genu; CUNHA, Maria Zilda da. *A subcriação de mundos: estudos sobre a literatura de Tolkien*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

OLSEN, Corey. *Explorando o universo do Hobbit: todos os significados da história de Bilbo, Elfos e a terra média*. São Paulo: Lafonte, 2012.

RATELIFF, John D. *The History of the Hobbit*. London: Harper Collins, 2011.

SHIPPEY, Tom. *J. R. R. Tolkien: Author of the Century*. Boston; New York: Houghton Mifflin Company, 2002.

SQUIRE, Charles. *Mitos e lendas celtas: Rei Artur, deuses britânicos, deuses gaélicos e toda a tradição dos druidas*. Tradução de Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Record; Nova Era, 2003.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *As cartas de J. R. R. Tolkien*. Tradução de Gabriel Oliva Brum. Curitiba: Arte e Letra Editora, 2006.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *As Duas Torres: Segunda Parte de O Senhor dos Anéis*. Tradução de Ronald Kyrmse. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *Beren e Lúthien*. Tradução de Ronald Kyrmse. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. *O Hobbit anotado*. Tradução de Reinaldo José Lopes. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Entre o documento e a denúncia: Jorge Amado e a escrita da marginalidade em Capitães da Areia

Viviane Guerrini¹

INTRODUÇÃO

A literatura, enquanto prática social e histórica, constitui-se em um espaço privilegiado de elaboração simbólica das experiências humanas, atuando como mediadora entre memória, cultura e identidade coletiva. Ao representar sujeitos e grupos historicamente silenciados, o texto literário adquire também uma dimensão política, participando da construção de narrativas alternativas sobre o passado. Nesse contexto, o romance *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, publicado em 1937, apresenta-se como um objeto de análise fecundo para pensar as relações entre literatura e resistência, sobretudo por abordar as condições de vida das crianças e adolescentes marginalizados nas cidades brasileiras do início do século XX. Escrita em um período de intensificação do controle político e cultural, o Estado Novo (1937-1945), a obra sofreu censura imediata, com exemplares apreendidos e queimados em pra-

¹ Bolsista CAPES, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social e Política da Universidade Federal do Espírito Santo, viviane.guerrini@edu.ufes.br

ça pública, o que reforça seu caráter contestatório diante das estruturas de poder e de suas tentativas de silenciamento. Tal episódio de censura e destruição de exemplares evidencia não apenas o alcance simbólico da obra, mas também o temor que ela despertava nas autoridades do período, constituindo um dos casos mais emblemáticos da repressão cultural durante o Estado Novo:

Incinerados vários livros considerados propagandas do Credo Vermelho: Aos 19 dias do mês de Novembro de ano de 1937, em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, nesta cidade de Salvador e em presença dos senhores membros da comissão de busca e apreensões de livros, nomeada por ofício número seis, da então Comissão Executora do Estado de Guerra, composta dos senhores [...], foram incinerados por determinação verbal do sr. [...], comandante da Sexta Região Militar, os livros apreendidos e julgados como simpatizantes do credo comunista, a saber: 808 exemplares de Capitães da Areia, [...]" (Reportagem publicada no Estado da Bahia, página 3, em 17 de dezembro de 1937.)

O registro oficial da queima de exemplares de Capitães da Areia, reproduzido acima, foi posteriormente incorporado em algumas edições do romance como documento histórico e testemunho da violência institucional dirigida à produção intelectual brasileira. A inclusão desse fragmento não tem apenas valor informativo: ela reforça o caráter de resistência da obra e denuncia as tentativas de silenciar discursos considerados subversivos pelo regime varguista. O livro foi censurado por abordar temas que contrariavam a moral e a ordem social vigentes, entre eles, a denúncia da miséria infantil, a crítica às instituições religiosas e policiais e a representação

humanizada de sujeitos marginalizados. Ao retratar crianças abandonadas que sobrevivem à margem da lei e ao associar sua condição à desigualdade estrutural, Jorge Amado produziu uma narrativa que o Estado interpretou como ameaça à estabilidade ideológica e moral do país. Assim, o gesto de incluir o documento de censura nas edições posteriores transforma a própria materialidade do livro em espaço de memória e contestação, onde a literatura afirma seu poder de resistir e relembrar aquilo que o poder tentou apagar.

O presente estudo tem por objetivo discutir o romance *Capitães da Areia* como uma forma de resistência literária e como um instrumento de produção de memória social, especialmente no que concerne à representação de sujeitos marginalizados e à denúncia das desigualdades estruturais. Pretende-se, portanto, compreender de que maneira Jorge Amado mobiliza a linguagem literária para dar visibilidade e agência aos “meninos de rua”, sujeitos historicamente apagados do discurso oficial. Para tanto, parte-se de uma abordagem interdisciplinar que articula história cultural, teoria literária e estudos da memória, de modo a examinar o romance não apenas como documento de época, mas como artefato cultural que intervémativamente nos modos de lembrar, narrar e interpretar o social. Essa perspectiva permite compreender a literatura como campo de disputa simbólica, no qual se confrontam representações hegemônicas e contra-narrativas produzidas a partir da experiência da exclusão.

O objeto central da análise é, portanto, a construção literária da infância pobre e da vida urbana na Salvador do

início do século XX, observando como Jorge Amado estrutura uma narrativa que, ao mesmo tempo em que denuncia as violências institucionais e as desigualdades sociais, valoriza formas alternativas de sociabilidade e solidariedade entre os personagens. Ao deslocar o olhar do centro para a periferia, o autor inaugura uma perspectiva ética e estética que rompe com o determinismo moral vigente e questiona o papel das instituições (a Igreja, polícia, justiça e imprensa) na perpetuação do abandono infantil. Tal movimento inscreve-se em uma tradição literária que concebe a arte como expressão das lutas sociais, em diálogo com a realidade histórica, mas também como instância autônoma de elaboração simbólica e crítica. Desse modo, o romance não se limita a representar o real, mas o reconfigura literariamente, produzindo novos sentidos sobre a marginalidade, a infância e a cidade.

Metodologicamente, este trabalho fundamenta-se nos aportes teóricos de Roger Chartier e Antonio Cândido, cujas reflexões sobre a relação entre literatura, memória e representação orientam a leitura do texto amadiano. De Chartier, retoma-se a noção de que os textos são práticas culturais situadas, cujos sentidos dependem dos modos de circulação e apropriação e de Cândido, a concepção da literatura como sistema social de mediação entre autor, obra e público. A análise do percurso editorial e político de *Capitões da Areia*, desde sua repressão inicial até sua consagração no cânone literário brasileiro, constitui parte essencial da reflexão, na medida em que revela as mediações históricas que moldam o destino e a recepção das obras. Assim, comprehende-se que a literatura, ao ser censurada, difundida ou reinterpretada, par-

ticipa ativamente das disputas de memória e das formas de construção do passado.

Os resultados obtidos a partir da análise indicam que *Capitães da Areia* ultrapassa a condição de simples denúncia social, configurando-se como uma forma literária de resistência e preservação da memória coletiva. O romance elabora, de modo poético e político, uma contra-história dos marginalizados, tornando visível a experiência dos “meninos da rua” e inscrevendo-a no imaginário nacional. Ao fazê-lo, Jorge Amado contribui para ampliar os limites do que é considerado digno de memória e de representação, questionando a hierarquia entre o oficial e o popular, o histórico e o ficcional. Desse modo, a obra reafirma o poder da literatura como campo de produção de sentido histórico, capaz de iluminar dimensões da realidade que escapam aos documentos oficiais e de inspirar novas leituras sobre o Brasil e suas contradições. A investigação, portanto, reforça a relevância da literatura como instrumento crítico e memorialístico, apto a problematizar as relações entre arte, história e sociedade.

O ROMANCE E SEU TEMPO: LITERATURA SOB O ESTADO NOVO

A década de 1930 marcou uma profunda reconfiguração do cenário político, social e cultural brasileiro. O golpe de 1937, que instituiu o Estado Novo sob a liderança de Getúlio Vargas, consolidou um regime de caráter autoritário, nacionalista e centralizador, sustentado pelo discurso da ordem, da moral e do progresso. Nesse contexto, o controle sobre

os meios de comunicação, a imprensa e as manifestações artísticas tornou-se instrumento fundamental de legitimação do poder, com o objetivo de construir uma identidade nacional homogênea e eliminar vozes dissonantes. A literatura, entendida como forma de expressão crítica e como espaço de debate público, passou a ser vista com desconfiança pelas instâncias oficiais. A partir da censura prévia, da vigilância policial e da repressão a editoras e escritores, o Estado procurava moldar a produção cultural de acordo com seus valores ideológicos. Assim, o ambiente intelectual da época foi permeado por tensões entre criação e coerção, liberdade e vigilância, arte e propaganda.

As políticas culturais do Estado Novo visavam centralizar a produção simbólica em torno do projeto de construção da “Nação moderna”, mas essa centralização implicava também a imposição de uma visão única de Brasil, moralmente disciplinada, politicamente controlada e socialmente hierarquizada. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, tornou-se o principal órgão de controle e difusão cultural, responsável por promover obras que exaltassem o civismo e o nacionalismo, ao mesmo tempo em que reprimia manifestações consideradas subversivas ou contrárias ao regime. A censura não se limitava à esfera política: temas ligados à sexualidade, à crítica social e à desigualdade também eram considerados ameaças à ordem pública. Nesse ambiente de repressão intelectual, a produção literária assumia um duplo papel: o de representação estética da realidade e o de resistência simbólica frente às imposições do poder. É nesse contexto que emerge a obra de Jorge Amado, cuja escrita se

caracteriza por um engajamento explícito com as questões sociais e pela denúncia das injustiças que atravessavam o cotidiano dos marginalizados.

A trajetória de Jorge Amado está profundamente imbricada nas transformações políticas e culturais de seu tempo. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde jovem, o autor via a literatura como instrumento de conscientização e transformação social. Sua produção, desde *Cacau* (1933) e *Suor* (1934), revela uma perspectiva crítica das relações de trabalho, da exploração econômica e das desigualdades regionais, temas que se intensificam em *Capitães da Areia* (1937). A postura política do escritor, somada à sua vinculação com o comunismo, o colocou sob constante vigilância das autoridades e o transformou em alvo de perseguições. Durante o Estado Novo, Amado foi preso, teve obras apreendidas e enfrentou censura sistemática, o que evidencia a incompatibilidade entre o projeto literário do autor e o projeto político do regime. Sua obra, ao dar voz aos oprimidos e ao retratar as contradições da sociedade brasileira, desafiava a retórica oficial que buscava representar o país como uma nação unida, ordeira e harmoniosa.

O romance *Capitães da Areia*, publicado às vésperas da consolidação do Estado Novo, constitui-se como produto e testemunho das tensões entre arte e poder. A narrativa, centrada na vida de crianças abandonadas que habitam as ruas de Salvador, expõe a face mais obscura da modernização urbana e do discurso desenvolvimentista propagado pelo governo. Ao retratar a infância marginalizada, a violência poli-

cial, a hipocrisia das instituições religiosas e a indiferença das elites, Jorge Amado rompe com o ideal de infância inocente e disciplinada que o regime buscava propagar. O grupo dos meninos de rua, liderado por Pedro Bala, representa não apenas a resistência à exclusão social, mas também a possibilidade de solidariedade e organização coletiva em meio ao abandono. Dessa forma, o romance articula uma crítica contundente à estrutura de poder vigente, ao mesmo tempo em que constrói um retrato humanizado dos “indesejáveis”, tornando visível aquilo que o Estado preferia manter invisível.

O episódio da queima dos exemplares de *Capitães da Areia*, ocorrida em Salvador em novembro de 1937, tornou-se símbolo da repressão cultural instaurada pelo regime e da força subversiva da literatura. Sob a justificativa de combater o chamado “Credo Vermelho”, as autoridades apreenderam e incineraram mais de oitocentos exemplares do livro, classificando-o como propaganda comunista. O gesto, além de expressar o medo das ideias contidas na obra, evidencia a dimensão política que a arte pode assumir quando confronta estruturas de poder e denuncia suas violências. Décadas mais tarde, a reprodução desse registro oficial nas edições posteriores do romance transformou-se em um ato de memória e resistência, reafirmando a capacidade da literatura de sobreviver ao esquecimento imposto pela censura. Assim, *Capitães da Areia* permanece como testemunho histórico das contradições do Estado Novo e como expressão da permanência da palavra literária frente à tentativa de silenciamento.

A INFÂNCIA MARGINALIZADA E A CIDADE: ESPAÇOS DE EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

A representação da infância abandonada em *Capitães da Areia* constitui um testemunho contundente da desigualdade social brasileira durante a década de 1930. Publicado no mesmo ano de instauração do Estado Novo, o romance de Jorge Amado rompe com a idealização da infância difundida pelo discurso oficial e expõe o cotidiano de meninos pobres e sem família que sobrevivem nas ruas de Salvador. A obra revela o abismo entre o projeto de modernização do país e a persistência de formas de exclusão e miséria urbana. À luz da história cultural, é possível compreender o texto literário como um artefato que dá forma à experiência social. Nesse sentido, Roger Chartier (1990, p. 17) lembra que “as representações do mundo social [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Assim, a representação da infância marginalizada em *Capitães da Areia* não se limita a refletir o real, mas atua como prática cultural que intervém na construção simbólica do mundo social, tornando o romance um verdadeiro documento histórico.

Cada personagem do grupo dos capitães da areia (Pedro Bala, Professor, Gato, Sem-Pernas, Volta Seca) materializa uma faceta da infância despossuída, marcada pela fome, pela violência e pela solidariedade. Longe de idealizá-los, Amado humaniza esses sujeitos, devolvendo-lhes voz e agência em uma sociedade que os tratava como delinquentes. Essa dimensão ética e estética da obra pode ser compreendida à luz da reflexão de Antonio Cândido, para quem a literatura

organiza simbolicamente a experiência, dá forma e sentido àquilo que de outro modo permaneceria disperso, e restitui ao homem a consciência de sua dignidade. Ao narrar a infância marginalizada, o autor transforma o sofrimento coletivo em experiência comunicável, cumprindo a função social da literatura, entendida por Cândido como a capacidade de tornar comunicáveis as experiências individuais e criar uma comunidade de sentimentos entre os homens. Dessa forma, o texto amadiano não apenas denuncia a exclusão, mas também possibilita o reconhecimento humano daqueles que foram relegados à invisibilidade.

A cidade de Salvador, descrita em detalhes por Amado, emerge como personagem fundamental, espelhando as contradições da modernização urbana. As zonas portuárias, os becos e as ladeiras revelam o contraste entre o luxo e a miséria, entre o centro e a periferia. Segundo Chartier (1990), as práticas discursivas não refletem o mundo social, mas contribuem para construí-lo, o que permite compreender a Salvador de *Capitães da Areia* não como cenário, mas como construção simbólica que revela a estrutura social excluente do período. A literatura, portanto, participa do mesmo movimento histórico que tenta representar, pois os textos são sempre produzidos em determinadas circunstâncias, segundo as convenções e as expectativas de um gênero, e em função de um público. Assim, o romance deve ser lido como resultado de práticas sociais situadas, produto de um contexto político repressivo e, simultaneamente, ato de resistência contra ele.

Nesse panorama, *Capitães da Areia* constitui um espa-

ço de memória das infâncias esquecidas pela história oficial. Ao fazer emergir as vozes dos meninos de rua, Jorge Amado realiza o que Cândido descreve como “comunicação expressiva”, própria da arte, pois “obra literária age sobre o meio e a síntese resultante dessa relação age novamente sobre o meio. Essa interação dinâmica entre texto e realidade confere ao romance um valor documental: ele registra não apenas o que existiu, mas o que foi sentido, imaginado e desejado pelos sujeitos da exclusão. A literatura, nesse sentido, preserva aquilo que escapa à documentação oficial e permite compreender as dimensões afetivas e simbólicas da vida social, tornando-se um arquivo sensível da experiência humana.

Por fim, o caráter histórico de *Capitães da Areia* não deriva apenas de seu conteúdo temático, mas de sua própria forma literária, que transforma o cotidiano marginalizado em narrativa épica de resistência. Chartier observa que compreender as representações supõe apreender o modo como elas constroem o próprio mundo social, e não apenas como o refletem, perspectiva que ilumina o modo como Amado faz da ficção uma forma de conhecimento histórico. De maneira semelhante, Cândido ressalta que a produção literária deve ser entendida em referência à posição social do escritor e à formação do público, o que insere o romance no campo das disputas ideológicas de seu tempo. Assim, *Capitães da Areia* se afirma como obra que articula literatura, memória e história: um testemunho da infância marginalizada e, simultaneamente, um ato de resistência simbólica contra a exclusão e o esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de *Capitães da Areia* à luz da história cultural e da teoria literária permite compreender a literatura não apenas como espelho da realidade, mas como prática social produtora de sentidos e memórias. Ao representar a infância marginalizada, Jorge Amado dá forma narrativa a uma experiência histórica coletiva, convertendo a exclusão em matéria simbólica e, portanto, em documento de sua época. Seguindo a reflexão de Chartier, as representações literárias não são neutras, mas produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma eficácia e um poder. A obra amadiana, nesse sentido, age sobre o mundo, contribuindo para reconfigurar as percepções sociais sobre pobreza, infância e justiça. A literatura deixa, assim, de ser mero registro e assume o papel de instância de produção histórica, uma vez que cria e legitima novos modos de ver o social.

O romance de Amado revela a potência da narrativa como forma de resistência e como instrumento de memória. Em um contexto marcado pela censura do Estado Novo, a escrita literária emerge como ato de liberdade simbólica, capaz de desafiar os discursos oficiais e denunciar a violência institucional. Antonio Cândido afirma que a função social da literatura consiste em tornar comunicáveis as experiências individuais e criar uma comunidade de sentimentos entre os homens. Essa função é plenamente realizada em *Capitães da Areia*, onde a experiência dos meninos de rua é transformada em consciência compartilhada. A literatura cumpre, portanto, um papel de mediação entre o individual e o coletivo, entre

o vivido e o narrado, contribuindo para a construção de uma memória social dos excluídos.

A análise da obra evidencia que o olhar de Jorge Amado ultrapassa a dimensão estética e alcança uma dimensão ética e política. Ao humanizar os sujeitos marginalizados e denunciar a desigualdade estrutural, o autor inscreve-se em uma tradição intelectual comprometida com a transformação da realidade. A crítica social expressa no romance é indissociável de seu gesto artístico, demonstrando que a arte pode atuar como forma de conhecimento histórico. Chartier lembra que as práticas discursivas não refletem o mundo social, mas contribuem para construí-lo, e é exatamente isso que a literatura amadiana faz: constrói, a partir da ficção, uma nova leitura da sociedade brasileira. *Capitães da Areia* torna-se, assim, um documento histórico que interpreta o real pela via da imaginação, revelando as contradições entre o progresso urbano e a exclusão social.

Além de seu valor histórico e estético, *Capitães da Areia* também desempenha um papel fundamental na preservação da memória cultural brasileira. Ao resgatar as vozes das crianças esquecidas pela história oficial, o romance opera como arquivo sensível da experiência popular, conferindo dignidade àqueles que o Estado e a sociedade haviam relegado ao silêncio. Como aponta Cândido, a obra literária age sobre o meio, e é nesse agir que reside sua permanência: ela não apenas sobrevive à censura, mas transforma-se em símbolo da resistência à opressão. A inclusão, nas edições posteriores, do documento de incineração dos exemplares censurados re-

força essa dimensão memorial, transformando o próprio livro em testemunho da violência e da sobrevivência da palavra literária.

Conclui-se, portanto, que *Capitães da Areia* constitui um exemplo paradigmático da capacidade da literatura de produzir conhecimento histórico e intervir na memória coletiva. A obra de Jorge Amado demonstra que o texto ficcional, ao articular estética e ética, pode revelar as camadas ocultas da experiência social e restituir visibilidade aos sujeitos marginalizados. Em diálogo com Chartier e Cândido, comprehende-se que a literatura é uma prática histórica, situada, socialmente mediada e produtora de sentido, e que, por isso mesmo, desempenha um papel central na construção da consciência histórica. Ao final, o romance amadiano reafirma a força da arte como forma de resistência e como meio de preservação da humanidade frente à violência e ao esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. 102^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 11. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Desconstruindo a História nos jogos digitais: Análise de *Pentiment* pela abordagem desconstrucionista

Igor Giovanni Murta de Sousa¹

Introdução

Os jogos digitais históricos vêm sendo objeto de pesquisa por um número crescente de historiadores ao redor do globo, no Brasil, o campo de estudo desses jogos ainda é incipiente. Para Chapman (2016, p.16) “o estudo dos jogos históricos é a análise de jogos que de alguma maneira representam o passado ou fazem um discurso sobre ele”. Portanto, jogos históricos são aqueles que fazem representações do passado, seja em suas temáticas, no recorte espaço-temporal ou em suas mecânicas.

Este artigo tem como objetivo analisar as representações da História e Historiografia produzidas pelo jogo *Pentiment* (Obsidian, 2022) através da abordagem desconstrucionista apresentada por Alun Munslow (2009) em um contexto geral dos estudos históricos e Adam Chapman (2016), no contexto do estudo da História em jogos digitais.

Munslow divide o pensamento historiográfico entre três

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: igormurta.s@gmail.com

abordagens epistemológicas: reconstrucionista, que se preocupa apenas com os fatos; construcionista, que interpreta os fatos como selecionados, arranjados e explicados de acordo com uma teoria social; desconstrucionista, que se preocupa com a forma que a história é escrita. Chapman se baseia nas abordagens de Munslow para classificar os jogos históricos em diferentes tipos de simulação de representação do passado que ele divide em: Simulações realistas e simulações conceituais, onde a primeira representa a abordagem reconstrucionista e a segunda a abordagem construcionista, enquanto a desconstrucionista permanece sem uma simulação que lhe represente. Portanto, este trabalho busca mostrar indícios que *Pentiment* pode se encaixar com um dos jogos que caracteriza a abordagem desconstrucionista dentro do estudo dos jogos e preenche a lacuna deixada por Chapman.

Alun Munslow e as abordagens epistemológicas

Alun Munslow foi um historiador britânico conhecido por sua abordagem desconstrucionista e pós-modernista da historiografia. Sua defesa dos usos da narrativa literária na história e suas críticas ao objetivismo Em seu livro *Desconstruindo a História* (2009), o autor delimita o pensamento histórico em três diferentes abordagens que coexistem e não são excludentes: reconstrucionista, construcionista e desconstrucionista. Munslow coloca em questão temas sensíveis no debate histórico, como a função da evidência, o papel do historiador como autor e produtor de significado, a importância da narrativa para a construção da história e não apenas

como um recurso usado pelos historiadores.

Reconstrucionismo

Para Munslow, a abordagem reconstrucionista, ou contextualista é ligada à tradição empirista oriunda do século XIX, onde o ato de reconstruir a História baseia-se na ideia de que a partir da observação empírica das fontes e da indução, o historiador pode chegar à verdade do passado e reconstruí-lo como ele era. Os reconstrucionistas são conhecidos pela defesa do objetivismo na produção do conhecimento histórico, portanto acreditam na neutralidade do discurso e buscam evitar a contaminação ideológica e a voz autoral intrusa do historiador.

Para os desconstrucionistas, a evidência histórica pura é o suficiente para a levar a descoberta de um passado “único” e “real” e “somente ela poderá comprovar com precisão qual das interpretações é a “correta”, ou seja, a que mais está bem embasada na evidência” (Munslow, 2009, p.60). Por outro lado, Munslow afirma que nem o mais resistente dos desconstrucionistas poderiam depender apenas da evidência para compreender o passado, a prática da historiografia deve ser feita a partir da consulta das fontes, onde elas são colocadas em um contexto para que seja possível a reconstrução do passado como ele foi.

Portanto, a questão central do reconstrucionismo e a principal crítica de Munslow para essa abordagem é a crença da capacidade do historiador de reconstruir o passado tal

como ele era, aproximando o máximo com a evidência. O fato da negação do uso das teorias sociais e filosóficas é o que separa os desconstrucionistas dos construcionistas, uma vez que a segunda abordagem também se baseia na observação empírica das fontes.

Construcionismo

A segunda abordagem apresentada por Munslow, na verdade se mostra bem mais multifacetada do que a primeira:

O construcionismo se refere às escolas da teoria social que apelam para leis gerais na explanação histórica, como demonstrado, por exemplo, na *Annalistes* francesa, uma tentativa de explanações totais e superabrangentes, estudo de caso sociologicamente inspirado e trabalho biográfico. (Munslow, 2009, p. 33)

Apesar de ter como referência os *Annales*, os construcionistas também englobam os historiadores marxistas e outros historiadores que utilizam das teorias sociais para construir a história através da interpretação do passado com base nessas teorias. Porém, Munslow afirma que o construcionismo se ramifica em torno do reconstrucionismo, uma vez que o objetivo continua sendo a busca da verdade do passado através da análise das evidências, onde a diferença é que agora “a história só pode ser explicada quando a evidência é colocada em um esquema explanatório pré-existente que permite a consideração das regras gerais da ação humana” (Munslow, 2009, p.38).

Dessa forma, esses historiadores constroem o passado a partir de temas como gênero, raça, relações de classes, colonização e descolonização, dentre outros modelos explanatórios organizadores que estruturam a pesquisa e argumentação. A crítica de Munslow aos construcionistas se mantém a mesma em relação aos reconstrucionistas: ambos compartilham a crença de que o conhecimento histórico corresponde à realidade a ser estudada e o construcionismo representa essa variedade de abordagens que impõem uma base teórica para explicá-lo.

Desconstrucionismo

A abordagem favorecida pelo autor é a desconstrucionista. Os historiadores do desconstrucionismo também são chamados de historiadores da virada linguística, assim como pós-modernos e pós-estruturalistas. Em seu livro, Munslow (2009) atribui o termo “desconstrucionista” a Jacques Derrida e explica que este autor criou o termo para desafiar o princípio da filosofia anglo-saxônica e européia e do reconstrucionismo histórico de que há uma realidade estável e possíveis de ser conhecida “lá fora!” a qual podemos acessar com precisão. Ele também identifica Michel Foucault e Hayden White como autores chave para o entendimento do pensamento desconstrucionista, embora o mesmo também entenda Foucault como um historiador construcionista. Segundo Munslow:

A consciência desconstrucionista aceita que o conteúdo da

História, como no da literatura, seja definido mais pela natureza da linguagem usada para descrever e interpretar tal conteúdo, o que ocorre também na pesquisa de origem documental. Os historiadores desconstrucionistas tendem a ver a história e o passado como uma série de complexos produtos literários cuja corrente de significado(s) ou significações deriva da natureza da estrutura da narrativa (ou formas de interpretação) tanto quanto de outros fatores ideológicos culturalmente concebidos. (Munslow, 2009, p 34-35)

Dessa maneira, a análise histórica feita pelos desconstrucionistas pós-modernos se volta para a forma em que o passado é apresentado em forma de história, independente do seu formato e suporte, para além da forma escrita. Para os desconstrucionistas, não existe uma maneira de se representar o passado como ele foi, muito menos em sua totalidade e o papel do historiador é o de narrar uma história que se baseia na compreensão de outras narrativas e suas interpretações pré-existentes, interpretações essas que podem ser diferentes e, consequentemente, antagônicas.

A evidência para esses historiadores não significa uma prova de um passado existente, mas uma ferramenta usada para a produção de um significado para o passado e a história é o produto da organização/enquadramento em forma de narrativa que cria essa representação do passado que nunca será definitiva. Munslow, então, entende as relações entre História e linguagem e em como a opacidade da nossa linguagem:

constitui e representa a realidade ao invés de a ela corresponder transparentemente; de que não há uma verdade histórica fundamental possível de ser conhecida; de que nosso

conhecimento do passado é social fruto de uma determinada perspectiva e de que a escrita histórica existe a partir de estruturas de poder culturalmente determinadas. (Munslow, 2009, p. 41)

A maior contenda entre as duas primeiras abordagens e a terceira é o papel da narrativa, onde por um lado é entendida como ferramenta para a escrita da história e, por outro, se torna foco central na produção do conhecimento histórico. Enquanto os reconstrucionistas e construcionistas insistem no empirismo e na objetividade, os desconstrucionistas operam a partir da linguagem e na natureza subjetiva do estudo do passado.

Adam Chapman e os estilos de simulação

Partindo para o estudo dos jogos históricos, Adam Chapman (2016) discute os aspectos lúdicos da descrição histórica nos jogos digitais, seu principal objetivo é entender como os jogos digitais podem representar o passado e oferecer acesso à prática da História. O autor defende que a mídia dos video games traz oportunidades de não apenas do ler história, mas também do fazer história durante o ato de jogar, levando em consideração a agência do jogador na criação de uma narrativa histórica. Para nomear o ato de fazer história nos jogos, Chapman pega emprestado de Dening (2007) o termo *Historyng*. Para esses autores, o *Historyng* é um substantivo-verbo. “Fazer História é a ação não fechada de fazer histórias. A história, substantivo, é fechada, moldada, um produto. *Historyng* é um processo, nunca feito, dialético e

dialógico" (Dening, 2007, p. 102).

Chapman então, apresenta estilos de simulação que, apesar de não serem completamente excludentes, define como esses jogos históricos são apresentados estilísticamente e de forma lúdica que se aproximam com as abordagens epistemológicas apresentadas por Munslow. Esses estilos se dividem em: estilo de simulação realista e estilo de simulação conceitual.

Estilo de Simulação Realista

O primeiro estilo de simulação é visto em jogos que visam representar o passado de forma como "ele era" ou como era percebido pelos agentes históricos no período. Não necessariamente busca uma precisão histórica, algo que há muito deixou de ser uma questão no estudo dos jogos históricos, a realidade almejada nesse estilo é ligada à forma em que o mundo do jogo é representado e as reivindicações gerais envolvidas nisso. Jogos no estilo realista compartilham algumas características gerais, como ter um alto grau de especificidade visual, alcançada utilizando técnicas estilísticas do "realismo" visual retiradas de uma longa história cultural de representação (Chapman, 2009, p. 62). Essas simulações vão sempre tentar mostrar o passado como ele supostamente era para os agentes históricos, ao mesmo tempo que tentam se alinhar com a lógica cotidiana do mundo em que vivemos.

Chapman também mostra que existe uma relação inversa entre detalhamento realista/ fidelidade da simulação e o

escopo das suas representações, portanto o recorte freqüentemente é menor para mostrar um nível mais alto de detalhes, seja de personagens, cenários, objetos. Por conta disso, o nível diegético tende a focar no agente histórico ou em pequenos grupos de indivíduos, principalmente nos momentos de *gameplay*, onde o foco centraliza em um ou mais protagonistas. Por conta da busca pelo alto detalhamento de suas representações, os jogos nas simulações realistas tendem a buscar uma estética de suas descrições históricas por meio dos aspectos audiovisuais. Para o autor, as simulações realistas são mais populares pois são relativamente fáceis para a audiência interpretar e podem facilmente envolver-se com discursos visuais e tropos de outras mídias, como os filmes e televisão (Chapman, 2016, p. 64).

Chapman acredita que as simulações realistas têm uma inclinação implícita para a abordagem reconstrucionista. Segundo o autor: “Isso é evidente na sua representação audiovisual autoritária que busca encorajar o jogador a uma suspensão da descrença e geralmente reivindicam mostrar o passado “como ele era” (Chapman, 2016, p. 66). A análise do autor vai além do conteúdo dos jogos em si, mas também nos materiais promocionais desses jogos que apresentam essa ênfase em uma “verdadeira história”. Esther Wright (2025), também identifica essa busca pela autenticidade histórica em diferentes jogos que buscam representar o passado e aponta as diversas estratégias paratextuais para se alcançar essa autenticidade. Essa reivindicação de uma “História real” usada nesses jogos funcionam para além de enfatizar a autenticidade da simulação, ela também minimiza o papel do

desenvolvedor-historiador em sua criação, o que nos leva a crítica de Munslow ao reconstrucionismo que apaga a voz do historiador na produção historiográfica.

Figura 1: Red Dead Redemption 2



Fonte: <[Red Dead Redemption 2 - Official Gameplay Video Part 2](#)>

A figura 1 nos mostra uma cena de gameplay do jogo *Red Dead Redemption 2* (Rockstar, 2018), um jogo ambientado no sul dos Estados Unidos durante o fim do século XIX e acompanha a vida de Arthur Morgan junto de sua gangue de bandidos. O jogo é conhecido por sua alta capacidade gráfica e seu apelo a um realismo histórico que apresenta não apenas partes de ação, mas também da vida cotidiana dos norte-americanos durante este recorte espaço-temporal. A simulação do passado em *Red Dead Redemption 2* apresenta

todos os aspectos do estilo realista, desde seu alto grau de detalhamento audiovisual, como podemos observar no cenário, personagens, objetos e também na atuação de voz e no som ambiente do jogo, dando a sensação que o jogador está experienciando o sul estadunidense na virada para o século XX e lidando com as transformações políticas e sociais que estavam ocorrendo nesse período.

Estilo de Simulação Conceitual

O segundo estilo de simulação apresentado por Chapman foca em representar o passado sem a pretensão de mostrá-lo como ele era, sendo caracterizadas como representações audiovisuais abstratas. Por não estarem presas ao realismo, as simulações abstratas não se preocupam com a fidelidade gráfica na aparência e de personagens, cenários e objetos; sua preocupação está em construir o discurso histórico através das regras do jogo. Por conta disso, Chapman entende que: “Apesar da relativa simplicidade visual das simulações conceituais, as regras geralmente são bem complicadas e a representação é feita majoritariamente a partir da retórica processual²” (Chapman, 2016, p. 71).

A retórica processual atua nesses jogos históricos como um elemento significativo por ser sua forma principal de representação e argumentação, é a partir das regras que os elementos históricos são apresentados aos jogadores e é por

2 Retórica processual é um conceito desenvolvido por Ian Bogost (2007) que descreve o aspecto persuasivo/expressivo dos games que funciona através de regras, desafios e oportunidades de ação.

elas que o discurso histórico é construído neles. Por conta de sua alta carga de informação, Chapman (2016) afirma que esses jogos exigem um nível maior de interpretação (e um entendimento histórico básico) para que possam funcionar como História por conta das camadas de metáforas e representações espalhadas através de múltiplos canais semióticos. Ainda assim, os jogos podem incluir grandes quantidades de referenciais históricos e conceitos através de símbolos relativamente simples, como mapas, menus de jogo e gráficos e elementos textuais.

O nível diegético muda do agente histórico para o nível do historiador, portanto costumam representar movimentos históricos de larga escala, portanto a organização espaço-temporal sai do escopo micro para o macro, que nenhum agente humano poderia experienciar. Por conta disso, Chapman afirma que esse estilo de simulação se assemelha mais com os modelos mais tradicionais da História, assim como aproxima o jogador com o historiador.

Todas as vezes que desenvolvedores criam uma regra que rege um jogo, eles também criam um argumento subjacente sobre como o mundo do passado funcionava. Nas simulações conceituais, o sistema de regras, assim como a teoria, trabalham entre múltiplos eventos na História, criando uma representação tecida em suporte de regras teóricas ao invés de narrativas lineares de aparentes instâncias históricas únicas (que é geralmente a base da história reconstrucionista) (Chapman, 2016, p. 76)

Dessa forma, para Chapman, o estilo de simulação conceitual aproxima-se da abordagem construcionista, oferecen-

do mais do que a recontagem dos eventos, eles oferecem uma explicação temática do passado. A História deixa de ser reconstruída através de fatos e do apelo visual e começa a ser construída através dos aspectos lúdicos e simbólicos.

Figura 2: Civilization VI



Fonte: Página do jogo na loja da Steam. Disponível em <[Sid Meier's Civilization® VI no Steam](https://store.steampowered.com/app/1014300/Sid_Meier_s_Civilization_VI/)>

Usamos como exemplo o jogo *Sid Meier 's Civilization VI* (2k, 2016), jogo comumente atribuído à disciplina da histórica por seu foco em desenvolver uma civilização desde a Idade do Ferro até os dias atuais. O jogador escolhe uma das grandes civilizações do mundo, em conjunto com figuras de líderes famosos na história mundial. Os aspectos lúdicos em *Civilization VI* giram em torno de gerenciar recursos e rique-

zas para a civilização escolhida, expansão territorial, conflitos armados, diplomáticos, e religiosos, assim como o avanço tecnológico e cultural. Jogos neste estilo buscam discutir diversos temas específicos em instâncias diferentes, como a questão do colonialismo ao expandir o território exterminando acampamentos bárbaros ou outras cidades, o que gerou o termo 4X (*eXplore, eXpand, eXploit and eXterminate*).

Pentiment como abordagem desconstrucionista

Chapman não elabora um estilo de simulação que represente a abordagem desconstrucionista de Munslow, esta que é caracterizada pelo interesse de apontar a natureza subjetiva da representação histórica em si. Ele afirma que existem poucos, se existirem, jogos históricos que parecem ser construídos usando essa abordagem (Chapman, 2016, p.81). Apesar dessa afirmação, podemos observar que em alguns jogos, principalmente de estúdios independentes, há representações do pensamento histórico e da pesquisa realizada por historiadores. Como exemplo, podemos pensar em *Gone Home* (*Fullbright Company*, 2013) e *What Remains of Edith Finch* (*Giant Sparow*, 2017), jogos em primeira pessoa com foco na investigação de resquícios do passado para construir uma narrativa sobre ele, aproximando-se do pensamento desconstrucionista.

Em junho de 2022, foi anunciado *Pentiment*, jogo desenvolvido pela *Obsidian Entertainment* e dirigido por Joshua Sawyer. Ester Wright aponta que, desde o anúncio, a campanha de marketing de *Pentiment* invocava um sen-

tido de autenticidade histórica do jogo, não apenas por se passar em um período histórico e a temática em manuscritos medievais, mas por dar o jogador a chance de “escrever sua própria história” (Wright, 2015). *Pentiment* foi lançado em novembro do mesmo ano e mostrou ser um sucesso tanto na crítica especializada quanto de público, principalmente por seus elementos históricos, que buscam através da arte, narrativa e mecânicas representar a História de forma diferente de outros jogos.

Em um breve resumo, *Pentiment* é um jogo de Adventure Narrativo, com elementos de Role Playing Game (RPG), focado em investigação. A história se passa durante o século XVI na região da Alta Baviera e a trama gira em torno da experiência de dois artistas na cidade de Tassing e na Abadia de Kiersau - locais fictícios - enquanto investigam misteriosos assassinatos e os segredos do passado da região. *Pentiment* apresenta um estilo artístico original que toma como base as iluminuras de manuscritos medievais e xilogravuras nos impressos modernos, que, segundo Hannah Kennedy, diretora de arte do jogo: mostra como as pessoas daquele período representavam a si mesmos na arte (*The Making of Pentiment*, 2024). Esses elementos históricos também são percebidos na apresentação do jogo, que se passa em ambientes em duas dimensões, que dão a entender que a história está sendo escrita em um livro. Alguns menus de jogos se apresentam como um caderno que estaria em posse do personagem jogável e também como um manuscrito, que apresenta a história sendo escrita junto das famosas marginálias encontradas nessas obras.

Figura 3: Pentiment



Fonte: Captura de tela feita pelo autor

A estrutura de jogabilidade de *Pentiment* consiste em sistemas de escolhas, onde cada ação do jogador têm impactos diferentes na narrativa, podendo mudar drasticamente o andamento dela. Esse sistema de escolhas representa o poder do jogador em escrever a história daquele cenário, que está sendo registrada no livro.

O jogo é dividido em três atos, em que os dois primeiros contam a trajetória do artista Andreas Maler e suas investigações de assassinatos na região, enquanto o terceiro ato foca em Magdalene Druckeryn, tipógrafa e artista que precisa investigar o passado de Tassing para representá-lo em um mural na prefeitura da cidade. Os temas da pesquisa e escrita da história são abordados com mais ênfase neste terceiro ato, pois Magdalene precisa pesquisar pelos mais diferentes

métodos em sua disposição (livros, documentos, trabalho de campo, troca de cartas, entrevistas) as diferentes narrativas sobre as origens da sua cidade por diferentes fontes que nem sempre são estão em concordância e é perceptível os usos do passado e da memória na manutenção do poder e no domínio cultural daquela sociedade.

Wright entende o jogo como “uma tentativa dos desenvolvedores de incorporar a abordagem desconstrucionista ao envolvimento histórico, e fazer isso de um jeito mais contemplativo que outros jogos populares” (Wright, 2025, p.2). De fato, *Pentiment* busca colocar o jogador para investigar o passado por diferentes perspectivas: a de Andreas, de Magdalene e do próprio jogador. Assim, ele faz uma reflexão sobre a natureza subjetiva da História, como um conjunto de diversas narrativas sobre o passado. O jogo se preocupa em fazer uma representação de um passado imaginado a partir da perspectiva dos agentes históricos, sem a pretensão de mostrar um passado real, mas sim construído.

Conclusão

Apesar de Chapman não nomear um estilo de simulação desconstrucionista, podemos perceber que a abordagem é utilizada cada vez mais nos jogos digitais. É necessária a atenção e pesquisa dos historiadores em perceber essas sutilezas tanto na narrativa quanto nas mecânicas desses jogos, uma vez que a história pode ser discutida mesmo em jogos que não efetivamente se passem em um passado simulado. *Pentiment* se apresenta como um produto cultural que bus-

ca ao mesmo tempo fazer uma discussão sensível sobre a história a nível acadêmico, principalmente quando notamos a vasta bibliografia disponibilizada nos créditos do jogo, algo raro de se acontecer, mesmo em jogos históricos.

Assim como as abordagens que Munslow apresenta em como o pensamento histórico se divide em sua concepção, Chapman as atribui nos estilos de simulação nos jogos digitais. É necessário entender como a História pode ser pensada a partir da forma que é escrita, seja ela em livros ou em outras mídias de representação e levar em consideração seu formato, algo que, por fim, se aproxima do que o Munslow apresenta como o pensamento desconstrucionista.

Bibliografia

BOGOST, Ian. *Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames*. Cambridge: The MIT Press, 2007.

CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History: How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice*. New York: Routledge, 2016.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WRIGHT, Esther 2024. “Layers of history”: History as construction/constructing history in Pentiment. *ROMchip: A Journal of Game Histories* 6 (1), 191.

Jogos Citados

CIVILIZATION VI. Maryland: Firaxis Games, 2016. 1, jogo eletrônico.

GONE Home. Portland: The Fullbright Company, 2013. 1, jogo eletrônico.

PENTIMENT. Irvine: Obsidian Entertainment, 2022, 1 jogo eletrônico.

RED Dead Redemption 2. New York :Rockstar Games, 2018. 1, jogo eletrônico.

WHAT Remains of Edith Finch. Santa Monica: Giant Sparrow, 2017. 1, jogo eletrônico.

O rio como construto historiográfico: representações e realidades sobre o Carmo e o Gualaxo do Norte na historiografia mineira republicana¹

Marcone de Souza Guedes²

Introdução: O Rio como Problema Historiográfico

O século XX testemunhou uma inflexão significativa na prática historiográfica, caracterizada pela superação da hegemonia da história factual e política. Mais do que isso, sobretudo a partir da década de 1960, a própria agência do historiador e a forma como ele constrói sua narrativa passaram a ser, cada vez mais, objeto de reflexão crítica.

Com a conquista de novos objetos e de novos territórios, a acumulação de trabalhos eruditos, o aprofundamento dos métodos o avanço da informática, a prática do historiador foi grandemente renovada. A aceleração das mudanças nos últimos anos chegou a levar historiadores a falar, na França e fora dela, de incertezas, de dúvidas e de crises (Julia; Boutier, 1998, p. 22).

1 Parte das reflexões apresentadas neste artigo foram extraídas da tese de doutorado em História, que está sendo elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP).

2 Universidade Federal de Ouro Preto. Doutorando em História. E-mail: marcone.guedes@aluno.ufop.edu.br

Essa mudança, que culminou na pluralização da escrita histórica, abriu caminho para a emergência de novos objetos de pesquisa e a incorporação de abordagens teóricas de outras ciências humanas. O saber histórico, antes percebido como uma narrativa linear e unívoca, passou a ser compreendido como um campo de disputas e múltiplas temporalidades. Assim,

As 'novas' tendências da historiografia também nos mostraram, e fizeram ver, mesmo a contra gosto, o quanto a racionalidade moderna amputou do conhecimento os horizontes das subjetividades e de tudo o que isso possa significar em termos da reconstituição do passado (Diehl, 2008, p. 52).

De acordo com Estevão Rezende Martins, a historiografia é o termo utilizado para se referir à totalidade das narrativas científicas que versam sobre a história da humanidade, incluindo seus processos de criação e desintegração. Martins distingue dois elementos sistêmicos: a produção e o produto. A historiografia como processo refere-se à pesquisa, em todas as suas etapas, que resulta em conhecimento confiável e demonstrável. Essa etapa depende da atuação metódica do profissional, que, por sua vez, se fundamenta em sua formação intelectual e treinamento prático. O resultado dessa pesquisa é a historiografia como produto, uma narrativa (discurso ou texto) que descreve, analisa, interpreta, explica e demonstra um determinado assunto histórico, podendo assumir a forma de relatório, artigo, capítulo, dissertação, tese ou monografia (Martins, 2019, p. 25).

Diante dessas afirmações, depreende-se que a contem-

poraneidade, marcada por um contexto de transformações tão peculiares a historiografia e ao ofício do historiador, evidencia a necessidade de buscar “novos territórios” (Kleinberg; Scott; Wilder, p. 2), utilizando a expressão de Kleinberg, Scott e Wilder, ou seja, “questões epistemologicamente alternativas, orientações, ou pontos iniciais” (Kleinberg; Scott; Wilder, p. 2). Não obstante, observa-se que, gradativamente, a historiografia se estabelece como uma lente analítica que não se debruça sobre os “fatos” do passado, mas sobre a própria produção do conhecimento histórico. Ao analisar as escolhas teóricas, metodológicas e as condições de produção de um determinado discurso historiográfico, a disciplina nos permite compreender como a realidade é construída e representada. Nas palavras de Estevão Rezende Martins,

Para sustentar a narrativa que as entende e explica na linha do tempo humano refletido, as temáticas mais variadas se enraízam na investigação cuidadosa e aprofundada, longa e pormenorizada, por vezes até cansativa, que é o fazer próprio do historiador. Saber lidar com os registros, transformar em fonte informação, dado, monumento, documento, é uma característica metódica do trabalho historiográfico. A experiência vivida e refletida é comum a qualquer pessoa. Para a historiografia, como resultado da reflexão histórica, o que importa é o modo como a reflexão é conduzida e, em seguida, inserida no discurso histórico. Para tanto é preciso conhecer, lembrar, registrar e interpretar. A memória é, assim, um elemento chave da reflexão (Martins, 2019, p. 29).

Ao aplicar essa abordagem, por exemplo, a temas como a relação entre sociedade e natureza em Minas Gerais, é possível transcender a simples descrição de eventos. A História da Historiografia possibilita investigar como os discursos

sobre os rios Carmo e Gualaxo do Norte foram moldados, revelando as camadas de significado e as intencionalidades que perpassam a escrita da história. Trata-se, portanto, de um método que desvela as bases conceituais sobre as quais se assentam as narrativas do passado, tornando-se uma ferramenta crucial para a reflexão crítica sobre a construção do saber.

Nascendo em Ouro Preto e confluindo para o Rio Doce, esses cursos hídricos foram os primeiros a receber a lama tóxica do rompimento da Barragem de Fundão em 2015, evidenciando sua fragilidade ambiental. Este crime não apenas comprometeu ecossistemas e comunidades, mas também expôs, de forma dramática, a historicidade dos corpos d'água, revelando como o passado de exploração e intervenção humana se materializa no presente, alterando irreversivelmente a dinâmica fluvial. O desastre-crime ressaltou a importância desses rios não apenas como fontes de vida e recursos, mas como testemunhos de um processo histórico de apropriação e degradação. Argumentamos que o saber científico não é neutro, incidindo em imaginários e práticas sociais; assim, as representações históricas desses rios podem subsidiar mobilizações sociopolíticas em defesa de direitos ambientais e socioculturais.

A historiografia mineira e seus canais de discurso

A pesquisa que subsidia a escrita deste texto se baseou na análise de três importantes periódicos acadêmicos de Minas Gerais: a Revista do Arquivo Público Mineiro, funda-

da em 1896; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de 1945; e a Revista Varia Historia, de 1985. O cotejo das edições publicadas por esses periódicos, disponibilizadas na internet, permitiu uma investigação diacrônica e aprofundada da produção historiográfica mineira, fornecendo a base empírica necessária para o desenvolvimento da tese central deste estudo. Além disso, foram utilizados outros textos dos mesmos autores que publicaram nestas revistas e textos produzidos no âmbito do marco temporal do trabalho, isto é, o período republicano, por outros historiadores mineiros.

Em primeiro lugar, tracemos uma breve contextualização das revistas acadêmicas em questão. A fundação do Arquivo Público Mineiro (APM) em 1895 marcou um momento de valorização da história local, impulsionado pela mudança para um regime republicano federalista. A criação do APM e sua revista, a Revista do Arquivo Público Mineiro, que teve sua primeira edição publicada em 1896, não se limitou a registrar a história do estado, mas também visou a destacar seu papel central na formação da identidade nacional.

Conforme apontado por Antunes e Silveira (2007, p. 2), a revista tinha como objetivo “resgatar o peso e o papel de Minas na nascente Federação brasileira”. O decreto que instituiu o APM não apenas regulamentou a coleta de documentos públicos e municipais, mas também determinou a criação de uma biblioteca e a coleta de acervos museográficos, consolidando a instituição como um polo de preservação da memória e produção historiográfica em Minas Gerais.

Outro órgão que refletiu essa valorização do regional em Minas Gerais foi o Instituto Histórico-Geográfico Mineiro (IHGMG), criado em 16 de junho de 1907, cujos objetivos norteadores eram “investigar, colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes a história e a geografia de Minas-Geraes, e à archeologia, à ethnographia e à língua dos seus indígenas” (Revista Do Arquivo Público Mineiro, 1928, p. 355). Neste contexto, surge a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* “[...] de publicação regular e autônoma, desde sua criação, e cujo primeiro volume foi publicado em 1945 - Ano 1, v. 1, 1943-1944” (IHGMG, s/p.).

O cenário da produção historiográfica mineira foi enriquecido, em tempos mais recentes, com a fundação da *Revista Varia Historia* em 1985. Idealizada pelo professor Ciro Flávio Bandeira de Mello, a revista foi inicialmente concebida como um periódico do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir de 1992, em um movimento de consolidação e expansão, a publicação inaugurou uma nova fase sob seu título atual, com o propósito de ampliar seu alcance e aprimorar a qualidade de suas contribuições para o campo da história. Não por acaso,

Varia Historia é uma expressão latina por meio da qual desejamos afirmar nossa revista como um veículo para a diversidade e variedade da historiografia contemporânea. Desde 2007, a revista integra o portal SciELO e vem ganhando crescente projeção internacional. [...] Desde 2014, [...] tem periodicidade quadrimestral. [...] A revista *Varia Historia* tornou-se exclusivamente online a partir de janeiro de 2018 (*Varia História*, s/ p.).

O confronto entre essa tríade de periódicos, associado às demais fontes utilizadas, citadas anteriormente, constitui o alicerce de nossa análise. Assim, investigaremos as distintas percepções atribuídas aos rios Carmo e Gualaxo do Norte, notadamente aquelas que os descrevem como paisagem, recurso e território. Logo, em nosso exercício metodológico, interpretaremos os artigos como fontes historiográficas:

Ao ler uma obra historiográfica, estamos nos colocando diante de uma fonte histórica que nos permite refletir sobre a própria época em que ela foi produzida. E esta fonte – esta obra historiográfica – não nos fala apenas sobre o historiador que a produziu. Fala-nos sobre os leitores que leram a obra, sobre o editor que decidiu publicá-la, sobre o estado da historiografia naquele momento, mas também sobre o estado da tecnologia de editoração de livros naquele espaço-tempo e sobre o mercado livreiro da época [...] Ao examinarmos as palavras que foram empregadas, podemos compreender o universo linguístico de uma sociedade, ou o dialeto discursivo trazido a tona pelos jargões presentes na obra. Certa escolha de temas pode evidenciar os problemas que mais preocupavam e ocupavam os viventes de uma certa sociedade. Há uma moral que pode transparecer na análise encaminhada por determinado historiador em uma obra específica, e esta não dirá respeito apenas a ele, mas também a todo um conjunto maior dentro do qual ele se insere (Barros, 2022, p. 51-52).

As três realidades dos rios: paisagem, recurso e território

Conforme explicitado anteriormente, neste estudo, analisamos a historiografia dos rios Carmo e Gualaxo do Norte a partir de três perspectivas principais, que representam a sobreposição de olhares sobre esses corpos d'água na produção acadêmica mineira. Todavia, tendo em vista as limitações

teórico-metodológicas intrínsecas a este formato de artigo, o presente texto se restringirá a apresentar referências historiográficas pontuais que ilustram as concepções propostas. Uma análise mais aprofundada será integralmente desenvolvida na tese de doutorado, cuja defesa e subsequente publicação estão previstas para o ano de 2026.

Em um desdobramento da concepção de períodos anteriores, os rios do Carmo e Gualaxo do Norte foram entendidos pela historiografia republicana como **paisagem**, menção que se mantém, inclusive, até o tempo presente, embora sob diferentes premissas. Esta categoria foi empregada pelo pensamento ocidental desde o final do século XVII, quando se consolidou, de forma concomitante, a separação entre cultura e natureza.

A título de exemplificação, Diogo de Vasconcelos, descreveu o rio do Carmo como “defeso e guardado, [...] no fundo escuro das brenhas” (Vasconcelos, 1912, p. 24). Já Daniel de Carvalho apresentava o rio do Carmo como “encachoeirado e borbulhante, [e] elevando as nuvens os flocos de espuma irisada, espraia-se, remansoso, no vale [...] lento e prestatório, [...] tranquilo e majestoso, melhor pode refletir o azul do céu!” (Carvalho, 1929, p. 175).

As representações deste curso hídrico nos relatos de Diogo de Vasconcelos e Daniel de Carvalho revelam paisagens distintas, que se alinham aos posicionamentos teórico-ideológicos de seus respectivos autores. Enquanto Vasconcelos o concebia como um elemento “defeso e guardado” no “fundo escuro das brenhas”, funcionando como um obstá-

culo à expansão luso-brasileira, Carvalho o descreveu como “lento e prestadio”, refletindo sua assimilação e protagonismo na geopolítica do território mineiro.

A abordagem de Diogo de Vasconcelos em relação ao rio do Carmo se aproxima da concepção estético-romântica do “sublime”, evocando tanto a admiração e o prazer quanto o horror e o medo. Em contrapartida, a escrita de Daniel de Carvalho se alinha à estética do pitoresco, retratando uma natureza já domesticada e transformada em cenário. Essa interpretação, em seus elementos centrais, persiste na historiografia até os dias atuais. Em síntese, as diferentes descrições do mesmo curso d’água demonstram como a paisagem é, em si, uma construção historiográfica, moldada pelas perspectivas e pelos projetos intelectuais de cada autor.

É fundamental destacar que a visão da paisagem como mero cenário restringe a compreensão das complexas interações históricas e ambientais. Essa perspectiva, que ainda predomina, mostra-se inadequada para captar as condições de bem-viver de populações humanas e não-humanas, pois mantém uma lógica antropocêntrica que hierarquiza os seres e converte elementos naturais, como os rios, em objetos. Em contrapartida, a paisagem, quando entendida como memória — ligada a afetos, símbolos e interações cotidianas com o território —, oferece uma leitura mais sensível e sofisticada, que evita a separação rígida entre natureza e cultura. Além disso, as abordagens historiográficas mais recentes reconhecem o caráter político-cultural da paisagem, compreendendo-a como o resultado de conflitos sociais e disputas simbó-

licas nas culturas locais (Civale; Martins, 2017).

De forma praticamente concomitante, a abordagem histórica dos rios privilegiou sua configuração como **recurso natural**, ainda que com o passar do tempo tenha adotado um discurso crítico quanto à exploração de suas águas. Tal enfoque denota a intenção de uso dos rios Carmo e Gualaxo do Norte para fins de rentabilidade produtiva e lucrativa, sobretudo em relação à agricultura, à agropecuária, ao transporte, à produção de energia, mineração, estando associado ao mercado e à lógica capitalistas.

Dessa maneira, é preciso considerar que se a natureza se tornou, muitas vezes, “paisagem entendida como uma forma de ver o espaço e nele atuar material e simbolicamente”, conforme abordado no capítulo precedente, tal enfoque orientava-se, em grande medida, para a produção de uma “impressão de ordem e controle” (Castro, 2016, p. 235). Logo, os rios, a vegetação que os cerca, e a fauna aquática, os caminhos que margeados pelos cursos hídricos etc., tornavam-se simultaneamente cenário e recurso natural para a promoção de uma modernidade indissociável da dinâmica do capital.

Dois exemplos emblemáticos elucidam as assertivas dispostas acima. Antonio Olyntho Pires, ao tratar do descobrimento do Ribeirão do Carmo, descreveu que “Orientados pelos picos que eriçam as serras de Ouro Branco, do Itatiaia, do Ouro Preto, do Itacolomi e da Cachoeira, seguiam os bandeirantes [...] espalhando-se pelos valles dessas serras, todas elas abundantes do thesouro que procuravam” (Pires, 1903,

p. 929), enlaçando a rentabilidade econômica com o cenário paisagístico onde tal riqueza encontrava-se. Já Nelson de Senna, por sua vez, discorrendo sobre a exploração de outros minérios, como a bauxita e o ferro, na Bacia do Rio Doce, afirmou:

Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no Valle do Rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitaes da industria extractiva para que appareçam e deslumbrem a quantas empresas nellas empatem a sua actividade e interesse [...] O ferro na bacia do Rio Doce, como em todo o Estado de Minas, é em tão grande quantidade que por muitas gerações com elle abasteceremos o mundo inteiro, uma vez que lá se montem usinas metallurgicas. Montanhas de ferro a céo aberto alli esperam a grande industria siderúrgica do futuro (Senna, 1906, p. 24 *apud* Espindola, 2012, p. 5).

Em paralelo, a promoção da agricultura como atividade econômica mostrou-se uma necessidade no entorno dos rios do Carmo e Gualaxo. Assim, por exemplo, Diogo de Vasconcelos abordou a temática da ausência de alimentos e como esse problema afetava as atividades ligadas à mineração:

Preocupados, pois em matar a fome, e em fazer as roçadas para mantimentos, os primeiros moradores do Carmo se espalharam já ao longo do ribeirão e de seus afluentes. E desse tempo se iniciaram as mais antigas fazendas do Carmo, do Gualaxo do Norte e do Gualaxo do Sul (1697-1698) (Vasconcelos, 1974, vol. 2, p. 167).

Em suma, as abordagens historiográficas explicitadas revelam uma sobreposição na concepção dos rios. Eles são

elementos de uma paisagem cênica, mas são também recursos naturais, essenciais para a dinâmica do capital. Nessa perspectiva, tanto o Carmo quanto o Gualaxo do Norte são retratados como fontes de riqueza a serem exploradas, seja por meio da mineração ou da agricultura, demonstrando como a historiografia, ao longo do tempo, solidificou uma visão utilitarista e econômica desses corpos d'água.

Uma outra categoria empregada pela escrita histórica para referir-se aos rios mineiros foi a de **território**. Por sua vinculação à ação antrópica, a evocação ao território permitia a abordagem dos rios como simultaneamente (e ambigamente) afetados quer de forma destrutiva pela atuação de sujeitos, grupos e povos na história, quer como fator configurante de novos modos de vida. Dessa maneira, a historiografia analisada interpretou esses rios como condição fundamental para a ocupação e organização social de seu entorno, transformando-o em um território.

No que diz respeito a esta terceira concepção, é de suma relevância recordar, em primeiro lugar, que muito antes da chegada dos colonizadores, os rios de Minas Gerais — dentre eles, o rio Doce e seus afluentes — já faziam parte da vida dos povos originários que habitavam essa bacia há tempos imemoriais, servindo como vias de travessia e sustentação de seu modo de vida. À vista disso, abordaremos as percepções de tais grupos acerca desta concepção. Segundo Oiliam José:

[...] os botocudos nem sequer chegavam a saber nadar, motivo que os forçava a temer a travessia do Rio Doce e a não

buscar o domínio útil do curso de água famoso. Quando se tratava de transpor cursos menos volumosos, lançavam de um lado a outro rodilhas de cipó resistente e, seguros nelas por uma das mãos, faziam a travessia. Nessa operação, as crianças e os utensílios iam em balaio feito de folhas de brejaúba ou palmito e denominado *tangue* ou *cacaia*, que as mães colocavam às costas" (José, 1965, p. 79).

O mesmo autor, afirma em outro momento:

Algumas tribos, como a dos botocudos, tinham o cuidado de não erguer suas habitações nas proximidades de cursos d'água encachoeirados. Impunham a si essa escolha para melhor defesa da comunidade, uma vez que tal providência lhes permitia ouvir o menor barulho, fosse o de feras, fosse o provocado pela sorrateira arremetida de brancos ou tribos inimigas (José, 1965, p.87).

Para os povos originários, os rios, incluindo o rio Doce e seus afluentes – como o Carmo e o Gualaxo do Norte –, representaram uma condição fundamental para a ocupação e organização social de seu entorno. Longe de serem obstáculos, esses cursos d'água foram incorporados ao modo de vida indígena como eixos de circulação, elementos de subsistência e, sobretudo, marcos territoriais. Sua proximidade ou distanciamento determinava a localização das aldeias, a estratégia de defesa e a dinâmica de interação entre as comunidades. Assim, a historiografia demonstra que, na perspectiva dos povos indígenas, o rio era um componente ativo e central na construção e defesa do território, revelando uma relação que transcende a mera coexistência para se firmar como uma verdadeira simbiose cultural e geográfica.

O conhecimento em sobreposição: A historiografia como campo de construção da realidade

As representações dos rios como paisagem, recurso e território não se manifestaram de forma linear ou em sucessão cronológica. Pelo contrário, essas concepções coexistiram e, por vezes, se sobrepuiseram em um mesmo período, refletindo a pluralidade de olhares sobre o espaço. É possível que, em uma mesma revista, diferentes artigos historiográficos abordassem o rio de maneiras distintas.

Enquanto uma publicação poderia retratá-lo de forma romântica, como um elemento cênico da paisagem, outra, motivada por uma perspectiva desenvolvimentista, poderia destacá-lo como um recurso natural a ser explorado para fins econômicos. Um terceiro artigo, por sua vez, poderia analisá-lo como um território, focando em sua função como eixo de poder e organização social. A coexistência dessas abordagens em um mesmo período demonstra que a historiografia não opera como um bloco homogêneo. As diferentes concepções sobre o rio revelam a influência de orientações teóricas, interesses políticos e projetos intelectuais distintos, que moldam a produção do conhecimento e demonstram que a “realidade histórica” é, na verdade, uma construção múltipla e disputada.

A construção desses “reais” historiográficos não se restringe aos limites do debate acadêmico. Ao contrário, as narrativas que representam os rios como paisagem, recurso e território se infiltram no imaginário da sociedade, influenciando diretamente as políticas públicas e a percepção co-

letiva sobre o ambiente. A visão do rio como um recurso a ser explorado, por exemplo, não permaneceu confinada aos artigos especializados. Essa concepção forneceu a base epistêmica para a formulação de políticas públicas voltadas para a mineração, a agricultura e a construção de hidrelétricas. O “real” construído na historiografia — o rio como um mero insumo para o desenvolvimento econômico — tornou-se a “verdade” oficial, legitimando intervenções que, muitas vezes, negligenciaram as complexas relações socioambientais. Essa percepção se enraizou no senso comum, fazendo com que a sociedade passasse a ver os rios, de forma quase naturalizada, como objetos a serviço do progresso.

Em síntese, portanto, a História da Historiografia não incumbe a si mesma a tarefa de buscar uma verdade única e irrefutável sobre o passado. Em sentido oposto, seu objetivo basilar é desvendar os processos pelos quais a realidade histórica é construída e representada no discurso historiográfico. Ao analisar como os cursos hídricos foram descritos ora como paisagem, ora como recurso ou ainda território, a pesquisa demonstra que a “realidade” não é um dado pré-existente, mas uma construção que reflete as escolhas, os interesses e as disputas epistêmicas dos historiadores. Desse modo, o campo se consolida como uma reflexão sobre o próprio fazer histórico, revelando que a narrativa histórica é um artefato intelectual e cultural que molda nossa compreensão do passado e, consequentemente, nossa percepção sobre o presente.

Considerações finais

Em conclusão, a presente pesquisa demonstrou que a historiografia mineira, ao abordar a temática dos rios, construiu diferentes realidades a partir de uma mesma base material. Constatamos uma evolução nas representações: inicialmente, os rios foram descritos como paisagem, assumindo um caráter cênico e, por vezes, romântico; posteriormente, foram concebidos como recurso econômico, o que legitimou a exploração minerária e agrícola; e, em um terceiro momento, foram entendidos como território, eixos de poder e organização social. A análise revelou que essas concepções, embora possam ser vistas como etapas cronológicas, frequentemente coexistiram, refletindo as disputas e as diferentes orientações teóricas do campo historiográfico.

Postulamos que a principal contribuição deste trabalho para o campo da História da Historiografia reside na demonstração de como a análise de fontes secundárias – neste caso, periódicos historiográficos – pode se tornar um instrumento fundamental para desvendar as bases conceituais que sustentam as narrativas sobre o ambiente. Ao invés de tratar a produção historiográfica apenas como um produto final, a pesquisa a examinou como um processo intelectual e político, revelando as escolhas e as disputas que moldaram a visão sobre os rios.

Ao mapear a evolução das representações de paisagem, recurso, e território, o estudo evidencia que as concepções sobre o meio ambiente não são fixas, mas construções históricas, moldadas por diferentes projetos intelectuais e con-

textos sociais. Desse modo, conforme já afirmado, a análise das fontes historiográficas se revela uma via fecunda para a reflexão sobre o fazer da história, permitindo não só compreender como o passado foi narrado, mas também como o nosso próprio conhecimento sobre o ambiente foi historicamente construído.

Antes de concluir, no entanto, é válido apontar que ao considerarmos os resultados e as limitações da pesquisa que embasou a escrita deste texto, diversas possibilidades para futuros estudos podem ser vislumbradas. Uma primeira via seria a ampliação do corpus documental, incluindo a análise de outras fontes além dos periódicos acadêmicos, como a literatura, a imprensa e a legislação. O cotejamento desses diferentes tipos de registros pode revelar como as representações dos rios foram construídas e difundidas para além do universo historiográfico. Outra sugestão é a extensão da pesquisa para outros rios de Minas Gerais ou de outras regiões do Brasil, o que permitiria um estudo comparativo mais abrangente sobre a história e a historiografia dos corpos d'água. Seria relevante, por exemplo, investigar se as concepções de paisagem, recurso e território se manifestaram de forma similar em contextos geográficos e sociais distintos. Por fim, a pesquisa poderia aprofundar a análise sobre a relação entre a historiografia e as políticas públicas, investigando como as narrativas historiográficas sobre o ambiente foram utilizadas para justificar ações governamentais e empresariais, especialmente em um contexto de conflitos socioambientais.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Álvaro de A.; SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano II, n. 1, p.1-10, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *História e Historiografia: todas as interações possíveis* In: A Historiografia como Fonte Histórica. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

CARVALHO, Daniel de. *Os ciclos da evolução mineira. Revisita do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 23, p. 19-179, 1929.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX. *Faces da História*, Assis-SP, v. 3, n. 2, p. 230-244, jul.-dez. 2016.

CIVALE, Leonardo; MARTINS, Walkíria Maria Freitas. O espe- lho da História: práticas patrimonialistas e transforma- ções na paisagem urbana de Viçosa (1980-2010). *Ca- dernos de História*, v.18, n. 28, p. 296-317, 2017.

DIEHL, Astor Antônio. Idéias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. *História da Historiografia*, número 01, ago. 2008.

FERREIRA, Silvany Diniz. Entrevista concedida a Marcone de Souza Guedes, Mariana, 8 nov. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1928.

JOSÉ, Oilam. Indígenas de Minas Gerais: Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Mo-

vimento – Perspectiva, 1965. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ajo-se-1965-.>

JULIA, Dominique e BOUTIER. Jean. Passados Recompostos: Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

KLEINBERG, Ethan; SCOTT, Joan Wallach; WILDER, Gary. Teses sobre Teoria e História. Trad. Andre de Lemos Freixo e João Ohara. Coletivo Wild On, In: <<http://www.theoryrevolt.com>>, p.02.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. *Educar em Revista, Curitiba, Brasil*, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr. 2019.

PÁDUA, José Augusto; CHAMBOULEYRON, Rafael. Movimentos dos rios / movimentos da História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, n. 81, p. 15-24, 2019.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Mineração - Riquezas Mineraes. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1903. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=415>. Acesso em: 06 ago. 2023.

VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. Bi-Centenário de Mariana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 17, p. 23-29. 1912.

VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974.

O caso Léo Lins à luz da historicidade atualista: como pode o historiador contribuir para a discussão?

Pedro Carlos de Oliveira Alves¹

Introdução

Com certa frequência, determinados assuntos ganham tamanho protagonismo que se torna impossível escapar do bombardeio midiático. Seja por meio da televisão, do jornal impresso, das redes sociais virtuais ou até mesmo de uma conversa desprestensiosa na hora do café, não conseguimos nos desvencilhar deles. Nas últimas semanas, a condenação do humorista Léo Lins tomou de assalto os meios de comunicação, pautando a ordem do dia. Na esteira desses acontecimentos, um velho tema voltou à arena pública: quais são os limites do humor?

Elucidemos, antes de mais nada, o caso gerador de que estamos tratando. No dia 31 de maio de 2025, foi proferida, pela 3^a Vara Criminal de São Paulo, sentença que condenou o humorista a oito anos e três meses de prisão em regime fechado. A decisão teve como base o show “*Perturbador*”,

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES, professor MAPB na Secretaria da Educação do Espírito Santo. Email: depedro_ct@hotmail.com.

do artista, que esteve disponível na plataforma YouTube até dezembro de 2022. Gravado em Curitiba, e fazendo jus ao título do evento, o humorista apresentou um texto repleto de piadas contra negros, nordestinos, indígenas, evangélicos, judeus, homossexuais, entre outros.

A publicização da sentença pela mídia, como esperado em tempos de cólera, provocou agitação pública, mobilizando grupos políticos na manipulação de discursos a favor ou contra o humorista. Em diversos comentários, principalmente no YouTube e no Instagram, foi possível perceber os rumos tomados pelo caso. De um lado, os defensores do humorista levaram a decisão ao debate em torno do direito à liberdade de expressão, relativizando as piadas sob a garantia constitucional. Também foi possível encontrar aqueles que equiparam a condenação à censura exercida por regimes autoritários do passado — o que evidencia os usos políticos do caso.

Entre os favoráveis à condenação estão aqueles que defendem que a liberdade de expressão não é um valor absoluto, nem deve ser utilizada como subterfúgio para a propagação de discursos de ódio. O caso também repercutiu internacionalmente, conforme noticiado pelo *Estadão*², ganhando espaço em veículos como *The Washington Post*, *El País* e *Clarín*.

Considerando o contexto, é comum nos depararmos com lamentações proferidas por aqueles que discordam da sentença, atribuindo a culpa a um “mundo cada vez mais chato”, onde já não se permitem piadas como antigamente. Essa

² [Condenação de Leo Lins repercute na imprensa internacional - Estadão](#).

reação evidencia certa nostalgia, que é “um sentimento de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia”, como define Svetlana Boym (2017, p. 153).

Diferentemente dos rumos tomados pelo caso no debate público, pretendemos adotar outro caminho. Deixaremos de lado as questões jurídicas, como a dosimetria da pena, e as constitucionais, como os limites da liberdade de expressão, para abordarmos o tema sob um prisma que julgamos mais frutífero — e que recebeu pouca atenção até o momento: o lugar das memórias sensíveis na atualidade, o dever de memória que invade o cotidiano e as demandas sociais do tempo presente.

O tempo que temos vivido

Para melhor situarmos o argumento que iremos desenvolver, primeiramente precisamos nos posicionar sobre como, contemporaneamente, compreendemos a experiência do tempo — mais precisamente, sobre qual temporalidade estamos nos referindo —, definida por Juliana Marques (2008) como a ação da consciência humana em apreender o tempo e a memória em movimento, que, por meio da percepção e da experiência, constituem o fundamento do relato histórico.

Portanto, preocupamo-nos, neste momento, em apresentar em quais termos se manifesta a relação de nossos contemporâneos com as categorias passado, presente e futuro. A esse modo de articular essas dimensões temporais, conferindo-lhes sentido, podemos denominar regime de historici-

dade (Hartog, 2013).

Podemos citar o historiador francês François Hartog, o intelectual Hans Ulrich Gumbrecht e os historiadores brasileiros Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdei Lopes Araújo como pesquisadores interessados em compreender e conceituar a experiência histórica contemporânea, nas esferas individual e coletiva. Hartog (2013) buscou definir a experiência do tempo contemporânea como presentista, grosso modo não uma definição do presente, mas o presente como absoluto em sua articulação específica com o passado e o futuro.

A interpretação de Gumbrecht (2015), por seu turno, apoia-se no conceito de presente amplo, em que a experiência histórica contemporânea é marcada por um fechamento do futuro, com a catástrofe à espreita e o presente inundado pelo passado, situação em que a passagem do tempo parece suspensa, como acrescenta Cardoso Júnior (2022).

Ao seu modo, Pereira e Araújo (2016) se perguntam, ao criticarem o postulado presentista de Hartog, e aqui estendemos também à noção de presente amplo de Gumbrecht, identificando uma possível falha teórica: como pode um tempo histórico ser privado de futuro? Nesse sentido, nossa hipótese encontrará melhor sustentação quando assentada sobre a noção de atualismo, “um conceito heurístico que comporta características de uma nova experiência do tempo histórico, ou regime de historicidade atualista” (Cardoso Júnior, 2022, p. 133). O que Pereira e Araújo (2020, p. 3) denominam atualismo é

"essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado. [...] uma categoria que busca compreender alguns aspectos de como vivenciamos as urgências de nosso próprio tempo".

Neste momento, o leitor menos familiarizado com o debate pode deduzir que estamos abordando o atual — talvez, no senso comum, tomado como sinônimo de *moderno*. De certa forma, essa é uma das acepções possíveis da palavra; porém, a categoria se aprofunda em outro sentido. Como observa Cardoso Júnior (2022, p. 134), "é um conceito transcendental que trata das condições em que o regime de historicidade atualista se torna possível e, por isso, propõe uma metafísica do tempo de extração heideggeriana".

É em Heidegger que encontramos a essência do regime de historicidade atualista, tal como formulado por Pereira e Araújo. Conforme os historiadores, são emblemáticas, para o entendimento de seu argumento, as noções heideggerianas de temporalidade da compreensão e temporalidade da decadência, que correspondem, respectivamente, às formas autênticas e impróprias de experienciar o tempo. Alertam os pesquisadores (Pereira e Araújo, 2016, p. 281)

Não podemos simplesmente achar que a diferença entre im-próprio e próprio seja reduzida a uma polaridade do tipo positivo e negativo, pois ambas são igualmente constitutivas do humano. O que Heidegger procura revelar são as consequências dessas estruturas para nossa compreensão de mundo.

Sumariamente, a temporalidade da compreensão orienta-se para o futuro. Quando precede enquanto “antecipação”, constitui-se como temporalização própria; contudo, na maior parte do tempo, o *Ser-aí*, em termos heideggerianos, envolve-se com o futuro em uma temporalização de esperas, resultando em uma temporalidade imprópria. Ou seja, a temporalização torna-se própria quando o futuro é projetado e imprópria, ou inautêntica, quando o sujeito submerge no cotidiano e transforma o futuro em expectativas diante de si mesmo (Pereira e Araújo, 2016).

Nessa relação, a antecipação, que fundamenta a temporalização própria com o futuro, é constituída no presente pelo “instante”, caracterizado pela decisão. Já a espera, característica da temporalização imprópria, é definida como “agora”, em que o tempo é experimentado como algo neutro e homogêneo. A essa temporalização da compreensão imprópria do presente, Heidegger denomina “atualização”, que é “[...] a resposta do *Dasein* à experiência do tempo como uma sucessão vazia de agoras; é a forma como ele pretende manter diante de si essa sucessão” (Pereira e Araújo, 2016, p. 283).

Essa sucessão vazia de “agoras” relaciona-se de modo particular com o passado, que, quando experimentado de forma imprópria, manifesta-se a partir de uma relação oscilante entre o esquecer e o recordar, correspondendo a uma espera atualizante em meio às ocupações cotidianas. Temporalizado na compreensão própria, o passado, por sua vez, surge como repetição naquilo que tem de vigente (Pereira e

Araújo, 2018).

Portanto, quando falamos em *historicidade atualista*, estamos basicamente definindo-a a partir de uma temporalidade imprópria. Conforme Cardoso Júnior (2022), denomina-se “atualização” a experiência imprópria do futuro e “atualidade” a experiência imprópria do presente — ambas interpretadas como modos inautênticos. Não se trata, portanto, de um presente destituído de passado ou futuro, mas de um presente que com eles estabelece relações específicas. Essa experiência do tempo, definem Araújo e Pereira (2021, p. 3), “produz e é produtora de uma compreensão de que a ação não é necessária ou possível”.

O humor e o stand up em perspectiva atualista

Voltemos agora a Léo Lins. Com carreira iniciada em 2005, podemos considerá-lo um fenômeno no campo do humor. Além das diversas participações em programas de televisão nas emissoras Globo, Record e SBT, no mundo virtual o humorista atrai uma legião de seguidores na plataforma Instagram, onde é seguido por 3,2 milhões de perfis; conta ainda com 1,66 milhão de inscritos em seu canal no YouTube — no qual está muito próximo de alcançar 180 milhões de visualizações em seus vídeos — e 2,1 milhões de seguidores na plataforma TikTok. É inegável o alcance e o apelo que possui a produção do humorista, famoso por sua performance no gênero comédia *stand-up*.

O sociólogo português Nuno Jerónimo (2015) destaca

que, embora no senso comum os termos humor, comédia e riso sejam frequentemente compreendidos como sinônimos, eles são distinguíveis entre si e essa diferenciação permite melhor aprofundamento sobre o tema. “Humor” é uma palavra que sofreu considerável transformação em seu significado ao longo do tempo. De acordo com Pincelli e Américo (2019, p. 4218), “o vocábulo deixou de ser médico e passou a designar a emoção cômica que se expressa através do riso”. Assim, o sociólogo português comprehende o humor como uma linguagem capaz de expressar expectativas sociais e representações culturais, articulando-se por meio do discurso de modo a “provocar experiências cognitivas e culturalmente partilhadas, capazes de suscitar o riso e proporcionar divertimento [...]” (Jerônimo, 2015, p. 67).

A comédia, por sua vez, constitui-se como um dos modos de articular essa linguagem por meio de uma manifestação cultural cuja principal função é entreter o público, um produto cultural que pode ser tanto popular quanto erudito (Jerônimo, 2015). Enquanto produto cultural, Pincelli e Américo (2019) apontam como gêneros cômicos atuais a *sit-com* e o *stand-up*, cuja efetividade “depende da capacidade de seus autores em criar e manejar efeitos de humor com o objetivo de levar o público ao riso” (p. 4219).

Embora o riso seja o objetivo final da comédia, ele não está necessariamente vinculado ao humor, sendo “[...] uma manifestação biológica visível, mas com contornos cognitivos e sociais invisíveis” (Jerônimo, 2019, p. 63). Trata-se de uma reação universal do gênero humano que, a despeito de

poder ser provocada pelo discurso humorístico, acrescenta o sociólogo (Jerônimo, 2015), também constitui uma forma de expressão social, indicando aprovação ou consentimento em interações sociais.

O *stand-up*, segundo Siqueira e Freitas (2024, p. 219), é um “gênero humorístico em que o comediante é responsável por subir ao palco e apresentar suas piadas em forma de observações, análises e construções discursivas, a fim de produzir efeitos de sentido junto ao público presente”. Por meio de textos autorais e da utilização mínima de cenografia e outros personagens, o comediante vale-se de situações cotidianas e banais como matéria-prima de suas reflexões e pensamentos para alcançar o riso do público.

O próprio Léo Lins escreveu um manual intitulado *Segredos da Comédia Stand-Up* (2014), no qual busca desmystificar o processo de criação de piadas, as técnicas de escrita e a performance necessárias para cativar o público. Afirma que produzir uma piada não é um dom, mas o resultado de um processo mental criativo determinado por regras.

Agravão do show *Perturbador* não está mais disponível no canal do humorista, mas foi possível ter acesso a partes do texto por meio da sentença condenatória proferida pela 3^a Vara Criminal Federal de São Paulo, que atribuiu a Léo Lins as condutas descritas nos seguintes dispositivos legais: Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989). Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiê-

cia. (*Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência*).

A seguir, reproduziremos os trechos identificados pelo Ministério Público em que o humorista praticou discriminação ao proferir falas depreciativas e injuriosas, destacando aquelas que evidenciam racismo.

“O rico tenta ter filho e não consegue. Vai pro médico, faz inseminação artificial, vai pra África buscar um. Lá tem plantação. Lá você escolhe no pé! (...) Esse tá bem escurinho, vai dar like no insta!” (...)

“Se o negro brigar com um membro da Ku klux klan ele vai preso por agredir o Zé gotinha!”.

“Tem gente que fala: “O negro não consegue arrumar emprego!”. Mas na época da escravidão já nascia empregado e também achava ruim! Aí difícil ajudar!”. “Aliás, se o Dia da Consciência Negra é feriado pelos negros, Quarta-Feira de Cinzas devia ser judeu!”

(1h05m07s a 1h09m10s).

Perturbador é perceber que este texto foi intencionalmente escrito pelo autor a partir de uma técnica e realizado como ato performativo, com o intuito de cativar o público e provocar o riso. Retornando ao vocábulo “riso”, Pincelli e Américo (2019) destacam que ele sempre foi alvo de investigações teórico-filosóficas não sobre o riso enquanto resultado de um evento, mas sobre como tais eventos levam alguém a rir. Tal indagação deu origem às denominadas Teorias do Humor.

A Teoria da Superioridade, cujas origens remontam a Aristóteles e foram posteriormente revisitadas por Thomas Hobbes, no século XVII, conforme define Jerônimo (2015), tem em seu cerne a ideia de que o humor expõe as diferenças entre os grupos, contribuindo para a definição e exclusão de alguns deles. Nessa perspectiva, os grupos hierarquicamente superiores valem-se de recursos linguísticos, como anedotas, para provocar o humor e o riso mediante a humilhação de grupos marginalizados.

Entre as teorias contemporâneas de síntese, destaca-se a Teoria da Violação, proposta por Vetch. Segundo essa teoria, o humor é fruto de situações paradoxais que parecem erradas e normais simultaneamente, sendo o humor entendido como uma dor emocional que não gera mágoa. De acordo com Jerônimo (2015), a violação provocada será percebida pelo receptor como engraçada ou ofensiva a partir do grau de importância que ele atribui ao ato violativo.

Pela característica de sua performance humorística, é inegável que o público que o acompanha atribui pouca importância ao texto de seu stand-up, não percebendo a ação como ofensiva. Até o momento da exclusão de seu canal no YouTube, a gravação de *Perturbador* contava com mais de três milhões de visualizações. Contudo, a partir das teorias do humor acima mencionadas, é possível deduzir em qual grupo o humorista está inserido e para quais grupos ele discursa, ao mesmo tempo que também podemos identificar quem são os marginalizados em suas anedotas.

Ainda que a sentença identifique os artigos que tipifi-

cam a conduta de Léo Lins como crime, permanece entre seus defensores a argumentação em favor de sua performance, pautada no preceito da liberdade de expressão. No entanto, orbitar o debate em torno dessa questão é, em nossa perspectiva, ter uma percepção limitada do que está em jogo, pois a principal chave de leitura reside na historicidade atualista presente na performance do humorista e de seus fãs. Essa historicidade manifesta-se por meio do trauma e do tabu, formas memorialísticas do passado, e pela perpetuação da empresa colonial na sociedade brasileira contemporânea, em forma de práticas racistas e de uma memória sensível para os herdeiros das vítimas.

Memórias sensíveis: o racismo entre trauma e tabu

“É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil”, assim versa o artigo 1º da Lei Áurea, que oficialmente extinguiu a escravidão no país em 13 de maio de 1888. Último país ocidental a pôr fim ao nefasto regime escravista, o Brasil o fez por meio de um ato insuficiente e conservador, nos termos da legislação apresentada, pontuou em entrevista a historiadora Lilia Schwarcz³.

Hoje, 137 anos após a extinção formal da escravização como sistema, ainda são evidentes e profundas as feridas deixadas na sociedade brasileira — marcas de um passado que se perpetua como dor entre os herdeiros políticos e culturais

3 A entrevista completa pode ser acessada em [Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/pt-br/truth-and-reconciliation/article-escravidao-história-brasil)

daqueles que sofreram durante a existência do impiedoso regime escravista. São testemunhas não do sistema escravocrata em si, mas de seu legado direto: um racismo convertido em linguagem e enraizado na estrutura social brasileira. Como afirma Schwarcz, mais do que um sistema econômico, a escravidão representou um complexo de práticas e ideologias que continuam a moldar o país (Schwarcz, 2019, p. 22–23).

[...] moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito restrita. [...] Esses estereótipos, construções históricas e sociais, que nada devem aos dados da realidade. Carregam, porém, a faculdade de construir realidade e criar grandes prejuízo.

À ausência de políticas reparatórias no pós-abolição e à promessa não cumprida pelo regime republicano — “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca”, dito popular após a abolição —, somou-se a disseminação de teorias raciais assentadas em supostos modelos científicos que visavam justificar a desigualdade por meio da biologia, sempre colocando o elemento branco no topo da pirâmide. O racialismo foi elevado a outro patamar a partir desses pressupostos, solidificando ainda mais as bases sobre as quais se articulavam as estruturas de poder e dominação. Diferenças produzidas social e historicamente passaram, assim, a ser justificadas pela biologia (Schwarcz, 2019).

Márcio Seligmann-Silva argumenta que o projeto colonial não encontrou seu fim no Brasil e que essa empresa per-

manece em curso, entre altos e baixos. No período ditatorial (1964-1985), experimentou-se o acirramento dessa violência colonial, com o resgate e aprofundamento do racismo estrutural, e a partir de 2018, esse projeto recupera fôlego. “A escravidão como movimento de submissão do ‘outro’ não se encerrou em 1888; pelo contrário, ganha nova força na atualidade, a partir de novas — ou nem tão novas — biopolíticas” (Seligmann-Silva, 2023, p. 29). Concordando com Schwarcz sobre a penetração do escravismo na cultura brasileira, conclui o autor que, ainda hoje, seus herdeiros são submetidos a uma série de violências oriundas desse período.

A suavização do passado colonial e ditatorial, empregada como política pelo governo Bolsonaro (2018-2022), contribuiu para o fortalecimento das tentativas de apagamento de memórias sensíveis e de histórias das minorias. O processo de fortalecimento e valorização de uma suposta “cultura nacional”, resultante da contribuição dos diversos elementos formadores da nação em uma história única, quase sempre se traduz em uma interpretação eurocêntrica dos eventos. Acrescenta Seligmann-Silva (2023, p. 35) que “no caso brasileiro, esse modelo permitiu a continuidade da mentalidade dos colonizadores e, portanto, a reprodução daqueles mesmos modelos de dominação dos trabalhadores e do solo existentes no período colonial.”

Essa ação política faz parte da estratégia da Nova Direita brasileira e do cuidado em manipular elementos presentes na imaginação coletiva. Se, por um lado, busca exaltar o passado recente — a ditadura civil-militar —, por outro pro-

cura amenizar ou esconder as marcas da escravidão (Pereira, 2015). Contra esse apagamento, principalmente no campo das artes afrodescendentes, vislumbra Seligmann-Silva (2023, p. 32) “que é a luta pelo reconhecimento do elemento violento, ideológico, de apagamento da história dos negros e de uma miríade de culturas [...]”.

Marcos Napolitano, ao discutir os desafios encontrados pelo historiador do tempo presente ao se deparar com a encruzilhada entre História e Memória, busca na psicanálise freudiana a categoria de *tabu* como ferramenta analítica para compreender outro tipo de memória relacionada a passados sensíveis e traumáticos. De acordo com o historiador, essa categoria, a partir de Freud, constitui-se como “[...] uma narrativa fabulosa sobre o passado, enviesada, que estabelece interditos de práticas e enseja repetições rituais para expurgar o ‘outro’ que nos ameaça, e que traz em si o risco da anomia social” (Napolitano, 2020, p. 39).

O perpetrador, por meio do *tabu*, almeja o silêncio — quando não, o apagamento — da memória incômoda que contradiz sua representação do passado. Em nosso caso, o *tabu* manifesta-se não na eliminação física do outro, ainda que isso possa ser um de seus efeitos, mas na tentativa de “fechar um passado” — qual seja, o da escravidão — em uma temporalidade considerada superada. Superada a escravidão, concluído aquele tempo, poder-se-ia, supostamente, “seguir em frente”. A memória da vítima e de seus herdeiros, acrescenta Napolitano (2020), é marcada pelo trauma, enquanto a memória do perpetrador e de seus herdeiros tem

o *tabu* como base.

Considerações finais

Quando visto sob este prisma, podemos perceber que o caso envolvendo Léo Lins, ao ser analisado apenas sob uma ótica legalista, perde poder analítico sobre os processos sociais que temos vivenciado, notadamente os embates entre traumas, tabus e usos políticos do passado. Interpretamos o foco dos defensores do humorista em pautar suas ações na lei positivada como um subterfúgio dos perpetradores para manter determinado tabu sobre uma memória traumática.

Assim compreendida, a argumentação de que o mundo “está mais chato” por não serem mais permitidas piadas desse tipo, que subjugam e inferiorizam determinadas coletividades por meio da reafirmação de uma hierarquia velada, pode também ser vista como uma experiência do tempo atualista do passado. Este, segundo Pereira e Araújo (2016, p. 284), configura-se como uma “oscilação contínua entre esquecimento e recordação”, destituindo o presente de ação e privando o passado de qualquer legado ou possibilidade.

No entanto, ao abordarmos experiências do tempo e outras historicidades, tabus começam a ser rompidos por meio de narrativas alternativas “e silêncios autoimpostos pelos perpetradores, seus herdeiros e simpatizantes, culminando na reivindicação de uma ‘outra narrativa histórica’”, conclui Napolitano (2020, p. 41), abrindo campo de expectativas para uma temporalidade de compreensão própria, com

a instauração do instante e uma visão de futuro como campo aberto às decisões do presente.

A condenação de Léo Lins, portanto, revela muito mais do que uma simples medida judicial. Trata-se do produto de um momento em que silêncios são rompidos, e o perpetrador vê seu tabu ser confrontado por uma memória traumática da escravidão, cujos herdeiros escancaram a permanência de um racismo estrutural que corrói a sociedade brasileira, e que agora estão determinados a não mais se calarem. Cabe ao historiador, neste embate, sem abrir mão dos princípios de seu ofício, mas também recordando seu compromisso com a cidadania, participar do debate, contribuindo para a visibilidade das histórias subalternas, o respeito às memórias traumáticas e a evidência de um passado que não passa, por assim dizer.

Referências

BOYM, S. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. O “Atualismo” de Pereira & Araujo entre a metafísica do tempo histórico e o regime de historicidade. *Revista de Teoria da História*, v. 25, n. 2, p. 147-177, 2022.

FREITAS, Ronaldo Adriano de; SIQUEIRA, Alberto César Pereira. A construção discursiva do humor em textos de standy-up comedy:: uma análise do discurso racista utilizado como estratégia do humor “antirracista”. *Scripta*,

Belo Horizonte, v. 28, n. 63, p. 217–244, 2024

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JERÓNIMO, Nuno Amaral. *Humor na Sociedade Contemporânea*. 2015. 754 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na Historiografia Antiga. *Revista de História*, São Paulo, n. 158, p. 43-65, 2008.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, dez. 2015.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. *Atualismo e teoria. Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1 -16, jan.-abr. 2021 | e- 39802.

PINCELLI, R.; AMÉRICO, M. Apontamentos teóricos sobre o humor e seus recursos. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4217-4228, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial. *Revista Histórias Públicas*, ano 1, n. 1, 2023.

III EPGHIS

ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFES



PPGHIS
UFES
PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

APOIO:
ANPUH ES
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
ESPIRITO SANTO

UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO